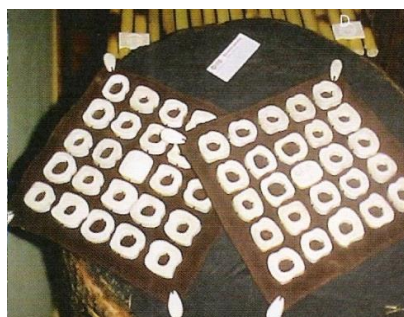


PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – PDITS/SERRA DA BODOQUENA

ANÁLISE – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS



Ministério
do Turismo



Campo Grande, MS
Outubro, 2010

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO
COMÉRCIO E DO TURISMO – SEPROTUR**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL –
PDITS/SERRA DA BODOQUENA**

**ANÁLISE – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DA ÁREA E DAS
ATIVIDADES TURÍSTICAS**

**Campo Grande, MS
Outubro, 2010**

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANDRÉ PUCCINELLI
Governador

MURILO ZAUITH
Vice - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO – SEPROTUR

TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS
Secretária

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - PRODETUR

Cláudia Braun de Queiroz Rolim
Coordenador Geral

Janete De Fátima Ferreira Cardoso
Coordenadora Gestora Financeira

Ana Beatriz Paiva Sá Earp
Analista Ambiental

Helio Luis Brun
Especialista em Turismo

Fabio César Gois
Coordenador de Apoio Logístico

Lino De Souza De Lima
**Analista de Desenvolvimento
Socioeconômico**

ENTIDADE EXECUTORA

AGRICON

CONSULTORIA

AGRICON CONSULTORIA SS Ltda.

Rua Joaquim Murtinho, 1000

Itanhangá Park

79003-020

Campo Grande, MS

Brasil

Tel: +55 67 3321 4495

E-mail: agrimon@agrimon.com.br

Site: www.agrimon.com.br

SUMARIO

1. O POLO SERRA DA BODOQUENA.	15
2. MERCADO TURÍSTICO	18
2.1. DEMANDA ATUAL	22
2.2. DEMANDA POTENCIAL	48
2.3. OFERTA TURÍSTICA	57
3. INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS GERAIS	97
3.1. REDE VIÁRIA DE ACESSO	97
3.2. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	105
3.3. ESGOTAMENTO SANITÁRIO	109
3.4. SISTEMA DE LIMPEZA URBANA	112
3.5. DRENAGEM PLUVIAL	117
3.6. SISTEMA DE TRANSPORTE URBANO	119
3.7. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	119
3.8. ILUMINAÇÃO PÚBLICA	120
3.9. SERVIÇOS DE SAÚDE.	122
3.10. SEGURANÇA	124
4. QUADRO INSTITUCIONAL	128
4.1. - IMPACTOS E LIMITAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	129
4.2. - LEGISLAÇÃO TURÍSTICA, AMBIENTAL E URBANÍSTICA.	153
4.3. - QUADRO DE INCENTIVOS - VANTAGENS E/OU DESVANTAGENS QUE O TURISMO OFERECE PARA A CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS.	162
5. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS	166
5.1. CONDIÇÕES AMBIENTAIS DA ÁREA TURÍSTICA.	166
5.2. IMPACTOS NO MEIO AMBIENTE QUE JÁ TENHAM SIDO CAUSADOS POR ATIVIDADES TURÍSTICAS.	197
5.3. GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA.	212
5.4. GESTÃO AMBIENTAL NAS EMPRESAS PRIVADAS.	218

5.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
6. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	229
6.1. LINHAS DE PRODUTOS	230
6.2. PRODUTOS TURÍSTICOS POTENCIAIS	231
6.3. SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA CONSOLIDADA	231
6.4. SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA EM POTENCIAL	231
6.5. ÁREAS CRÍTICAS DE INTERVENÇÃO	234
6.6. POSIÇÃO ATUAL NO MERCADO TURÍSTICO VERSUS POSICIONAMENTO POTENCIAL	239
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	248
9. ANEXOS	253
ANEXO 1 – PESQUISA APLICADA JUNTO AOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS	253
ANEXO 2 – DOCUMENTO CONTÁBIL DO BALNEÁRIO DE JARDIM – BALANCETE DE 2009.	266
ANEXO 3 – PESQUISA APLICADA JUNTO A COMUNIDADE.	267
ANEXO 4 – INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS GERAIS – QUADRO E MAPAS	286
ANEXO 5 – QUADRO INSTITUCIONAL – LEGISLAÇÃO TURÍSTICA E AMBIENTAL.	290
ANEXO 6 – MATERIAL CARTOGRÁFICO	318

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Polo Serra da Bodoquena no Estado do Mato Grosso do Sul e na América Latina.	15
Figura 2 - Estrutura do produto turístico do Polo Serra da Bodoquena.	21
Figura 3 - Movimentação Hoteleira X Sistema de Voucher Único por Ano, entre 2004 e 2008.	22
Figura 4 - Comportamento do volume de turistas em Bonito/Serra da Bodoquena entre 1996 - 2009	25
Figura 5 – Volume turístico mensal em Bonito/Serra da Bodoquena entre 2005 e 2009.	26
Figura 6 – Procedência do turista de Bonito/Serra da Bodoquena em 2005, 2007 e 2008.	26
Figura 7 - Estimativa do volume turístico no Polo da Serra de Bodoquena entre 2010 e 2014.	29
Figura 8 – Participação dos atrativos mais valorizados no total de visitação registrado em 2009.	32
Figura 9 – Outros fatores que incidem na decisão de viajar em 2009.	34
Figura 10 – Época de realização da viagem em 2009.	35
Figura 11 – Tempo de permanência em dias e em semanas em 2009.	35
Figura 12 – Gasto médio individual e composição do gasto durante a viagem em 2007 e 2009 (valores em reais).	36
Figura 13 – Meios de hospedagem preferidos em 2009.	36
Figura 14 – Modo de viajar em 2009.	37
Figura 15 – Planejamento prévio da viagem.	39
Figura 16 – Fontes de informação do turista atual em 2009.	39
Figura 17 – Tipos de informação mais requerida pelo turista de Bonito/Serra da Bodoquena em 2010.	40
Figura 18 – Classificação das Informações prestadas em termos globais aos turistas de Bonito/Serra da Bodoquena.	40
Figura 19 – Fatores que diferenciam Bonito/Serra da Bodoquena dos demais concorrentes em 2007.	41
Figura 20 – Estrutura do gasto durante a viagem em 2009.	42
Figura 21 – Avaliação do custo de alojamento, alimentação e passeios segundo o turista em 2007.	43
Figura 22 – Grau de satisfação do turista ao considerar a qualidade VS preço praticados em Bonito/Serra da Bodoquena.	43
Figura 23- Avaliação da qualidade do serviço de alojamento em Bonito/Serra da Bodoquena em 2007.	44
Figura 24 – Classificação da qualidade do serviço de alimentação em Bonito/Serra Bodoquena em 2007.	44
Figura 25 – Classificação da qualidade dos atrativos/passeios em Bonito/Serra Bodoquena em 2007.	45
Figura 26 – Classificação da qualidade das informações em Bonito/Serra Bodoquena em 2007.	45
Figura 27 – Porcentagem de intenção de retorno ao destino Bonito/Serra Bodoquena em 2007.	46
Figura 28- Aspectos mais valorizados em atrativos/produtos turísticos pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura em 2009.	51

Figura 29- Atividades mais consumidas pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura em 2009.	51
Figura 30- Atividades mais desejadas pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura em 2009.	52
Figura 31- Época de realização da viagem pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura em 2009.	52
Figura 32- Meios de transporte preferidos pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura em 2009.	53
Figura 33- Mídias de maior envolvimento com o turista de ecoturismo e turismo de aventura em 2009.	53
Figura 34- Mídias de maior envolvimento com o turista de ecoturismo e turismo de aventura em 2009.	54
Figura 35 – Nível de expectativa positiva do turista potencial em relação à infraestrutura e serviços turísticos no Centro-Oeste em 2009.	54
Figura 36 – Média nacional de expectativa do turista potencial em relação à infraestrutura e serviços turísticos em 2009.	55
Figura 37 – Intenção de viajar por região do país do turista potencial em 2009.	56
Figura 38 – Dimensão dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	74
Figura 39 – Idade Média da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	74
Figura 40 – Origem do empreendimento dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	75
Figura 41 – Número médio de funcionários por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	75
Figura 42 – Número médio de funcionários por dimensão da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	76
Figura 43 – Número médio de funcionários por idade da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	76
Figura 44 - Estimativa da proporção de empregos formais e informal por ACTs em Mato Grosso do Sul - Setembro de 2005	77
Figura 45 – Estimativa do número de empregos formais e informais por empreendimento dos subsetores da atividade turística do Polo Serra da Bodoquena em Setembro de 2010.	77
Figura 46 - Rendimento Médio da Ocupação Formal por ACTs em Mato Grosso do Sul – 2007(valores em reais)	78
Figura 47 - Estimativa do Emprego Formal Turístico por Grau de Formação em Mato Grosso do Sul - 2006	78
Figura 48 – Grau de ocupação médio anual dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	79
Figura 49 – Grau de ocupação médio anual por porte da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	79
Figura 50 – Grau de ocupação médio anual por idade do estabelecimento dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	80
Figura 51 – Faturamento diário por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	82
Figura 52 – Faturamento diário por estabelecimento e por porte da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	82
Figura 53 – Faturamento diário por idade média da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	83

Figura 54 – Preços médios unitários praticados por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	84
Figura 55 – Meios de promoção e divulgação praticados por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	85
Figura 56 – Grau de integração a outros elos da cadeia turística das empresas dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	86
Figura 57 – Grau de conflitos entre os elos da cadeia turística no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	86
Figura 58 - Participação em Feiras e Eventos do Programa de Promoção e Apoio a Comercialização da FUNDTUR entre 1999 a 2006.	90
Figura 59 - Participação em Feiras e Eventos do Programa de Promoção e Apoio a Comercialização da FUNDTUR entre 2007 a 2009.	90
Figura 60 – Rodovias Federais e Estaduais que interligam os Municípios do Polo Turístico Serra da Bodoquena.	98
Figura 61 – Estradas de acesso à Serra da Bodoquena.	102
Figura 62 – Evolução da rede de abastecimento de água no Polo Serra da Bodoquena entre 2004 e 2009.	106
Figura 63 – Evolução da rede de coleta de esgoto na Serra da Bodoquena entre 2004 e 2009.	110
Figura 64 – Principais problemas oriundos do turismo apontados pela comunidade local em 2010.	112
Figura 65 – Evolução do consumo total de energia no Polo Serra da Bodoquena entre 2004 e 2009.	122
Figura 66 - Sistema Estadual de Turismo	129
Figura 67 - Arranjo Institucional para a Gestão do Turismo	130
Figura 68 - Organograma do Sistema Nacional de Meio Ambiente	145
Figura 69 – Localização dos principais atrativos turísticos na Serra da Bodoquena.	168
Figura 70 – Variáveis ambientais a serem consideradas na análise da potencialidade turísticas de cavidades.	178
Figura 71 - Grutas com interesse turístico no município de Bonito	179
Figura 72 - Fragmento Florestal onde se localiza a Caverna Natural Lagoa Misteriosa.	181
Figura 73 - Buraco das Araras, fragmento florestas e áreas de pastagens no entorno	181
Figura 74 - Situação dos licenciamentos ambientais dos produtos turísticos em Bonito	182
Figura 75 - Situação dos licenciamentos ambientais dos produtos turísticos em Bodoquena	183
Figura 76 - Situação dos licenciamentos ambientais dos produtos turísticos em Jardim	183
Figura 77 - Sistema Estadual de Unidades de Conservação a região da Serra da Bodoquena.	187
Figura 78 - Áreas Prioritárias para a Conservação da biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.	189
Figura 79 – Diretrizes dos indicadores de monitoramento em desenvolvimento pelo Estado do Mato Grosso do Sul.	197
Figura 80 - Área de APP e RL destinadas à recuperação nas três regiões do rio Formoso.	203
Figura 81 - Dados quantitativos de RL e APP existentes e a recuperar nas 75 propriedades do rio Formoso	204
Figura 82 - Estruturas encontradas na faixa de APP	204
Figura 83 - Atividades que utilizam da área de preservação permanente do rio Formoso	205
Figura 84 - Delimitação preliminar do Geopark Serra da Bodoquena-Pantanal	211

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Balneário Municipal de Bonito, MS.	16
Foto 2 – Ceita Coré.	16
Foto 3 – Visão aérea do Rio Perdido no Parque Nacional da Serra da Bodoquena.	16
Foto 4 – Tour da Experiência – Taboa Fábrica de Encantos em Bonito, 2010.	16
Foto 5 – Vista aérea do Centro de Convenções de Bonito.	17
Foto 6 – Centro de Convenções de Bonito	17
Foto 7 – Assentamento Canaã em Bodoquena, MS	18
Foto 8 – Assentamento Campina em Bodoquena, MS.	18
Foto 9 – Assentamento Sumatra em Bodoquena, MS.	18
Foto 10 – Pousada e Restaurante no Distrito Águas de Miranda em Bonito, MS.	18
Foto 11 - Vista de parte da Serra da Bodoquena (Estúdio Votupoca)	47
Foto 12 – Gruta do Lago Azul	57
Foto 13 – Ilha do Padre.	57
Foto 14 – Vista parcial MS-178, tráfego de veículos pelo caminho de serviço, em 02 de junho de 2010.	102
Foto 15 - Vista parcial dos serviços de terraplenagem na MS-178, em 02 de junho de 2010.	102
Foto 16 - Detalhes da pista com defeito na BR-267 (Jardim - Porto Murtinho), em 03 de junho de 2010.	103
Foto 17 - Vista parcial da rodovia BR-267/MS, duplicação da travessia urbana de Guia Lopes da Laguna, em 03 de junho de 2010.	103
Foto 18 - Vista da placa de identificação da obra da ETE- Bodoquena, em 01 de junho de 2010.	110
Foto 19 - Vista parcial ETE- Bodoquena (parte das lagoas de tratamento), em 01 de junho de 2010.	110
Foto 20 – Vista do lixão mostrando a presença de catadores e encosta dos morros	113
Foto 21 - Vista parcial da coleta de resíduo sólido pelo caminhão da prefeitura em Bodoquena, em 01 de junho de 2010.	114
Foto 22 - Vista parcial da Unidade de Processamento de Lixo na cidade de Bonito, em 01 de junho de 2010.	114
Foto 23 - Vista parcial do Aterro Controlado na cidade de Bonito, em 01 de junho de 2010.	115
Foto 24 - Vista parcial das obras de instalação do Aterro Sanitário Consorciado.	115
Foto 25: Fotos do Lixão em Jardim.	116
Foto 26: Coleta de Resíduo Sólido em Jardim.	116
Foto 27 - Vista parcial do centro do município de Bodoquena em que apenas as depressões transversais formam o sistema de drenagem pluvial, em 01 de junho de 2010.	117
Foto 28: Município de Jardim e a utilização de Bicicletas	119
Foto 29 - Hospital Marechal Rondon em Jardim, MS.	123
Foto 30 – Travessia do Córrego João Augusto com a rodovia, mostrando a ausência de Área de Preservação Permanente, início de processo erosivo.	170
Foto 31 - Ocupação dentro da Área de Preservação Permanente.	170
Foto 32 – Ponto de coleta da água a montante da ponte do córrego João Augusto.	171
Foto 33– margem esquerda do talvegue que origina a nascente do córrego Acampamento.	171

Foto 34 – Erosão na Bacia do Córrego Acampamento.	172
Foto 35 – Nascente do Córrego Sol Nascente.	172
Foto 36 - Início do talvegue na Bacia Nordeste (Vila Angélica).	173
Foto 37 – Presença de barracos e construções em APP. (Bacia Sudeste).	173
Foto 38 – Instalações comerciais em APP.	174
Foto 39 - Mosaico de condições de conservação das matas ciliares	203
Foto 40 - Estruturas de alvenaria construídas na área de preservação permanente (muro de arrimo) do rio Formoso.	205
Foto 41 - Ponto de bebedouro de gado	206
Foto 42 – A Esquerda antes e a direita depois.	206

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Série Histórica do Total de Visitações aos atrativos turísticos de Bonito/Serra da Bodoquena controladas pelo Sistema Voucher e estimativa do volume anual de turistas entre 1996-2009.	24
Quadro 2 – Procedência do turista estrangeiro de Bonito/Serra da Bodoquena em 2005, 2007 e 2008.	27
Quadro 3 – Volume de turistas por mercado geográfico em 2005, 2007 e 2008.	28
Quadro 4 - Projeção futura do Fluxo de turistas para Bonito/Serra da Bodoquena para 2010 a 2014.	28
Quadro 5 – Gênero do turista de Bonito/Serra da Bodoquena em 2005, 2007 e 2008.	30
Quadro 6 – Faixa etária do turista de Bonito/Serra da Bodoquena em 2005, 2007 e 2008.	30
Quadro 7 – Atrativos turísticos mais visitados em Bonito/Serra da Bodoquena entre 2006 e 2009. (em volume anual de visitas)	31
Quadro 8 - Elasticidade-preço da demanda na alta e baixa temporada nos atrativos analisados.	32
Quadro 9 - Elasticidade-renda da demanda na alta e baixa temporada nos atrativos analisados.	33
Quadro 10 - Elasticidade-preço cruzada da demanda na alta e baixa temporada nos atrativos analisados.	33
Quadro 11 – Meios de transporte preferidos em 2005, 2007 e 2008.	37
Quadro 12 – Modo de viajar em 2005, 2007 e 2008.	38
Quadro 13 – Gasto médio individual do turista por viagem em 2007 e 2009.	42
Quadro 14– Classificação da qualidade do destino Bonito/Serra Bodoquena em 2007.	46
Quadro 15 – Caracterização do perfil do potencial turista.	48
Quadro 16 – Atrativos Turísticos do Polo Serra da Bodoquena do segmento de Ecoturismo.	57
Quadro 17 – Atrativos Turísticos do Polo Serra da Bodoquena do segmento de Turismo de Aventura.	60
Quadro 18 – Atrativos Turísticos do Polo Serra da Bodoquena do segmento de Turismo de Natureza (sol e praia de água doce).	61
Quadro 19 – Grade comparativa de atrativos e atividades ofertados em 2005 e 2009.	62
Quadro 20 – Atrativos turísticos em consolidação na Serra da Bodoquena.	64
Quadro 21 – Capacidade de carga dos atrativos da Serra da Bodoquena.	66
Quadro 22 – Infraestrutura de Eventos do Polo Serra da Bodoquena em 2010.	69
Quadro 23 – Empreendimentos Prestadores de Serviços Turísticos Existentes Polo Serra da Bodoquena em 2010.	72
Quadro 24 – Empreendimentos Prestadores de Serviços Turísticos Cadastrados no Ministério do Turismo – CADASTUR.	72
Quadro 25 – Meios de Hospedagens existentes no Polo Serra da Bodoquena e Região em 2010.	72
Quadro 26 – Investimentos anuais por estabelecimentos e dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2005, 2010 e 2015.	80
Quadro 27 – Investimentos anuais por estabelecimentos e por porte da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	81
Quadro 28 – Investimentos anuais por estabelecimentos e por idade média da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	81

Quadro 29 – Origem do turista por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2005.	83
Quadro 30 – Origem do turista por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	83
Quadro 31 – Preços médios unitários praticados por porte da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	84
Quadro 32 – Preços médios unitários praticados por idade média da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	84
Quadro 33 – Classificação das dificuldades vivenciada pelas agências de turismo de Bonito-Serra da Bodoquena em 2010.	86
Quadro 34 – Classificação das dificuldades vivenciada pelos atrativos turísticos de turismo de Bonito-Serra da Bodoquena em 2010.	87
Quadro 35 – Classificação das dificuldades vivenciada pelos atrativos turísticos de turismo de Bonito-Serra da Bodoquena em 2010.	87
Quadro 36 – Cursos de capacitação profissional mais demandados por subsetor do turismo no Polo Serra da Bodoquena em 2010.	88
Quadro 37 - Sítios Geológicos e Não-geológicos do Geopark Bodoquena-Pantanal sob proteção no âmbito da Legislação Brasileira	91
Quadro 38 – Demais Sítios, Áreas e Referências Protegidas, Reconhecidas e em Reconhecimento no Geopark e em seu entorno.	93
Quadro 39- Análise da infraestrutura viária de acesso ao Polo Serra da Bodoquena.	100
Quadro 40 – Sistema de abastecimento de água do Polo Serra da Bodoquena em 2009.	105
Quadro 41 – Evolução da rede de abastecimento de água por município do Polo Serra da Bodoquena entre 2004 e 2009.	105
Quadro 42 - Número de Economias e população atendida no município de Jardim em 2008	106
Quadro 43: Indicadores Básicos de abastecimento de água em Bonito em 2004.	107
Quadro 44: Número de Economias e população atendida no município de Bodoquena.	108
Quadro 45 – Sistema de esgotamento sanitário da Serra da Bodoquena em 2009.	109
Quadro 46 – Evolução da rede de coleta de esgoto por município da Serra da Bodoquena entre 2004 e 2009.	109
Quadro 47 – Sistema de Telefonia do Polo Serra da Bodoquena em 2008	120
Quadro 48 – Sistema de energia elétrica do Polo Serra da Bodoquena em 2009.	121
Quadro 49 – Evolução do consumo total de energia por município do Polo Serra da Bodoquena entre 2004 e 2009.	121
Quadro 50 – Índices básicos de saúde do Polo Serra da Bodoquena em 2008.	122
Quadro 51 – Índices de Segurança pública do Polo Serra da Bodoquena em 2006.	125
Quadro 52 - Demonstrativo das principais linhas de financiamento.	163
Quadro 53 - Qualidade das águas da microbacia do Rio Formoso Medida pelo IQA _{NSF} , no ano de 2008.	175
Quadro 54 - Número de Pescadores Profissionais Regulares e Cadastrados no IMASUL	184
Quadro 55 - Números e porcentagem de pescadores esportivos que visitaram a Bacia do Alto Paraguai em Mato Grosso do Sul, por Estado de origem.	184
Quadro 56 - Relação das Unidades de Conservação instituídas na região do Polo da Serra da Bodoquena.	185
Quadro 57 – Detalhamento das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.	190
Quadro 58 – Descrição das causas, consequências e medidas mitigadoras dos principais impactos ambientais causados pela atividade turística.	198

Quadro 59 - Impactos ambientais da visitação turística na Gruta do Lago Azul	207
Quadro 60 - Focos de calor para os municípios do polo	208
Quadro 61 – Atividades previstas para a Serra da Bodoquena segundo ZEE.	220
Quadro 62 – Projetos da Fundação Neotrópica já desenvolvidos.	221
Quadro 63 – Projetos da Fundação Neotrópica em desenvolvimento.	222
Quadro 64 – Projetos do Instituto das Águas da Serra da Bodoquena.	223
Quadro 65 - Programas e ações da Fundação Neotrópica	225
Quadro 66 - Programas e ações do IASB	225
Quadro 67 - Programas e ações do Instituto Família Legal	226
Quadro 68 – Segmentos de turismo potenciais do Polo Serra da Bodoquena.	233
Quadro 69– Objetivos principais e específicos do PDITS/Serra da Bodoquena.	241
Quadro 70 – Objetivos estratégicos da FUNDTUR.	244

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABETA	Associação Brasileira da Empresas de Turismo de Aventura
ABR	Associação Brasileira de Resorts
ACT	Atividade Característica do Turismo
AGESUL	Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos
AGRAER	Agencia de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
AGTB	Associação Bonitense de Hotelaria, Associação de Guias de Turismo de Bonito.
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
ATRATUR	Associação dos Proprietários de Atrativos Turísticos de Bonito e Região
BOH	Boletim de Ocupação Hoteleira
CBH Miranda	Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Miranda
CECA/MS	Conselho Estadual de Controle Ambiental
CECAV	Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas.
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDEMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
DBO	Demanda Bioquímica de Oxigênio
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
EADCOM/UNITINS	Universidade Federal do Tocantins
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIV	Estudos de Impacto de Vizinhança
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Desenvolvimento do turismo
ENERSUL	Empresa Energética de Mato Grosso do Sul
ECD	Elasticidade Cruzada da Demanda
ERD	Elasticidade-Renda da Demanda
EPD	Elasticidade-Preço da Demanda
EPO	Elasticidade-Preço da Oferta
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado
FNRH	Ficha Nacional de Registro de Hospedes
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDTUR	Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul
FUNLEC	Instituto de Ensino Superior
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
GEF	Projeto de Gestão Integrada na Bacia do Rio Formoso
GUC	Gerencia de Unidade de Conservação
IASB	Instituto das Águas da Serra da Bodoquena.
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IMASUL	Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IQA	Índice de Qualidade da Água
ISSQN	Impostos dos Serviços de Qualquer Natureza
LI	Licença de Instalação
LO	Licença Operacional
MH	Meios de Hospedagem
MMA	Ministério do Meio Ambiente E Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
MP	Ministério Público.
MTUR	Ministério do Turismo
OD	Oxigênio Dissolvido
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organizações Não Governamentais
PA	Perdas Ambientais
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Serra da Bodoquena
PDTUR/MS	Plano de Desenvolvimento do Turístico Sustentável do Mato Grosso do Sul
PERH/MS	Plano Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso do Sul
PGRS	Programa de Gerenciamento de Resíduo Sólido
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNT	Plano Nacional de Turismo
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional
PROGER TURISMO	Programa de Geração de Emprego e Renda – Turismo
INVESTIMENTO	
P+L	Produção Mais Limpa
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RFO	Recursos financeiros obtidos
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RL	Reserva Legal
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEBRAE	Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas
SCA	Sistemas de controles ambientais.
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SEMAC	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SENAC/MS	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPROTUR	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SGS-TA	Sistema de Gestão de Segurança para o Turismo de Aventura
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SZB	Zona Serra da Bodoquena
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
UCP	Unidade de Coordenação de Projetos
UC	Unidade de Conservações
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UH	Unidade Habitacional
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNB	Universidade de Brasília

UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIGRAN	Centro Universitário da Grande Dourado
UNIDERP	Universidade Para o Desenvolvimento da Região do Pantanal
UPL	Unidade de Processamento de Lixo
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

1. O POLO SERRA DA BODOQUENA.

O Polo Serra da Bodoquena é composto pelos municípios Bodoquena, Bonito e Jardim, compreendendo uma área de 9.643,29 Km², 2,7% do Estado do Mato Grosso do Sul, e população estimada de 49 mil habitantes, 2,1% da população estadual. (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

A região, apesar do nome Serra da Bodoquena, não se trata de uma serra propriamente dita, e sim de um planalto com escarpa voltada para o Pantanal, localizado em direção oeste do Estado do Mato Grosso do Sul (figura 1)



Figura 1 - Localização do Polo Serra da Bodoquena no Estado do Mato Grosso do Sul e na América Latina.

Fonte: AGRICON CONSULTORIA.

A área turística em estudo faz parte da principal rota promovida pela Fundação de Turismo do Mato Grosso do Sul – FUNDTUR, a Rota Pantanal-Bonito, integrando os dois destinos mais procurados no Estado: o Pantanal e a Serra da Bodoquena, configurando-se como um produto turístico de grande relevância por ser embasado em ecossistemas singulares.

Da mesma maneira, o polo possui conectividade e influencia o fluxo turístico de outro destacado polo turístico do Estado, o Polo Campo Grande e Região, dada sua proximidade geográfica e pelo fato do Polo Campo Grande e Região ser a principal via de entrada do turista da Serra da Bodoquena, sobretudo daquele que acessa o destino pela via aérea, conforme anteriormente apresentado na análise de conectividade da Justificativa de Seleção da Área Turística.

Recentemente, com a implantação do Trem do Pantanal esta conectividade entre os três grandes destinos turísticos do Estado, foi intensificada, pois o turista que segue com o Trem do Pantanal até Miranda, pode acessar a Serra da Bodoquena, por via rodoviária, através do município de Bodoquena e futuramente, com a implantação da segunda etapa do Trem, acessará Corumbá por via férrea.

O polo turístico em questão possui formação calcária de suas rochas, diversas nascentes e cursos d'água formando corredeiras, cachoeiras e piscinas naturais com destacada transparência da água, que aliada à diversidade de plantas e peixes confere atratividade turística a Serra da Bodoquena.

Estes atrativos naturais aliados à infraestrutura e serviços turísticos, à organização e gestão do turismo no local, sobretudo em Bonito, fazem de Bonito um destino consolidado de Ecoturismo, Turismo de Aventura e Turismo de Natureza e denota o mesmo potencial para Jardim e Bodoquena.



Foto 1 - Balneário Municipal de Bonito, MS.

Fonte: Centro de Convenções de Bonito.



Foto 2 – Ceita Coré.

Fonte: Centro de Convenções de Bonito.

Complementando os segmentos principais do polo já consolidados nota-se ainda a possibilidade de diversificação do *portfólio* de produtos turísticos com a estruturação de novos produtos a partir das potencialidades existentes e dos segmentos emergentes.

No polo, há o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, criado em setembro de 2000 e ainda não aberto à visitação pública, sendo a única unidade de proteção integral federal implantada em Mato Grosso do Sul e maior área contínua de mata atlântica no Estado.

Salientam-se também no polo, os emergentes turismos de eventos e de experiência, além dos potenciais geoturismo, turismo histórico-cultural e turismo rural de base comunitária.



Foto 3 – Visão aérea do Rio Perdido no Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

Fonte: Albergue da Juventude – Bonito



Foto 4 – Tour da Experiência – Taboa Fábrica de Encantos em Bonito, 2010.

Fonte: BONITO WAY, 2010.

Nos 76,48 ha da área do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, compreendendo os municípios de Bonito, Bodoquena, Jardim e Porto Murtinho, há grande potencialidade turística em decorrência da presença de exemplares da flora e fauna do Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica e pelas nascentes do Rio Salobra, ao norte, e do Rio Perdido ao sul. No presente ano, o parque ainda não foi implantado e tampouco seu plano de manejo consolidado, sendo que 17%, ou pouco mais de 13 mil hectares, já foram adquiridos pela União e o restante demanda regularização fundiária, conforme Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul (2010).

Já o Tour da Experiência, projeto do Instituto Marca Brasil desenvolvido pelo Ministério do Turismo e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, foi implantado na Serra da Bodoquena em maio de 2010 e atualmente, possui 18 atrativos integrando o projeto com produtos já estruturados: Restaurante Cantinho do Peixe, a Taboa Fábrica de Encantos, o Vício da gula, o Projeto Jibóia, o Wetiga Hotel, a Associação Amigos do Brasil Bonito, o Restaurante Casa do João, a Associação Bonito Feito à Mão, o Buraco das Araras, a Estância Mimosa Ecoturismo, o Hotel Pousada Águas de Bonito, o Hotel Pousada Arizona, o Hotel Marruá, a Oca Bar e a Pousada Chamamé, além das agências de turismo Bonito Way, Agência Ar e Ygarapé Tour.

Em 2006, com a instalação do Centro de Convenções de Bonito, o polo passou a ser inserido no mercado nacional de eventos de pequeno e médio porte (até a capacidade do centro de convenções, 1.700 pessoas sentadas e 1.000m² para exposições), configurando-se como uma alternativa para incrementar o fluxo turístico na época de baixa temporada, quando segundo a administração do Centro de Convenções de Bonito é justamente o período de realização da maioria dos eventos. Também em Jardim, há o Centro de Convenções “Oswaldo Fernandes Monteiro” voltado a eventos de pequeno porte, com capacidade para 225 pessoas.



Foto 5 – Vista aérea do Centro de Convenções de Bonito.

Fonte: Centro de Convenções de Bonito



Foto 6 – Centro de Convenções de Bonito

Fonte: Centro de Convenções de Bonito

O Geopark Bodoquena-Pantanal, criado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul através do Decreto nº. 12.897, de 22/12/2009, englobando 11 municípios dentre eles os três integrantes do polo turístico em análise, e que atualmente se encontra em fase de preparação da documentação para obtenção do reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO configura-se como um produto potencial de grande singularidade, sobretudo se obtida a chancela da UNESCO, pois o Geopark passaria a integrar a rede global de Geoparks.

Nele, estão identificados 417 sítios arqueológicos, dentre os quais dos segmentos de turismo étnico, histórico, cultural, de natureza e ecoturismo. Um destes sítios identificado é o Cemitério dos Heróis, uma particularidade da região por seu aspecto histórico e cultural, o qual, se estruturado, pode apresentar interesse e atratividade turística por ser um dos monumentos relacionados à Retirada da Laguna em 1867, episódio da Guerra do Paraguai, que constitui a mais famosa e trágica retirada do exército brasileiro.

O Cemitério dos Heróis localiza-se no município de Jardim, onde se encontram enterrados os heróis nacionais: coronel Carlos de Moraes Camisão, o tenente-coronel Juvêncio Cabral de Menezes e o José Francisco Lopes, o Guia Lopes.

Complementando as potencialidades da região turística capazes de fortalecer o polo no mercado turístico, tem-se o turismo de base comunitária em assentamentos rurais e distritos, como os assentamentos Campina, Sumatra e Canaã, tradicionais produtores de abóbora cabotiã em Bodoquena, o Distrito de Águas do Miranda em Bonito, tradicional destino de pesca, e o Assentamento Santa Lucia em Bonito, onde existem duas unidades de produção dos doces e compotas “Pé da Serra”.



Foto 7 – Assentamento Canaã em Bodoquena, MS

Fonte: Domingos Mariúba.



Foto 9 – Assentamento Sumatra em Bodoquena, MS.

Fonte: Domingos Mariúba.



Foto 8 – Assentamento Campina em Bodoquena, MS.

Fonte: Domingos Mariúba.



Foto 10 – Pousada e Restaurante no Distrito Águas de Miranda em Bonito, MS.

O artesanato típico produzido na área turística corrobora com o potencial turismo de base comunitária, sendo produzidas peças em couro, osso, madeira, cerâmica, fibras vegetais entre outras que refletem a cultura e origem da comunidade local, sendo institucionalmente apoiado pelos núcleos municipais de artesanato existentes nos três municípios do polo.

2. MERCADO TURÍSTICO

O cenário do polo selecionado para o mercado turístico como destino consolidado restringe-se presentemente a Bonito, destino indutor da região, sendo a vocação principal atual da região turística os segmentos de Ecoturismo, Turismo de Natureza e Turismo de Aventura,

todos pautados nos recursos naturais existentes, decorrentes de seu ecossistema singular conforme apresentado anteriormente durante a Justificativa da Seleção da Área turística.

Esta vocação do polo é ratificada pelo Inventário Turístico realizado através do Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul – PDTUR/MS no período 1999-2002 quando foram constatados 223 atrativos/produtos turísticos na região categorizados como completos, potenciais, deficientes e divididos quanto ao tipo em: naturais, culturais e históricos.

Na década de 60 iniciou-se espontaneamente o fluxo turístico de Bonito para se conhecer a “Gruta do Lago Azul” e a “Ilha do Padre”. Esta demanda, percebida pela comunidade local como uma alternativa econômica, induziu a organização e estruturação da então atividade turística. Assim, hoje Bonito concentra a maior parte dos produtos principais estruturados, e da mesma maneira, apresenta maior diversificação de produtos complementares e periféricos, que denotam competitividade ao destino.

Porém, se ressalta que Jardim e Bodoquena possuem o mesmo ecossistema, além das particularidades específicas de cada município segundo apresentadas na introdução acima, denotando a mesma potencialidade turística encontrada em Bonito, configurando-se como uma oportunidade para ampliar quantitativamente e qualitativamente os produtos oferecidos e também, para diversificar o *portfólio* estratégico da região turística.

Assim, atendendo aos marcos conceitual da segmentação do turismo pelo Ministério do Turismo para o Ecoturismo: “Segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” e para o Turismo de Aventura: “Compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter não competitivo”, Bonito/Serra da Bodoquena foi considerado um dos polo priorizados pelo Ministério do Turismo para atuação do Programa de Qualificação e Certificação do Turismo de Aventura, cujas ações que se iniciaram no segundo semestre de 2006, contemplando principalmente fortalecimento empresarial e associativo, qualificação de empresas e condutores e a busca pela excelência em segurança e gerenciamento de riscos

Considerando o mercado global dos segmentos consolidados e vocação principal do polo em questão, destaca-se que o Brasil é um país rico em atrativos naturais, segundo o Fórum Econômico Mundial em 2009 na terceira edição do Relatório de Competitividade em Viagens & Turismo, o Brasil está em segundo lugar no que diz respeito a recursos naturais, perdendo apenas para os Estados Unidos. Neste contexto, o polo se destaca pelas premiações seguidas de Bonito como melhor destino de ecoturismo, diferenciando o destino no mercado nacional e internacional.

Ainda sobre a dinâmica deste segmento de mercado turístico, o Instituto Aqualung (RAMOS, 2004) destaca que segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT o Ecoturismo se expande 20% ao ano, enquanto o turismo convencional cresce 7,5%, o Instituto estima que o mercado brasileiro de ecoturismo movimente cerca de 500 milhões de reais por ano e gera 30 mil empregos diretos.

De acordo com os dados do Estudo da Demanda Doméstica Internacional, realizado pelo Ministério do Turismo, a demanda turística internacional do segmento Natureza, Ecoturismo e Aventura representaram 22,20% em 2008 da demanda turística com motivo de lazer no Brasil, ficando atrás apenas do Turismo de Sol e Praia com 52,30%%. (BRASIL, 2010b).

Uma vez definido como produto principal do Polo Serra da Bodoquena os segmentos acima citados, cabe analisar os demais elementos a eles agregados, que compõem o produto turístico, tornando a experiência de viajar completa e dotando o destino de competitividade, conforme preconizado por Valls (2006).

Neste sentido, têm-se como produtos periféricos: *i)* a infraestrutura e equipamentos de suporte: receptivo, estacionamento, lanchonete, botes, roupas de neoprene e outros; *ii)* agências de viagem; *iii)* guias de turismo; *iv)* transporte para o acesso ao atrativo.

Como produtos complementares destacam-se: a hospedagem, alimentação, segurança, entretenimentos e atrativos complementares e outros serviços.

Tal como será abordado mais adiante, na análise da demanda e oferta, além do atrativo natural (produto principal) e os periféricos que viabilizam a experiência, alguns produtos são decisivos na competitividade do produto como as agências de viagens que no polo, tem uma atuação expressiva e distinta: a agência de viagem é em grande parte receptiva ampliando seu papel para além da comercialização do atrativo, visto que é a agência que presta o serviço de acompanhamento do turista durante toda a sua permanência no polo, conforme informado pela Diretoria de Turismo Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Bonito.

Outro importante produto complementar a ser destacado no polo pela sua peculiaridade é o guia de turismo, diretamente vinculado às agências de turismo, por conferirem qualidade ao produto, pois ele apresenta ao turista não o atrativo, mas sim o destino como um todo, sobretudo aqueles guias que acompanham o turista ao longo de todo um dia, passando por mais de um atrativo, segundo indicado pela Associação de Guias de Turismo de Bonito.

A figura seguinte ilustra a estruturação do produto turístico do Polo Serra da Bodoquena, com seu produto principal, produtos periféricos e complementares.



Figura 2 - Estrutura do produto turístico do Polo Serra da Bodoquena.

Fonte: Elaboração própria com base em Valls, 2006.

2.1. DEMANDA ATUAL

No Brasil, os estudos, pesquisas, indicadores e estatísticas sobre o andamento do Setor e o perfil da Demanda ainda estão em construção pelos órgãos da gestão pública; em nível federal e estadual, no entanto, depende do entendimento do Setor de que a disponibilidade de dados e informações é fundamental para a efetiva consolidação da atividade, a visibilidade da sua importância para a economia e o fortalecimento da classe empresarial.

Para se obter dados e informações concretas sobre a demanda dos principais segmentos turísticos do polo, caracterizando o comportamento da demanda uma vez no destino, independente da época do ano, embasou-se a presente análise em fontes diversificada de dados fidedignos à realidade local.

Dentre estas fontes destacam-se a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH, os fluxos de visitação registrados pelo Sistema *Voucher* e estudos já realizados pelo Ministério do Turismo, pela Associação Brasileira de Empresas de Turismo de Aventura e Ecoturismo - ABETA e por instituições acadêmicas.

2.1.1. Perfil Quantitativo

O volume registrado de turistas no destino Bonito/Serra da Bodoquena pode ser analisado através de duas significativas fontes de dados: o controle de visitação registrado pelo Sistema *Voucher* Único e a Movimentação nos Meios de Hospedagem através do BOH. Optou-se por pautar a análise do volume turístico da região nos dados do Sistema *Voucher* Único por este disponibilizar uma série de dados maior e mais recente, aumentando a segurança para as projeções futuras.

No entanto, conforme analisado pela FUNDTUR (figura seguinte), há uma estreita relação entre Fluxo de Entradas nos Meios de Hospedagem - MH e Fluxo de Turista estimado pela Visitação aos Atrativos, assim como entre os Pernoites gerados e a Quantidade de *Vouchers* Emitidos, fato este que valida a opção acima.

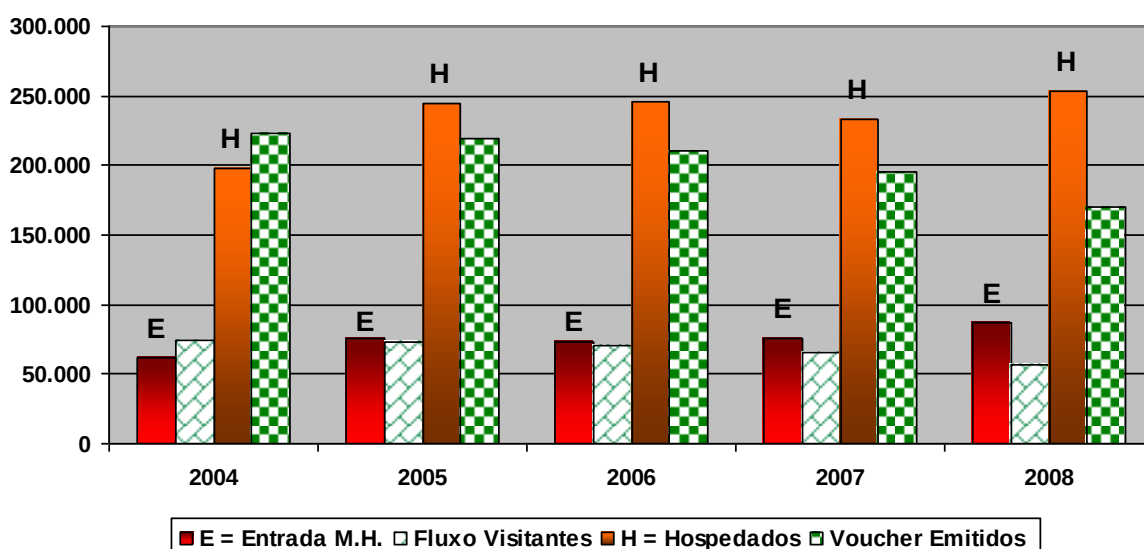


Figura 3 - Movimentação Hoteleira X Sistema de Voucher Único por Ano, entre 2004 e 2008.¹

Fonte: FUNDTUR MS. (MATO GROSSO DO SUL, 2010 b)

¹ Entradas MH refere-se ao número de hóspedes que deram entrada no estabelecimento e HOSPEDADOS corresponde ao número de hóspedes que permaneceram hospedados, ou seja, pernovernaram no empreendimento.

O Sistema de *Voucher* Único – Controle de Arrecadação de Impostos dos Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, implantado em 1996, quantifica o número de visitantes por atrativos e controla a capacidade de carga ao gerenciar o limite de visitas diário por atrativo.

Atualmente, cerca de 50 atrativos turísticos, incluindo alguns localizados em Jardim e em Bodoquena, são controlados pelo Sistema *Voucher* (conforme listado na Justificativa de Seleção da Área Turística), o que representa a grande parte dos atrativos configurados como produtos estruturados para comercialização.

Considerando que, em média, cada turista visita três atrativos por viagem, número este convencionado empiricamente pela organização local e ratificado pela FUNDTUR, tem-se o seguinte volume anual de turistas estimado a partir das visitas registradas:

Quadro 1 – Série Histórica do Total de Visitações aos atrativos turísticos de Bonito/Serra da Bodoquena controladas pelo Sistema Voucher e estimativa do volume anual de turistas entre 1996-2009.

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Fluxo (1)
1996	12.909	9.206	3.025	5.881	3.772	5.100	17.845	7.393	7.890	12.143	8.802	12.675	106.641	35.547
1997	25.426	14.301	8.975	6.264	8.911	2.821	23.219	7.343	8.019	12.759	9.042	15.307	142.387	47.463
1998	28.479	14.994	5.651	9.548	5.439	5.249	22.257	5.760	12.025	13.695	7.925	14.257	145.279	48.427
1999	24.081	12.955	7.993	13.100	8.761	7.751	32.739	10.285	19.187	20.204	15.168	14.139	186.363	62.121
2000	31.300	9.190	15.416	13.156	6.376	7.223	25.728	10.178	14.344	16.716	11.804	14.523	175.954	58.651
2001	29.867	14.457	7.403	12.550	5.861	6.362	25.011	10.357	14.787	19.085	14.703	17.626	178.069	59.356
2002	34.242	14.929	14.873	9.351	10.055	7.305	33.910	13.097	14.038	21.930	19.413	23.686	216.829	72.276
2003	36.691	10.404	18.813	19.936	11.019	11.021	33.235	12.543	19.482	20.285	12.441	22.983	228.853	76.284
2004	37.391	22.334	10.305	14.697	9.145	8.026	28.452	12.353	19.137	23.342	15.287	22.250	222.719	74.240
2005	35.002	19.600	12.408	11.616	9.702	5.977	32.005	15.151	19.207	19.072	18.128	21.664	219.532	73.177
2006	38.050	18.564	12.681	12.006	8.088	7.859	24.750	12.857	16.516	18.017	17.600	23.465	210.453	70.151
2007	35.355	15.550	10.285	15.190	5.876	7.418	23.896	10.032	15.610	15.454	16.787	23.784	195.237	65.079
2008	26.364	13.187	10.313	6.240	9.118	5.236	23.193	10.523	11.246	14.154	13.903	26.539	170.006	56.668
2009	46.094	22.636	11.694	20.827	11.006	9.939	34.494	14.108	19.536	27.062	20.345	28.798	266.539	88.846
Total	441.251	212.307	149.835	170.362	113.129	97.287	380.734	151.980	211.024	253.918	201.348	281.696	2.664.861	888.286

Fontes: Prefeitura de Bonito Central do ISSN /FUNDTUR MS. (MATO GROSSO DO SUL, 2010 b)

(1) Fluxo estimado pautado no pressuposto de que, em média, o turista visita três atrativos.

O Quadro anterior indica o crescimento de aproximadamente 150% entre 1996 e 2009 no volume anual de turistas, sendo o crescimento observado de 19,67% entre os últimos cinco anos. A figura seguinte ilustra as oscilações do comportamento do volume de turistas no período registrado:

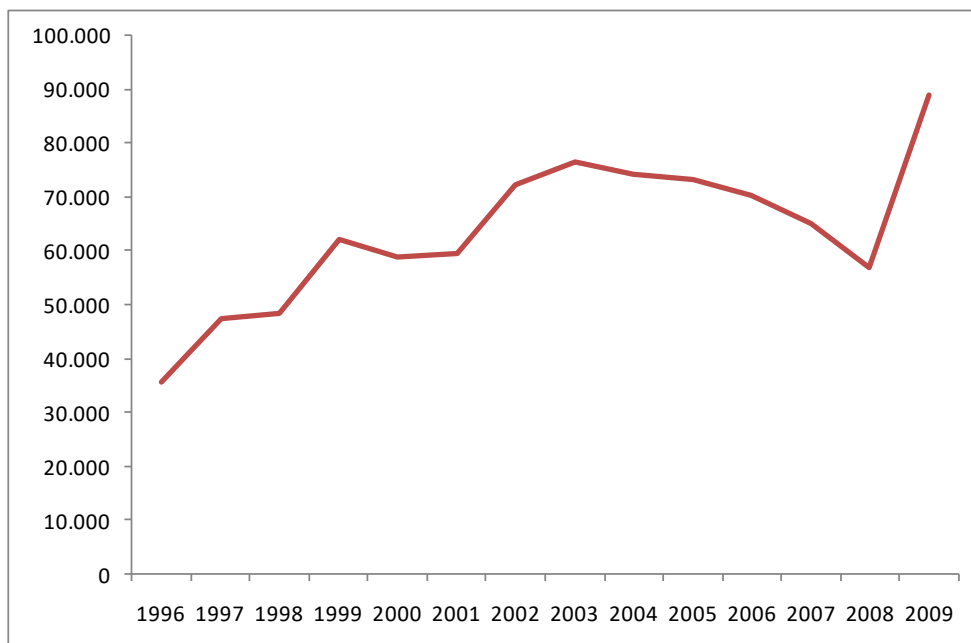


Figura 4 - Comportamento do volume de turistas em Bonito/Serra da Bodoquena entre 1996 - 2009

Fonte: Elaborado a partir dos dados da Prefeitura de Bonito Central do ISSQN /FUNDTUR MS. (MATO GROSSO DO SUL, 2010 b)

Nota: Estimou-se que cada turista visite cerca de três atrativos por viagem.

A análise gráfica mostra uma tendência clara de aumento do fluxo de turistas na região ao longo da série, esse desempenho pode ser explicado pela maior divulgação, estruturação gradativa do destino ao longo do tempo, melhor e maior dotação de infraestrutura econômica e social, aumento da oferta de atrativos aos turistas, estabilização da economia e aumento do poder de compra dos consumidores, dentre outros fatores. Vale destacar também que a inflexão do fluxo de turistas observada no período de 2003 a 2008 pode ser explicada, dentre outros, por dois fatores essenciais: a valorização cambial verificada no período, o que favorece as viagens ao exterior; e a crise financeira de 2008, que colapsou o mercado de crédito e provocou o surgimento de expectativas negativas e afetou negativamente a demanda turística.

A recuperação verificada no ano de 2009 pode ser explicada pelo fato de que, a desvalorização cambial e o novo cenário econômico internacional fizeram com que o turista nacional voltasse a focar o mercado interno e, dessa forma, o polo Serra da Bodoquena volta a receber os turistas que havia perdido na competição entre os destinos nacionais e internacionais.

Cabe destacar que o volume de turistas ao longo do ano tem comportamento sazonal característico dos destinos Ecoturismo, Aventura e Lazer, principalmente escolhidos para períodos de férias e feriados prolongados (figura seguinte). A diversificação da oferta com a promoção do destino no segmento de negócios e eventos tende a modificar essa sazonalidade com a otimização dos períodos tidos como baixa temporada. Um exemplo é o evento Festival de Inverno de Bonito que vem sendo realizado estrategicamente no final de julho começo de agosto, com objetivo de prolongar o período da alta temporada de julho.

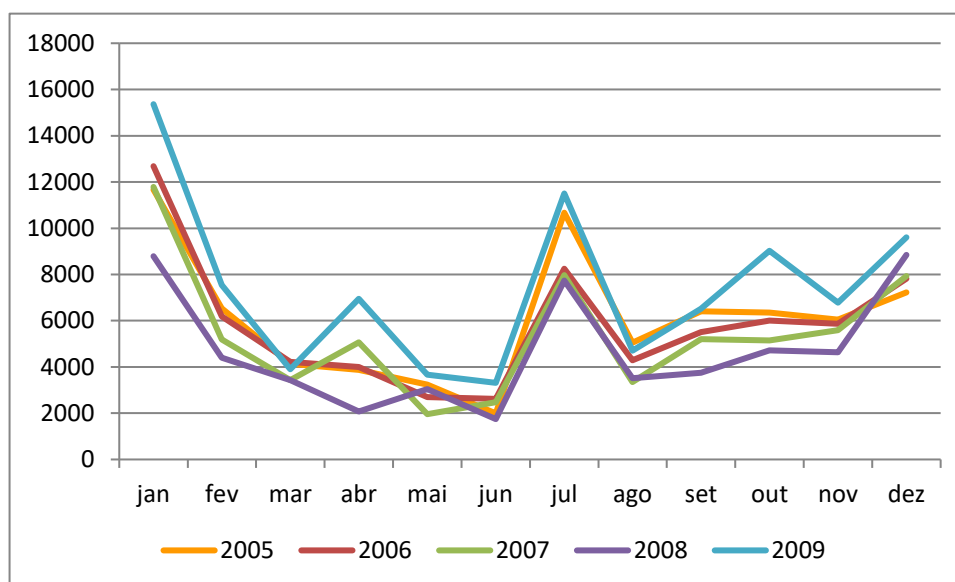


Figura 5 – Volume turístico mensal em Bonito/Serra da Bodoquena entre 2005 e 2009.

Fonte: Elaborado a partir dos dados da Prefeitura de Bonito Central do ISSQN /FUNDTUR MS. (MATO GROSSO DO SUL, 2010 b)

Nota: Estimou-se que cada turista visite cerca de três atrativos por viagem.

A partir da amostragem de 10% do total FNRH de 2005, 2007 e 2008 encaminhadas pelos Meios de Hospedagens em atendimento a legislação vigente para o Setor - Deliberação Normativa 429/2002 - Regulamentação Geral dos Meios de Hospedagem - Ministério do Turismo e Decreto Estadual Nº 11.536 de 12/01/2004 - cujo cumprimento na Região se dá, em maior parte, pelos empreendimentos de Bonito, tem-se como mercado de procedência do turista do polo em estudo:

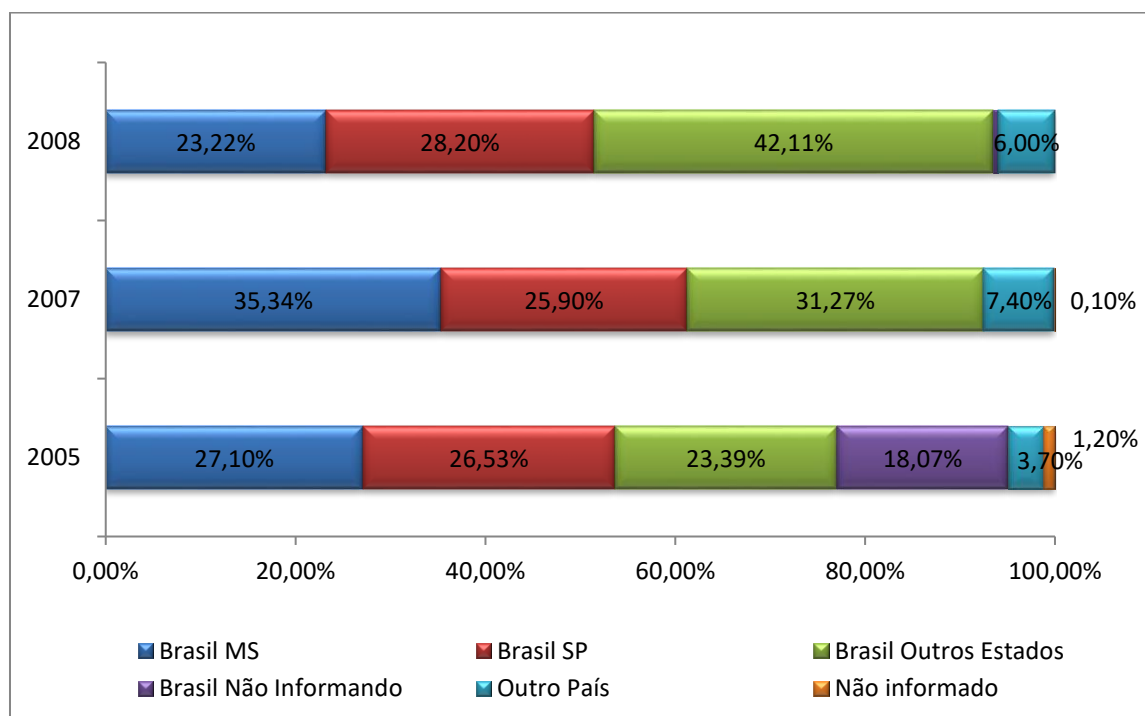


Figura 6 – Procedência do turista de Bonito/Serra da Bodoquena em 2005, 2007 e 2008.

Fonte: FNRH – FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Detalhando o item Outros Estados, se apresentam como Ultima Procedência:

2005 – SC 2,1%; RS 1,7%; MG 1,6%; DF 1,1%; ES 1,0%; GO 0,7%; BA 0,5%; MT 0,4%; CE 0,3%; PE 0,2%; PI 0,2%; SE 0,2%; RR 0,1%; PA 0,1%; RO 0,1%; RN 0,1%; MA 0,1%; AM 0,1%; TO 0,1%;

2007 – RS 2,7%; MT 1,9%; GO 1,5%; RO 0,7%; CE 0,6%; BA 0,4%; PE 0,4%; ES 0,4%; AL 0,1%; RN 0,1%; SE 0,1%; AC 0,1%; PI 0,1%; MA 0,1%; AM 0,1%; TO 0,1%; PB 0,1%;

2008 – MT 4,5%; RJ 4,2%; RS 3,8%; DF 3,7%; BA 2,8%; GO 1,8%; ES 0,3%; RO 0,3%; RN 0,3%; CE 0,3%; PE 0,2%; AM 0,2%; PA 0,2%.

Nota-se acima que a maior parte dos turistas do polo é de nacionalidade brasileira, destacando o próprio Mato Grosso do Sul e o Estado de São Paulo como os maiores mercados emissores. Ao analisar os demais estados de origem do turista verifica-se uma grande variação entre os anos analisados.

Enquanto emissores para o destino:

Os Estados Limítrofes com Mato Grosso do Sul: SP, MT, PR, MG, GO representaram em 2005 – 37,2%; em 2007 – 40,50%; em 2008 – 48,30% da origem dos visitantes;

A Região Centro Oeste: MS, MT, GO, DF representou em 2005 – 30,46% dos Estados Emissores; em 2007 - 45,40% e em 2008 – 34,70%;

A Região Sudeste: SP, RJ, ES, MG representaram em 2005 35,6% dos Estados Emissores; em 2007 - 37,0%; em 2008 - 76,70%;

Os Estados do Norte/Nordeste: PE, BA, PA, CE, RN, RO, SE, PI, MA, AM, AL representaram em 2005 – 2% dos Estados emissores; em 2007 - 2,3%; em 2008 – 4,30%;

A Região Sul: PR, RS, SC representaram 10,4% dos Estados emissores; em 2007 – 11,70%; em 2008 – 15,80%.

Detalhando-se a origem dos turistas estrangeiros que freqüentam o polo:

Quadro 2 – Procedência do turista estrangeiro de Bonito/Serra da Bodoquena em 2005, 2007 e 2008.

PAÍS	2005	2007	2008
Não respondeu/brasileiro	95,1%	92,5 %	94,0%
Estados Unidos	0,4%	1,6%	2,3%
Itália	0,4%	0,4%	0,3%
Japão	0,4%	0,3%	0,2%
Alemanha	0,4%	0,6%	0,2%
Espanha	0,3%	0,9%	0,3%
Portugal	0,3%	0,4%	-
França	0,2%	0,3%	0,3%
Argentina	0,2%	0,1%	0,3%
Austrália	0,2%	0,3%	0,3%
Canadá	0,1%	0,2%	-
Holanda	0,1%	0,1%	-
Bélgica	0,1%	0,5%	-
Chile	0,1%	0,1%	-
Paraguai	0,1%	0,3%	0,2%
Áustria	0,1%	0,1%	-

PAÍS	2005	2007	2008
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: FNRH – FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Embasado nos volume de turistas do polo e na procedência acima apresentados estima-se o seguinte volume de turista por mercado geográfico de procedência:

Quadro 3 – Volume de turistas por mercado geográfico em 2005, 2007 e 2008.

Procedência		2005	2007	2008
Brasil	MS	19.834	22.996	13.157
	SP	19.416	16.855	15.980
	Outros estados	17.119	20.347	23.864
	não informado	13.222	0	266
Outro País		2.708	4.816	3.400
Não informado		878	65	-
Total		73.177	65.079	56.668

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do *Voucher* e da FNRH (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Não há estudo que determine o grau de permanência do turista de Bonito/Serra da Bodoquena, sobretudo refletindo o comportamento da demanda ao longo de todo o ano e considerando ambos os períodos de alta e baixa temporada, porém conjectura-se que este grau de permanência seja elevado dada a posição geográfica do polo, os acessos reduzidos e ao fato da região não configurar-se como um corredor turístico.

Tomando-se por base o volume de turistas apresentado, embasado nas visitas aos atrativos controladas pelo Sistema Voucher Único entre 1996 e 2009, realizou-se a projeção futura do fluxo de turistas. Para a realização da projeção do fluxo de turistas foi utilizado o Modelo Holt-Winters para a previsão dos dados até 2014, sendo necessário utilizar os dados mensais, pois para este modelo é necessário que a amostra tenha no mínimo 60 observações. Neste cálculo, tal como recomendado pelo órgão oficial de turismo do Estado, assumiu-se que cada turista visita três atrativos. Os resultados estão no quadro e figura seguintes.

Quadro 4 - Projeção futura do Fluxo de turistas para Bonito/Serra da Bodoquena para 2010 a 2014.

Ano	Fluxo de Turistas
1996	35.547
1997	47.463
1998	48.427
1999	62.121
2000	58.651
2001	59.356
2002	72.276
2003	76.284
2004	74.240
2005	73.177
2006	70.151
2007	65.079
2008	56.668
2009	88.846
2010	88.846
2011	96.940

2012	105.771
2013	115.407
2014	125.920

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema *Voucher* (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

A projeção para os anos de 2010 a 2014 foram realizadas com base na taxa de crescimento do fluxo de turistas encontrada pelo modelo que é de 9,11%. A figura abaixo mostra a visualização desse crescimento:

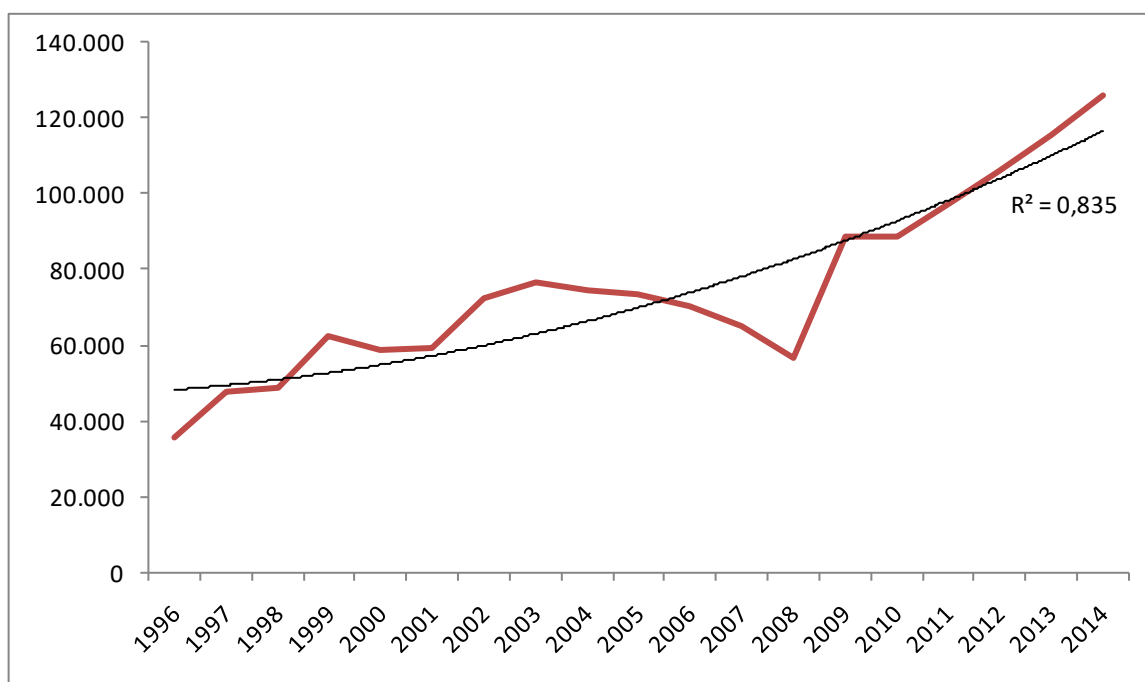


Figura 7 - Estimativa do volume turístico no Polo da Serra de Bodoquena entre 2010 e 2014.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema *Voucher* (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

A análise da projeção apresenta um coeficiente de determinação de 0,835 ($R^2 = 0,835$), o que significa dizer que o modelo explica com confiança o comportamento dos dados apresentados na série.

Vale ressaltar que modelos baseados no comportamento passado das variáveis apresentam limitações nas previsões. No presente caso, as projeções acima são embasadas no fluxo de visitação aos atrativos que ainda não reflete o volume turístico dos segmentos emergentes no polo (como eventos programados e o *tour* da experiência, por exemplo) e por isso, essas projeções devem ser consideradas conservadoras, mas retratam com fidelidade o fluxo turístico estimado dos segmentos principais da área turísticos. Outra limitação do modelo adotado é desconsiderar eventos futuros que podem influenciar o comportamento da variável em análise como a possível influência de dois eventos esportivos importantes que ocorrerão no Brasil: a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016.

2.1.2. Perfil qualitativo

No Brasil, ainda, os estudos, pesquisas, indicadores e estatísticas sobre o Setor de Turismo, perfil da Demanda entre outros aspectos, estão em construção pelos órgãos da gestão pública, em nível federal e estadual. Por isso, o perfil qualitativo aqui analisado é embasado em pesquisa realizada pela FUNDTUR/MS com amostra de 10% coletada a partir das informações da FNRH de 2005, 2007 e 2008, encaminhadas pelos Meios de Hospedagens em atendimento a legislação vigente para o Setor - Deliberação Normativa 429/2002 - Regulamentação Geral dos Meios de Hospedagem - Ministério do Turismo e Decreto Estadual Nº 11.536 de 12/01/2004 - cujo cumprimento na Região se dá principalmente, pelos empreendimentos de Bonito.

Desta amostra tem-se o sexo masculino como maioria entre os turistas locais:

Quadro 5 – Gênero do turista de Bonito/Serra da Bodoquena em 2005, 2007 e 2008.

GÊNERO	2005	2007	2008
Masculino	67,3%	67,3%	68,7%
Feminino	32,6%	32,6%	31,3%
Não informado	0,1%	0,1%	-
TOTAL.	100%	100%	100%

Fonte: FNRH – FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

No tocante ao Gênero, em função das características do destino, bem como, dos passeios oferecidos voltados para a Aventura, o sexo masculino representa 2/3 dos visitantes. Abaixo segue a faixa etária:

Quadro 6 – Faixa etária do turista de Bonito/Serra da Bodoquena em 2005, 2007 e 2008.

IDADE	2005	2007	2008
41 a 50	28,4%	26,2%	26,7%
31 a 40	24,3%	28,4%	29,0%
21 a 30	19,7%	20,1%	17,0%
51 a 60	14,9%	14,0%	25,8%
61 a 70	6,5%	6,5%	
11 a 20	3,2%	3,2%	1,50%
ñ informado	1,6%	-	-
71 a 80	1,1%	1,4%	
81 a 90	0,2%	0,2%	
01 a 10	0,1%	-	
TOTAL.	100%	100%	100%

Fonte: FNRH – FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

A faixa etária entre 31 – 60 anos representa 81,50% da idade predominante entre o público visitante do destino em 2008; observa-se um público acima de 60 anos: em 2005 – 7,80% e em 2007 – 8,10% - que se trata do segmento da terceira idade que segundo o IBGE, são cerca de 32 milhões de pessoas que colocam o Brasil como o 6º país envelhecido do mundo: nicho de mercado em expansão cujas estratégias de alcance estão disponíveis através do *Programa Viaja Mais, Melhor Idade* desenvolvido pelo Ministério do Turismo.

Embasado na amostra acima confirmou o turismo como a principal motivação da viagem:

Motivo da Viagem	2005	2007	2008
Negócio	5,0%	13,0 %	19,3%
Turismo	72,1%	72,%	68,8%
Saúde	0,1%	0,1%	-
Lazer	7,4%	9,3%	-
Estudo / Ensino	0,7%	1,4%	-
Esporte	0,4%	-	-
Convenção/Evento	6,7%	4,0%	-
Religioso	0,1%	0,1%	-
Outros	4,4%	4,9%	8,5%
Não informado	4,4%	0,1%	3,8%
TOTAL.	100%	100%	100%

Fonte: FNRH – FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Os segmentos Turismo, Lazer, Convenção/Evento/Negócio representaram, respectivamente, em 2005 - 91,20 %; em 2007 - 98,30% e no intervalo de um ano continuaram a representar um fluxo expressivo como Motivo da Viagem: em 2008 representaram – 88,10%, embora Outros Motivos tenham apresentado um crescimento de médio de 3,90%.

Uma vez no destino verifica-se, através do fluxo de visitação por atrativo turístico, que apesar de identificados 223 atrativos pelo inventário do PDTUR e conforme informação local, fornecida pela ABGT, existe cerca de 30 atrativos estruturados para comercialização, pouco atrativos (cerca de quatro em 2009) concentram mais da metade da visitação turística, conformando-se como os atrativos mais valorizados/visitados pelo turista do polo em estudo conforme ilustram o quadro e a figura seguintes:

Quadro 7 – Atrativos turísticos mais visitados em Bonito/Serra da Bodoquena entre 2006 e 2009. (em volume anual de visitas)

Atrativos	2006	2007	2008	2009
Gruta do Lago Azul	42.847	41.716	38.226	54.268
Bote Iberê/ Natura/ Ború	29.174	31.081	24.412	40.539
Rio Sucuri	16.803	20.702	17.833	28.059
Aquário Natural	16.622	12.850	9.361	19.011
Bonito Aventura	2.668	2.670	1.160	1.147
Estância Mimosa	8.031	6.342	6.735	12.790
Rio do Peixe	7.799	8.922	5.840	10.935
Balneário Municipal	10.665	9.944	D.N.D	D.N.D
Rio da Prata	10.909	7.037	D.N.D	D.N.D
Total de visitas no ano	210.453	195.237	170.006	266.539

Fonte: Sistema Voucher – Prefeitura Municipal de Bonito – FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Analisando a visitação por atrativos percentualmente em 2009 tem-se:

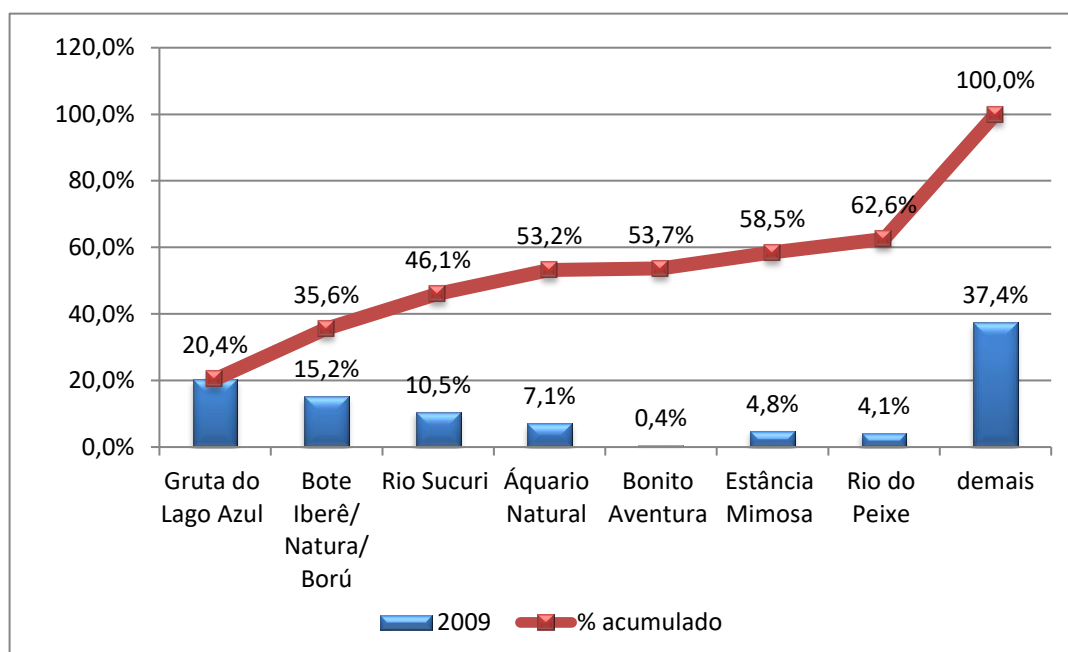


Figura 8 – Participação dos atrativos mais valorizados no total de visitação registrado em 2009.

Fonte: elaborado a partir dos dados do Sistema Voucher – Prefeitura Municipal de Bonito – FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Um aspecto fundamental na análise da demanda do mercado turístico é a avaliação da sensibilidade do turista em relação à variação do preço dos atrativos. Para tanto, foi utilizado o cálculo de elasticidades.

Os cálculos de elasticidades foram realizados a partir das informações de preço e de quantidade (2006 e 2009) fornecidos pela FUNDTUR-MS de quatro atrativos, sendo: Gruta Lagoa Azul, Rio Sucuri, Aquário Natural e Estação Mimosa.

Foram calculadas as elasticidades-preço da demanda, elasticidade-renda da demanda e elasticidade cruzada da demanda, sendo empregada a metodologia de cálculo de elasticidade no ponto. (Pyndick, 2002).

No cálculo da elasticidade-renda da demanda (ERD) foram utilizados dados do Ministério do Trabalho e Emprego (renda média e número de ocupados) e utilizados os valores para o cálculo do número índice da renda (Hoffmann, 2006).

Os resultados das análises estão apresentados nas tabelas abaixo.

Quadro 8 - Elasticidade-preço da demanda na alta e baixa temporada nos atrativos analisados.

Atrativo	Baixa Temporada		Alta Temporada	
	Valor	Tipo	Valor	Tipo
Gruta Lagoa Azul	1,4	<i>Giffen</i> ²	0,6	<i>Giffen</i>
Rio Sucuri	-4,7	Elástica	-6,8	Elástica
Aquário Natural	0,0	Nula	-0,5	Inelástica
Estação Mimosa	-1,7	Elástica	-0,8	Inelástica

Fonte: Elaborado a partir de dados da FUNDTUR (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

No caso do atrativo “Gruta Lagoa Azul”, foi identificado que a demanda do atrativo aumentou mesmo com o aumento dos preços do referido atrativo, sendo incoerente com a lei da demanda. Esse fato não é incomum em decorrência dos vários outros fatores que

² Bem de Giffen é quando um aumento no preço do bem causa um aumento de demanda desse bem, sendo este um comportamento atípico de demanda. Para ver mais sobre o assunto consultar Pyndick (2002).

determinam a demanda, como, por exemplo, *Marketing*. Este comportamento é um importante indicativo da preferência do turista pelo atrativo, ícone da região.

O atrativo Rio Sucuri apresentou elasticidade-preço da demanda (EPD) do tipo Elástica, tanto na temporada quanto na época da baixa temporada, ou seja, reduções no preço do atrativo aumentam mais que proporcionalmente a demanda pelo atrativo.

Já no caso do Aquário Natural, na baixa temporada apresenta ausência de elasticidade preço da demanda (EPD), ou seja, alterações de preço terão impactos na mesma proporção na demanda do atrativo. Na alta temporada o atrativo apresentou uma EPD inelástica, ou seja, variações no preço impactam em menor proporção na demanda do atrativo.

Na baixa temporada a estação Mimosa apresentou EPD elástica e na alta temporada EPD inelástica

Quadro 9 - Elasticidade-renda da demanda na alta e baixa temporada nos atrativos analisados.

Atrativo	Baixa Temporada			Alta Temporada		
	Valor	Bem	Tipo	Valor	Bem	Tipo
Gruta Lagoa Azul	1,79	Superior	Elástica	0,72	Normal	Elástica
Rio Sucuri	3,21	Superior	Elástica	3,83	Superior	Elástica
Aquário Natural	-0,08	Inferior	Inelástica	2,18	Superior	Elástica
Estação Mimosa	3,63	Superior	Elástica	2,07	Superior	Elástica

Fonte: Elaborado a partir da FUNDTUR (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

O atrativo “Gruta Lagoa Azul” possui dois tipos de comportamentos em relação à Elasticidade-renda da demanda (ERD), sendo que na baixa temporada como bem superior e na alta temporada bem normal. Isso significa que na baixa temporada aumentos na renda impactam mais que proporcionalmente na demanda do atrativo.

Em ambas as temporadas (alta e baixa) o rio Sucuri e o atrativo da Estação Mimosa possuem ERD superiores a 1, o que significa que os atrativos são considerados do tipo superior, ou seja, acréscimos de renda causam impactos mais que proporcional na demanda dos atrativos nas duas temporadas.

Já o Aquário Natural possui dois tipos distintos de classificação quanto a ERD, sendo que na baixa temporada como um bem inferior e na alta temporada como um bem superior.

Quadro 10 - Elasticidade-preço cruzada da demanda na alta e baixa temporada nos atrativos analisados.

Atrativo	Gruta Lagoa Azul		Rio Sucuri		Aquário Natural		Estação Mimosa	
	Baixa Temporada	Alta Temporada	Baixa Temporada	Alta Temporada	Baixa Temporada	Alta Temporada	Baixa Temporada	Alta Temporada
Gruta Lagoa Azul	---	---	-2,61	-1,27	-0,51	-0,17	-0,83	-0,27
Rio Sucuri	---	---	---	---	-0,91	-0,92	-1,48	-1,44
Aquário Natural	---	---	---	---	---	---	0,04	-0,82
Estação Mimosa	----	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Elaborado a partir da FUNDTUR (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Nos cálculos de elasticidade cruzada da demanda (ECD) para os atrativos, das 12 combinações possíveis 11 combinações apresentaram ECD com valores negativos, indicando que esses atrativos são considerados complementares, ou seja, não competem entre si.

Apenas quando comparado os atrativos Aquário Natural em relação à Estação Mimosa na baixa temporada, a ECD foi positiva (0,04), indicando que esses dois atrativos são concorrentes. Vale ressaltar que o valor da elasticidade cruzada da demanda para o atrativo é muito próxima de zero, indicando que possivelmente não há relação entre os dois atrativos.

Analisaram-se também outros fatores que incidem na decisão de viajar baseado na Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro de 2009³, realizada pelo Ministério do Turismo. A extrapolação dos resultados desta pesquisa para o Polo Serra da Bodoquena deve-se ao fato do mercado geográfico de origem do turista do polo em análise, onde grande parte procede do Estado de São Paulo, conforme anteriormente verificado, coincidindo com as localidades onde foi aplicada a pesquisa: Estado de São Paulo e as cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. Assim, complementando a elasticidade da demanda analisada tem como outros fatores que incidem na decisão de viajar:

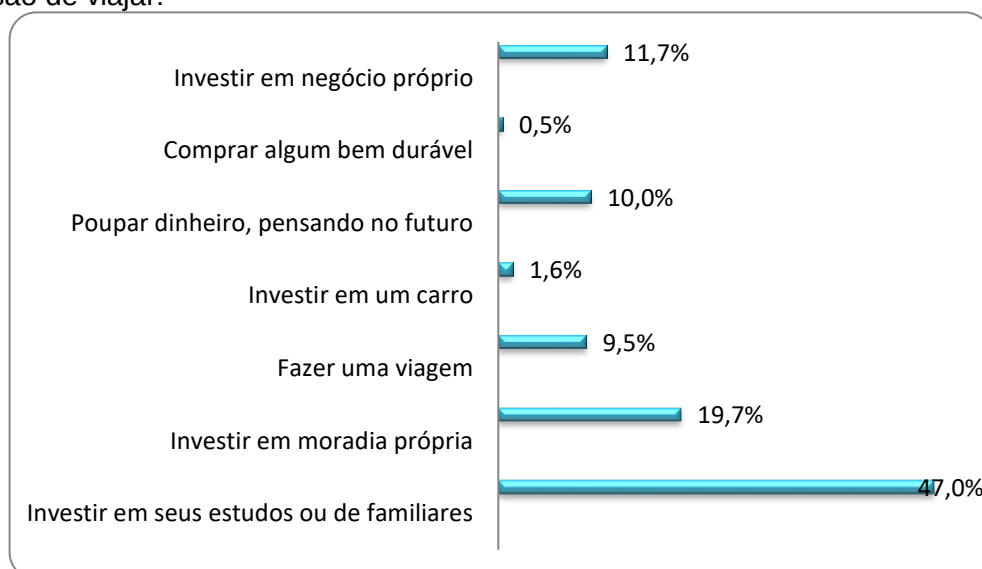


Figura 9 – Outros fatores que incidem na decisão de viajar em 2009.

Fonte: BRASIL, 2009.

Verifica-se acima que, dentre os demais fatores que incidem na decisão de viajar a possibilidade de investimento em estudos, sejam próprios ou de familiares, são os de maior influência, seguido pelo investimento em moradia ou em negócio próprios.

A partir da mesma pesquisa identifica-se que, o turista, uma vez decidido pela viagem, realiza-a, principalmente nas férias com duração média de até uma semana, sobretudo entre 4 e 7 dias de viagem, conforme ilustram as duas figuras seguintes:

³ Cabe citar que nesta pesquisa foram entrevistados turistas brasileiros maiores de 18 anos e das classes a, b, c, e, d, com margem de erro de mais ou menos 2,0 pontos percentuais, em um intervalo de confiança de 95%.

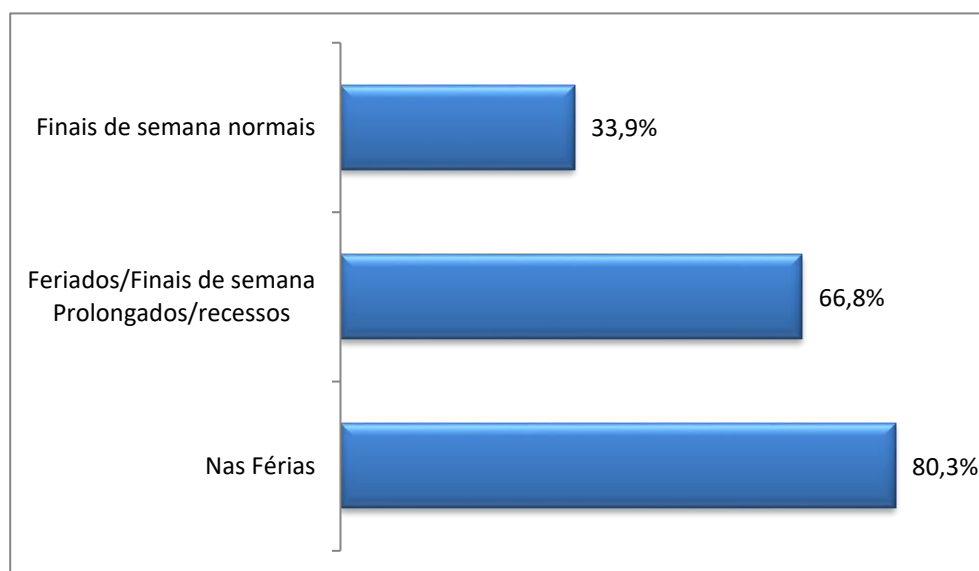


Figura 10 – Época de realização da viagem em 2009.

Fonte: BRASIL, 2009.

Nota-se que a somatória das respostas acima ultrapassa 100% visto que o mesmo entrevistado optou por mais de uma resposta, sendo a análise baseada na frequência então.

Também o volume mensal de visitas dos atrativos controlados pelo Sistema *Voucher Único* denota esta preferência de viagem nos meses de férias, visto a quantia maior de visitas nestes períodos, apresentados anteriormente na análise do volume de turistas entre 1996 e 2009.

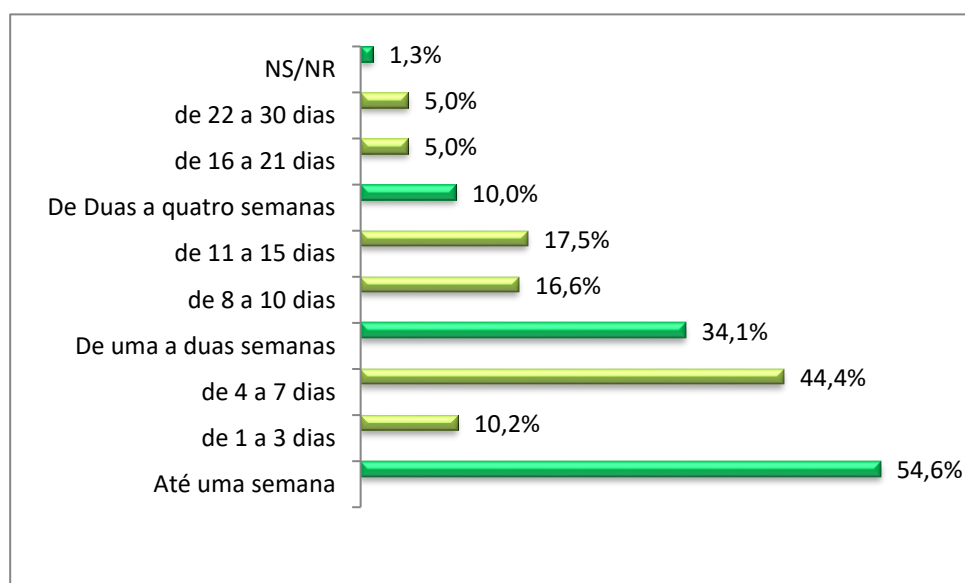


Figura 11 – Tempo de permanência em dias e em semanas em 2009.

Fonte: BRASIL, 2009.

Confirmando os dados acima, tem-se o dado da FUNDTUR, divulgado em julho de 2010, indicando que, baseado nos indicadores de movimentação hoteleira da região em questão, a permanência média em 2008 era de 2,9 dias e em 2009, aumentou para 3,4 dias.

Embasado na Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro de 2009, extrapolaram-se para o polo em função da indisponibilidade de dados sistêmicos locais o gasto médio do turista atual e a composição deste gasto em 2007 e 2009. A partir destes dados verifica-se que entre os dois períodos ocorreu uma queda no gasto médio do turista de 9%, sendo os gastos com presentes o que apresentou maior variação porcentual (-26%)

e o gasto com hospedagem e transporte o que apresentou maior variação nominal (-R\$ 143,04).

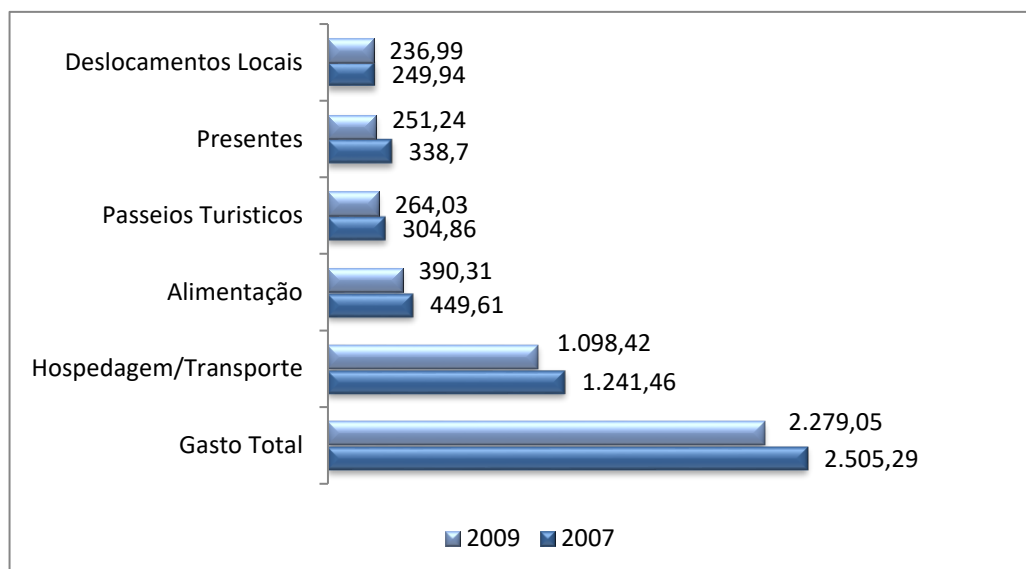


Figura 12 – Gasto médio individual e composição do gasto durante a viagem em 2007 e 2009 (valores em reais).

Fonte: BRASIL, 2009.

Considerando a preferência do turista em termos de equipamento e serviços turísticos, têm-se os hotéis como o principal meio de hospedagem utilizado, seguido de casa de amigos/familiares e pousadas, de acordo com a figura abaixo:

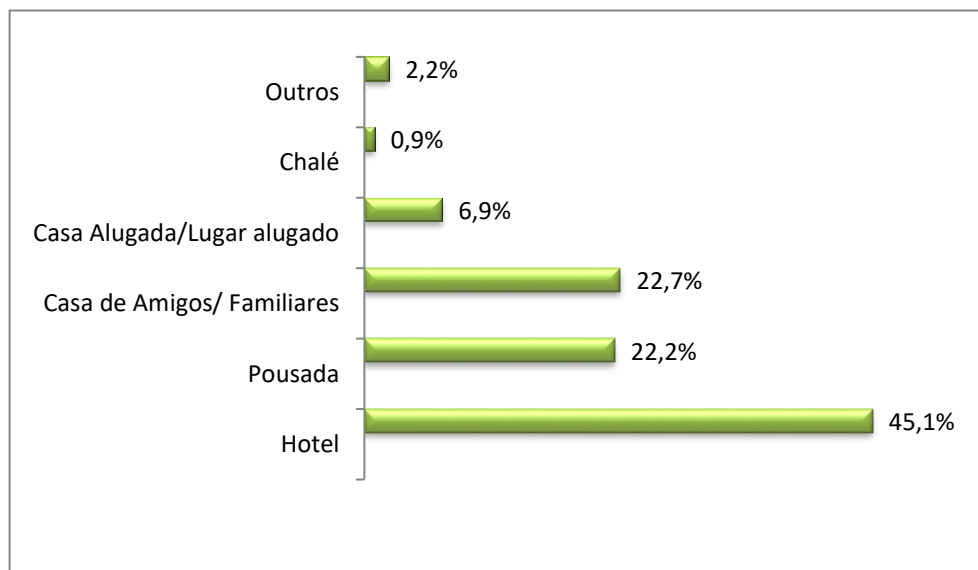


Figura 13 – Meios de hospedagem preferidos em 2009.

Fonte: BRASIL, 2009.

Ainda sobre a preferência, conforme identificado na FNRH, tem-se como principal meio de transporte escolhido em 2005, 2007 e 2008 o carro, conforme quadro a seguir:

Quadro 11 – Meios de transporte preferidos em 2005, 2007 e 2008.

MEIO DE TRANSPORTE	2005	2007	2008
Avião	26,1%	23,0%	26,8%
Automóvel	35,8%	50,9%	58,3%
Ônibus	7,0%	11,7%	7,8%
Moto	0,1%	0,2 %	-
Micro-ônibus	3,5%	2,17%	2,7%
Outros	10,9%	18,2%	-
Não informado	17,9%	0,3%	11,3%

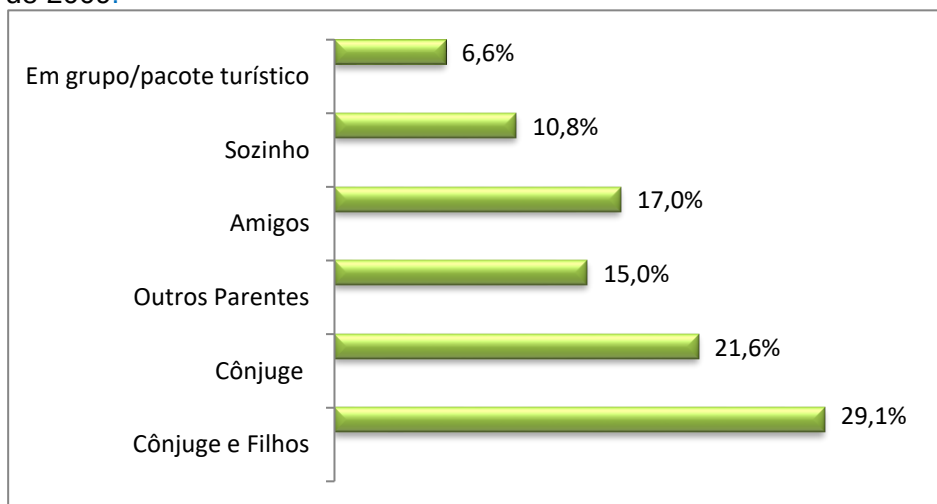
Fonte: FNRH - FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Como Meio de Transporte utilizado, o Automóvel em 2005 representou 35,8%; entre 2007 e 2008 apresentou um crescimento médio de 18,80%, sendo o mais utilizado com média de 54,60%.

Nesse período, os desembarques aéreos para a região eram realizados de vôos charters (início julho/2005) e aeronaves particulares; a partir de 2009 foi implantada Linha Regular.

De acordo com os Indicadores Turísticos 2009/FUNDTUR/MS a Movimentação de Passageiros transportados por linhas regulares rodoviárias através do Fretamento Eventual 1.418 passageiros e no Transporte Regular 313.202 mil passageiros, sendo que para Bonito 36,02% dos passageiros transportados.

Finalizando o perfil qualitativo da demanda atual, constata-se como principal modo de viajar a viagem em família, conforme identificado na Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro de 2009:

**Figura 14 – Modo de viajar em 2009.**

Fonte: BRASIL, 2009.

Ratificando este modo de viajar, têm-se os dados abaixo, extraídos da amostragem realizadas nas FNRH de Bonito/Serra da Bodoquena, salientando-se que o incompleto preenchimento da FNRH compromete a análise dos dados, sobretudo no que diz respeito ao ano de 2008.

Quadro 12 – Modo de viajar em 2005, 2007 e 2008.

ACOMPANHANTE NA VIAGEM	2005	2007	2008
Sim	75,7%	71,2%	62,5%
Ñ informado	15,1%	0,1%	29,8%
Não	9,2%	28,7%	7,5%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: FNRH - FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Turista estrangeiro

Conforme sinalizado na figura 6 e quadro 2, o turista estrangeiro, comparado ao turista brasileiro, é minoria no destino Bonito-Serra da Bodoquena, porém possuem um perfil distinto conforme demonstram os dados seguintes extraídos do Estudo da Demanda Turística Internacional – 2006-2008 - Ministério do Turismo:

- Motivo da Viagem ao Brasil tem-se: Lazer 55,8%; Negócios Eventos e Convenções – 27,5%; Outros – 28,8%.
 - Quando o Motivo da Viagem é o Lazer: Sol e Praia – 55,8%; Natureza, Ecoturismo e Aventura – 20,8%; Cultura – 15,2%; Esportes – 3,3%; Diversão Noturna – 1,5%; Incentivo – 0,9%; Outros – 2,8%,
 - Quando o motivo da viagem é o Lazer a permanência média no Brasil é de 13,7 dias com gasto per capita de US\$ 68,56.
- Principais países emissores para o Brasil: Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Itália, México, Paraguai, Portugal, Suíça e Uruguai.
 - Quando o Motivo da Viagem é o Lazer no segmento de Natureza, Ecoturismo e Aventura: Alemanha - 36,3%; Espanha 33,5%; Holanda 30,4%; México 29,1%; Suíça 28,9%; França - 26,4%; Canadá- 25,8%; Itália – 21,7%; Estados Unidos – 20,7%; Inglaterra- 19,8%; Portugal – 19,2%; Uruguai – 16,4%; Chile –16,2%;Argentina – 11,5%; e Paraguai – 8,7%.
- Como tipo de Alojamento, independente do Motivo da Viagem: em Hotel, flat ou pousadas – 55,6%; Casa de amigos e parentes – 26,6%; Casa alugada – 7,7%; Casa própria - 3,8%; Camping ou Albergue – 2,7%; Resorts – 2,2%; outros – 1,6%.
- Quanto à composição do grupo de viagem: Sozinho – 60,6%; Família – 20,5%; Casal sem filhos – 18,0%; Amigos – 13,8%; Outros – 6,9%.
- Para organização da viagem tiveram como Fonte de Informação: Amigos e Parentes 36,2%; Internet – 22,30%; Viagem corporativa - 18,0%; Agência de viagem - 10,2%; Guias turísticos impressos - 6,6%; feiras, eventos e congressos –1,3% folders e brochuras – 0,4%; Outros – 3,3%.
- Com relação ao Perfil socioeconômico:
 - Gênero: feminino – 33,6% e masculino – 66%;
 - Grau de instrução: fundamental – 4,8%; médio – 26,3%; nível superior – 47,7%; e pós-graduação –20,8%,
 - Renda média mensal: familiar de US\$ 4.403,88 e Individual de US\$ 3.405,54;
 - Com relação ao Grupo de Idade: de 18 a 24 anos –10,0%; de 25 a 31 anos – 21,0%; de 32 a 40 anos –24,9%; de 41 a 50 anos –23,2%; de 51 a 59 anos – 12,6% 60 anos ou mais – 8,2%.

2.1.3. Comportamento e hábitos.

Tendo como referência a Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro 2009, verifica-se que em grande parte o turista programa com antecedência a viagem, levando de 16 a 30 dias para isto, a maioria.

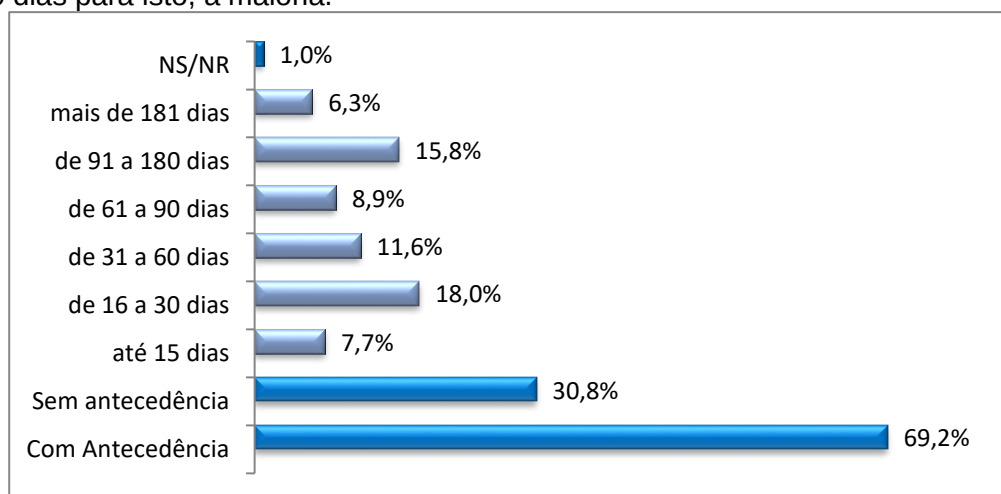


Figura 15 – Planejamento prévio da viagem.

Fonte: BRASIL, 2009.

A mesma pesquisa identifica como os canais de informação e distribuição mais usados: parentes/amigos e a internet, tal como ilustra a figura seguinte.

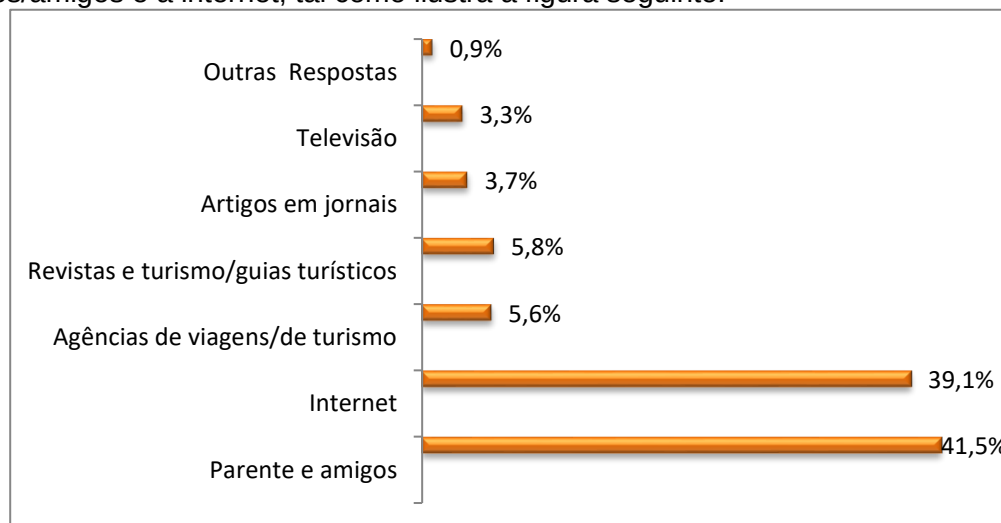


Figura 16 – Fontes de informação do turista atual em 2009.

Fonte: BRASIL, 2009.

Em 2001, parentes e amigos representavam cerca de 50% das principais fontes de informação do turista, conforme informação da FUNDTUR. Comparado com os dados de 2009, apresentados na figura acima, nota-se a redução de parentes e amigos como fonte de informação mais utilizada pelo turista. Esta redução deve-se ao impacto da internet, destacando-se as redes de relacionamento, dada sua amplitude de divulgação como fonte rápida de informação. Mesmo assim, acredita-se que a importância de parentes e amigos como fontes de informação e divulgação turística ainda será mantida como a maior em decorrência da confiabilidade da informação e da efetiva capacidade de persuasão da mesma.

Da pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria junto aos representantes da cadeia turística de Bonito/Serra da Bodoquena (Anexo 1), entre eles, 11 agências de turismo entrevistadas entre 8 e 23 de setembro de 2010, obteve-se como tipo de informação mais requerida pelo turista local, as relacionadas a:

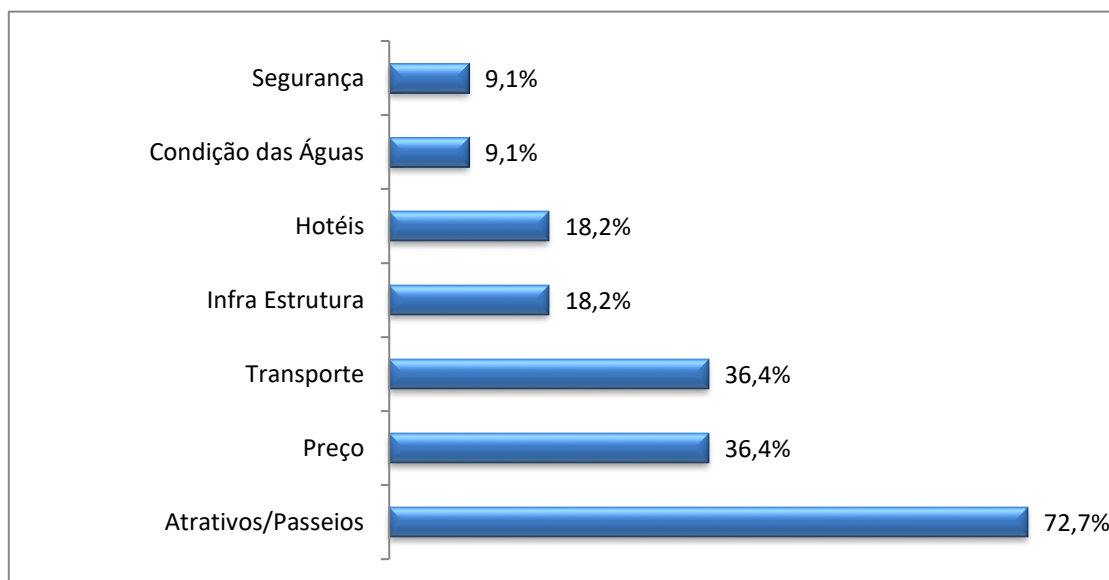


Figura 17 – Tipos de informação mais requerida pelo turista de Bonito/Serra da Bodoquena em 2010.

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% devido às múltiplas respostas.

Conforme os dados acima, verifica-se a importância da qualidade da informação referente ao atrativo/passeio em si, a qual segundo pesquisas aplicadas por FRATA (2007)⁴ nota-se que na percepção do turista local, a informação de maneira global prestada é em grande parte boa.

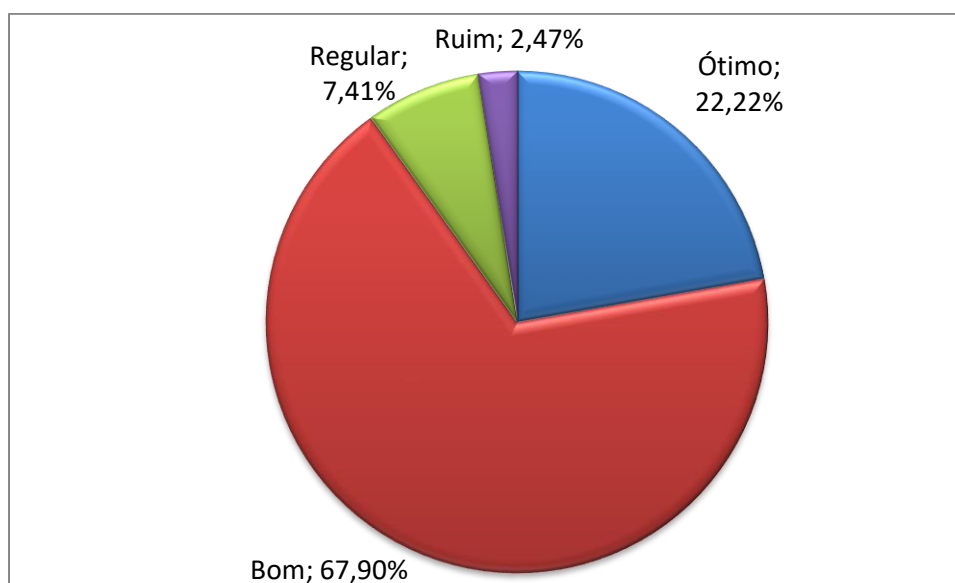


Figura 18 – Classificação das Informações prestadas em termos globais aos turistas de Bonito/Serra da Bodoquena.

Fonte: FRATA, 2007.

Cabe analisar os destinos competidores contra os quais se compara o polo nos segmentos de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza, no entanto, não há estudos ou pesquisas sobre a competitividade entre destinos destes segmentos supracitados.

⁴ Pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa (entrevistas semi-estruturadas) foi aplicada junto a representantes do trade entre fev/2006-jan/2007. A pesquisa quantitativa foi aplicada entre 6 e 9 de jan/2007 junto a 96 turistas na Gruta do Lago Azul.

Porém de acordo com a FUNDTUR, órgão responsável pela promoção do presente destino turístico, podem ser considerados no Brasil como destinos concorrentes: Fernando de Noronha, Abrolhos, Foz do Iguaçu, Pantanal (MT e MS), Amazonas, Chapada de Diamantina, Ilha Grande, Lençóis Maranhenses, Chapada dos Veadeiros, Serra dos Órgãos e Vale da Ribeira. Complementando com as informações locais, pode-se também considerar Nobres (MT) um potencial destino concorrente do polo em questão.

Em pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria junto aos representantes de atrativos turísticos, de hotéis e agências de viagens do polo entre 8 e 23 de setembro, cujo detalhamento se encontra no Anexo 1, identificaram-se como destinos concorrentes segundo a percepção do empresário local: Rio Verde (GO), Caldas Novas (GO), Estado do Mato Grosso, Brotas (SP), Socorro (SP), Fernando de Noronha (PE) e a região Nordeste como um todo.

Nesta análise de concorrência salienta-se como grande diferencial de Bonito/Serra da Bodoquena o modelo de gestão atual, pautado no Sistema *Voucher Único* e na organização do *trade*, conferindo qualidade ao produto turístico, segundo informado pela Prefeitura Municipal de Bonito e ratificado pela FUDTUR.

Complementando a análise de competitividade do destino, observa-se que o número limitado de guias de turismo é apontado, por representantes do *trade* local e pela AGTB, como um dos principais gargalos do destino, podendo até restringir o desenvolvimento da atividade turística, dado que em todos os atrativos o turista é acompanhado por um guia, exceto nos balneários. Atualmente, conforme AGTB, são 72 guias de turismo atuando na região gerando um *déficit*, pois para atender os 30 atrativos locais seriam necessários de cerca de 80 guias na baixa temporada.

Frata (2007) buscou identificar o diferencial do destino perante os demais concorrentes, apresentando-se a seguir, a frequência de resposta dos principais fatores de diferenciação de Bonito/Serra da Bodoquena segundo a percepção do turista atual.

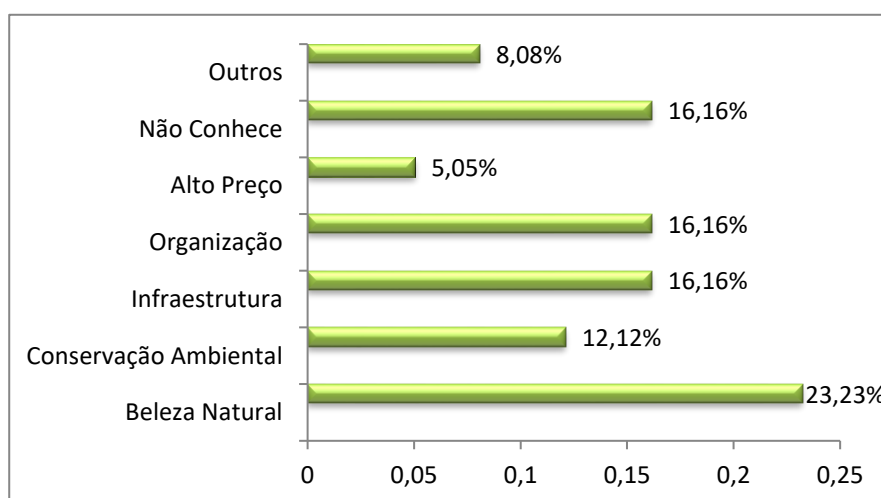


Figura 19 – Fatores que diferenciam Bonito/Serra da Bodoquena dos demais concorrentes em 2007.

Fonte: FRATA, 2007.

Nota-se que a beleza natural, organização e infraestrutura do destino são os principais aspectos que diferenciam o polo, corroborando com as informações obtidas junto aos atores locais.

2.1.4. Estrutura do gasto turístico.

Com base na Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro de 2009, extrapolou-se para o polo em função da indisponibilidade de dados sistêmicos locais, conforme anteriormente apresentado, o gasto médio do turista atual, verificando-se que em 2009 o valor foi 9% inferior ao gasto em 2007, sendo a maior variação percentual observada no gasto com presentes e a nominal no gasto com hospedagem/transporte conforme quadro seguinte:

Quadro 13 – Gasto médio individual do turista por viagem em 2007 e 2009.

descrição	2007	2009	variação	
	em reais		%	em reais
Hospedagem/Transporte	1.241,46	1.098,42	-12%	-143,04
Alimentação	449,61	390,31	-13%	-59,30
Passeios Turísticos	304,86	264,03	-13%	-40,83
Presentes	338,7	251,24	-26%	-87,46
Deslocamentos Locais	249,94	236,99	-5%	-12,95
Gasto Total	2.505,29	2.279,05	-9%	-226,24

Fonte: BRASIL, 2009.

Analisando a estrutura do gasto médio do turista em 2009, a hospedagem/transporte é o principal gasto do turista durante a viagem:

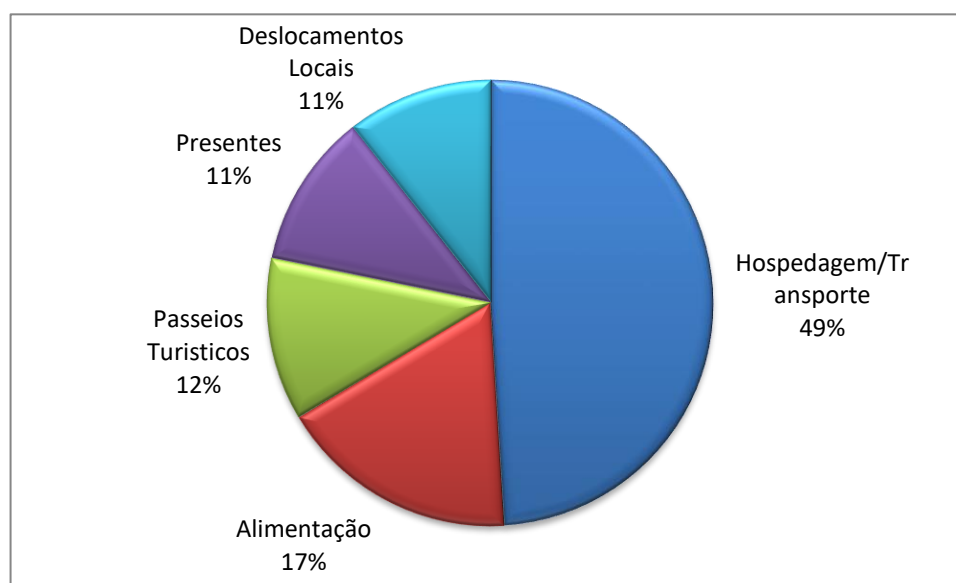


Figura 20 – Estrutura do gasto durante a viagem em 2009.

Fonte: BRASIL, 2009.

2.1.5. Valorização da qualidade da oferta atual

Na pesquisa quantitativa aplicada por FRATA (2007) avaliou-se a satisfação do turista e a maneira como ele classifica em termos de qualidade a oferta atual quanto aos seguintes quesitos: custo de alimentação, alojamento, passeio, relação preço VS qualidade, refletindo a satisfação com o preço. Também, foi classificada a qualidade dos alojamentos, alimentação, passeios, informações e por fim, verificada a pretensão de retornar ao destino futuramente.

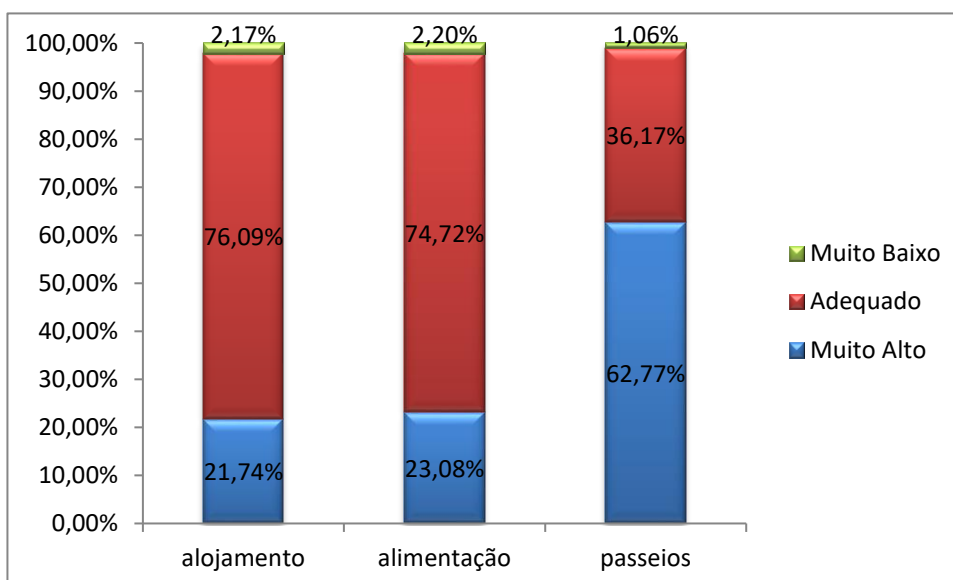


Figura 21 – Avaliação do custo de alojamento, alimentação e passeios segundo o turista em 2007.

Fonte: FRATA, 2007.

Verifica-se acima a tendência do turista considerar o custo dos passeios mais elevados que dos demais itens avaliados, porém cabe complementar com a análise de como o turista avalia a relação preço VS benefício apesar do custo considerado alto. Abaixo segue a análise global da relação qualidade VS preços praticados na região.

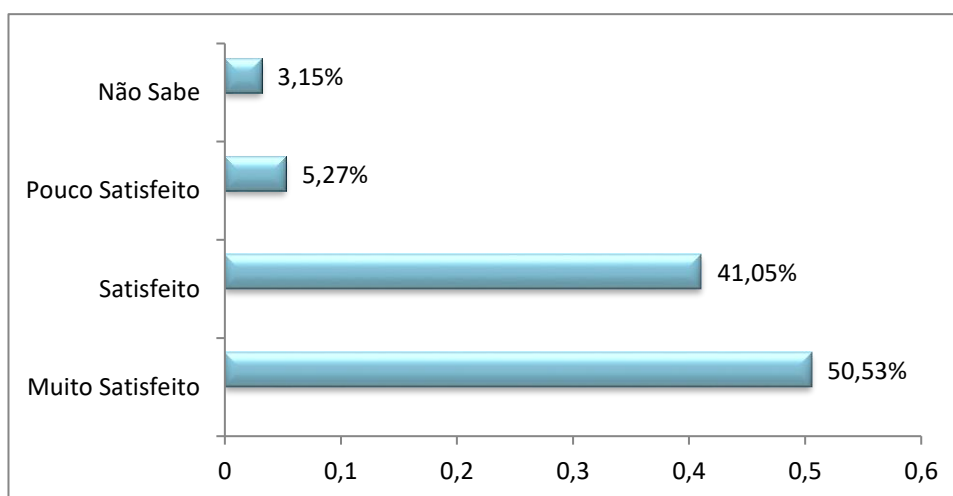


Figura 22 – Grau de satisfação do turista ao considerar a qualidade VS preço praticados em Bonito/Serra da Bodoquena.

Fonte: FRATA, 2007.

Nota-se que é elevada a satisfação do turista no destino, mesmo ponderando sobre a relação preços VS qualidade. Assim, também foi analisado com maior profundidade o serviço de alojamento, alimentação e passeios conforme ilustrado nas três próximas figuras, o que permite identificar os itens mais fortes e os gargalos da qualidade percebida pelo turista.

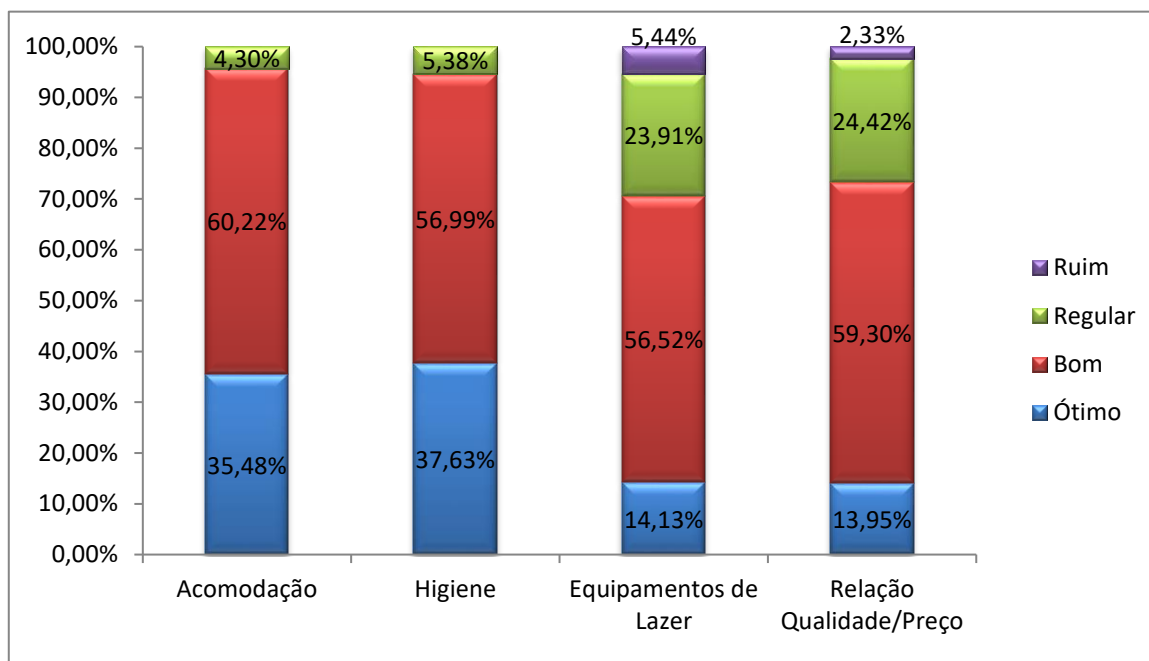


Figura 23- Avaliação da qualidade do serviço de alojamento em Bonito/Serra da Bodoquena em 2007.

Fonte: FRATA, 2007.

Sobressaem positivamente no serviço de alojamento, sob a percepção do turista, a qualidade do alojamento e a higiene. Da mesma maneira, as maiores frequências regulares e péssimas foram observadas para os equipamentos de lazer oferecidos pelos meios de hospedagem.

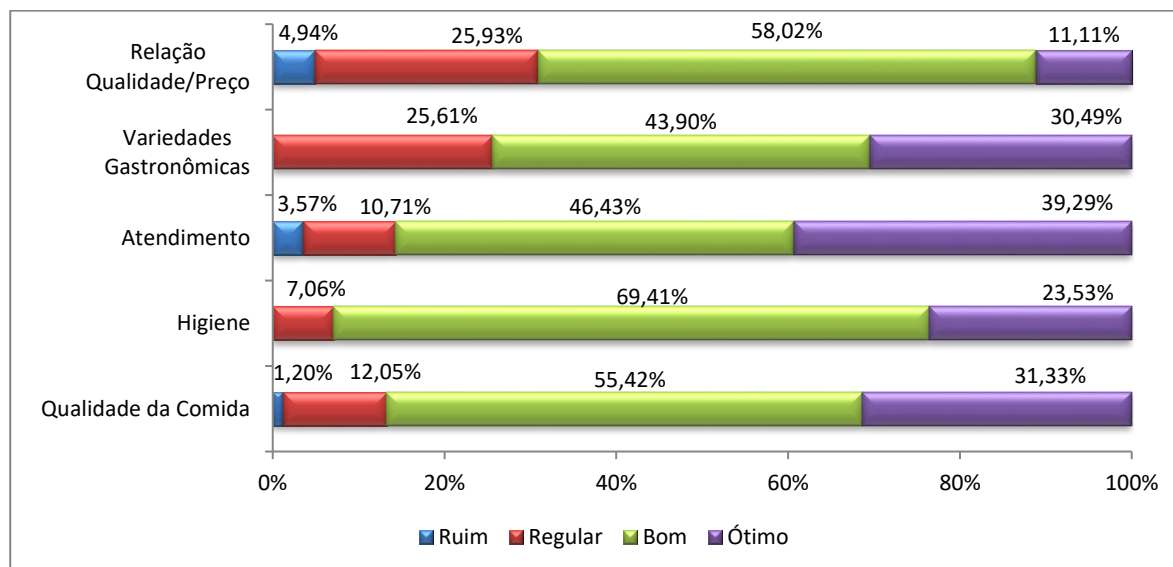


Figura 24 – Classificação da qualidade do serviço de alimentação em Bonito/Serra Bodoquena em 2007.

Fonte: FRATA, 2007.

A qualidade do atendimento prestado nos empreendimentos de alimentação é o item que recebeu maior percentual tanto de avaliação ótima como de ruim, denotando dois extremos a serem trabalhados para conferir maior competitividade ao destino, uma vez que o atendimento, após o impacto visual do estabelecimento, é um responsável pela impressão inicial do turista/cliente com o local.

Apesar das elevadas classificações positivas observadas, nos diversos componentes avaliados a frequência com que a qualidade foi avaliada como boa é superior à ótima, indicando que ainda há pontos a serem otimizados na prestação do serviço.

Comparado ao serviço de alojamento (13,95% ótimo e 2,33% ruim), verifica-se que a relação qualidade VS preço da alimentação é pior (11,11% ótimo e 4,94% ruim), podendo ser este uma das principais falhas de qualidade de serviço prestado pelo polo, sobretudo adicionando a avaliação positiva destacada dos atrativos abaixo:

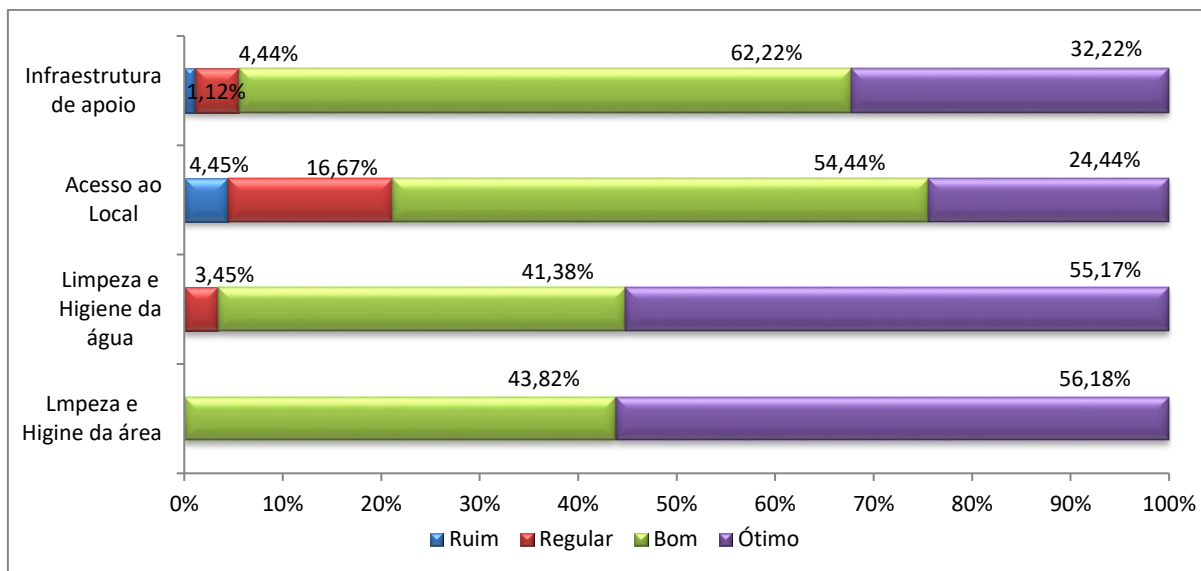


Figura 25 – Classificação da qualidade dos atrativos/passeios em Bonito/Serra Bodoquena em 2007.

Fonte: FRATA, 2007.

Comparado aos serviços de alojamento e alimentação a qualidade dos passeios se destacam pelas frequências superiores de avaliação ótima, principalmente no que diz respeito à limpeza e higiene, tanto do local como da área. Verifica-se também que dentre os itens analisados na qualidade dos atrativos, o acesso ao local é o que recebeu as maiores classificações negativas: ruins e péssimas.

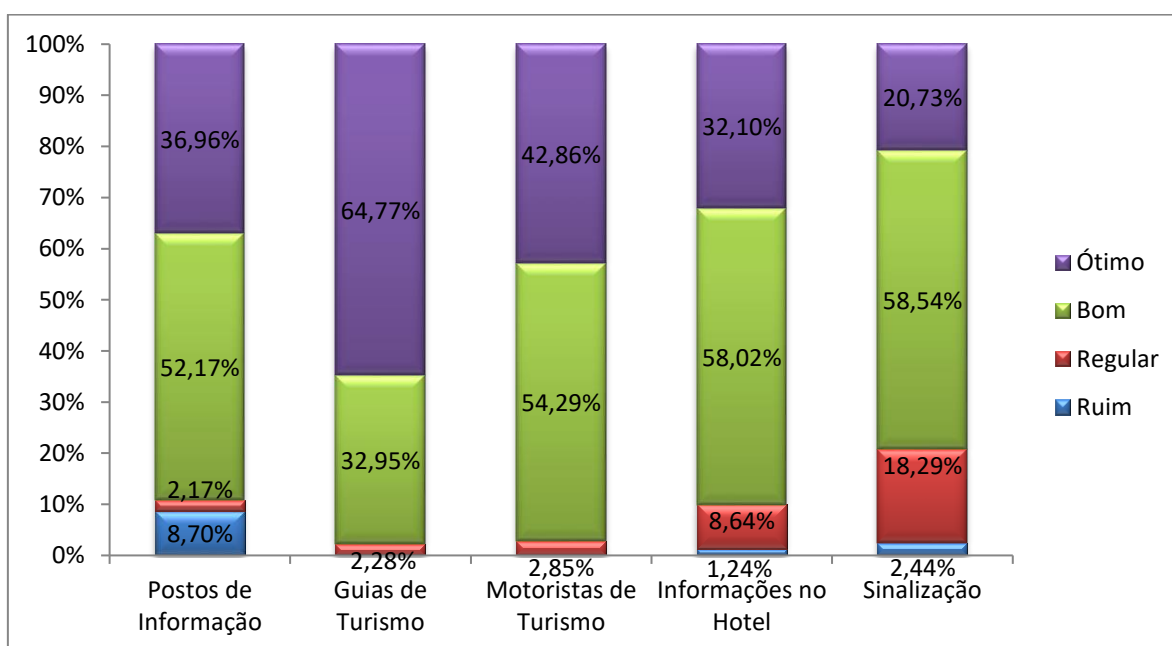


Figura 26 – Classificação da qualidade das informações em Bonito/Serra Bodoquena em 2007.

Fonte: FRATA, 2007.

Ratificando o que foi indicado anteriormente sobre a qualidade e diferenciação conferida pelos guias de turismo ao produto turístico, no quadro acima se revela a alta satisfação do turista com este item, indicando que o mesmo percebe e valoriza esta atuação. Da mesma maneira, os dados acima sinalizam uma possível necessidade de fortalecimento dos postos de informação.

Por fim, tem-se a percepção de qualidade e valorização do destino como um todo, demonstrando que o turista valoriza na região os aspectos naturais, os atrativos, a conservação ambiental e a hospitalidade. No mesmo quadro, destaca-se também que, aos olhos do turista, o transporte e o acesso à região eram os itens de menor qualidade em 2007.

Quadro 14– Classificação da qualidade do destino Bonito/Serra Bodoquena em 2007.

Variáveis	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Agência Receptiva	49,41%	45,88%	3,53%	1,18%
Aspectos Naturais	84,95%	15,05%	0,00%	0,00%
Atrativos Naturais	84,78%	15,22%	0,00%	0,00%
Conservação Ambiental	69,89%	29,03%	1,08%	0,00%
Hospitalidade	53,26%	44,57%	2,17%	0,00%
Limpeza Urbana	23,33%	63,33%	11,12%	2,22%
Qualificação Profissional	32,22%	65,56%	2,22%	0,00%
Saneamento Básico	9,09%	70,91%	18,18%	1,82%
Saúde Pública	2,86%	62,86%	28,57%	5,71%
Segurança Pública	10,26%	66,66%	23,08%	0,00%
Transporte e Acesso a Região	2,74%	52,05%	26,03%	19,18%

Fonte: FRATA, 2007.

Na ausência de dados específicos que mensurem o grau de fidelidade do turista de Bonito/Serra da Bodoquena, conjectura-se que, com base no alto índice de intenção de retorno ao destino, esta fidelidade seja elevada e da mesma maneira, que o grau de recomendação do destino igual o seja.

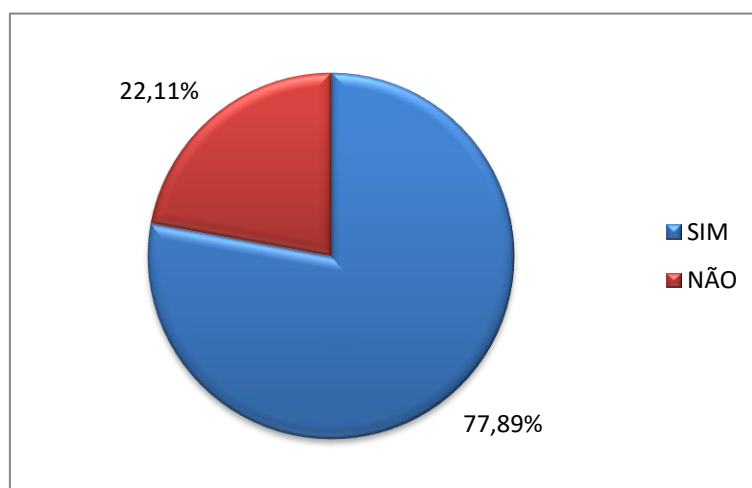


Figura 27 – Porcentagem de intenção de retorno ao destino Bonito/Serra Bodoquena em 2007.

Fonte: FRATA, 2007.

2.1.6. Portfólio estratégico de produtos turísticos/segmentos

O *portfólio* estratégico formatado para o polo em análise é embasado em informações verbais colhidas nas oficinas participativas e em entrevistas aplicadas junto aos representantes das prefeituras, associações locais e FUNDTUR.

O polo tem como consolidados os segmentos de ecoturismo, turismo de natureza e turismo de aventura. Diversificando estes segmentos tem-se os turismos emergentes, tratados anteriormente, o **turismo de eventos e o tour da experiência**.

Além dos segmentos supracitados, é possível diversificar o *portfólio* de produtos do polo com segmentos potenciais, dos quais muitos aproveitam as sinergias dos segmentos atuais, otimizando a infraestrutura existente: meios de hospedagem e o aeroporto, por exemplo.

Neste sentido o **geoturismo**, abrangendo também, além do Pantanal Sul-Matogrossense, os três municípios do polo e desmembrando-se em vários produtos (turismo histórico-cultural, arqueológico, paleontológico entre outros) é capaz de conferir competitividade ao destino Bonito-Serra da Bodoquena no mercado mundial se, viabilizado pela estruturação do Geopark Bodoquena-Pantanal e por sua inserção no contexto mundial de geoturismo através da chancela da UNESCO.



Foto 11 - Vista de parte da Serra da Bodoquena (Estúdio Votupoca)

Fonte: IPHAN.

Esta potencialidade pode tornar a região um centro de referência de geohistória a qual permitiria estruturar roteiros integrando o ecoturismo, o turismo histórico-cultural e arqueológico.

Em consonância tem-se a possibilidade de criar um **roteiro universitário** em parceria com as universidades locais, no caso a UFMS em Bonito conforme informação da Prefeitura Municipal de Bonito. Neste roteiro, o estudante participaria de passeios em atrativos naturais, de eventos programados na universidade (palestras), visitaria atrativos históricos ou geosítios.

Dentre os produtos **histórico-culturais** que poderiam ser inseridos no *portfólio* de produtos do polo, há os pontos, comprovados pelo IPHAN, relacionados a Retirada da Laguna, maior retirada bélica nacional ocorrida, mas que para configurarem-se como produto precisam ser estruturados. No entanto, nota-se conforme informação da FUNDTUR, que é um produto com atratividade haja que até 2007 o exército realizava a marca da Retirada da Laguna, um evento com a intenção de relembrar o fato histórico, o qual apesar de não ter fim turístico atraía naturalmente o turista.

Otimizando a infraestrutura local e corroborando o segmento de eventos em consolidação, os **eventos esportivos**, como o circuito laço cumprido, são uma alternativa de diversificação de *portfólio* com grande movimentação financeira, segundo FUNDTUR, porque ocorre com delegações, além de proporcionar ao turista o contato com a cultura local.

De maneira sinérgica ao ecoturismo e turismo de natureza, o **birdwatching** é um produto potencial que pode ser estruturado de maneira integrada ao produto atualmente oferecido no pantanal, fortalecendo a Rota Pantanal-Bonito, especialmente se considerada a diversidade de aves existentes na Serra da Bodoquena decorrente do cerrado e do único remanescente estadual da mata atlântica presentes na região.

A regularização ambiental, através da elaboração, aprovação e implantação dos planos de manejos espeleológicos das Grutas como da Lagoa Misteriosa que se encontra em trâmite, Gruta do Urubu Rei, Gruta Nossa Senhora Aparecida entre outras que permitiriam a estruturação do **turismo de cavidades** e do **mergulho em grutas e em cavernas** tidos como produtos com grande competitividade em decorrência da singularidade das cavernas locais.

Por fim, complementando os potenciais produtos capazes de embutir maior competitividade ao destino tem-se o **turismo de base comunitária**, através de passeios a distritos e assentamentos rurais ou da valorização de suas produções, inserindo a comunidade local ao turismo, através de doces e compotas, artesanatos entre outros produtos. Tem por exemplo os doces sob a marca Pé da Serra, cujo programa será mais bem detalhado na análise socioambiental, que são produzidos em assentamentos rurais locais e atualmente está em negociação com a Rede de Supermercados Pão-de-Açúcar para sua comercialização, conforme informações da Diretoria de Turismo Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Bonito.

2.2. DEMANDA POTENCIAL

Quantitativamente, estima-se que os expressivos investimentos a serem realizados pelo PRODETUR, pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul⁵ e os decorrentes do fomento no setor turístico devido a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016 elevem gradualmente a taxa anual de crescimento do fluxo de turista até que no quinto ano, essa taxa seja 10% superior à estimada nas projeções da demanda atual. Este percentual de 10% projetado é próximo ao que se observou para Minas Gerais (12,03%) e para o estado da Bahia (13,24%) no período de 1998 a 2001. (MINAS GERAIS, 2005).

Ponderando sobre a caracterização do turista potencial do Polo Serra da Bodoquena, em função da coincidência dos locais de amostragem da pesquisa e de origem do turista de Bonito-Serra da Bodoquena, tomou-se como base para a análise a pesquisa quantitativa, *Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro 2009*, realizada pelo Ministério do Turismo no Estado de São Paulo e nas principais cidades emissoras do turismo doméstico: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Pois, conforme pesquisa realizada através da FNRH/2008 enviadas pelos meios de hospedagem de Bonito-Serra da Bodoquena, 94% dos turistas é de nacionalidade brasileira; identificando-se as referidas cidades como significativas emissoras de turistas o polo em questão

Quadro 15 – Caracterização do perfil do potencial turista.

Gênero: Masculino - 43%; Feminino - 57%	Idade: 18 - 24 anos: 19%; 25 - 34 anos: 26%; 35 - 40 anos: 23%; 45 - 59 anos: 22% + 60: 10%
Renda Familiar: + de 1 a 3 SM: 36%; + de 3 a 5 SM - 27%; + de 5 a 10 SM - 21%; + de 10 SM - 15%	Classe Social: A/B: 37%; Classe C: 27% Classe D: 36%

⁵ O Governo do Mato Grosso do Sul projeta investir na ampliação do Aeroporto Internacional de Campo Grande, construindo um Terminal Intermodal de Cargas e um Centro Logístico e Industrial Aduaneiro.

Situação de Trabalho: Trabalho em emprego com carteira assinada ou é funcionário público estatal: 38%; Trabalha em emprego sem carteira assinada: 14%; Trabalhando como autônomo ou profissional liberal: 11%; Empregador: 5% Está desempregado há menos de 1 ano: 4% Está desempregado há mais de 1 ano: 3% É, estudante, aposentado ou dona de casa: 23%	Atrativos e produtos preferidos: Praias: 65% Campo: 15% Cidades / lugares históricos: 11% Montanhas: 8% NS/NR: 1%
Modo de viajar: Com familiares e Filhos: 39% Casal/Cônjuge: 26% Com familiares sem filhos: 11% Só com Amigos: 15% Sozinho: 12% Em grupo: 1%	Atividades pretendidas durante a viagem (soma ponderada) para a Região Centro-Oeste: Passeios para conhecer pontos Turísticos: 41,3% Ir para balada: bares/ restaurantes/ discotecas/ boates: 9,5% Conhecer pratos e comidas típicas: 12,9% Atividades culturais: 12,4% Praticar atividades esportivas: 8% Fazer visitas a parques temáticos: 9% Frequentar praias/tomar sol: - Assistir eventos esportivos: 4% Outras respostas: 3%
Permanência média das viagens no Brasil: Até uma semana: 50% De 1 a 3 dias: 8% De 4 a 7 dias: 42% De uma a duas semanas: 31% De 8 a 10 dias: 12% De 11 a 15 dias: 19% De duas a quatro semanas: 12% De 16 a 21 dias: 6% De 22 a 30 dias: 6% Mais de um mês: -	Época de realização da viagem: Nas Férias: 74% Feriados, finais de semana prolongados, recessos: 34% Finais de semana normais: 18% Baixa temporada: 2% Viaja por conta própria: 70% Com pacote turístico: 29%
Meios de transporte preferido para viajar: Automóvel/carro: 35,5% Vans: 40,2% Avião: 24,1% Outros: 0,2%	Serviços turísticos requeridos – Meios de hospedagem: Hotel: 38,9% Pousada: 28,4% Casa de amigos/familiares: 20,8% Casa alugada/lugar alugada: 8,4% Chalé: 1,8% Outros: 1,8%
Gasto médio: Total: 2.753,09 Hospedagem/transporte: 1.248,56 Alimentação: 516,13 Passeio Turístico: 450,52 Presentes: 329,53 Deslocamento local: 328,66	
Prioridades de investimento pessoal (elementos que influenciam a tomada de decisão de compra da viagem) Investir em seus estudos ou de familiares: 45,3% Investir em moradia própria: 22,1% Fazer uma viagem: 7,1% Investir em um carro: 2,7% Poupar dinheiro, pensando no futuro: 8,3% Comprar algum bem durável: 1,1%	Probabilidade de viajar dentro do Brasil nos próximos dois anos: Probabilidade alta de viajar: 21% Probabilidade média de viajar: 52% Probabilidade baixa de viajar: 25% Nenhuma probabilidade de viajar: 0% NR / NS: 2%

Investir em negócio próprio: 13,4%	

Fonte de Informação sobre viagens no Brasil (resposta múltipla):

Internet: 48%
 Parentes e amigos: 52%
 Agências de viagens/de turismo: 27%
 Revistas de turismo: 16%
 Televisão: 17%
 Artigos em jornais: 14%
 Guias turísticos: 6%
 Rádio: 2%
 Feiras/eventos/congressos: 1%
 Outras fontes de informação: 1%
 NR: 2%

Fonte: (BRASIL, 2009)

Verifica-se acima que o potencial turista valoriza/consome, com maior preferência, atrativos no litoral do país (praias), porém suas atividades pretendidas durante uma viagem para o Centro Oeste coincidem com as ofertadas nos principais segmentos turísticos do polo.

Igualmente nota-se que, o turista potencial, em maior parte, permanece entre 4 a 7 dias no destino, viajando principalmente na época de férias, por conta própria, usando o acesso rodoviário (vans e carros próprios), hospedando-se em hotéis e pousadas.

Nota-se que comparado ao turista atual, o turista potencial tem um gasto médio superior: enquanto o turista atual gasta em média R\$ 2.279,05 o potencial gastaria R\$ 2.753,09, ou seja, 20,8% a mais.

Ainda da pesquisa acima, cabe destacar como principal elemento que influencia na decisão de compra por uma viagem a prioridade de investimentos em estudos pessoais/próprios ou de familiares.

Fazendo complemento à Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro 2009, tem-se o perfil da demanda potencial do polo traçado pelo *Perfil do Turista de Aventura e do Ecoturismo do Brasil* (BRASIL, 2010a) que é fundamentada em pesquisas qualitativa e quantitativa aplicadas em 2009 junto a turistas atuais (30% da amostra) e potenciais (70%) destes segmentos turísticos⁶.

Para o potencial turista do polo verifica-se que os aspectos mais valorizados nos atrativos e produtos turísticos é a água, seguido da cultural regional, matas e florestas:

⁶ A pesquisa qualitativa foi aplicada em domicílio junto a 45 turistas de Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre em julho de 2009 e ao mesmo tempo, foi aplicada a pesquisa quantitativa com amostra de 904 turistas das mesmas capitais supracitadas.

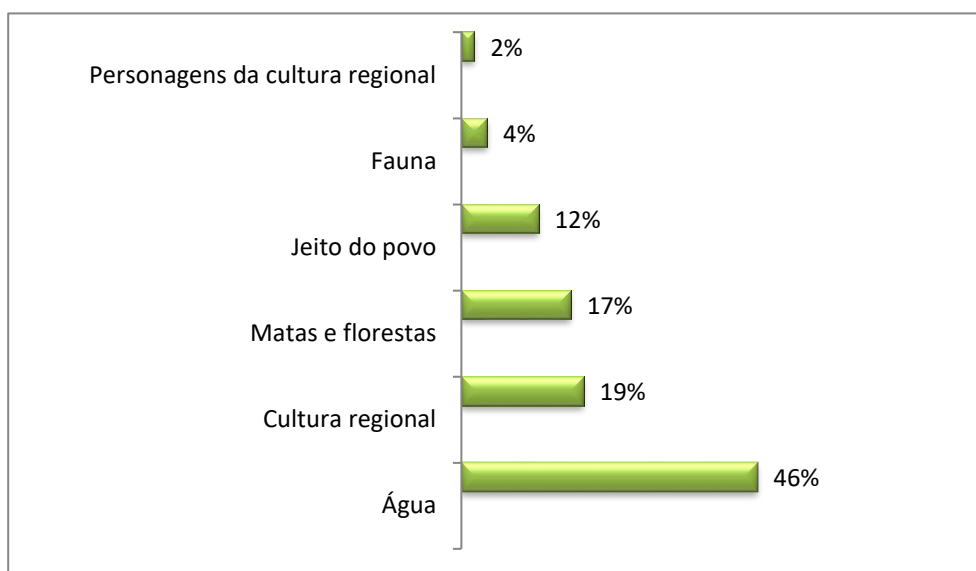


Figura 28- Aspectos mais valorizados em atrativos/produtos turísticos pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010a.

Também foram levantadas as atividades mais consumidas pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura, sendo principalmente consumidos os passeios de bugue e as cavalgadas, de acordo com a figura a seguir:

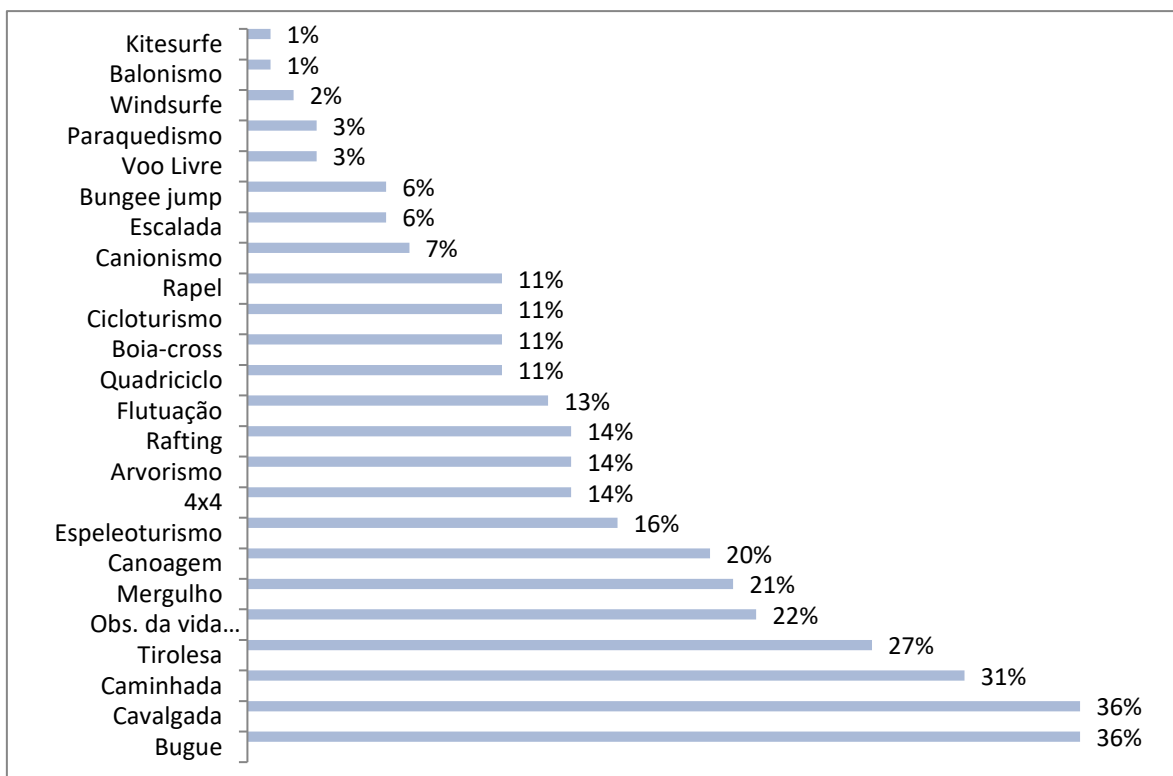


Figura 29- Atividades mais consumidas pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010a.

Nota: a somatória acima é superior a 100% em decorrência de múltiplas respostas.

A mesma pesquisa identificou as atividades mais desejadas pelos turistas, conforme figura seguinte, destacando o bugue e o mergulho como as atividades mais citadas, este é um indicativo da necessidade de no Polo Serra da Bodoquena, fortalecer e estruturar as atividades de mergulho para dotá-lo de maior competitividade.

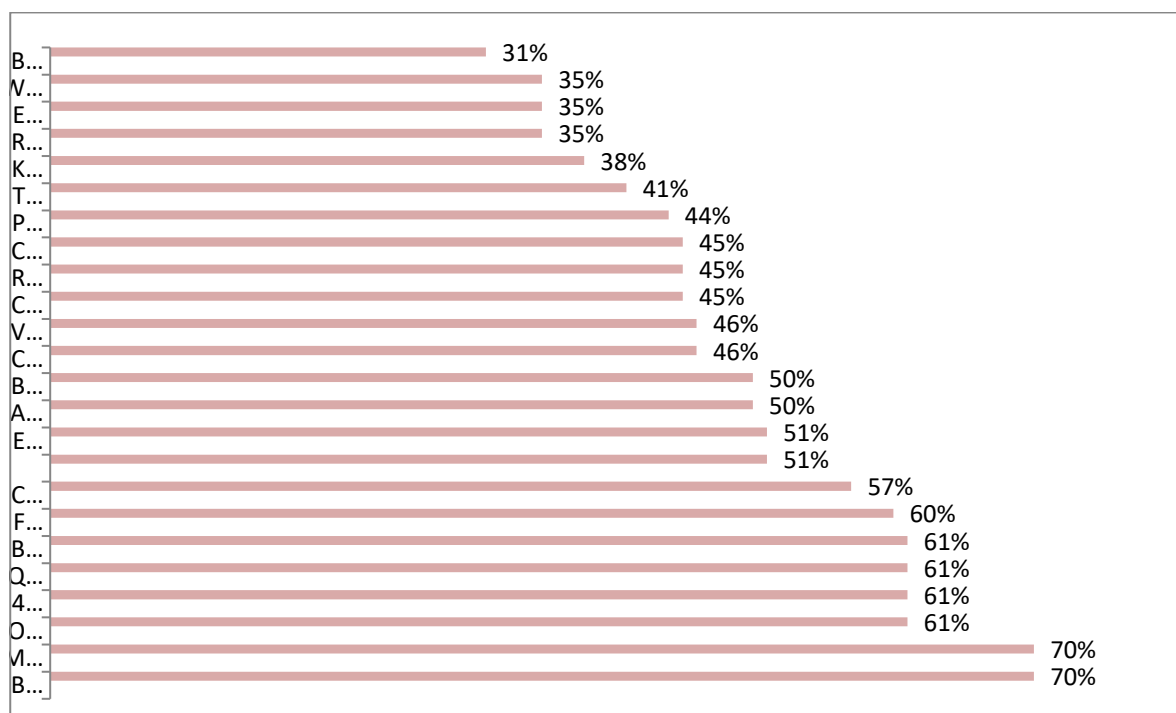


Figura 30- Atividades mais desejadas pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010a.

Nota: a somatória acima é superior a 100% em decorrência de múltiplas respostas.

A época de realização da viagem mais comum ao potencial turista do Polo Serra da Bodoquena é nas férias, seguido dos finais de semana prolongados, ratificando o que se observou anteriormente na Pesquisa Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro 2009:

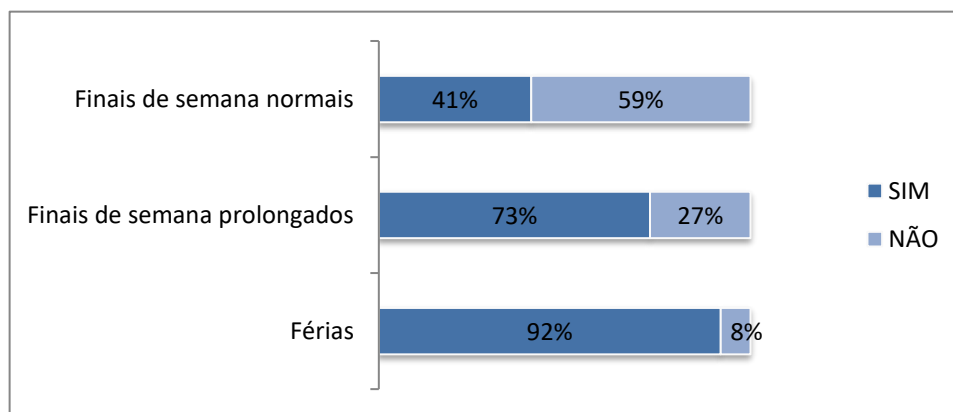


Figura 31- Época de realização da viagem pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010a.

Também corroborando com a Pesquisa Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro 2009 nota-se a importância do carro como meio de transporte do turista potencial do polo em questão:

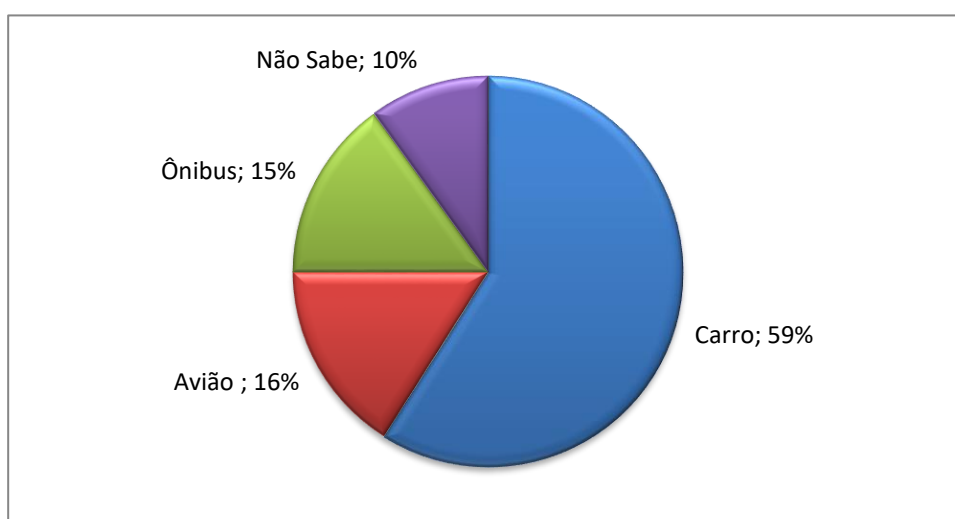


Figura 32- Meios de transporte preferidos pelo turista de ecoturismo e turismo de aventura em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010a.

Considerando os meios de informação mais utilizados pelo turista potencial identificaram-se os jornais e revistas semanais impressos as mídias com as quais ele possui maior envolvimento (assina + lê + folheia) conforme demonstrado a seguir:



Figura 33- Mídias de maior envolvimento com o turista de ecoturismo e turismo de aventura em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010a.

Nota: a somatória acima é superior a 100% em decorrência de múltiplas respostas.

Analisando as mídias em função da qualidade da informação turística a internet foi destacada como a que fornece com maior eficiência o conteúdo desejado:

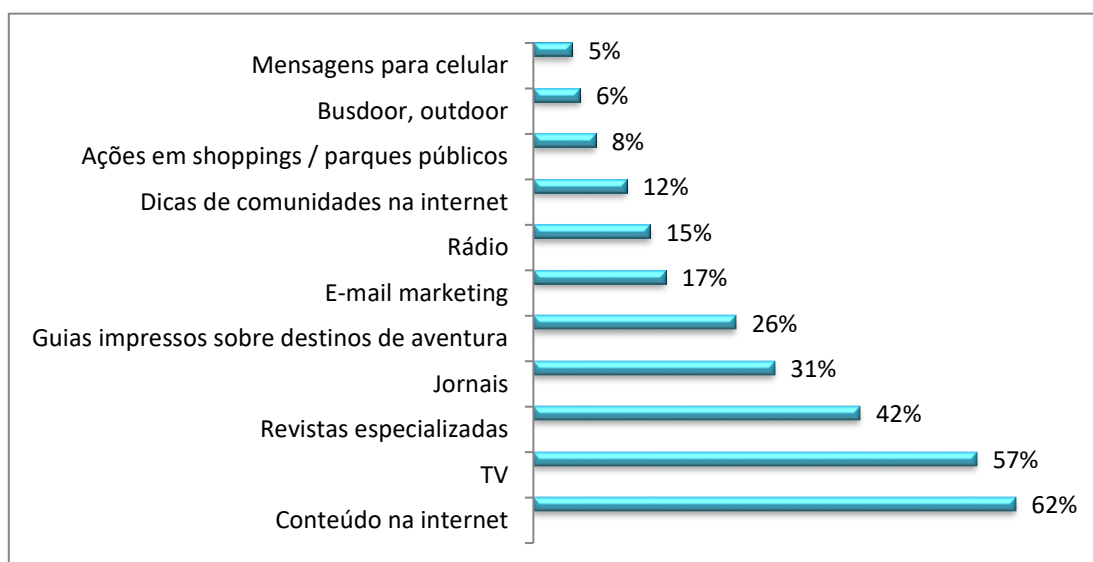


Figura 34- Mídias de maior envolvimento com o turista de ecoturismo e turismo de aventura em 2009.

Fonte: BRASIL, 2010a.

Nota: a somatória acima é superior a 100% em decorrência de múltiplas respostas.

Retomando a Pesquisa de Hábito de Consumo do Turista Brasileiro 2009 verifica-se que a expectativa do potencial turista em relação à infraestrutura e serviços turísticos é positiva considerando o que ele já conhece ou ouviu falar da região Centro-Oeste, porém se nota que esta expectativa está abaixo da média nacional, ou seja, do padrão mínimo de qualidade do turista, conforme ilustram as duas figuras seguintes:

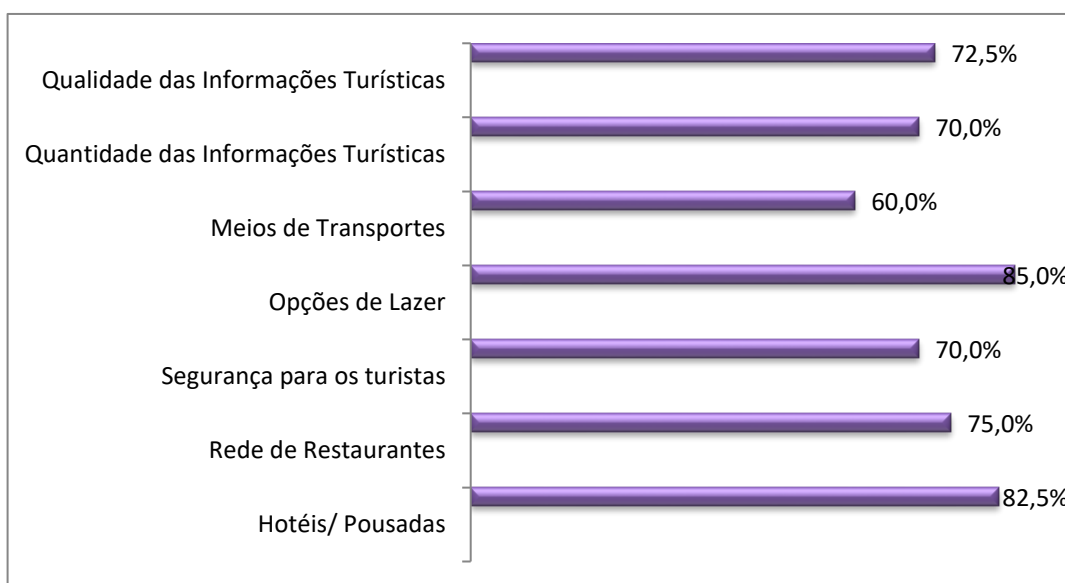


Figura 35 – Nível de expectativa positiva do turista potencial em relação à infraestrutura e serviços turísticos no Centro-Oeste em 2009.

Fonte: BRASIL, 2009.

Nota-se que a maior expectativa do turista potencial com relação à região Centro-Oeste, incluindo Bonito-Serra da Bodoquena é relacionada às opções de lazer, seguido pelos meios de hospedagem. Logo a recente atuação do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul de incluir este segmento na linha de financiamento do turismo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste é muito positiva e no futuro poderá contribuir para

melhor suprir a expectativa do turista potencial e fortalecer a imagem do polo como destino turístico.

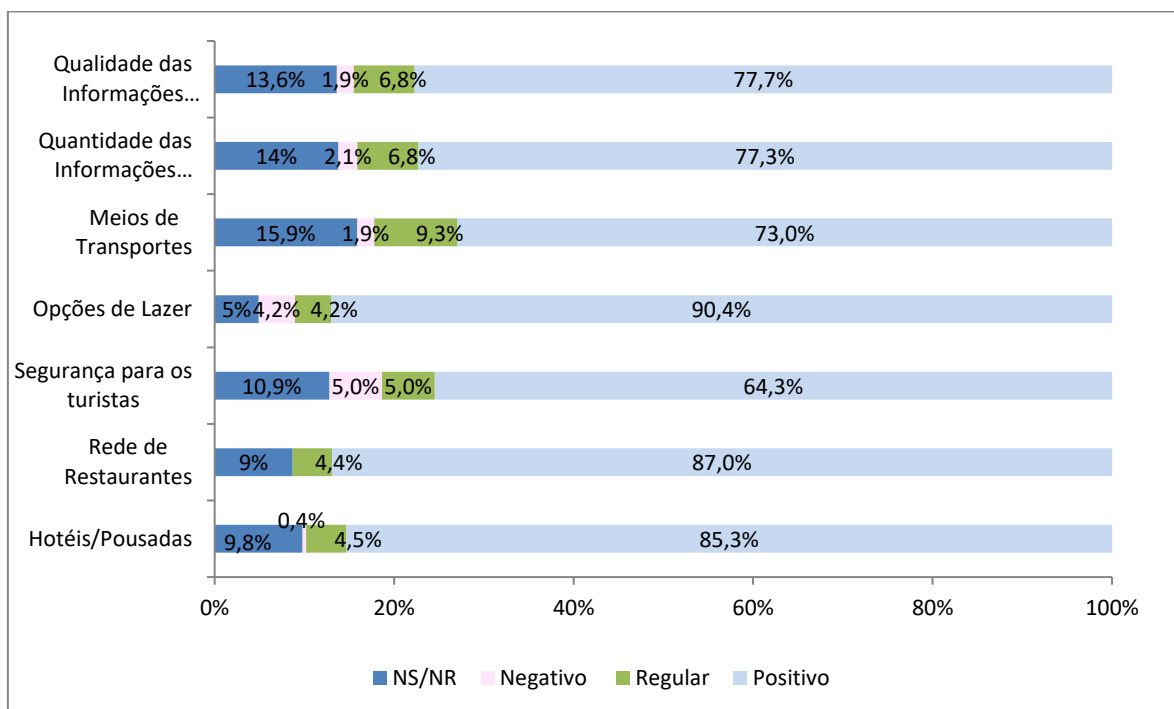


Figura 36 – Média nacional de expectativa do turista potencial em relação à infraestrutura e serviços turísticos em 2009.

Fonte: BRASIL, 2009.

Tomando a média nacional de expectativas positivas como o padrão mínimo de qualidade da infraestrutura e serviços turísticos para a região Centro-Oeste incluindo o polo em estudo, verifica-se que em quase todos os quesitos, a expectativa em relação ao Centro-Oeste é menor, o que sinaliza uma imagem de qualidade inferior da infraestrutura e serviços turísticos da região, excetuando a expectativa de segurança para os turistas cujo percentual positivo da região Centro-Oeste é superior a média nacional.

Apesar da imagem de segurança o polo em questão, tal como a região Centro-Oeste, de acordo com a figura abaixo, despertou uma baixa taxa de interesse e de conhecimento do destino quando questionado ao turista potencial brasileiro seu interesse de viajar e conhecimento do local escolhido, sendo a região Nordeste aquela que ainda atrai o maior número de interessados:

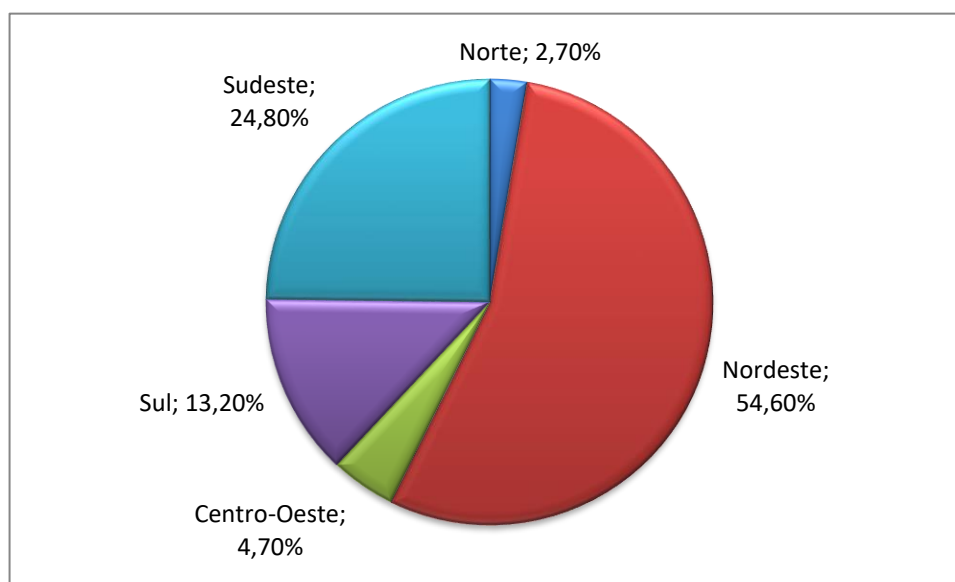


Figura 37 – Intenção de viajar por região do país do turista potencial em 2009.

Fonte: BRASIL, 2009.

A figura acima indica que os principais destinos competidores do turista potencial ainda são aqueles relacionados a atividades litorâneas (praias) destacando-se as regiões Nordeste e Sudeste neste contexto.

2.3. OFERTA TURÍSTICA

O desenvolvimento da oferta turística na região de Bonito/Serra da Bodoquena ocorreu a princípio, pautado sob a atratividade natural da Gruta do Lago Azul e da Ilha do Padre que induziram à estruturação, não somente destes atrativos naturais como também, de toda a cadeia, envolvendo equipamentos e serviços, voltados a atender o turista da região.



Foto 12 – Gruta do Lago Azul

Fonte: Centro de Convenções de Bonito.



Foto 13 – Ilha do Padre.

Fonte: Roberto Machado – Brasil Viagem.

Hoje, o polo conta com 223 atrativos identificados pelo inventário do PDTUR, sendo efetivamente aproximadamente 30 os atrativos de maior relevância, que juntamente com os equipamentos e serviços compõem as principais linhas de turismo do polo.

A seguir tem-se a análise da oferta visando caracterizar a oferta turística de Bonito/Serra da Bodoquena, destacando os gargalos existentes e seus fatores de diferenciação.

2.3.1. Avaliação dos atrativos turísticos

Embasados nas informações referentes aos atrativos turísticos já consolidados na Serra da Bodoquena e relacionados às três linhas de produtos principais da região (ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza), a seguir, apresentam-se os atrativos mais relevantes agrupados por segmentos com visitação controlada pelo Sistema de *Voucher Único*, localizados nos municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena.

Estes atrativos dispõem de infraestrutura para atendimento, sendo produtos divulgados e comercializados através de sites, folheterias, DVD's, contendo suas atividades, passeios, a distância da sede municipal, acessos, entre outras informações, às quais foram adicionadas as capacidade de carga desses atrativos.

Cabe destacar que estas capacidades de cargas apresentadas foram estimadas pelos empresários locais, sem validação ou metodologia científica que as ratifiquem. Neste contexto, nota-se que os valores estimados são elevados e denotam a necessidade de um estudo adequado, sobretudo sob a ótica ambiental, conforme abordado adiante na análise da capacidade de carga.

Quadro 16 – Atrativos Turísticos do Polo Serra da Bodoquena do segmento de Ecoturismo.

Atrativo	Descrição
BODOQUENA	
Boca da Onça -Ecotur – Distância: 55 Km Capacidade de Carga:150 pessoas/dia Grupos de acordo c/ atividades	O passeio é composto de uma caminhada por trilha pela mata preservada, passando por cachoeiras cristalinas, pelo cênico Rio Salobra, por pontos de banhos em piscinas naturais e pela mais alta cachoeira do Estado: a Cachoeira Boca da Onça, com 156 m de altura. Para os

Atrativo	Descrição
Site: www.bocadaonca.com.br	praticantes, rapel de 90 m de altura, plataforma de 34 m de comprimento - descida pelo paredão com inúmeras grutas, visão sobre o <i>canyon</i> do Rio Salobra. O receptivo oferece duas piscinas de água corrente com peixes típicos da região que nadam junto com o visitante, ducha natural.
BONITO	
Baia Bonita - Aquário Natural e trilha dos animais Distância: 7 Km Capacidade de Carga: 180 pessoas/dia – Grupos de 09 pessoas Site: www.baiabonita.com.br	Visitantes de todo o mundo são atraídos pela transparência de suas águas, cardumes de peixes de mais de 30 espécies diferentes. Infraestrutura com restaurante, museu de historia natural, loja de artesanato e piscinas para treinamento. Passeio pela Trilha dos Animais com pontos de observação pelo caminho para ver emas, jacarés, cervos-do-pantanal, lobos-guarás, etc
Bonito Aventura Distância: 6 Km Site: www.bonitoaventura.com.br	O passeio começa com uma trilha interpretativa de 1.800 m, onde o visitante pode observar uma grande variedade de palmeiras, bromélias, árvores nativas, pássaros de todas as cores e tamanhos e animais silvestres como cotias, macacos prego e tatus. Após a caminhada, inicia-se o mergulho livre de 2.200 m pelas águas cristalinas, cheias de troncos submersos no Rio Formoso. Também há descidas pelas corredeiras e flutuação.
Cachoeiras do Rio do Peixe Capacidade de Carga: 120 pessoas Grupos de 15 pessoas. Distância: 35 Km	- Localizado na Fazenda Água Viva, são rios de águas límpidas, cachoeiras, piscinas naturais, fauna atraente com macacos, araras, tucanos, entre outros. Servido delicioso almoço sul-matogrossense, preparado pela proprietária da Fazenda e um tradicional lanche, acompanhado dos "causos" contados pelo proprietário da Fazenda.
Cavalgada Rio Sucuri Capacidade de Carga: 32 pessoas – Grupos de 08 pessoas Distância: 18 Km Site: www.riosucuri.com.br	O percurso possui aproximadamente três horas de duração. Passeio a cavalo em mata fechada, beira do Rio Formoso, com trilhas para apreciação da fauna e flora da região.
Cavalgada Estância Mimosa Capacidade de Carga: 32 pessoas/dia – Grupos de 08 pessoas Distância: 24 Km Site: www.bonitoweb.com.br	Na Estância Mimosa Ecotur, o visitante além de visitar as cachoeiras, poderá também fazer um passeio a cavalo por entre as morrarias da fazenda.
Cavalgada no Parque Ecológico Rio Formoso Capacidade de Carga: 40 pessoas/dia- Grupos de 10 pessoas	A cavalgada através das matas e pastagens da fazenda, com grande probabilidade de encontrar animais silvestres como: Emas, Seriemas, Tucanos, Cutias, Tamanduás, macacos, etc. O passeio conta também com parada para banho no Rio Formoso.
Ceita Core Capacidade de Carga: 120 pessoas/dia – Grupos de 15 pessoas Distância: 36 Km Site: www.ceitacore.com.br	Na língua tupi-guarani "Terra de meus filhos". Trilhas, cachoeiras e nascentes. Trilhas pela mata ciliar com cachoeiras, piscinas naturais, pequenas grutas, carretilha, passeio a cavalo e almoço típico da fazenda na sede
Estância Mimosa Ecoturismo Capacidade de Carga: 156	Cachoeiras e piscinas naturais. Há também plataforma de saltos, pequenas grutas, passarelas suspensas e trecho

Atrativo	Descrição
12 pessoas/dia- Grupos de 12 pessoas Distância 24 Km Site: www.bonitoweb.com.br	percorrido em barco a remo. Ao longo da trilha, há diversos mirantes com visões panorâmicas da Serra da Bodoquena. Grupos com tamanho limitado e acompanhados por um guia. Almoço na sede da fazenda com pratos e doces regionais, feitos no fogão à lenha. Redário, ainda há a opção de cavalgada.
Gruta Do Lago Azul Capacidade de Carga: 315 pessoas/dia – Grupos de 15 pessoas Distância: 20 Km	Trilha com diversos espeleotemas pode-se visualizar o lago de águas intensamente azuis e com mais de 80 m de profundidade. Por sua beleza e fragilidade, a área da gruta foi transformada em Monumento Natural, garantindo sua preservação.
Parque Ecológico Rio Formoso Distância 7 Km	Caminhada por trilha na mata ciliar, margeando o Rio Formoso, subindo o Morro da Piúva avista-se ao longe a Serra da Bodoquena. A caminhada de 1.800 m termina no <i>Deck Paraíso</i> onde se inicia a descida do Rio Formoso. No retorno, o Restaurante da Lagoa oferece refeições acompanhadas de doces caseiros.
Projeto Jibóia Capacidade de Carga: 600 pessoas/dia – 04 sessões diárias Site: www.projetojiboia.com.br	Visitação turística e educação ambiental com a comunidade local. Trabalho de desmistificação das serpentes, seu comportamento e suas características.
Rio Sucuri Capacidade de Carga: 121 pessoas/dia – Grupos de acordo c/as atividades Distância: 18 Km Site: www.riosucuri.com.br	Caminhada em trilha pela mata ciliar do Rio Sucuri, com mirante construído em torno de uma figueira centenária e elevado sob sua nascente principal, onde se visualiza piraputangas, dourados, curimbas e as ressurgências. Ainda na trilha há outras nascentes, o mirante azul. Nado e flutuação na correnteza do Rio Sucuri. Almoço típico na sede. Cavalgada, passeio de <i>bike</i> e de quadriciclo, em trilhas pelas matas da fazenda, com parada para banho nas águas do Rio Formoso.
Recanto Ecológico Rio da Prata Capacidade de Carga: 188 pessoas/dia – Grupos de acordo c/as atividades: Distância: 54 Km Site: www.bonitoweb.com.br	Caminhada na mata ciliar do Rio da Prata com observação de animais silvestres e árvores centenárias, como os ipês, aroeiras, perobas. A partir da nascente, flutuação. Os grupos têm tamanho limitado e são sempre acompanhados por um guia. Máscaras, <i>snorkel</i>, roupa e bota de neoprene estão inclusos. Almoço típico sul-matogrossense, servido na sede da fazenda e redário. Passeio a cavalo.
JARDIM	
Buraco Das Araras Capacidade de Carga: 200 pessoas -Grupos de 10 pessoas Site: www.buracodasararas.tur.br	Enorme cratera totalmente em arenito onde diversos pássaros, principalmente as “Araras Vermelhas” adotaram como habitat natural, razão do nome. Em seu interior fauna e flora bem particulares, com seu ecossistema próprio e um grande lago habitado por jacarés da espécie papo amarelo.
Cavalgada Rio da Prata Capacidade de Carga: 40 pessoas/dia – Grupos de 10 pessoas	O Recanto Ecológico Rio da Prata, além da flutuação, oferece também ao visitante (opcional) um agradável passeio a cavalo na fazenda.

Atrativo	Descrição
Site: www.bonitoweb.com.br	

Fonte: elaborado a partir dos dados da FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b) e sites supracitados.

Quadro 17 – Atrativos Turísticos do Polo Serra da Bodoquena do segmento de Turismo de Aventura.

Atrativo	Descrição
BODOQUENA	
Rapel na Boca da Onça Capacidade de Carga: 30 pessoas/dia – Grupos de 10 pessoas. Site: www.bocadaonca.com.br	Descida em um paredão vertical de 90 m. de altura. A ponte de rapel é uma estrutura de 34 m de comprimento que se projeta no abismo, proporcionando contemplação da vista sobre o <i>canyon</i> do Rio Salobra.
BONITO	
Abismo Anhumas Capacidade de Carga: 18 pessoas/dia – Grupos de 12 p/ flutuação – 04 p/mergulhos autônomos. Distância: 22 Km Site: www.abismoanhumas.com.br	O rapel de 72 metros por uma fenda na rocha leva a uma caverna com magníficas formações e um lago de águas cristalinas, onde a flutuação revela a beleza subaquática do lugar. Para o rapel existe um treinamento obrigatório antes da descida, e para o mergulho autônomo é necessário credencial.
Bike Tour Rio Sucuri Capacidade de Carga: 64 pessoas/dia – Grupos de 08 pessoas. Distância 18 Km Site: www.riosucuri.com.br	Localizado na Fazenda São Geraldo, o passeio de bike do Rio Sucuri possui aproximadamente 02 horas de duração em meio à mata fechada. É possível observar animais da região e no final do percurso há uma parada para banho de cachoeira.
Bóia Cross Do Hotel Cabanas Capacidade de Carga: 120 pessoas – Grupos de 10 pessoas. Distância: 6 Km Site: www.hotelcabanas.com.br	Inicia com uma pequena caminhada em trilha suspensa até a área de embarque onde o visitante irá descer por cerca de 1000 m de Rio Formoso em bóias individuais, num percurso de 40 minutos de água passando por três cachoeiras e duas corredeiras. O retorno será feito através de caminhada por trilhas suspensas na mata ciliar onde o visitante poderá observar animais silvestres. Ao final do passeio o visitante pode se banhar nos rios Formoso e Formosinho e ainda fazer a trilha completa de mais 1.200 m ao longo da mata ciliar.
Circuito Arvorismo Distância: 12 Km www.circuitoarvorismo.com.br	É uma modalidade de esporte de aventura, com grau de dificuldade denominado como "Acrobático". Consiste em um percurso aéreo de 350 m sempre na copa das árvores, com montagem de 12 obstáculos tais como: tirolesa, passarelas, pontes e diferentes atividades suspensas, através de cordas.
Dive Bonito - Mergulho no Rio Formoso Site: www.divebonito.com.br	Mergulho no Rio Formoso, visualizando as formações calcárias e cardumes de peixes, com profundidade aproximada de 5,5m. Duração aproximada de 45 min.
Dive Bonito - Mergulho na Praia da Figueira Site: www.divebonito.com.br	Mergulho na Praia da Figueira, um lago formado por antigo ambiente de praia artificial, onde se encontra um barco e um avião submersos e alguns peixes regionais em meio às vegetações. Profundidade média de 6m, com duração aproximada de 70 minutos.
Mergulho no Abismo Anhumas www.abismoanhumas.com.br	Pequena fissura no solo que se transforma numa incrível descida de rapel de 72 m, o equivalente a um prédio de 30 andares. Na caverna, com as dimensões de um campo de futebol, você pode flutuar ou até

Atrativo	Descrição
	mergulhar mais 18 m no lago cristalino.
JARDIM	
Dive Bonito - Mergulho no Rio da Prata Site: www.divebonito.com.br	Mergulho no Rio da Prata, onde pode se observar: dourados, piraputangas, piaus, corimbas, pacus, cacharas, pintados, entre outros. Profundidade aproximada de 8m, com duração aproximada de 60 minutos.
Mergulho no Recanto Ecológico Rio da Prata Distância: 56 Km Site: www.bonitoweb.com.br	Mergulho acompanhado por mergulhador profissional. Profundidade de 5 a 7m. O mergulho pode ser feito por qualquer pessoa acima de 12 anos.

Fonte: elaborado a partir dos dados da FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b) e sites supracitados.

Quadro 18 – Atrativos Turísticos do Polo Serra da Bodoquena do segmento de Turismo de Natureza (sol e praia de água doce).

Atrativo	Descrição
BONITO	
Balneário do Sol Capacidade de Carga: 900 pessoas/dia Distância: 10 Km Site: www.balneariodosol.tur.br	Localizado às margens do Rio Formoso, oferece a possibilidade de nadar em piscinas naturais, no próprio rio, entre cardumes de peixes, ou próximo às cachoeiras. Possuem carretilhas, trampolim, lanchonete, restaurante, quiosques para churrasco, redário, quadras de vôlei e futebol de areia. Observação: Não é necessário acompanhamento de guia de turismo local.
Balneário Municipal do Rio Formoso. Capacidade de Carga: 1000 pessoas/dia Distância: 7Km	As águas cristalinas do Rio Formoso permitem uma visão nítida de peixes variados. Dispõe de sanitários, quadra de vôlei de areia, lanchonetes e sorveteria. Observação: Não é necessário acompanhamento de guia de turismo local.
Praia da Figueira Capacidade de Carga: 600 pessoas/dia Distância: 14Km Site: www.praiadafigueira.com.br	Antiga área de extração de calcário que deu origem a uma lagoa de água corrente com 60 mil m ² e uma extensa praia com coqueiros e areia branca. Nado, flutuação, mergulho. Possui estrutura para atividades diversas como cama elástica, caiaque, pedalinho, tirolesa e biribol, vôlei de areia e do frescobol,
Ilha do Padre Capacidade de Carga: 800 pessoas/dia Distância: 12 Km.	No meio do Rio Formoso, a ilha é formada por matas, cachoeiras e piscinas naturais. Possui área para camping, cabanas e churrasqueira.

Fonte: elaborado a partir dos dados da FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b) e sites supracitados.

Para avaliar os recursos e atrativos turísticos mais relevantes na região turística em estudo, elaborou-se um comparativo entre a grade de Atrativos e Atividades segundo registro do Fluxo de Visitação em 2005 - Sistema de *Voucher* Único e a grade oferecida em 2009, para averiguar nesse intervalo o aumento e a diversificação da oferta com a inclusão de outros atrativos e estruturação de novos roteiros.

Como os Atrativos da região oferecem, na sua maioria, mais de duas atividades elaborou-se o quadro seguinte as identificando para o estudo da Oferta 2005-2009, efetivamente consolidada:

Quadro 19 – Grade comparativa de atrativos e atividades ofertados em 2005 e 2009.

ATRATIVOS	2005								2009				
Gruta do Lago Azul	A	B							A	B			
Res. e Baía Bonita - Aquário Natural	A	C	D	G					A	C	D	G	
Recanto Ecológico Rio da Prata	A	C	D	E	F				A	C	D	E	F
Estância Mimosa Turismo Rural	F	H							A	C	F	H	
Parque Ecológico Rio Formoso	A	C	D	F	L				A	C	E	F	
Rio Sucuri	A	D	F	G	H	I	J		A	D	E	F	
Balneário Municipal Rio Formoso	G								G				
Cachoeiras Rio do Peixe	A	C	H						A	C	H		
Passeios de Bote: Iberê/ Natura/ Ború	Q								-				
Hotel Cabanas: bóia cross	O								N	P			
Balneário do Sol	A	C	G	H					C	G			
Grutas de São Miguel	A	B	C						A	B	C		
Praia da Figueira	D	L							G				
Boca da Onça	A	H	G	I	N				A	H	N		
Fazenda Cachoeira	A	C	E	F	G	H	O	Q	-				
Buraco das Araras	A	C							A	B	C		
Parque das Cachoeiras	A	C	H						A	C	F	H	
Barra do Sucuri	A	B	C	D	G	Q			A	C	D	E	
Bonito Aventura	A	C	D						A	C	D	E	
Fazenda Ceita Corê	A	B	E	F	H				A	B	F	H	
Balneário Monte Cristo	A	C	G	H					-				
Ybirá Pê Canopy Tour: arborismo	P								-				
Circuito Arborismo	P								-				
Abismo Anhumas	B	D	E	N					B	D	E	N	
Rio Aquidaban	A	C	G	H					-				
Projecto Vivo	A	C	F	M					-				
Eno Bókoti	A	D	H						-				
Torre de Rapel Wetega	N								-				
Fazenda Boa Vista	F	L							-				
Ilha do Padre	G								G				
Safári em Bonito									-				
Quadríciclo Crisval	J								-				
Pq. Ecológico Cavalgada	F								-				
Fazenda San Francisco – Pantanal	A	C	F	L					A				
Balneário Barra Bonito	G								-				
Discovery Dive	U								-				
Safári Noturno Bto	X								-				
Projeto Jibóia	V								V				
Bóia Cross Dinho	O								-				
Equitação Ecológ. Lagoa Misteriosa	A	C	D	E	G				-				
Balneário Tarumã	A	G							-				
Bóia Cross Júlio	O								-				
Programa de Índio	S								-				
Rota Boiadeira:	R								R				

ATRATIVOS	2005								2009
Trilha Boiadeira:	R								-
Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna	T								-
Taboa Fábrica de Encantos	—								S
Centro de Convenções	—								T
Bote Karandá Tour	—								Q
Bote Ygarapé Tour	—								Q
LEGENDA A- Trilha B – Caverna C - Observação da fauna e flora D – Flutuação E – Mergulho Autônomo F – Equitação ecológica G - Piscina natural H – Cachoeiras I – Mountain bike/ Bike Tour J – Quadriciclo L - Day – use M - Passeio de Bote N – Rapel O –Bóia Cross P - Arvorismo Q - Bote R – Quadriciclo S- Passeio Urbano/ City-Tour T – Patrimônio Histórico-Cultural U -: Mergulho com equipamento - <i>scuba</i> V - Projeto X – Focagem noturna									

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Sistema Voucher Único – FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b).

▪ *Há de se observar que o sistema contempla também os atrativos estruturados localizados nos municípios de Jardim e Bodoquena permitindo-se assim, considerá-lo como um instrumento de controle de visitação aos atrativos do polo selecionado.*

▪ *O controle de visitação aos atrativos considera a capacidade de carga dos atrativos, que mesmo estabelecida de forma empírica, são observados aspectos como preservação do meio ambiente e as características locais.*

▪ *E, em se tratando de um destino diferenciado em função das suas características geomorfológicas, com população de 50.427 habitantes (Semac/MS), o fluxo foi considerável nesse período de 14 anos segundo registro através do Sistema de Voucher Único: 2.664.861 visitas aos atrativos representando, em média, 190.347 visitas/ano e o fluxo estimado em 63.449 visitantes, 1,25 turista/habitante/ano. Se considerando o município de Bonito como o destino referencial para região, com a população de 17.856 habitantes, a relação estabelecida fica em 3,55 turistas /habitantes/ano.*

Nesse espaço de tempo a grade de atrativos em ambiente natural mantém-se praticamente inalterada oferecendo as atividades concentradas nas modalidades: 1. Cavidades e Grutas; 2.Flutuação;3. Mergulho; 4. Cavalgada; 5.Cachoeiras;6. Balneários; 6.Circuito de Aventura :Rapel/ Bóia Cross/Bike Tour/Arvorismo/ Bote / Quadriciclo.

Como atividades identificadas como Passeio Urbano/City Tour (S) foram incorporados mais dois atrativos; A taboa fábrica de Encantos e o Centro de Convenções, equipamento de infraestrutura para o segmento de negócios e eventos, pela sua arquitetura original e de forte apelo cultural remetendo o imaginário a um conjunto de ocas indígenas.

Com relação à infraestrutura disponível no polo, o município de Bonito se sobressai dispondo de prestadores de serviços turísticos atendendo toda a cadeia produtiva em termos quantitativo e organizacional, apresentando as características inerentes aos destinos consolidados é reconhecido dentro do Estado, nacional e internacionalmente.

Para os municípios de Jardim e Bodoquena ainda existem elementos que estão presentes na Demanda, mas apresentam algumas limitações ou gargalos pelo lado da Oferta que podem atingir a condição de consolidados desde que eliminados esses fatores limitantes.

A avaliação da infraestrutura oferecida em Bonito está apropriada para receber e atender os turistas constatou a pesquisa “Qualidade na Prestação de Serviços” na dimensão que envolve os aspectos tangíveis, inclusive, apresentando o melhor desempenho dentre as dimensões avaliadas. Ainda, segundo a pesquisa, possivelmente em razão das características do turista que visita o destino que busca desfrutar mais o que a natureza tem a oferecer e a rusticidade implícita no ecoturismo, é a principal característica dos empreendimentos do destino.

Abaixo, apresentam-se os empreendimentos reconhecidos como atrativos turísticos, mas de visitação moderada ou reduzida, que ainda estão em fase de estruturação, ou que se encontram em fase de consolidação no mercado. Estes atrativos, se trabalhadas suas debilidades, são capazes de contribuir com o crescimento dos segmentos principais do polo em análise.

Quadro 20 – Atrativos turísticos em consolidação na Serra da Bodoquena.

Atrativo	Descrição
SEGMENTOS: ECOTURISMO - LAZER – HISTÓRICO-CULTURAL - ARTESANATO	
Refúgio Canaã	Ainda em fase de construção no segmento de turismo de base comunitária oferecerá completa estrutura para <i>day-use</i> e hospedagem em chalé tipo suíço, e programas como passeio de barco, tirolesa e flutuação. Restaurante, bar e redário, além de amplas áreas de lazer. Estrada Municipal - Assentamento Canaã Localização: Bodoquena/MS
Hotel Fazenda do Betione	Hospedagem, Balneário, Áreas de lazer, cachoeiras; a 5 km do centro da cidade, às margens do rio Betione. Acesso pela Estrada Municipal (não pavimentada); Estrutura: Pousada com 03 apartamentos simples com ventilador de teto e banheiro externo. Bar e área de <i>camping</i> . Atividades: caminhada por trilhas rústicas, tirolesa e para banhos no rio Betione. Aluguel de bóias, churrasqueiras e coletes salva-vidas. Site: www.hotelfazendadobetione.tur.br Localização: Bodoquena/MS
Balneário Dominginhos	Distância: 05Km do centro da cidade. Estrutura: bar, mesas de sinuca, churrasqueiras e áreas de lazer. Atividades: contemplação da natureza e banhos de cachoeira. Localização: Bodoquena/MS MS 339 – Morraria do Sul
Pesqueiro Chapena	Áreas de lazer, cachoeiras e bar. Localização: MS 339, Km 14; Localização: Bodoquena/MS
Balneário de Jardim	O balneário está localizado a beira do Rio da Prata conhecido pelas águas cristalinas. Oferece estrutura com salva-vidas, churrasqueiras fixas, sanitários, duchas, estacionamento, quadra de areia, acesso ao rio para cadeirantes e área de gramado Partindo do Centro de Atendimento ao Turista deslocar pela BR 267 sentido Porto Murtinho, após 30 Km haverá uma entrada à direita, percorrer mais 5,5 km até o receptivo do balneário. Totalizando 35,5 Km. Funciona de quarta-feira a domingo e feriados, das 08:00 às 17:00 horas. Segunda e Terça-feira é fechado para manutenção, podendo-se visitar gratuitamente para conhecer o atrativo. Localização: Jardim/MS
Balneário e Camping do Assis	As margens do rio da Prata é uma área para <i>camping</i> , próximo ao balneário municipal de Jardim, uma trilha com assoalho em madeira o levará até um deck à beira-rio. Conta com tirolesa e trampolim para melhor diversão. Quiosques equipados com energia elétrica, churrasqueiras e pias Partindo do Centro de Atendimento ao Turista (CAT) pegar BR 267 sentido Porto Murtinho, após 30 Km haverá uma entrada à direita, percorrer mais 5 km até o receptivo do balneário. Totalizando 35 Km. Localização: Jardim/MS

Atrativo	Descrição
Lagoa Misteriosa	Localizada no fundo de uma dolina, cercada por mata ciliar. A 8 metros de profundidade abrem-se dois poços, com cerca de 10 metros de diâmetro, que descem verticalmente para mais de 240 m de profundidade. Nos meses de inverno, a visibilidade chega a 40 metros. Dois abismos azuis formam o fundo da lagoa com paredões verticais rochosos. O passeio à Lagoa está temporariamente suspenso por determinação do IBAMA e do Centro de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas -CECAV, que visa transformá-la em RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural. A Lagoa Misteriosa está em processo de licenciamento ambiental. Localização: Jardim/MS
Museu da Comissão de Estradas e Rodagem Nº 03	Localizado no interior da 4ª Companhia de Engenharia e Combate Mecanizada; o acervo do museu conta a História do Exército na região com relatos, fatos, fotos e equipamentos antigos. A C.E.R-3 integrava a estrutura do antigo Ministério da Guerra, com oficiais formados em engenharia, topografia, desenho e outras áreas técnicas necessárias à construção das estradas que interligavam as cidades de fronteira. O museu foi criado pelos militares e ex-funcionários da CER-3 como forma de preservar a história da região. O acervo do museu conta ainda com projetores e objetos do extinto "Cine Jardim", antes localizado no CER-3, bem como a antiga moeda Jardimense, o Boró. Site: http://museudacer3.com/ Localização: Jardim/MS
Monumento aos Heróis da Retirada da Laguna.	Patrimônio Histórico do município, abriga os túmulos dos combatentes da Guerra do Paraguai, Cel. Camisão, Cel. Juvêncio, José Francisco Lopes – o Guia Lopes, e muitos outros soldados que foram deixados no local por estarem condenados pelo cólera. Trata-se de um memorial para todos os cidadãos brasileiros, pois muitos soldados perderam a vida para que esta região se tornasse solo nacional. Localização: Jardim/MS
Programa Mãos à Obra – Artesanato em Osso e Madeira	Atualmente atendendo a vários munícipes, divididos entre o preparo da matéria-prima e a produção das peças, incluindo o projeto, desenho e confecção de peças finais. O Programa ganhou o Prêmio Top 100 de Artesanato, iniciativa do SEBRAE com o objetivo de incentivar e destacar as formas mais bem organizadas no setor, do ponto de vista mercadológico Coordenado pela Gerência de Assistência Social da Prefeitura de Jardim, que financia as instalações e equipamentos para a produção com o intuito de promover a capacitação profissional de jovens, além de proporcionar a complementação da renda familiar dos participantes. Localização: Jardim/MS
Gruta do Urubu Rei	Atrativo Natural em estruturação. Bodoquena – MS
Córrego Azul	Atrativo Natural em estruturação Bodoquena – MS
Fazenda Indiana	Empreendimento com a atividade turística em estruturação Bodoquena – MS

Fonte: FUNDTUR (MATO GROSSO DO SUL, 2010b)

Extrapolando a capacidade de carga dos balneários de Bonito, em média 700 pessoas/dia, para os balneários acima apresentados (Dominguinhos em Bodoquena, Municipal/Rio da Prata e Assis em Jardim) tem-se, somente nestes balneários, o potencial de comportar cerca de 2.000 pessoas/dia.

Este expressivo número indica impactos tanto na economia, sob o aspecto positivo visto que a um preço médio de R\$ 10,00/pessoa (conforme informação local) seriam R\$ 20.000,00 diariamente injetados na economia local, como também ambientais, dado o pisoteio excessivo que geralmente ocorre em balneários e outros impactos ambientais, tratados com a devida propriedade posteriormente, na Análise Socioambiental (Impactos no meio ambiente que já tenham sido causados por atividades turísticas).

Além dos aspectos econômicos e ambientais decorrentes da capacidade de carga dos balneários, tem-se também o aspecto social, uma vez que este é o produto turístico com preço mais reduzido ofertado na região em análise, configurando-se como uma alternativa de lazer à comunidade, aproximando a população local do setor de turismo, justificando que alguns balneários como o Municipal de Jardim funcionem mesmo sem viabilidade econômica (ANEXO 2 – Balancete de 2009 do Balneário Municipal de Jardim) em decorrência da menor receita. Neste caso, sua estruturação adequada para atrair um fluxo maior de turistas pagantes é uma alternativa positiva a fim de viabilizar o atrativo com seu papel social.

Neste sentido a regularização ambiental e a consolidação dos demais balneários locais, uma vez somente os de Bonito são tidos como produtos prontos para comercialização, torna-se uma ferramenta estratégica para dotar o destino de competitividade além de um significativo instrumento de incorporação da comunidade no setor.

Capacidade de Carga

Dos atrativos turísticos mais relevantes no polo, definiram-se a Capacidade de Carga por atrativo. Esta foi estipulada de forma empírica, baseada apenas na experiência e bom senso dos proprietários dos empreendimentos, segmentada por quantidade de pessoas/dia e pessoa/grupos considerado a capacidade máxima independente da sazonalidade.

Quadro 21 – Capacidade de carga dos atrativos da Serra da Bodoquena.

Atrativo	produto/atividade	Capacidade de carga	
		pessoas/d	pessoas/grupo
Aquário natural	Trilha dos Animais	300	15
	Caiman Scuba Dive	15	2
	Flutuação	180	9
Abismo anhumas	Flutuação	12	
	Mergulhos - Bonito Scuba Abismo Anhuma	4	
Estância mimosa	Cachoeira	156	12
	Cavalgada	32	8
Rio da prata	Cavalgada	40	10
	Mergulho com cilindro	18	2
	Flutuação	130	9
Parque ecológico rio formoso	Cavalgada	40	10
	Mergulho com cilindro	40	4
	Flutuação	100	10
Rio sucuri	Quadriciclo	25	5
	Cavalgada	32	8
	Bike	64	8
	Flutuação	120	8
Boca da onça	Rapel	30	10
	Cachoeiras	150	15

Atrativo	produto/atividade	Capacidade de carga	
		pessoas/d	pessoas/grupo
Barra do sucuri	Flutuação	80	7
Quadriciclo ygarapé	Quadriciclo	30	5
Quadriciclo zagaia	Quadriciclo	42	5
Bike lobo guará	Ciclismo	20	10
Parque das cachoeiras	Cachoeiras	230	10
Cachoeiras rio do peixe	Cachoeiras	120	15
Cachoeiras ceita core	Cachoeiras	120	15
Bonito aventura	Flutuação	100	10
Passeios de botes	Ygarapé	208	12
	Karajá	156	12
	Keda D'água	104	12
	Bonitour	156	12
	Iberê	208	12
	Bote Murilo	96	
	Bote Faz. Cachoeira	156	
	Bóia Cross	120	10
Arvorismo	Cabanas Arvorismo	75	15
	Ybira-pê Arvorismo	55	11
	Circuito Arvorismo	40	10
Grutas	Gruta de São Miguel	275	
	Gruta do Lago Azul	315	15
Balneários	Balneário do Sol	900	
	Ilha do Padre	800	
	Praia da Figueira	600	
Contemplação	Projeto Jibóia	600	150
	Buraco das Araras	200	10
	Aquário de Vidro	200	NE
	Taboa - fábrica de encantos	360	15
	Casa das Araras	160	10
TOTAL	-	8.014	-

FONTE: Secretaria de Turismo de Bonito/SIE-FUNDTUR/ 16/07/2010.

Nota: NE – Não estimado.

Somando-se todas as capacidades de carga apresentadas verifica-se que seria possível comportar, segundo os empresários locais, a visitação de cerca de oito mil turistas por dia, número expressivo, sobretudo se extrapolado este valor por ano e comparado ao atual fluxo de turistas.

Pesquisa aplicada

Entre os dias 8 e 23 de setembro de 2010 foram entrevistados representantes de nove atrativos turísticos, concentrando mais da metade das visitas a atrativos registradas em 2009 pelo Sistema *Voucher Único*.

Os resultados da pesquisa serão apresentados na análise dos equipamentos e serviços turísticos, permitindo sua avaliação comparativa aos demais componentes da cadeia turística, porém genericamente caracterizam-se os atrativos da seguinte maneira: a maioria é pequena empresa, atuando no mercado em média há 11 anos, pertencendo a investidores locais, empregando em média 13 funcionários, trabalhando com uma taxa anual de ocupação de 54,8%, faturando R\$ 12 mil por dia aproximadamente e 100% operam integrados às agências de turismo e por consequência, este é o elo da cadeia com o qual ocorrem conflitos com maior frequência.

Questionados quanto às maiores dificuldades operacionais dos atrativos turísticos, depois dos impostos, a mão-de-obra qualificada é apontada como o principal gargalo dos atrativos, na visão do proprietário ou responsável pelo estabelecimento. Aprofundando esta dificuldade, identificou-se a necessidade de aprimoramento da mão-de-obra no atendimento ao turista.

2.3.1.1. Infraestrutura para Eventos

A consolidação desse destino turístico respeitando os recursos naturais, o desenvolvimento de uma metodologia que possibilitou um modelo de gestão sustentável, referência nacional de gestão compartilhada entre o público e o privado bem como, sua biodiversidade, vem sendo motivo de muitos estudos, pesquisas e publicações de cunho científico.

As visitas técnicas com esses intuitos conduziram naturalmente o destino para o segmento de Intercâmbio e Negócios e Eventos que vem se consolidando com a construção do Centro de Convenções com capacidade para 1.700 pessoas, com projeto arquitetônico integrado a natureza, contemplando espaços para auditórios, área de exposição, salas *vips* e de apoio, ambulatório médico e praça de alimentação com que há de mais moderno em instalações e tecnologia para o segmento.

Em Jardim, há o Centro de Convenções “Oswaldo Fernandes Monteiro” voltado a eventos de pequeno porte, com capacidade para 225 pessoas, o qual visando alavancar o segmento de eventos do polo, precisa ter seus espaços e equipamentos adequados, conforme informações da Prefeitura Municipal de Jardim.

A cidade de Bonito conta com um calendário de eventos que abrange as manifestações culturais como “Festival da Guavira”, Festival Gastronômico, Encontro Estadual de Clubes do Laço, Festa do Peão, realização de congressos e congêneres e o importante Festival de Inverno de Bonito que em 2010 atinge sua 10ª Edição.

A 1ª edição do Festival de Inverno de Bonito, realizado no período de 21 a 30 de julho de 2000, apresentou em sua programação as mais significativas expressões culturais do Brasil nas áreas da música (popular e erudita), teatro, cinema, artes plásticas e fotografia e durante dez dias, a cidade viu desfilar por suas ruas, 220 artistas em 91 atividades culturais. Mais de 20.000 pessoas participaram diretamente dos espetáculos.

O Festival de Inverno de Bonito foi uma iniciativa do Governo de Mato Grosso do Sul, criado com o objetivo de agregar valores ao destino na época de alta temporada, com realização da Secretaria de Estado de Cultura, Desporto e Lazer e Fundação de Turismo, patrocínio oficial de empresas públicas e privadas.

O sucesso do evento repercutiu em vários pontos do país: importantes veículos da imprensa como jornal do Estado de São Paulo, o Correio Brasiliense, A Tribuna da Imprensa, a revista Isto É, radio CBN, a TV Cultura, os canais *Multishow* e GNT, revelaram a extraordinária beleza de Bonito tendo como atração principal o I Festival de Inverno.

E assim o Festival de Inverno de Bonito, inserido no calendário nacional de eventos culturais, com as edições 2006, 2007, 2008 e 2009 vem mantendo a tradição das edições

anteriores com uma grande variedade de atrações artísticas, discussões centradas na cultura, meio ambiente e turismo.

O Festival de Inverno de Bonito contribui para ampliação e divulgação do potencial turístico da região e preservação do patrimônio natural. É o maior evento turístico e cultural de Mato Grosso do Sul e um dos maiores festivais de inverno do Brasil.

Os Calendários de Eventos Consolidados para Jardim e Bodoquena são voltados para a população, atendendo aos valores culturais com comemorações religiosas como Festa dos Padroeiros das cidades, Santos de devoção, Festas de Rodeio, Exposições Agropecuária, Aniversário das cidades, festas juninas, carnaval, *réveillon*.

A seguir, apresentam-se os dados referentes à atual infraestrutura, para eventos ofertada, fruto do levantamento realizado por cada prefeitura integrante do polo turístico em análise:

Quadro 22 – Infraestrutura de Eventos do Polo Serra da Bodoquena em 2010.

CATEGORIA	LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE/ ASSENTOS	ÁREA	INFRAESTRUTURA
HOTEIS COM AUDITORIOS		1150		
1. Hotel Canaã	Bonito	90	-	Recursos audiovisuais (Flip Shart, retroprojeto, vídeo) estacionamento
2. Marruá Hotel	Bonito	120	-	Recursos audiovisuais (Flip Shart, retroprojeto, vídeo e computador) estacionamento
3. Hotel Pira Miúna	Bonito	60	-	Recursos audiovisuais (Flip Shart, retroprojeto, vídeo) estacionamento
4. Hotel Águas de Bonito	Bonito	80	-	Recursos audiovisuais (Flip Shart, retroprojeto, vídeo) estacionamento
5. Pousada Água Azul	Bonito	80	-	Recursos audiovisuais (Flip Shart, retroprojeto, vídeo) estacionamento
6. Wetegá Hotel	Bonito	120	-	Recursos audiovisuais (Flip Shart, retroprojeto, vídeo) estacionamento
7. Zagaia Eco Resort Hotel	Bonito	560	-	Recursos audiovisuais (Flip Shart, retroprojeto, vídeo) estacionamento
8 - Hotel Fazenda Betone	Bodoquena	40		Recursos audiovisuais (Flip Shart, data-show, vídeo) estacionamento
AUDITÓRIO		310		
1. Conselho Municipal de Turismo - COMTUR	Bonito	45	-	Recursos audiovisuais (Flip Shart, retroprojeto, vídeo, data-show)
2. Auditório do Centro de Atendimento ao Turista	Jardim	65	380	Ventiladores, Cadeiras escamoteáveis, sistema de sonorização, cozinha e banheiros (inclusive para portadores de necessidades especiais)
3. Auditório da Associação Empresarial de Jardim	Jardim	80	96	Ar-condicionado, poltronas estofadas. Recursos audiovisuais, flip shart, retroprojeto, vídeo e data show, flip shart e vídeo.
4. Auditório da UEMS	Jardim	120		Ar-condicionado, poltronas fixas estofadas.

CATEGORIA	LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE/ ASSENTOS	ÁREA	INFRAESTRUTURA
CLUBES		5600		
1. Sindicato Rural Patronal de Bonito - SR	Bonito	200	-	-
2. Clube do Laço Nabileque	Bonito	350	-	-
3. Clube Hori	Bodoquena	1500	-	
4. Parque de Exposições de Jardim	Jardim	600 no tatersal	-	Restaurante, Baías e Tatersal de Leilões
5. Associação Tupã si Caacupe	Jardim	400	-	Salão de Festar, bar e palco
6. Clube dos Oficiais	Jardim	200	-	Piscina, salão de festas, estacionamento, lanchonete
7. Salão Paroquial da Igreja Santo Antonio	Jardim	400	-	Salão de festas, bar
8. Salão Paroquial da Igreja N S de Fátima	Jardim	450	-	Salão de festas, bar
9. Esporte Clube Jardim	Jardim	500	-	Salão de festas, bar
10. Usina Clube	Jardim	500	-	Salão de festas, bar, equipamento de som
11. 180 graus	Jardim	300	-	Salão de festas, bar
12. Cia Atlética Esporte Clube	Jardim	200	-	Salão de festas, bar, cozinha, piscina semi-olímpica
POLIESPORTIVO		5400		
1. Juscelino Kubitscheck de Oliveira	Bonito	1400	-	-
2. Ginásio de Esportes Ticão	Jardim	2500	-	Quadra de futsal, vôlei, basquete, handebol
3. Poliesportivo Hori	Bodoquena	1500		
CENTRO DE CONVENÇÕES			1.700	
Centro de Convenções Oswaldo Fernandes Monteiro	Jardim	225		Ar condicionado. Poltronas fixas. Sistema de sonorização; Acesso para portadores de necessidades especiais; Cozinha e área de serviço; banheiros e hall de entrada.
Aldeia Eventos - Centro de Convenções de Bonito	Bonito	4.404		Ar condicionado em todos os espaços; Poltronas fixas estofadas; Poltronas com tamanho especial; Sistema de sonorização; Sistema de projeção nos auditórios; Cabines multifuncionais preparadas para tradução simultânea; Acesso para portadores de necessidades especiais; Mídia <i>desk</i> nos auditórios; Business Center; Cyber café; Passarelas cobertas; Estacionamento; Cafeteria e Lanchonete; Cozinha e área de

CATEGORIA	LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE/ ASSENTOS	ÁREA	INFRAESTRUTURA
				serviço; Espaço adequado para instalação de ambulatório médico; Iluminação regulável e independente para cada sala; Vídeo Conferência.
Auditório Guaicurus	Centro de Convenções de Bonito	872	1.034	
Auditório Terena	Centro de Convenções de Bonito	244	442	
Auditório Kadweu	Centro de Convenções de Bonito	244	442	
Sala Multiuso	Centro de Convenções de Bonito	80	92	
Espaço Guató	Centro de Convenções de Bonito	variável	900	
Espaço Pantanal	Centro de Convenções de Bonito	variável	382	
Auditório Guaicurus	Centro de Convenções de Bonito	872	1.034	

Fonte: Prefeitura Municipal de Bodoquena, Prefeitura Municipal de Bonito e Prefeitura Municipal de Jardim.

Com a infraestrutura turística disponível na região, sobretudo em Bonito, como por exemplo, sua capacidade de alojamento, a consolidação como destino de negócios e eventos pode contribuir duplamente no aumento do fluxo de turistas: por ocasião da participação em eventos e retorno ao destino pelas características do seu público – poder aquisitivo permissivo, nível cultural e de exigência diferenciado e pelo prazer de conhecer novos lugares nos períodos de férias familiares, além de ser estratégico para otimização do fluxo na baixa temporada.

2.3.2. Avaliação dos equipamentos e serviços turísticos

De acordo com dados da FUNDTUR-MS (MATO GROSSO DO SUL, 2010b), o setor do turismo na região em análise, envolve 298 empreendimentos, atuando nos seguintes subsetores: hotelaria, restaurantes, bares e similares, atrativos, agências e operadoras de receptivo, transportadoras turísticas, terminais de passageiros, comércio de artesanato e souvenirs, além das atividades transversais ao turismo. O Setor movimenta na geração de emprego e ocupação mais de 70% da mão-de-obra local.

No tocante ao serviço de informação ao turista, os três municípios da região disponibilizam Centros de Atendimento ao Turista – CAT's, serviço esse indispensável uma vez que, mais do que informação, proporciona a sensação de segurança ao visitante num destino turístico; a estrutura de informação dos atrativos e passeios da região dispõe de uma rede significativa de *web sites* alimentada pelos empreendimentos: agências e operadoras turísticas, meios de hospedagem, transportadoras turísticas e pelos órgãos oficiais de turismo.

Abaixo, segue o número de estabelecimentos existentes no polo em análise, fruto do levantamento realizado por cada prefeitura da região, visto sua discrepância em relação ao número de estabelecimentos cadastrados no MTur.

Quadro 23 – Empreendimentos Prestadores de Serviços Turísticos Existentes Polo Serra da Bodoquena em 2010.

SERVIÇOS TURÍSTICOS	BODOQUENA	BONITO	JARDIM
Transportadora Turística	001	015	002
Meios de Hospedagem	015	086	011
Agências e Operadoras	-	035	002
Organizadores Eventos	-	-	-
Parques Temáticos	-	003	001
Estrutura para Eventos	-	002	004
Guias de Turismo (1)		080	004

Fonte: Prefeitura Municipal de Bodoquena, Prefeitura Municipal de Bonito, Prefeitura Municipal de Jardim.

Nota: (1) Associação de Guias de Turismo de Bonito-AGTB.

Em média 54,79% dos estabelecimentos turísticos do polo estão cadastrados no MTur conforme abaixo demonstrado:

Quadro 24 – Empreendimentos Prestadores de Serviços Turísticos Cadastrados no Ministério do Turismo – CADASTUR.

SERVIÇOS TURÍSTICOS	BODOQUENA	BONITO	JARDIM
Transportadora Turística	001	015	004
Meios de Hospedagem	-	040	001
Agências e Operadoras	-	036	002
Organizadores Eventos	-	-	-
Parques Temáticos	-	003	001
Estrutura para Eventos	-	-	-
Guias de Turismo (1)		040	

Fontes: www.cadastur.turismo.gov.br - CADASTUR - 12/07/2010;

Nota: (1) Associação de Guias de Turismo de Bonito-AGTB.

Com relação à infraestrutura disponível no polo, o município de Bonito se sobressai dispondo de maior número de prestadores de serviços turísticos, apresentando as características inerentes aos destinos consolidados, sendo reconhecido dentro do Estado, nacional e internacionalmente, sobretudo pelo seu sistema de gestão.

Detalhando os meios de hospedagens disponíveis no polo tem-se também a maioria concentrada em Bonito, mesmo considerando os demais municípios no entorno do polo turístico em análise:

Quadro 25 – Meios de Hospedagens existentes no Polo Serra da Bodoquena e Região⁷ em 2010.

Região Turística	População	MH	UH	Leitos
2 - BONITO S. DA BODOQUENA	121.100	158	2.267	7.802
1. Bela Vista	23.726	10	67	165
2. Bodoquena	8.397	15	118	996
3. Bonito	17.856	97	1.469	4.959
4. Caracol	5.320	-	-	-
5. Guia Lopes da Laguna	10.407	02	52	150
6. Jardim	24.174	11	213	507
7. Nioaque	15.693	04	04	40
8. Porto Murtinho	15.527	19	344	985

Fonte: Prefeitura Municipal de Bodoquena, Prefeitura Municipal de Bonito, Prefeitura Municipal de Jardim e FUNDTUR.

⁷ O Polo Serra da Bodoquena, compreendido pelos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim foco do presente Plano está contido dentro da Região Turística Bonito - Serra da Bodoquena, formada por mais cinco municípios além dos três supracitados, delimitada pelo Programa de Regionalização do Turismo do Estado do Mato Grosso do Sul.

Como principal equipamento turístico, a infraestrutura para hospedagem disponível no município de Bonito representa 77,85% dos Meios de Hospedagem - MH; 79,40% das Unidades Habitacionais - UH e 82,60% dos Leitos disponíveis na Região Bonito-Serra da Bodoquena, cujo polo selecionado é um recorte de 9.643,287 Km² dentro do território dessa região turística; em relação aos municípios que compõem o polo selecionado, Bonito detém a 78,86% dos Meios de Hospedagem; 81,61% das Unidades Habitacionais e 76,69% dos Leitos.

Cabe destacar que dentre estes meios de hospedagens do polo em estudo não há empreendimentos pertencentes às grandes redes nacionais e internacionais como Accor, Harbor, Bristol, Blue Tree, entre outras.

Em novembro de 2005, foi aplicada em Bonito uma pesquisa para analisar a qualidade do serviço turístico local pelo SEBRAE/MS junto com a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura - FAPEC e Fundação Cândido Rondon - FCR⁸, na qual se identificaram que a infraestrutura oferecida em Bonito está apropriada para receber e atender os turistas na dimensão que envolve os aspectos tangíveis, inclusive, apresentando o melhor desempenho dentre as dimensões avaliadas. Ainda, segundo a pesquisa, possivelmente em razão das características do turista que visita o destino que busca desfrutar mais o que a natureza tem a oferecer e a rusticidade implícita no ecoturismo, é a principal característica dos empreendimentos do destino. (SEBRAE/MS, FAPEC, FCR; 2006)

Para complementar a avaliação da infraestrutura turística, buscando elementos que possam determinar se a oferta atual permitirá atender tanto a demanda atual como a potencial, aplicou-se entre 8 e 23 de setembro, pela AGRICON Consultoria, uma pesquisa, entrevistando 14 hotéis de um total de quarenta (35% da amostra), 11 agências de viagens, e por fim, 9 atrativos turísticos, que juntos correspondem por mais da metade do fluxo anual de visitas aos atrativos do polo controlados pelo Sistema *Voucher Único* em 2009.

Os resultados desta pesquisa seguem abaixo, destacando-se que não foram feitos os cruzamentos dos elementos analisados em função da localização, visto que grande parte dos estabelecimentos entrevistados é localizada no município de Bonito – MS, pois este concentra os empreendimentos da cadeia do turismo, conforme verificado nos quadros anteriores.

Também em função da temporalidade de funcionamento, os elementos foram analisados considerando as diferentes formas de precificação e de faturamento em relação à alta e a baixa temporadas. Por fim, a pesquisa analisou também a quantidade de atividades desenvolvidas nos atrativos turísticos com a finalidade de verificação de diversificação ofertada pelos atrativos.

Considerando a dimensão dos empreendimentos e atrativos turísticos da região, tem-se que a maioria dos equipamentos e serviços turísticos são microempresas, já os atrativos turísticos são em grande parte pequenas empresas.

⁸ A pesquisa tinha como objetivo medir o grau de qualidade dos serviços oferecidos pelo Trade turístico de Bonito, com amostra composta por cerca de 80 turistas, 32 gerentes de empresas turísticas e 64 funcionários formais.

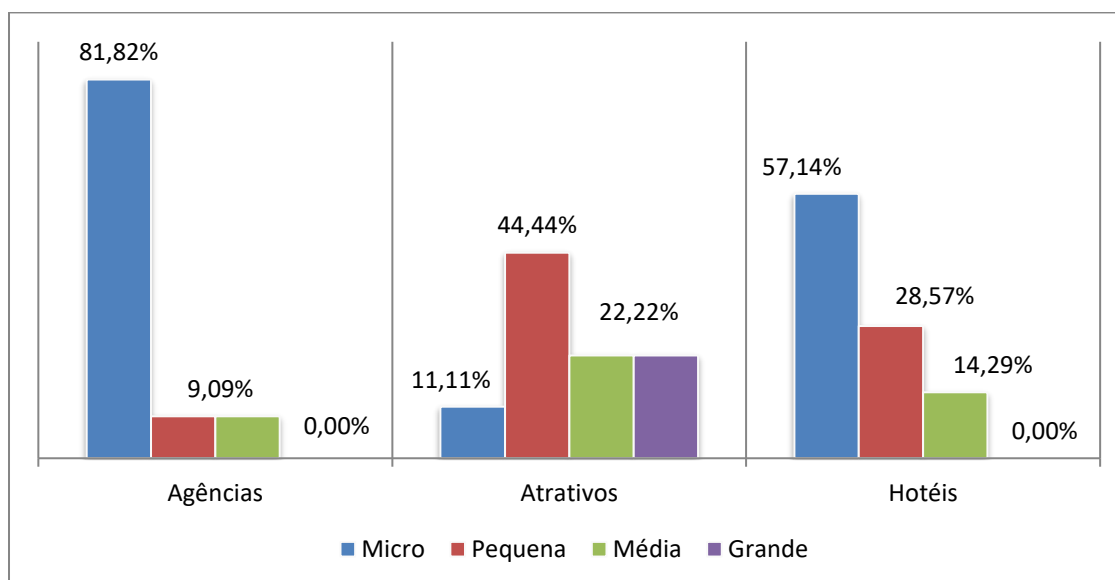


Figura 38 – Dimensão dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Resultante da pesquisa aplicada tem-se que os atrativos turísticos apresentam a idade média mais elevada, dada seu papel precursor no desenvolvimento turístico da região, seguido dos hotéis e agências de viagens, conforme abaixo indicado:

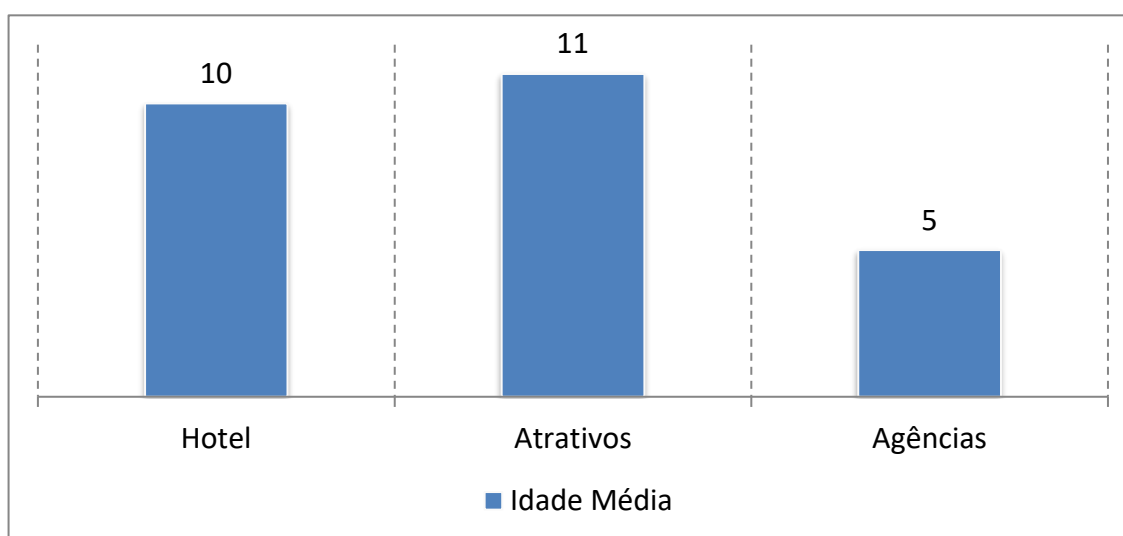


Figura 39 – Idade Média da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Ratificando o aspecto histórico do desenvolvimento do turismo na região decorrente da percepção deste como uma oportunidade econômica identificada pela comunidade local, nota-se a seguir que a maioria dos empreendimentos é originada de investimentos locais, seguidos de regionais e nacionais, respectivamente.

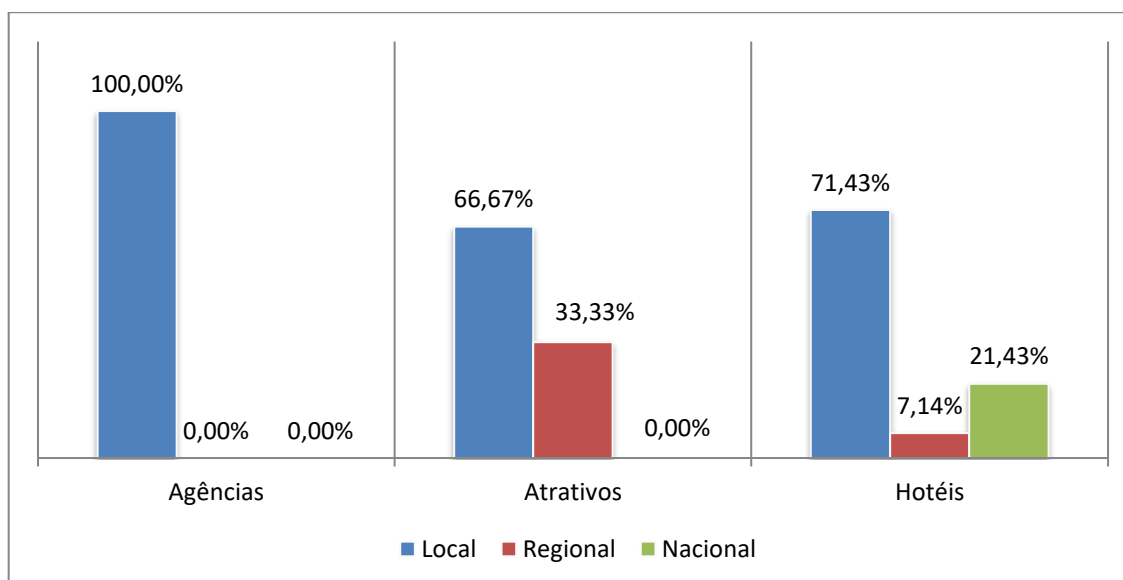


Figura 40 – Origem do empreendimento dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Dentre os empreendimentos analisados, indica-se que os hotéis são os que concentram a maior capacidade de geração de emprego por apresentar o maior número de funcionário por empresa, seguidos dos atrativos turísticos e das agências de viagem.

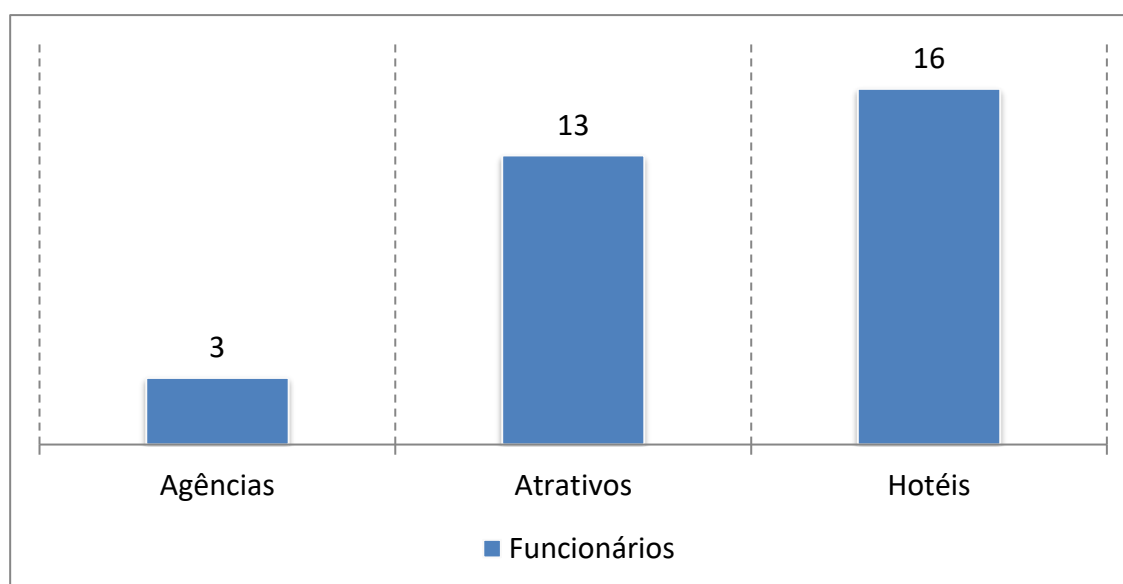


Figura 41 – Número médio de funcionários por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Questionados os empreendimentos, em pesquisa, quanto ao salário médio pago, verifica-se que apesar de um número menor de funcionários, as agências de turismo apresentam maior salário médio pago (R\$ 857,86), seguidas dos atrativos (R\$ 700,00) e hotéis (R\$ 655,50).

Considerando o número médio de funcionários por porte da empresa, nota-se genericamente que, as empresas de maior porte concentram um número maior de funcionários, exceto nas agências de viagem, nas quais a oscilação de funcionários por porte é mínima, dada as características operacionais do estabelecimento deste subeditor, que atua com uma estrutura tida como “enxuta”.

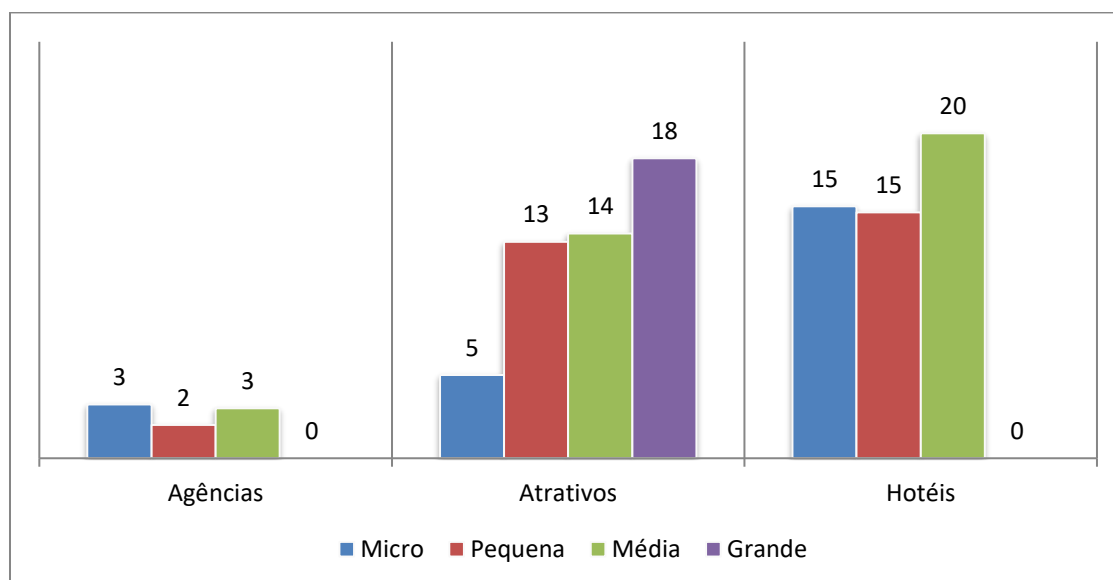


Figura 42 – Número médio de funcionários por dimensão da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Já o número de funcionários por idade média da empresa é maior nos atrativos turísticos mais novos que nos atrativos estabelecidos há mais tempo, em contrapartida, o oposto é indicado nas empresas dos equipamentos e serviços turísticos, nos quais as empresas estabelecidas há mais tempo apresentam um maior número médio de empregados.

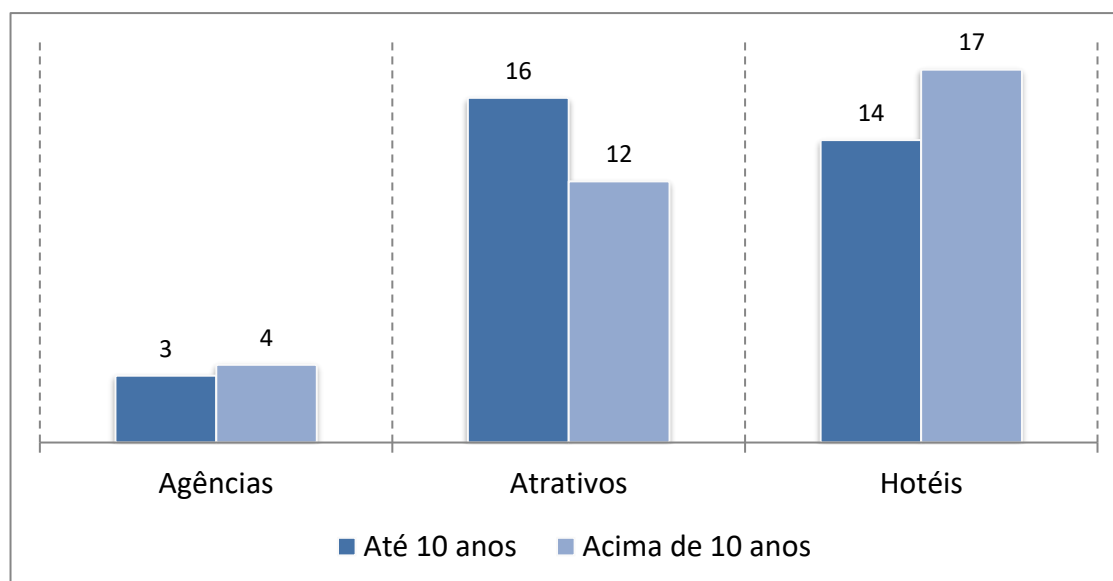


Figura 43 – Número médio de funcionários por idade da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Complementando os dados referentes aos empregos gerados no setor turístico, Coelho (2008) analisa as Atividades Características do Turismo - ACTs, considerando um conjunto de atividades que representam a maior parte dos gastos dos turistas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE o valor de produção das ACTs chegou a R\$ 149,64 bilhões, atingindo 7,1% do valor da produção do setor de Serviços e 3,6% da economia brasileira. Em 2006, trabalhavam nas ACTs cerca de 5,7 milhões de pessoas, ou 10,1% dos ocupados no setor de Serviços e 6,1% dos trabalhadores do país. Em 2006, o total dos rendimentos pagos pelas ACTs (R\$ 31,34 bilhões) representou 3,23% dos rendimentos pagos pelo conjunto da economia brasileira.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA estruturou o Sistema Integrado de Informações sobre o mercado de trabalho no setor turístico o SIMT, com o objetivo de caracterizar a mão de obra ocupada no mercado turístico, são considerados sete grupos de ACTs: Alojamento; Agência de viagem; Transportes; Aluguel de transportes; Auxiliar de transportes; Alimentação; Cultura e lazer.

Em Mato Grosso do Sul, o mercado de trabalho turístico por ACTs, empregou segundo dados do SIMT 8.113 pessoas em 2005, dentre as quais estima que existiam 7.834 empregos turísticos informais no estado, sendo a atividade turística da Alimentação com maior parte dos trabalhadores informais, 63%, conforme ilustra a figura seguinte:

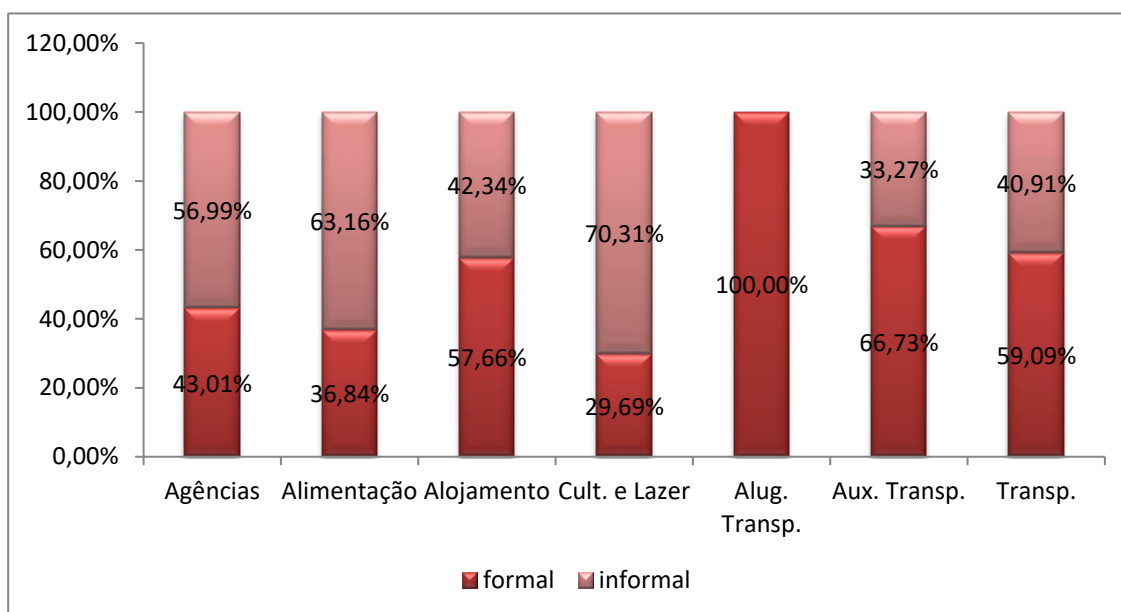


Figura 44 - Estimativa da proporção de empregos formais e informal por ACTs em Mato Grosso do Sul - Setembro de 2005

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIMT/IPEA (2010).

Extrapolando as proporções entre empregos formais e informais acima, considerando que entre 2005 e 2010 a taxa de informalidade nos subsetores da atividade turística no Estado tenha se mantido estável, estima-se que em média no Polo Serra da Bodoquena, por empreendimento exista o seguinte número de empregos gerados:

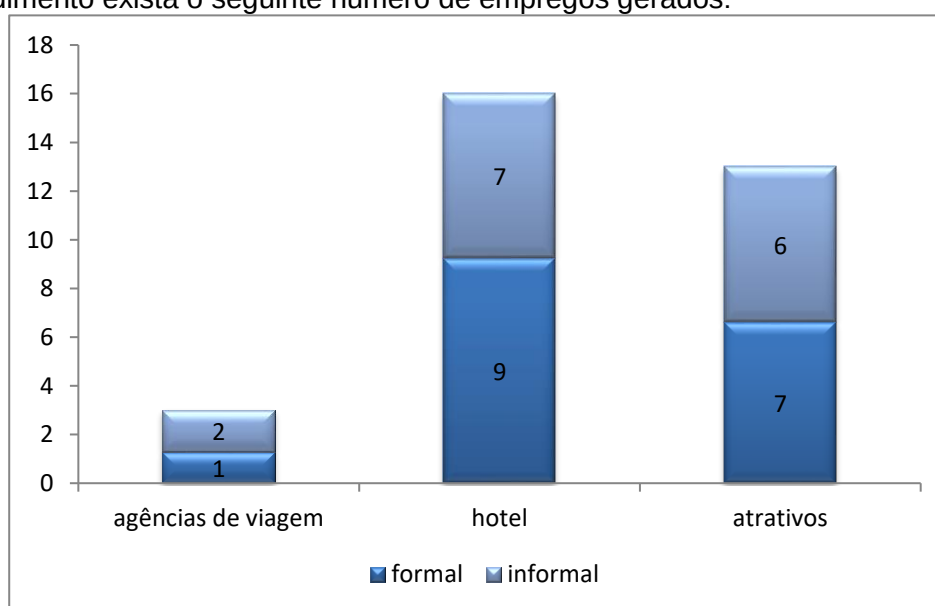


Figura 45 – Estimativa do número de empregos formais e informais por empreendimento dos subsetores da atividade turística do Polo Serra da Bodoquena em Setembro de 2010.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIMT/IPEA (2010).

Para a estimativa dos empregos formais e informais por atrativo turístico do polo, adotou-se como base a média da proporção observada entre as sete ACT's.

Dentre as ACTs do Mato Grosso do Sul, analisadas pelo IPEA, a que apresenta o maior rendimento médio da ocupação formal é a de Auxiliar de Transportes, que envolve as atividades auxiliares dos transportes terrestres, aquaviários e aéreos.

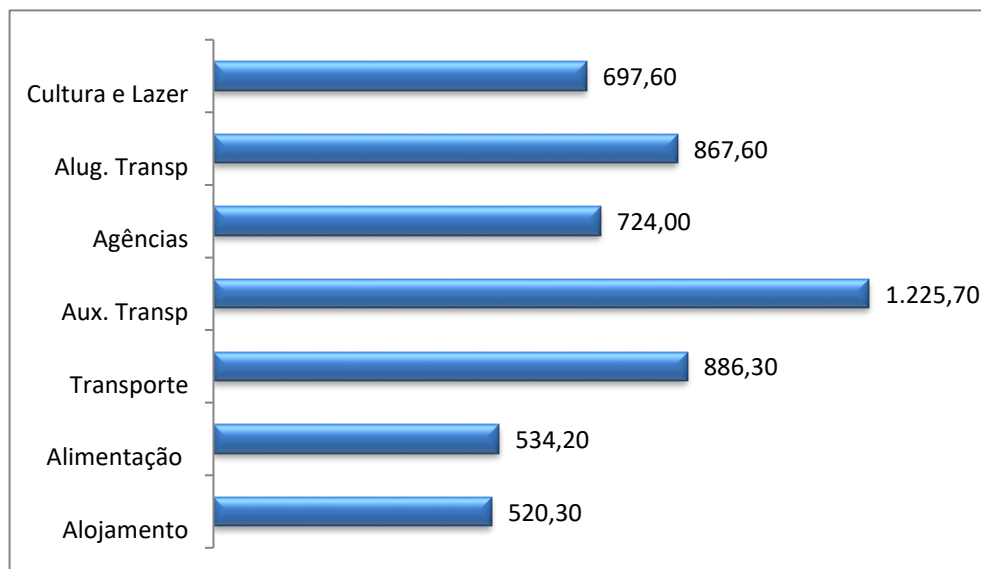


Figura 46 - Rendimento Médio da Ocupação Formal por ACTs em Mato Grosso do Sul – 2007(valores em reais)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIMT/IPEA (2010).

Em 2006, no mercado de trabalho formal turístico de Mato Grosso do Sul 63 dos trabalhadores eram do gênero masculino e 37% feminino. Observou-se também, que 49% dos trabalhadores possuíam 2ª grau e Ensino Superior conforme abaixo:

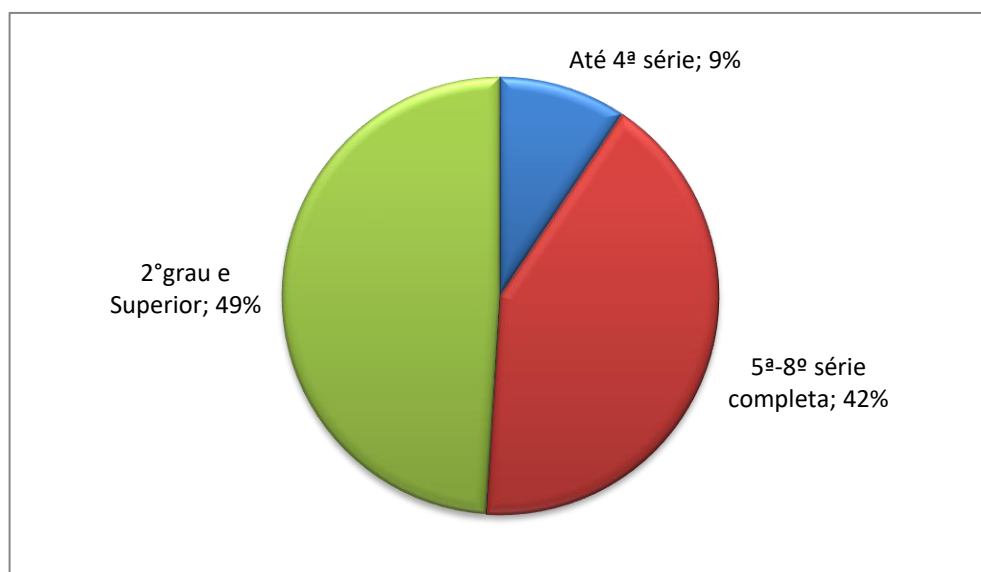


Figura 47 - Estimativa do Emprego Formal Turístico por Grau de Formação em Mato Grosso do Sul - 2006

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIMT/IPEA.(2010)

Através da pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria junto aos empreendimentos representantes do setor turístico do polo em estudo, perguntou-se ao empresário ou ao seu representante o grau de ocupação médio anual do estabelecimento, excluindo-se as agências turísticas deste questionamento, pois se comparado a um meio de hospedagem ou a um atrativo turístico que possuem claramente estabelecidos sua capacidade de carga, não se verifica a mesma característica nas agências que possuem flexibilidade para em curto prazo, ampliar sua capacidade de atendimento. Assim,

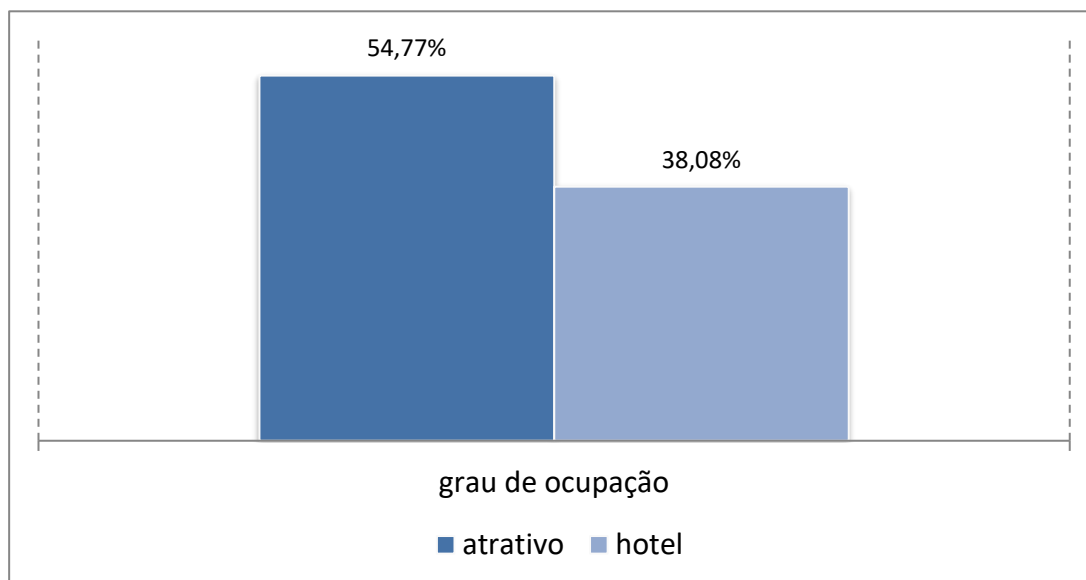


Figura 48 – Grau de ocupação médio anual dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Analisando o grau de ocupação por porte da empresa tem-se entre os meios de hospedagem uma ocupação maior nos empreendimentos de micro e pequeno porte, enquanto os atrativos de maior porte, sobretudo os médio, têm um grau de ocupação mais elevado.

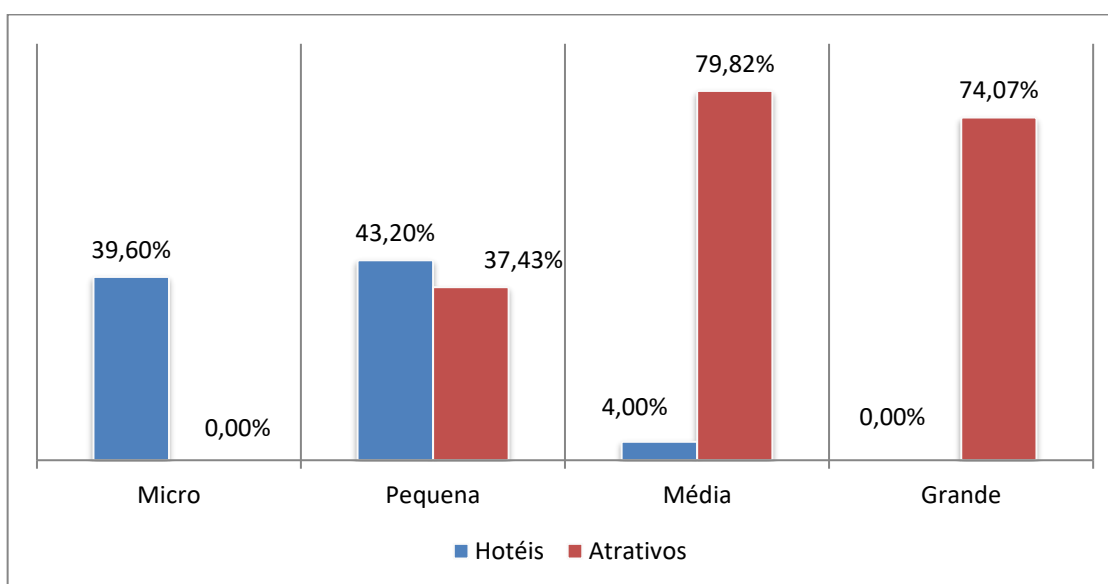


Figura 49 – Grau de ocupação médio anual por porte da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Também é distinto o grau de ocupação dos meios de hospedagens e dos atrativos turísticos em função da idade média do estabelecimento, pois os atrativos turísticos com mais de 10

anos apresentam maior ocupação, enquanto o contrário se verifica nos hotéis cuja ocupação maior ocorre nos estabelecimentos com até 10 anos.

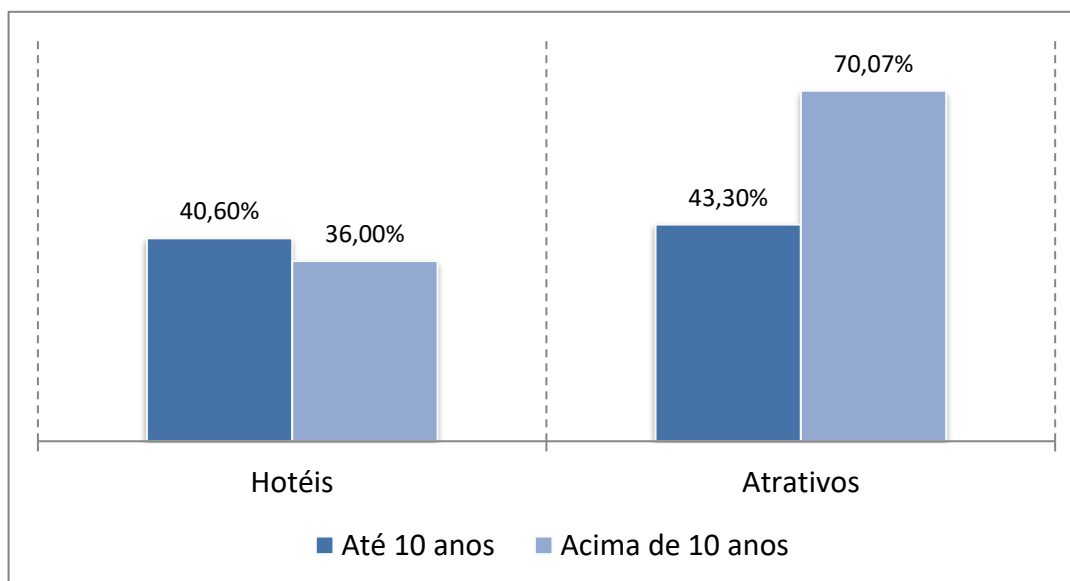


Figura 50 – Grau de ocupação médio anual por idade do estabelecimento dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Na pesquisa aplicada, buscou-se analisar o ritmo e tendências de crescimento dos investimentos nos equipamentos, serviços e atrativos turísticos questionando-se os valores investidos em 2000, 2005 e 2010 além da solicitar uma estimativa de investimento para 2015, porém a maior parte dos estabelecimentos mostrou não ter controles sobre os investimentos realizados, não gerando resultados para a análise pretendida, excetuando-se as agências de viagens. Da mesma maneira é desconhecida a existência de um estudo semelhante já aplicado na região.

Um indicativo desta gestão embasada em poucos dados numéricos e projeções é o perfil dos estabelecimentos: micro e pequenas empresas abertas e geridas por empresários locais.

A seguir apresentam-se os investimentos realizados e projetados por subsetor analisado:

Quadro 26 – Investimentos anuais por estabelecimentos e dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2005, 2010 e 2015.

Subsetor	Ano		
	2005	2010	2015*
Agência de Viagem	R\$ 33.300,00	R\$ 101.333,00	R\$ 282.000,00
Atrativos	---	R\$ 179.167,00	R\$ 238.000,00
Hotéis	---	R\$ 222.500,00	R\$ 892.900,00

* Previsão feita pelos empreendimentos entrevistados

Pelos investimentos realizados nas agências de viagem em 2005 e 2010 e os pretendidos para 2015, assim como considerando a relação entre os valores de 2015 e 2010 dos demais subsectores, conjectura-se a tendência de incremento nos valores investidos por empreendimento. Abaixo, seguem os resultados obtidos sobre os investimentos realizados e projetados para 2010 por subsetor e por porte da empresa:

Quadro 27 – Investimentos anuais por estabelecimentos e por porte da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Subsetor	Porte	Investimentos (R\$)
Hotéis	Micro	270.060,00
	Pequena	65.000,00
	Média	150.000,00
Atrativos	Pequena	96.250,00
	Média	190.000,00
	Grande	500.000,00
Agências	Micro	62.000,00
	Pequena	60.000,00
	Média	300.000,00

Os resultados acima são distintos por subsetor, porém verifica-se que o produto principal recebe um montante de investimentos superior aos demais produtos: nos meios de hospedagens as microempresas realizam investimentos maiores que as empresas de pequeno e médio porte; nos atrativos turísticos quanto maior o porte da empresa, maior o investimento; nas agências de turismo o nível de investimento nas micro e pequenas empresas é semelhante, porém inferior ao investimento realizados pelas empresas de médio porte.

Já o nível de investimento em 2010 por idade média do estabelecimento é maior nos empreendimentos existentes a mais de 10 anos em todos os subsetores analisados, extrapolando-se a análise para o restante do setor turístico tem-se o indicativo que, no polo, os investimentos maiores são realizados em estabelecimentos com mais de 10 anos.

Quadro 28 – Investimentos anuais por estabelecimentos e por idade média da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Subsetor	Idade do Empreendimento	Investimentos (R\$)
Hotéis	Até 10 anos	150.000,00
	Acima de 10 anos	211.471,00
Atrativos	Até 10 anos	138.750,00
	Acima de 10 anos	260.000,00
Agências	Até 10 anos	27.000,00
	Acima de 10 anos	250.000,00

Considerando a necessidade de analisar o valor agregado, utilizou-se para tanto, a análise do faturamento diário e o preço unitário médio do produto/serviço comercializado, visto que as atividades com maior valor agregado possuem preço mais elevado e por geralmente, dependendo da escala de comercialização, faturamento mais elevado também.

Nesta análise não foram incluídas as agências de turismo, porquanto as mesmas possuem grande variação e possibilidade de combinações distintas de produtos comercializados

Conforme será abordado mais adiante o preço por unidade comercializada nos atrativos turísticos é inferior ao preço unitário dos hotéis, porém o faturamento diário dos atrativos turístico é 18,6% superior que dos hotéis analisados, indicando que a escala diária de comercialização dos atrativos turísticos é bem superior a dos hotéis:

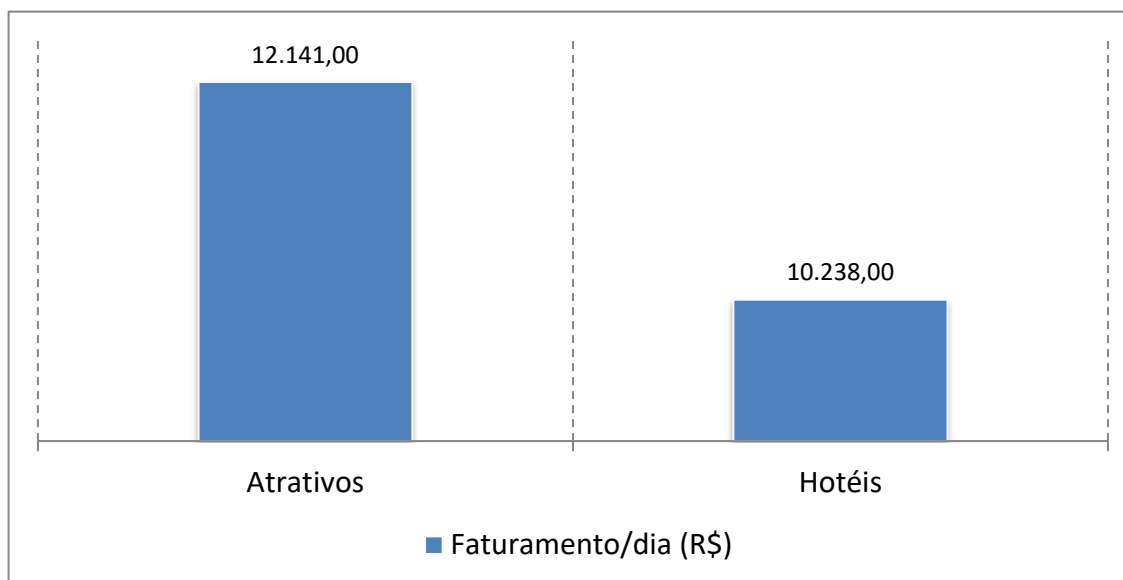


Figura 51 – Faturamento diário por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Também foi percebida a variação no percentual do faturamento dos empreendimentos ao longo do ano, sendo em geral 50% superior na alta temporada se comparado ao faturamento diário da mesma empresa na baixa temporada.

Ao analisar o faturamento supracitado por porte da empresa, verifica-se que os hotéis-microempresas apresentam os maiores faturamentos, enquanto os atrativos-turísticas-pequenas empresas são as com faturamento diário mais expressivo, como é ilustrado a seguir:

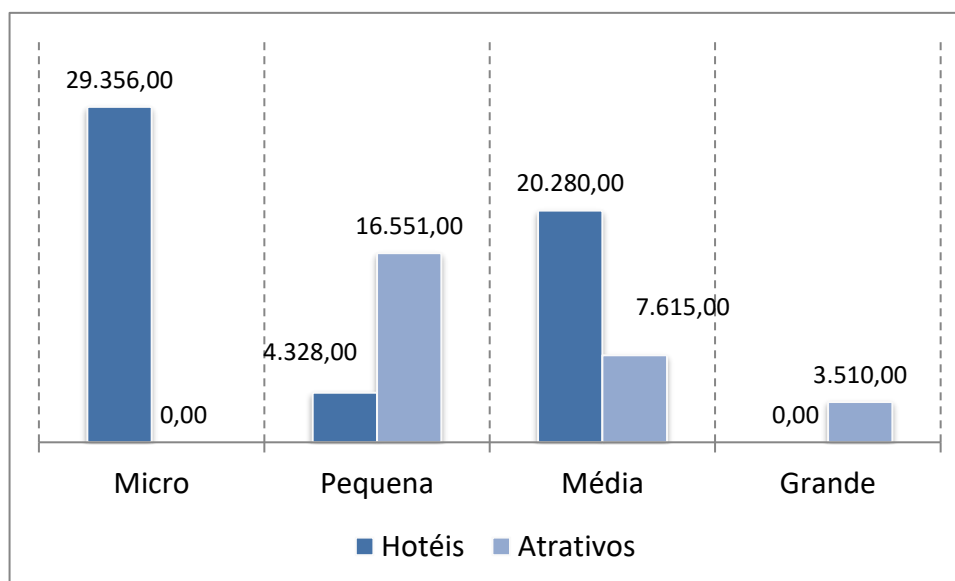


Figura 52 – Faturamento diário por estabelecimento e por porte da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Entre os hotéis nota-se um faturamento maior nas empresas estabelecidas há mais tempo, enquanto o faturamento diário dos atrativos turísticos com até 10 anos é superior:

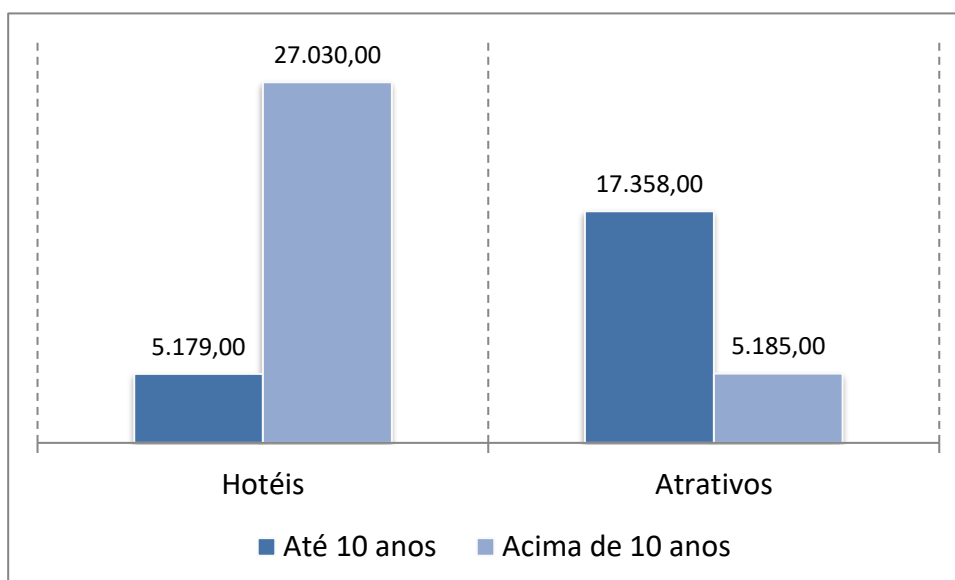


Figura 53 – Faturamento diário por idade média da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Analisando aspectos qualitativos identificou-se que Outros Estados é o principal mercado geográfico em 2005 e em 2010 dos estabelecimentos do polo, conforme a pesquisa aplicada. No entanto, o responsável pelo empreendimento indica que a participação de turistas de Municípios Próximos e de Outros Países entre 2005 e 2010 reduziu nos três subsetores apresentados nos dois próximos quadros:

Quadro 29 – Origem do turista por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2005.

Origem	Agências	Atrativos	Hotéis
Municípios Próximos	35,00%	36,50%	3,50%
Campo Grande	27,50%	15,50%	14,00%
Interior do estado	13,33%	13,00%	7,20%
Outros Estados	71,67%	38,25%	59,40%
Outros Países	0,00%	60,00%	30,00%

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% devido às múltiplas respostas.

Quadro 30 – Origem do turista por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Origem	Agências	Atrativos	Hotéis
Municípios Próximos	28,00%	13,40%	4,71%
Campo Grande	16,80%	11,88%	27,14%
Interior do estado	6,63%	11,63%	7,50%
Outros Estados	66,67%	49,88%	57,31%
Outros Países	18,00%	23,58%	14,67%

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% devido às múltiplas respostas.

Dentre os tipos e níveis de serviços prestados verifica-se através da análise da composição do faturamento a existência de diversificação de atividades/produtos oferecidos por estabelecimento somente nos atrativos turísticos. Nos estabelecimentos pesquisados o produto principal representa 80% do faturamento, sendo que em média cada atrativo turístico oferta três produtos.

Avaliando os preços, segundo pesquisa aplicada, há o indicativo de que os hotéis trabalham em média, com preços unitários 96,2% superiores aos praticados nos atrativos turísticos.

Abaixo seguem os preços em reais e em dólares, adotando-se para o cálculo do valor em dólar a cotação de R\$/US\$ = 1,90 com base na média do câmbio de dólar turismo em 2010⁹:

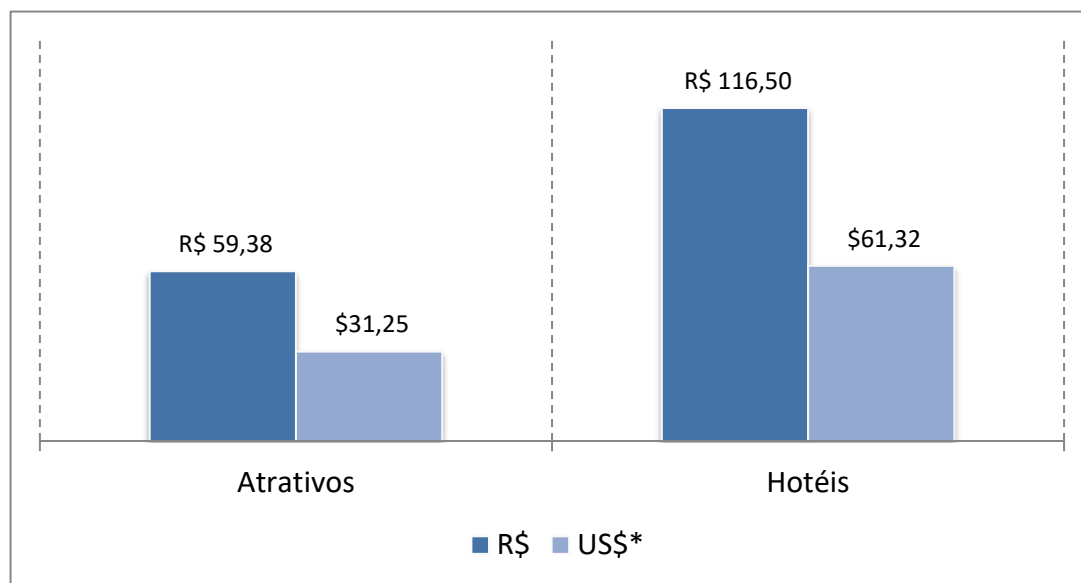


Figura 54 – Preços médios unitários praticados por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Os dados da pesquisa indicam há variação nos preços praticados na alta e baixa temporada, sendo os preços na alta temporada em média 17,40% superiores aos da baixa temporada.

Estes preços variam de acordo com porte e a idade da empresa. Por porte não foi possível identificar um padrão de comportamento dos preços, no entanto frente à idade média do estabelecimento fica claro que as empresa com até 10 anos de idade praticam preços superiores às demais.

Quadro 31 – Preços médios unitários praticados por porte da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Porte	Hotéis		Atrativos	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Micro	R\$ 123,00	\$ 64,74	R\$ 50,00	\$ 26,32
Pequena	R\$ 94,25	\$ 49,61	R\$ 76,25	\$ 40,13
Média	R\$ 135,00	\$ 71,05	R\$ 27,50	\$ 14,47
Grande	---	---	R\$ 65,00	\$ 34,21

Quadro 32 – Preços médios unitários praticados por idade média da empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Preço	Hotéis		Atrativos	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Até 10 anos	R\$ 145,00	\$ 76,32	R\$ 68,75	\$ 36,18
Acima de 10 anos	R\$ 100,67	\$ 52,98	R\$ 50,00	\$ 26,32

Estes preços tal como os praticados nos possíveis destinos concorrentes da demanda atual e potencial possuem uma faixa de variação ampla que não limita e tampouco diferencia competitivamente o polo.

⁹ Cotação do dólar turismo disponível em www.ipeadata.gov.br.

É comum a estas empresas a adoção de sistemas de promoção e comercialização, divulgando seu estabelecimento e o destino como um todo. A figura seguinte denota a diversificada estratégia de comercialização adotada pelos estabelecimentos do polo, principalmente pelos atrativos e agências de turismo, salientando-se as feiras e panfletos os principais meios de divulgação mais empregados.

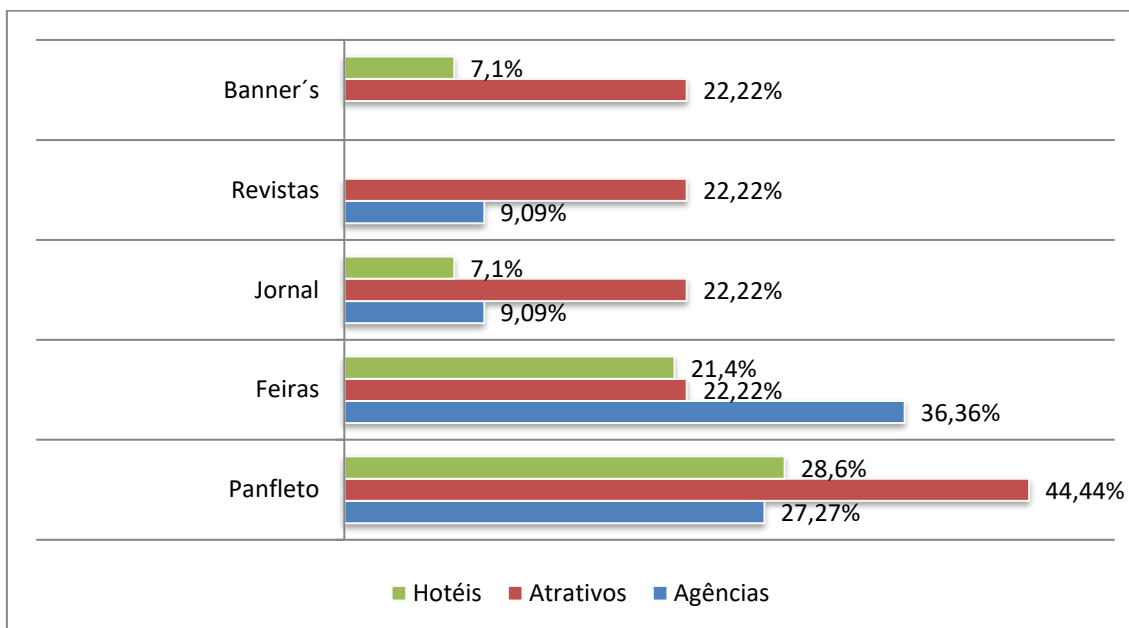


Figura 55 – Meios de promoção e divulgação praticados por empresa dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Nota: A somatória das respostas é superior a 100% devido às múltiplas respostas.

A comercialização dos atrativos é fortemente realizada pelas agências de turismo, em decorrência do Sistema Voucher Único de controle de visitação, sendo imprescindível a atuação das mesmas.

No entanto, Bonito-Serra da Bodoquena é um destino comercializado geralmente por agências que também comercializam outro importante destino de ecoturismo do Estado do Mato Grosso do Sul, o Pantanal, sendo comum a sua comercialização em pacotes multi-destino, principalmente após a implantação, divulgação e comercialização da rota Pantanal-Bonito, integrando estes dois polo e seus atrativos.

Além da integração entre os polo também é claramente notada a integração da oferta e da cadeia turística: 100% dos atrativos turísticos entrevistados (e a maioria dos atrativos estruturados e amplamente visitados) tem sua visitação controlada pelo Sistema Voucher Único e por resultado operam integrados as agências de turismo. A figura seguinte denota que também é forte a integração dos hotéis e das agências de turismo a outros elos da cadeia turística do Polo Serra da Bodoquena.

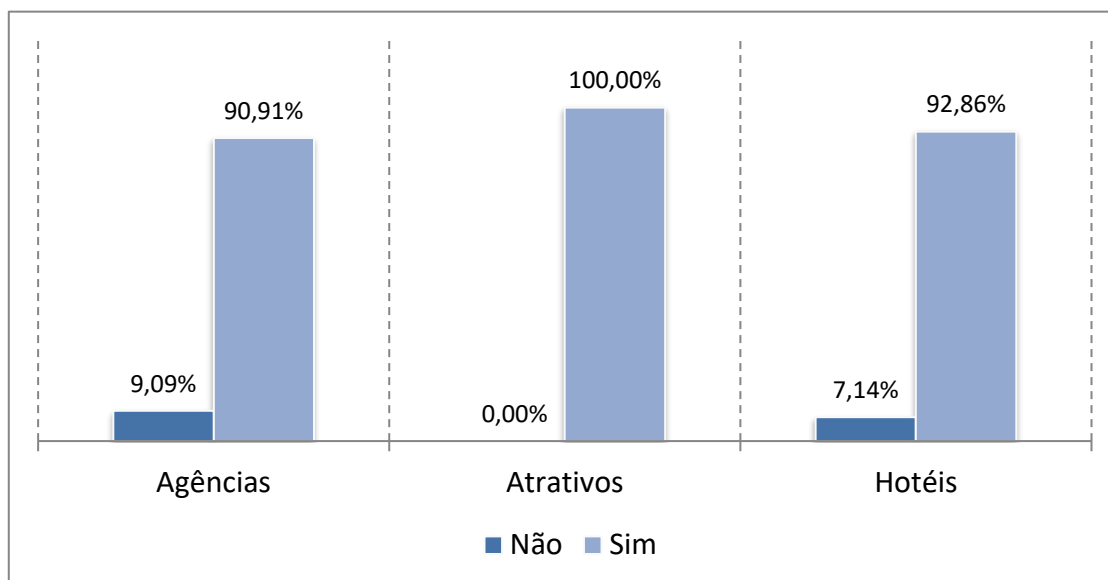


Figura 56 – Grau de integração a outros elos da cadeia turística das empresas dos equipamentos, serviços e atrativos turísticos no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Ressalta-se a organização dos atrativos, dos equipamentos e prestadores de serviços locais em associações e outras entidades representativas que atuam como referência estadual e nacional de articulação e atuação em prol do destino. A diante, na análise do quadro institucional da área turística, será detalhada esta organização local, nomeadas as associações e delineada sua atuação, tida como diferencial do destino Bonito-Serra da Bodoquena.

Analisando os conflitos entre os elos da cadeia sob a ótica dos estabelecimentos representantes dos três subsetores entrevistados tem-se para os atrativos turísticos a relação com os agentes de viagens a mais conflitante, já para as agências de turismo e hotéis (equipamentos e prestadores de serviços turísticos) a relação com as linhas aéreas é a de maior conflito.

Figura 57 – Grau de conflitos entre os elos da cadeia turística no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Conflitos	subsetor		
	Agências	Atrativos	Hotéis
Linhas Aéreas	27,27%	0,00%	21,43%
Operadores Turísticos	9,09%	0,00%	7,14%
Agentes de Viagens	9,09%	33,33%	0,00%
Cartões	0,00%	0,00%	7,14%
Atrativos	9,09%	0,00%	0,00%

Nota: A somatória das respostas é diferente de 100% devido às múltiplas respostas.

Buscando identificar os maiores gargalos ao crescimento destes estabelecimentos e suas dificuldades operacionais, nota-se que para as agências de viagens, o pagamento de juros e a mão-de-obra qualificada são os quesitos de maior grau de dificuldade, enquanto a infraestrutura local e a concorrência os de menor:

Quadro 33 – Classificação das dificuldades vivenciada pelas agências de turismo de Bonito-Serra da Bodoquena em 2010.

Quesitos	Dificuldade		
	Alta	Média	Baixa
Mão-de-obra qualificada	45,45%	27,27%	27,27%
Custo da mão-de-obra	18,18%	36,36%	45,45%

Quesitos	Dificuldade		
	Alta	Média	Baixa
Infraestrutura	18,18%	27,27%	54,55%
Divulgação	27,27%	36,36%	36,36%
Concorrência	27,27%	18,18%	54,55%
Custo Capital de Giro	27,27%	45,45%	27,27%
Pagamento de Juros	45,45%	9,09%	45,45%
Apoio Instituições	27,27%	45,45%	27,27%
Impostos	36,36%	36,36%	27,27%
Integração	0,00%	54,55%	45,45%

Nota: A somatória das respostas é diferente de 100% devido às múltiplas respostas.

Sob o ponto de vista dos atrativos turísticos a dificuldades mais relevantes são os impostos e a mão-de-obra qualificada, sendo a integração na cadeia turística o quesito de menor dificuldade, conforme ilustrado a seguir:

Quadro 34 – Classificação das dificuldades vivenciada pelos atrativos turísticos de turismo de Bonito-Serra da Bodoquena em 2010.

Quesitos	Dificuldade		
	Alta	Média	Baixa
Mão-de-obra qualificada	44,44%	33,33%	22,22%
Custo da mão-de-obra	0,00%	55,56%	44,44%
Infraestrutura	11,11%	22,22%	66,67%
Divulgação	0,00%	44,44%	55,56%
Concorrência	0,00%	55,56%	44,44%
Custo Capital de Giro	11,11%	33,33%	55,56%
Pagamento de Juros	22,22%	11,11%	66,67%
Apoio Instituições	33,33%	22,22%	44,44%
Impostos	66,67%	11,11%	22,22%
Integração	0,00%	22,22%	77,78%

Nota: A somatória das respostas é diferente de 100% devido às múltiplas respostas.

As mesmas dificuldades apontadas como as principais vivenciadas pelos atrativos turísticos também foram destacadas pelos representantes dos hotéis, impostos e mão-de-obra qualificada, segundo o quadro abaixo:

Quadro 35 – Classificação das dificuldades vivenciada pelos atrativos turísticos de turismo de Bonito-Serra da Bodoquena em 2010.

Quesitos	Dificuldade		
	Alta	Média	Baixa
Mão-de-obra qualificada	71,43%	21,43%	7,14%
Custo da mão-de-obra	21,43%	28,57%	50,00%
Infraestrutura	14,29%	14,29%	71,43%
Divulgação	21,43%	21,43%	57,14%
Concorrência	0,00%	42,86%	57,14%
Custo Capital de Giro	14,29%	28,57%	57,14%
Pagamento de Juros	21,43%	21,43%	57,14%
Apoio Instituições	42,86%	42,86%	14,29%

Quesitos	Dificuldade		
	Alta	Média	Baixa
Impostos	85,71%	7,14%	7,14%
Integração	14,29%	35,71%	50,00%

Nota: A somatória das respostas é diferente de 100% devido às múltiplas respostas.

Dos quadros acima, se ressalta que a mão-de-obra qualificada é uma dificuldade em comum a todos os elos da cadeia do turismo no Polo Serra da Bodoquena. Detalhando mais, tem-se que a mão-de-obra qualificada ao setor não é necessariamente sinônimo de profissionais com nível superior e sim de funcionários, em todos os níveis de escolaridade, devidamente capacitados para o atendimento ao turista e aos padrões de qualidade por ele demandados, segundo informações da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (regional Mato Grosso do Sul).

Tipos de investimento turísticos

A ausência de um sistema de monitoramento turístico no polo em análise não permite identificar os investidores mais importantes, nível de capital estrangeiro vinculado, origem, proporção ou efeitos. Na pesquisa aplicada pela AGRICON Consultoria verificou-se que a maioria dos investimentos é realizada por empresários do próprio município ou da região.

Ao longo da realização do presente diagnóstico identificou-se que há investimentos turísticos sendo realizados na região atualmente, especialmente em empreendimentos hoteleiros que estão sendo reformados e ampliados. Também se buscaram indicativos de investimentos no setor de turismo da região averiguando-se a existência de solicitações de crédito via Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO através da linha de turismo, no entanto nada foi encontrado ao longo de 2010. Indicando um menor nível de investimento, visto o grau de consolidação do turismo na região ou o uso intensivo de capital próprio para os investimentos realizados.

Necessidade de capacitação de mão-de-obra para o turismo

A necessidade de capacitação da mão-de-obra para o turismo é destacada na pesquisa aplicada junto empreendimentos turísticos do polo, apresentando-se abaixo os tipos de cursos mais demandados:

Quadro 36 – Cursos de capacitação profissional mais demandados por subsetor do turismo no Polo Serra da Bodoquena em 2010.

Subsetor	Curso	Percentual
Agências	Atendimento ao cliente	45,45%
Atrativos	Atendimento ao cliente	55,56%
Hotéis	Atendimento ao cliente	50,00%
Hotéis	camareira	35,71%
Hotéis	Cozinha	35,71%

No turismo da região em análise é fundamental a atuação dos guias de turismo, acompanhando o turista aos atrativos e conferindo qualidade e diferenciação ao destino Bonito-Serra da Bodoquena. Atualmente, todos os 72 guias de turismo que trabalham no destino são credenciados no MTur, destes 42 guias são associados à Associação de Guias de Turismo de Bonito - AGTB.

A Associação indica a demanda por cursos de formação de guias de turismo para os próximos cinco anos que sejam capazes de formar 45 profissionais no primeiro ano e depois, o mesmo número de guias de turismo a cada dois anos, pois o mercado de trabalho

atualmente apresenta um *déficit*: para os 30 atrativos mais comercializados na região é necessário cerca de 80 guias na baixa temporada.

Também se destacou a necessidade de inserção e priorização da comunidade nestes cursos de formação de guias de turismo, pois este é o perfil de profissional que realmente atua na área depois de formado e valoriza o destino, porque é sabido que alguns guias de turismo usam o destino Bonito-Serra da Bodoquena como trampolim para outras atividades ou para outros destinos de ecoturismo, incluindo destinos internacionais, conforme retrata a AGTB.

A situação supracitada indica a necessidade de realizar-se um plano de capacitação com vistas a identificar em profundidade a demanda atual e a futura, decorrente do desenvolvimento turístico almejado, de cursos e programas de capacitação e atualização técnica dos recursos humanos diretamente envolvidos no setor turístico.

Sistema de qualidade turística

Na Pesquisa aplicada junto aos empreendimentos da capital verificou-se a ausência de um sistema de qualidade turística e outros sistemas de certificação no polo. Porém nota-se a existência de selos e certificados específicos no polo como o selo de compromisso ambiental emitido pela ONG local IASB referente à neutralização de carbono, selo emitido pelo MTur relacionado ao *Tour* da Experiência e certificado de Aventura Segura emitida pela ABETA.

O selo de neutralização de carbono é emitido às agências de turismo e outros empreendimentos que plantam a quantia de árvores necessárias para neutralizar o equivalente carbono emitido por sua atividade.

O selo do MTur identifica as empresas ligadas ao projeto “Economia da Experiência”, indicando que a mesma está apta a atender os clientes gerando uma experiência de vida e de sentidos ao comprarem no estabelecimento.

O certificado Aventura Segura diferencia os atrativos de turismo de aventura com Sistemas de Gestão de Segurança, são 32 empresas certificadas no país, sendo cinco localizadas na região de Bonito - Serra da Bodoquena: Abismo Anhumas, Buraco das Araras, Estância Mimosa Ecoturismo, Hotel Cabanas e Recanto Ecológico Rio da Prata. Estes Sistemas de Gestão de Segurança estão de acordo com a Norma ABNT NBR 15331 de 2005 (Turismo de aventura - Sistema de gestão da segurança - Requisitos) e normas relacionadas.

Programa de Promoção e Apoio a Comercialização

O polo integra a Rota Pantanal-Bonito, o principal produto turístico do Estado, que tem como ação estratégica fundamental, o Programa de Promoção e Apoio a Comercialização desenvolvido pelo órgão oficial de Turismo do Estado - FUNDTUR através de participação em feiras e *road shows*¹⁰, nacional e internacional, realização de *famtours*¹¹ e *press trip*¹².

Dentre essas ações estão os eventos planejados segundo as estratégias dos Planos Cores e Aquarela - Mtur/EMBRATUR (BRASIL, 2005); os eventos com participação da FUNDTUR com recursos exclusivos do Estado, definidos como significativos emissores de turistas para o Estado e os de iniciativa do trade local e municípios. Segundo os dados da FUNDTUR,

¹⁰ Road Show - caravana itinerante formada por empresários, gestores municipais de turismo, expressões da cultura regional - em cidades com efetivo potencial de emissores de turistas para o Estado é uma estratégia para apoiar a comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos através de apresentação individual do Estado.

¹¹ - Famtour - é um passeio de familiarização do turismo, no qual os organizadores convidam profissionais do setor de viagens para conhecer, opinar e divulgar um destino turístico.

¹² Press Trip - são ações com operadores, técnicos especializados e jornalistas nacionais e internacionais de turismo para promover in loco os produtos turísticos do Mato Grosso do Sul

houve um incremento significativo na participação em eventos, notadamente, nos eventos internacionais como demonstram as duas figuras seguintes.

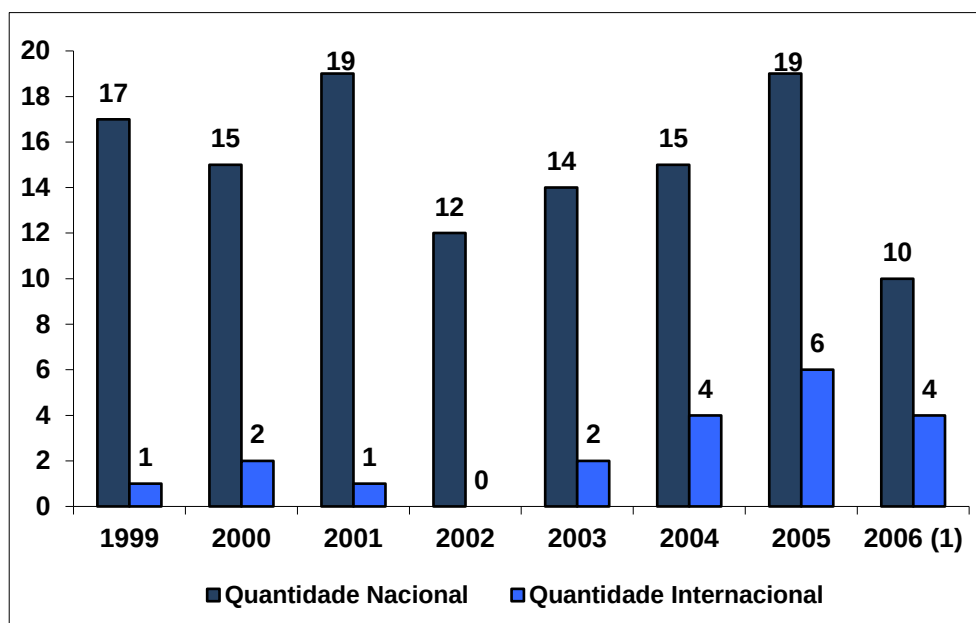


Figura 58 - Participação em Feiras e Eventos do Programa de Promoção e Apoio a Comercialização da FUNDTUR entre 1999 a 2006.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL/2010b.

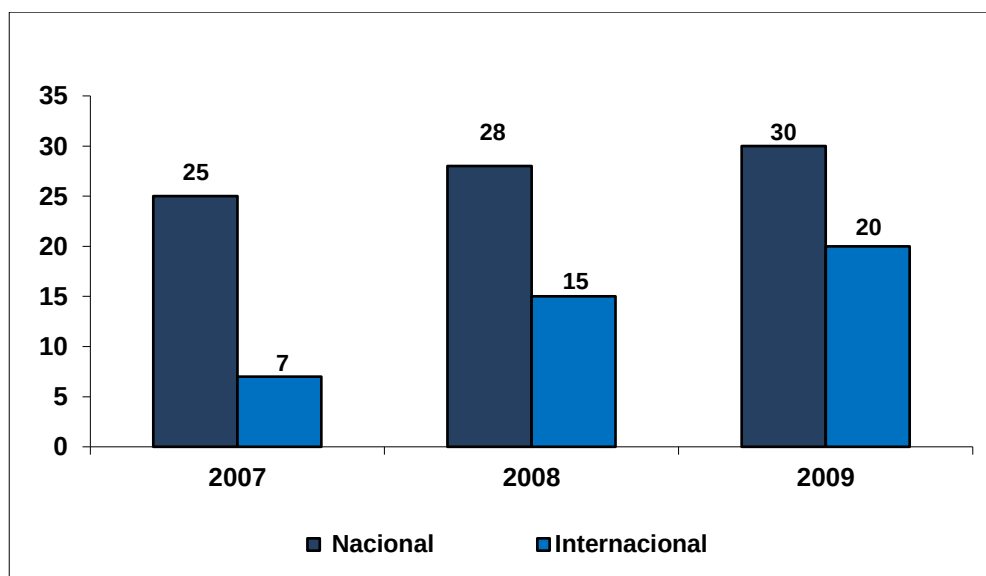


Figura 59 - Participação em Feiras e Eventos do Programa de Promoção e Apoio a Comercialização da FUNDTUR entre 2007 a 2009.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL/2010b.

Além de participar das Feiras, a captação de Eventos para Campo Grande, Corumbá, Dourados e Bonito é realizada pelo *Convention & Visitors Bureau* através de convênio com o Governo do Estado.

Variáveis impactantes da qualidade da oferta

Visando melhorar a qualidade da oferta turística do polo, principalmente em função do tipo de turismo com maior potencial de crescimento, é necessário considerar algumas variáveis essenciais em decorrência da condição atual e da potencial de visitação na área em análise, conforme observado ao longo do presente diagnóstico, diagnosticado no Estudo de Competitividade desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas na condição de um dos 65

Destinos Indutores do Desenvolvimento Regional selecionada pelo MTur (e ratificado na oficina de capacitação do Grupo de Gestão Turística de Bonito em novembro de 2009) e na análise da cadeia produtiva do turismo em Bonito realizada pelo SEBRAE-MS, FAPEC, FCR (2006):

- A ausência de um monitoramento turístico sistêmico, sobretudo no que diz respeito à análise de mercado. Tal como, apontou-se como uma debilidade a ausência de um setor específico para o desenvolvimento de estudos e pesquisas turísticas específicas da região. Apesar de representativas ao polo as pesquisas do MTur (como por exemplo a Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro em 2009, amplamente utilizada no presente relatório para caracterização do perfil do turista atual e potencial) é preciso balizar o posicionamento do destino com uma constante e recente base de dados locais que reflitam as consequências da gestão pública e privada do setor de turismo;
- A necessidade de adequação e capacitação técnica dos recursos humanos para atender adequadamente ao turista, conforme indicado na pesquisa aplicada junto aos empreendimentos pela AGRICON CONSULTORIA;
- A necessidade de fortalecimento de grupos, associações; resgatando artesanatos tradicionais e manifestações típicas culturais regionais;
- Estruturação das linhas de produtos potenciais do polo para a diversificação do *portfólio* estratégico: histórico-cultural, turismo de base comunitário, eventos esportivos, geoturismo, entre outros.

O apoio às ações planejadas pelo Comitê Gestor do Geopark Bodoquena-Pantanal criado pelo Decreto nº 12.897, de 22 de dezembro de 2009 – com expectativa de receber a chancela da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - UNESCO – estruturará produtos em variadas linhas de turismo (ecoturismo, histórico-cultural, turismo em cavernas, turismo arqueológico etc.) abrindo novo nicho de mercado: comunidade científica mundial e a visitação turística com fins educacionais, científicos, culturais e conservacionistas.

Quadro 37 - Sítios Geológicos e Não-geológicos do Geopark Bodoquena-Pantanal sob proteção no âmbito da Legislação Brasileira

SÍTIO/ REFERÊNCIA	LOCALIZAÇÃO	PROTEÇÃO/ RECONHECIMENTO	ABRANGÊNCIA	ÁREA	OBTENÇÃO
Parque Nacional da Serra da Bodoquena	Municípios de Bodoquena, Bonito, Porto Murtinho e Jardim	Unidade de Conservação (categoria Parque, modalidade Proteção Integral)	Federal	76.481 hectare	21/09/2000
Pantanal	Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	Patrimônio Nacional definido pela Constituição Federal, artigo 225, inciso VI, § 4	Federal	187.818 hectare	1988
Grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida	Município de Bonito	Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X); Tombamento pelo IPHAN no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Inscrição nº. 074; Monumento Natural (Unidade de Conservação) Estadual.	Federal e Estadual	275 hectare	01/11/1978 (Processo nº. 979-T-78); Decreto Estadual nº. 10.394 11/07/2001
Cemitério dos Heróis	Município de Jardim	Em processo de tombamento pelo IPHAN	Federal	0,8646 hectare	-----

SÍTIO/ REFERÊNCIA	LOCALIZAÇÃO	PROTEÇÃO/ RECONHECIMENTO	ABRANGÊNCIA	ÁREA	OBTENÇÃO
Gruta de São Miguel	Município de Bonito	Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X)	Federal	-----	1988
Abismo Anhumas	Município de Bonito	Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X)	Federal	-----	1988
Grutas do Mimoso	Município de Bonito	Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X)	Federal	-----	1988
Lagoa Misteriosa	Município de Bonito	Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X)	Federal	-----	1988
Pegadas de Dinossauro	Município de Nioaque	Patrimônio Cultural (Constituição Federal, artigos 215 e 216)	Federal	-----	1988
Estromatólito de Porto Morrinho	Município de Corumbá	Bem da União e Patrimônio Cultural (Constituição Federal, artigos 215 e 216)	Federal	-----	1988
Monumento Natural do Rio Formoso (grutas e nascentes do Formoso)	Município de Bonito	Unidade de Conservação; Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X)	Estadual e Federal	18 hectare	Decreto Estadual nº. 11.453 23/10/2003
RPPN São Geraldo (Nascentes do Sucuri)	Município de Bonito	Patrimônio Natural	Estadual	642 hectare	03/12/2001 (CECA/MS nº. 03/1998)
RPPN Cabeceira do Prata (Recanto Ecológico do rio da Prata)	Município de Jardim	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Estadual	302 hectare	03/12/2001 (CECA/MS nº. 01/1999)
Buraco das Abelhas	Município de Jardim	Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X)	Federal	-----	1988
Gruta do Urubu Rei	Município de Bodoquena	Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X)	Federal	-----	1988
Nascentes e grutas Ceita Corê	Município de Bonito	Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X)	Federal	-----	1988
Buraco do Japonês ou dos fósseis	Município de Jardim	Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X) Patrimônio Cultural (Constituição Federal, artigos 215 e 216)	Federal	-----	1988
RPPN Buraco das Araras	Município de Jardim	Reserva Particular do Patrimônio Natural; Cavidade subterrânea – bem da União (Constituição Federal, artigo 20, inciso X)	Estadual e Federal	29 hectare	Portaria nº. 31 11/04/2007; 1988

SÍTIO/ REFERÊNCIA	LOCALIZAÇÃO	PROTEÇÃO/ RECONHECIMENTO	ABRANGÊNCIA	ÁREA	OBTENÇÃO
Sítio arqueológico MSCP 01 (do Lajedo, Fazenda Figueirinha)	Município de Corumbá	Bem da União e Patrimônio Cultural (Constituição Federal, artigos 215 e 216)	Federal	-----	1988
Sítio arqueológico MSCP 03 (Mirante da Arqueologia, Fazenda Salesianos)	Município de Corumbá	Bem da União e Patrimônio Cultural (Constituição Federal, artigos 215 e 216)	Federal	-----	1988

Fonte: IPHAN e FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL 2010b)

Quadro 38 – Demais Sítios, Áreas e Referências Protegidas, Reconhecidas e em Reconhecimento no Geopark e em seu entorno.

SÍTIO/ REFERÊNCIA	LOCALIZAÇÃO	PROTEÇÃO/ RECONHECIMENTO	ABRANGÊNCIA	ÁREA	OBTENÇÃO
Área de Conservação do Pantanal	Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	UNESCO World Heritage List critérios VII, IX e X	Internacional	187.818 hectares	2000
Parque Nacional da Serra da Bodoquena	Municípios de Bodoquena, Bonito, Porto Murtinho e Jardim	Área Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	Internacional	-----	1999
RPPN Fazenda Rio Negro	Município de Aquidauana, Mato Grosso do Sul	Sítio Ramsar, estabelecido pela Convenção de Ramsar das Áreas Úmidas	Internacional	7.000 hectares	22/05/2009
Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá	Município de Corumbá	Tombamento pelo IPHAN nos Livros do Tombo Histórico (Inscrição nº. 535), Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Inscrição nº. 109) e de Belas Artes (Inscrição nº. 603)	Federal	18,765 hectares	28/9/1993 (Processo nº. 1182-T-85)
Modo de fazer viola de cocho (e complexo musical/coreográfico do cururu e siriri)	Pantanal Mato Grossense e Sul-Matogrossense	Registro pelo IPHAN no Livro dos Saberes (juntamente com Mato Grosso)	Federal	----- (patrimônio imaterial)	14/01/2005 (Processo nº. 01450.01090/2004-03)
Tufas Calcárias da Serra da Bodoquena	Serra da Bodoquena	Sítio inscrito no SIGEP (Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos)	Federal	-----	Sítio nº. 34
Morraria do Puga	Município de Corumbá	Sítio inscrito no SIGEP (Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos)	Federal	-----	Sítio nº. 37
Gruta do Lago Azul	Município de Bonito	Sítio inscrito no SIGEP (Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos)	Federal	-----	Sítio nº. 107

SÍTIO/ REFERÊNCIA	LOCALIZAÇÃO	PROTEÇÃO/ RECONHECIMENTO	ABRANGÊNCIA	ÁREA	OBTENÇÃO
Morraria do Urucum	Município de Corumbá	Sítio aprovado para inscrição no SIGEP (Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos)	Federal	-----	aprovado para inscrição
Pedreira Saladeiro	Município de Ladário	Sítio aprovado para inscrição no SIGEP (Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos)	Federal	-----	aprovado para inscrição
Pedreira Laginha	Município de Corumbá	Sítio aprovado para inscrição no SIGEP (Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos)	Federal	-----	aprovado para inscrição
Baixas do Pantanal	Bolívia e Município de Corumbá	Sítio aprovado para inscrição no SIGEP (Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos)	Federal	-----	aprovado para inscrição
Ponte ferroviária “Eurico Gaspar Dutra”, sobre o rio Paraguai	Município de Corumbá	Em processo de tombamento pelo IPHAN	Federal	2009 metros de extensão	-----
Forte Junqueira	Município de Corumbá	Em processo de tombamento pelo IPHAN	Federal	1763 metros quadrados	----
Fortificação Naval	Município de Ladário	Em processo de tombamento pelo IPHAN	Federal	14,46 hectares	----
Geopark Bodoquena-Pantanal	13 municípios	Decreto Estadual nº. 12.897	Estadual	39.700 Km²	22/12/2009
Complexo ferroviário da Noroeste do Brasil e sítios históricos (de Três Lagoas a Corumbá)	Municípios de Aquidauana, Miranda e Corumbá	Tombamento Estadual – Lei nº. 1.735 de 26/03/1997	Estadual	-----	26/03/1997
Casa de Cultura Luiz Albuquerque (ILA)	Município de Corumbá	Tombamento Estadual	Estadual	1904 m²	08/08/2002
Usina Assucareira Santo Antonio	Município de Miranda	Tombamento Estadual	Estadual	866 m²	----
Festa e Banho de São João	Município de Corumbá	Registro Estadual	Estadual	(patrimônio imaterial)	2010
Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro	Municípios de Aquidauana e Corumbá	Unidade de Conservação	Estadual	78.302,9 hectares	Decreto Estadual nº. 9.941 05/06/2000
Terra Indígena Kadiwéu	Municípios de Porto Murtinho e Corumbá	Terra Indígena (TI)	Federal	538.536 hectares	24/04/1984
Terra Indígena Taunay/Ipegué	Município de Aquidauana	Terra Indígena (TI)	Federal	33.900 hectares	14/08/2004
Terra Indígena Limão Verde	Município de Aquidauana	Terra Indígena (TI)	Federal	5.377 hectares	10/02/2003

SÍTIO/ REFERÊNCIA	LOCALIZAÇÃO	PROTEÇÃO/ RECONHECIMENTO	ABRANGÊNCIA	ÁREA	OBTENÇÃO
Terra Indígena Lalima	Município de Miranda	Terra Indígena (TI)	Federal	3.000 hectares	24/05/1996
Terra Indígena Cachoeirinha	Município de Miranda	Terra Indígena (TI)	Federal	36.288 hectares	20/04/2007
Terra Indígena Pilad Rebuá	Município de Miranda	Terra Indígena (TI)	Federal	208 hectares	30/10/1991
Reserva Indígena Nossa Senhora de Fátima	Município de Miranda	Reserva Indígena (RI)	Federal	100 hectares	s/ publicação
Terra Indígena Aldeinha	Município de Anastácio	Terra Indígena (TI)	Federal	4 hectares	17/08/1984
Terra Indígena Nioaque	Município de Nioaque	Terra Indígena (TI)	Federal	3.029 hectares	30/10/1991
Cerca de 400 sítios arqueológicos	Municípios de Corumbá, Ladário, Miranda, Porto Murtinho, Aquidauana e Bela Vista	Constituição da República Federativa do Brasil, artigos 215 e 216	Federal	-----	1988

Fonte: IPHAN e FUNDTUR/MS (MATO GROSSO DO SUL 2010b)

O IPHAN/MS e a FUNDTUR já vem promovendo esforços juntos aos municípios para a implementação de ações visando o desenvolvimento de parte da área do Geopark com a criação de um Roteiro Turístico Geo-Cultural em geossítios já selecionados, capacitação dos guias de turismo já atuantes na região visando um público formado por estudantes e universitários; também a construção de Centro de Referência em Geo-História em Bonito como equipamento-chave para a articulação de ações, guarda de acervos geológicos e paleontológicos da região e unidade de cursos, seminários e capacitações.

Para a região do polo selecionado, a criação do Geopark, representa um valor imensurável uma vez que chancela para a comunidade científica mundial os sítios geológicos protegidos que já estão na grade de produtos ofertados e comercializados para no mercado turísticos nacional e internacional.

Pesquisa primária aplicada junto à comunidade

Como componente importante na Oferta, a aceitação e reconhecimento da atividade turística pela comunidade local embora complexa, uma vez que cada indivíduo percebe o mundo qualitativo, efetivo e valorativamente e, a partir dessa percepção é que define seu modo de relação com a sociedade sobre determinado assunto, carregada de uma visão própria e individual formada a partir de variáveis como meio social, história de vida, nível de escolaridade, religião, atividade econômica dentre outras. E, para a compreensão da interrelação dessas comunidades com a atividade foi aplicada a pesquisa primária no dias 3 e 4 de junho/2010 – ANEXO 3 - donde destacamos as respostas que pontuam que as referidas comunidades reconhecem a presença efetiva da atividade turística.

- Em Bodoquena para 59,5% dos entrevistados a principal atividade econômica do município é a Extração; 32,9% a Agropecuária e o Comércio e Turismo 3,8% cada; para o residente em Bonito o Turismo é a principal atividade econômica para 80,4%; seguido da agropecuária para 15,6%; comércio 3,4% e Extração 0,6%; em Jardim, para 57,5% dos entrevistados é o Comércio; 36,8% a Agropecuária; 5,7% o Turismo;

- Indagado se o município é uma cidade turística “Afirmaram Sim”: 74,7% dos entrevistados em Bodoquena; 80,4% dos entrevistados em Bonito e 59,3% dos entrevistados em Jardim;
- Com relação a ter visitado os principais atrativos turísticos do seu município: disseram Sim: em Bodoquena 65,3% em Bonito 79,7% e em Jardim 82,7%;
- Indagado se o Turismo melhorou a qualidade de vida no município: a resposta foi positiva por 95,0% dos entrevistados em Bodoquena; 98,9% dos entrevistados em Bonito e 99,0% dos entrevistados em Jardim.

Elasticidade da oferta

Complementando a análise da oferta turística, calculou-se a elasticidade preço da oferta para indicar a sensibilidade dos empresários em relação ao preço.

Para o cálculo de elasticidades foram utilizadas informações da pesquisa de campo referentes a preços e capacidade média dos hotéis e atrativos pesquisados em Bonito de 2010 e previsões de preços e capacidade em 2015 feitas pelos próprios empresários.

A elasticidade preço da oferta (EPO) foi calculada através da metodologia de elasticidade no ponto (Pyndick, 2002) conforme abaixo apresentado:

Segmento	EPO	Tipo
Atrativos	0,04	Inelástico
Hotéis	0,22	Inelástico

Fonte: Elaborado a partir dos dados fornecidos pelos empreendimentos em pesquisa aplicada e pela FUNDTUR.

Em ambos os casos foi detectada uma oferta inelástica para os atrativos e hotéis pesquisados em Bonito, ou seja, aumentos de preços não geram aumentos, na mesma proporção, na oferta de produtos, decorrentes da capacidade dos segmentos estudados.

Teoricamente, quando o preço aumenta, os empresários aumentam a oferta de seus produtos em resposta. No entanto, salienta-se que os atrativos locais possuem algumas particularidades que diretamente influem na elasticidade: (1) a primeira é a capacidade de carga, assim por maior que seja o aumento de preços, a resposta do empresário, em termos de oferta do produto, fica limitada a sua capacidade de carga; (2) a singularidade dos atrativos, por exemplo, a gruta do lago azul é única, aumentando o preço do passeio não há como aumentar o número de grutas do lago azul a serem visitadas.

3. INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS GERAIS

Há uma relação direta entre desenvolvimento turístico e urbanismo, na região da Serra da Bodoquena, onde o turismo é um setor econômico consolidado no município de Bonito e em estruturação nos outros municípios da Serra, no qual Bodoquena é o que necessita de maiores investimentos.

No período entre a elaboração do PDITS/2004 e a presente readequação ocorreu o desenvolvimento expressivo da infraestrutura e serviços básicos, como a implantação do aeroporto do município de Bonito, melhorias na gestão de resíduos sólidos, ampliação da rede de esgoto, entre outros.

Em 2005, com a implantação do aterro controlado no município de Bonito, os resíduos sólidos deixaram de ser depositados num “lixão”. Também foi criada a Unidade de Processamento de Lixo - UPL, onde é feito o manejo do material reciclável, envolvendo grupos da comunidade. Em Bodoquena também houve uma melhora na disposição final dos resíduos sólidos que será mais bem explicitado nos itens a seguir.

Em 2007, entrou em operação a nova estação de tratamento de esgoto – ETE, também em Bonito, concluiu-se a rede de coleta com 100% de cobertura. Estes valores são referências estaduais e nacionais.

Em pesquisa desenvolvida pela Agricon e aplicada nos três municípios do polo, no dias 3 e 4 de junho de 2010 (ANEXO 3), junta a comunidade nos três municípios integrantes do polo, a comunidade de Bonito sinaliza a existência de uma melhor infraestrutura e serviços públicos da região devido ao turismo, 31,7% de resposta positiva.

Ainda conforme pesquisa (ANEXO 3), a população de Bonito mostra-se melhor atendida em relação aos serviços de esgotamento sanitário, abastecimento d'água, coleta de resíduo sólido e fornecimento de energia. Em contrapartida, a comunidade de Jardim mostrou-se mais insatisfeita em relação a estes serviços, o que pode estar relacionado à menor importância do turismo na economia do município, ao tamanho maior de sua população e aos menores investimentos em serviço público, se comparado aos outros municípios do polo, conforme se detalhado a diante.

3.1. REDE VIÁRIA DE ACESSO

O acesso às potencialidades turísticas e aos atrativos via terrestre é realizado pelas principais BR's que ligam o Estado às demais unidades da federação e por MS's específicas que ligam a capital, Campo Grande, às regiões turísticas e interligam os municípios aos atrativos.

Importantes vias de ligação terrestre, conduzem o turistas de Campo Grande às localidades do Polo Turístico Serra da Bodoquena pelas BR's 163, 060, 262, 267, 419, e as interligações com as MS's: 345, 339, 178, 382, 455 (figura a seguir).

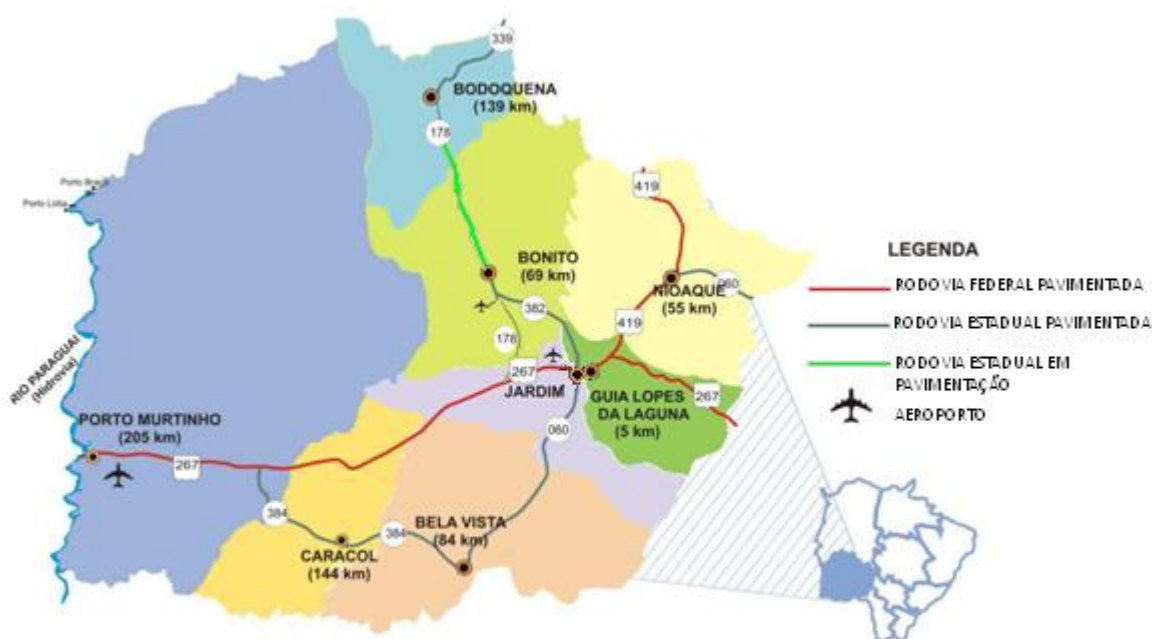


Figura 60 – Rodovias Federais e Estaduais que interligam os Municípios do Polo Turístico Serra da Bodoquena.

Fonte: SEMAC/SUPLAN/CPPPM (MATO GROSSO DO SUL, 2010c)

A BR-163/MS liga Mato Grosso com os estados do Sul, entrando por Mundo Novo e cortando todo o estado de Mato Grosso do Sul, passando por Campo Grande. Assim como a BR-060 que liga Goiás a Campo Grande e esta a Porto Murtinho.

A BR-262 é a via de acesso de quem chega pelo estado de São Paulo, passa pela Capital do estado e vai a Corumbá.

Deixando de transitar pela BR-060 (Campo Grande/ Sidrolândia) e chegando a Guia Lopes da Laguna, distante 5 km de Jardim, a opção é trafegar 64 Km pela MS-382 até Bonito e que é uma estrada pavimentada.

Outra opção é percorrer 53 Km pela BR-267 (Jardim/Porto Murtinho), rodovia federal pavimentada e com boas condições de tráfego, e seguir pela MS-178 por cerca de 37 Km de rodovia não pavimentada, em grande parte, até Bonito. Cabe destacar que, neste trecho da MS-178 há pavimentação implantada em 7Km a partir da BR-267 sentido Bonito, e em 13Km a partir de Bonito sentido BR-267, atendendo a necessidade de acesso asfaltado até o Aeroporto do Município de Bonito.

A finalização da pavimentação da MS-178 incluindo o trecho supracitado será uma alternativa mais rápida de deslocamento para os atrativos turísticos e para o aeroporto local.

O município de Bodoquena é alcançado, percorrendo 70 km pela MS-178. Assim, Bodoquena está em média distante 253 km da capital. Para acesso rodoviário partindo de Campo Grande, é necessário percorrer 268 km de estradas. De Campo Grande à Bonito, distante 297 km da capital, são percorridos cerca de 258 Km de estradas e por fim de Campo Grande a Jardim, 235Km de estradas para acesso rodoviário, sendo o município distante 238Km da capital (SEMAC – MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

Foi elaborado o quadro a seguir com base nos dados disponibilizados pelo DNIT e em verificações *in loco*, quando da visita técnica da Agricon ao Polo da Serra da Bodoquena, buscando conhecer as rodovias de acesso e suas condições atuais. Campo Grande foi o

local de partida, utilizando a BR-262 e retornando pela BR-060, percorrendo assim um possível roteiro para o turista. Estas duas rodovias são as principais vias de acesso a região, e onde a maioria dos roteiros turísticos está estruturada.

A análise da rede viária apresentada foi ponderada sobre a qualidade das vias, condições de trafegabilidade associada a uma sinalização eficiente, volume de tráfego, crescimento do transporte e condições adversas encontradas ao longo das vias. Pois o desenvolvimento dos atrativos e por consequência do turismo fica condicionado às vias de acesso que propiciem segurança e conforto ao turista durante seu deslocamento, além do suporte das sedes dos municípios a eles vinculados. O DNIT e a 19ª Unidade de Transporte Terrestre (MS), disponibiliza em seu site as condições das principais rodovias federais e suas interseções com as rodovias estaduais. Portanto o turista pode consultá-lo antes da viagem a determinadas localidades.

Quadro 39- Análise da infraestrutura viária de acesso ao Polo Serra da Bodoquena.

Município	Rodovia	Condições de tráfego			Vias de acesso aos atrativos			Sinalização			Posto fiscal		Condições adversas
		bom	ruim	regular	ruim	bom	regular	ruim	boa	deficiente	sim	não	
Terenos	BR-262	X							X		X		Ocorrência de animais silvestres na pista
Dois Irmão do Buriti	BR-262	X							X				Ocorrência de animais silvestres na pista
	MS-162			X						X		X	Rodovia sem acostamento
Miranda	BR-262	X							X		X		Trecho sem acostamento, com a ocorrência de animais silvestres na pista.
Bodoquena	BR-262	X							X				Deficiência nas rótulas de acesso aos municípios.
	MS-339	X					X			X		X	
Bonito	MS-178			X			X			X		X	Implantação asfáltica, tráfego pelo caminho de serviço
Jardim	MS-178			X			X			X		X	Estrada de terra com manutenção periódica. – trecho em estudo para implantação asfáltica.
	BR-267	X				X				X	X		Rodovia sem acostamento. Ocorrência de animais silvestres na pista.
Guia Lopes da Laguna	BR-267	X							X		X		Duplicação na travessia do município. Vias de acesso lateral pavimentadas.
	BR-060	X					X		X				Trecho sem acostamento, com a ocorrência de animais silvestres na pista.
	BR-419			X			X			X		X	Rodovia sem acostamento,

													ocorrência de animais silvestres na pista.
Nioaque	BR-419			X			X			X		X	Deficiência nas rótulas de acesso e saída do município.
	BR-060	X					X		X			X	Trecho sem acostamento.
Sidrolândia	BR-060	X					X		X		X		Trecho em obra de restauração na pista e acostamento, alguns segmento sem sinalização horizontal.

Fonte: Adaptado do BRASIL, 2009

Entre as ações previstas quando da elaboração do PDITS/2004, dentro das questões viárias, destaca-se a implementação asfáltica da rodovia MS-178, que atualmente encontra-se em fase de terraplenagem e o tráfego do usuário é realizado pelos caminhos de serviço. (Foto 14 e 15)



Foto 14 – Vista parcial MS-178, tráfego de veículos pelo caminho de serviço, em 02 de junho de 2010.



Foto 15 - Vista parcial dos serviços de terraplenagem na MS-178, em 02 de junho de 2010.

Abaixo segue o detalhamento das estradas de acesso à região destacando-se a MS-178 e MS 339. Importante eixo de distribuição do turismo, propiciando ao Polo Serra da Bodoquena a conectividade com roteiros para o Pantanal e o “Trem do Pantanal”.

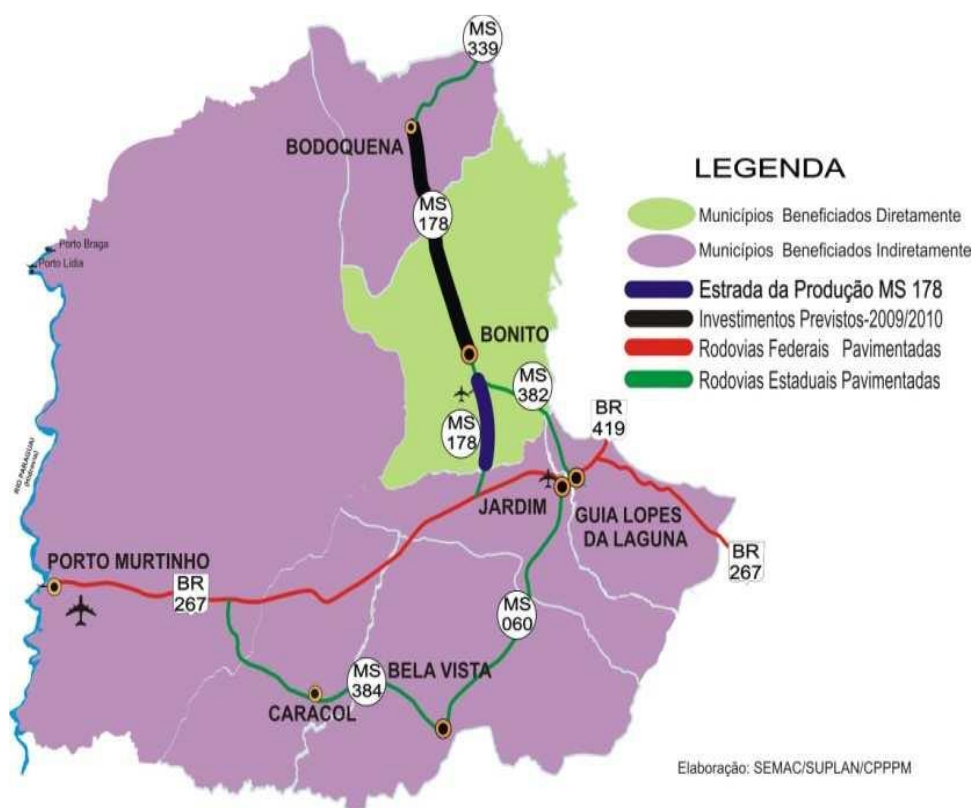


Figura 61 – Estradas de acesso à Serra da Bodoquena.

Fonte: SEMAC/SUPLAN/CPPPM

A duplicação da rodovia BR-267/MS na travessia urbana de Guia Lopes da Laguna está em fase de instalação e é uma dos principais acessos para quem sai de Campo Grande com destino aos atrativos do Polo Serra da Bodoquena. O investimento é do governo federal e contempla uma extensão de 14,500 km.

As rodovias pavimentadas que dão acesso aos municípios do polo, com exceção da rodovia BR-267, continuam sem acostamento e com apenas terceiras faixas em locais de aclave. Porém, a própria BR- 267 que interliga o município de Jardim e Porto Murtinho, trafegando até o acesso aos atrativos, Balneário Municipal e Buraco das Araras, a rodovia apresenta vários pontos em que ocorreu deformação na plasticidade da pavimentação, formando sulcos longitudinais e pontos onde é possível visualizar a restauração de parte da pista.



Foto 16 - Detalhes da pista com defeito na BR-267 (Jardim - Porto Murtinho), em 03 de junho de 2010.



Foto 17 - Vista parcial da rodovia BR-267/MS, duplicação da travessia urbana de Guia Lopes da Laguna, em 03 de junho de 2010.

As rotatórias de acesso aos municípios possuem uma sinalização deficitária. A colocação das placas indicativas confunde os usuários das vias nestes locais. Exemplos: a saída de Bodoquena para Bonito leva o usuário da via a um acesso particular. Outro exemplo é a saída de Nioaque, a rotatória que interliga a MS- 419 com a BR-060 e BR-267 para quem se dirige a Anastácio, Nova Alvorada do Sul ou Sidrolândia.

Os indicadores de tráfego, tais como a contagem de tráfego nas principais rodovias é de responsabilidade do DNIT- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes Rodoviários e as rodovias federais que dão acesso ao Polo Turístico Serra da Bodoquena os postos existentes não possuem esta estatística (volume diário e contagem classificatória) por estarem desativados os equipamentos para tal finalidade, segundo informações do próprio órgão.

Em Jardim os principais atrativos são acessados pela BR 267, pavimentada e sinalizada. Neste mesmo município existem ainda algumas vicinais, que dão acesso a atrativos, e são objeto de licitação pelo PRODETUR para sua melhoria. Estão previstas adequações para atendimento às novas condições de tráfego, adequação de interseções, envolvendo pequenas alterações geométricas em planta e perfil, deslocamento limitados do eixo, alterações no greide, adequação de seção transversal, correções dos passivos ambientais identificados, dentre outras, sem que ocorram mudanças fundamentais dos corredores.

Quanto aos acessos às potencialidades do município de Bodoquena e Bonito são realizados em vias de leito natural e que as prefeituras procuram manter em condições de trafegabilidade durante todo ano.

Em Bonito a Rodovia do Turismo é o principal acesso aos produtos turísticos que a secretaria de obras mantém em constante manutenção principalmente quando antecede a feriados prolongados e alta temporada, a mesma apresenta boas condições de tráfego, não apresenta processos erosivos e também não existem ocupações irregulares ao longo de seu percurso. As outras vicinais que dão acesso a produtos/atrativos também possuem manutenção constante e não apresentam processos erosivos e nem problemas de drenagem, embora seja recomendado à elaboração de estudo e projeto de engenharia que faça as possíveis melhorias dentro das normas técnicas exigidas, considerando o crescente fluxo de turistas nestas vias.

Ressalta-se que as estradas vicinais de Bonito e Bodoquena necessitam de um levantamento mais detalhado, para que haja a melhoria das condições de acesso, com a implantação de drenagem, proteção do corpo estradal, embora as mesmas não apresentem processos erosivos significativos e, sinalização, entre outras ações que devem ser objeto de estudo e projeto de engenharia.

O acesso ao Hotel Fazenda Betione, em Bodoquena, é feito por meio de estrada vicinal com boa conservação e manutenção periódica realizada pela prefeitura, o Boca da Onça é acessado pela MS-178 que está sendo pavimentada e os acessos aos balneários necessitam de manutenção com maior periodicidade e melhoria de drenagem.

O levantamento das principais estradas vicinais de acesso ao turismo, elaborado pelo PRODETUR, constatou a deficiência nas sinalizações rodoviária e turística, principalmente no município de Bodoquena, traçados sinuosos pontes sem proteção lateral. A maioria das estradas não tem faixa de domínio, mantendo o traçado original, pois algumas funcionavam como estradas boiadeiras, conforme indica o PDITS/2004 e mantém-se sem alterações atualmente. As condições de drenagem são regulares, mas deveriam ser tomadas medidas mais contundentes na prevenção e combate a princípios erosivos.

Nas rodovias e pontes estaduais a manutenção é de responsabilidade da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos - AGESUL. O Polo Serra da Bodoquena conta com os serviços da 4ª Residência Regional com sede no município de Miranda, 12ª Residência Regional com sede em Jardim.

Na análise de infraestrutura do PDITS/2004 verificou-se que os níveis de segurança, nas rodovias que circundam as cidades de Miranda, Bodoquena e Nioaque ou que atravessam as de Sidrolândia, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Bonito, eram deficientes e encontram-se atualmente em melhores condições, mas ainda necessitando de investimentos pela administração pública (federal e estadual), para propiciar melhor segurança aos turistas e aos habitantes das localidades, sendo os seguintes: sinalização indicativa de passagem de pedestre, redutores de velocidade, passarelas, faixas, etc.

Uma importante ação para propiciar maior segurança para a população local e para os turistas da região do polo seria a construção de um mini-anel no entorno de Bonito retirando o tráfego pesado de dentro do centro urbano, pois com a pavimentação de MS-178, este município pode ter aumentado o fluxo de caminhões para transporte de cargas somado ao fluxo turístico.

É pertinente que a pavimentação da MS-178 no trecho entre Bonito e Bodoquena também se estenda ao trecho Jardim-Bonito, onde se localiza o aeroporto municipal de Bonito, situado a 13 Km do centro do município. Da mesma maneira, é estratégico, devido a localização do aeroporto, que este trecho da MS-178 (entre Bonito e Jardim) seja ligado ao mini-anel rodoviário supracitado.

O aeroporto possui uma pista de 2 mil metros com 30 de largura, para aeronaves de grande porte, terminal de passageiros para 240 mil passageiros/ano. Atualmente uma empresa aérea realiza vôos para Bonito (TRIP) com duração de aproximadamente trinta e cinco minutos, prestando este serviço em dois dias da semana. O Aeroporto está equipado adequadamente para receber mais vôos, tal como os vôos de outra grande empresa aérea (TAM) hoje em negociação com os responsáveis pelo aeroporto e Prefeitura Municipal de Bonito, segundo informações da mesma.

Integrado ao polo pela rodovia MS-339, pavimentada, encontra-se o Trem do Pantanal que chega até o município de Miranda.

3.2. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O abastecimento de água, responsabilidade da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul- SANESUL atende grande parte da população urbana do polo, acima de 97%, sendo o restante abastecido por poços artesianos, portanto 100% da população dos três municípios têm acesso à água tratada e/ou de boa qualidade, conforme informações da própria concessionária.

Quadro 40 – Sistema de abastecimento de água do Polo Serra da Bodoquena em 2009.

Descrição	Município			
	Bodoquena	Bonito	Jardim	Total
População	8.397	17.856	24.174	50.427
Número de ligações reais	2.343	5.555	7.751	15.649
Número de economias reais	2.044	5.352	7.553	14.949
Extensão da rede (m)	34.535,00	84.213,00	160.315,00	279.063
Volume produzido por ano(m ³)	387.845	1.314.353	1.308.381	3.010.579
Volume consumido por ano(m ³)	245.266	709.629	1.035.298	1.990.193
Volume faturado por ano(m ³)	314.535	875.166	1.252.595	2.442.296
Volume tratado por ano(m ³)	387.845	1.314.353	1.308.381	3.010.579

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

Questionada a comunidade local, via pesquisa aplicada, ANEXO 3, se sua residência era atendida pelo serviço público de abastecimento de água, afirmaram que sim 98,65% da amostra de Bodoquena, 99,4% de Bonito e 99,5% de Jardim. Fato que reafirma o alto índice da população atendida e baixíssimo índice de áreas urbanas carentes de atendimento.

Complementando, também foi perguntada a frequência com que ocorrem falhas no abastecimento de água e 50,4% dos entrevistados no polo responderam que raramente o que indica a qualidade do serviço.

Tomando-se como indicador para a análise, a extensão da rede de abastecimento verifica-se que entre 2004 e 2009, período entre a elaboração e presente readequação do PDITS Serra da Bodoquena, houve um aumento significativo deste abastecimento, sobretudo, no município de Bonito onde a extensão da rede de abastecimento cresceu 10,50% entre 2004 e 2009, enquanto o crescimento na rede de Bodoquena foi de 9,75% e 3,66% em Jardim, conforme quadro e figura abaixo.

Quadro 41 – Evolução da rede de abastecimento de água por município do Polo Serra da Bodoquena entre 2004 e 2009.

Município	Extensão da Rede (metros)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Jardim	154.648	154.252	154.252	156.890	156.890	160.315
Bonito	76.210	76.899	77.043	80.095	82.611	84.213
Bodoquena	31.295	31.295	32.295	31.403	34.445	34.345

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

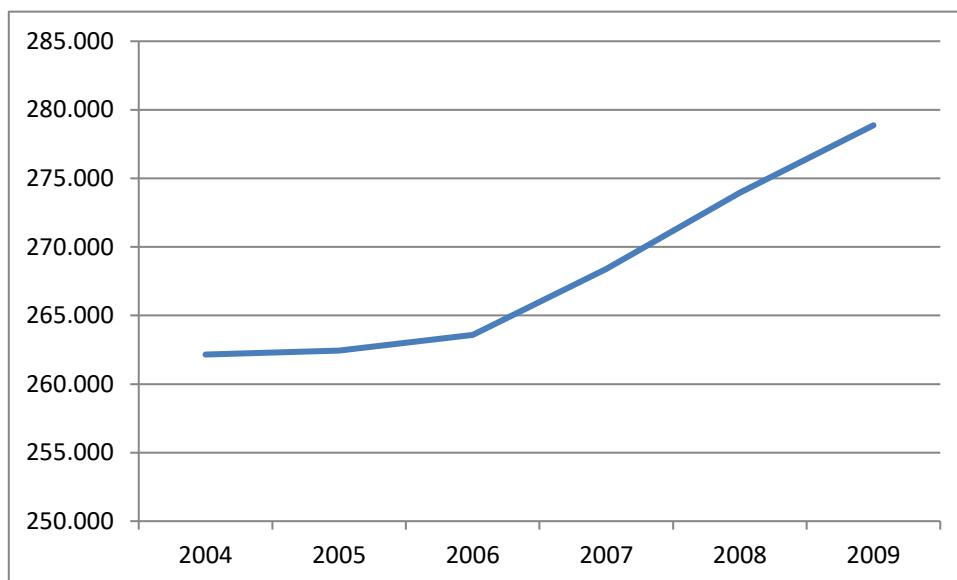


Figura 62 – Evolução da rede de abastecimento de água no Polo Serra da Bodoquena entre 2004 e 2009.

Fonte: SEMAC/BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

O município de Jardim tem seu abastecimento de água realizado pela empresa SANESUL que atende a quase totalidade da população urbana onde um sistema de reservação elevado e dois reservatórios apoiados atendem a rede de distribuição, a captação é superficial no rio Miranda na área rural próximo a chácaras e fazenda. A evolução da demanda e o atendimento da população, inclusive a flutuante, está demonstrada no ANEXO 4 (Quadro da evolução da demanda no município de Jardim), da qual se pode concluir que a concessionária vem estendendo a cobertura do sistema a medida do crescimento da demanda, inclusive com redução de perdas e aumento da reservação, garantindo portanto um possível pico de consumo em alta temporada.

O Quadro seguinte mostra as zonas, número de economias e a população atendida.

Quadro 42 - Número de Economias e população atendida no município de Jardim em 2008

	JARDIM/2008			
Especificação	número de economias (econ)	População (hab)	Área (há)	Densidade (hab/há)
zona central	6.038	17.905	723	25
zona periférica	843	2.498	300	8
zona de expansão	140	416	289	1
Total	7.021	20.820	1.312	

Fonte: SANESUL - 2008

Em Jardim, o tratamento da água aduzida do rio Miranda é processado em duas estações de tratamento, próximas entre si e situadas na zona alta da cidade, com capacidade de 344m³/h.

A ETA-01, com capacidade de 144 m³/h (40l/s), é construída em concreto armado, possuindo medição de vazão e mistura rápida através de calha Parshall, floculação mecanizada em duas câmaras, decantação laminar efetuada por uma célula e três filtros rápidos, autolaváveis. A dosagem química é efetuada através de bombas dosadoras de diafragmas, abrigadas na mesma edificação.

A ETA-02, com capacidade nominal de 200m³/h, é também do tipo convencional, metálica aberta (55 l/s). A formação de flocos é processada através de misturadores hidráulicos (dispersor), passando daí à floculação que é feita em duas câmaras com 35 m³ de volume

cada. A decantação é do tipo laminar e os filtros rápidos em números de 4 unidades sendo autolaváveis.

Na cidade de Bonito o principal destino turístico do Polo Serra da Bodoquena, em alta temporada a população flutuante quase se iguala em número com os habitantes fixos e o sistema distribui água para aproximadamente 84.250 metros de rede (SEMAC/BDE). O município, segundo informação de gestores municipais e da concessionária, não sofre mais com desabastecimento de água em alta temporada, pois além da ampliação do sistema de rede e reservação para atender o crescente fluxo turístico, existe um planejamento com o acompanhamento e projeções sistemáticas do aumento da demanda. No ANEXO 4 (Quadro da evolução da demanda no município de Bonito) encontra-se disponibilizado pela empresa concessionária os dados referentes a evolução da demanda de água em Bonito que considera a população residente e flutuante.

São importantes para o abastecimento de Bonito o Sistema Aquífero Furnas, que é um aquífero poroso, livre, composto pelas rochas da formação Furnas; e o Sistema Aquífero Pré-cambriano formado pelas rochas calcárias dos grupos Corumbá e Cuiabá.

A captação de água em Bonito é feita por meio de três poços profundos, explorando águas subterrâneas dos sistemas aquíferos supracitado, que são levadas até um reservatório por duas bombas que são utilizadas alternadamente. A água é tratada com a adição de hipoclorito de sódio para desinfecção da água, ocorre na tubulação de entrada de cada reservatório (PDITS, 2004). As águas captadas são recalçadas para os reservatórios apoiados. As redes de distribuição são do tipo malhada e ramificada, interligadas aos respectivos reservatórios que as alimentam.

Em 2009, o município de Bonito recebeu as obras de reabilitação dos seis reservatórios de fibra de vidro, com investimento da SANESUL de R\$ 94,7 mil. Investimento para promover o isolamento sanitário dos reservatórios e garantir a qualidade do produto e a distribuição de água às famílias bonitenses.

Os dados abaixo foram obtido no “Projeto Básico de Ampliação e Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água da cidade de Bonito – MS”, visando atendimento das diretrizes do PRODETUR - SUL, dos quais nos números obtidos para a população abastecida e para o cálculo do índice de abastecimento está considerada a população flutuante.

Quadro 43: Indicadores Básicos de abastecimento de água em Bonito em 2004.

ANOS	POPULAÇÃO		ATENDIMENTO	ECONOMIAS			
	URBANA	ABASTECIDA		RESIDENCIAIS	COMERCIAIS	INDUSTRIAIS	PÚBLICO
2.004	14.308	25.463	97	3.847	345	2	54

Fonte: Sanesul 2004

Estes dados referentes aos níveis de economias (residencial, comercial, industrial e público) atendidas pelo sistema de abastecimento de água só estão disponíveis para o município de Bonito decorrente do projeto supracitado, geralmente a concessionária não tem este levantamento sistêmico, e por isso inexistem dados atualizados dos municípios do polo em questão, porém este levantamento geralmente é realizado previamente a obras impactantes no sistema para adequadamente direcionar seu planejamento, assim antes da implantação das ações relacionadas ao sistema de abastecimento de água planejadas no PDITS estes estudos serão realizados, tal como foi observado acima.

Já em Bodoquena, a captação da água para o abastecimento é subterrânea explorando o aquífero da formação “Grupo Corumbá”, realizada por meio de dois poços artesianos profundos que conduzida pelas respectivas adutoras até uma estação de tratamento e posteriormente é conduzida por uma adutora de água tratada até uma estação elevatória.

O tratamento da água compreende uma estação de tratamento do tipo convencional (dois módulos), cloração e fluoretação da água bruta. Um reservatório apoiado de 150 m³ em fibra de vidro que atende a área central e a zona baixa, conta ainda com um reservatório elevado metálico tipo taça com capacidade de 60 m³, localizado no Jardim Planalto, que atende toda a zona alta da cidade. O Quadro a seguir mostra as zonas e a população atendida.

Quadro 44: Número de Economias e população atendida no município de Bodoquena.

	BODOQUENA/2008			
Especificação	Número de Economias (econ)	População (hab)	Área (há)	Densidade (hab/há)
zona central	954	2.095	50	42
zona periférica	947	2.081	65	32
zona expansão	462	1.014	128	8
Total	2.363	5.190	243	

Fonte: SANESUL -2008

Disponibilizado pela concessionária o Quadro da evolução da demanda no município de Bodoquena (Anexo 3) demonstra que 100% da população residente de Bodoquena é atendida com água tratada e que também a população flutuante é contemplada para efeito de dimensionamento da produção e reservação do sistema. É importante ressaltar que os índices de perda foram reduzidos, mas que ainda deva ser objeto de atenção e investimentos pela municipalidade.

Atendendo o que prevê o decreto Nº 5.440/05, da Presidência da República, a Sanesul entrega junto à conta d'água, anualmente aos consumidores o Relatório Anual de Qualidade da Água, referente ao ano anterior. Neste material são divulgados à população, o resumo dos resultados mensais das análises bacteriológicas e físico-químicas da água distribuída e os resultados do controle de qualidade da água bruta em diversos pontos de captação. Além de divulgar os resultados do controle da qualidade da água captada e distribuída, o relatório presta-se à educação ambiental, pois apresenta diversas sugestões pra redução do consumo da água.

De maneira geral, nos três municípios, quanto à regularidade do abastecimento de água, pode-se constatar que é bom, havendo interrupção no fornecimento somente por falta de energia na cidade ou quando da execução de serviços de manutenção. As chácaras e sistemas mais afastados do centro das cidades não atendidos pela SANESUL possuem sistema próprio de abastecimento em virtude da facilidade de obtenção de água no aquífero subterrâneo local.

A SANESUL elaborou um Plano de Saneamento e de Investimento para um período de 30 anos, compatível com o PLP (Planejamento de Longo Prazo) da empresa, para os municípios de Bodoquena e Jardim, com previsão de melhoria/investimento no sistema de abastecimento de água, considerando a população urbana e flutuante, para os anos de 2018, 2028 e 2038.

Portanto, segundo avaliação contida nos referidos Planos e na planilha da evolução da demanda de Bonito (Quadro anexo), apesar dos índices do atendimento à população com abastecimento de água ser adequados, é imprescindível garantir investimento nas ampliações e melhorias futuras, tendo em vista o crescimento populacional (residente e flutuante) e a necessidade de redução e combate as perdas do sistema. Observou-se também que para os três municípios uma estratégia adotada pela concessionária para atendimento do crescente fluxo turístico, além de um sistemático planejamento e acompanhamento, é o aumento da reservação de água o que possibilita o atendimento da demanda em períodos de alta temporada.

Em anexo encontram-se mapas dos três municípios indicando áreas atendidas e as áreas a serem atendidas - com melhorias de rede, reservação, entre outros - pelo sistema de

abastecimento de água (ANEXO 4 - Sistema de Abastecimento de Água nos três municípios do polo), embora algumas das ações indicadas já estejam executadas.

3.3. ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O sistema de tratamento de esgoto sanitário no polo é um destaque pelo seu rápido desenvolvimento e pela alta taxa da população atendida, sobretudo em Bonito onde o sistema foi projetado para atender 100% da população (quadro seguinte).

Quadro 45 – Sistema de esgotamento sanitário da Serra da Bodoquena em 2009.

Descrição	Município			
	Bodoquena	Bonito	Jardim	Total
População	8.397	17.856	24.174	50.427
Numero de ligações	392	4.467	686	5.545
Número de economias(m ³)	406	4.607	760	5.773
Volume faturado(m ³)	62.761,00	736.838,00	123.727,00	923.326,00
Extensão da rede(m)	6.383,00	55.894,00	14.967,00	77.244,00

Fonte: SEMAC/BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

A concessionária, SANESUL, prevê o investimento em melhorias e ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de R\$ 5.004.817,62 em Bodoquena entre 2008 e 2010, e o montante de R\$ 20 milhões em Jardim entre 2011 e 2012.

Questionada a comunidade local, via pesquisa aplicada, ANEXO 3, se sua residência era ligada a rede de esgoto, afirmaram que sim 45,00% da amostra de Bodoquena, 96,7% de Bonito e 42,9% de Jardim. Mesmo os valores mais baixos ainda são superiores a grande parte do restante do Estado.

Aqueles que não possuem sua residência ligada à rede de esgoto, em grande parte afirmam possuir fossa, sendo apenas 3,1% dos entrevistados de Jardim que afirmam lançar seus efluentes diretamente no rio.

Tomando-se como indicador para a análise, a extensão da rede, verifica-se que entre 2004 e 2009, período entre a elaboração e presente readequação do PDITS Serra da Bodoquena, houve um aumento significativo desta rede, cerca de 34% no polo como um todo. Destaca-se que, segundo os dados da SEMAC (MATO GROSSO DO SUL, 2010c), em 2004 não havia rede implantada em Jardim e em 2009 essa rede tinha quase 15mil metros de extensão. (Quadro e Figura abaixo)

Quadro 46 – Evolução da rede de coleta de esgoto por município da Serra da Bodoquena entre 2004 e 2009.

Município	Extensão da Rede (metros)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Jardim	-	-	13.065	13.647	14.919	14.967
Bonito	52.000	52.000	55.420	55.420	55.420	55.894
Bodoquena	5.737	5.737	5.737	6.184	6.383	6.383

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

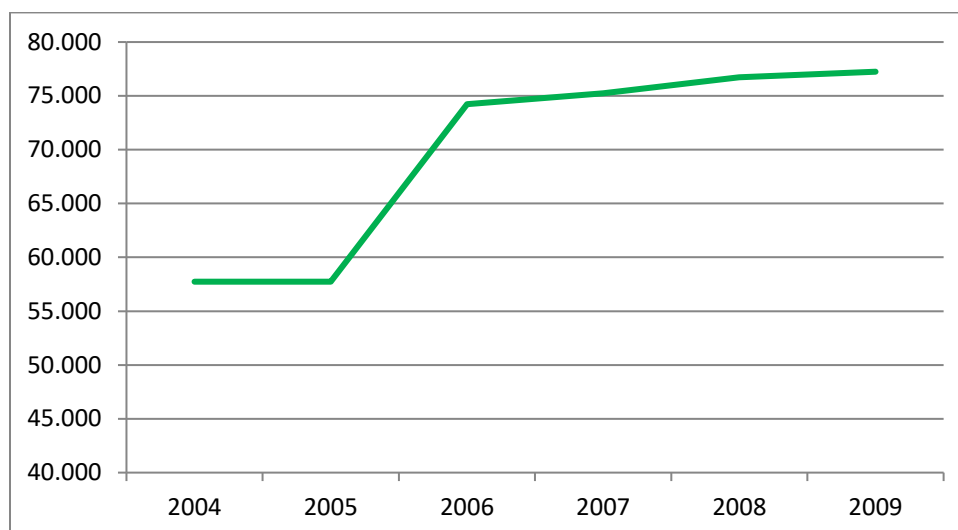


Figura 63 – Evolução da rede de coleta de esgoto na Serra da Bodoquena entre 2004 e 2009.

Fonte: SEMAC/BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

O efluente de origem doméstica constitui em uma das principais fontes de poluição hídrica nos centros urbanos. Os impactos negativos que ocorrem pelos efluentes é a matéria orgânica a ser depurada pelo corpo receptor. No caso dos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim os corpos receptores são partes das potencialidades turísticas e, portanto alvo de maior cuidado no tratamento do esgoto lançado.

O sistema de esgotamento sanitário da cidade de Bodoquena atende uma população aproximada de 1.299 habitantes (conforme relatório do SIBO/junho2004). Este consiste de sistema de coleta, afastamento, tratamento e disposição final no córrego João Augusto. O índice de atendimento com coleta e tratamento de esgotos na cidade é de 21%. Em anexo encontra-se mapa mostrando as áreas atendidas e a serem atendidas com sistema de esgotamento sanitário (ANEXO 4 - Sistema de Esgotamento Sanitário de Bodoquena).

As duas ETEs localizam-se na Rodovia MS 339 s/nº – Rodovia do Calcário saída para Miranda (20°31'48,767"S 56°39'55,435"W) e Rua Sebastião R. de Barros, s/nº (20°33,16,51"S 56°40'14,36"W). a primeira utiliza lagoas de estabilização para o tratamento do esgoto com eficiência de projeto para carga orgânica de 75-85% e a segunda emprega UASB para o tratamento do esgoto com grau de eficiência de 60-75%. Conforme a SANESUL os corpos receptores do esgoto tratado são: Córrego João Augusto e Córrego Acampamento.

O município de Bodoquena está com obras de ligações de esgoto e sessenta por cento das ligações já se encontram efetuadas e a construção da ETE se encontra em fase de conclusão, expansão esta financiada com recursos do PRODETUR.



Foto 18 - Vista da placa de identificação da obra da ETE- Bodoquena, em 01 de junho de 2010.



Foto 19 - Vista parcial ETE- Bodoquena (parte das lagoas de tratamento), em 01 de junho de 2010.

A Vila Sol Nascente e Vila CCI estão com as canalizações e ligações de esgoto cem por cento concluídas, faltando apenas à estação elevatória, que ao ser concluída estará ligada a ETE e após tratamento o emissário final será o Córrego Taquarussu. O Tratamento projetado é composto por: Reator Anaeróbio de Fluxo Ascendente (RALF) de 20L/s; leitos de Secagem e leitos de areia.

Segundo a SANESUL, 96% da população, aproximadamente 17.200 hab., do município de Bonito possui esgotamento sanitário, sendo que todo o esgoto recolhido pela rede é tratado. A rede tem 3.800 ligações, contabilizando 88.000 metros de rede. A ETE de Bonito (ETE PETROBRAS) localizada na margem direita do Córrego Bonito confluência com o Córrego Marambai (21°07'28,41"S 56°27'41,64"W). Esta ETE é considerada uma das mais modernas do país, recebendo visitas constantes de estudiosos, sendo um modelo de tratamento de esgotos no Brasil. Nela, o tipo de tratamento adotado é o UASB, físico, químico e desinfecção, resultando em uma eficiência de 75% a 90% de projeto para carga orgânica.

Em Jardim a Estação de Tratamento de Esgoto, vem operando desde 2003 e a população atendida não ultrapassava 5% da população, em torno de 1.250 hab. O restante da população faz uso para destino dos dejetos domiciliares, industriais etc., o sistema de fossa/sumidouro ou fossas negras. Com investimento por parte da municipalidade, foi construída uma estação de tratamento de esgoto (ETE-2) sendo adotado o sistema anaeróbio com vazão de projeto para 10 litros por segundo. Inicialmente ao entrar em operação a mesma está atendendo 206 ligações domiciliares. Em 2008 os dados revelam que ocorreu uma expansão neste número, passando a 558 ligações para uma rede de 14.919 metros. As expectativas é que até 2011 80% da população sejam beneficiada. Em anexo encontra-se mapa mostrando as áreas atendidas e a serem atendidas com sistema de esgotamento sanitário (ANEXO 4 - Sistema de Esgotamento Sanitário de Jardim)

O efluente tratado é lançado no córrego Cachoeirinha, afluente do rio Miranda, sem monitoramento por parte da Prefeitura Municipal.

A ETE Cachoeirinha é dotada das seguintes unidades: Tratamento preliminar, composto de gradeamento, medidor de vazão, desarenador; Estação elevatória final de poço úmido dotada de duas bombas submersíveis; Um reator anaeróbio de fluxo ascendente de 10 L/s (tipo RALF); Dois leitos de secagem; Dois leitos de areia; Emissário final para lançamento do efluente tratado no córrego Cachoeirinha, afluente da margem esquerda do rio Miranda; Laboratório. A extensão de rede coletora de esgoto implantada no bairro Panorama é de aproximadamente 2.519 metros.

Em 2003 foi implantada a estação de tratamento de 20 L/s (ETE Jardim) no bairro Dom Bosco, na antiga área do matadouro municipal, localizada na Rua dos Heróis, esta unidade de tratamento é dotada das seguintes unidades: Tratamento preliminar, composto de gradeamento, medidor de vazão, desarenador; um reator anaeróbio de fluxo ascendente de 20 L/s (tipo RALF); dois leitos de secagem; portaria; emissário final de 350 mm para lançamento do efluente tratado no rio Miranda e; laboratório. Em anexo encontra-se mapa apresentando áreas não-atendidas e atendidas com sistema de esgotamento sanitário (ANEXO 4 - sistema de esgotamento sanitário dos municípios do polo).

Assim como em varias cidades do País, no município de Jardim a infraestrutura com esgotamento sanitário, que atenda a cidade é insuficiente, sendo fundamental a implantação de um eficiente sistema de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários. Para estes municípios a Sanesul elaborou o Plano de Saneamento e de Investimento para um período de 30 anos, compatível com o PLP (Planejamento de Longo Prazo) da empresa, com previsão de melhoria/investimento no sistema, considerando a população urbana e flutuante, para os anos de 2018, 2028 e 2038.

O município de Bonito é o único que conta com 96% da área urbana com esgotamento sanitário. O município de Bodoquena tem seu projeto de esgotamento implantando com ETE

em fase final de conclusão no presente momento e vai atender cerca de 100% da população.

Ressalta-se que em municípios turísticos os serviços de saneamento sempre são impactados com a sobrecarga dos sistemas e em especial o de esgotamento sanitário em períodos de feriados prolongados e férias. Embora a empresa concessionária quando da ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário de Bonito e Bodoquena considerou a população residente e flutuante, é importante que se faça um acompanhamento de sua eficiência em função dos diferentes picos de vazão, por meio dos resultados obtidos no monitoramento de seus efluentes, podendo assim avaliar se os sistemas implantados comportam os efluentes e mantêm a eficiência esperada.

Em Bonito a ETE opera em alguns momentos com certa ociosidade e em alta temporada com maior capacidade. As informações obtidas dos gestores locais apontam para uma boa eficiência do sistema desde sua ampliação.

3.4. SISTEMA DE LIMPEZA URBANA

As gestões municipais tem se preocupado com a geração e deposição final dos resíduos sólidos em suas sedes, pois estes serviços se alteram em locais como o Polo Serra da Bodoquena, que em alta temporada esta demanda é duplicada. Um dos fatores de agravamento da qualidade ambiental para qualquer centro urbano é a falta de planejamento para a deposição do resíduo sólido gerado.

Em pesquisa aplicada junto à comunidade local, a geração de resíduo sólido foi o maior problema oriundo do turismo apontado pela população. (figura abaixo)

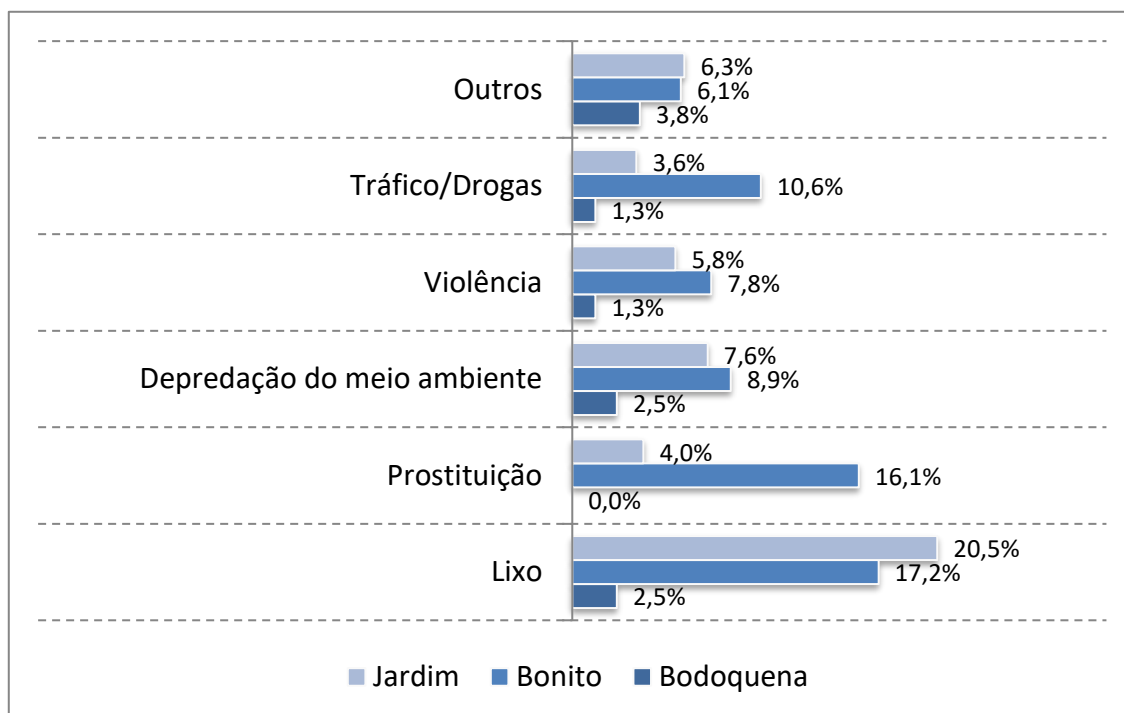


Figura 64 – Principais problemas oriundos do turismo apontados pela comunidade local em 2010.

A área onde se encontra instalado o lixão de Bodoquena é uma área de preservação permanente desacordo com a Lei Federal 4.771/65, art. 2º, alínea e, está localizado na estrada de acesso a fazenda Betione, a aproximadamente 5 km do núcleo urbano, possui aproximadamente 4 hectares, não possui licença ambiental.

A coleta dos resíduos é feita diariamente por um caminhão basculante e dispostos no lixão, o qual se situa na encosta de morros (área de preservação permanente), a área encontra-se distante 3 km do rio Betione, o curso d'água mais próximo.

A área possui cercamento precário, feito apenas com palanques de madeira e fios de arame, não possuindo portão, tela de proteção e nem outro dispositivo que impeça a entrada de pessoas e animais (Foto 20).

O município não possui projeto para a construção de um aterro sanitário ou outro sistema adequado de destinação final de resíduos.

A coleta de lixo na área urbana é realizada da seguinte forma: coletas diárias nas três ruas principais do centro da cidade, duas vezes por semana na periferia e uma vez por semana nos balneários próximos. São coletados aproximadamente 08 toneladas/dia de resíduos comuns os quais são lançados no lixão recebendo apenas periodicamente recobrimento com terra, ficando expostos por longos períodos, facilitando a proliferação de vetores e sofrendo a ação de animais que se alimentam dos mesmos.

Os resíduos de serviço de saúde gerados no município eram queimados no hospital, porem atualmente são coletados uma vez por semana pelo mesmo veículo responsável pela coleta dos resíduos comuns são depositados em uma vala separada localizada na própria área do lixão, de forma inadequada. Há catadores que fazem o recolhimento dos materiais passíveis de reaproveitamento e reciclagem, os quais possuem barracos que servem de abrigo, no local.

Não há, no município, segregação de pneumáticos usados oriundos de veículos automotores e bicicletas e seu recolhimento pelas empresas fabricantes e importadoras as quais são obrigadas a coletar e dar destinação final, ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis existentes no território nacional.



Foto 20 – Vista do lixão mostrando a presença de catadores e encosta dos morros

Mesmo assim, observa-se conforme próxima foto que claramente a sociedade não tem a prática de segregar os resíduos sólidos gerados e o mesmo são coletados por caminhões

caçambas comuns, que não reduzem o volume do resíduo, são piores pro operador e causam problemas de odor.

No município não existe aterro sanitário e tampouco, unidade de processamento e reciclagem do resíduo sólido ou Programa de Reciclagem, sendo que este resíduo sólido sem disposição adequada causa barreiras à acessibilidade no espaço urbano e ainda gera poluição visual.



Foto 21 - Vista parcial da coleta de resíduo sólido pelo caminhão da prefeitura em Bodoquena, em 01 de junho de 2010.

A coleta diária é realizada no centro o que perfaz a um atendimento de 35% dos domicílios, sendo que alguns pontos este serviço é três vezes na semana. São poucos os locais em que este serviço é realizado fora destes parâmetros.

A Secretaria de Meio Ambiente de Bonito indo ao encontro destas barreiras possui um aterro sanitário controlado e sua própria UPL. A prefeitura subsidia a coleta seletiva em pontos como: hotéis, comércio, escolas e a própria prefeitura, assim como, em eventos ou para solicitações dos munícipes. A coleta de porta em porta não existe, pois a demanda não comporta dispor de um veículo para este fim.

Para a UPL vão os resíduos reciclados e na esteira, os catadores realizam a separação final. Quinze toneladas de reciclados são comercializadas a cada quinze dias. Os resíduos úmidos vão para a compostagem em uma unidade experimental atendida pelo GEF- Rio Formoso com auxílio técnico da AGRAER. Ainda em fase experimental e sem comercialização



Foto 22 - Vista parcial da Unidade de Processamento de Lixo na cidade de Bonito, em 01 de junho de 2010.

Quanto ao aterro controlado que atende a demanda do município, a prefeitura mantém um guarda no local para evitar invasão tanto de catadores como para que seja o resíduo sólido depositado em valas pré- determinadas. Existem placas identificando as diferentes valas e um trator para realizar a compactação e a cobertura deste resíduo sólido.

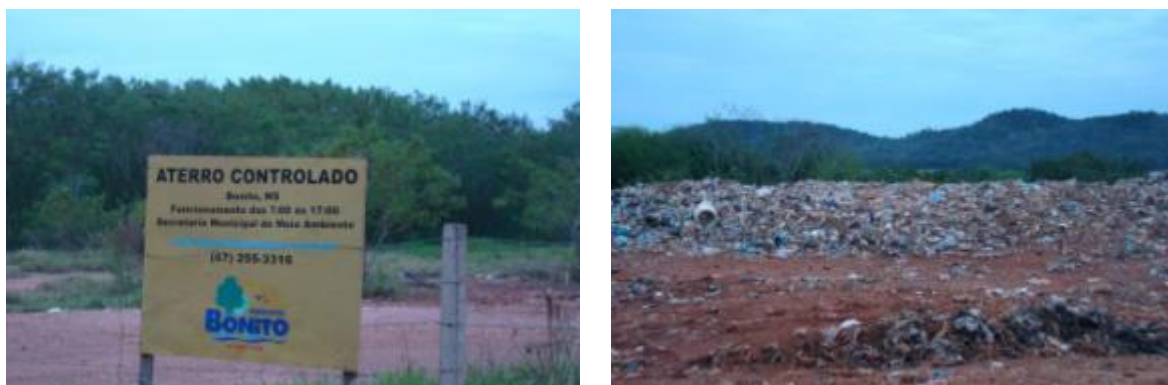


Foto 23 - Vista parcial do Aterro Controlado na cidade de Bonito, em 01 de junho de 2010.

Atualmente a coleta é realizada diariamente no centro da cidade e nas demais ruas três vezes e duas vezes na semana. Somente nos locais mais distantes que este serviço é realizado uma vez a cada sete dias.

Após a conclusão do Aterro Sanitário em Jardim todo o resíduo sólido de Bonito será transportado para aquele município. Trata-se de um Aterro em consorcio com os municípios de Jardim, Bonito, Bela Vista, Guia Lopes Da Laguna e Nioaque. Este aterro está sendo construído com recursos do Ministério das cidades em parceria com a FUNASA e Ministério da Saúde.



Foto 24 - Vista parcial das obras de instalação do Aterro Sanitário Consorciado.

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente de Bonito em 25-05-10.

Atualmente, não existe tratamento de resíduos sólidos em Jardim. O resíduo sólido coletado é levado para um lixão a céu aberto, localizado muito próximo das margens do rio Miranda, principal fonte de água da região (Figura a seguir). O lixão recebe aproximadamente duas toneladas de resíduos por dia, sendo que apenas uma parte é separada – garrafas PET, papelão, plásticos e pneus – por pessoas que vivem na área. O lixão abriga, ainda, uma enorme quantidade de animais. Em Jardim, há doze pessoas trabalhando na separação do resíduo sólido reciclado, e organizados em associação, a Associação dos Catadores, que atualmente ocupa a UPL localizada no mesmo local onde está sendo construído o aterro supracitado.



Foto 25: Fotos do Lixão em Jardim.

Fonte SÍNTESE DA LEITURA DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE JARDIM - 2008 – SEPROTUR – (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)

A coleta de resíduo sólido em Jardim é feita pela prefeitura por meio de caminhões e tratores, todos os dias no centro e duas vezes por semana nos demais bairros da sede. No Boqueirão a coleta é quinzenal, e não há coleta nos assentamentos.



Foto 26: Coleta de Resíduo Sólido em Jardim.

Fonte SÍNTESE DA LEITURA DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE JARDIM - 2008 – SEPROTUR – (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)

Quanto aos aspectos sanitários os resíduos sólidos são os que merecem maior atenção e investimento, considerando a realidade hoje existente. Apesar da implantação de um aterro sanitário para atender os municípios de Jardim e Bonito, Bodoquena ainda vai requer investimentos neste sentido.

É importante destacar que a construção de aterros sanitários é somente uma das partes do problema que se deve solucionar. Recomenda-se a elaboração de um plano integrado de gestão de resíduos sólidos para região do Polo que contemple as ações e etapas de redução, separação, reutilização, reciclagem, acondicionamento, coleta seletiva, compostagem e destinação adequada dos resíduos sólidos. Devendo implantar um processo de educação da população residente e flutuante para adotar hábitos e comportamentos que promovam a qualidade dos ambientes ocupados/visitados.

Os municípios do polo são atendidos por 100% de coleta de resíduos sólidos em área urbana, ao alcance de toda a população residente. Não se pode afirmar que 100% dos

resíduos sólidos são coletados, considerando que alguns moradores ainda preferem jogar lixo no quintal baldio mais próximo a sua residência.

3.5. DRENAGEM PLUVIAL

Dentre os serviços públicos básicos que um município deve ser contemplado, além da água tratada e canalizada, esgoto sanitário e destino final para a coleta do resíduo sólido, a drenagem superficial é um dos serviços essenciais, que bem executado e mantido operante seus dispositivos elevarão o nível da saúde da população beneficiada.

A carência deste sistema no município de Bodoquena faz com que em ocasiões de altos índices pluviométricos ocorram alagamentos significativos em todo o centro urbano, conforme indicado nos estudos realizados para a elaboração do PDITS 2004:

“Esta localidade é desprovida de todo e qualquer sistema de drenagem de águas pluviais. Em função disto, moradores não identificados usam a rede coletora de esgoto para escoamento das precipitações em terrenos domiciliares, vindo a comprometer a eficiência do sistema de tratamento de esgoto. A avenida central, denominada Manoel Rodrigues de Carvalho, pavimentada e com canteiro central, tem solução precária para o escoamento superficial do deflúvio proveniente de precipitações. Constituído de valas, valetas e depressões transversais, o escoamento superficial é orientado de Norte para Sul, nos períodos prolongados de chuvas, o pavimento é seriamente prejudicado. O problema aqui observado precisa ser resolvido pelos danos urbanos e pela eventual contaminação dos cursos de água”. (MATO GROSSO DO SUL, 2005 p.65)

Atualmente, no município apenas depressões transversais formam o sistema de drenagem pluvial não sendo suficientes para evitar alagamentos. (foto abaixo) Os alagamentos que ocorrem causam transtorno principalmente, para a população do centro que recebe todo o volume das águas. Outra consequência da drenagem inadequada é o comprometimento do sistema de esgotamento sanitário, pois muitas residências acabam por direcionar as águas das chuvas para a rede de coleta de esgoto.



Foto 27 - Vista parcial do centro do município de Bodoquena em que apenas as depressões transversais formam o sistema de drenagem pluvial, em 01 de junho de 2010.

Os córregos Betione, Acampamento, Sol Nascente e João Augusto são os receptores das águas pluviais em Bodoquena que buscam seu caminho preferencial sem encontrar bacias dissipadoras para o volume de águas.

Já em Bonito está sendo ampliando sua rede de drenagem que é constituída por duas bacias hidrográficas e suas sub-bacias, onde as águas direcionadas vão ser captadas pelo Córrego Restinga e Córrego Bonito. Serão realizadas obras de drenagem, com a construção de 560 metros de galerias de águas pluviais, e trecho asfaltado que vai da creche municipal local até a frente da Pousada Guarani. As obras custarão R\$ 330.093,87 (trezentos e trinta mil, noventa e três reais e oitenta e sete centavos), sendo R\$ 295.300,00 (duzentos e noventa e cinco mil e trezentos reais) do Ministério das Cidades, conseguidos através de emenda parlamentar e R\$ 34.793,87 (trinta e quatro mil, setecentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos) de contrapartida da prefeitura

O **Programa: "Bonito - Melhor de Viver"**, prevê obras de drenagem e pavimentação das ruas Cândido Luiz Braga e Maria Olímpia, na Vila Marambaia no valor de R\$ 708.000,00 (setecentos e oito mil reais) e parte das ruas Santana do paraíso, Geraldo leite, Artur da costa leite, Vicente Jacques e Aniceto Coelho, na Vila América no valor de R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais).

Quando da ocorrência de grandes precipitações parte da face sul da cidade fica inundada gerando desconforto aos proprietários de imóveis e a população que precisa transpor estes locais. Para atender a população em outras áreas também está sendo implantado sistema de drenagem superficial e pavimentação asfáltica, que ao ser completada, atenderá a mais de duas mil famílias. Obras do Programa Pro - municípios do governo Federal, com investimento de R\$ 3.938.730,00.

Quatro bacias hidrográficas drenam as precipitações pluviométricas que ocorrem no município de Jardim, sendo que as inundações ocorrem na face Sul e a deságua desde a face sudeste da Vila Angélica, atravessando as rodovias que demandam a Porto Murinho – Rua XV de Novembro e Bela Vista - Av. Duque de Caxias, travessia situada nas proximidades da rotatória, rua Essencio Echague, rua Izabel Rodrigues.

A cidade nestes pontos, desprovida de um sistema adequado de drenagem, quando das altas precipitações, gera transtornos e inundações de pequenas proporções em área muito próxima à região central, região nobre e insalubre, nas proximidades da rua Kennedy, rua Mal. Rondon. Os Rios Miranda e Cachoeirinha são os corpos receptores das águas superficiais.

No âmbito do PRODETUR foi elaborado um projeto de drenagem urbana para Bodoquena das águas pluviais. Foi concebida com o objetivo de atender os principais problemas de drenagem da cidade de forma a dar condições para que a rede alcance uma quantidade significativa da população minimizando os efeitos de enchente no córrego João Augusto e empoçamento na área Central, região da creche e da Viação. O valor estimado da implantação da alternativa, selecionada em consulta pública, é de R\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais).

No projeto de drenagem urbana de Jardim, elaborado com recursos do PRODETUR, os estudos, levantamentos de campo e levantamentos com a população local, identificaram a necessidade de atender três regiões do município, contendo três bacias hidrográficas dentro da área urbana, com rede de drenagem urbana: a região da Vila Angélica e Centro (Bacia Nordeste), a região da Vila Brasil e Centro (Bacia Sudeste) e a região da Vila Panorama (Bacia Noroeste), com investimentos estimados no valor de R\$ 24.286.273,35.

Em anexo encontram-se os mapas com as áreas atendidas com redes de drenagem pluvial dos municípios de Jardim e Bonito, considerando que em Bodoquena o escoamento de águas pluviais é realizado superficialmente, sem rede implantada, mesmos em ruas pavimentadas (Anexo Rede de Drenagem Pluvial nos Municípios do Polo).

3.6. SISTEMA DE TRANSPORTE URBANO

Com exceção do município de Jardim que possui transporte urbano, Bonito e Bodoquena possui apenas transporte escolar diário para atender a área rural. Diagnosticado pelos Planos Diretores, realizados com recursos conforme o plano de investimento previsto no PRODETUR, um meio de transporte muito utilizado pela população local, nos três municípios, são as bicicletas, considerando que a maior parte dos centros urbanos possui uma área plana e pouco extensa. Para os atrativos existem as Vans que são locadas através das agências. O restante do transporte é realizado em veículos particulares.



Foto 28: Município de Jardim e a utilização de Bicicletas

Fonte SÍNTESE DA LEITURA DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE JARDIM - 2008 – SEPROTUR – (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)

No município de Jardim o transporte intramunicipal está disponível apenas para a sede e é feito por uma empresa particular de ônibus, a Transporte Coletivo Santo Antônio. A linha oferecida atravessa a sede de Jardim pela avenida Duque de Caxias e segue até Guia Lopes da Laguna, de hora em hora. Sendo assim, fica caracterizada a ineficiência do sistema para o atendimento da sede municipal, segundo informações da Síntese da Leitura da Realidade do Município de Jardim, realizada em 2008 (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)

Outra opção de serviço de transporte público, em Jardim, é o serviço de moto-taxi, regulamentado para funcionamento sob supervisão da prefeitura desde 2001. As autorizações para circulação de moto-taxi são concedidas a pessoas físicas, pagando uma taxa mensal à prefeitura pela concessão (MATO GROSSO DO SUL, 2010d). O município também conta com serviços de táxi, com cinco pontos na região central, embora os mesmos atendam também a zona rural.

Em Bonito existem 3 (três) pontos de táxi e 2 (dois) de moto táxi que atende a zona urbana e produtos/atrativos mais próximos do centro. Em Bodoquena existem 3 (três) táxis que não tem pontos definidos; 2 (dois) pontos de moto-táxi e várias caminhonetes atendendo a zona urbana, mas principalmente a zona rural com pequenos fretes.

3.7. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO

As três cidades que compõem o polo são atendidas por serviço de telefonia fixa e móvel. Com o crescimento na economia regional através atividade turística, observa-se que há bom nível de atendimento aos turistas na área de comunicações. As três cidades atualmente são atendidas por telefonia fixa – STFC – e móvel. Jardim conta com 5.027, correspondendo a 22,30% da população do Município; Bonito, com 3.147, correspondendo a 18,56%, e Bodoquena, com 922, ou seja, 11,20% da população de unidades instaladas de telefonia fixa.

Quadro 47 – Sistema de Telefonia do Polo Serra da Bodoquena em 2008

Localidade	Variáveis	Total de ligações
Bodoquena	Terminais Instalados	882
	Terminais de Serviços	545
Bonito	Terminais Instalados	3.214
	Terminais de Serviços	2.204
Jardim	Terminais Instalados	3.249
	Terminais de Serviços	2.641

Fonte: SEMAC/BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

Nos três municípios existem agências de Correios, canais de televisão através de torre de retransmissão de sinais e de antenas parabólicas, jornais e emissoras de rádio. Há provedores de Internet em Bonito e Jardim e atualmente em algumas pousadas de Bodoquena.

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Ministério da Integração Nacional (MI), escolheram o município de Bonito para receber o projeto Cidade Digital. O Ministério da Integração está apoiando financeiramente a implantação do projeto, através do termo de convênio assinado em 2008, entre a União - representada pelo Ministério da Integração e o município de Bonito, para a Implantação de Projeto Piloto de Inclusão Digital - Bonito Digital.

O projeto visa à implantação de infraestrutura piloto e capacitação de servidor municipal para a criação de um serviço público básico e gratuito de acesso à informação e comunicação, via internet em banda larga sem fio, com o objetivo de viabilizar as ações da Prefeitura Municipal de Bonito, no tocante à Inclusão Social e Econômica, por meio da Inclusão Digital de seus municípios; prestar serviços à comunidade, em ambiente Web (G2C), e apoiar atividades turísticas, base da economia local.

Bonito será o primeiro município beneficiado com o projeto em toda a região Centro-Oeste. Sua tecnologia possibilitará também a divulgação das suas belezas naturais para o mundo, em tempo real, através das imagens captadas por câmeras instaladas na praça central e no balneário municipal.

Foi identificada a seguinte rede bancária para o polo: Bonito possui duas agências bancárias: o Banco do Brasil e o Banco Bradesco; Jardim possui agências do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, e HSBC e; Bodoquena, agência comercial do Banco do Brasil e dois postos, sendo um da Caixa Econômica Federal (lotérica) e do Bradesco (Correio).

3.8. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Há pouco tempo a energia elétrica no estado do Mato Grosso do Sul era classificada como fator inibidor do seu processo de desenvolvimento econômico. Com a privatização da empresa ENERSUL este cenário foi modificado e no aspecto global, o sistema elétrico de atendimento regional encontra-se com boa disponibilidade para expansão de mercado, localizando-se próximo ao sistema de 230kv que compõe a rede básica do sistema interligado brasileiro.

O município de Bodoquena é atendido através de uma linha de 34,5kv proveniente de Miranda, possuindo uma subestação de 34,5kv para linha 13,8kv, com potência de 3000kva. Como acontece com os finais de linha ocorrem quedas de energia esporadicamente.

Bonito é atendido por uma linha de 69kv proveniente de Aquidauana, possuindo uma subestação de distribuição de 69kv para 34,5/13,8kv, com um transformador 69-13,8kv com 12500kva de capacidade e um transformador 69-34,5kv com 5000kva de capacidade.

Jardim é atendido através de uma linha de 138kv proveniente de Maracajú, possuindo uma subestação de distribuição de 138kv para 13,8kv, com 25000kva de capacidade.

Em pesquisa aplicada junto à Comunidade local, quando perguntado sobre a frequência com que ocorrem quedas no fornecimento de energia elétrica, 58,6% dos entrevistados no polo responderam que raramente o que indica a qualidade do serviço.

Quadro 48 – Sistema de energia elétrica do Polo Serra da Bodoquena em 2009.

Descrição	Município			
	Bodoquena	Bonito	Jardim	Total
População	8.397	17.856	24.174	50.427
Consumo Total (MWH)	73.440	25.764	26.953	126.157
Consumo Residencial (MWH)	2.857	8.682	12.857	24.396
Consumo Industrial (MWH)	1.180	861	1.026	3.067
Consumo Comercial (MWH)	1.046	8.979	5.842	15.867
Consumo Rural (MWH)	2.591	4.302	2.384	9.277
Consumo Poder Público (MWH)	480	1.068	1.734	3.282
Consumo Iluminação Pública (MWH)	475	1.131	1.717	3.323
Consumo Serviço Público (MWH)	186	715	1.280	2.181
Consumo Próprio (MWH)	2	26	113	141
Consumo Industrial Livre (MWH)	64.623	-	-	64.623

Fonte: SEMAC/BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

Tomando-se como indicador para a análise, o consumo total, verifica-se que entre 2004 e 2009, período entre a elaboração e presente readequação do PDITS Serra da Bodoquena, houve um aumento significativo no consumo de Bodoquena e Bonito, 29,1% e 19,2% respectivamente. O consumo total de Jardim, neste mesmo período aumentou em 2,8%, cerca de 34% no polo como um todo. Destaca-se que, segundo os dados da SEMAC, em 2004 não havia rede implantada em Jardim e em 2009 essa rede tinha quase 15mil metros de extensão. (Quadro e Figura abaixo)

Quadro 49 – Evolução do consumo total de energia por município do Polo Serra da Bodoquena entre 2004 e 2009.

Município	Consumo Total (MWH)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Jardim	26.208	21.876	22.209	23.662	24.274	26.953
Bonito	21.622	21.338	22.532	22.611	23.631	25.764
Bodoquena	56.879	68.324	67.809	69.448	74.166	73.440

Fonte: SEMAC/ BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

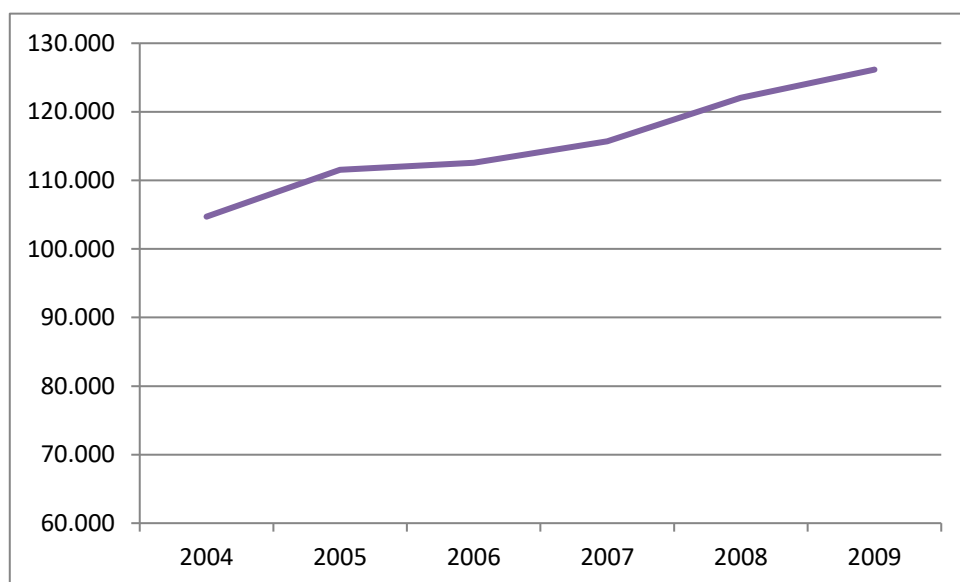


Figura 65 – Evolução do consumo total de energia no Polo Serra da Bodoquena entre 2004 e 2009.

Fonte: SEMAC/BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

Segundo informações da Diretoria Operacional da ENERSUL o atendimento urbano de todas as cidades de Mato Grosso do Sul na área de sua concessão, onde existe edificação, é de 100% de atendimento da rede de energia elétrica. O crescimento vegetativo por força da universalização também será atendido na medida em que as edificações forem sendo construída. Embora não exista previsão de novos investimentos para os próximos dois anos a empresa possui capacidade operacional e logística para atender as futuras demandas.

3.9. SERVIÇOS DE SAÚDE.

Os serviços de saúde pública, quanto menor o município mais precário, salvo os municípios que as prefeituras mantêm unidades básicas para atendimento. Abaixo seguem os indicadores básicos de saúde dos municípios do polo em questão.

Quadro 50 – Índices básicos de saúde do Polo Serra da Bodoquena em 2008.

Descrição	Municípios		
	Bodoquena	Bonito	Jardim
Posto de Saúde	1	1	-
Centro de Saúde/Unidade Básica	3	4	6
Hospital Geral	1	1	1
Leitos - Não SUS	-	4	16
Leitos - SUS	8	22	27
Leitos Existentes	8	26	43
Pronto Socorro Geral /Especializado	-	-	-
Unidade de Vigilância Sanitária	1	-	1

Fonte: SEMAC/BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

Todos os municípios possuem unidade móvel de atendimento e os pacientes mais graves ou necessitando de especialistas são encaminhados aos centros maiores de atendimento.

No atendimento a saúde, Jardim é considerada polo de microrregião, incluindo os municípios de Guia Lopes da Laguna, Bonito e Porto Murtinho. O município possui nove

estabelecimentos de prestação de serviços de saúde públicos. São sete Equipes de Saúde da Família – ESF, um Centro de Saúde e um Hospital de caráter filantrópico.

O atendimento hospitalar é realizado no Marechal Rondon (Foto abaixo), de caráter privado sem fins lucrativos, com financiamento do SUS e atende aos municípios da microrregião. O hospital possui 43 leitos de internação e oferece atendimento de emergência clínica, cirúrgica e traumato-ortopédica. Entretanto, ele apresenta deficiência na diversidade de especialidades oferecidas, sendo os casos mais graves ou complexos encaminhados para Campo Grande. A necessidade de equipar o hospital é latente, bem como a demanda por maior número de médicos.



Foto 29 - Hospital Marechal Rondon em Jardim, MS.

Fonte SÍNTESE DA LEITURA DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE JARDIM - 2008 – SEPROTUR – (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)

A Síntese da Leitura da Realidade do Município de Jardim em 2008 levantou as seguintes informações: a sede do município conta também com um Centro de Saúde, que disponibiliza os seguintes serviços: ortopedista duas vezes por semana, cardiologista duas vezes por mês, 2 clínicos geral, 1 ginecologista obstetra, 2 psicólogas, uma fonoaudióloga, uma nutricionista, clínico geral para idosos uma vez por semana e 1 oftalmologista. Há realização de exames de raio X, eletrocardiogramas e de análises clínicas básicas. O laboratório é considerado bem equipado e atualizado, não constando problemas de falta de material laboratorial. Em geral, os resultados são entregues em 10 dias, não pela capacidade do laboratório, mas pela insuficiência do número de médicos disponíveis no centro. A deficiência do referido centro está na falta de atendimento pediátrico e grande demanda por serviços que poderiam ser feitos pelas ESFs. (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)

Existe uma unidade de Vigilância Sanitária e o Controle de Vetores com atuação ativa em Jardim, embora enfrentem dificuldades no exercício de suas atividades, principalmente por falta de pessoal e infraestrutura. A dengue é uma ameaça constante, especialmente devido à dificuldade de controlar a imensa quantidade de terrenos baldios na cidade. Outra dificuldade levantada pela Vigilância Sanitária é a qualidade dos poços de água próximos de fossas secas, fato comum em várias áreas da sede (MATO GROSSO DO SUL 2010,d).

Baseados em dados oficiais do IBGE, do DATASUS e da prefeitura, no Plano Diretor Participativo – 2009 informa que o município de Bonito possui sete estabelecimentos de saúde públicos municipais e três estabelecimentos de saúde privados. Das unidades privadas, uma trabalha sem fins lucrativos. Do total das unidades, apenas uma possui internação total, que é o hospital geral Darci João Bigaton, operado por gestão conveniada entre o Estado e o Município. Este hospital não conta com serviços de pronto socorro.

Bodoquena na área da saúde conta com três centros de saúde, um posto de saúde (Unidade de Diagnóstico e Terapia), uma Unidade de Vigilância Sanitária e um hospital geral com oito leitos.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) não recomenda ou estabelece taxas ideais de número de leitos por habitante e tampouco, estes índices são suficientes para avaliação de um sistema de saúde. Porém no caso do polo em questão, considerando o tamanho da população, o número de turistas e a distância entre o polo e os municípios com uma rede de saúde maior, verifica-se a necessidade de ampliar e adequar o sistema de saúde do polo.

Assim, existe a necessidade de investimentos neste setor, pois faltam unidades hospitalares adequadas, completas e que comporte atendimento tanto para a comunidade como para o turista.

No caso do turista, salienta-se a necessidade de ser desenvolvida uma estrutura de socorro e pronto atendimento específica de ortopedia e trauma para assistir adequadamente aos acidentes decorrentes do turismo de aventura, muito praticado na região.

Segundo entrevista com gestores públicos municipais, apenas Bodoquena tem previsto a aplicação de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) para a reforma e ampliação do hospital municipal, os demais tem apenas previsão de recursos orçamentários para a manutenção do sistema.

3.10. SEGURANÇA

Todos os municípios que compõe o polo em análise, possuem Delegacia de Polícia Civil. Quanto à segurança pública a taxa de criminalidade do município é bastante pequena e sua segurança feita pela Delegacia de Polícia Civil que conta com 07 policiais. Bodoquena conta o 7º BPM, com um efetivo de 11 policiais militares e um grupamento no distrito de Morraria com dois efetivos. Verifica-se que o índice de criminalidade no âmbito do município é considerado baixo, mesmo nos finais de semana e feriados prolongados, caracterizando-se por poucas ocorrências de embriaguez e desordem. Não há como caracterizar, no perímetro urbano, áreas com incidência de criminalidade, pelo fato de as ocorrências registradas serem esporádicas e em pontos distintos. Entretanto, devem-se considerar área de risco as estradas vicinais que cortam os municípios.

Os maiores problemas na área de policiamento estão relacionados com o trânsito de veículos e pedestres. O Corpo de Bombeiros que atende o município de Bodoquena está sediado no município de Aquidauana. Assim, a distância de 140 Km, entre os municípios cria dificuldades na prestação de atendimento aos atrativos que enfrentam deficiências em termos de equipamentos e pessoal treinado para segurança.

O município de Bonito é atendido pela 1ª Companhia Independente de Polícia Militar, mantendo a preservação da ordem pública e segurança da população e do turista, Com policiamento efetivo das policias civis e de trânsito. Conta com um contingente de 23 policiais militares.

O quadro abaixo descrito aponta os índices de 2006 dos registros fornecidos pelo SEMAC para os municípios que compõe o polo em questão.

Quadro 51 – Índices de Segurança pública do Polo Serra da Bodoquena em 2006.

Descrição	Município		
	Bodoquena	Bonito	Jardim
Crimes com Morte	2	6	15
Crimes Contra a Liberdade Sexual	2	6	8
Crimes Contra Pessoa sem Morte	49	119	486
Crimes Contra o Patrimônio	52	47	423
Entorpecentes (Tráfico)	-	2	11
Crimes Contra o Meio Ambiente	3	-	27

Fonte: SEMAC/BDE (MATO GROSSO DO SUL, 2010c).

Os maiores problemas na área de policiamento são os relacionados com o trânsito de veículos e pedestres, pela infraestrutura urbana das vias públicas, de ruas estreitas, sem áreas para estacionamentos, sinalizações vertical e horizontal precárias, falta de acesso rápido ao sistema RENAVAL.

Jardim é sede do 11º Batalhão de Polícia Militar, contando com um efetivo de 56 policiais, funcionando com certa precariedade. Por deficiência de estrutura física e institucional, tanto a população quanto o turista não são bem assistidos.

Algumas regiões da cidade podem ser consideradas como perigosas pelos indícios de ocorrências, tais como a Vila Seac, Osvaldo Monteiro, Santa Luzia, Vila Angélica II e Vila Carolina. Nas ocasiões de carnaval, e carnaval fora de época, as ocorrências de maior incidência são embriaguez, desordem e pequenos furtos, concentradas na área central da cidade, onde acontecem os eventos.

A presença do Corpo de Bombeiros nos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim é feita através do 8º Sub-agrupamento de Bombeiros em Jardim, que também atende Bonito, e do 7º Sub-agrupamento de Bombeiros, sediado em Aquidauana, que atende o município de Bodoquena.

Geralmente nos atrativos que compõe o polo, o resgate às vítimas de afogamento é realizado por guarda-vidas e por guias de turismo. São grupos que recebem treinamento através de instrutores da corporação do Corpo de bombeiros. Todos os anos guias e guarda vidas retornam ao curso para reciclagem. Como os passeios são sempre guiados, quando não há salva-vidas os guias são treinados para atender tal situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das reivindicações mais antiga e contundente do polo era a pavimentação da MS-178, ação está em andamento com os recursos conforme o plano de investimento previsto no PRODETUR. De fato este é um importante eixo de ligação e distribuição de fluxo turístico intra-regional, como também com os polos Pantanal e Campo Grande, no entanto deve-se também priorizar a pavimentação do trecho entre os municípios de Jardim (BR-267) e Bonito para facilitar o deslocamento e o acesso ao Aeroporto do Município de Bonito.

A pavimentação da MS-178 trará, por consequência, um aumento no fluxo de veículos pesados, que atualmente já o ocorre, no centro da cidade de Bonito, gerando prejuízos consideráveis à cidade. Neste sentido, são necessárias a elaboração de projeto e a implantação de um Anel Rodoviário.

A recuperação, manutenção e sinalização das principais rodovias necessitam de constantes investimentos, pois é fundamental para o acesso e distribuição de fluxos turísticos. Foram identificados os seguintes problemas ao longo das principais rodovias: (1) ocorrência de

animais silvestres na pista, (2) falta de acostamento, (3) deficiência nas rótulas de acesso aos municípios (nos traçados e na sinalização), (4) necessidade de duplicação da pista e pavimentação de vias laterais de acesso na travessia de Guia Lopes e, (5) falta de sinalização horizontal em alguns trechos das rodovias

As estradas vicinais necessitam de projetos de engenharia que promovam a sua readequação (drenagem, *greide*, traçado, etc.), nos três municípios, principalmente em Bodoquena e Jardim, embora as municipalidades promovam periodicamente serviços de manutenção naquelas estradas frequentemente utilizadas.

Os níveis de segurança nas rodovias que circundam as cidades de Miranda, Bodoquena e Nioaque ou que atravessam as cidades de Sidrolândia, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Bonito, encontram-se atualmente necessitando de investimentos pela administração pública (federal e estadual) através de seus órgãos específicos, para propiciar melhor segurança aos turistas e aos habitantes das localidades.

Quanto aos aspectos sanitários, a região possui uma boa cobertura do sistema de abastecimento público de água e de potencial para atender demandas futuras, pela disponibilidade de água subterrânea e superficial. O esgotamento sanitário deve ser ampliado e se aperfeiçoar no município de Jardim. Recomenda-se que se faça um acompanhamento da eficiência do sistema de Bonito em função dos diferentes picos de vazão (baixa e alta temporada), avaliando se o mesmo comporta os efluentes gerados e mantém a eficiência esperada, sendo que o mesmo procedimento pode ser adotado em relação a Bodoquena após o funcionamento do novo sistema.

A drenagem urbana tem crescido em Bonito juntamente com a pavimentação da cidade, já os municípios de Jardim e Bodoquena necessitam de intervenções urgentes e expansão da drenagem urbana nas sedes, como também promover a recuperação das micro-bacias urbanas, tendo em vista que ambos os municípios já possuem projetos elaborados através de recursos provenientes dos Mtur pelo Programa PRODETUR/SUL.

Os resíduos sólidos são os que merecem maior atenção e investimento, considerando a realidade hoje existente. Apesar da implantação de um aterro sanitário para atender os municípios de Jardim e Bonito, Bodoquena ainda requer investimentos neste sentido.

Além de ações estruturantes como a construção de aterros sanitários, uma gestão integrada de resíduos sólidos deve ser objeto de investimentos para as três municipalidades, considerando a redução, reutilização, separação, reciclagem e transporte adequado para os resíduos sólidos, como também um programa de educação ambiental voltado à população residente e ao turista e a recuperação do passivo existente.

Bonito e Jardim participam efetivamente do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa – CIDEMA, criado com a finalidade de promover o desenvolvimento regional, pautado em bases do desenvolvimento sustentável, adotando como unidade de planejamento as bacias hidrográficas. O consórcio é atuante na região e tem hoje uma ação em desenvolvimento que é a construção de um aterro sanitário em Jardim em consórcio com outros cinco municípios: Bonito, Bela Vista, Guia Lopes da Laguna e Nioaque, como foi citado em item específico. Os recursos para construção do referido aterro são provenientes dos municípios e da FUNASA. O município de Bodoquena está providenciando seu reingresso no consórcio.

A existência e o fortalecimento de organizações consorciadas são fundamentais para a gestão municipal e regional, em especial para a obtenção de recursos financeiros e/ou otimização dos recursos existentes para financiamentos de ações estruturantes dos municípios, como de fato está sendo a construção do referido aterro. A proposta de gestão integrada de resíduos sólidos pode ser viabilizada por meio do apoio de consórcios, que possuem um bom nível de abrangência e ainda podem aportar recursos técnicos e financeiros de fontes externas (estadual, nacional e internacional).

As três cidades que compõem o polo são atendidas por serviço de telefonia fixa e móvel. Com o crescimento na economia regional através da atividade turística, observa-se que há bom nível de atendimento aos turistas na área de comunicações. As três cidades atualmente são atendidas por telefonia fixa – STFC – e móvel.

O sistema elétrico de atendimento regional encontra-se com boa disponibilidade para expansão de mercado, localizando-se próximo ao sistema de 230kv que compõe a rede básica do sistema interligado brasileiro.

O sistema público de saúde ainda é deficitário nos municípios do polo, assim como em boa parte dos municípios brasileiros e, somado também a essa realidade Bodoquena, Bonito e Jardim são municípios de pequeno porte, onde a rede privada de saúde também é pequena. É notória a carência de profissionais de saúde em pequenos municípios, principalmente na rede pública, que normalmente oferecem menores salários, pouca infraestrutura e recursos tecnológicos defasados.

Existe uma rede bancária suficiente para atender a população e ao turista com bancos públicos e privados, embora os municípios necessitem de bancos 24 Horas.

A segurança pública ao contrário da saúde se beneficia com o tamanho do município, considerando que os índices de criminalidade são bastante baixos nos três municípios, apenas quanto à segurança no trânsito deve ser incrementadas ações de melhoria da sinalização e educação/fiscalização. Os municípios de Bonito e Bodoquena necessitam de um agrupamento do Corpo de Bombeiros.

A região do polo necessita de modernização de serviços públicos de transporte, em Bodoquena e Bonito. Já em Jardim o sistema existente necessita de melhorias e ampliação, pelo menos, em horários e itinerários que atendam os principais atrativos turísticos, em função do custo de implantação destes serviços para as municipalidades. Recomenda-se a elaboração de estudos de viabilidade econômica para implantação e ampliação destes serviços para os municípios em questão.

4. QUADRO INSTITUCIONAL

A política de turismo é ainda um campo que vêm ocupando espaço paulatinamente no âmbito do planejamento e gestão pública, diferentemente de outras políticas como as direcionadas a saúde e a educação, que já têm agendas e projetos definidos (MAIA, 2004, p. 17).

Segundo BECKER (2008) no que tange ao planejamento turístico no país, foi em 1958 no período de Juscelino Kubitschek que, através de projetos de integração nacional aliados ao mercado de automotivos e construção de estradas, houve uma política para formação de uma classe média proprietária de carros particulares de passeio.

As políticas públicas servem para orientar a tomada de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos. É um tema que permite a transversalidade, além de estabelecer um diálogo consciencioso entre as partes (FERREIRA, 2008).

Pode-se considerar Políticas Públicas como “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas”, ou seja, “[...] expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público” (GAURESCHI et al., 2004, p. 180). Políticas públicas compreendem um elenco de ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos.

Para a análise do impacto das Políticas Públicas na área turística da região da Serra da Bodoquena, é fundamental explicitar alguns conceitos muito utilizados nas pesquisas sobre políticas públicas.

As três dimensões da política de acordo com a ciência política são:

Polity - é usado para denominar as instituições políticas,

Politics - para os processos políticos e

Policy - para os conteúdos da política.

Frey (1997, p. 216) afirma que “a dimensão institucional polity se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo”. O referido autor também diz que “no quadro da dimensão processual politics tem-se em vista o processo político, freqüentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição.” e que a dimensão material policy “refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas”.

Outro componente importante é a capacidade institucional, em entender, absorver e implementar as políticas públicas do turismo.

De acordo com Skocpol (1990) e Howitt (1977), a capacidade institucional é o resultado da análise comportamental focando as ações dos governos em definir a capacidade das organizações públicas. Estas definições assumem que a capacidade institucional é a habilidade de realizar funções, tornando a autonomia importante “para realçar a potencialidade de governos locais as execuções de forma inteligente e eficiente sob seu próprio direcionamento” (Lindley, 1975). De acordo com Lindley (1975), a capacidade institucional tem outro significado: a habilidade de escolher que fins perseguir e a disposição para tomar atitudes buscando atingi-los.

Na estrutura do estado, ou na estrutura administrativa, o turismo ocupa posicionamentos diferenciados e não há um padrão. Este fato ocorre pela dificuldade de posicionar o turismo dentro da administração pública e de sua abrangente relação com outros setores. Cada governo irá direcionar o turismo de acordo com suas ideologias e a policy pretendida.

A ambientação da política pode variar, ainda, em níveis nacional, estadual, regional e municipal, embora os conceitos se apliquem igualmente a todas. Em geral, as políticas nacionais devem nortear as estaduais, e conseqüentemente as municipais e há, assim, particularidades em cada esfera, principalmente em função dos recursos, ideologia, necessidades e normas específicas, entre outros. Além desta relação, há de se considerar o turismo com outros setores os quais podem e, muitas vezes, devem estar associados em um organograma da área.

4.1. - IMPACTOS E LIMITAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A proposta de gestão descentralizada e compartilhada do Turismo vem fomentando a consolidação, em todo o território nacional, de uma rede envolvendo o poder público nas três esferas de governo, a iniciativa privada e o terceiro setor. Este universo de agentes tem promovido a realização de diversos fóruns de discussão e deliberação sobre a Política Nacional de Turismo e seus desdobramentos, nas diferentes escalas territoriais do país.

Integram a rede da gestão descentralizada de Mato Grosso do Sul, as seguintes instâncias:



Figura 66 - Sistema Estadual de Turismo

Todavia, observam-se limitações na rede de gestão descentralizada decorrentes das desigualdades na estruturação, planejamento e avaliação nas diversas instâncias e níveis de organização. Para a consolidação do Sistema Nacional do Turismo será necessário aperfeiçoar a interlocução e a qualificação dessa rede, a partir de um processo, coordenado pelo Núcleo Estratégico Nacional, com desdobramentos para as regiões, estados e municípios, que estabeleça as conexões, rotinas e critérios para a evolução dessas práticas.

No âmbito federal, o Ministério do Turismo é o responsável pela formulação e implementação das políticas de turismo. O grande marco para o turismo no Brasil foi o ano de 1966 com a criação da EMBRATUR, uma autarquia nacional com o objetivo de propagação e expansão comercial do turismo. A partir da década de 70 o planejamento do turismo começa a tomar um caráter regionalizado por intermédio de programas específicos para determinadas localidades.

Na década de 1980, o avanço do governo de Sarney em relação ao turismo foi legitimar certa liberalização deste mercado outrora centralizado na EMBRATUR pelos governos militares e o turismo passou a ser articulado fortemente com a questão ambiental a partir da Política Nacional de Meio Ambiente criada em 1981.

No governo Collor, o Rio92 foi um importante evento que afetou diretamente as reflexões e práticas do turismo no Brasil, evento este fundamental que pressionou a promulgação de uma Política Nacional de Turismo criada ainda no mesmo ano de 1992 e o PLANTUR (Plano Nacional de Turismo) como resultado desta política. Em 1998, o turismo passou a ser pensado a partir de uma perspectiva neoliberal através de parcerias público privadas com os estados, municípios e setor privado e teve o “Avança Brasil” como um dos principais programas da Política Nacional do Turismo.

É, entretanto, a partir de 2003, que o turismo se estabelece definitivamente como um importante instrumento para o desenvolvimento regional e passa a compor o quadro de planejamento e gestão tanto em escala nacional como local (estaduais e municipais).

Enfim, o turismo é um setor transversal por lidar com vários outros setores e, assim em muitos aspectos tem implicações na aplicação dos instrumentos legais e leis. Desde 1990 que o Governo Federal tem adaptado e aprovado novas políticas setoriais e legislação para uma gestão melhorada de recursos naturais, que desempenham papel importante na promoção do turismo. Entre as que têm relações diretas com o setor de turismo podem-se mencionar as seguintes:

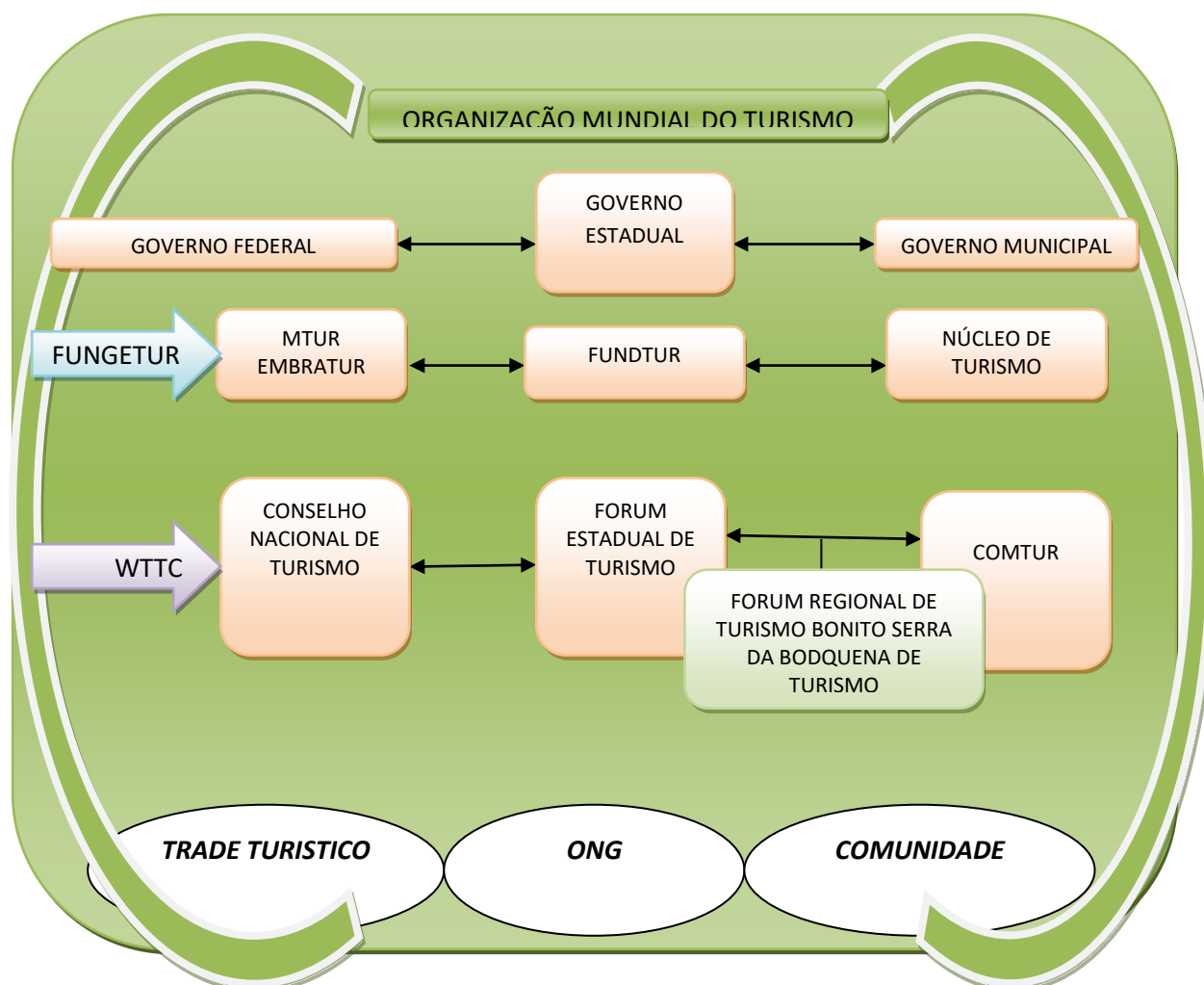


Figura 67 - Arranjo Institucional para a Gestão do Turismo

Âmbito Mundial

Organização Mundial de Turismo - OMT é o órgão consultor oficial da Organização das Nações Unidas – ONU e tem o objetivo de promover e desenvolver o turismo no mundo. A OMT é representada por mais de 138 países e 350 filiações entre governos, associações, grupos hoteleiros, operadores, instituições educacionais, e sua relação com a ONU mostra como o setor é importante para o crescimento e desenvolvimento mundial.

Suas principais metas dizem respeito ao estímulo ao crescimento econômico por meio do turismo e suas áreas relacionadas tanto infraestruturais, de saneamento básico, educação, pavimentação e transporte, como as relacionadas à infraestrutura turística no que tange os meios de hospedagem, restaurantes e áreas correlatas ao lazer. Estas metas enfocam a ampliação de empregos diretos e indiretos, a proteção ao meio ambiente e ao patrimônio cultural através de políticas sustentáveis que venham a minimizar os impactos negativos do turismo como a capitalização de recursos nos países em desenvolvimento, a mercantilização da cultura e os conflitos entre turistas e população local.

Conselho Mundial de Viagem e Turismo – WTTC representa os cem mais importantes executivos do setor de hospedagem, cruzeiros, entretenimento, recreação, transporte e serviços relacionados a viagens. Estabelecido em 1990 o WTTC é coordenado por um comitê executivo de quinze membros. Seus objetivos são de coordenar e pesquisar as tendências do mercado turístico, os impactos econômicos, a oferta e a demanda nos países em desenvolvimento, os cenários futuros para o mercado do turismo, as políticas governamentais dos diferentes países do mundo.

Âmbito Federal

As organizações de turismo brasileiras têm como maior representante o **Ministério do Turismo**, que adota um modelo de gestão pública descentralizada e participativa, estabelecendo canais de interlocução com as Unidades da Federação, a iniciativa privada e o terceiro setor.

Em âmbito federal, estadual e municipal os atores que estão diretamente envolvidos no arranjo institucional para a gestão do turismo no Brasil configuram-se como representado a seguir:

Ministério do Turismo – Mtur, criado em 2003, é composto por duas Secretarias, pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, pelo Conselho Nacional de Turismo e pelos Fóruns Estaduais de Turismo, a saber:

- **Secretaria Nacional de Políticas de Turismo**, responsável pela formulação, a elaboração e o monitoramento da Política Nacional de Turismo, de acordo com as diretrizes propostas pelo Conselho Nacional de Turismo. Coordena a elaboração do Plano Nacional de Turismo e implementa o modelo de gestão descentralizada do turismo nas suas dimensões gerencial e territorial, alinhando as ações do Ministério do Turismo com o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 Unidades da Federação.
- **Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo**, responsável pela formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional. Também formula e acompanha os programas de desenvolvimento regional de turismo e a promoção do apoio técnico, institucional e financeiro necessário ao fortalecimento da execução e participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios nesses programas.

▪ **EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo**

A Embratur é uma autarquia especial do Ministério do Turismo que teve sua atribuição direcionada exclusivamente para a promoção internacional a partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo. Suas competências dizem respeito à execução da Política Nacional de Turismo no que tange à promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional, bem como à fixação de diretrizes para ampliação do fluxo turístico internacional nos destinos nacionais. Mantém o Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil como orientador de seus planos de ação.

▪ **Conselho Nacional de Turismo**

O Ministério do Turismo tem como desafio implementar um modelo de gestão pública descentralizada e participativa, estabelecendo canais de interlocução com as Unidades da Federação, a iniciativa privada e o terceiro setor. A concretização desse novo modelo está a cargo de um núcleo estratégico, composto pelo Ministério do Turismo, pelo Conselho Nacional de Turismo e suas Câmaras Temáticas, pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo e pelos Fóruns / Conselhos Estaduais de Turismo.

▪ **O Fundo Gestor de Turismo - FUNGETUR**

O Fundo Gestor do Turismo – FUNGETUR, criado pelo Decreto – Lei nº 1.191, de 27/10/1971, tem por objetivo fomentar e prover recursos para o financiamento de atividades turísticas, assim compreendidas:

- Obras para modernização, reforma e ampliação de empreendimentos;
- Aquisição de máquinas e equipamentos novos e serviços de finalidade ou de interesse do turismo nacional, assim definidos pelo Ministério do Turismo (MTur).

Após passar por processo de reestruturação institucional, o FUNGETUR retomou as atividades de operação de crédito, suspensas desde 2000. A gestão do FUNGETUR foi transferida do EMBRATUR para o Ministério do Turismo.

Âmbito Estadual

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo – SEPROTUR/MS, tem como subordinada a Superintendência de Indústria, Comércio, turismo e Serviços e como vinculada, a Fundação de Turismo do Mato Grosso do Sul – FUNDTUR/MS.

Compõe também a sua estrutura básica, ligada ao Órgão de Direção e Gerência Superior, a Unidade de Coordenação de Projetos – UCP/MS- Prodetur Nacional.

As finalidades e competências da SEPROTUR/MS, estão assim definidas no texto do Decreto nº. 12.936 de 23 de Fevereiro de 2010:

Art. 1º À Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR), órgão co-responsável pela função de promoção do desenvolvimento, tem como finalidade a elaboração de estudos e a proposição de políticas e diretrizes para orientar os agentes públicos e privados na execução de atividades de fomento e desenvolvimento sustentável no Estado, compete:

- I - o comando do órgão e das entidades vinculadas nas áreas de desenvolvimento agrário, da produção, da indústria, do comércio e do turismo;
- II - o desenvolvimento de atividades científicas e tecnológicas que propiciem a geração e a disseminação de informações rotineiras sobre o clima, o tempo e os recursos hídricos no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

▪ **Superintendência de Indústria, Comércio, Turismo e Serviços**

À Superintendência de Indústria, Comércio, Turismo e Serviços, subordinada diretamente ao Secretário de Estado, compete:

I - propor, orientar, formular e acompanhar programas e projetos, visando à implementação das políticas públicas de fomento e aperfeiçoamento da Indústria, do Comércio, do Turismo e dos Serviços;

II - prestar apoio às micro, pequenas e médias empresas estabelecidas no Estado;

III - manter articulação com instituições e agentes produtivos, visando à atração e ao desenvolvimento de iniciativas industriais;

IV - incentivar e prestar assistência à atividade de comércio interno e externo;

V - acompanhar as ações relativas às fontes alternativas de energia, bem como da infraestrutura necessária para o desenvolvimento sustentável;

VI - propor medidas de apoio à exploração dos recursos minerais;

VII - executar as atividades de suporte para a atuação orgânico-funcional dos Conselhos Estaduais das áreas da indústria, do comércio, do turismo e dos serviços do Estado bem como de sua Secretaria-Executiva e dos entes que o auxiliem.

▪ **Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul – FUNDTUR** - Gestora oficial do Turismo no Estado, responsável pela viabilização da exploração econômica dos seus recursos, promoção e divulgação.

As finalidades e competências da FUNDTUR/MS, estão assim definidas no texto da Lei nº. 2.307 de 09/10/2001:

Fomentar, incentivar e promover a exploração do turismo no Estado;

Identificar, selecionar e divulgar oportunidades de investimentos turísticos no território estadual;

Viabilizar a exploração econômica dos recursos turísticos do Estado e divulgar seus atrativos;

Induzir o desenvolvimento e a implantação de serviços de infraestrutura em área de interesse turístico;

Dar assistência técnica aos empreendimentos turísticos no Estado

Dentre suas competências destaca-se o planejamento, coordenação, programação e supervisão das atividades de promoção e fomento à exploração do potencial turístico do Estado.¹³

Unidade de Coordenação de Projetos – UCP/MS –PRODETUR NACIONAL

Ainda no mesmo Decreto nº. 12.936 de 23 de Fevereiro de 2010, no seu CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS Art. 19. Durante o período de vigência, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR NACIONAL), será mantida na estrutura organizacional da SEPROTUR a Unidade de Coordenação do Projeto de Turismo de Mato Grosso do Sul (UCP/MS - PRODETUR NACIONAL), vinculada diretamente ao Gabinete do Secretário, com a

¹³ Fonte: <http://www.turismo.ms.gov.br>

atribuição específica de implementar o referido Programa, conforme estabelecido pelos organismos financeiros que o administram.¹⁴

■ Fórum Estadual de Turismo de Mato Grosso do Sul

O Fórum constitui espaço de diálogo e intercâmbio entre os diversos atores do setor de turismo no MS. Dele participam representantes das seguintes instituições:

- ABAV/MS – Associação Brasileira de Agências de Viagens
- ABBTUR/MS- Associação Brasileira dos Bacharéis de Turismo
- ABIH / MS – Associação Brasileira de Indústria d Hotéis
- ABLA/ MS – Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis
- ABRASEL – Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento
- ACA – Instituto Aça Expedições
- APPAN – Associação das Pousadas Pantaneiras
- ARTEMS – Associação de Produtores de Artesanato do MS
- ATRATUR – Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região
- Banco do Brasil
- Câmara Técnica de Turismo da Região Norte
- BC&VB Bonito – Bonito Convention & Visitors Bureau
- CGPC&VB - Campo Grande Pantanal Convention & Visitors Bureau
- GOPAN / MS
- COMTUR – Conselhos Municipais de Turismo
- Fórum de Turismo da Região do Pantanal
- Fórum dos Secretários e Dirigentes do Turismo de Ms
- Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul
- IPHAN / MS - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- SEBRAE/ MS – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SENAC / MS – Serviço Nacional do Comércio
- SENAR/MS – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- SHRBS – Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares
- SINARTE – Sindicato dos Artesãos
- SINDETUR / MS – Sindicato das Empresas de Turismo
- SINGTUR / MS – Sindicato dos Guias de Turismo de MS
- Faculdade Estácio de Sá
- Instituto de Ensino Superior de Dourados
- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

Âmbito Local

Presença de unidades de gestão turística no âmbito local coordenadas com outros níveis administrativos e o setor privado.

A atividade do setor privado é considerada o motor principal para o crescimento econômico, e está estreitamente ligada ao aumento de emprego e alívio à pobreza no Brasil. A legislação adequada e a sua implementação são fatores-chave para a promoção do investimento na indústria do turismo. A Lei de Investimento e o restante da legislação que estabelecem os benefícios fiscais, o repatriamento dos lucros e o emprego de estrangeiros também são considerados essenciais no contexto do quadro legal para o turismo.

No município de Bonito, as instituições locais relacionadas ao turismo encontram-se a Secretaria de Turismo da Prefeitura; o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) e as associações representativas dos

¹⁴ Fonte: <http://www.turismo.ms.gov.br>

setores ligados ao turismo. Diversas associações trabalham unidas visando o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, sendo o modelo de gestão adotado pelo município referência para outros centros turísticos nacionais e internacionais. Destacam-se:

- Associação dos Guias de Turismo de Bonito – AGTB;
- Associação Bonitense de Hotelaria – ABH;
- Associação das Agências de Ecoturismo de Bonito – ABAETUR;
- Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito – ATRATUR;
- Associação dos Operadores de Transporte ;
- Associação de Operadores de Bote de Bonito – APOBB;
- Associação Bonitense dos Proprietários de Agências de Ecoturismo;
- Associação dos Proprietários de Restaurantes, Bares e Similares;
- Associação Comercial de Bonito;
- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
- Instituto de Ensino Superior FUNLEC.

A administração do COMTUR é feita por um Presidente, um Vice Presidente um Secretário e um Tesoureiro. Das 14 cadeiras a Prefeitura ocupa três. O presidente do conselho é o principal responsável pela administração do Fundo Municipal de Turismo, sendo os cheques do Fundo assinados conjuntamente com o Prefeito Municipal.

No município de Jardim, encontram-se a Secretaria de Meio Ambiente e no âmbito da administração pública municipal, o Núcleo de Turismo é o órgão setorial da estrutura organizacional da Prefeitura. Constitui-se como órgão de assessoramento e apoio direto e imediato ao Prefeito Municipal, conforme a Lei Complementar No. 054/2006, de 09 de outubro de 2006.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, tem um campus no município onde são oferecidos cursos de graduação em Turismo, Geografia e Letras, e o curso à distância de Biologia, em convênio com a UNB – Universidade de Brasília. Jardim conta também com três instituições particulares de ensino superior à distância, credenciadas pelo MEC, que oferecem cursos técnicos e de graduação, com sedes físicas em Jardim: EADCOM/UNITINS – Universidade Federal do Tocantins) oferece os cursos de graduação em Normal Superior, Administração, Ciências Contábeis, Matemática, Análise de Sistemas e Pedagogia; UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados, com os cursos de graduação em Pedagogia, Letras, Gestão Empresarial, Técnico Agrícola e Técnico em Gestão da Saúde e UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento da Região do Pantanal, com cursos de graduação em Letras, Pedagogia, Administração e Serviço Social.

No município de Bodoquena, a Secretaria de Turismo, Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável agregou atividades um tanto diversas e com focos diferenciados em termo de gestão administrativa, cuja consequência pode influir no desempenho do órgão como um todo. Comumente, não deveriam ser colocadas sob uma mesma gestão administrativa atividades de fiscalização, como é a característica das ações relacionadas com o meio ambiente e atividades de desenvolvimento e exploração dos recursos naturais, como o turismo e desenvolvimento sustentável.

De certa forma, estas instituições impactam positivamente para o desenvolvimento do turismo na região, somando a isso a importância da capacitação da população para a gestão do turismo na localidade.

4.1.1. Políticas, Planos e Programas

Encontram-se a seguir caracterizados a política nacional de turismo e macro programas, programas, planos e projetos direcionados pelo governo federal e pelo governo estadual de Mato Grosso do Sul para a sustentabilidade da atividade turística no Brasil.

Âmbito Federal

O turismo no Brasil está amparado por uma Política Nacional de Turismo - PNT, cujas diretrizes, estratégias e programas foram delineados para um horizonte de três anos, de 2007 a 2010, por meio do Plano Nacional de Turismo - uma Viagem de Inclusão. Neste contexto, o fortalecimento do turismo interno representa um importante estímulo ao mercado e tem como linhas mestras fixadas pelo PNT: (i) a promoção do turismo como fator de desenvolvimento regional; (ii) o estímulo ao acesso de aposentados, trabalhadores e estudantes a pacotes de viagens em condições facilitadas e diferenciadas, (iii) o investimento na qualificação profissional e na geração de emprego e renda, e (iv) a promoção do Brasil no exterior. Assim, as ações que integram o Plano Nacional do Turismo 2007/2010 constituem importante instrumento indutor do desenvolvimento e da inclusão social.

O Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010 é um instrumento de planejamento e gestão que coloca o turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no País. O Plano é fruto do consenso de todos os segmentos turísticos envolvidos no objetivo comum de transformar a atividade em um importante mecanismo de melhoria do Brasil e fazer do turismo um importante indutor da inclusão social. Uma inclusão que pode ser alcançada por duas vias: a da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda, e a do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno.

O Plano Nacional do Turismo fixa para o quadriênio as seguintes metas:

- Criar 1,7 milhões de novos empregos e ocupações;
- Gerar US\$ 7,7 bilhões em divisas;
- Promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno;
- Estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional.

A premissa do Plano Nacional do Turismo é o desenvolvimento integrado e sustentável com fins a utilizar de forma sinérgica as potencialidades dos atrativos para a melhoria dos resultados econômicos e da qualidade de vida das pessoas, valorizando a cultura local e a preservação do meio ambiente.

De acordo com o Estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, editado pelo Ministério do Turismo em 2009, o Planejamento regional da atividade turística deve contemplar a elaboração de planos, programas e projetos integrados, com a definição de objetivos, metas e estratégias para alcançá-los. Fruto da cooperação entre municípios de uma mesma região turística, o planejamento deve prever a participação de todos os atores envolvidos no turismo – poder público, empresas, ONGs, comunidades, entre outros – e definir as responsabilidades de cada um deles para sua execução. Dessa forma, garante-se o fortalecimento da atividade turística regional. O município de Bonito obteve uma nota equivalente à média do grupo de cidades que não são capitais na variável Planejamento. Como resultado da dinâmica de hierarquização o destino indicou o Planejamento turístico regional como uma das variáveis de média prioridade, atribuindo à pontuação de 69,8.

O Programa de Regionalização do Turismo mantido em âmbito federal é um modelo de gestão de política pública de forma descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões.

A comercialização de roteiros em parceria com municípios de uma mesma região turística diversifica a oferta de produtos, aumentando a média de permanência do turista na região e promovendo destinos menos conhecidos. A venda conjunta com destinos capazes de induzir o turismo em seu entorno permite, entre outras coisas uma melhor distribuição de renda nos municípios envolvidos.

O Programa de Regionalização têm os seguintes objetivos:

- Dar qualidade ao produto turístico;
- Diversificar a oferta turística;
- Estruturar os destinos turísticos;
- Ampliar e qualificar o mercado de trabalho;
- Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional;
- Ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional; e
- Aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista.

As ações levadas a efeito pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo/Ministério do Turismo e pela Embratur inserem-se no macro programa Promoção e Apoio à Comercialização e, mais especificamente, a dois de seus programas, quais sejam: o Programa de Promoção Internacional do Turismo Brasileiro e o Programa de Apoio à Comercialização Internacional.

O Programa de Promoção Internacional do Turismo Brasileiro - Tem por objetivo a promoção internacional do turismo brasileiro e o fortalecimento da Marca Brasil, por meio de um conjunto de atividades orientadas pelo Plano Aquarela – Plano de Marketing Internacional. Destaca-se a participação em feiras e eventos de turismo e de negócios, o apoio à captação de eventos internacionais para o Brasil e as ações de publicidade e relações públicas. O programa conta com a participação de estados, municípios e do trade turístico brasileiro, a partir do estabelecimento de parcerias.

O Programa de Apoio à Comercialização Internacional - Tem por objetivo a divulgação e o conhecimento dos produtos turísticos brasileiros para viabilizar a ampliação de sua comercialização no mercado externo, diversificando a oferta e atraindo novos fluxos de turistas internacionais para as diversas regiões do Brasil.

As ações que integram este programa são: o planejamento, a consolidação e a ampliação dos escritórios brasileiros de promoção do turismo no exterior, dos seminários de treinamento e vendas, do projeto Caravana Brasil e da aplicação do Programa de Treinamento de Agentes de Viagem Especialista em Brasil, entre outras ações com operadores nacionais e internacionais e agentes do receptivo internacional.

Neste Programa insere-se o Plano Aquarela, voltado para o marketing turístico internacional que deu as diretrizes para criação do símbolo Marca Brasil, que passou a representar a imagem do turismo brasileiro no mundo inteiro, assim como a imagem de seus principais atributos de exportação. Lançado em 2005, o estudo foi atualizado para o período 2007-2010 e está em sua segunda fase com o desafio de manter o País na liderança turística da América do Sul.

O Plano Aquarela visa atrair mais turistas, que gastem mais, em mais destinos brasileiros, viajando por mais e diferentes motivos, permanecendo por mais tempo e com intenção de voltar mais vezes ao Brasil.

Para alcançar as metas de 7,9 milhões de turistas estrangeiros e de US\$ 7,7 bilhões em gastos, em 2010, o plano definiu grupos de mercados-prioritários a partir de fatores como acessibilidade aérea, oferta turística do Brasil no país, divulgação já existente de produtos e serviços nacionais e capacidade de crescimento do fluxo, entre outros.

Elaborado conjuntamente com a iniciativa privada e o terceiro setor, o Plano quer assegurar o acesso ao turismo a todas as camadas da população, inclusive as de menor renda. Para o próximo semestre, por exemplo, o Plano Nacional de Turismo prevê o Programa de Crédito Consignado, voltado aos aposentados, que vai financiar viagens turísticas pelo Brasil, com juros em torno ou mesmo abaixo de 1%.

O Plano Aquarela está ligado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 que tem por objetivo minimizar os impactos dos problemas de infraestrutura do Brasil através de ações como a recuperação de estradas, melhorias em portos, aeroportos, metrô e ferrovias, além de iniciativas relacionadas a abastecimento de água, coleta de lixo e tratamento do esgoto e infraestrutura energética.

O Fundo Gestor do Turismo – FUNGETUR, criado pelo Decreto – Lei nº. 1.191, de 27/10/1971, tem por objetivo fomentar e prover recursos para o financiamento de atividades turísticas, assim compreendidas:

- Obra para modernização, reforma e ampliação de empreendimentos;
- Aquisição de máquinas e equipamentos novos e serviços de finalidade ou de interesse do turismo nacional, assim definidos pelo Ministério do Turismo (MTur).

Após passar por processo de reestruturação institucional, o FUNGETUR retomou as atividades de operação de crédito, suspensas desde 2000. A gestão do FUNGETUR foi transferida da EMBRATUR para o Ministério do Turismo

O Programa de Desenvolvimento do Turismo PRODETUR NACIONAL, visa à promoção do desenvolvimento da atividade turística associada à proteção do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida da população.

O PRODETUR Nacional é uma iniciativa do Ministério do Turismo, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que cria uma linha de crédito para atender à demanda por recursos de financiamento internacional dos Estados e municípios brasileiros.

No Estado de Mato Grosso do Sul, o Programa é executado sob a coordenação da Unidade de Coordenação de Projetos (UCP), e tem como objetivos específicos:

- Implementar projetos integrados de desenvolvimento de turismo sustentável;
- Priorizar áreas com alto grau de atratividade natural, cultural e étnica, com o intuito de imprimir a marca de um destino turístico consolidado;
- Promover a integração do setor público, a iniciativa privada e a comunidade das áreas selecionadas de forma a garantir a sustentabilidade do desenvolvimento turístico;
- Dotar as áreas selecionadas da infraestrutura e dos serviços públicos necessários à atração de investimentos privados voltados à exploração econômica dos produtos turísticos existentes ou potenciais;
- Buscar a sinergia entre as áreas a serem consolidadas como destino turístico possibilitando que uma atue como vetor de promoção da outra;
- Promover o fortalecimento institucional dos gestores locais a fim de dotá-los dos instrumentos e da capacidade operacional necessários ao gerenciamento das novas condições decorrentes da implementação do Programa; e
- Garantir a participação da comunidade local em todo o processo decisório sobre a identificação, seleção e implementação das ações em cada área selecionada.

Âmbito Estadual

Para atingir os objetivos do PRODETUR NACIONAL, os estados envolvidos foram orientados a selecionar Áreas Turísticas no território estadual e a formular Planos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável – PDITS para cada uma delas, de acordo com diretrizes dadas pelo Ministério do Turismo - MTur e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, agência internacional de financiamento do Programa. Tais Planos devem prever ações visando garantir o desenvolvimento sustentável da atividade turística de forma a resultar na geração de emprego e renda e, conseqüentemente, na dinamização econômica dos setores impactados pelo turismo.

A região da Serra da Bodoquena conta com os seguintes planos que atuam como instrumentos de planejamento e guardam relação com os planos acima citados.

Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável – PDITS/2004 - O PDITS/2004, no momento está passando por atualização do seu conteúdo, e é um instrumento do processo de planejamento e gestão do desenvolvimento do turismo, para permitir a exploração racional dos recursos turísticos, em respeito ao meio ambiente natural e construído e à identidade cultural das populações residentes onde o turismo se desenvolve.

Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul – PDTUR/MS–2001. A formulação do Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul, denominado de PDTUR-MS, teve como base as diretrizes do PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo. O PNMT, foi o precursor da política desenvolvimentista do turismo nos municípios, através da sensibilização, conscientização, criação dos Comtur's e elaboração dos planos municipais de turismo.

O fortalecimento de médias e pequenas empresas do setor, a geração de novos empregos e o conseqüente aumento de divisas são as premissas dos planos de desenvolvimento do turismo. Sob a ótica social, buscam ampliar oportunidades de recreação para a comunidade e visitantes, preservar e resgatar o patrimônio histórico e cultural, promover a capacitação dos recursos humanos. Sob a ótica ambiental, visam preservar os recursos naturais por meio de ações que favoreçam o meio ambiente, que promovam a consciência ambiental em meio às comunidades, em busca do desenvolvimento, em consonância com as tendências mundiais de comportamento e com as exigências de qualidade ambiental (PDTUR, 2001).

Planejamento Estratégico Estadual - PETUR – O PETUR é o Plano Estratégico do Turismo do Mato Grosso do Sul, neste Plano, foram elaboradas estratégias de desenvolvimento do turismo para cada região turística do Estado de Mato Grosso do Sul para o período de 2008-2020

O trabalho foi desenvolvido em parceria com a cadeia do turismo instalada formal e informalmente e a comunidade, através de Oficinas de Planejamento e resultou no documento: Estratégias para o Turismo das Regiões e Estado para o período 2009 -2020, com ações pontuais nas questões da Gestão Pública e Governança; Estruturação e Roteirização, Qualificação dos Serviços e Empreendimentos Turísticos, Infraestrutura Turística e de Apoio e Marketing.

A continuidade deste processo se dará através da parceria entre o Poder Público – Estadual e Municipal, a Iniciativa Privada e a Sociedade Civil na execução deste Plano de Ação.

O documento em referência, tem ainda, o intuito de balizar e orientar as ações governamentais e os agentes privados para viabilizar a exploração de novos segmentos de mercado, maximizando os benefícios econômicos e sociais e garantir a segurança ambiental.

Neste sentido, o PETUR, é uma grande ferramenta para os municípios e demais órgãos estaduais considerando que este plano reflete a concepção de estratégias regionais, que permite juntar as potencialidades individuais e promover a oferta de um maior número de produtos turísticos, garantindo assim, maior atratividade turística para a região, bem como, proporcionar aos municípios de menor recursos e infraestrutura turística, obterem maior facilidade de desenvolvimento turístico, através dos municípios de maior notoriedade no segmento.

A busca do desenvolvimento turístico regional facilita a oferta de produtos turísticos diversificados, melhora a qualidade de vida regional, fortalece a economia intra-regional e proporciona maior competitividade no mercado turístico.

Embora o planejamento seja em nível regional, é fundamental que o município tenha a visão local e o conhecimento da realidade e políticas no âmbito do Estado. Ainda nessa concepção, o turismo é visto como um instrumento de melhoria da qualidade de vida da comunidade local e agente alavancador das demais atividades econômicas.

Assim, as Estratégias propostas para promoção do desenvolvimento do turismo, são diretamente proporcionais às características de cada região e municípios. Aos municípios de maior potencial turístico, as diretrizes têm o enfoque para a promoção do turismo; nos de menor potencial turístico, o enfoque do plano é para a melhoria da qualidade de vida local, através da oferta de lazer e melhoria da infraestrutura básica.

APL de Turismo e Artesanato da Região denominada Bonito Serra da Bodoquena:

Este trabalho desenvolvido pelo SEBRAEMS, teve como objetivo aumentar a ocupação da capacidade instalada (hotéis e atrativos turísticos), o número de eventos captados e as vendas de produtos do artesanato regional, promovendo a consolidação da Região Turística da Serra da Bodoquena, seu público alvo atingiu micro e pequenas empresas de atrativos turísticos, hotéis, pousadas, agências e operadoras de turismo, transportes, guias e núcleos produtivos de artesanato localizados nos municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena, finalizado em dez/2007.

“Guia Ecoturístico da Serra da Bodoquena”. A divulgação dos produtos daquela região tem tido um constante apoio por parte do SEBRAE e da FUNDTUR, com a confecção de folder's, banner's, cartazes, etc. para a divulgação em feiras e eventos onde o Estado e o setor turístico organizado tem participado.

Plano de Marketing Regional - Encontra-se em processo licitatório, com recursos provenientes do Ministério do Turismo, e disponibilizados via PRODETUR NACIONAL. O Plano de Marketing é um instrumento que define os objetivos ligados ao mercado e os meios de comunicação a serem utilizados para promover os produtos, além das estratégias e ações para atingi-los. O plano de marketing deve ser um guia que oriente a ação de marketing das áreas turísticas prioritárias, facilitando a coordenação dos esforços de promoção e comercialização dos diferentes atores dos setores público e privado. Também deve permitir a otimização da ação de marketing fazendo um melhor uso dos recursos.

O *marketing*, dentro da Estratégia de Comercialização do Programa Prodetur Nacional, contemplará ações destinadas a fortalecer a imagem dos destinos turísticos, de forma a garantir a eficiência e a eficácia dos meios de comercialização.

O PDITS estabeleceu, também, as bases para as estratégias de mercado que devem ser desenvolvidas e concretizadas em produtos estruturados e em uma ação de promoção e comercialização adequada. Daí a necessidade de contar com um Plano de Marketing Turístico que organize e guie a ação de promoção e comercialização do destino, facilitando a coordenação dos esforços dos diferentes atores do setor público e privado.¹⁵

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica – Também em processo licitatório.

¹⁵ Termo de Referência de Marketing elaborado pela UCP/MS/2009

Esta Avaliação, visa apresentar os procedimentos técnicos, os aspectos institucionais e as principais referências metodológicas que orientam a preparação de propostas técnicas e comerciais visando à realização da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Programa de Desenvolvimento Turístico PRODETUR NACIONAL.

A elaboração da AAE serve de base para a avaliação dos impactos ambientais diretos, indiretos/estratégicos, cumulativos e sinérgicos do conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo programa, em concomitância com os seus respectivos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), sendo um requisito recomendado no Manual de Gestão Socioambiental do PRODETUR NACIONAL, que por sua vez reflete as políticas ambientais vigentes no país, bem como a política de meio ambiente e cumprimento de salvaguardas do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Como prática, a AAE significa a aplicação dos procedimentos de avaliação, não mais em nível de projetos, mas nas etapas iniciais do processo de planejamento, ou seja, em nível de políticas, dos planos e dos programas.¹⁶

Âmbito Local

Nos municípios componentes da Serra da Bodoquena, a intervenção mais relevante para o crescimento do turismo foi propiciada pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo -PNMT, que contribuiu para a estruturação do Conselho Municipal de Turismo de Bonito, instância catalisadora das reivindicações junto ao poder público. Ações de apoio da EMBRATUR ao órgão estadual (Fundação de Turismo do Estado do Mato Grosso do Sul), o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR NACIONAL) com atividades na região desde o ano de 2003, enquanto PRODETUR SUL e atualmente em fase de implementação, também geraram impactos positivos em toda a Serra da Bodoquena.

Bonito, como município precursor na região quanto ao desenvolvimento do turismo conta com o Conselho Municipal de Turismo, Fundo Municipal de Turismo e com um importante instrumento organizacional e de gestão do setor – o “Voucher” que propicia a distribuição racional do fluxo de visitantes e o compilamento de dados estatísticos confiáveis. Ações como a realização de cursos para formação de guias e a lei municipal 689 de 1995 que tornou obrigatório o acompanhamento de guias nos passeios turísticos constituem-se em importantes aliados na construção de um turismo de excelência.

Além dos Planos estaduais que incidem diretamente sobre a área, há ainda vários outros que foram feitos por acadêmicos de diferentes universidades do País, tendo o município como foco principal.

O Ministério do Turismo através do PRODETUR NACIONAL disponibilizou recursos, para o município de Bonito, para a confecção de um Plano de Ordenamento Ambiental na Bacia do Rio Formoso, um Estudo do Sistema de Monitoramento da Visitação dos Atrativos Turísticos e um Plano de Fortalecimento Institucional. Os Planos e Estudos não foram efetivados e o recurso destinado aos mesmos, foram devolvidos ao Ministério do Turismo.

O Município de Bonito conta com um Plano Diretor Urbano elaborado no período de 1999-2002, pela Faculdade de Brás Cubas em parceria com a Prefeitura Municipal e, decorrido o prazo de dez anos já permitia uma reavaliação. Nesse sentido, uma das ações elencadas no PDITS/2004, foi a readequação do mesmo, e que este novo pudesse abranger todo o território municipal e não se restringisse somente a área urbana como era o atual. O Plano Diretor Municipal Participativo foi elaborado e atualmente encontra-se em fase final para aprovação na Câmara Municipal.

¹⁶ Fonte: Termo de Referência da AAE elaborado pela UCP/MS/2009

O município de Jardim alocou a gestão das políticas desenvolvimentistas em uma Assessoria que abrange o turismo e também conta com um plano diretor, e está em fase licitatória a readequação do mesmo via Prodetur Nacional.

Em 2008, ainda com recursos do Ministério do Turismo, via PRODETUR/SUL, foi elaborado o Plano de Fortalecimento Institucional. O Plano foi muito bem elaborado e indica diretrizes propondo a melhoria em todo o sistema de organização e coordenação do processo de planejamento turístico.

O município de Bodoquena congrega as políticas desenvolvimentistas em uma Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, mas não tem mantido uma estrutura mínima de funcionamento necessária para a execução das suas competências e atribuições. Não há procedimentos, processos e fluxos operacionais de trabalho estabelecidos no âmbito da Secretaria e nem técnicos disponíveis para a função.

Bodoquena tem um Plano Diretor iniciado, no entanto não concluído. Quanto ao Plano de Fortalecimento Institucional, o município de Bodoquena também tem o plano elaborado, porém não com recursos do PRODETUR apesar de previsto no PDITS/2004. Neste plano, ficou clara a indisponibilidade de informações gerenciais sobre programas, projetos e atividades, de iniciativa do poder público municipal acerca do setor de Turismo. Constatou-se também, a ausência de um banco de dados, estatísticas e informações eletrônicas, de fácil acesso e manipulação que possam ser úteis para a gestão do Turismo.

A região da Serra da Bodoquena, tem participado ativamente junto ao Ministério do Turismo, de vários Programas e Projetos que o referido Ministério oferece, conforme abaixo discriminado.

- Programa de Qualificação Profissional
- Projeto Excelência em Turismo
- Projeto Caravana Brasil Internacional
- *Roadshows*
- Programa de Normatização do Turismo
- Cadastur
- Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos
- Rede Cooperação Técnica para a Roteirização Turística
- Projeto Vivências Brasil
- Projeto Economia da Experiência

Dentro desta perspectiva percebe-se que o setor público tem feito a sua parte no sentido de organizar e fortalecer sua gestão interna e tem promovido uma ação continuada na busca de investimentos externos para melhoria do desempenho dentro de suas competências e atribuições. Os investimentos externos juntamente com esforços internos, somados a decisões políticas negociadas com os cidadãos e iniciativa privada, tem tido um conseqüente desdobramento em planejamento estratégico municipal e setorial (priorizando ações e investimentos), planos operacionais de gestão e um processo de avaliação e melhoria constante do desempenho municipal.

A região da Serra da Bodoquena conta com o apoio efetivo do SENAC e do SEBRAE.

O SEBRAE/MS promoveu, junto à prefeitura de Bonito em 1993, o primeiro Curso de Guia de Turismo Especializado em Atrativos Turísticos Naturais. Desde então, realizou 35 cursos e seminários. Entre essas iniciativas destacam-se um programa para empresários e futuros empreendedores e dois cursos de formação de guias de turismo, além de cursos para o aperfeiçoamento de policiais militares, remadores, recepcionistas de hotéis e de agências de viagem, garçons, gerentes de hotéis e de qualidade no atendimento para o comércio. Cumpre ressaltar que diversas dessas iniciativas tiveram o SENAC/MS – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial como parceiro.

O conjunto das estruturas técnicas das organizações estatais, parceiros institucionais e ONG's, têm gerado externalidades positivas importantes para o 'trade' turístico e para o desenvolvimento do ecoturismo na região, e de alguma forma tem subsidiado as políticas públicas no sentido de estimular a construção de um ambiente de eficiência coletiva gerador de vantagens competitivas em setores selecionados.

Diversos estudos produzidos pelas entidades de ensino superior, têm contribuído para a definição de estratégias e políticas, nos âmbitos nacionais e regionais, voltados para o desenvolvimento do ecoturismo, apoiando o planejamento e as ações locais na medida em que são apontados os pontos críticos ao desenvolvimento e amadurecimento da cadeia produtiva relacionada ao turismo, demonstrando a importância socioeconômica do ecoturismo para a região e ajudando a identificar os principais desafios para o desenvolvimento do ecoturismo na região e propor estratégias para sua superação.

O trade turístico dos municípios componentes do Polo Serra da Bodoquena, Bonito, Jardim e Bodoquena, contando com o apoio técnico dos órgãos governamentais fortaleceram-se com a criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

A implantação destes Conselhos permitiu o envolvimento das populações locais, com a participação e discussão de temas relevantes que permeiam os interesses do turismo abrangendo aspectos ambientais, sociais e econômicos da região.

Com o apoio do Ministério do Turismo, está sendo implantado nas Regiões Turísticas, o FÓRUM DE TURISMO BONITO - SERRA DA BODOQUENA que agrega os oito municípios que fazem parte da Região.

De acordo com o Regimento Interno no **Capítulo I Art. 2º** - O Fórum é um órgão colegiado, com atribuições consultivas e propositivas, que tem por missão promover e apoiar o desenvolvimento sustentável do turismo da região turística de Bonito-Serra da Bodoquena, por meio da articulação e integração dos atores sociais locais e da proposição e análise de política, planos e projetos.

I - Promover ações conjuntas que viabilizem a sua implantação, seu desenvolvimento e sua difusão, além de incentivar a integração dos diversos atores envolvidos no processo.

II - Utilizar de estratégias ambientais, econômicas, culturais e sociais que assegurem o crescimento sócio-econômico da região.

III - Apoiar ações e projetos regionais e municipais que tenham por objetivo o desenvolvimento sustentável, a inserção social e a geração de emprego e renda através do turismo.

E de acordo com o Capítulo II, no seu Art.5º e 6º, tem a seguinte composição:

Art. 5º - O Fórum é constituído por representantes do poder público, instituições privadas, comunitárias e ONG's que congreguem com os objetivos do presente Regimento e que tenham como área de atuação o turismo e suas interfaces.

Parágrafo Único - Toda entidade, terá um representante titular com direito a opinar, sugerir, votar e ser votado. A entidade também deverá apresentar um suplente que irá assumir as atribuições do representante titular em sua ausência.

Art. 6º - São membros do Fórum de Turismo de Bonito–Serra da Bodoquena:

I – Representantes do poder público indicado pelo executivo municipal de cada município pertencente à Região Turística Bonito-Serra da Bodoquena.

II - Representantes do Conselho Municipal de Turismo de cada um dos municípios da região indicados por seu presidente.

III – Outros escolhidos dentre as entidades dispostas no Art.5º deste Regimento, livremente escolhidas pela Assembléia e em número indicado por ela.

§1º - A relação das entidades constantes deste artigo poderá ser ampliada ou reduzida.

E no **Capítulo III, traz redigida a seguinte** Competência do Fórum.

Art. 7º- Compete ao Fórum:

I - Propor ações para o desenvolvimento sustentável de turismo na região de sua competência;

II – Estimular a criação dos conselhos municipais de turismo e fortalecer os já existentes;

III - Participar de atividades de planejamento, monitoramento e acompanhamento de ações de implementação nas áreas de interesse, visando o desenvolvimento turístico e a constante melhoria da qualidade dos produtos;

IV - Criar grupos de trabalho ou estudo, caracterizados pela execução de tarefas específicas e de duração pré-fixada;

V -Acompanhar e divulgar, junto a seus membros, decisões relevantes pertinentes a atividades turísticas, oriundas tanto de entidades públicas ou privadas, como também do Fórum.

VI - Aprovar e fazer cumprir o Regimento;

VII- Interagir com os órgãos públicos, municipais, estaduais e federais, nas definições das políticas de turismo;

VIII- Emitir parecer sobre ações estaduais de turismo pensadas para a região.

IX – Propor aos órgãos estaduais competentes ações de turismo para a região;

X – Acompanhar e avaliar os resultados dos programas estaduais de turismo desenvolvidos na região.

4.1.2. Gestão Ambiental

Segundo o Art. 225 da Constituição Federal de 1988, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

O 1º Princípio da Conferência de Estocolmo diz que “o homem tem direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem estar, é portador solene da obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente, para as gerações presentes e futuras.”

O turismo sustentável está diretamente inserido nesse princípio por tratar-se de “um turismo preocupado com a preservação dos recursos naturais e históricos, a fim de garantir aos futuros turistas e à população local o direito de saciar suas vontades de envolvimento com a natureza, da “busca do verde” e da “fuga” dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer.” (RUSCHMANN, 2001, p.09).

O turismo de maneira geral está diretamente ligado ao espaço municipal, já que é exatamente deste território que os turistas se apropriam. Apesar da área urbana não ser o

único território do turismo é, sem dúvida, a mais importante, visto que a cidade é o lugar, por excelência, do conjunto do encontro sociocultural (Castrogiovanni, 2000).

O espaço municipal, sobretudo o urbano, possui regras a serem cumpridas, pois nele trabalham e moram pessoas que, antes de tudo, merecem ser felizes. Assim, o processo de planejamento deve buscar traduzir alguns desses desejos e vontades em princípios e diretrizes gerais que, por sua vez, deverão ser alcançados mediante o cumprimento de regras e por meio de instrumentos de gestão, buscando oportunizar um ambiente "harmônico" e superar problemas existentes levando em conta os potenciais sociais, econômicos e ambientais.

A preservação e o uso sustentável dos recursos naturais dependem de ações conjuntas das instituições governamentais e não governamentais. A participação dos municípios nesse processo também é fundamental, por isso a política do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul – IMASUL/MS é a descentralização da gestão ambiental, proporcionando a progressiva instrumentalização, utilizando como principal ferramenta o licenciamento ambiental. O fortalecimento das unidades regionais constituirá também em importante instrumento para efetivar as ações junto aos municípios.

Âmbito Federal

Esses atores são representantes da administração pública e da sociedade civil, e possuem a seguinte posição no organograma do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90:



Figura 68 - Organograma do Sistema Nacional de Meio Ambiente

Fonte: Plano de Fortalecimento Institucional de Jardim/MS/2008

▪ **Ministério de Meio Ambiente – MMA**

O Ministério do Meio Ambiente é o órgão central do SISNAMA, e cabe a ele a função de formular, planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política nacional e as diretrizes governamentais para o meio ambiente, tendo como suas principais competências:

- Política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos
- Política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, e biodiversidade e florestas.
- Proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais
- Políticas para a integração do meio ambiente e produção
- Políticas e programas ambientais para a Amazônia Legal
- Zoneamento ecológico-econômico.

Neste contexto, os principais programas executados atualmente pelo MMA estão inseridos nas seguintes temáticas:

- Agenda 21 Brasileira e locais;
- A3P
- Amazônia
- Assuntos Internacionais
- Biodiversidade e Florestas
- Conferência Nacional
- Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
- Educação Ambiental
- Fortalecimento do SISNAMA
- Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
- Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos
- Revitalização do São Francisco
- Serviço Florestal Brasileiro

▪ **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA**

O IBAMA é um dos órgãos executores do SISNAMA e tem como finalidade executar e fazer executar as políticas e diretrizes governamentais definidas para o meio ambiente.

Corresponde a uma autarquia federal de regime especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, criada pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, e tem como principais atribuições exercer o poder de polícia ambiental; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental; e executar as ações supletivas de competência da União.

O IBAMA tem autonomia administrativa e financeira, sede em Brasília e jurisdição em todo o território nacional. Para o desempenho de suas funções, o IBAMA poderá atuar em articulação com os órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios integrantes do SISNAMA e com a sociedade civil organizada, para a consecução de seus objetivos, em consonância com as diretrizes da política nacional de meio ambiente. Mantém uma superintendência em Campo Grande, que atua em sintonia com o município de Jardim nas questões pertinentes.

▪ **Instituto Chico Mendes**

O Instituto Chico Mendes é outro órgão executor do SISNAMA, criado pela lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, como uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e tem como principais competências: (1) apresentar e editar normas e padrões de gestão de unidades de conservação federais, (2) propor a criação, regularização fundiária e gestão das UC e (3) apoiar a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Dessa forma, a sua principal missão institucional é administrar as unidades de conservação - UC federais que, no caso de Jardim, corresponde ao Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

Cabe ao Instituto Chico Mendes monitorar o uso público e a exploração econômica dos recursos naturais nas unidades de conservação onde isso for permitido, obedecidas às

exigências legais e de sustentabilidade do meio ambiente, além de elaborar o Relatório de Gestão das Unidades de Conservação.

▪ **Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA**

O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA.

O Conselho tem a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à qualidade de vida. Reúne diferentes setores da sociedade e tem o caráter normativo dos instrumentos da política ambiental. O plenário do CONAMA engloba todos os setores do governo federal, dos governos estaduais, representantes de governos municipais e da sociedade, incluindo setor produtivo, empresarial, de trabalhadores e organizações não governamentais.

Âmbito Estadual

Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC/MS

A SEMAC é o órgão setorial executivo estadual da gestão ambiental e tem como principais competências relacionadas às questões ambientais:

- A elaboração de estudos, pesquisas e análises globais, setoriais, regionais e urbanas, requeridos pela programação econômica e social do Governo do Estado, em articulação com os órgãos públicos e privados e, em particular, com as instituições de ensino superior do Estado;
- O desenvolvimento de atividades relacionadas à estatística, geografia, cartografia e aerofotogrametria, de interesse do Estado;
- A discussão, a formulação e a implementação da política estadual de desenvolvimento urbano nas áreas de saneamento, transportes públicos, de habitação de interesse social e de gestão do solo urbano, em conjunto com os municípios;
- O apoio aos municípios na elaboração das políticas ambientais e na organização de estruturas de controle e licenciamento ambiental;
- O suporte aos municípios na elaboração de planejamento municipal;
- O suporte aos municípios na elaboração e aplicação dos instrumentos de gestão do uso e ocupação do solo urbano, de parcelamento do solo, de transportes públicos urbanos e de política fundiária e habitacional urbana;
- O planejamento, a coordenação, a supervisão e o controle das ações relativas ao meio ambiente e aos recursos hídricos;
- A formulação, a coordenação, a orientação e a supervisão da execução da política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente e recursos hídricos;
- A articulação com entidades públicas e privadas para a obtenção de recursos necessários e de apoio técnico especializado relativos à recuperação, à melhoria e à preservação do meio ambiente;
- O estudo e a proposição de alternativas de combate à poluição ambiental nas suas causas e efeitos;
- O apoio aos municípios na implementação das normas estabelecidas no Estatuto das Cidades;
- A formulação de planos, programas e projetos de desenvolvimento regional e urbano, visando à gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
- O apoio ao desenvolvimento de programas e projetos urbanos que visem a elevar o nível da qualidade de vida da população;

- O estímulo a programas, projetos e ações que otimizem a utilização sustentável dos recursos naturais, visando ao desenvolvimento econômico compatível com a conservação da boa qualidade de vida;
- A difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, a divulgação de dados e de informações ambientais e a formação de uma consciência coletiva sobre a necessidade da preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico.
- Vinculados à SEMAC estão a Superintendência Estadual de Meio Ambiente – SEMA e o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL.

▪ **Superintendência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SUPEMA/MS**

A Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SUPEMA é o órgão responsável por organizar ações e estabelecer as políticas ambientais, tendo suas principais atividades direcionadas para as áreas de pesca, biodiversidade, recursos florestais, recursos hídricos, controle ambiental e educação ambiental.

▪ **Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL/MS**

Órgão fiscalizador estadual que, atualmente, é o responsável pelo licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras no Polo.

A atuação do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul é voltada à implantação e consolidação da gestão ambiental no Estado de Mato Grosso do Sul. No plano de metas do IMASUL estão previstos programas e projetos que contemplam a biodiversidade, os recursos hídricos, o controle ambiental e a educação ambiental, dentre outros, como continuidade ao plano de gestão estabelecido para o meio ambiente.

Na região turística em análise há um escritório regional do **IMASUL**, localizado em Bonito formado por um fiscal ambiental, um analista ambiental e dois técnicos ambientais, que além de participar dos projetos locais e orientação nas questões ambientais, realiza também vistoria técnicas em procedimentos de licenciamento demandadas pela sede do Instituto instalado em Campo Grande.

Em decorrência da proximidade com Unidades de Conservação e da necessidade de licenciamento das atividades turísticas no local, o presente escritório é expressivamente procurado pelos empresários no que conserve ao licenciamento ambiental, conforme informação do COMTUR de Bonito e Bodoquena.

Esta procura expressiva e a complexidade dos processos de licenciamento, sobretudo no que se refere a cavidades (grutas e cavernas), transfere erroneamente para o escritório regional e para o instituto a insatisfação dos empresários no que diz respeito as dificuldades operacionais da atividade.

▪ **Conselho Estadual de Controle Ambiental – CECA/MS**

O Conselho Estadual de Controle Ambiental – CECA atua como órgão deliberativo e normativo no estabelecimento das normas e diretrizes da Política Estadual de Meio Ambiente e, com fundamento no art. 226 da Constituição Estadual, observada a legislação federal e estadual, disciplina a proteção do meio ambiente no estado de Mato Grosso do Sul.

▪ **Polícia Militar Ambiental**

A fiscalização permanente do meio ambiente é exercida, sobretudo pela **Polícia Militar Ambiental**, que conta com um contingente de 13 policiais sediados em **Bonito**, e apenas um veículo para fiscalizar uma área de 16 mil km². Esta se estende, além de Bonito, aos municípios de Bodoquena e Porto Murtinho.

Com esses efetivos e a insuficiência de recursos não lhe é possível averiguar mais do que 60% das denúncias realizadas. Sua atuação prioritária está voltada para a conservação de nascentes e de matas ciliares. Um dos maiores problemas da região tem sido o

desmatamento da Serra da Bodoquena, onde se encontram as nascentes dos rios que servem de base para os atrativos turísticos da região. Em Bonito, os casos de agressão ao meio ambiente são tratados judicialmente no próprio município.

Em **Jardim** a **Polícia Militar Ambiental** mantém produtiva parceria com o **Núcleo de Meio Ambiente - NUMA**, atuando como agentes fiscalizadores para a execução de medidas ordenadas, com autonomia para autuar e impedir crimes ambientais, além de participarem com projetos de educação ambiental, como o Projeto Florestinha.

Possui um efetivo de 14 funcionários que atuam em quatro municípios: Jardim, Nioaque, Guia Lopes e Maracaju. Entre as suas tarefas encontra-se o atendimento de guarnições de oito rios de médio porte da região.

▪ **Ministério Público Estadual**

Complementando a ação da Polícia Militar Ambiental o **Ministério Público Estadual**, situado em Bonito, notifica os responsáveis pelos danos denunciados para que esclareçam os fatos, e, quando necessário, realizem ações destinadas a mitigar os danos causados. Atualmente, a maior parte dos inquéritos em andamento decorre da ausência de licenciamento para empreendimentos turísticos. Pode-se dizer que isso decorre tanto de uma prática de se criar situações de fato dificilmente reversíveis, como do descrédito em que incorrem os órgãos ambientais pela inércia burocrática ou, às vezes, por seu excesso de zelo.

Atualmente, a intervenção mais relevante, no tocante ao meio ambiente em Bonito, consiste na conservação e uso sustentável da Bacia do Rio Formoso.

Âmbito Local

Nos três municípios, existem Secretarias em nível de executivos, que tratam do monitoramento dos empreendimentos turísticos, das atividades comerciais, industriais e extrativas, baseados na legislação federal, na estadual, nos códigos de posturas de cada município e nas atuações dos Conselhos de Desenvolvimento do Meio Ambiente de cada localidade.

Em **Jardim** foi constituído o **Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente – CODEMA**. Este conselho, criado pela Lei no. 1168, de 20 de outubro de 2003, trata da Política Municipal de Meio Ambiente, tendo como principais finalidades: assessorar, estudar e propor as diretrizes políticas governamentais para o meio ambiente e deliberar no âmbito de sua competência sobre os recursos em processos administrativos, normas e padrões relativos ao meio ambiente.

O CODEMA utiliza as leis estaduais e federais para autuações e seus recursos são provenientes do Ministério Público, que o apóia e aprova suas ações de fiscalização.

O conselho se reúne mensalmente, de forma participativa, e é composto com a paridade entre organização governamental não governamental e usuários dos recursos naturais. Atualmente possui representantes de um número significativo de entidades públicas e privadas e do terceiro setor, ainda que os níveis de sua efetiva participação deixam a desejar. São elas:

- Promotoria de Justiça – 2ª Vara
- Agência Sanitária Animal e Vegetal – IAGRO
- Núcleo de Comercio Industrial e Agronegócio
- Câmara de Vereadores de Jardim
- Polícia Militar Ambiental

- INCRA
- O.A.B.
- Gerência de Saúde
- NUMA – Núcleo de Meio Ambiente/ Administração Municipal de Jardim
- ONG Santuário do Prata
- 4ª Cia. de Eng. de Combate Mecanizada
- UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
- Gerência de Educação
- Núcleo de Turismo / Administração Municipal de Jardim
- Corpo de Bombeiros Militar
- Sindicato Rural de Jardim
- Gerência de Obras / Administração Municipal de Jardim

De acordo com o estatuto do CODEMA, compete ao mesmo:

- Aprovar a política ambiental do Município e acompanhar a sua execução, promovendo orientações quando entender necessárias;
- Estabelecer normas e padrões de proteção, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- Decidir em Segunda Instância Administrativa, em grau de recurso, sobre multas e outras penalidades impostas pelo Departamento Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- Analisar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- Opinar sobre a realização de estudos e alternativas das possíveis conseqüências ambientais referentes aos projetos públicos ou privados apresentados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias;
- Propor ao Executivo, áreas prioritárias de ação governamental relativa ao meio ambiente, visando à preservação e melhoria da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;
- Analisar e opinar sobre a ocupação e uso dos espaços territoriais de acordo com limitações e condicionantes ambientais específicas da área.

O CODEMA poderá constituir câmaras técnicas setoriais, integradas por técnicos especializados em proteção ambiental, pra desenvolver estudos e propor normas e padrões ambientais, bem como, emitir pareceres e laudos técnicos. Esse fato ocorre por meio de convênios firmados com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS para elaboração de planos de manejo, por exemplo. Cita-se também que o CODEMA gerou uma legislação específica de proteção da mata ciliar do rio da Prata, no entorno dos atrativos turísticos.

Também em **Jardim** há o **Núcleo de Meio Ambiente – NUMA**, responsável pela gestão ambiental no município trabalhando com outros atores municipais relacionados ao meio ambiente com o objetivo de uma gestão integrada e como uma tentativa de unir esforços para suprir as necessidades existentes.

De acordo com a Política Municipal de Meio Ambiente, ficam sob o controle do NUMA as atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços e outras fontes de qualquer natureza que produzam ou possam produzir alteração adversa às características do meio ambiente. Além disso, depende da autorização prévia do mesmo núcleo a emissão de licenças para funcionamento de acordo ao sistema de licenciamento ambiental das atividades anteriormente citadas, em articulação, no que couber, com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Cabe ao NUMA determinar a realização de estudo prévia de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental ou análise de risco para instalação, operação e desenvolvimento de

atividades que de qualquer modo possam degradar o meio ambiente. Além disso, também dependem do prévio licenciamento no NUMA, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis, a construção, instalação, ampliação ou funcionamento de qualquer atividade utilizadora de recursos ambientais, considerada efetiva ou potencialmente poluidora, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Na prática, atualmente o NUMA é o órgão municipal que fornece a certidão necessária para o requerente entrar com o processo de licenciamento de atividades poluidoras junto ao órgão competente do Estado de Mato Grosso do Sul, a SEMAC. Esse também é responsável pelo controle (no que é possível) e emissão de autorização em relação à supressão vegetal na área urbana. O Corpo de Bombeiros ou as empresas de poda de árvores só fazem a poda ou supressão das espécies se o requerente tiver em mãos essa autorização.

Além dessas competências, o NUMA atua como parceiro em projetos de educação ambiental nas escolas incentiva e promove eventos comemorativos relacionados ao meio ambiente, como a Semana de Meio Ambiente, o dia da água entre outros, elabora e auxilia estudos ambientais sobre os recursos Naturais da região, entre outras atividades.

Outro órgão muito ativo, presente e parceiro da municipalidade é a **Promotoria de Justiça do Meio Ambiente** que junto com a Polícia Militar Ambiental, o NUMA e o CODEMA atua nas irregularidades constatadas e notificadas.

Em Bonito a **Secretaria Municipal de Meio Ambiente** é o órgão responsável pela gestão ambiental pública municipal, caracterizando-se com o poder executivo ambiental em Bonito. De acordo com projeto de lei complementar, de 20 de dezembro de 2004, a secretaria atua na proposição e a gestão da política de proteção do meio ambiente; na integração outras entidades para a obtenção de recursos relativos à preservação e à conservação do meio ambiente; no incentivo à coleta seletiva dos resíduos sólidos como forma de preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida da população; no planejamento e a fiscalização dos serviços concernentes aos problemas ambientais do Município; no estímulo à adoção de posturas que otimizem a utilização dos recursos ambientais; na promoção da integração harmônica entre o meio ambiente e as áreas legalmente protegidas, destinadas ou utilizadas para o turismo e lazer, preservando o equilíbrio ecológico e promovendo a sua manutenção; na elaboração do plano municipal de manutenção e preservação dos recursos hídricos, em articulação com outros órgãos e entidades do Município; na articulação com a Secretaria Municipal de Educação para a promoção da educação ambiental para alunos da rede pública de ensino; no planejamento, a fiscalização e a execução dos serviços técnicos concernentes aos problemas de erosão, recuperação de solos, conservação e recuperação da cobertura florestal para proteção de nascentes e matas ciliares e de saneamento ambiental; no licenciamento ambiental para as atividades e ou empreendimentos econômicos a serem desenvolvidas no âmbito do Município.

Da atuação do poder executivo destaca-se o Programa de Conservação do Solo e Água desenvolvido em parceria com o Ministério Público e produtores rurais, envolvendo a produção de mudas para a recomposição florestal e a construção de Terraços como medida de conservação do solo.

Por meio de recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, gerido pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Bonito – **COMDEMA**, foram adquiridas máquinas e implementos para a construção destes terraços.

O **Conselho Municipal de Meio Ambiente de Bonito – COMDEMA** é vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, tendo papel consultivo e opinativo junto ao poder executivo, sendo este o conselho municipal de meio ambiente mais antigo existente no Centro-Oeste, porém o mesmo passou por várias reestruturações.

Em 2001, a Lei Municipal nº 899, extinguiu o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA e criou o COMDEMA, ao qual compete a coordenação, fiscalização, deliberação coletiva e caráter normativo da política municipal de meio ambiente - promover articulação entre os órgãos municipais, estaduais, federais e a sociedade civil no planejamento e na definição de estratégias de proteção ao meio ambiente; emitir pareceres; analisar propostas pertinentes à legislação municipal ambiental e participar na integração dos programas e atividades governamentais e não governamentais de questões ambientais relevantes à região.

A mesma Lei Municipal n.899/2001 também criou o Fundo Municipal de Meio Ambiente, vinculado ao COMDEMA, com objetivo de captar recursos a serem aplicados em questões ambientais, constituído de receitas como: dotações orçamentárias; arrecadação de multas; contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, do Município e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações; as resultantes de convênios, contratos e consórcios celebrados entre o município e instituições públicas e privadas, relacionados ao meio ambiente.

A Lei 988/2003, aprovada pela Câmara Municipal, alterou e complementou a lei anteriormente citada, incluindo entre as fontes de receita do Fundo: valores repassados ao município a título de ICMS ecológico; ao critério do Ministério Público ou Poder Judiciário, os valores de indenizações ambientais ou a outros direitos difusos ou coletivos, bem como compensações dos mesmos feitos em termo de ajuste de conduta.

Assim, o COMDEMA atua junto à atividade turística no que tange aos aspectos ambientais, como determinando a frequência de visitação de alguns atrativos quando pertinente, promovendo ações ambientais integradas aos demais órgãos e instituições locais, sendo considerado um conselho atuante e referência no Estado, sobretudo no que diz respeito à gestão dos recursos do ICMS ecológico (PELLIN; *et al*, 2004).

Em Bonito, inúmeras organizações não governamentais (ONG), além de suas funções de assessoria técnica, têm contribuído para suplementar a gestão pública municipal e estadual, especialmente na preservação do meio ambiente. Essa contribuição vai desde a organização de reivindicações ou denúncias de segmentos da sociedade com relação à proteção ambiental (movimentos em prol do estabelecimento de áreas protegidas, como a Serra da Bodoquena e o Pantanal do Nabileque) até a coordenação de iniciativas destinadas à recuperação de áreas degradadas (projetos de recuperação de matas ciliares).

A administração ambiental municipal de Bodoquena é responsabilidade da **Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico**. Nota-se que a pasta do Meio Ambiente é agregada a outras na mesma secretaria, sendo a gestão ambiental tratada no âmbito do Departamento de Meio Ambiente.

A Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico foi instituída por meio da Lei Municipal n.262/1996 e seus departamentos estruturados conforme definido na Lei Municipal n.440/2005, a qual excluiu da estrutura administrativa da secretaria o Departamento de Agricultura e Pecuária.

Assim, conforme a lei 262/1996, são atribuições da secretaria tratar de todos os assuntos relacionados com o estímulo e incremento do turismo, da indústria, do comércio, da pecuária e da agricultura do município, além da conservação do meio ambiente.

Neste sentido, cabe destacar as atividades de ordenamento ambiental desenvolvidas pelo poder executivo que incluem a recuperação de área degradada no distrito de Morraria do Sul, através da construção de curvas de níveis para a retenção dos sedimentos, desassoreamento do córrego e recuperação da vegetação ciliar, a administração de viveiro

municipal de mudas de espécies nativas que são doadas par recuperação de mata ciliar e arborização urbana e o projeto, em fase de elaboração, para implantação de aterro sanitário, UPL e coleta seletiva de resíduos.

Ainda no município salienta-se a Lei Municipal n.º 313/99 e sua regulamentação pelo Decreto Municipal n.º 993/99, que normatizam a atividade turística, dos guias de turismo e que restringem a caça e pesca em áreas turisticamente exploradas. Destaca-se também o Decreto Estadual n.º 10.633/02 que restringe a pesca e a navegação no córrego Azul e no rio Salobra.

4.2. - LEGISLAÇÃO TURÍSTICA, AMBIENTAL E URBANÍSTICA.

O agravamento dos problemas climáticos em nível mundial aumentou a discussão sobre as estratégias que deverão ser adotadas para garantir a sustentabilidade do Turismo nacional, essencial na preservação dos ecossistemas, uma vez que muitas de suas atividades acontecem em ambientes ecologicamente frágeis. Além disso, a utilização de práticas sustentáveis, além de representarem, em longo prazo, economia de recursos, contribui para a preservação do atrativo turístico.

Segundo o documento, *Climate Change and Tourism – Responding to Global Challenges*, da Organização Mundial do Turismo, as alterações climáticas podem causar impactos diretos sobre os destinos turísticos, seus níveis de competitividade e de sustentabilidade, principalmente, em determinadas regiões turísticas, onde o meio ambiente é o principal recurso para a atividade.

De acordo com o Ministério do Turismo, a realização da Conferencia das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em 2012, no Rio de Janeiro, estimulará as discussões sobre o tema na mídia brasileira, o que pode influenciar padrões de consumo em todo país. Para essa dimensão, foram avaliadas as seguintes premissas:

- Ampliação das políticas de proteção ambiental;
- Maior conscientização sobre as consequências do aquecimento global;
- Maior utilização de práticas sustentáveis pelas empresas do setor;
- Maior compreensão do Turismo como forma de sustentabilidade econômica da proteção ambiental;
- Valorização do Turismo sustentável.

Além destas políticas e legislações correlatas, o grande avanço na legislação do turismo advém da criação da Lei Geral do Turismo, onde todas as empresas da área turística estão obrigadas a fazer o cadastro junto ao Ministério do Turismo, expandindo o Sistema de Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos para os segmentos de restaurantes, locadoras de veículos e os centros de convenções. Ela ainda determina normas de funcionamento da atividade, unificando a legislação do turismo no país. Assim, o governo federal busca solucionar problemas derivados do fato de que, atualmente, estados e municípios possuem regras próprias, o que gera conflitos relacionados aos procedimentos que devem ser adotados na prestação dos serviços turísticos. Além disso, cria o Fundo Geral do Turismo com o objetivo de financiar as atividades turísticas em todo o país.

Vale ressaltar a parceria que a Fundação de Turismo de MS – FUNDTUR tem com as Prefeituras Municipais, no processo de fiscalização das atividades turísticas e por outro lado o Instituto de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul - IMASUL, no que diz respeito às questões ambientais.

4.2.1. Legislação Turística

No ANEXO 5 é apresentada a legislação turística no âmbito Federal e Estadual.

Ressalta-se que para a instalação de empreendimentos turísticos no Mato Grosso do Sul faz-se necessário o Licenciamento Ambiental regulamentado pelo Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA, através da Resolução 331-98. Esta Resolução define os tipos de empreendimentos que estão sujeitos ao Licenciamento Ambiental (Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação, Renovação de Licença Prévia, Renovação de Licença de Instalação e Renovação de Licença de Operação).

Recentemente, foi instituída pelo Estado a obrigatoriedade de cada atrativo ter um técnico habilitado responsável por estudos e monitoramentos da capacidade de carga, para que seja fornecida licença ambiental, com relatório semestral. A licença é renovável a cada dois anos.

Âmbito Municipal

Município de Bodoquena

Lei n 313/1999 Dispõe sobre regulamentação dos atrativos naturais.

Decreto nº 993/99 – Regulamenta a lei acima mencionada.

Dec. Estadual n.º 10.633/02 - Restringe a pesca e a navegação no córrego Azul e no rio Salobra.

No município de Bodoquena, a Lei Municipal n.º 313/99 e sua regulamentação pelo Dec. n.º 993/99 normatizam a atividade turística, dos guias de turismo e restringe a caça e pesca em áreas turisticamente exploradas; o Dec. Estadual n.º 10.633/02 restringe a pesca e a navegação no córrego Azul e no rio Salobra.

Percebe-se, na lei supramencionada, a junção de matérias diversas colocadas sob o mesmo diploma legal, disciplinando em seus artigos: que todos os atrativos ficam obrigados a se cadastrarem na Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em um prazo de até 60 dias, regulamenta as atividades de Guia de Turismo e Monitor e que se farão sempre presentes na visita de turistas no município, e as atividades de caça e pesca é proibida em áreas naturais como nas grotas, cavidades, nascentes e entorno das águas, pequenos mananciais, rios e seus afluentes, a infração para desrespeito a essa Lei cabe multa e recolhimento de tributos devidos de acordo com o Código Tributário Municipal.

As matérias abordadas não foram devidamente conceituadas, tais como: o que se entende por atrativos naturais, empresas que exploram o turismo, guia de turismo e monitor no âmbito desta lei. Um aspecto importante a ser levantado é o amparo legal para que o monitor possa substituir a função de um guia. É importante ressaltar que existem normas em esferas superiores que disciplinam tais matérias que podem servir de referencial, inclusive para o alinhamento das normatizações municipais as diretrizes federais e estaduais.

O Decreto 998/99 regulamenta a lei supramencionada, deixando ainda uma lacuna quanto à conceituação e maior detalhamento dos objetos por ele disciplinados, e institui o uso de *voucher* como documento de autorização da visita turística, atribuindo a Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a criação de “modelo próprio” do referido documento. O que aliás não aconteceu até a presente data.

Dois aspectos importantes devem ser considerados no Decreto 998/99, são os seguintes: O conjunto de leis que as municipalidades dispõem para o setor de turismo e meio ambiente, merecem uma revisão sob vários aspectos, percebe-se que as mesmas ainda são muito

frágeis, tanto na questão de abrangência, de consistência, da clareza e precisão do texto, quanto da forma de apresentação. Além dos aspectos acima referidos, os diplomas legais devem ser concatenados com base na elaboração de uma política de turismo que fundamente as ações de planejamento, normativas, regulatórias e de fiscalização do município.

Município de Jardim

1997, Maio 09, Lei Nº. 895. Cria o Conselho Municipal de Turismo, fixa o seu Regimento Interno e cria o FUMTUR - Fundo Municipal do Turismo;

1999, Dezembro 16, Lei Nº. 986. Altera o Inciso II do Artigo 7º. Da Lei Municipal 895, incluindo na composição do Conselho um representante escolhido pelos proprietários de hotéis;

2008, Maio 08, Lei Nº. 1.400. Denomina o Centro de Atendimento ao Turista – CAT como Centro de Atendimento ao Turista Julio Ferreira Bastos.

No município de Jardim, os instrumentos legais instituídos especificamente pelo município, tendo em vista a regulação do turismo são restritos e esparsos. Inexistem leis, decretos, instruções ou outros instrumentos normativos voltados para a regulação/ordenação das atividades turísticas no município de Jardim, nem mesmo voltadas para qualquer ação direta de fiscalização ou para o gerenciamento dos atrativos turísticos de propriedade municipal.

Diante do exposto, percebe-se que o Marco Legal e Institucional na Serra da Bodoquena é ineficiente, a legislação do turismo ainda é incipiente deixando muitas lacunas a serem preenchidas neste setor. Neste sentido, verifica-se que é preciso criar instrumentos legais para incentivar, regular e fiscalizar o setor de turismo e meio ambiente.

Município de Bonito

LEI Nº. 914, DE 16 DE ABRIL DE 2002. Reorganiza o Conselho e o Fundo Municipal de Turismo e dá outras providências.

LEI Nº 919, DE 13 DE MAIO DE 2002. Dispõe sobre as atribuições do Guia de Turismo local, a obrigatoriedade de seu acompanhamento nos passeios turísticos no Município e dá outras providências.

LEI Nº. 989, 9 DE DEZEMBRO DE 2003. Estabelece limitações ambientais como forma de conservação de natureza, proteção do Meio Ambiente e defesa das margens nas áreas das bacias hidrográficas dos Rios Formoso, Prata e Peixe, no município de Bonito – MS.

LEI Nº. 1.149 DE, 04 DE NOVEMBRO DE 2008. Autoriza o Poder Executivo Municipal a participar do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa, a abrir crédito especial e dá outras providências.

LEI Nº. 899, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2001. Cria o Conselho e o Fundo Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.

No município de Bonito, a Lei Municipal 689/95 tornou obrigatório o acompanhamento de guias de turismo nos passeios turísticos locais.

A Resolução Normativa nº 09/95 do COMTUR regulamentou a instituição do "voucher" único, principal instrumento para viabilizar o ordenamento da atividade turística em Bonito.

Análise

Diante do acima exposto, percebe-se que o marco legal e institucional é ineficiente, a legislação ambiental, turística e urbanística ainda é incipiente deixando muitas lacunas a serem preenchidas nestes setores. É preciso criar instrumentos legais par incentivar, regular e fiscalizar o setor de turismo e meio ambiente. Ainda é pouca a preocupação com a gestão ambiental dos empreendimentos de turismo instalados no Planalto da Bodoquena, tendo em vista que menos de 50% destes estão operando com licença ambiental. A conscientização dos empreendedores e usuários e a efetiva responsabilização do poder público pela proteção dos recursos naturais enquanto bem comum é uma necessidade iminente;

4.2.2. Legislação Ambiental

O marco legal relativo ao meio ambiente brasileiro é tido como atual, completo e de qualidade, demandando somente ser aplicado em sua totalidade para gerar a eficácia requerida. A esfera municipal é o foco final desses instrumentos regulatórios da gestão ambiental, ainda que, em sua maioria, as leis, decretos e instrumentos normativos pertinentes tenham origem no âmbito federal e estadual de governo. No ANEXO 5 encontram-se listadas as mais significativas legislações federais e estaduais e abaixo as municipais .

Âmbito Municipal Bonito

LEI Nº 950, DE 06 DE MARÇO DE 2003. Dispõe sobre a instituição da “Semana Municipal do Meio Ambiente” no Município de Bonito – MS, e dá outras providências.

LEI Nº. 980, 29 DE OUTUBRO DE 2003. Dispõe sobre a Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

LEI Nº. 988, DE 9 DE DEZEMBRO 2003. Altera os art. 6º e 7º e acresce o art. 3º da Lei nº 899, de 27 de novembro de 2001, que trata do Conselho e o Fundo Municipal de Meio Ambiente, e dá outras providências.

LEI Nº. 899, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2001. Cria o Conselho e o Fundo Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.

LEI Nº. 980, 29 DE OUTUBRO DE 2003. Dispõe sobre a Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

LEI Nº. 988, DE 9 DE DEZEMBRO 2003. Altera os art. 6º e 7º e acresce o art. 3º da Lei nº 899, de 27 de novembro de 2001, que trata do Conselho e o Fundo Municipal de Meio Ambiente, e dá outras providências.

LEI Nº. 989, 9 DE DEZEMBRO DE 2003. Estabelece limitações ambientais como forma de conservação de natureza, proteção do Meio Ambiente e defesa das margens nas áreas das bacias hidrográficas dos Rios Formoso, Prata e Peixe, no município de Bonito – MS.

LEI Nº. 1.149 DE, 04 DE NOVEMBRO DE 2008. Autoriza o Poder Executivo Municipal a participar do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa, a abrir crédito especial e dá outras providências.

LEI Nº. 899, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2001. Cria o Conselho e o Fundo Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.

Âmbito Municipal Bodoquena

DECRETO Nº 2.104/2009. Nomeia os membros para compor o Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA - para o período de 06.08.2009 à 06.08.2011 e dá outras providências.

Apesar de ser um município com forte apelo à questão do meio ambiente em função das belezas naturais, quantidade de áreas de preservação e as potencialidades turísticas, percebe-se que não há uma política municipal preocupada com a área ambiental. Os pontos de exploração do turismo, como os balneários, não possuem estudos de impacto ambiental e nem mesmo licença ambiental para funcionarem. Ainda não é possível analisar problemas mais sérios decorrentes dessa situação, mas em médio prazo há riscos de perdas da qualidade dos atrativos, quer seja pela poluição dos cursos d'água ou mesmo com desmatamento das cabeceiras, ocorrerem o desaparecimento desses preciosos recursos naturais.

Agendas nacionais e estaduais focados na conservação ambiental tem tido um tímido processo de acompanhamento por parte do município, como é o caso da Elaboração da Agenda 21 Estadual, em dezembro de 2000 e mais recentemente a Conferência Estadual de Meio Ambiente, com o tema “Mudanças Climáticas”, onde o município enviou representantes. A criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e a elaboração de seu Plano de Manejo foi objeto de acompanhamento pelo COMTUR e alguns representantes da comunidade se fizeram presentes nas reuniões públicas promovidas pelo IBAMA.

Âmbito Municipal Jardim

Lei Nº. 1168/2003 de 20 De Outubro de 2003. Dispõe sobre a política de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente e dá outras providências.

Lei N.º 1358/2007 de 12 de Dezembro de 2007. Dispõe sobre a proteção e conservação da vegetação de porte arbóreo, especificando as limitações no tocante ao corte e poda de árvores.

Lei N.º 1362/2007 de 13 de Dezembro de 2007. Autoriza o Poder Executivo a criar o projeto “Maternidade Plantando o Futuro: Uma Árvore, Uma Vida”.

A Lei Municipal no. 1168/2003 retrata a Política Municipal de Meio Ambiente e trata: da criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; do Fundo Municipal do Meio Ambiente, criado para concentrar recursos destinados a projetos de interesse ambiental; da coleta, transporte e destinação final dos lixo hospitalares; das áreas de uso regulamentado e Unidades de Conservação; dá diretrizes para a educação ambiental como um instrumento indispensável para a consecução dos objetivos de proteção ambiental; define datas comemorativas (Semana de Meio Ambiente, Dia da Água, Dia da Terra, Dia da Árvore e Dia da Ave); define penalidades e valores de multas para infrações ambientais; entre outros.

De acordo com o CAPÍTULO III da referida Lei, que trata das competências do Município perante a Gestão do Meio Ambiente, cabe ao poder público local:

- Planejar, desenvolver estudos e ações visando a promoção, proteção, conservação, preservação, restauração, reparação, vigilância e melhoria da qualidade ambiental;
- Definir e controlar a ocupação e uso dos espaços territoriais de acordo com suas limitações e condicionantes ecológicos e ambientais;
- Elaborar e implementar planos de proteção ao meio ambiente;

- Exercer o controle da poluição ambiental nas suas diferentes formas;
- Definir áreas prioritárias de ação governamental visando a preservação e melhoria da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;
- Identificar, criar, implantar e administrar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens, estabelecendo normas de sua competência a serem observadas nestas áreas;
- Estabelecer diretrizes específicas para a proteção de recursos hídricos, através de planos de uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias hidrográficas dos rios: Miranda, Prata, Velhos e Perdido.

No Capítulo IV são tratados os instrumentos de aplicação da Política Municipal do Meio Ambiente, quais sejam:

- O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- O Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- O estabelecimento de normas, padrões, critérios e parâmetros de qualidade ambiental;
- O zoneamento ambiental;
- O licenciamento e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras;
- Os planos de Manejo das Unidades de Conservação;
- A avaliação de impactos ambientais e análises de riscos;
- Os incentivos à criação ou absorção de tecnologias voltadas para a melhoria da qualidade ambiental;
- A criação de reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e de relevante interesse ecológico, dentre outras unidades de conservação.
- O Cadastro Técnico de Atividades e o Sistema de Informações administrativas;
- A cobrança de taxa de conservação e limpeza pela utilização de parques, praças e outros logradouros públicos;
- A Educação Ambiental.

É reconhecida a fragilidade do ecossistema da região, decorrente das diferentes formas da ação antrópica sobre o meio ambiente, ocorrida, sobretudo nos últimos anos. Extrativismo, lavouras e exploração agropecuária sem técnicas adequadas, controle insuficiente da atividade turística e o crescimento da rede de estradas de terra desprovidas de caixa de retenção vêm, de forma cumulativa, agravando e ameaçando a sustentabilidade da atividade turística na região. Essa realidade ressalta a importância da presença e eficácia da atuação das instituições voltadas para as questões ambientais.

É missão do Ministério do Meio Ambiente, a formulação e implementação da Política Nacional de Meio Ambiente, contando para tanto com um arcabouço legal condizente com a dimensão da biodiversidade do território brasileiro. Essa legislação é considerada avançada, quando comparada à dos países desenvolvidos, mas não tem encontrado respaldo nas instituições responsáveis por seu cumprimento. É reconhecida a fragilidade dos órgãos ambientais estaduais na fiscalização e preservação do meio ambiente.

A Secretaria do Meio Ambiente (SEMAC-MS), na esfera do Estado do Mato Grosso do Sul, é responsável, entre outras atribuições, pelo licenciamento e fiscalização dos projetos turísticos com impacto ambiental; conta com um reduzido quadro técnico.

A região conta com nove Unidades de Conservação – UC's , entre elas :

- O Parque Nacional da Serra da Bodoquena - criado para proteger a fauna e a flora local, abrange os três municípios.
- O Monumento Natural da Gruta do Lago Azul – Objetiva a proteção das Grutas Nossa Senhora Aparecida e Lago Azul. O IPHAN em parceria com diversas entidades públicas e privadas realizaram o Plano de Manejo dessas grutas propondo formas sustentáveis de utilização.

4.2.3. - Legislação Urbanística (âmbito Municipal)

Município de Bonito:

LEI COMPLEMENTAR Nº. 36, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2000.

Atualizada Pela Lei complementar nº 45, de 09 de dezembro de 2002.

Atualizada Pela Lei complementar nº 50, de 01 de abril de 2003.

Atualizada Pela Lei Complementar nº. 067, de 06 de novembro de 2006.

Dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Bonito-MS e dá outras providências.

LEI Nº 895, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2001. Dispõe sobre a largura das Estradas Municipais e dá outras providências.

LEI Nº. 901, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2001. Acrescenta Parágrafo único e incisos ao artigo 4º da Lei nº. 893, de 30 de outubro de 2001 e dá outras providências.

LEI Nº. 906, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2001. Cria a Fundação de Cultura e de Esportes de Bonito – FUNCEB e dá outras providências.

LEI Nº 931, DE 03 DE SETEMBRO DE 2002. Dispõe sobre a declaração de utilidade pública municipal ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e dá outras providências.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 04 DE SETEMBRO DE 2002. Acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 66 da Lei complementar nº. 36 de 12 de dezembro de 2002 que dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Bonito-MS e dá outras providências.

LEI Nº 934, DE 24 DE SETEMBRO DE 2002. Denomina “Cachoeira Poliana” a cachoeira do Rio Formoso, localizada nas proximidades da convergência com a ponte do Hormino, na Rodovia do Turismo e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 45, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2002 - Acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 66 da Lei complementar nº. 36 de 12 de dezembro de 2000 que dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Bonito-MS e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 046, 17 DE DEZEMBRO DE 2002. Aprova o Plano Diretor do município de Bonito e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR 047, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2002. Institui o Código de Obras do Município e dá outras providências.

LEI Nº. 946, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2002. Dispõe sobre a criação, mediante autorização, de serviço municipal de transporte de passageiro, denominado moto-táxi, e dá outras providências.

LEI Nº. 947, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2002. Dispõe sobre o Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo e dá providências.

LEI Nº 963, DE 12 DE AGOSTO DE 2003. Denomina “Aeroporto de Bonito – Antônio Maria Nunes Rondon” o Aeroporto de Bonito, no Estado de Mato Grosso do Sul.

LEI Nº. 968, 19 DE AGOSTO DE 2003. Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar um lote

de terreno urbano à Associação de Guias de Turismo de Bonito – AGTB, e dá outras providências.

Município de Bodoquena:

Lei nº. 14, de 25/05/1983, Parcelamento e uso do solo;

Lei 57 de 18.08.86 – Código de Obras;

Lei Municipal nº. 59, de 18/08/86 Parcelamento do solo urbano;

Lei nº. 51 de 27/01/1986 – Criação do Perímetro Urbano;

Lei nº. 169/92 – Dispõe sobre o Plano Diretor;

Lei nº. 188/1992 – Acrescenta novo dispositivo ao código tributário municipal;

Lei nº. 257 – de 26/06/1996 – Ampliação Perímetro Urbano;

Decreto nº. 884/1997 – Tabela de cálculo de taxas de serviços;

Lei Orgânica do Município – 1998;

Lei Complementar nº. 04/1998 – Incentivo fiscal para atividade de turismo;

Lei nº. 292/98 – Serviços de transporte de passageiros;

Lei nº. 472/2007 – Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 208 e dá outras providências;

Decreto nº. 1.168/2002 – ITBI;

Decreto nº. 1445/2005 – ISSQN;

Decreto nº. 1491/2006 – IPTU;

Lei nº. 462/2006 – Estima a receita e fixa a despesa do município;

Lei Municipal nº. 58, 18/2008 - Código de Posturas.

Município de Jardim

Lei nº. 225/1967 – de 01 de Julho de 1967 – Código de Postura;

Lei nº. 684/1990 – de 17 de Setembro de 1990 – Parcelamento do Solo Urbano;

Lei nº. 686/1990 – de 19 de Setembro de 1990 – Regulamento sobre as construções;

Lei nº. 816/1993 – de 01 de Julho de 1993 – Isenção do IPTU;

Lei nº. 819/1993 – de 28 de Julho de 1993

Lei Complementar nº. 042/2003 – Atualização do Código Tributário;

Lei Complementar nº. 050/2006 – Plano Diretor Urbano

Lei Complementar nº. 054/2006 – Alteração da Estrutura Organizacional;

Decreto nº. 078/2004 de 18 de Outubro de 2004 – ISS;

Lei Complementar Nº. 050/2006 de 09 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor Urbano do Município de Jardim e dá outras providências

Os três municípios da Serra da Bodoquena têm instituído o Código de Postura, Parcelamento do Solo Urbano, entre outras leis conforme extenso de leis citadas anteriormente no documento referente à Justificativa da Seleção da Área Turística (quadro institucional e aspectos legais).

Conforme o item anterior a este, os municípios tem seus planos diretores elaborados o que com certeza contribuirá para uma legislação urbanística mais completa e eficiente.

O Plano Diretor de um município tem como prerrogativa fundamental a garantia do exercício da autonomia do Município no que concerne o ordenamento físico-territorial e a regulação do crescimento e do desenvolvimento urbano. Isso significa que o município não abre mão da soberania na elaboração e implementação dos princípios da política urbana municipal e das diretrizes de desenvolvimento urbano sobre o território, bem como da responsabilidade pela elaboração, aprovação e aplicação da legislação que regulamenta o uso e a ocupação do seu território.

A competência para legislar e promover o planejamento urbano, o ordenamento territorial e o controle do uso e da ocupação do solo são atribuições do município, prevista na Constituição Federal de 1988, nos termos do artigo 30. Além disso, a própria Constituição Federal, através dos artigos 182 e 183, atribuem ao município a competência para definir a sua política urbana, com os objetivos de garantir o pleno exercício das funções sociais da cidade e das propriedades urbanas e as condições dignas de habitabilidade, de bem-estar e de vida de sua população.

Em relação às salvaguardas a serem observadas destacam-se a observação e cumprimento das normas e regulamentos ambientais e urbanísticos, bem como das exigências realizadas pelos órgãos responsáveis pela gestão ambiental. Também devem ser observados normas e regulamentos relacionados ao uso e ocupação do solo, principalmente, as inseridas dentro no Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo de cada cidade. Portanto, ao se desenvolver um determinado projeto devem ser levantados todos os aspectos ambientais mais significativos do empreendimento a ser desenvolvido, bem como realizar uma consulta, junto ao órgão ambiental e órgão responsável pela gestão territorial competente, sobre os requisitos mínimos para minimizar os possíveis impactos ambientais e urbanísticos.

4.3. - QUADRO DE INCENTIVOS - VANTAGENS E/OU DESVANTAGENS QUE O TURISMO OFERECE PARA A CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS.

O segmento de turismo é gerador direto de renda para os municípios que possuem atrativos e grande impulsionador das demais atividades existentes, produzindo efeitos diretos e indiretos sobre a economia local e regional, tais como, estímulo ao setor de comércio e serviços, elevação da arrecadação tributária e geração de novos postos de trabalho.

No entanto, um dos maiores obstáculos a ser enfrentado pelas empresas que atuam neste segmento é a elevada burocracia existente para a regularização das atividades turísticas, além da enorme exigência para se conseguir a regularização ambiental, especialmente quando o interesse é pelo turismo de aventura e/ou rural. Tais impedimentos tornam o processo mais demorado e bem mais custoso, inibindo de certa forma o desenvolvimento dos municípios atingidos.

Outro entrave que acarreta na impossibilidade do pleno desenvolvimento do setor de turismo em alguns municípios diz respeito à falta de mão-de-obra qualificada para receber de forma adequada os turistas nacionais e estrangeiros, o que limita a abertura de novos empreendimentos.

Acesso a financiamentos de curto e longo prazo - Nos últimos anos, como parte de uma política nacional para acelerar o desenvolvimento do setor de turismo, as instituições financeiras federais passou a disponibilizar linhas de financiamento específicas com recursos federais para o financiamento de novos empreendimentos turísticos. A seguir, segue um quadro detalhado das principais linhas disponíveis.

Quadro 52 - Demonstrativo das principais linhas de financiamento.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	LINHA DE FINANCIAMENTO	FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS	PRAZOS	TAXAS DE JUROS
BANCO DO BRASIL/FCO	Desenvolvimento do Turismo Regional.	Implantação, Ampliação e Modernização de Empreendimentos Turísticos.	Meios de hospedagem, agências de turismo, parques temáticos, restaurantes, bares, centros de convenções, casas de espetáculos.	Investimento fixo: - até 12 anos; - até 20 anos p/ meios de hospedagem. Capital de Giro: até 3 anos.	De 6,75% a 10,0% ao ano, dependendo do porte do empreendimento.
BNDES	BNDES Finem – Capacidade Produtiva para o Turismo.	Apoiar a implantação, expansão e modernização do Complexo Turístico Nacional.	Empreendimentos de infraestrutura, serviço turístico e ecoturismo em áreas de preservação ambiental.	Investimento fixo: - até 8 anos p/ reforma, ampliação e modernização; - 10 anos p/ novos empreendimentos.	Custo Financeiro + Remuneração Básica do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada.
BNDES	ProCopa Turismo – Hotel Sustentável.	Construção, Reforma, Ampliação e Modernização de Hotéis.	Hotéis que obtenham a Certificação no Sistema de Gestão da Sustentabilidade para Meios de Hospedagem.	- Construção de novos empreendimentos: até 18 anos. - Ampliação, reforma e modernização de empreendimentos: até 12 anos.	Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Risco de Crédito + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração do Agente Financeiro.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	PROGER Turismo – Investimento.	Projetos de Investimento e Capital de Giro associado.	Micro ou Pequena Empresa do ramo turístico.	Até 5 anos incluído a carência.	* TJLP + 5,0% ao ano p/ operações de até 48 meses. * TJLP + 5,33% ao ano p/ operações acima de 48 meses. * IOF conforme legislação vigente.

Fonte: elaboração própria.

O Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Lei Complementar nº. 93, de 05 de novembro de 2001, alterada pela Lei Complementar Estadual nº. 103, de 19 de setembro de 2003, instituiu o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-EMPREENDEDOR). Tal programa prevê benefícios fiscais estaduais somente para a instalação de novos empreendimentos industriais, de forma que o setor de turismo não é contemplado com esses incentivos.

Neste sentido, cabe ao chefe do poder executivo municipal autorizar a doar e conceder direito real de uso com promessa de doação, e permutar terreno para a instalação ou ampliação das obras necessárias ao funcionamento do empreendimento; executar, diretamente ou por terceiros, os serviços de infraestrutura necessários à edificação das obras civis e vias de acesso; conceder redução no valor da Taxa de Aprovação do Projeto Arquitetônico; e conceder redução no valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, incidente sobre o imóvel onde funcionar a empresa incentivada e o prazo.

Dotação de Tecnologia de última geração ou facilitação de trâmites burocráticos de todo tipo - Para o desenvolvimento do setor de turismo existem alguns mecanismos facilitadores para a obtenção de financiamentos de forma direta. Um dos principais é o Cartão BNDES, cartão de crédito que tem por objetivo financiar investimentos de micro, pequenas e médias empresas, com faturamento anual de até R\$ 90 milhões. As compras podem ser realizadas diretamente pelo cliente na empresa fornecedora ou por meio da internet, bastando só informar ao fornecedor o número do seu cartão.

Este sistema de compra, de última geração, elimina o tempo gasto nas operações de aquisição de novas máquinas e equipamentos pelos empreendimentos turísticos, uma vez que o crédito é pré-aprovado e as taxas de juros são atrativas.

4.3.1. Incentivos Municipais

Quanto aos incentivos municipais, o município de Bonito tem as seguintes leis de incentivo:

Município de Bonito

LEI Nº. 901, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2001. Acrescenta Parágrafo único e inciso ao artigo 4º da Lei nº. 893, de 30 de outubro de 2001 e dá outras providências.

Art. 1º. O artigo quarto da Lei nº. 893, de 30 de outubro de 2001, fica acrescido de parágrafo único e incisos I e II, assim redigidos:

“Parágrafo Único. Fica o Município autorizado a conceder isenção do imposto sobre serviços de qualquer natureza, da qual decorra renúncia de receita, acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, no exercício em que deverá iniciar sua vigência e nos dois seguintes, observando as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, mediante autorização legislativa...”

LEI COMPLEMENTAR Nº. 041, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2001. Dispõe sobre a instituição do Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Bonito e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 042, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2001. Dispõe sobre a concessão de benefícios fiscais de isenção sob a incidência tributária do ISS para as empresas responsáveis pela construção e operação do ECO-RESORT PANTANAL, a ser edificado no município de Bonito e dá outras providências.

Parágrafo Único. “Fica o Município autorizado a conceder isenção do imposto sobre

serviços de qualquer natureza, da qual decorra renúncia de receita, acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, no exercício em que deverá iniciar sua vigência e nos dois seguintes, observando as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, mediante autorização legislativa e atendendo...”

Não foram encontrados registros de benefícios fiscais de isenção dos outros dois municípios.

Análise:

Na prática, não existe fomento a atividade turística por parte das prefeituras, haja vista a ausência de leis municipais que incentivem o turismo.

Há necessidade de se criar leis municipais de incentivos ao turismo como, por exemplo, a redução temporária de ISS para novos empreendimentos turísticos, conceder redução gradativa do IPTU conforme o tamanho do empreendimento etc.

Há recursos provenientes para financiamento do turismo no Fundo Constitucional de Financiamento o Centro Oeste – FCO, porém o acesso é restrito aos poucos que preenchem os requisitos cadastrais exigidos pelo Banco do Brasil. Os municípios e o Governo do Estado devem orientar aos potenciais investidores sobre projetos e condições de elegibilidade para o FCO.

5. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

A análise socioambiental do polo abrange as condições ambientais específicas de uma área de grande relevância ecológica, considerando os impactos ambientais existentes, sobretudo os decorrentes do setor turístico, incluindo a gestão ambiental pública, privada e destaca os instrumentos de planejamento e controle territorial existentes.

Para esta análise foram buscadas informações junto aos órgãos e representantes do setor e complementadas com visitas *in loco* a atrativos turísticos e aos órgãos municipais correspondentes ao turismo e ao meio ambiente.

5.1. CONDIÇÕES AMBIENTAIS DA ÁREA TURÍSTICA.

O Polo da Serra da Bodoquena (Bonito, Jardim e Bodoquena) localiza-se no Planalto da Bodoquena, que tem sua origem estimada em mais de 500 milhões de anos, ocorrida durante o período Pré-Cambriano. Essas rochas calcárias expostas estão em processo de dissolução e, pelas fraturas, formam-se cavernas, abismos e condutos subterrâneos. Ocorrem ainda ressurgências e surgências, conhecidas como olhos d'água, que são as nascentes da Baía Bonita, do Rio da Prata, em Jardim, e do Rio Sucuri (BOGGIANI, 1999).

O Planalto da Bodoquena localizado na porção oeste de Mato Grosso do Sul, é contornado pelas Depressões do Miranda e Apa e pelo Pantanal Mato-Grossense. Trata-se de um conjunto de relevos serranos de caráter residual, com direção norte-sul, que se ergue como um extenso divisor entre a bacia do Rio Paraguai (a oeste) e as bacias do Apa (ao sul) e Miranda (a leste). Apresenta altitudes de 400m a 650m, sendo que algumas áreas do entorno podem apresentar altitudes superiores à 750m ou inferiores a 400m, e as maiores altitudes se apresentam a oeste devido ao mergulho regional das camadas.

Essa região é caracterizada por uma cadeia de montanhas, com saliências irregulares, cônicas ou tabulares, com solos calcários e com cobertura originalmente de ambiente de Cerrado e Floresta Estacional Semidecidual, com matas de galeria ou ciliar ao longo dos rios e córregos (formando uma barreira de calcário, cujas encostas submergem em pequenas planícies de arenito ou calcário, com aspecto de campo. (ALHO, *et al*; 2007).

A Serra da Bodoquena conta com uma enorme variabilidade do meio físico em função da diferenciação litológica e geomorfológica e, em consequência, uma distribuição de recursos hídricos com rios associados às feições cársticas, em rochas calcárias calcíticas e dolomíticas, com águas cristalinas, atrativas para o turismo na natureza (ALHO *et al*, 2007)

Além dos rios e córregos em rochas calcárias, as feições geológicas com porosidade e permeabilidade do subsolo facilitam a percolação da água subterrânea e polarizam os processos de dissolução e precipitação de carbonatos de cálcio e carbonatos de magnésio na formação de estalagmites e estalactites, que também constituem atrativos de ecoturismo nas grutas da região. Grutas com lagos submersos e cachoeiras são procuradas pelos turistas (ALHO *et al*, 2007).

Considerando que as atividades turísticas da região são embasadas nos ecossistemas aquáticos e no patrimônio espeleológico, condições ambientais que já foram avaliados e caracterizados no PDTIS/2004, na sequência serão apresentadas as mesmas caracterizações, porém com atualizações, do monitoramento da qualidade das águas e de outros estudos implementados na região.

5.1.1. Ecossistemas aquáticos

A rica biodiversidade do polo em questão é uma resultante de milhões de anos de evolução biológica, decorrente de uma complexa combinação de fatores naturais que permitem que plantas aquáticas, peixes e uma grande variedade de invertebrados coexistam em nascentes de águas absolutamente cristalinas. Em conjunto, estes organismos formam um intrincado ecossistema, que conecta desde uma alga unicelular aos grandes predadores dos rios, como os dourados e as ariranhas (Sabino, 2002)

Justamente esta magnitude biológica aliada às características específicas dos recursos hídricos locais faz da região um importante polo nacional de ecoturismo, envolvendo em sua grande maioria atividades aquáticas, como flutuações, nado, banhos, mergulho, passeios de bote, entre outros.

Pesquisas realizadas pela EMBRATUR em 1998 demonstraram que os recursos hídricos têm forte apelo turístico, fazendo parte da preferência dos visitantes em todas as regiões pesquisadas. Os rios, quedas d'água e lagos (naturais ou artificiais) são os sistemas mais procurados pelos turistas na grande maioria das regiões e, na Serra da Bodoquena, a visitação pública a áreas naturais é realizada basicamente em propriedades particulares, onde os estudos sobre os impactos ambientais da atividade são ainda incipientes (MEDINA JUNIOR, 2007).

A área compreendida pelo Polo Serra da Bodoquena pertence à Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, e seus principais rios à Bacia do Miranda. Destacam-se como cursos d'água com maior potencial turístico o Rio Miranda, o Rio Formoso, Rio Sucuri, Rio Mimoso, Rio Perdido, Rio Chapena, Rio da Prata, Rio Salobra, Rio Betione e seus afluentes. Atualmente há uma alta concentração de atrativos turísticos às margens do Rio Formoso e seus afluentes em Bonito e igualmente, tende a ocorrer o mesmo no Rio da Prata em Jardim e no rio Betione em Bodoquena (figura 69).

As rochas carbonáticas presentes na região possibilitou a formação de inúmeras feições cársticas, tais como colinas, sumidouros, ressurgências, além da formação das cavernas. Deste modo, as paisagens do polo apresentam características que estarão diretamente relacionadas ao fenômeno de desenvolvimento cárstico, cuja principal propriedade é a presença da drenagem subterrânea.

“Graças a esta drenagem característica, as águas que correm em superfície podem, abruptamente, adentrar em canais abertos no interior do bloco calcário (sumidouros), dando origem ao” vale cego “e, a jusante, ressurgir, passando a correr em superfície novamente (ressurgências). (DIAS, 2000)

Na região há também inúmeras surgências, conhecidas como “olhos d'água”, como na Baía Bonita ou Aquário Natural, Rio Sucuri (Bonito), nascente do Rio da Prata (Jardim) e no Córrego Azul (Bodoquena), dentre outras. (MATO GROSSO DO SUL, 2005)

Em decorrências deste cataclasmamento e brechamento das rochas calcárias e à circulação das águas em subsuperfície, estas funcionam como reservatórios hídricos subterrâneos, criando áreas de recarga e áreas de descarga. (DIAS, 2000)



Fonte: Hidrografia – CPRM, 2006, Atrativos – PRODETUR, 2008.

Neste ecossistema a vegetação aquática é densa e amplamente distribuída ao longo dos corpos hídricos, a qual tem um importante papel no ambiente, como alimento e abrigo para a fauna aquática. As folhas das plantas aquáticas são ingeridas por insetos, que em boa parte caem na água, servindo de alimentos para os peixes. Também certas aves buscam insetos nas plantas aquáticas emergentes. As piraputangas (*Brycon microlepis*) saltam para comer folhas aéreas de *Gomphrena elegans*, enquanto a densa ramificação submersa dessa planta funciona como berçário e viveiro para as formas jovens desse peixe e para espécies menores como o mato-grosso (*Hyphessobrycon callistus*). Nas folhas da vegetação submersa cresce perifíton, alimento de peixes iliófagos como o curimatã (*Prochilodus lineatus*) e de pequenos organismos aquáticos que fazem parte da complexa teia alimentar do rio. Caramujos põem ovos e se alimentam das folhas, e, por sua vez, servem de alimento a aves, como o carão (*Aramus guarauna*), e peixes. (POTT; 2000)

A alta piscosidade dos rios da região, sua variedade de tamanhos e cores tem grande atratividade para turistas em atividades como flutuação e mergulho quando se podem observar espécies como vermelho-escarlata do mato-grosso (*Hyphessobrycon eques*), piautres-pintas (*Leporinus friderici*), cachara, (*Pseudoplatystoma fasciatum*) e mesmas espécies raras e endêmicas como o recém-descoberto cascudo albino, conhecido pelos cientistas como *Ancistrus formoso*.

Toda esta potencialidade está sob pressão do uso e ocupação existente nas sub-bacias que compõem a Serra da Bodoquena e a seguir descrevem-se alguns problemas ambientais detectados que podem comprometer a qualidade dos cursos de água importantes para o turismo.

O uso dos córregos que tem suas nascentes e/ou corta a área urbana e peri-urbana, também contribuem na qualidade dos atrativos/produtos turísticos localizados em áreas rurais. Os levantamentos realizados para a execução das drenagens urbanas dos três municípios em questão relatam que existem problemas ambientais nestes córregos. Informações estas que são reforçadas pela avaliação do monitoramento estadual da qualidade da água, que detectam por meio dos parâmetros avaliados, que estes córregos são receptores de efluentes domésticos *in natura* clandestinos, possuem muitos sedimentos provenientes de processos erosivos, ou mesmos suportam os lançamentos das ETE's, o que comprometem a qualidade requerida na categorização existentes destes corpos d'água e impactam negativamente os principais rios turísticos da região como o Formoso e Betione.

No Município de Bodoquena dentro do projeto de Drenagem Urbana do Município foram levantados três córregos urbanos: João Augusto, Acampamento e o Sol nascente. O Córrego João Augusto, afluente do Rio Betione, localiza-se na região Norte do Município, sendo composto de parte urbana e parte rural. A sua microbacia possui solo do tipo arenoso susceptível a erosão, sendo sua principal ocupação a pecuária extensiva sem conservação de solo e ocupação urbana conforme foto seguinte.



Foto 30 – Travessia do Córrego João Augusto com a rodovia, mostrando a ausência de Área de Preservação Permanente, início de processo erosivo.

Fonte: Projeto de Drenagem/PRODETUR/2006 (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)



Foto 31 - Ocupação dentro da Área de Preservação Permanente.

Fonte: Projeto de Drenagem/PRODETUR/2006 (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)

Quando da coleta de amostras da água do córrego João Augusto a montante da ponte, foi observado, pelos técnicos que fizeram a avaliação ambiental no projeto de drenagem urbana, a coloração escura da água com forte odor, característico de esgoto *in natura*, provavelmente proveniente do esgoto doméstico das casas do fundo de vale que estão dentro da área de preservação permanente (Foto 31 e 32).



Foto 32 – Ponto de coleta da água a montante da ponte do córrego João Augusto.

Fonte: Projeto de Drenagem/PRODETUR/2006 (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)

A bacia do Córrego Acampamento é pequena com inclinação suave sendo o mesmo afluente do Rio Salobra, localizado na área urbana na região Leste do Município, tendo sua nascente dentro da área peri-urbana da cidade correndo no sentido sul-norte. A principal ocupação da bacia é pequenas lavouras de subsistência, como cana, hortaliças e criação de gado de leite. No local não existe Área de Preservação Permanente exigida por lei, com forte susceptibilidade a erosão conforme mostrado na foto seguinte.



Foto 33– margem esquerda do talvegue que origina a nascente do córrego Acampamento.

Fonte: Projeto de Drenagem/PRODETUR/2006 (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)

Na bacia encontramos um ponto onde há a formação de erosão proveniente das águas de chuva da área urbana da cidade, neste local não existe curva de nível ou outro dispositivo de conservação do solo, conforme ilustra a foto a seguir.



Foto 34 – Erosão na Bacia do Córrego Acampamento.

Fonte: Projeto de Drenagem/PRODETUR/2006 (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)

A bacia do Córrego Sol Nascente é pequena com inclinação suave sendo o mesmo afluente do Rio Salobra, localizado na área urbana na região Norte do Município, tendo sua nascente dentro da área peri-urbana da cidade correndo no sentido sul-norte, conforme foto abaixo:

Uma das principais ocupações da bacia são as pequenas lavouras de subsistência e criação de gado. No local não existe Área de Preservação Permanente, com afloramento de rocha e lençol freático por toda a área. A água corre suavemente pelo leito, tendo pouca turbidez e límpida



Foto 35 – Nascente do Córrego Sol Nascente.

Fonte: Projeto de Drenagem/PRODETUR/2006 (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)

No município de Jardim foram levantados os chamados talvezques que não possuem uma denominação específica e o córrego Cachoeirinha, que drenam principalmente para o rio Miranda, mas que pelos levantamentos realizados, quando da elaboração do projeto de drenagem urbana, encontram-se sem a devida conservação ambiental.

O córrego que corta a Vila Angélica (Bacia Nordeste), ainda não recebeu denominação municipal, sendo conhecido como talvezque da bacia nordeste. Este córrego foi tubulado em sua nascente e trecho médio, seguindo posteriormente como um canal natural aberto, tal como ilustrado na foto seguinte, que em virtude do grande aporte de águas drenadas, excede a capacidade de suporte e tem a formação de processos erosivos. Próximo ao rio

Miranda, nesta bacia, tem-se a Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, que têm como receptor direto o leito do próprio rio.



Foto 36 - Início do talvegue na Bacia Nordeste (Vila Angélica).

Fonte: Projeto de Drenagem/PRODETUR/2008 (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)

A bacia sudeste (Vila Brasil) com poucas ruas asfaltadas é atendida parcialmente pela rede de drenagem existente e sem tratamento de esgoto doméstico. Apresenta um grotão que recebe os lançamentos do sistema de drenagem, que segue como canal aberto por toda sua extensão. Por ser um curso aberto na área urbana, sofre com a falta de consciência ambiental da população do entorno, uma vez, que é possível observar em quase todo seu leito, a presença de lixo e entulhos (restos de materiais de construção), depositados em suas margens e carregados em seu leito. Este grotão é ainda, um curso d'água com menos de 10 metros de largura e deveria ser submetido à legislação ambiental vigente.



Foto 37 – Presença de barracos e construções em APP. (Bacia Sudeste).

Fonte: Projeto de Drenagem/PRODETUR/2008 (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)

Existe na Área de Preservação Permanente- APP, a presença de animais que utilizam o leito do córrego para dessedentação o que aumenta a compactação do solo promovendo o aumento do escoamento superficial acelerando a formação de processos erosivos. Encontra-se ainda as margens do córrego a instalação de empreendimentos comerciais como lavadouros de carros, entre outros, que escoam seus efluentes para seu leito, demonstrando a inexistência de licenciamento ambiental.



Foto 38 – Instalações comerciais em APP.

Fonte: Projeto de Drenagem/PRODETUR/2008 (MATO GROSSO DO SUL, 2010d)

Na Bacia nordeste (Jardim Panorama) a rede hidrográfica que compõe esta região, é dada pela presença do córrego Cachoeirinha, que possuem afluentes dentro do perímetro urbano municipal, muito descaracterizado por ações antrópicas decorrentes da urbanização do município. À jusante do córrego, encontra-se a Estação de Tratamento de Esgoto cachoeirinha, que serve de destino para a emissão final de seus efluentes.

A seguir são extraídos dados do Relatório de Qualidade das Águas Superficiais do Estado de Mato Grosso do Sul 2008 de autoria do IMASUL (MATO GROSSO DO SUL, 2009b), que corroboram com os levantamentos realizados pelos projetos de drenagem urbana, elaborados no âmbito do PRODETUR, que complementam as análises dos córregos urbanos, com os dados referentes ao município de Bonito, aportando informações da sub-bacia do rio Formoso e especificamente do córrego Bonito.

5.1.2. - Monitoramento da Qualidade da água.

No Polo da Serra da Bodoquena os recursos hídricos possuem uma grande função socioeconômica, além de ser fundamental tanto no aspecto natural (preservação e manutenção das espécies, manutenção do ciclo hidrológico) quanto no aspecto antrópico e social (abastecimento humano, diluição de efluentes), pois é a base para o desenvolvimento de atividades turísticas.

Para tanto a manutenção destes recursos hídricos em termos qualitativo e quantitativos são primordiais e por isto, desde 1996 o Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul - IMASUL vem realizando o monitoramento da qualidade das águas em vários municípios do Mato Grosso do Sul, incluindo os do polo em questão.

Na Bacia do Rio Miranda, são retiradas amostras de 29 pontos de coletas, dentre os quais, para região da Serra da Bodoquena, somente o município de Bonito possui pontos de análises implantados, dos quais 11 estão localizados na Microbacia do Rio Formoso: quatro no Rio Formoso, cinco no Córrego Bonito, um no Córrego Restinga e um no Córrego Saladeiro, conforme abaixo apresentados os pontos monitorados com seus respectivos códigos IMASUL e localização:

- FO2073 Rio Formoso, a montante da foz do córrego Sucuri
- FO2065 Rio Formoso, no Balneário Municipal, a 65 km da foz
- FO2047 Rio Formoso, na Ilha do Padre

- FO2000 Rio Formoso, na foz
- BO2014 Córrego Bonito, na nascente
- BO2010 Córrego Bonito, a montante do córrego Restinga
- BO2008 Córrego Bonito, a montante da foz do córrego Saladeiro
- BO2007 Córrego Bonito, a jusante da foz do córrego Saladeiro (criado em 2008 para acompanhar a qualidade da água em decorrência da ETE ali presente)
- BO2000 Córrego Bonito, na foz
- RE2000 Córrego Restinga, na foz
- SA2000 Córrego Saladeiro, na foz

Na sequência são apresentados os dados de monitoramento da água na Microbacia do Rio Formoso, resultantes de análises laboratoriais dos parâmetros físicos, físico-químicos, químicos e bacteriológicos. Todos estes dados pertencem ao Relatório de Qualidade das Águas Superficiais do Estado de Mato Grosso do Sul 2008 de autoria do IMASUL (MATO GROSSO DO SUL, 2009b).

Nesta avaliação da qualidade das águas superficiais foram utilizados os seguintes métodos: Índice de Qualidade da Água - IQA_{NSF} , Oxigênio Dissolvido – OD, IQA 20% e OD 20%. O IQA aqui apresentado e adotado pelo IMASUL é o da *National Sanitation Foundation* (NSF-USA), adaptado pela Cetesb, o qual incorpora nove parâmetros relevantes para a avaliação da qualidade das águas: coliformes fecais, pH, demanda bioquímica de Oxigênio, Nitrogênio total, Fósforo total, temperatura, turbidez, resíduo total, Oxigênio dissolvido. Abaixo segue a classificação da qualidade da água em função da graduação deste índice:

Qualidade	péssima	ruim	aceitável	Boa	ótima
Índice	0 a 19	20 a 36	37 a 51	52 a 79	80 a 100

A Microbacia do Rio Formoso apresentou qualidade de água, variando entre BOA e ÓTIMA, em 2008, considerando os valores de IQA, obtidos a partir das amostras analisadas. A aplicação do IQA médio anual aponta para a qualidade BOA das águas do Rio Formoso, em todo seu trecho monitorado, variando entre 66 e 76. (Quadro abaixo).

No mesmo quadro pode ser observado que a partir do mês de maio, não foram mais realizadas coletas no ponto 00MS23BO2010, em função da alteração do ponto de lançamento da ETE, passando a fazer parte das coletas o ponto 00MS23BO2007, que apresentou IQA aceitável no mês de maio e ruim nos meses subsequentes.

Quadro 53 - Qualidade das águas da microbacia do Rio Formoso Medida pelo IQA_{NSF} , no ano de 2008.

Pontos de Amostragem	Qualidade das águas medida pelo IQA_{NSF}				
	Mar	Maio	Jul	Set	Nov
00MS23FO2073	62	71	70	60	66
00MS23FO2065	75	80	79	69	78
00MS23FO2047	74	65	75	70	80
00MS23FO2000	73	66	68	62	75
00MS23BO2014	47	60	55	57	41
00MS23BO2010	40	*	*	*	*
00MS23BO2008	56	64	57	59	47
00MS23BO2007	*	47	20	18	31

00MS23BO2000	45	54	44	44	59
00MS23RE2000	50	64	66	37	54
00MS23SA2000	55	57	41	*	55

*Não houve coleta



Ótima (80-100)



Boa (52-79)



Aceitável (37-51)



Ruim (20-36)

Fonte MATO GROSSO DO SUL, 2009b

Os pontos de amostragem da Microbacia do Rio Formoso, apesar de em maior parte apresentarem qualidade da água BOA, tiveram algumas amostras que resultaram em desconformidade com os padrões de suas classes, conforme citados a seguir.

Ressalta-se que a Deliberação nº03/97, do Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA/MS enquadrou o Rio Formoso e seus afluentes até a confluência com o córrego Bonito, na Classe Especial, e os demais trechos na Classe 2. Na Classe Especial incluem-se as águas destinadas ao abastecimento doméstico, sem prévia ou com simples desinfecção, bem como a preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas. Já os corpos d'água da Classe 2, destinam-se ao abastecimento doméstico, após tratamento convencional, à proteção das comunidades aquáticas, à recreação de contato primário (esqui-aquático, natação e mergulho), à irrigação de hortaliças e plantas frutíferas e à criação natural e/ou intensiva (equicultura) de espécies destinadas à alimentação humana

O ponto 00MS23FO2073 (Rio Formoso, a montante da foz do córrego Sucuri), enquadrado como Classe Especial, e localizado próximo à nascente, apresentou uma concentração de OD fora do padrão, provavelmente em decorrente da influência da pecuária intensiva e extensiva, suinocultura e agricultura.

O Rio Formoso, que concentra um número expressivo de atrativos turísticos, ao longo de todo o ano de 2008 apresentou qualidade BOA, incluindo a qualidade ÓTIMA em maio, no Balneário Municipal e, em novembro, na Ilha do Padre, sendo apto para o uso múltiplo, inclusive a balneabilidade e a recreação de contato primário. Porém, no Balneário Municipal (ponto 00MS23FO2065) houve amostras com concentrações fora do padrão para a Classe 1 e da mesma maneira, a Ilha do Padre, ponto 00MS23FO2047, apresentou os parâmetros OD (em março), Fósforo total (em maio e julho) e coliformes termotolerantes (em setembro), em desacordo com a Classe 2.

Os melhores índices observados em 2008, no Balneário Municipal, devem-se ao efeito das corredeiras que propiciam a turbulência e oxigenação da água e a área de banhado que o rio atravessa e que funciona como um filtro natural para as suas águas.

O ponto 00MS23BO2007, que monitora o impacto do efluente da ETE sobre o Córrego Bonito, apresentou qualidade ACEITÁVEL no mês de maio, quando os parâmetros coliformes termotolerantes e Fósforo total estiveram em desacordo com o padrão da Classe 2. Posteriormente, em julho, setembro e novembro, a qualificação obtida foi a RUIM, com coliformes termotolerantes, apresentando valores que variaram de 280.000NMP/100ml (em novembro) até 2.200.000NMP/100ml (em setembro), Fósforo total apresentando concentrações entre 3,020mgP/L, em novembro, e 7,600mgP/L, em julho.

Neste ponto, ainda registraram-se como fora do padrão o OD, o DBO5,20 em julho e setembro, respectivamente e o Nitrogênio amoniacal fora do padrão desta Classe durante todo o período monitorado.

O ponto 00MS23BO2000 com qualidade ACEITÁVEL em março, julho e setembro, apresentou Fósforo total em concentrações fora do padrão da Classe 2 durante todo o período amostrado, parâmetros de coliformes termotolerantes acima do limite nos meses de março a setembro, e OD fora do padrão desta Classe em março, julho e setembro.

Em geral, a baixa qualidade das águas do córrego Bonito é decorrente do lançamento de esgoto doméstico não tratado e do efluente da E.T.E., sendo refletidos pelas alterações nos parâmetros coliformes termotolerantes, DBO₅,₂₀, OD, Fósforo total e Nitrogênio amoniacal.

No PDITS/2004 era apontado à piora na qualidade das águas na bacia do rio Formoso, que é monitorado desde 1996, principalmente, o córrego Bonito e o rio Formoso no ponto de lançamento do mesmo córrego.

5.1.3. Patrimônio Espeleológico

A formação de uma cavidade subterrânea natural é consequência das condições especiais do meio ambiente e também do meio externo que a circunda, assim todas as alterações externas, como poluição das águas, desmatamento, afetam o seu ambiente interior, suas formas de vida e a própria formação dos espeleotemas. Igualmente, ressalta-se que a poluição interna das cavernas tanto por dejetos, como por construções para comodidade dos turistas, ou retirada de pedaços de ornamentos para lembranças ou inscrições de nomes nas paredes e tantos outros atos de podem comprometer severamente estes ambientes frágeis.

A formação calcária da região da Serra da Bodoquena, seu natural processo de dissolução e fraturas existentes fazem com que o polo tenha uma expressiva variedade de cavidades secas e úmidas subterrâneas naturais, que mostram registros importantes da história geológica da região e/ou do planeta ou beleza cênica excepcional, podendo incluir aspectos arqueológicos, ecológicos, históricos ou culturais.

Para que estas potencialidades de turistificação das cavidades naturais da região da Serra da Bodoquena sejam adequadamente exploradas e, no caso de UCs como o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, subsidiem a elaboração de seus planos de manejo é necessário definir as cavidades de acesso público, uso técnico-científico, turístico entre outros pautados na análise das fragilidades e na atratividade espeleoturísticas. (LOBO, 2007).

O mesmo autor indica que para identificar o potencial espeleoturístico, faz-se necessário levantar os fatores de maior atratividade, que estão ligados ao ideário de natureza intocada, de aventura, à beleza cênica e à paisagem subterrânea. Estes podem ser identificados por meio da análise das variáveis e indicadores ambientais, conforme demonstrado na figura seguinte.



Figura 70 – Variáveis ambientais a serem consideradas na análise da potencialidade turística de cavidades.

Fonte: LOBO, 2007.

Neste contexto as cavidades subterrâneas naturais da região da Serra da Bodoquena apresentam vocação turística contemplativa e de turismo de aventura, tanto para atividades verticais como para atividades aquáticas, sendo muitas destas já consolidadas como empreendimentos turísticos: Gruta do Lago Azul, Gruta de Nossa Senhora Aparecida, do Carneiro, Abismo Anhumas, Buraco das Araras, entre outros.

No PDITS/2004 é apresentando o resultado de levantamento realizados na região onde se indica a existência de aproximadamente 30 cavernas em Bonito. Catalogadas no CECAV estão cerca de 150 Grutas e Cavernas em todo o pólo; destacando-se pela importância turística a Gruta do Lago Azul, a Gruta N. Sra. da Aparecida, Abismo Anhumas e a Gruta São Miguel, que compõe o mesmo complexo, no município de Bonito (Figura seguinte); A Caverna Natural Lagoa Misteriosa e o Buraco das Araras, no município de Jardim e; a gruta do Urubu-rei, catalogada no município de Bodoquena, mas ainda sem um estudo ambiental para a exploração turística.

A Gruta do Lago Azul é formada por um salão principal, Salão do Lago, medindo 143mx80m, piso inclinado e lago subterrâneo com mais de cinquenta metros de profundidade, onde incide diretamente raios solares, destacando sua coloração, devido à ampla entrada circular, com cerca de 40 m de diâmetro, da gruta. Recentemente sua licença ambiental de operação foi renovada, sendo o limite de visitas por dia ao atrativo de 305 pessoas, divididas em grupos de até 15 pessoas, sendo possível entrar até quatro grupos com o intervalo entre um e outro grupo é 20 minutos.

Foi elaborado um EIA-RIMA e Plano de Manejo da Gruta do Lago Azul e N. Senhora Aparecida (Figura seguinte), que teve sua 3ª versão concluída em 2007, tendo por objetivo o Licenciamento Ambiental destas grutas e a implantação das seguintes estruturas:

1) melhoria no caminhamento atual da Gruta do Lago Azul e sua ampliação (novo caminhamento);

- 2) centro de visitantes aos turistas para as grutas do Lago Azul e Nossa Sra. Aparecida e demais infraestruturas de apoio externas às cavernas. (OBS. O CECAV/IBAMA exigiu que o estudo das cavernas fosse separado em dois, mas a infraestrutura de visitação é única para as duas cavernas, o que dificulta o desmembramento do estudo, por esse motivo, a parte relativa às infraestruturas externas foram mantidas por completo nos dois EIA-RIMA's);
- 4) Plano de manejo espeleológico da Gruta do Lago Azul.

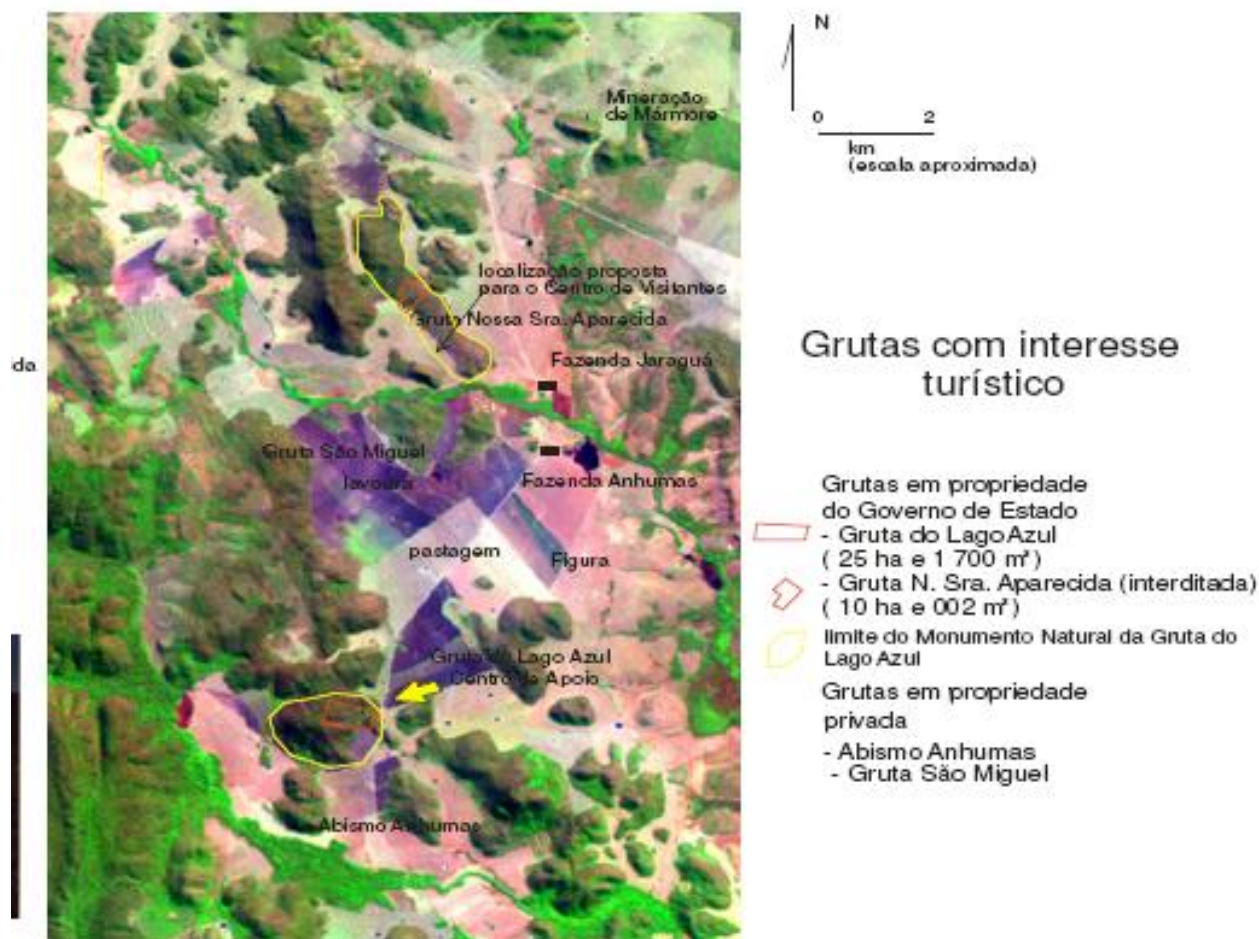


Figura 71 - Grutas com interesse turístico no município de Bonito

Fonte: EIA-RIMA/2007. (MATO GROSSO DO SUL, 2010e)

Conforme cita o PDITS/2004, há necessidade da definição da área de entorno das grutas tombadas para garantir a manutenção do nível freático, promover a recuperação da vegetação no terreno e prevenir outros impactos não somente nas grutas, dado o papel destas cavidades na hidrogeologia da região. No EIA-RIMA/2007 foi destacado a seguinte recomendação:

“Urge a necessidade de recuperação das condições da mata em função do risco de degradação irreversível no interior da caverna. A quantidade de cobertura vegetal pode influenciar na infiltração de água para o interior da caverna e na sua composição química. Não existem dados que permitam medir a magnitude do impacto. Entretanto, preventivamente, replantio de árvores deve ser realizado sobre a gruta a fim de melhorar a cobertura vegetal da área. Na área de conservação de entorno existem matrizes das quais podem ser coletadas de semente para uso em projetos de recuperação. Seria interessante ainda, a ampliação das áreas protegidas no entorno da gruta a fim de diminuir o efeito de borda causado pelas atividades agrícolas.”

- “Seria interessante ainda, a ampliação das áreas protegidas no entorno da gruta a fim de diminuir o efeito de borda causado pelas atividades agrícolas.”

A Caverna Natural Lagoa Misteriosa está com sua operação turística paralisada, pois se encontra em fase de Licenciamento Ambiental, com o Plano de Manejo já elaborado esperando a aprovação do órgão ambiental. Estão sendo realizadas neste ambiente algumas intervenções consideradas essenciais:

- 1) Reflorestamento da antiga área de pastagem no entorno do fragmento florestal da Lagoa Misteriosa;
- 2) Restauração e implantação de curvas de nível e caixas de drenagem;
- 3) Readequação das infraestruturas existentes; e
- 4) Restauração e ampliação das trilhas e estradas de acesso que serão utilizadas pelos visitantes.

No Plano de Manejo da Caverna Natural da Lagoa Misteriosa foi destacada a seguinte avaliação:

- “Em Pivatto (2007) a autora chama atenção para a fragmentação da região onde se localizam a Fazenda Cabeceira do Prata e a Lagoa Misteriosa, resultando em perda de habitats e grande ameaça à fauna (Sick 1997; Pizo 2001), visto que os fragmentos restantes podem ser pequenos demais para conter uma área suficientemente viável que garanta a sobrevivência das espécies originalmente presentes na região (Ricklefs 2003). Isto pode ser observado na área estudada pela ausência de espécies indicadoras de equilíbrio ambiental como alguns representantes das famílias *Thraupidae* e *Thamnophilidae*.”

- “A expansão da pecuária e da agricultura foram os principais fatores que geraram o desmatamento e conseqüente fragmentação na região (Pivatto 2007). Observa-se que apenas os remanescentes próximos aos cursos d’água foram poupados da supressão vegetal, com retirada de espécies vegetais de valor comercial. Para a Lagoa Misteriosa, apenas a vegetação diretamente relacionada com a dolina foi mantida, o que teve conseqüências diretas na diversidade das espécies remanescentes e na alteração do perfil da comunidade de aves, com a predominância de espécies típicas de ambientes abertos e vegetação secundária (Anjos 2006).”

A falta de cobertura florestal do entorno da caverna e a pouca densidade do fragmento também aumenta o aporte de nutrientes externos e escoamento superficial à Lagoa, sendo um dos fatores que acarreta o fenômeno de floração algática, segundo os estudos promovidos, o que compromete a visibilidade da água e promove a mudança da coloração da água.



Figura 72 - Fragmento Florestal onde se localiza a Caverna Natural Lagoa Misteriosa.

Fonte: Plano de Manejo Espeleológico da Caverna Natural da Lagoa Misteriosa, 2009

O Buraco das Araras, em Jardim, é a segunda maior dolina do mundo, com 500 m de circunferência e 120 m de profundidade até o nível d'água. Esta dolina possui em seu entorno pouca vegetação remanescente, e assim como outros patrimônios espeleológicos sofre com a pressão do uso e ocupação do solo nas áreas adjacentes.

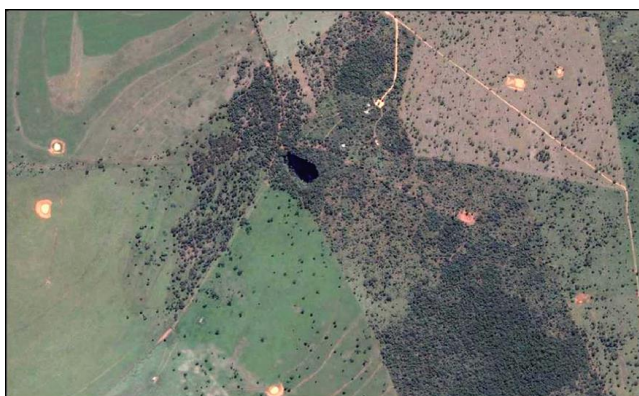


Figura 73 - Buraco das Araras, fragmento florestas e áreas de pastagens no entorno

Fonte: Google Earth

Iniciativas de conservação por parte dos proprietários destas áreas vêm cada dia aumentando, indicado pelo número de processos de licenciamento ambiental em andamento, com os respectivos planos de manejo elaborados e RPPN decretada, no caso do Buraco das Araras, como também proposta futura de criação de uma RPPN em torno da Caverna Natural Lagoa Misteriosa.

Licenciamento ambiental dos empreendimentos de turismo

O Licenciamento Ambiental dos empreendimentos turísticos no estado de Mato Grosso do Sul é regulamentado pela Resolução conjunta SEMA/IMAP nº 004/2004, por meio de manual de licenciamento ambiental, entre vários documentos a serem apresentados para o

requerimento de Licença Ambiental, é solicitado à apresentação de Certidão da Prefeitura Municipal, atestando que o local e a atividade estão em conformidade com as normas municipais de uso do solo. Esta Resolução define os tipos de empreendimentos que estão sujeitos ao licenciamento ambiental (Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação, Renovação de Licença Prévia, Renovação de Licença de Instalação e Renovação de Licença de Operação).

A análise da situação dos empreendimentos turísticos quanto ao licenciamento ambiental foi elaborada com base nas informações das licenças concedidas pelo IMASUL e o número de empreendimentos existentes nos três municípios do polo obtidos a partir dos dados fornecidos pelas secretarias e núcleo municipais de turismo.

Em Bonito comparando os produtos cadastrados no sistema *Voucher Único* com as informações disponibilizadas pelo IMASUL, 95% destes empreendimentos possui Licença de Operação. Considera-se um crescimento expressivo de regularidade destes produtos em relação à obtenção da devida licença, fato este que pode ser creditada a forte atuação do Ministério Público, por meio do projeto “Formoso Vivo” que tinha como objetivo 100% de regularidade ambiental dos produtos/atrativos do rio Formoso, além de atuação constante em todo o território municipal.

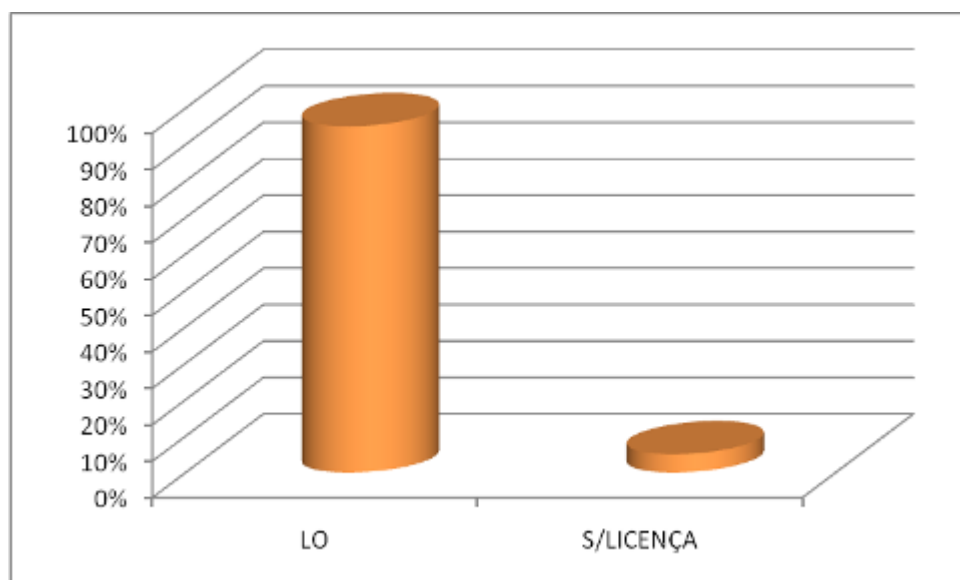


Figura 74 - Situação dos licenciamentos ambientais dos produtos turísticos em Bonito

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de licenciamento do IMASUL e do número de empreendimentos da FUNDTUR/MS.

Dos produtos ofertados em Bodoquena, num total de 8 (oito), apenas dois possuem licenciamento para operação, correspondendo a 25%, sendo os mais bem estruturados do município. Embora estes dois produtos licenciados estejam em Bodoquena, os mesmos são comercializados principalmente a partir das agências de Bonito e constam do sistema *Voucher Único* daquele município.

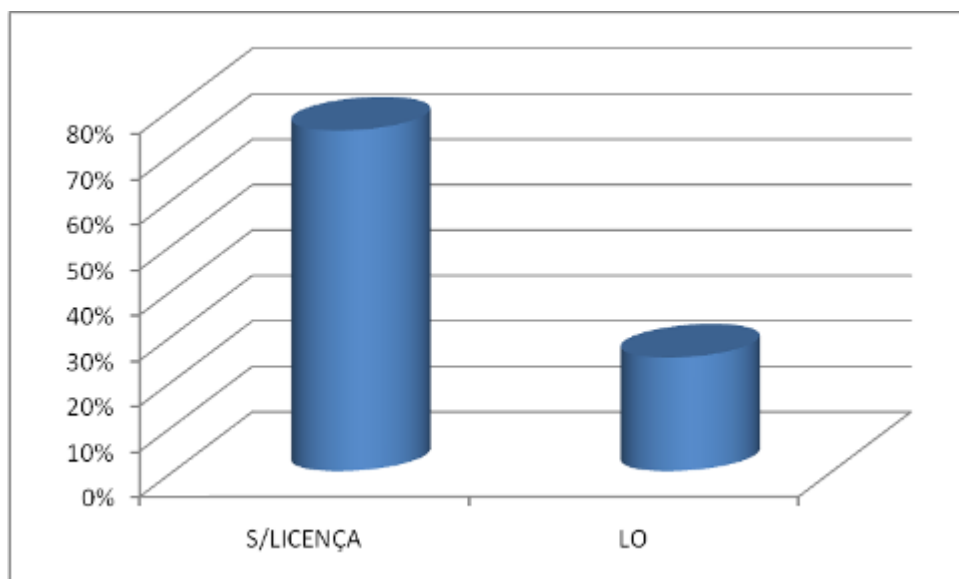


Figura 75 - Situação dos licenciamentos ambientais dos produtos turísticos em Bodoquena

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de licenciamento do IMASUL e do número de empreendimentos da FUNDTUR/MS.

Em Jardim com a análise das informações obteve-se o índice de 100% de regularidade ambiental, no que tange ao licenciamento, dos produtos turísticos ofertados.

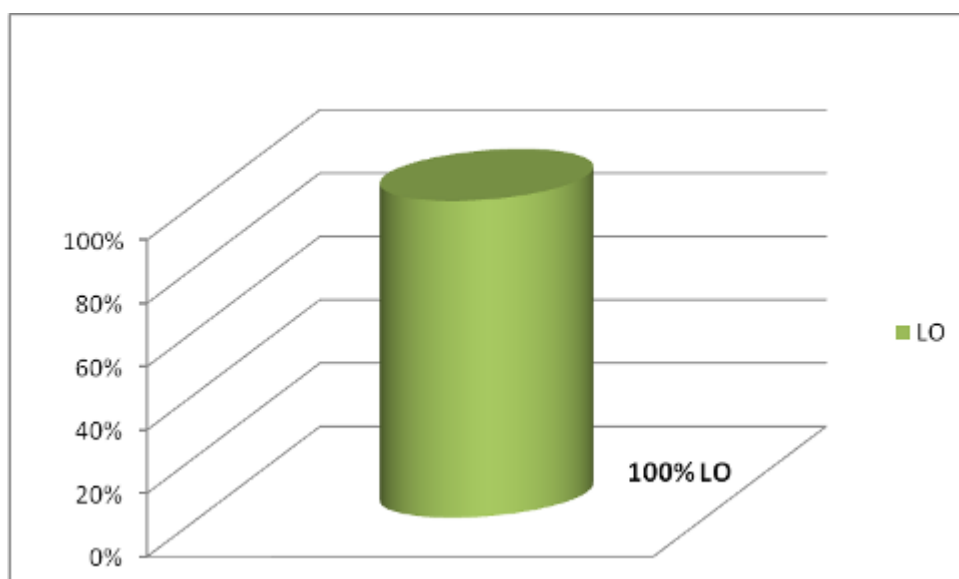


Figura 76 - Situação dos licenciamentos ambientais dos produtos turísticos em Jardim

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de licenciamento do IMASUL e do número de empreendimentos da FUNDTUR/MS.

O polo Serra da Bodoquena evoluiu consideravelmente quanto à regularidade ambiental, em relação aos dados obtidos na versão do PDITS/2004, apenas Bodoquena apresentou baixo índice de empreendimentos licenciados. A falta de licenças para este município indica uma necessidade de fortalecimento institucional à gestão pública ambiental, bem como ao empresariado local que pode não ter as condições necessárias para proceder tal regularização (recursos financeiros, informação, entre outros).

A pesca na região da Serra da Bodoquena

A pesca nos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim não são tão tradicionais quanto no Pantanal Sul-mato-grossense. Porém, alguns rios se destacam para pesca na região, como é o caso do rio Miranda. A seguir, são apresentadas algumas informações referentes à pesca na área prioritária. A fonte das informações é do Sistema de Controle da Pesca - SCPECA 2007, disponibilizado pelo IMASUL, conforme abaixo:

Quadro 54 - Número de Pescadores Profissionais Regulares e Cadastrados no IMASUL

MUNICIPIO	N.º DE PESCADORES PROFISSIONAIS
Bonito	97
Jardim	01

Fonte: IMASUL- SCPECA – agosto/2010

As informações disponibilizadas pelo IMASUL para quantidade de pescado capturada e numero de pescadores esportivos foram consolidadas a partir de dados gerais do Estado e da bacia do Alto Paraguai, conforme abaixo:

Quantidade de pescado capturado – Dados SCPECA 2007.

Pescadores Profissionais – 157 ton.

Pescadores Esportivos – 216 ton.

Quadro 55 - Números e porcentagem de pescadores esportivos que visitaram a Bacia do Alto Paraguai em Mato Grosso do Sul, por Estado de origem.

Estado	Nº de Pescadores	%
São Paulo	9245	53,59
Paraná	2943	17,06
Minas Gerais	1551	8,99
Mato Grosso do Sul	887	5,14
Santa Catarina	843	4,88
Rio Grande do Sul	662	3,83
Goiás	355	2,05
Rio de Janeiro	289	1,67
Distrito Federal	187	1,08
Espírito Santo	104	0,60
Pernambuco	14	0,08
Mato Grosso	09	0,05
Para	05	0,02
Bahia	02	0,01
Ceara	02	0,01
Rio Grande do Norte	01	0,00
S.I	150	0,86
Total	17.249	100,00

Fonte: IMASUL- SCPECA – agosto/2010

Rios onde é proibida a pesca de qualquer natureza

- Rio Salobra – Miranda e Bodoquena (Decreto 10.633, 24/01/2002)
- Córrego Azul – Bodoquena (Decreto 10.633, 24/01/2002)
- Rio da Prata – Bonito e Jardim (Lei 1871, 15/07/1998)
- Rio Formoso – Bonito (Lei 1871, 15/07/1998)
- Rio Nioaque – Nioaque e Anastácio (Decreto 11.964, 03/11/2005)

Rios de Pesque e Solte

- Rio Negro – Aquidauana e Rio Negro (Deliberação Ceca 002, 005, 006)
- Rio Perdido – Bonito, Jardim, Caracol e Porto Murtinho (Del. Ceca 006)
- Rio Abobral – Aquidauana e Corumbá (Deliberação Ceca 006)
- Rio Vermelho – Corumbá (Deliberação Ceca 003)

Postos de Vistoria da Policia Militar Ambiental

Campo Grande, Aquidauana, Anaurilândia, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Batayporã, Bela Vista, **Bonito**, Cassilândia, Corumbá, Coxim, Buraco das Piranhas, Destacamento Km 21, Destacamento Taquarussu, Dourados, **Jardim**, Mundo Novo, Miranda, Porto Murtinho, Rio Negro, São Gabriel D'Oeste, Três Lagoas.

Na análise do quadro institucional verifica-se a área de atuação dos postos de Polícia Militar Ambiental do Polo Serra da Bodoquena.

Unidades de Conservação

No contexto de representação no Sistema Federal de Unidades de Conservação o Polo Serra da Bodoquena tem papel fundamental, pois abriga Parque Nacional da Serra da Bodoquena, criado pelo decreto federal em 21 de setembro de 2000, com uma área 76.481 hectares, e que representa a única unidade de conservação pública de proteção integral federal do Mato Grosso do Sul.

O Parque foi criado com o objetivo específico de preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Encontra-se em fase de regularização fundiária e finalização do Plano de Manejo.

Pelo Sistema Estadual de Unidades de Conservação a região da Serra da Bodoquena abriga dois Monumentos Naturais e seis RPPNs (Quadro 56 e Figura 77). Conceitualmente monumento Natural, é uma UC de proteção integral, que pode ser público ou privado, com objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica e RPPN é uma unidade de conservação de uso sustentável, é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

Quadro 56 - Relação das Unidades de Conservação instituídas na região do Polo da Serra da Bodoquena.

Nome da UC	Município	Área (ha)	Documento de criação
Monumento Natural do Rio Formoso	Bonito	18,6659	Decreto Nº 11.453, de 23 de Outubro de 2003
Monumento Natural da Gruta do Lago Azul	Bonito	237,6699	Decreto Nº 10.394, de 11 de Junho de 2001
RPPN Fazenda Cabeceira do Prata	Jardim	307,5300	Deliberação CECA-MS nº 01/1999
RPPN Fazenda da Barra	Bonito	80	Deliberação CECA nº 004 / 2003
RPPN Cara da Onça	Bodoquena	11	Resolução SEMAC nº15, 23/08/07
RPPN São Geraldo	Bonito	642	Deliberação CECA-MS nº 03/1998
Xodó do Vô Rui	Jardim	487	Resolução sema 46/2006

Nome da UC	Município	Área (ha)	Documento de criação
RPPN Federal Buraco das Araras	Jardim	31	Portaria do IBAMA 31/2007

Fonte: REPAMS; 2008.

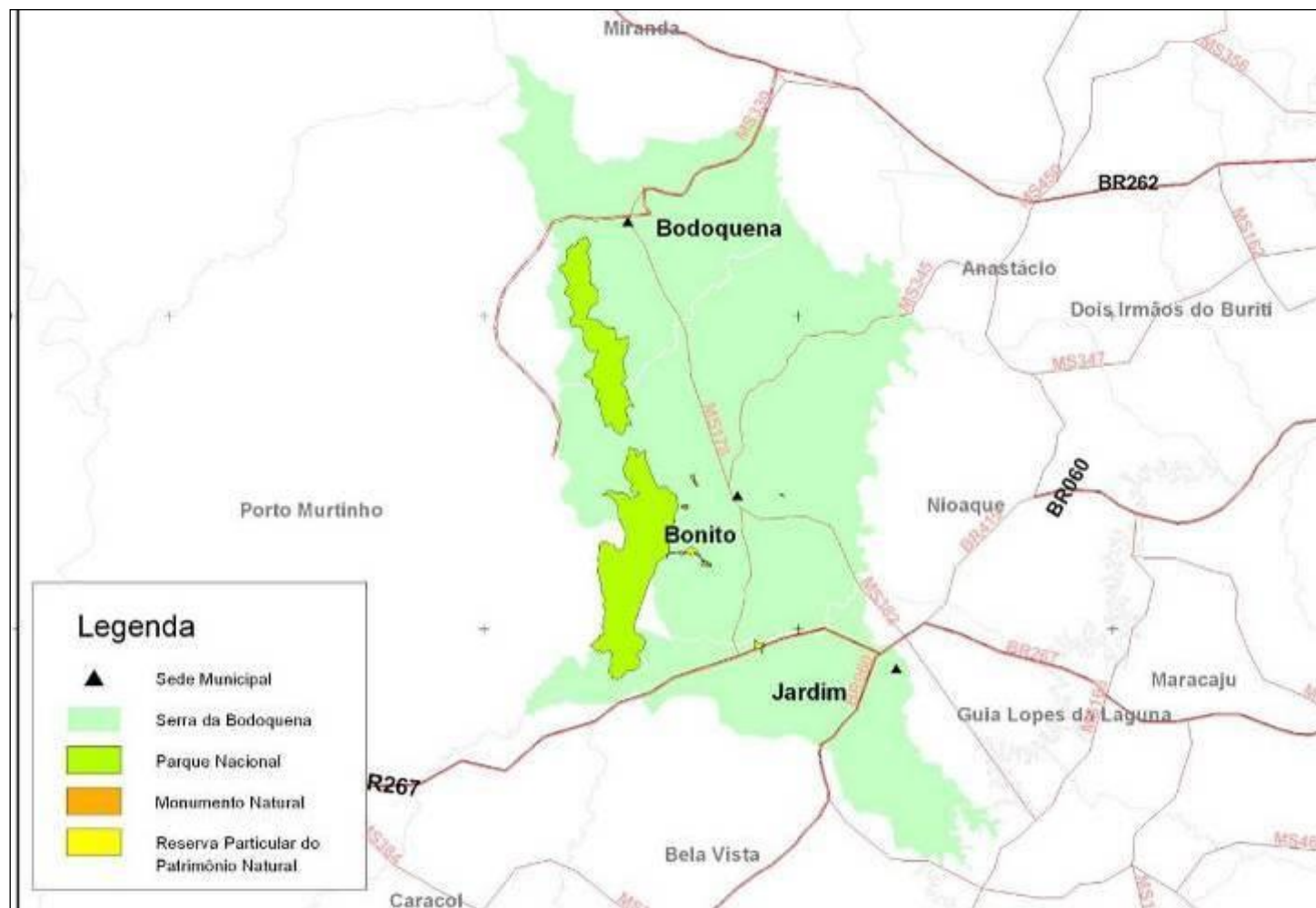


Figura 77 - Sistema Estadual de Unidades de Conservação a região da Serra da Bodoquena.
Fonte: SEMA, 2009.

Com exceção da RPPN Cara da Onça, as outras três já tem os seus planos de manejo elaborados e publicados. Para os monumentos naturais ainda não foram elaborados os respectivos planos de manejo, sendo estes de responsabilidade da SEMAC, por meio do IMASUL.

A gestão ambiental dos Monumentos naturais é realizada pelo IMASUL, por meio da Gerencia de Unidades de Conservação -GUC. Ainda não foram elaborados os planos de manejo destas UCs, apenas foi elaborado o plano de manejo espeleológico das grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida, que integram o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul. Este plano foi elaborado para cadastramento das referidas Grutas (cavernas) perante o CECAV, órgão ligado ao ICMBIO.

Estas Unidades de Conservação estão localizadas no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, configurando assim, um mosaico de terras protegidas, contribuindo para a efetividade do corredor ecológico Serra da Bodoquena-Pantanal, que visa à manutenção de um corredor entre os biomas cerrado e pantanal.

A região da Serra da Bodoquena ocupa uma posição estratégica para a conexão dos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Pantanal, o que lhe conferiu os títulos de prioridade extremamente alta para conservação no Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação, (Figura abaixo) Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira; zona núcleo da Reserva da Biosfera do Pantanal, cuja principal função é assegurar a proteção da biodiversidade. Segundos informações da Gerência de Unidades de Conservação não há previsão de investimento para as UC's do polo.

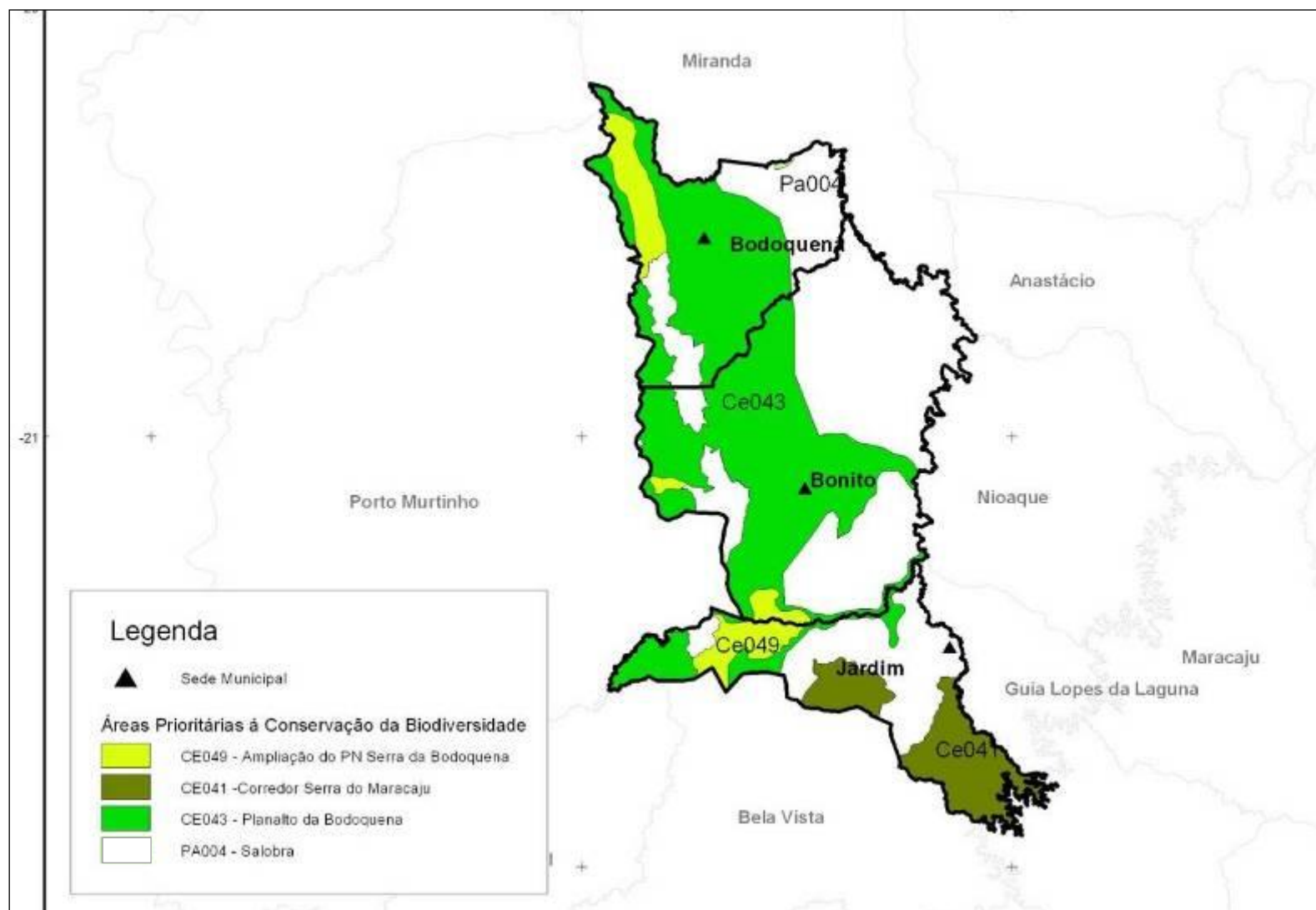


Figura 78 - Áreas Prioritárias para a Conservação da biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.

Fonte: MMA 2007

Abaixo segue o detalhamento destas áreas de conservação da biodiversidade.

Quadro 57 – Detalhamento das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na região da Serra da Bodoquena.

código	Grau de prioridade	Descrição	Riscos/ameaças	Ações planejadas
Ce041	Extremamente Alta/ Muito Alta	Área de nascentes abrange a cabeceira do rio Miranda e vários dos seus tributários da margem direita; abrange nascentes do rio Apa. Divisor de águas das bacias do Paraguai e do Paraná - importância estratégica para interligação das bacias. Presença de remanescentes de Mata Atlântica.	Assoreamento dos rios; carvoarias; agropecuária; plantações de cana-de-açúcar; manejo inadequado de APPs, por exemplo, o mal uso de nascentes em áreas de propriedade privada.	Criação de UC; Inventário Ambiental; Recuperação de Área Degradada; Criação de Mosaicos/Corredores; Educação Ambiental; Estudos Socioantropológicos
Ce043	Extremamente Alta/ Muito Alta	Divisor de águas da Serra da Bodoquena; área de recarga dos aquíferos locais; área de borda com a região do Pantanal. Presença de RPPNs ao redor do Parque. Presença de rios cristalinos de base calcária; presença de remanescentes florestais; endemismo.	Carvoarias; agropecuária; plantações de eucalipto, de cana-de-açúcar. Carvoarias; agropecuária; plantações de eucalipto, de cana-de-açúcar.	Criação de UC; Recuperação de Área Degradada; Inventário Ambiental; Manejo; Fomento às atividades econômicas sustentáveis; Fiscalização; Educação Ambiental; Estudos do Meio Físico
Ce049	Extremamente Alta/ Muito Alta	Divisor de águas da Serra da Bodoquena; área de recarga dos aquíferos locais; área de borda com a região do Pantanal. Presença de RPPNs ao redor do Parque. Presença de rios cristalinos de base calcária; presença de remanescentes florestais; endemismo.	Carvoarias; agropecuária; plantações de eucalipto, de cana-de-açúcar. Carvoarias; agropecuária; plantações de eucalipto, de cana-de-açúcar.	Criação de UC; Recuperação de Área Degradada; Inventário Ambiental; Manejo; Fomento às atividades econômicas sustentáveis; Fiscalização; Educação Ambiental; Estudos do Meio Físico

código	Grau de prioridade		Descrição	Riscos/ameaças	Ações planejadas
Pa004	Alta/ Alta	Muito	Região bastante alagada com matas ciliares. Presença de muitos ranchos pesqueiros ao longo do Rio Miranda. Lagoas marginais do Rio Salobra funcionam como berçários para espécies aquáticas.	Cultura de arroz com a utilização de pesticidas e captação de água do Rio Miranda. Presença de duas Rodovias. Atividade turística desregulada (dois hotéis).	Fomento às atividades econômicas e sustentáveis; Fiscalização; Educação Ambiental

Fonte: MMA 2007

5.1.4. Características e fragilidades socioambientais mais relevantes

O Polo da Serra da Bodoquena tem o ecoturismo como principal segmento turístico, configurando-se hoje como um dos principais destinos de ecoturismo do país, sendo premiado diversas vezes por isto. Porém, algumas das atividades turísticas realizadas podem causar danos ao ambiente e da mesma maneira, a alta concentração de atrativos num mesmo curso d'água, como o Rio Formoso, também representa uma fragilidade socioambiental que pode comprometer a sustentabilidade deste segmento.

Cita-se como exemplo, os passeios como de bote e o pisoteio por parte dos banhistas que representam um risco para as tufas, as quais levam centenas de anos para se formarem a partir da sedimentação do calcário, bem como para a riqueza de invertebrados bentônicos existentes no fundo dos rios.

Com efeito, a fragilidade dos ecossistemas naturais, muitas vezes, não comporta um número elevado de visitantes e, menos ainda, suporta o tráfego excessivo de veículos pesados. Por outro lado, a infraestrutura necessária, se não atendidas normas pré-estabelecidas, pode comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais florísticos e faunísticos.

Assim, além da necessidade de estudos técnicos para a determinação da capacidade de visitação turística dos atrativos, tem-se com igual importância, a demanda por uma ferramenta de monitoramento e gestão ambiental para controlar o impacto ambiental causado pelo turismo na região.

O falta de inclusão da população local se configura, também, como outro risco, pois a presença de operadores, que não tenha uma relação orgânica com a região, pode gerar novos valores incompatíveis com os comportamentos locais, ocasionando conflitos de ordem cultural e de outras ordens.

5.1.5. Principais riscos e salvaguardas a considerar nas etapas de planejamento e ordenamento da atividade turística

A Política de Meio Ambiente e Cumprimento das Salvaguardas do BID (OP-703), adotada em janeiro de 2006, destacam as seguintes salvaguardas ambientais e sociais que devem ser ressaltadas no planejamento:

- avaliação ambiental - cumprimento da legislação e das regulamentações nacionais, previsão e classificação de impactos, e supervisão e cumprimento de medidas mitigadoras;
- *habitats* naturais e sítios culturais; e,
- prevenção e redução de contaminação;

Os principais riscos a serem observados nas etapas de planejamento e ordenamento da atividade turística estão diretamente relacionados ao tipo de atividade, às características físicas e biológicas do local a ser implantado, bem como aos recursos financeiros e humanos envolvidos com a atividade.

Numa atividade turística onde se utilizará diretamente recursos naturais devem ser observados, dentre outros requisitos a manutenção de Áreas de Preservação Permanente – APP; o respeito ao limites das unidades de conservação e suas respectivas áreas de buffer; áreas de solos vulneráveis, como por exemplo, solos arenosos, que possuem baixa resistência mecânica e alta susceptibilidade a processos erosivos; a manutenção da qualidade e quantidade da água; a capacidade suporte do ambiente, principalmente em áreas frágeis.

Em atividades turísticas que não utilizam diretamente recursos naturais, devem ser observados outros riscos, tais como: risco de aumentar significativamente o tráfego numa determinada região devido ao turismo de eventos e negócios – devendo em muitos casos ser elaborados Estudos de Impacto de Vizinhança – EIV; risco de aumentar problemas de ordem urbanística e ambiental.

Em relação às salvaguardas a serem observadas destacam-se a observação e cumprimento das normas e regulamentos ambientais e urbanísticos, bem como das exigências realizadas pelos órgãos responsáveis pela gestão ambiental. Também devem ser observados normas e regulamentos relacionados ao uso e ocupação do solo, principalmente, as inseridas dentro no Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo de cada cidade. Portanto, ao se desenvolver um determinado projeto devem ser levantados todos os aspectos ambientais mais significativos do empreendimento a ser desenvolvido, bem como realizar uma consulta, junto ao órgão ambiental e órgão responsável pela gestão territorial competente, sobre os requisitos mínimos para minimizar os possíveis impactos ambientais e urbanísticos.

Um instrumento muito valioso na etapa de planejamento é a avaliação de impactos ambientais (AIA), principalmente, o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), sendo estes dois exigidos de determinadas atividades, principalmente das atividades enumeradas na resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama n. 001/1986.

Cabe salientar que, fica a critério dos órgãos ambientais, dependendo do potencial poluidor e do porte da atividade, exigir EIA/ RIMA ou outro estudo de menor complexidade, mesmo que os empreendimentos não constem na resolução Conama n. 001/1986.

Outro fator importante é que o órgão responsável pela gestão turística, bem como qualquer outro órgão público envolvido com um determinado empreendimento, poderá solicitar uma cópia do RIMA para manifestação. Esta abertura que a resolução Conama n. 001/1986 possibilitou é importante, pois permite que estudos como o RIMA não sejam literalmente cópias de outros estudos já realizados. Com isso o órgão de turismo, por meio de representantes habilitados, poderá propor alterações ou sugerir que sejam realizados levantamentos complementares nas audiências que são exigidas para atividades que necessitam de EIA/RIMA.

5.1.6. Requisitos especiais a considerar nos estudos ambientais e sociais especificamente referentes às obras

Para a execução de obras, independente da magnitude de seu impacto, em seu planejamento deve ser contemplado a participação social, principalmente a comunidade diretamente afetada, bem como o desenvolvimento de um processo de educação socioambiental, desta forma a comunidade pode se tornar uma parceira na execução e posteriormente na conservação da infraestrutura realizada.

Qualquer obra causa alterações de ordem econômica, social e ambiental, negativas e positivas, de abrangência mais local ou mais regional, de baixa ou grande intensidade, reversível ou não. Desta maneira, alguns requisitos mínimos devem ser adotados para mitigar as consequências negativas desta interferência, sendo estes:

- Deve ser observado a real necessidade de ser executada uma determinada obra, devendo ser levantado seus benefícios econômicos e sociais;
- A comunidade deve ser ouvida, principalmente nas obras que necessitem de EIA e RIMA, ou seja, atividades com alto potencial poluidor e/ou alto grau de utilização (grande porte);
- Deve ser observado o melhor local/área a ser implantado uma determinada obra, devendo ser estudados aspectos abióticos bióticos e antrópicos;

- Quando necessário, deve dar entrada ao Processo de licenciamento ambiental da obra, observando – no mínimo – todas as exigências realizadas pelo órgão ambiental competente. Nesta etapa devem ser propostos todas as medidas de prevenção, compensadoras e mitigadoras de impactos, de monitoramento ambiental e sistemas de controle ambientais – SCA a serem adotados;
- Devem ser utilizados, quando o custo econômico e os ganhos sociais e ambientais se justificarem, materiais recicláveis na implantação das obras;
- Deve buscar minimizar ao máximo o impacto relacionado à degradação de paisagens, principalmente as de relevante interesse paisagístico;
- Deve possuir um processo de acompanhamento da obra, por meio de um sistema de gestão ambiental visando minimizar a geração de resíduos gasosos, líquidos e sólidos, minimizar os riscos com acidentes no trabalho e riscos ambientais ligados a poluição e contaminação;
- Na fase de implantação da obra, utilizar o máximo de mão-de-obra local;
- Aparelhos, equipamentos, máquinas e veículos devem ser regulados com intuito de diminuir o consumo de energia e combustível, minimizando assim impactos até mesmo de ordem global, como o efeito estufa;
- A comunidade local deve ser treinada para trabalhar nas atividades turísticas, principalmente aqueles que tiveram recursos públicos ou que foram beneficiadas diretamente por obras públicas.

5.1.7. Indicadores socioambientais cujo desempenho será necessário melhorar ou implementar

Existem alguns indicadores socioambientais que necessitam de melhorias na região da Serra da Bodoquena, considerando os dados encontrados nos três municípios da região. Alguns destes indicadores refletem diretamente a qualidade ambiental da região em questão, embora melhorias tenham sido encontradas.

Apesar dos indicadores relacionados ao saneamento básico terem melhorado nos últimos cinco anos na região (vide item Infraestrutura básica, neste relatório), podemos indicar que a cobertura de esgotamento sanitário necessita de uma melhora nos municípios de Bodoquena e Jardim. E a gestão de resíduos sólidos, desde a diminuição, separação, reutilização, coleta seletiva, reciclagem/compostagem e destino final dos resíduos gerados, nos três municípios em questão necessitam de melhorias.

Quanto aos indicadores de cobertura de rede de drenagem urbana o município de Bodoquena é que possui a situação mais crítica, necessitando da implantação da rede de drenagem definida pelo projeto “O sistema de Drenagem de Águas Pluviais de Bodoquena” elaborado no âmbito do PRODETUR, com a respectiva recuperação dos córregos urbanos. Assim como o município de Jardim que também tem um projeto de drenagem elaborado para as microbacias prioritárias, para implantação da drenagem urbana e conservação dos talvegues e córrego Cachoeirinha.

Existem outras ações necessárias para garantir um saneamento ambiental adequado nestes municípios e que podem ser mensurados pela melhoria de indicadores de saúde e qualidade da água: (1) o controle do lançamento de esgotos *in natura*; (2) programas de educação ambiental que sensibilize a população no sentido de não jogar lixo as margens ou dentro de córregos e rios que cortam áreas urbanas e; (3) a desocupação das áreas de fundo de vale, sejam elas por moradias ou atividades econômicas, que foram identificadas nos projetos de drenagem urbana dos municípios de Bodoquena e Jardim (o projeto de drenagem de Bonito não foi disponibilizado).

A Deliberação nº03/97, do Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA/MS que promove o enquadramento dos rios das bacias hidrográficas do Estado estabelecendo classes de uso, deve ser atualizada conforme parâmetros indicados pela Resolução CONAMA N.º 20/86, recomendação está também encontrada no Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH-MS, como também a ampliação dos pontos de monitoramento nas sub-bacias do Polo Serra da Bodoquena.

Quanto aos indicadores ambientais que devem ser melhorados no âmbito da gestão: (1) a melhoria nos índices de licenciamento ambiental dos empreendimentos requeridos pela legislação vigente, embora o foco deste trabalho seja o turismo, pelas análises procedidas outras atividades econômicas promovem impactos diretos e indiretos sob os ecossistemas aquáticos e o patrimônio espeleológico que sustentam o crescente fluxo turístico da região; (2) o cumprimento dos índices necessários de áreas de APP e Reserva Legal, conforme legislação vigente, assim como está sendo feito em Bonito, pelo Projeto Formoso Vivo; (3) efetiva implantação do Parque da Serra da Bodoquena e dos Planos de Manejos elaborados para Gruta do Lago Azul e da N. Sra. Aparecida, que estão sob a gestão pública e; (4) controlar os índices de desmatamento da Serra da Bodoquena, considerando que a mesma é o maior remanescente florestal do Estado.

Desde o PDITS/2004 tem sido apontada a necessidade da definição de parâmetros e indicadores, dentro de uma metodologia voltada para a Serra da Bodoquena, para dar suporte aos números hoje definidos na capacidade de visitação diária aos produtos turísticos da região, encontradas no sistema *voucher* único. Alguns estudos elaborados por pesquisadores na região e o monitoramento ambiental promovido por alguns empreendimentos turísticos também apontam a necessidade da definição e adoção de uma metodologia.

Sabe-se que pelos EIA-RIMA e Planos de Manejos- PM das Grutas do Lago Azul e N. Sra. Aparecida e PM Espeleológico da Caverna Natural Lagoa Misteriosa, que foi adotado o cálculo da capacidade de carga, segundo o método de Cifuentes para visitação turística nestes ambientes e que também é adotado como referência pelo IBAMA/CECAV, mas quando se trata de parques ou áreas/atrativos naturais outras metodologias devem ser utilizadas. No EIA-RIMA da Gruta do Lago Azul foi encontrada a seguinte avaliação:

“Atualmente existem métodos de planejamento desenhados para lidar especificamente com as questões do manejo do uso público como, por exemplo: Limits of Acceptable Change (LAC) (Stankey et al. 1985), utilizado em unidades de conservação e áreas protegidas dos EUA; Visitor Activity Mangement Process (VAMP) Graham 1989), utilizado pelo sistema de parques do Canadá; Visitor Impact Management (VIM) (Graefe et al 1990) e Visitor Experience and Resource Protection (VERP) (Estados Unidos 1993), desenvolvidos pelo Sistema Nacional de Parques dos EUA. Recentemente um novo método – Protected Area Visitor Impact Mangement (PAVIM) – foi proposto por Farrel & Marion (2002) para o manejo do impacto da visitação em áreas protegidas dos países da América Central e da América do Sul. O objetivo do novo método é avaliar os impactos da visitação e identificar estratégias de manejo, reconhecendo as limitações que afetam as áreas protegidas dos países em desenvolvimento. Com a utilização desses métodos, as decisões de manejo são baseadas em dados coletados sistematicamente através de programas de monitoramento. Segundo Barros & Dines (2000), cada um desses métodos dá mais ênfase às condições desejadas para as áreas naturais do que a quantidade de uso que a área pode tolerar. Isto significa um avanço a partir do métodos baseado na capacidade de carga, mostrando que uma simples solução numérica é insuficiente para atender as necessidade de manejo das área naturais. Barros (2003)”

A gestão pública poderá desenvolver uma metodologia e a normatização de procedimentos para definição do número de visitação diário aos atrativos/produtos turísticos, pois só assim pode monitorar os impactos do turismo e promover os ajustes necessários nos fluxos de visitantes, exercendo assim sua função de proteger os recursos naturais e promover a sua

efetiva conservação. Esse processo deve ser desenvolvido de forma participativa com os proprietários de empreendimentos, ONG's, universidades, comunidade, etc., aproveitando experiências bem sucedidas na Serra da Bodoquena ou em outros ambientes similares.

Salienta-se que o Estado de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC, está atualmente em fase de elaboração do Índice de Desenvolvimento Sustentável de Mato Grosso Do Sul – IDS/MS. A elaboração do IDS/MS está prevista no Plano de Desenvolvimento Regional – PDR/MS 2030, onde estão contidas as diretrizes, estratégias e metas para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.

O Índice de Desenvolvimento Sustentável – IDS/MS é uma ferramenta de gestão para desenvolver avaliações de impactos dos programas e projetos que buscam superar as desigualdades sociais e regionais, sem comprometer os recursos para o desenvolvimento das gerações futuras.

O IDS/MS incorporará os resultados do Índice de Responsabilidade Social – IRS/MS já elaborado, Índice Ambiental de Desenvolvimento – IAD/MS, Índice de Desenvolvimento Institucional – IDI/MS e Indicador de Segurança Pública, os quais estão em processo de elaboração, contemplando as respectivas dimensões previstas para o IDS/MS. Consiste de um grupo ordenado de indicadores capazes de caracterizar cada região do Estado, portanto contempla o Polo Serra da Bodoquena, revelando as fragilidades e potencialidades por elas apresentadas em relação ao desenvolvimento sustentável.

O IDS/MS adotará como referência no âmbito geográfico a Regionalização do Planejamento de Mato Grosso do Sul e também, será atualizado a cada dois anos, intercalado e posterior às atualizações do IRS/MS, abrangendo o mesmo período de análise.

Contemplará ainda o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul que apresenta dez Zonas, com suas respectivas diretrizes de uso e ocupação do solo, e potenciais corredores de biodiversidade.

Em termos gerais, os indicadores ambientais são medidas-síntese que contêm informação relevante sobre determinados atributos e dimensões específicas do meio ambiente, bem como do desempenho das Políticas Públicas ambientais. Vistos em conjunto, devem refletir a situação ambiental de uma determinada região e servir para a avaliação da sua condição ambiental. A construção de um indicador ambiental é um processo cuja complexidade pode variar desde a simples contagem direta de casos de determinada incidência ambiental, até o cálculo de proporções, razões, taxas ou índices mais sofisticados.

Serão contextualizados os aspectos ambientais referentes à Água Doce, Biodiversidade, Terra, Atmosfera e Saneamento de cada município do Mato Grosso do Sul, entre outras informações ambientais relevantes, servindo de ferramenta gerencial de Planejamento público para o Estado, Região, Municípios e toda a Sociedade Civil.

Estes indicadores servirão como instrumento de monitoramento, avaliação e fomento de Políticas Públicas Ambientais, contribuindo assim, para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável no Estado de Mato Grosso do Sul conforme ilustrado na figura seguinte:



Figura 79 – Diretrizes dos indicadores de monitoramento em desenvolvimento pelo Estado do Mato Grosso do Sul.

Fonte: PDR MS 2010 – 2030 (MATO GROSSO DO SUL, 2009d)

5.2. IMPACTOS NO MEIO AMBIENTE QUE JÁ TENHAM SIDO CAUSADOS POR ATIVIDADES TURÍSTICAS.

O conceito de impacto considerado é o que consta da Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986:

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.

Todo o impacto ambiental é decorrente de uma ação desenvolvida por determinada atividade desde a fase de planejamento, passando pela implantação e operação. Abaixo segue uma caracterização dos impactos ambientais de maior relevância e que estejam relacionados às atividades turísticas que ocorrem na região, bem como quais as medidas mitigadoras adotadas para minimizar os impactos.

Quadro 58 – Descrição das causas, consequências e medidas mitigadoras dos principais impactos ambientais causados pela atividade turística.**Alteração da qualidade da água**

Descrição	- Ocupação da área de preservação permanente para implantação dos equipamentos turísticos: retirada de cobertura vegetal e implantação de trilhas às margens dos cursos da água favorecendo o carreamento de partículas sólidas e interferindo na qualidade da água. - Lançamento de efluentes domésticos nos cursos da água com ou sem tratamento, especialmente nos períodos de maior fluxo de turistas pode comprometer não somente o corpo receptor primário como também o seu tributário, no caso o Rio Formoso onde ocorrem várias atividades de ecoturismo. - Em atrativos, como o Balneário Municipal de Bonito, é comum o turista fornecer ração para os peixes. Na alta temporada, o excesso de alimento pode comprometer a qualidade da água.
Medida mitigadora	- Reduzir ao máximo a retirada de vegetação. O acesso ao rio deve ser pontual e por meio de <i>decks</i>, evitando o pisoteio direto no solo; - Implantar ou complementar os sistemas de coleta e tratamento de esgotos. Na área rural os sistemas de fossa deverão ser instalados a mais de 200 metros dos cursos da água; - Reduzir ou proibir a alimentação artificial dos peixes.

Ocorrência de processos erosivos

Descrição	- A retirada da cobertura vegetal, o pisoteio, o impacto da chuva sobre o solo descoberto e seu escoamento superficial, promovem a erosão dos solos. Este impacto pode ocorrer tanto na fase de implantação como na fase operação e é mais significativo quando ocorre nas áreas de preservação permanente, pois pode contribuir para o assoreamento dos cursos da água. - A maior probabilidade de ocorrência é nos pontos de acesso aos cursos da água, para passagem de equipamentos (bóias, barcos etc.) e pessoas e nas trilhas.
Medida mitigadora	- Acesso aos cursos da água por meio de <i>decks</i>, preferencialmente suspensos ao solo; - Implantar trilhas suspensas; - Nas áreas de agropecuária adotar práticas de conservação do solo.

Interferência na biota local

Descrição	- O uso direto dos recursos naturais no ecoturismo, tanto na fase de implantação com a retirada de espécies vegetais que podem ser abrigo e alimento para fauna, quanto na fase de operação, quando podem interferir nas áreas de vida da fauna associada ao atrativo. - Nos atrativos da região é comum a prática de alimentar ou cevar os animais o que interfere na dinâmica populacional, uma vez que reduz a competição por alimento apenas das espécies cevas. - Por outro lado a movimentação e concentração de pessoas interferem na dinâmica da fauna, interferindo nos deslocamentos em busca de alimento e abrigo.
Medida mitigadora	- Retirada de vegetação apenas nos caminhos de acesso aos passeios; - Implantação de infraestrutura em área já antropizada; - Reduzir ou eliminar a oferta de alimento artificial para fauna; - Limitar o número de visitantes.

Intervenção no Patrimônio espeleológico

Descrição	- A exploração de cavernas com qualquer finalidade sempre causa impacto ao delicado ambiente cavernícola. - Por fazerem parte dos sistemas hidrogeológicos, qualquer poluição das águas em cavernas pode contaminar fontes de águas potáveis, rios e poços, além de contaminar a fauna. - Muitos espeleotemas são muito delicados e todos eles demoraram milhares de anos para atingir os tamanhos e formatos atuais. Em muitos casos, tocá-los pode destruí-los de maneira irremediável. Alguns espeleotemas raros são tão delicados que mesmo a utilização de <i>flash</i> fotográfico pode provocar danos. - A fixação de equipamentos como passarelas e escadas para o desenvolvimento do turismo, às vezes são instalados sobre espeleotemas ou em posições que podem impedir seu crescimento. - A iluminação artificial pode levar ao crescimento de vegetação no interior das grutas. Isso pode modificar totalmente seu sistema climático e prejudicar o equilíbrio de seu ecossistema.
Medida mitigadora	- Elaboração e implementação de Plano de Manejo da Caverna - Limitação de visitação

Geração de resíduos sólidos

Descrição	- Atividades turísticas estão associadas a um aumento sazonal na produção de resíduos sólidos, especialmente os domésticos.
Medida mitigadora	- Implantar Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS). - Programas de Educação Ambiental

Degradação das tufas (formações calcárias)

Descrição	- O pisoteio de banhistas e a movimentação dos fundos de rios levam a erosão das tufas, que demoram centenas de anos pra se formarem a partir de sedimentos calcários. Como consequência tem-se maior turbidez da água e desequilíbrios da biota aquática.
Medida mitigadora	- Controlar o número de visitantes e evitar pisoteios em áreas com tufas calcárias, limitando a flutuação.

Alguns pesquisadores como Sabino & Andrade (2002/2003), Sabino, Medina-Jr & Andrade (2005) e Medina Junior (2007), produziram trabalhos sistematizados na Serra da Bodoquena, diagnosticando problemas causados pela visitação turística, alguns indicando perda de biodiversidade (Sabino & Andrade, 2003), muito provavelmente decorrente do excesso de visitação, recomendando inclusive uma redução da capacidade de carga de um empreendimento turístico que explora a nascente de um córrego afluente do rio Formoso. Estes últimos pesquisadores relataram o seguinte:

"Dados do monitoramento indicam que o impacto dos visitantes sobre a ictiofauna tem aumentado. Até o final de 2001, os peixes não apresentavam redução em riqueza de espécies, representada por cerca de 30 espécies (Sabino & Sazima, 1997). Entretanto, a partir de meados de 2002, algumas espécies bioindicadoras não foram registradas e outras diminuíram em ocorrência. É digna de nota a ausência de *Farlowella*, não detectada nos últimos três monitoramentos (junho, setembro e dezembro de 2002). A redução ou mesmo o desaparecimento das populações locais destes cascudos pode ser resultado da diminuição da oferta de alimento natural (algas microscópicas que recobrem macrófitas aquáticas ou rochas do leito), em consequência da turbulência causada pelos movimentos dos turistas e pelos remos dos barcos, ou ainda por processos de eutrofização e favorecimento de algas filamentosas, registradas em eventos de reprodução explosivos."

Algumas das conclusões de Medina Junior (2007) em sua tese de doutorado, visando compreender os impactos da visitação pública sobre ecossistemas aquáticos no rio Formoso, são transcritos a seguir:

1. Cerca de 1/3 de todos os empreendimentos turísticos rurais registrados em órgãos oficiais do Mato Grosso do Sul encontra-se instalado na região do Planalto da Bodoquena. Destes, 80,3% concentra-se no município de Bonito. Ficou evidente, portanto, a importância da região para a atividade turística no estado e a necessidade de implementação de políticas voltadas ao desenvolvimento de outros polos de turismo e à diversificação dos destinos no próprio Planalto da Bodoquena, como estratégia para reduzir a pressão ali concentrada, especificamente no município de Bonito;
2. É patente a falta de preocupação com a gestão ambiental dos empreendimentos de turismo instalados no Planalto da Bodoquena, tendo em vista que menos de 50% destes estão operando com licença ambiental. A conscientização dos empreendedores e usuários e a efetiva responsabilização do poder público pela proteção dos recursos naturais enquanto bem comum é uma necessidade iminente;
3. Os ecossistemas aquáticos são os principais atrativos visitados no Planalto da Bodoquena e são os atrativos naturais com a maior demanda de exploração por parte dos empreendimentos instalados na região (66,6%). A grande maioria dos visitantes entrevistados ao longo do rio Formoso (78,4%) apontou algum tipo de atividade nos ecossistemas aquáticos como a principal desenvolvida por eles durante a visita a Bonito. Essas informações, associadas ao escasso conhecimento científico sobre os ecossistemas aquáticos da região e a biodiversidade por eles suportada, evidenciam a urgência de se implementar estratégias voltadas à proteção e exploração racional desses ecossistemas;
4. O presente estudo demonstra a pouca efetividade dos programas de monitoramento de impactos da visitação pública em ecossistemas aquáticos no estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que estes estão baseados nas variáveis classicamente empregadas na avaliação de qualidade da água como temperatura, pH, oxigênio dissolvido, condutividade elétrica e nutrientes. Essas variáveis foram as menos efetivas na distinção dos impactos da visitação pública no rio Formoso e, provavelmente, tal incoerência se repita para outros estados brasileiros;

5. De maneira geral, os balneários exibiram os maiores níveis de impacto em todos os compartimentos analisados, evidenciando que a movimentação da água e o pisoteio do fundo são as interferências da visitação pública mais pronunciada sobre o rio Formoso. Essas atividades também são as que mais concentram visitantes por trecho de rio utilizado, retêm o visitante por mais tempo em atividade no local, apresentam os maiores graus de ocupação da barranca e da mata ribeirinha e possuem baixa capacidade em desviar a concentração de visitantes do ambiente aquático. Os balneários somam, portanto, o maior conjunto de características impactantes dentre os empreendimentos de visitação pública instalados no rio Formoso;

6. Os visitantes dos balneários exibiram o menor grau de exigência ambiental sendo que os comportamentos de saltar no rio e deixar lixo fora da lixeira receberam o maior e menor grau de importância por parte dos visitantes em geral. De maneira geral, as áreas mais impactadas recebem os visitantes com menos exigência ambiental;

Outro estudo promovido diretamente relacionado à visitação turística, segundo Sabino, Medina-Jr & Andrade (2005) no Balneário Municipal de Bonito, localizado às margens do rio Formoso, demonstrou que a piraputanga (*Bricon hilarii*), peixe símbolo na região, pode ser um potencial indicador biológico dos impactos ambientais da visitação pública em ecossistemas aquáticos naturais da região. Estes autores verificaram que o comportamento inadequado dos visitantes está provocando alterações no equilíbrio da população de piraputangas do local. Ao receberem alimento artificial dos visitantes, os peixes alteram sua dieta e comportamento alimentar, o que tem provocado obesidade nos organismos e redução em sua atividade de forrageamento a fontes naturais de alimentos, importante função ecológica desempenhada pela espécie no ecossistema.

Estes estudos reforçam uma demanda apresentada no PDITS/2004 que é a necessidade de estudos e definição de uma metodologia que permita um subsídio maior na definição da capacidade de visitação pública aos produtos ofertados na Serra da Bodoquena. Mesmo aqueles empreendimentos que detêm a devida licença ambiental, se baseiam em metodologias que não prevêem os parâmetros e indicadores necessários a conservação daqueles ambientes, que como já foi explicitado são de extrema singularidade e fragilidade.

O *voucher* único apesar de ser um importante instrumento de gestão turística, e de certa forma promover um controle do fluxo turístico, sabe-se que os números de visitação diária foram definidos de forma empírica, para maioria dos pontos visitados. Exceção apenas para alguns produtos que mantêm um monitoramento ambiental de seus empreendimentos e aqueles que possuem Plano de Manejo.

O Projeto Formoso Vivo por meio de uma ação integrada entre órgãos governamentais e não governamentais desenvolveu um plano de conservação voltado essencialmente à adequação à legislação ambiental propriedades rurais pertencentes à bacia hidrográfica do rio Formoso.

O plano de adequação das propriedades rurais foi conduzido pelo Ministério Público, na figura da Promotoria de Justiça, o que resultou em ações efetivas de conservação em um prazo relativamente curto de tempo.

No total foram levantadas 75 propriedades às margens do Formoso, em toda sua extensão e procedido um diagnóstico ambiental destas áreas com foco principal nas condições das Áreas de Preservação Permanente – APP e das Reservas Legais - RL destas propriedades. Os resultados obtidos foram os seguintes:

- 81,5% das propriedades (61 delas) apresentam algum problema de degradação na faixa ribeirinha. As 14 fazendas restantes têm conservado suas matas ciliares, pelo menos no que se refere à faixa de preservação permanente de 50 metros (Foto a seguir).



Foto 39 - Mosaico de condições de conservação das matas ciliares

Fonte: Projeto Formoso Vivo (LOUBET *et al*, 2007)

- 69,5% apresentam os 20% de reserva exigidos por lei. Nas 23 propriedades restantes destinadas a recuperar a RL, 12 delas terão que recompor parte de sua reserva e 11 propriedades terá que recompor toda a área de reserva. As duas figuras seguintes apresentam a quantificação das áreas de RL e APP para serem recuperadas e o estado de conservação das APP's e RL's.

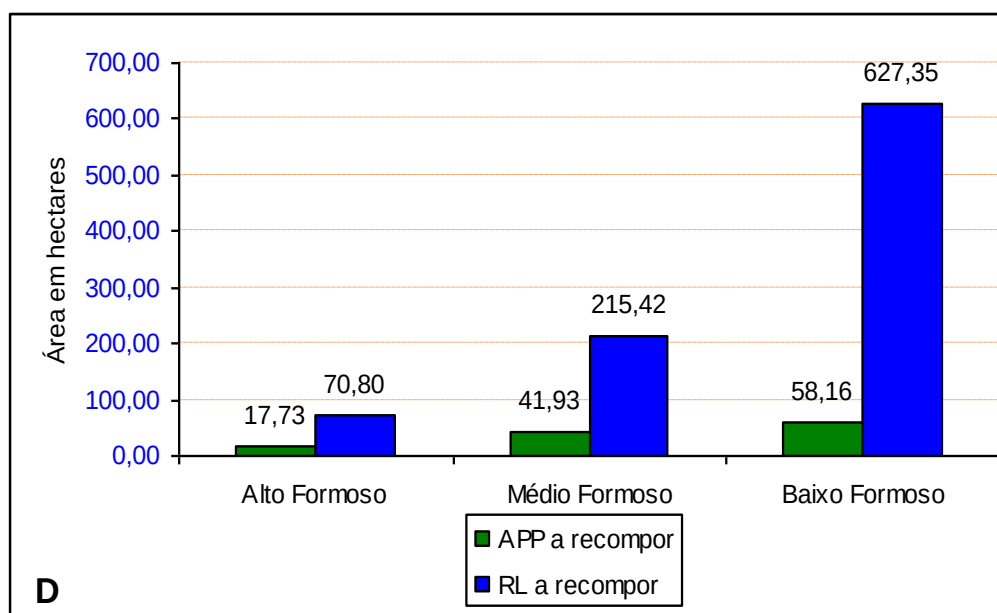


Figura 80 - Área de APP e RL destinadas à recuperação nas três regiões do rio Formoso.

Fonte: Projeto Formoso Vivo (LOUBET *et al*, 2007)

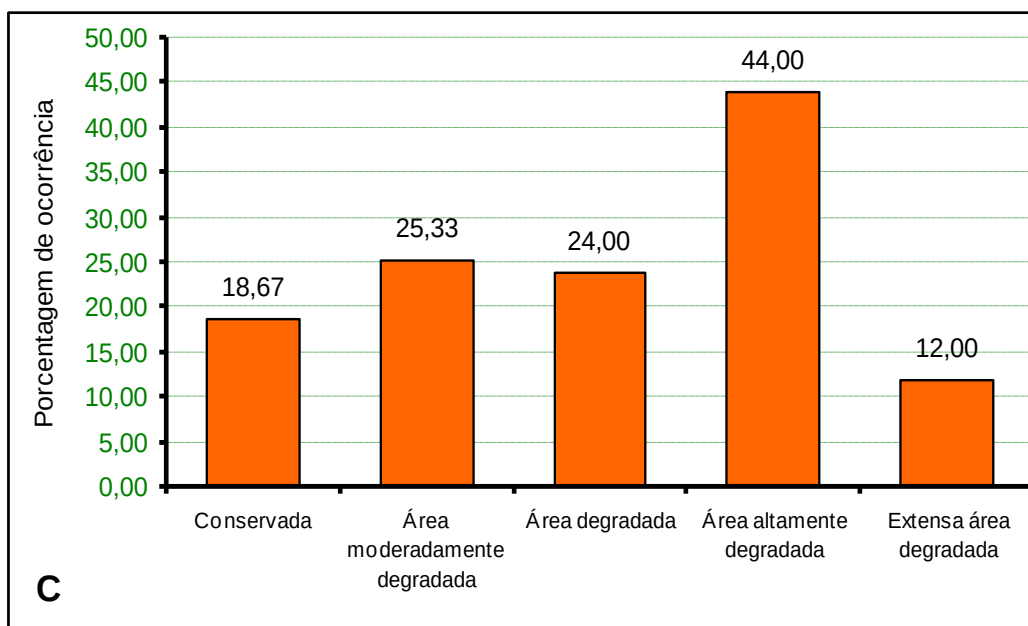


Figura 81 - Dados quantitativos de RL e APP existentes e a recuperar nas 75 propriedades do rio Formoso

Fonte: Projeto Formoso Vivo (LOUBET et al, 2007)

- As faixa de preservação do rio Formoso foi amplamente ocupada pela atividade turística nas últimas décadas, com vários tipos de edificações tais como casas, galpões, quiosques, churrasqueiras, muros de arrimo, calçamento de pedra, piscinas de pedra com desvios da água do rio, estão entre as principais estruturas encontradas na faixa de APP, conforme ilustram a figura e foto a seguir.

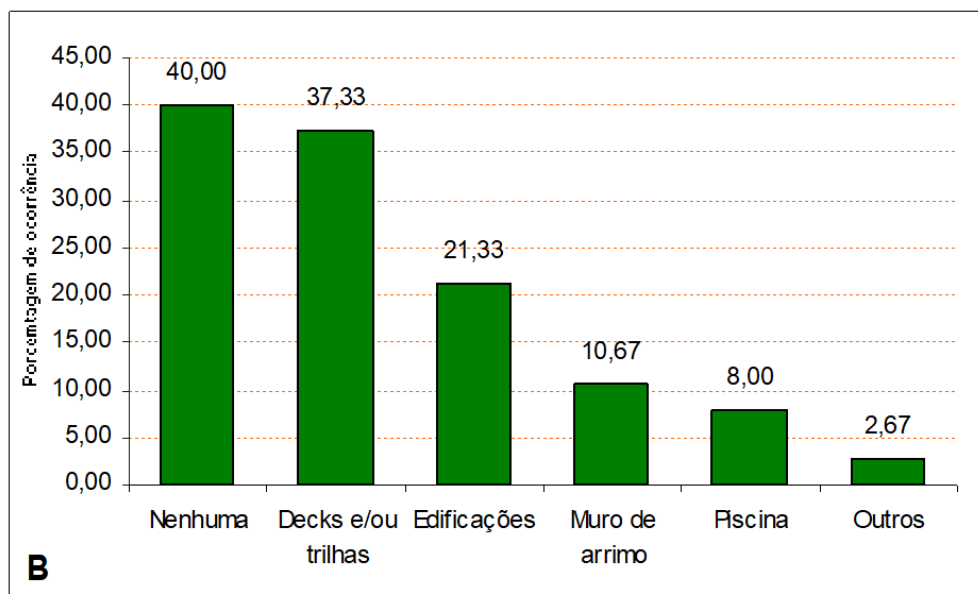


Figura 82 - Estruturas encontradas na faixa de APP

Fonte: Projeto Formoso Vivo (LOUBET et al, 2007)



Foto 40 - Estruturas de alvenaria construídas na área de preservação permanente (muro de arrimo) do rio Formoso.

Fonte: Projeto Formoso Vivo (LOUBET *et al*,2007)

- 42,5% das propriedades do rio Formoso exercem atividades de pecuária. Em 10,6% das propriedades do Formoso o gado bebe água diretamente do rio. Esta é uma atividade que altera sensivelmente a qualidade da água do rio, prejudicando as atividades ecoturística do local.

As atividades relacionadas ao turismo e lazer representam 89,33 % das atividades que ocupam irregularmente as áreas de APP's.

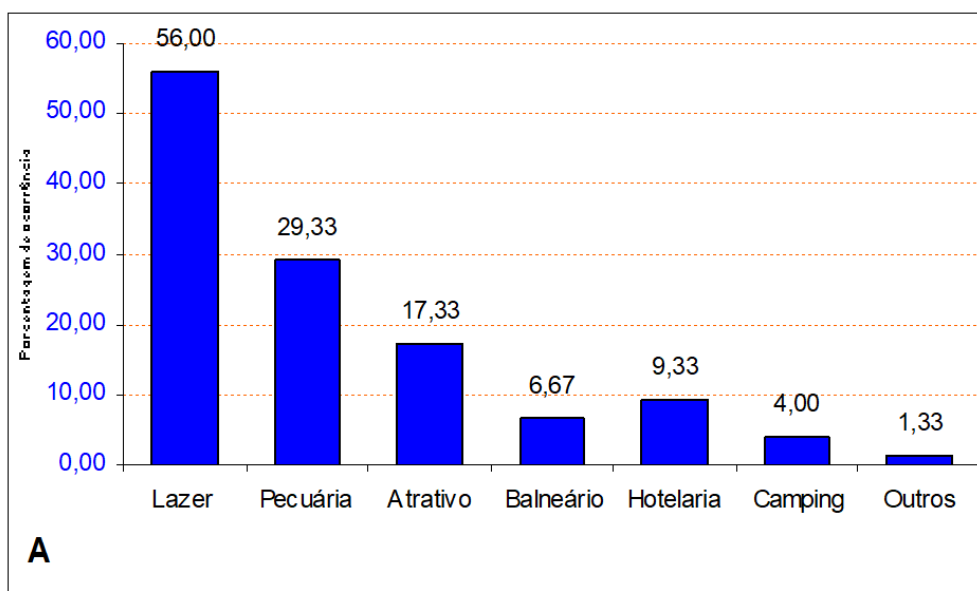


Figura 83 - Atividades que utilizam da área de preservação permanente do rio Formoso

Fonte: Projeto Formoso Vivo (LOUBET *et al*,2007)



Foto 41 - Ponto de bebedouro de gado

Fonte: Projeto Formoso Vivo (LOUBET et al,2007)

No artigo “Projeto Formoso Vivo - A Aplicação do Direito Ambiental para a Conservação da Biodiversidade na Bacia Hidrográfica do Rio Formoso em Bonito/MS” (LOUBET et al,2007) da onde foram extraídas as informações ora apresentadas, obteve em sua terceira fase do projeto como resultado a assinatura de 13 termos de ajustamento de conduta. Os proprietários por consenso concordaram em executar o plano de recuperação indicado nos relatórios ambientais, bem como averbaram na matrícula do imóvel a RL de acordo com roteiro georeferenciado proposto pela equipe do projeto. Desses proprietários, dez concordaram em reverter a RL em RPPN, totalizando até o presente momento cerca de 1.400 hectares a serem protegidos sob a forma de reservas particulares. Vale destacar que dessas áreas comprometidas, cerca de 50% pertencem ao banhado do Formoso, uma região de extrema importância para a bacia.

O programa de adequação ambiental aplicado pelo projeto Formoso Vivo mostrou-se um mecanismo eficiente devido à aplicação de um instrumento legal conhecido como Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Esse termo de compromisso firmado entre o Ministério Público e os proprietários possibilita a viabilização de uma solução rápida e eficiente dos passivos ambientais. As fotos seguintes retratam um local com uma construção irregular na APP e antes e depois da retirada da construção irregular.



Foto 42 – A Esquerda antes e a direita depois.

Fonte: Projeto Formoso Vivo (LOUBET et al,2007)

O EIA-RIMA e Plano de Manejo da Gruta do Lago Azul – 2007 identificou os seguintes impactos advindos da visitação turística e da implantação da infraestrutura necessária conforme quadro seguinte:

Quadro 59 - Impactos ambientais da visitação turística na Gruta do Lago Azul

Tipo de Intervenção	Impactos Ambientais	Medidas Mitigadoras
Visitação Turística	Aumento da temperatura e alteração da umidade pelo corpo dos visitantes com risco de deterioração irreversível dos espeleotemas.	A ser avaliado com o monitoramento, o qual já indicou apresentar variação significativa naturalmente, sem a visitação.
	Perturbação da fauna	Orientação aos visitantes para se comportarem em harmonia com o ambiente
	Poluição microfloral	Proibição de entrada com alimentos: visitação restrita ao caminhamento.
Abastecimento por água através de poços tubulares para o Centro de Apoio da Gruta do Lago Azul será dada continuidade ao uso do poço atual e para o centro de visitante será perfurado novo poço.	Rebaixamento do nível freático com risco de subsidência cárstica.	Monitoramento e bombeamento controlado; Uso de caixas d'água com volume superior ao necessário para se evitar bombeamento excessivo; Uso de água de chuva para descargas sanitárias e limpeza dos banheiros.
Banheiros	Poluição pelo esgoto	Uso de fossas sépticas
Produção de lixo	Resíduos	Coleta seletiva e destino apropriado fora da área do Monumento Natural.
Traslado dos turistas da cidade as grutas	Aumento do tráfego nas estradas de acesso com aumento da poeira e perturbação do gado de fazendas vizinhas; Possibilidade de atropelamento de animais silvestres.	Controle da velocidade e orientação aos motoristas.
Estacionamento	Contaminação do solo por vazamento de óleo.	Controle e uso de recipientes apropriados no caso da constatação do veículo sem a manutenção.

Fonte: EIA-RIMA/2007 (MATO GROSSO DO SUL, 2010e)

Os problemas ambientais identificados nos ecossistemas aquáticos, principal atrativo turístico nos produtos ofertados na Serra da Bodoquena, com base nos estudos e dados disponíveis, produzidos por pesquisadores, projetos desenvolvidos no âmbito do PRODETUR, órgãos públicos e ong's, referenciados acima, reforçam e também complementam as análises já elaborados no PDITS/2004 e, que abaixo sintetizamos:

- Há indícios de impactos ambientais nos ecossistemas aquáticos decorrentes do processo de visitação turística, podendo ser ocasionados pelo número excessivo de visitação turística e/ou pelo perfil e comportamento dos turistas, que tem levado a perda de biodiversidade e mudança de hábitos de peixes nestes ambientes.

- Ambientes sensíveis como os de nascentes são os que mais requerem cuidados na exploração turística e deve ser revista sua capacidade de visitação diária, frente à constatação de perda de biodiversidade existente;
- De maneira geral, os balneários exibem os maiores níveis de impacto em todos os produtos analisados, evidenciando que a movimentação da água e o pisoteio do fundo são as interferências, da visitação pública, mais pronunciadas;
- Existem impactos estabelecidos na Serra da Bodoquena de outras atividades econômicas, que são anteriores ao fenômeno turístico, que levam a perda de biodiversidade e de cobertura florestal, que impactam diretamente a conservação dos rios da região;
- Existe perda significativa da cobertura florestal nos três municípios, com índice bastante reduzido apenas em um município.
- Existe supressão e ocupação irregular de áreas de APP e RL (tanto de atividades de turismo como de outras atividades econômicas, como a agropecuária) nos principais rios turísticos da região (Formoso, Mimoso, Betione e Prata), apesar de não existir uma quantificação para todas estas sub-bacias.
- O atual sistema de Monitoramento da Qualidade da Água presta uma valiosa contribuição como fonte de informações para avaliação de vários processos estabelecidos na região da Serra da Bodoquena, mas estudos sugerem que para o controle efetivo dos impactos da visitação turística devam ser definidos outros parâmetros e indicadores que permitam uma análise mais adequada dos impactos advindos desta atividade nos ecossistemas aquáticos, tais como: (1) o Índice de Alteração da Estrutura Física de Ecossistemas (IAEFE) sugerido por Medina Junior (2007) em sua tese de doutorado “Avaliação dos Impactos da Visitação Pública no rio Formoso, Bonito, MS, Brasil: Subsídios à Gestão Ambiental do Turismo em Áreas Naturais” e; (2) Em estudo elaborado por Sabino & Andrade (2002) inclui no monitoramento de um atrativo em área de nascente além de variáveis físicas e químicas, o emprego de organismos aquáticos na avaliação dos impactos da visitação pública naquele ecossistema, destacando a presença de organismos-chave (topo de cadeia), o comportamento de espécies residentes e a estrutura da comunidade íctica como indicadores da manutenção das condições ambientais dentro de limites.
- O Licenciamento ambiental é um importante instrumento de gestão ambiental, portanto todos os municípios do polo devem buscar ajustar os produtos turísticos operando sem a devida licença, e incentivar que as novas implantações iniciem de forma regular.

Na Serra da Bodoquena não existe um monitoramento da qualidade do ar, mas nos estudos levantados para o presente plano não se constatou nenhuma alteração no clima em função da visitação turística, a não ser os impactos das queimadas e incêndios florestal em função de atividades agropecuárias desenvolvidas nos três municípios do polo. A partir de informações disponíveis no BDQueimadas, banco de dados disponibilizados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Meio Ambiente, consolidou-se os focos de calor detectados conforme quadro abaixo:

Quadro 60 - Focos de calor para os municípios do polo

PERÍODOS	FOCOS DE CALOR		
	BONITO	BODOQUENA	JARDIM
2007 a 2008	20 focos	30 focos	38 focos
2008 a 2009	25 focos	19 focos	54 focos
2009 a 2010	40 focos	158 focos	12 focos

Fonte: MCT e MMA – 2010

O controle dos incêndios florestais é de fundamental importância para a manutenção da qualidade do ar, como também da biodiversidade, uma vez que este tipo de prática tem levado ao comprometimento de muitos biomas brasileiros e comprometido a integridade dos ecossistemas nas Unidades de Conservação. Conforme observado na análise da infraestrutura básica e de serviços gerais nota-se que, no polo, há Corpo de Bombeiros, apto para o controle de incêndios florestais, somente em Jardim indicando uma carência em Bonito e Bodoquena, conforme relatos dos COMTURS de Bonito e de Bodoquena, assim como de demais representantes locais.

O calcário dominante na região também é o principal responsável pela diversidade de formações e habitats presentes nos ambientes aquáticos. As rochas calcárias encontram-se em contínuo processo de diluição, permitindo a formação de fraturas por onde a água se infiltra em locais conhecidos como sumidouros, escoam sob a forma de rios subterrâneos e emergem mais adiante formando as chamadas surgências ou olhos d'água.

A precipitação do carbonato, além de contribuir com a limpidez da água, promove a formação de incrustações calcárias no fundo dos ambientes aquáticos e das chamadas tufas calcárias. Com a deposição contínua de carbonatos, as tufas calcárias crescem formando cachoeiras e barramentos naturais dos rios. Essas formações são exclusivas de regiões cársticas e representam habitats únicos e sensíveis, facilmente sujeitos a sofrer desequilíbrio sob intervenção antrópica.

Estudos de Medina Junior (2007) indicam que as atividades turísticas, tais como a balneabilidade, passeio de barco, bote e bóia-cross, tem causado alterações nas barrancas dos rios, estabilidades de encostas, substratos de fundo dos cursos d'água e comprometimento de tufas calcárias. O monitoramento destes fatores de degradação ambiental deve estar contemplado em uma metodologia específica para a definição de visitação turística aos produtos turísticos do polo.

Quanto aos aspectos geológicos e geomorfológicos os problemas detectados foram contemplados quando da análise do patrimônio espeleológico, não havendo estudos e relatos de outros níveis de degradação nestes recursos.

Não existem problemas de perda de solos significativas nos municípios do polo, e nem problemas de erosões, a não ser ocorrências pontuais em barranca de córregos e rios pelo acesso do gado para dessedentação, conforme identificado em item anterior quando da apresentação do Projeto Formoso Vivo. Os solos da região são considerados de boa fertilidade, sendo por este motivo a existências de atividades agrícolas e assentamentos rurais nesta região.

Existe ainda a exploração de calcário na região, inclusive com a existência de uma fábrica de cimento em Bodoquena, mas todos os empreendimentos em atividade encontram-se licenciados. Espera-se que com o devido licenciamento destes empreendimentos a recuperação do passivo ambiental seja na mesma medida do dano causado.

Em todos os documentos pesquisados não se detectou uma pressão significativa sob a fauna nativa (considerando os mamíferos, reptéis e aves) pela visitação turística no polo, mas sim pelo tipo de ocupação estabelecida naquela região por atividades agropecuárias, que promoveu um intenso desmatamento e fragmentação florestal resultando em perda de *habitats* e grande ameaça à fauna. A proposta de Ecoturismo que vem sendo implementada na região pode ser uma importante “ferramenta” na conservação da biodiversidade e de alternativa econômica para o polo, diminuindo assim o ritmo no desmatamento observado nas últimas décadas.

Já nos rios e córregos do polo alguns estudos descritos acima relatam a alteração de comportamento e a perda de biodiversidade aquática pelo número excessivo de fluxo turístico em atividades de mergulho, balneabilidade e flutuação, bem como a mudança no hábito alimentar de peixes.

Quanto à potencialidade existente, pode-se dizer que a Região da Serra da Bodoquena ainda tem muito a oferecer além dos produtos turísticos desenvolvidos.

Considerando o uso para visitação em patrimônios espeleológicos (grutas, dolinas, abismos, etc.), os levantamentos realizados nesta região indicam a presença de inúmeras cavernas. Em Bonito existem por volta de 30 grutas identificadas (Mendes 1957, Lino *et al.* 1984, Gnaspini Netto *et al.* 1994, Ayub *et al.* 1996). Destas, as que apresentam potencial turístico são a do Lago Azul, Nossa Senhora Aparecida, Mimoso, Fazenda São Miguel e o Abismo Anhumas, com maior destaque para as duas primeiras. Segundo inventário realizado pelo Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável – PDTUR foram identificadas algumas cavernas de importância turística, tais como: Buraco das Araras, Buraco do Japonês, Buraco do Sapo, Buraco das Abelhas, Caverna do Labirinto, em Jardim, e Gruta do Urubu-Rei, em Bodoquena.

Em algumas cavidades também são realizadas atividades na modalidade turismo de aventura como rapel e mergulho, podendo ser ampliado os produtos atualmente oferecidos.

De acordo com publicação do CECAV, existem mais de cinquenta cavernas na região caracterizadas por salões de grandes dimensões e a existência de cavidades submersas, que já foram catalogadas, mas ainda não licenciadas para exploração turística.

Quanto à visitação em sítios geológicos-paleontológicos, no dia 22 de dezembro de 2009, foi criado o Geoparque Bodoquena – Pantanal (39.700 Km² da Região Sudoeste do Estado) por meio do Decreto nº 12.897 que também instituiu seu Conselho Gestor.

A UNESCO tem por objetivo reconhecer, segundo convenção mundial, os sítios culturais e naturais em âmbito regional de interesse excepcional e de valor universal que sua proteção é considerada de responsabilidade de toda a humanidade.

Foram realizadas visitas técnicas a região do Pantanal e Bonito para identificar a presença de sítios do patrimônio Geológico-Paleontológico de especial importância científica, raridade ou beleza, não apenas por razão Geológica, mas também em virtude do seu valor Arqueológico, Ecológico, Histórico ou Cultural.

Municípios Beneficiados: Aquidauana, Bodoquena, Bonito, Corumbá, Jardim, Ladário, Nioaque, Porto Murtinho, Rio Negro conforme ilustra a figura seguinte:.

Ainda, Os principais objetivos da implantação do geoparque são preservar o patrimônio geológico para gerações futuras, fomentar a educação sobre temas relativos a paisagens geológicas e matérias ambientais e incentivar meios de pesquisa para geociências. Além disso, assegura o desenvolvimento sustentável através do turismo.

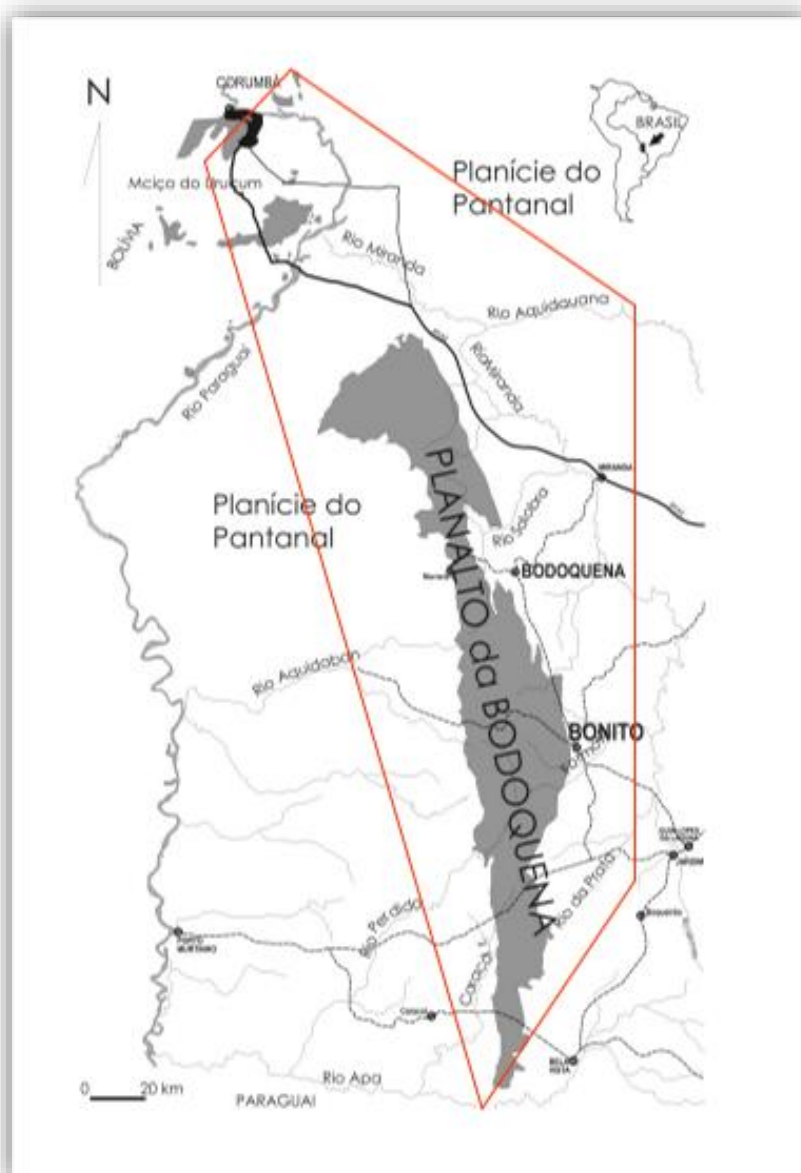


Figura 84 - Delimitação preliminar do Geopark Serra da Bodoquena-Pantanal

Fonte: IPHAN/MS -2010

Quanto ao uso potencial na modalidade Ecoturismo foi criado em setembro de 2000, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena foi a primeira e, até o momento, a única—unidade de conservação de proteção integral federal implantada no estado de Mato Grosso do Sul. A criação do Parque visou a proteger a maior área contínua de “mata atlântica” no estado, a qual se localiza sobre um terreno com características geológicas especiais, o que atende aos objetivos de preservação e estudo da biodiversidade, bem como à recreação, apenas para citar os mais comuns. No momento, o Parque encontra-se em implantação e por isso, ainda não foi aberto ao público.

Seus limites abrangem 76.481 hectares, os quais foram transformados em área de utilidade pública pelo Decreto de Criação. O parque está dividido em dois fragmentos: um ao norte, com área de 27.793 hectares e outro ao sul, com 48.688 hectares.

A área compreendida pelo Polo Serra da Bodoquena pertence à Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, e seus principais rios à Bacia do Miranda. Destacam-se como cursos d’água com maior potencial turístico o Rio Miranda, o Rio Formoso, Rio Sucuri, Rio Mimoso, Rio Perdido, Rio Chapena, Rio da Prata, Rio Salobra, Rio Betione e seus afluentes. Atualmente há uma alta concentração de atrativos turísticos às margens do Rio Formoso e seus

afluentes em Bonito e igualmente, tende a ocorrer o mesmo no Rio da Prata em Jardim e no rio Betione em Bodoquena.

Nestes rios os principais usos atuais e potenciais são o passeio de bote, flutuação, bóia-cross, rapel, mergulho, banho de cachoeira e a balneabilidade.

São desenvolvidas atividades de arvorismo, cavalgadas e trilhas explorando as belas paisagens existentes na Serra da Bodoquena e os remanescentes florestais, existindo um grande potencial para a expansão destas modalidades nos três municípios do polo.

Cabe ressaltar que a ampliação do uso dos recursos ambientais existentes no polo deve ser precedida de medidas de controle, monitoramento e avaliação dos órgãos ambientais e turísticos, que possam viabilizar um crescimento com a conservação destes recursos, a qualidade de vida da população residente e a qualidade dos produtos ofertados aos turistas.

5.3. GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA.

1.3.1 - As Políticas Públicas, Programas, Projetos e Metas de Qualidade

No Estado de Mato Grosso do Sul, o poder público tem uma série de projetos e programas em andamento que atuam/interferem diretamente nos municípios do polo em questão. Para promover o ordenamento do uso e ocupação solo, foi elaborado o Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado, importante instrumento de gestão ambiental preconizado pela Política Nacional de Meio Ambiente, foi apresentado à população através da realização de audiências públicas. Este Zoneamento tem a capacidade de regulamentar o uso e a ocupação do solo no estado, através de diretrizes específicas para cada região. A primeira meta definida para elaboração do ZEE-MS é a reorientação do desenvolvimento do Estado em bases sustentáveis, com ampliada integração ao mercado internacional, inclusão das comunidades locais nos processos econômicos e conservação ambiental.

A elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul (PERH-MS) é uma exigência da Política Estadual de Recursos Hídricos, como um dos instrumentos preconizados para dar suporte à gestão das águas. No PERH-MS é construída a visão do Estado relativa à situação atual dos recursos hídricos e como é desejada no futuro, para cuja concretização expressa metas e estratégias que serão perseguidas. A necessidade de planejar o aperfeiçoamento da gestão das águas impõe-se pela complexidade decorrente do desenvolvimento econômico, do aumento populacional, da expansão da agricultura, das pressões locais, da urbanização, das mudanças tecnológicas e das necessidades e demandas ambientais e sociais, em meio às incertezas do futuro sobre quando, como, onde e com que intensidade ocorrerá tais demandas.

A construção de uma estratégia estadual voltada aos recursos hídricos implicou na consideração conjunta:

- de uma etapa diagnóstica (situação atual das águas e dos problemas identificados, bem como a avaliação crítico-construtivo do que foi e está sendo feito para o equacionamento desses problemas);
- de uma etapa prognóstica (consideração dos cenários prospectivos traçados para o desenvolvimento macroeconômico do País e do Estado, que repercutirão de modo significativo sobre as disponibilidades hídricas estaduais, em quantidade e em qualidade);
- da seleção de princípios e diretrizes emanados da avaliação diagnóstica e prognóstica; e
- de uma etapa propositiva de programas

O PERH-MS pretende definir e alcançar metas de qualidade ambiental para o Estado e a região da Serra da Bodoquena, classificada na UPG Miranda. Neste Plano encontramos os seguintes objetivos no “Programa 9 – Enquadramento de Corpos Hídricos Superficiais e

Subterrâneos em Classes de Uso de efetivação do enquadramento das águas superficiais e subterrâneas”, nos quais estarão definidas as metas progressivas, intermediárias e finais de melhoria da qualidade da água:

- Propor metodologias visando articular o instrumento enquadramento com os demais instrumentos da PNRH/PERH, em especial, os planos de recursos hídricos, a outorga de direito de uso dos recursos hídricos e Zoneamento Ecológico-Econômico.
- Estabelecer diretrizes para a ampliação do enquadramento das águas superficiais no Estado, buscando articulação com estados limítrofes.
- Estabelecer programa de efetivação do enquadramento das águas superficiais e subterrâneas, nos quais estarão definidas as metas progressivas intermediárias e finais de melhoria da qualidade da água, excetuados para os parâmetros que não atendam aos limites por causa de condições naturais de determinadas bacias.
- Estabelecer diretrizes e metas de enquadramento para corpos d'água com características peculiares, tais como, corpos d'água intermitentes ou com regime de vazão que apresente diferença sazonal significativa, com alterações de velocidade, sujeitos a pulsos de inundação, dentre outros.
- Propor o enquadramento das águas subterrâneas do Estado, segundo resolução CONAMA nº 396/08.

Hoje efetivamente a Deliberação nº03/97, do Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA/MS promove o enquadramento dos rios das bacias hidrográficas do Estado estabelecendo classes de uso, o que na prática se configura em condições de qualidade ambiental que estes cursos de água devem manter. O PERH-MS ressalta a importância de se efetuar uma nova análise do enquadramento realizado (com parâmetros de qualidade baseados na Resolução CONAMA nº 20/86), considerando os novos usos existentes, bem como suas próprias peculiaridades. Na Serra da Bodoquena somente a micro-bacia do rio Formoso possui este enquadramento.

A Deliberação nº03/97, do Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA/MS enquadrou o Rio Formoso e seus afluentes até a confluência com o córrego Bonito, na Classe Especial, e os demais trechos na Classe 2. Na Classe Especial incluem-se as águas destinadas ao abastecimento doméstico, sem prévia ou com simples desinfecção, bem como a preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas. Já os corpos d'água da Classe 2, destinam-se ao abastecimento doméstico, após tratamento convencional, à proteção das comunidades aquáticas, à recreação de contato primário (esqui-aquático, natação e mergulho), à irrigação de hortaliças e plantas frutíferas e à criação natural e/ou intensiva (aquicultura) de espécies destinadas à alimentação humana.

O Projeto Formoso Vivo também pode ser considerado como um exemplo de ações que definem metas de qualidade, considerando que o mesmo tinha por objetivo regularizar 100% dos empreendimentos turísticos implantados ao longo do rio Formoso, quanto à legislação ambiental em vigor. O Projeto foi uma ação integrada entre órgãos governamentais e não governamentais que desenvolveu um plano de conservação, conduzido pelo Ministério Público, na figura da Promotoria de Justiça, o que resultou em ações efetivas de conservação em um prazo relativamente curto de tempo. O referido projeto foi mais bem detalhado em item anterior.

A SEMAC/IMASUL possui estruturados os principais instrumentos da Gestão Pública preconizados pela Política Nacional de Meio Ambiente, tendo atuação em todos os municípios da Serra da Bodoquena, apesar de necessitar de um fortalecimento institucional, possuindo escritório somente no município de Bonito. O Licenciamento Ambiental, um dos instrumentos mais importantes da gestão ambiental definido pela Lei 6.938/1981 – lei que define a Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA foi instituído no Estado a partir de junho de 1988, por meio do decreto Nº 4.625.

O Licenciamento Ambiental dos empreendimentos turísticos no estado de Mato Grosso do Sul é regulamentado pela Resolução conjunta SEMA/IMAP nº 004/2004, por meio de manual de licenciamento ambiental, entre vários documentos a serem apresentados para o requerimento de Licença Ambiental, é solicitado à apresentação de Certidão da Prefeitura Municipal, atestando que o local e a atividade estão em conformidade com as normas municipais de uso do solo.

No município de Bonito e Jardim esta certidão é emitida pelos Conselhos Municipais de Meio Ambiente - COMDEMA condicionado a apresentação de documentos pessoais do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto, da caracterização detalhada do empreendimento e mapa de localização. Em item específico foi analisado a situação dos produtos turísticos quanto ao licenciamento ambiental.

Ressalta-se que além do IMASUL, a Polícia Militar Ambiental, e supletivamente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA são os órgãos responsáveis pela manutenção da qualidade ambiental dos municípios do Polo da região da Serra da Bodoquena, atuando, principalmente, na educação, fiscalização, licenciamento e monitoramento ambiental dos recursos naturais e antrópicos.

No tocante às políticas públicas que envolvem a gestão ambiental, destaca-se o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS Ecológico, que no Mato Grosso do Sul surgiu operacionalmente no ano de 2000, sob o reflexo da influência recebida Estado do Paraná, que já adotava este instrumento como incentivador de iniciativas de conservação da biodiversidade.

A legislação que introduziu o conceito do ICMS ecológico foi aprovada pela Assembléia Legislativa em dezembro de 1994, pela Lei Complementar nº 077, traduzida numa versão quase na íntegra da Lei Complementar nº 59/91, similar do estado do Paraná. O que o Estado de Mato Grosso do Sul apresenta como aspecto conceitual inovador a fundamentação na origem do critério ecológico, a partir de um critério igualitário, surpreendentemente de alto percentual estabelecido pela Lei Complementar nº 057. O surgimento, portanto do critério ecológico no MS a partir da modificação de um critério de distribuição igualitário enfatiza o princípio do ICMS ecológico, isto é, o de promover a justiça fiscal pela conservação. O modelo sul-mato-grossense se fundamenta na oportunidade do repasse de recursos do ICMS aos municípios que possuem unidades de conservação de várias categorias de manejo, das áreas de terras indígenas e mananciais de abastecimento público.

Observa-se abaixo que Bodoquena é o município da região da Serra da Bodoquena que recebeu o maior valor de ICMS ecológico em 2009, tendo em vista que a maior porção do Parque Nacional da Serra da Bodoquena está localizada neste município. De forma análoga, Jardim recebe o menor índice justamente porque as terras deste parque abrangem uma menor porção da área deste município. Os municípios têm aplicado os recursos em recuperação de áreas degradadas, produção de mudas, gestão de resíduos sólidos.

Quadro 9. Valor total de repasse de ICMS Ecológico no ano de 2009 para os municípios do Polo Turístico Serra da Bodoquena.

Município	Índice 2009(%)	Valor anual
Bodoquena	0,2628	R\$ 2.074.553,56
Bonito	0,2341	R\$ 1.847.994,63
Jardim	0,0724	R\$ 571.528,45
Polo	0,5693	R\$ 4.494.076,64

Fonte: SEFAZ/ SGF/ CDP – MS.

Nota-se que do índice de 5% total do ICMS Ecológico destinado ao Estado, 0,57% corresponde ao polo em questão.

Na região da Serra da Bodoquena é intensa a ação pública através de políticas e programas de gestão ambientais, o que em curto tempo, comparando o presente período com aquele quando foi elaborado o PDITS/2004, verifica-se uma expressiva alteração em prol da adequação ambiental dos empreendimentos turísticos e recuperação de danos existentes.

Como já relatado em parágrafo acima a ação conjunta do Ministério Público com prefeituras e ONGs denominado “Projeto Formoso Vivo” serviu de modelo para o “Projeto Rio Miranda” e “Projeto Prata que Vale Ouro”, desenvolvidos nas bacias do Rio Miranda e do Rio da Prata, respectivamente. O primeiro já está em fase de assinatura dos TACs e o segundo em fase de finalização do diagnóstico.

Também em Bonito, a Prefeitura Municipal, através da Secretaria municipal de Meio Ambiente e Conselho Municipal de Meio Ambiente, desenvolve em parceria com o Ministério Público o Programa de conservação do Solo e Água, que apresenta os seguintes subcomponentes:

Quadro 10 – Subcomponentes do Programa de Conservação do Solo e Água em Bonito, MS.

SUBCOMPONENTE	DESCRIÇÃO
Produção de mudas	- Atende a demanda para recomposição florestal e para arborização urbana e para recomposição de áreas invadidas; - Entre 2005 e 2008 foram produzidas no viveiro municipal 465.000 mudas; - Para a recomposição florestal são produzidas mudas de cedro, bálsamo, amendoim branco, ingá, canafistula, guatambu, pororoca; - Podem ser comercializadas ou doadas para projetos de recuperação, tais como “Projeto Formoso Vivo” - Espécies produzidas para arborização urbana: oiti, pata de vaca, ipe branco, ipê rosa e ipê amarelo, escolhidos pelo porte, estrutura da raiz e beleza da floração; - No caso de recomposição de áreas invadidas, após a realocação da população em moradias populares, as mudas são plantadas pela SEMA e por meio de parcerias de cunho socioambiental, como o lançamento de feira sócio ambiental e aula trote da UFMS, onde a comunidade escolar e universitária é mobilizada para o plantio colaborando para o ordenamento da ocupação no espaço urbano.
Construção de Terraços (Parceria pública privada em áreas de APP, onde o Ministério Público exige plano de conservação do solo)	- Em áreas ocupadas pela atividade agropecuária, quando não desenvolvem práticas de conservação de solo; - Por meio de recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente oriundos de compensação ambiental, a prefeitura municipal de Bonito participa com a aquisição e manutenção de um trator, uma lâmina dianteira e um terraceador para execução dos terraços, além de acompanhamento técnico. - O produtor rural fica responsável pela elaboração do plano de conservação do solo, a demarcação das curvas de nível, alimentação e hospedagem do tratorista, combustível para o terraceamento. - No período de 2007 a 2009 foram atendidas 15 propriedades e mais de 6.000 ha de terraços construídos

Na Prefeitura Municipal de Jardim, por meio do Núcleo de meio Ambiente e ainda pelo COMDEMA, desenvolve várias atividades e projetos dentro os quais se destacam:

- Desenvolvimento de projeto de Recuperação de área degradada e gestão do depósito de lixo da cidade em função do TAC firmado com o MP da Comarca de Jardim;
- Ordenamento do depósito de lixo e elaboração de Relatório técnico-fotográfico complementar, por solicitação do Ministério Público/Promotoria de Jardim;
- Desenvolvimento de atividades de educação ambiental como palestras em escolas públicas, municipais e estaduais, e particulares relativos à conservação e à preservação do meio ambiente, bem como das atividades voltadas ao meio ambiente, como a coleta de lixo nas margens do Rio Miranda, caminhada ecológica e a Semana do meio ambiente.
- Gestão e apoio à Associação de Catadores de Resíduos Recicláveis Nossa Senhora Aparecida, com orientações sobre as atividades de coleta de resíduos recicláveis em implantação no município;
- Gestão compartilhada e acompanhamento das atividades da construção do aterro sanitário consorciado da cidade de Jardim;
- Diagnostico Ambiental do Balneário Municipal, visando o inicio das obras para requerer junto ao IMASUL a licença de operação, e ainda apoio no ordenamento ambiental.

Por fim, no município de Bodoquena as atividades da gestão ambiental de responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente onde são desenvolvidos projetos e ações de ordenamento ambiental, tais como.

- Coordenação e fiscalização do projeto de recuperação de área degradada no distrito de Morraria do Sul, onde sedimentos da área degradada são carreados para o córrego da Maconha, que atualmente encontra-se muito assoreado. São construídas curvas de nível para retenção dos sedimentos, desassoreamento do córrego e recuperação da vegetação ciliar. O projeto é desenvolvido com recursos do ICMS ecológico;
- Administração do viveiro municipal de mudas de espécies nativas que são doadas para recuperação de mata ciliar e arborização urbana;
- Projeto para implantação de aterro sanitário, Unidade de Processamento de Lixo - UPL e coleta seletiva de lixo que se encontra em fase de elaboração.

Assim, verifica-se que a principal preocupação dos municípios é com a recuperação de áreas degradadas ao longo dos principais rios que abrigam os atrativos turísticos e a implantação e o gerenciamento dos resíduos sólidos através da adoção ou adequação de coleta seletiva e UPL, bem como de implantação aterros sanitários adequados e licenciados.

1.3.2 - Capacidade Institucional dos Municípios e das Entidades Estaduais para a Gestão Ambiental

Dentre os vários instrumentos previstos na Política Nacional de Meio Ambiente para a gestão ambiental pública os municípios em questão ainda não possui uma capacidade instalada para exercê-los efetivamente. O município de Bonito é o mais bem estruturado, seguido de Jardim, no qual Bodoquena ainda possui uma organização incipiente.

Em Bonito de acordo com lei complementar, de 20 dezembro de 2004, foi criada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA que é composta por duas chefias: a Divisão de Meio Ambiente e a Divisão de Projeto Ambiental. Esta lei define várias competências a esta secretaria, mas efetivamente a SEMA é responsável pelo aterro controlado e pela coleta seletiva feita na sede municipal. Além destas atribuições, a mesma atua como parceira em projetos de educação ambiental nas escolas e incentiva e promove eventos

comemorativos relacionados ao meio ambiente, desenvolve programas e ações em parceria com o Ministério Público e ong's visando à conservação ambiental dos recursos naturais circunscritos em sua jurisdição.

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA foi criado há 21 anos, sendo o mais antigo do Centro-Oeste, e tem como membros representantes dos seguintes órgãos: IBAMA; SEMAC; Polícia Militar Ambiental; Agraer; SEMA; ONGs; Ministério Público.

O conselho utiliza as leis municipais, estaduais e federais para subsidiar suas atuações, reunindo-se frequentemente, de forma participativa, e tem como principais atribuições aprovar internamente nos processos de licenciamento a certidão, mencionada acima, que irão para a SEMAC/IMASUL, entre outras.

Em Jardim a gestão ambiental é desenvolvida pelo Núcleo de Meio Ambiente - NUMA ligado diretamente ao Gabinete do Prefeito, apesar da posição estratégica necessita de maior autonomia e infraestrutura, possui também um Conselho de Defesa do Meio Ambiente.

Atualmente o NUMA é o órgão municipal que fornece a certidão necessária para o requerente entrar com o processo de licenciamento de atividades poluidoras junto ao órgão competente do Estado de Mato Grosso do Sul, a SEMAC. Esse também é responsável pelo controle e emissão de autorização em relação à supressão vegetal na área urbana. O Corpo de Bombeiros ou as empresas de poda de árvores só fazem a poda ou supressão das espécies se o requerente tiver em mãos essa autorização.

Além dessas competências, o NUMA atua como parceiro em projetos de educação ambiental nas escolas incentiva e promove eventos comemorativos relacionados ao meio ambiente, como a Semana de Meio Ambiente, o dia da água entre outros, elabora e auxilia estudos ambientais sobre os recursos naturais da região, entre outras atividades.

Em Bodoquena a gestão ambiental está a cargo da Secretária de Turismo, Meio ambiente e Desenvolvimento Econômico, que conta hoje com o Secretário e dois apoios administrativos. O COMDEMA está em funcionamento desde agosto de 2009, se reúne de três em três meses, e tem tratado de assuntos relacionados à regularização de licença ambiental dos produtos/atrativos do município; definição da composição do conselho consultivo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena com o objetivo de estabelecer a participação dos membros do COMDEMA e da comunidade; tratar de denúncia sobre degradação do meio ambiente, etc.

Além dos órgãos ambientais municipais acima descritos, no município de Bonito estão instalados escritórios regionais do IMASUL e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO que atendem todo o polo.

O escritório regional do IMASUL é formado por um fiscal ambiental, um analista ambiental e dois técnicos ambientais, que atuam na fiscalização e licenciamento ambiental. Já o ICMBIO, com função de gerenciamento e fiscalização do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, conta com dois analistas ambientais e um técnico ambiental e fiscal, realizando fiscalizações de rotina e por demanda de denúncia.

A fiscalização nas unidades de conservação é realizada pelos próprios donos das terras nas Reservas Particular do Patrimônio Natural - RPPNs. Nos monumentos naturais do Rio Formoso existe apenas um guarda parque e na Gruta do Lago azul, que é gerenciada pela prefeitura. As áreas sob gestão pública necessitam de um incremento na fiscalização para promover o efetivo controle das unidades de conservação.

Em relação aos comitês de bacias, no polo há apenas um Comitê Estadual de Bacia Hidrográfica, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Miranda (CBH-Miranda), aprovado pela Resolução CERH nº 002/2005. Sua área de atuação abrange a bacia hidrográfica do Rio Miranda, rio de domínio do Estado, correspondendo à área física dos municípios de Anastácio, Aquidauana, Bandeirantes, Bonito, Bodoquena, Campo Grande, Corguinho,

Corumbá, Dois Irmão do Buriti, Guia Lopes da Laguna, Jaraguari, Jardim, Maracaju, Miranda, Nioaque, Ponta Porã, Porto Murtinho, Rochedo, Rio Negro, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia e Terenos com área de drenagem de 43.787 km².

Neste âmbito é necessário o fortalecimento político-institucional do CBH-Miranda apoiado pela instalação de novos comitês no polo, assim como no restante do Estado, para que sejam adequadamente regulamentados os critérios e os procedimentos para a gestão e, sobretudo, os monitoramentos ambientais.

Agendas nacionais e estaduais focados na conservação ambiental tem tido um tímido processo de acompanhamento por parte dos municípios, como é o caso da Elaboração da Agenda 21 Estadual, em dezembro de 2000 e mais recentemente a Conferência Estadual de Meio Ambiente, com o tema “Mudanças Climáticas”, onde os municípios do polo enviaram representantes, mas efetivamente não houve desdobramento destas ações em agendas municipais.

5.4. GESTÃO AMBIENTAL NAS EMPRESAS PRIVADAS.

No que se refere a gestão e o gerenciamento em empresas privadas primeiramente, é necessário ressaltar que as empresas privadas, mesmo as que necessitam de licenciamento ambiental, não são obrigadas a prestarem informações se possuem ou não Sistema de Gestão Ambiental - SGA, certificação ambiental, ou outras informações sobre o seu gerenciamento. O que o órgão ambiental obriga e cumprir todas as exigências legais cabíveis e respeitar os princípios do direito ambiental, quais sejam: precaução, prevenção, entre outros.

O ato de uma empresa ou indústria possuir um SGA ou uma certificação ambiental - reconhecida por uma instituição credenciada para tal fim - é voluntário, ficando difícil a coleta de dados fidedignos sobre tais assuntos.

A região da Serra da Bodoquena está participando do Programa Aventura Segura, que é uma ação do MTur e o Sebrae Nacional, em parceria com a Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura - ABETA. Este programa é voltado para o fortalecimento, qualificação e estruturação do Ecoturismo e Turismo de Aventura no Brasil, o Aventura Segura tem como foco iniciativas voltadas para o desenvolvimento com qualidade, sustentabilidade e segurança, por meio da implantação do Sistema de Gestão da Segurança para o Turismo de Aventura (SGS TA), com base na norma ABNT NBR 15331 – Turismo de Aventura – Sistema de Gestão da Segurança – Requisitos.

No polo, cinco atrativos turísticos da região já foram auditados pela ABNT e estão em fase de cumprimento de algumas condicionantes para a certificação. Os atrativos auditados são: Abismo Anhumas, Hotel Cabanas, Estância Mimoso, Rio da Prata e Buraco das Araras.

Além deste programa destacam-se no polo a Agência Ar de Turismo por possuir tem certificação ISO 9000 e 14000.

Estas certificações denotam ao empreendimento reconhecimento nacional e internacional de seu produto, serviço e instalações, que podem utilizar-se dos sistemas de certificação, certificando uma determinada instalação e seus sistemas de controle ambiental, implantando um SGA voltado para as normas ISO 14.001; certificando o serviço de Turismo Sustentável, por meio da NBR 15.401 (meios de hospedagem – sistema de gestão de sustentabilidade).

O que tem que ser ressaltado é que há uma falsa interpretação que as empresas que possuem certificação ambiental, poluem menos o meio ambiente. O que realmente acontece quando uma empresa recebe a certificação é que ela cumpriu os requisitos das normas da série ISO 14.000, sendo um deles a exigência que a empresa possua Processo de licenciamento ambiental, processo pelo qual se busca minimizar e monitorar os impactos ambientais de uma determinada atividade.

Outro fator interessante é que no Estado de Mato Grosso do Sul vigorou por muitos anos uma legislação que obrigava as empresas de determinados ramos (curtumes, frigoríficos, siderúrgicas, agroindústrias, entre outras) a realizarem auditorias ambientais periódicas (no máximo de três anos), Lei 1.600/1995, revogada pela Lei 3.839/2009 que institui o programa de gestão territorial de Mato Grosso do Sul e aprova a primeira aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado de Mato Grosso do Sul. Esse requisito não era observado durante os processos de licenciamento ambiental no Estado, o que mostrava a ineficácia deste regulamento. Na realidade auditorias ambientais, segundo boa parte da literatura sobre esse assunto, devem ser de caráter voluntário, seja essa auditoria para implantar SGA, seja para verificação de certificação ambiental, seja auditoria pontual.

Outra iniciativa voluntária interessante de ser destacada é a adoção de tecnologias de Produção mais Limpa (P+L) que vem crescendo no Estado, mas ainda não observada nos empreendimentos do polo. Esta iniciativa é uma das mais vantajosas, inclusive, para o setor de turismo, pois se um determinado empreendimento turístico a ser implantado numa região de significativo interesse ambiental, por exemplo, um hotel, poderia utilizar de P+L adotando técnicas de reuso de efluente, de acondicionamento correto, segregação e compostagem de resíduos, de educação ambiental, de redução de consumo de água e energia, utilização de materiais certificados (madeiras de reflorestamento, etc.), dentre outras.

5.4.1. Instrumentos de planejamento e controle territorial.

O ZEE é um instrumento para racionalização da ocupação dos espaços e de redirecionamento de atividades. Serve de subsídio a estratégias e ações para a elaboração e execução de planos regionais em busca do desenvolvimento sustentável. O Programa ZEE tem por objetivo executar o zoneamento em diversas escalas de tratamento das informações e integrá-lo aos sistemas de planejamento em todos os níveis da administração pública.

Nesse sentido, o ZEE torna-se um importante instrumento para subsidiar a formulação de políticas territoriais da União, Estados e Municípios, orientando os diversos níveis decisórios na adoção de políticas convergentes com as diretrizes de planejamento estratégico do país. (MATO GROSSO DO SUL, 2010) No ZEE os municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena são parte integrante da unidade de planejamento Zona Serra da Bodoquena – SZB onde estão previstas as seguintes atividades:

Quadro 61 – Atividades previstas para a Serra da Bodoquena segundo ZEE.

Situação	Atividades
Recomendadas	Implantação de empreendimentos voltados ao ecoturismo, aproveitando o potencial dos municípios de Bodoquena e Jardim para essa atividade, consolidando roteiros turísticos mais consistentes.
	Fortalecer o município de Bonito como Destino Nacional Indutor, em conformidade como enquadramento feito pelo Ministério do Turismo, incluindo, de forma ativa, as comunidades locais em sua cadeia produtiva.
	Aprimoramento tecnológico da pecuária, com melhoria do rebanho, em consórcio com outras atividades produtivas de base tecnológica mais avançada.
Recomendadas Sob Manejo Especial	Implantação de empreendimentos agroindustriais para produção de biocombustíveis com a utilização de espécies vegetais nativas.
	Implantação de projetos e empreendimentos de aquicultura, conforme normas a serem discutidas pelos respectivos Comitês de Bacias e aprovados pelos organismos ambientais, compatibilizando-os com as atividades de turismo ecológico.
Cont. Recomendadas Sob Manejo Especial	Aproveitamento de fauna e flora nativa com valor econômico.
	Exploração sustentável das jazidas de mármore, calcário e fosfato, compatibilizando-a com a atividade turística e com a preservação dos complexos de cavernas existentes

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, 2010.

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento do Município, sendo sua principal finalidade, orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população.

Financiado com recursos do PRODETUR o município de Bonito elaborou seu Plano Diretor Participativo dentro do que preconiza o Estatuto da Cidade, Lei n.º 10.257 que estabeleceu diretrizes gerais da política urbana. O município de Jardim iniciou um processo de atualização do Plano Diretor. Bodoquena iniciou a elaboração de um Plano Diretor, apenas para a área urbana do município, o que não contempla as diretrizes dadas pelo PRODETUR.

Ações de fortalecimento institucionais também estão sendo realizadas no âmbito do PRODETUR para os três municípios da serra, embora somente Jardim tenha efetivamente concluído seu Plano de Fortalecimento Institucional, conforme previsto no PDITS/2004.

O apelo ao desenvolvimento do ecoturismo na região da Serra da Bodoquena, bem como a riqueza da biodiversidade local, aliadas a necessidade de implantação de projetos e programas de sustentabilidade socioambiental, gerando demanda de participação de ONG em parcerias com o setor público. Na sequência são apresentadas as principais entidades que desenvolvem planos, programas e projetos na região.

- **Fundação Neotropica**

Criada em 1993, a Fundação Neotrópica do Brasil é uma Organização Não-Governamental sem fins lucrativos, sediada em Bonito-MS, com a missão de promover e praticar a conservação da natureza. A organização é associada à Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, integra o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda, a Plataforma de Diálogo entre segundo e terceiro setores: Pantanal / Polo Minero–Industrial de Corumbá/MS e participou de três edições do Programa “*Trainee em Meio Ambiente*” da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Sendo seus principais projetos desenvolvidos:

Quadro 62 – Projetos da Fundação Neotrópica já desenvolvidos.

Projeto	Descrição
Pé-da-Serra e Frutificando.	Projetos que tiveram como objetivo diminuir os impactos sobre os recursos naturais da região do entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, apoiando alternativas de geração de renda e promovendo a organização comunitária e a melhoria da qualidade de vida e organização social nos assentamentos Guaicurus e Santa Lúcia. Os produtores rurais foram capacitados com cursos de práticas agroflorestais e agroecológicas, produção de conservas doces e salgadas, geléias e sucos, produção caseira de derivados de mandioca, artesanato em palha de milho.
Ecodesenvolvimento no Entorno do Parque Nacional Serra da Bodoquena	Com o objetivo de reduzir as ameaças externas ao Parque Nacional da Serra da Bodoquena, de fortalecer as políticas públicas de conservação da natureza e de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade local, o projeto abrange os municípios de Bodoquena, Bonito, Jardim e Porto Murtinho Promoveu a capacitação de técnicos, empresários de turismo e proprietários rurais para a prática do ecoturismo, da agroecologia e agrofloresta, além de incentivar a criação de RPPN.
Inclusão verde	Projeto desenvolvido na cidade de Bodoquena qualificou 25 jovens, com idade entre 16 e 24 anos, Um projeto para capacitação de jovens da cidade de Bodoquena, entre 16 e 24 anos, de baixa renda, para atuação em ecoturismo no município e região, com ofertas de estágio para os alunos em entidades com vínculo ambiental nos municípios de Bonito e Bodoquena.

Quadro 63 – Projetos da Fundação Neotrópica em desenvolvimento.

Projeto	Descrição
Formoso Vivo	Desenvolvido em conjunto com o Ministério Público e Prefeitura (COMDEMA), contando com parceria do ICMBio, FUNBIO, com o objetivo de recuperar as APPs e RLs das propriedades situadas às margens dos rios da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, adequando-as à legislação ambiental vigente. É um projeto de reconhecimento Nacional, como modelo de atuação do Ministério Público, sendo replicado em vários municípios de MS, prevendo o envolvimento de aproximadamente 1200 propriedades rurais, até 2008. A partir de um diagnóstico das propriedades localizadas às margens dos rios Formoso, Formosinho e afluentes, são identificadas as áreas que estão em desacordo com a legislação ambiental, o proprietário rural assina um TAC com o Ministério Público, com o compromisso de regularizar e/ou recuperar as áreas que não estão adequadas à legislação. A Fundação Neotrópica elabora os planos de recuperação e laudo ambiental orientando os proprietários sobre as providências para a recuperação das áreas degradadas. Também elabora o memorial descritivo georeferenciado alocando as áreas de RL e atua na demarcação das áreas de APP e RL. Até o momento 90% das áreas de mata ciliar, identificadas como degradadas no diagnóstico, já estão em processo de recuperação. O diagnóstico também apontou as atividades turísticas que estavam sem licença ambiental
Corredor de Biodiversidade Miranda - Serra da Bodoquena	Os Corredores de Biodiversidade são grandes unidades de planejamento que têm como principal objetivo compatibilizar a conservação da natureza com um desenvolvimento econômico ambientalmente responsável e mais adequado às características sociais da região. Visando manter ou restaurar áreas naturais em meio às atividades humanas por meio de incentivo e incremento da porcentagem de áreas protegidas por meio de criação de RPPNs e outras categorias de Unidades de Conservação, bem como apoiando o Plano de Manejo do Parque Nacional da serra da Bodoquena. Também incentiva a municípios do Corredor e apoiando ações de Educação Ambiental.
Guia EConsciente	Parceria com a Fundação Citi, o projeto Guia EConsciente - Consciência Ecológica Através do Ecoturismo é um curso de capacitação dirigido aos guias de turismo e monitores de atrativos turísticos de Bonito e região da Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul. O objetivo do projeto é capacitar guias e monitores de turismo nas áreas de conhecimento específicos como ecologia, biologia da conservação, legislação ambiental, além de enriquecer os conhecimentos já adquiridos sobre a fauna e a flora local. Assim, busca-se sensibilizá-los quanto à importância da conservação da natureza, tornando-os agentes multiplicadores desse processo junto à comunidade e os visitantes locais.

- **IASB – Instituto das Águas da Serra da Bodoquena**

O Instituto das Águas da Serra da Bodoquena - IASB, constituído legalmente em 2002 em Bonito, foi criado por proprietários rurais, empresários, ambientalistas e comunidade ribeirinha, o IASB se originou da Associação Amigos do Rio Mimoso e já desenvolveu diversas ações voltadas para a recuperação e manutenção da qualidade das águas, do solo e da vegetação das microbacias localizadas na Serra da Bodoquena, dentre as quais se destacam:

Quadro 64 – Projetos do Instituto das Águas da Serra da Bodoquena.

Projeto	Descrição
Sistemas Agroflorestais: recuperação de matas ciliares e geração de renda	O Projeto trata da utilização dos sistemas agroflorestais como forma alternativa de recuperação de matas ciliares, visando à diminuição da pressão sobre os remanescentes de florestas nativas e a diversificação das fontes de renda para os produtores rurais. O projeto está sendo realizado em caráter de demonstração em uma propriedade no Rio Mimoso (Bonito/MS). Com isso, pretende-se disseminar uma atividade potencialmente geradora de renda para evitar o desmatamento de novas áreas para plantio.
Matas Ciliares	Devido à situação encontrada no Rio Mimoso e em diversos outros cursos d'água do município de Bonito/MS e, considerando a falta de recursos financeiros da maioria dos produtores rurais, principalmente os pequenos, o Projeto Matas Ciliares se propôs a pesquisar alternativas de recuperação de áreas degradadas. Por meio do projeto, o IASB ofereceu ainda assistência técnica a convite dos produtores rurais, interessados em iniciar a recuperação de matas ciliares em suas propriedades. Assim, diversas outras áreas estão testando uma das metodologias pesquisadas.
Programa de Implementação e Melhoria do Viveiro de Essências Florestais da Serra da Bodoquena	Este projeto visa otimizar a produção de mudas nativas através da implementação e melhoria do funcionamento do Viveiro Municipal de Bonito/MS através do aumento da produção e da qualidade das mudas, aquisição de equipamentos e materiais necessários para coleta de sementes, manutenção e capacitação dos funcionários envolvidos, aumentando a atuação no processo de recomposição das áreas de proteção permanente, no enriquecimento da variabilidade genética das espécies, no fomento de atividade de manejo sustentável, no paisagismo urbano.
Programa de Educação Ambiental Bonito Para Sempre - Fase I, II e III	Projeto com a finalidade de sensibilizar a população Bonitense, sobre questões ambientais, tais como manejo do lixo, desperdício de água, importância das matas ciliares, por meio de as atividades realizadas com o 9º ano do Ensino Fundamental, juntamente com os professores e moradores vizinhos das escolas participantes.
I Feira Ambiental e Social de Bonito: Conhecer para Preservar!	A I Feira Ambiental e Social de Bonito: Conhecer para Preservar! busca ampliar o conhecimento da comunidade local acerca das questões ambientais que abrangem o município de Bonito, buscando sensibilizá-la e envolvê-la na adoção de ações práticas para a conservação dos recursos naturais e para a melhoria da sua qualidade de vida.

- **Instituto Família Legal**

Em operação desde dezembro de 2003 sob a coordenação conjunta com o Ministério Público, o Programa Família Legal atende 80 crianças e adolescentes com idades entre 7 e 14 anos, selecionados a partir de um criterioso processo de avaliação de pobreza e risco social, pertencentes a 40 famílias residentes na área urbana do Município de Bonito-MS.

O Programa tem apresentado excelentes Indicadores de Resultados:

- Aproximadamente 85% das crianças atendidas pelo Programa Família Legal apresentam melhoria do rendimento escolar tanto em notas como em comportamento, segundo depoimento de mães e professores;
- Índice zero de evasão escolar;
- Diminuição importante do número de repetências;
- Redução do número de gravidez precoce;
- Redução do número de ocorrências policiais ou judiciais envolvendo as famílias.

- **Projeto Fibra Viva**

Com o apoio da PETROBRAS desde 2007, o projeto tem como objetivo gerar renda para 50 jovens e mulheres carentes, priorizando aqueles já atendidos pelo Instituto, com ações de reuso e reciclagem de materiais, por meio de capacitação para a produção e comercialização de artesanato a partir materiais descartados (roupas de neoprene, malotes dos Correios, retalhos de jeans etc.).

Todo o material recebido é reutilizado para a confecção de blocos de papel, caixas, sacolas, bolsas, luvas de forno, pegadores de panela, pequenas bolsas de viagem, enfeites de parede e outras peças elaboradas com técnica apurada de produção e que retrata a fauna local nos seus motivos e cores, que são comercializados em diversas lojas de souvenirs da região.

- **Projeto Mãos do Cerrado**

Projeto de geração de renda com cestaria elaborada a partir de materiais plásticos descartados, implantado em 2004, que atende aproximadamente 10 mulheres que se encontram fora do mercado de trabalho ou que complementam sua renda com essa atividade

Já alcançou grande parte dos objetivos a que se propôs, de capacitar para o trabalho e promover renda mínima a mulheres carentes do município, e tem se desenvolvido de forma independente, porém sempre com o apoio institucional do Instituto Família Legal. O resultado do trabalho são cestos de diversos tamanhos, coloridos e utilitários, produzidos apenas com sacolas plásticas trançadas.

Fase de execução e recursos disponíveis para execução dos Projetos e Ações

Consultadas as entidades quanto aos programas e ações em execução foram disponibilizados conforme abaixo informações quanto à fase execução e os recursos investidos.

Quadro 65 - Programas e ações da Fundação Neotrópica

PROGRAMA/PROJETO	RECURSOS		INICIO PROJETO	ESTÁGIOS DE IMPLANTAÇÃO
	VALOR (R\$)	FONTE		
Corredor I	191.926,56	CI	25/4/2004 a 25/4/2005	Finalizado
Corredor II	182.880,00	CI	15/6/2005 a 30/6/2006	Finalizado
Corredor III	70.078,97	CI	20/10/2006 a 19/10/2007	Finalizado
Corredor IV	94.003,20	CI	31/1/2008 a 27/12/2008	Finalizado
Corredor V	87.275,80	CI	19/1/2010 a 18/1/2011	Em Andamento
Ecodesenvolvimento	399.716,00	PROBIO/MMA/CNPq	18/2/2003 a 30/6/2005	Finalizado
Inclusão Verde	46.355,98	Inst. Camargo Corrêa	19/12/2007 a 18/6/2008	Finalizado
Formoso Vivo	54.000,00	Promap Engenharia	27/8/2003 a 26/8/2004	Finalizado
Mon. Formoso	45.013,50	FBPN	29/6/2004 a 28/6/2006	Finalizado
Formoso Vivo	35.000,00	FBPN	31/7/2006 a 30/7/2007	Finalizado
Formoso Vivo	45.000,00	FBPN	13/8/2007 a 13/2/2009	Finalizado
Formoso Vivo	35.409,00	PMB	3/11/2008 a 20/12/2008	Finalizado
Frutificando	49.992,00	HSBC	21/2/2006 a 20/2/2007	Finalizado
Pé-da-Serra	US\$ 29.951,53	GEF/PNUD/PPP	30,3/2004 a 29/3/2005	

Fonte: Fundação Neotropica

Quadro 66 - Programas e ações do IASB

PROGRAMA/PROJETO	RECURSOS		INICIO PROJETO	ESTÁGIOS DE IMPLANTAÇÃO
	VALOR	FONTE		
Sistemas Agroflorestais: recuperação de matas ciliares e geração de renda.	70.000	Ministério do Meio Ambiente	Set/2007 a Out/2009	Finalizado
Matas ciliares	71.000	Petrobras	Abril/2007 a Fev/2009	Finalizado
Programa de implementação e melhoria do viveiro de essências florestais da Serra da Bodoquena	41.000	Conselho Municipal de Meio Ambiente	2004	Finalizado
Programa de educação ambiental Bonito para sempre – fase I, II e III	40.000 (total)	• Doações • CASA* • CODEMA • GEF rio formoso	Fase I – 2005 Fase II – 2006 Fase III - 2008	Finalizado
Feira ambiental e social de Bonito: Conhecer para	16.000	• CODEMA • CASA*	2010	Finalizado

preservar.				
Plante Bonito	Variável	Empresas	2007 - atual	Em andamento

Fonte: IASB

Quadro 67 - Programas e ações do Instituto Família Legal

PROGRAMA/PROJETO	RECURSOS		INICIO PROJETO - DATA	ESTÁGIOS DE IMPLANTAÇÃO
	VALOR	FONTES		
Programa Família Legal	24.000,00	Governo do Estado	2003 e Reativou em 2006	Em desenvolvimento
Projeto Mãos do Cerrado	---	Doações	2003 e 2004/Reativou em 2006	Em desenvolvimento
Projeto Fibra Viva	---	Doações	2007	Em desenvolvimento
Escola Novo Olhar	---	Doações	2008	Em desenvolvimento

Fonte: Instituto Família Legal

GRAU DE PARTICIPAÇÃO.

O PRODETUR ao longo de seu processo de elaboração vem promovendo um processo participativo e de certa forma inovador desde o planejamento até a execução de algumas ações que já estão em andamento, com a gestão compartilhada dos três entes da federação (União, Estado e municípios). A construção do Marco Lógico, desde a elaboração da primeira versão do PDITS em 2004, foi realizada por meio de oficinas participativas, que conforme registra as atas contidas no referido documento, houve boa participação nos três municípios. Assim como na definição das Estratégias, Plano de Ações, Ações Prioritárias e aprovação do documento final do PDITS/2004.

O município de Bonito possui o maior grau de participação da sociedade civil dado a efetiva organização desta em associações e ong's. Estas entidades possuem assento nos conselhos e atuação junto a órgãos públicos, instituições internacionais de conservação e fundos nacionais e internacionais de financiamento.

A iniciativa de ONGs como a Fundação Neotrópica e o IASB por meio de projetos desenvolvidos no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, bem como o incentivo de criação de RPPNs, envolvendo reuniões e atividades com diversos setores da sociedade, permitem a inclusão e participação dos diferentes grupos de interesse no desenvolvimento turístico da Área.

Os COMTUR's dos três municípios estão em atividade e possui representação de governo, setor privado e sociedade civil e tem sido a principal instância de debate e controle da atividade turística do polo. Tanto os aspectos turísticos quanto da conservação ambiental dos atrativos estão pautados em suas agendas (COMTUR's), subsidiando a gestão ambiental dos municípios e dos COMDEMA's de Bonito e Jardim.

Na criação de UC's do polo existe um processo de consulta pública, inclusive exigido pela nova lei do SNUC, Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Para a criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena foram realizadas 05 audiências públicas, promovidas pelas Comissões de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa Estadual e Câmara Federal, além da criação de um Comitê Pró-Criação do Parque Nacional que reuniu representantes da sociedade civil, governo e comunidade. As UC's estaduais também contaram com processos

participativos registrados por meio de ata que constam na documentação que embasam seus decretos de criação.

As UC's por força de lei (SNUC) devem constituir os Conselhos Consultivos, os Monumentos Naturais do Rio Formoso (Ilha do Padre) e da Gruta do Lago Azul tem previsão de sua instalação até o final do ano, estão sob a gestão do IMASUL que detém a presidência do conselho. Será criado apenas um conselho para gerir os dois monumentos. Já o Parque Nacional da Serra da Bodoquena apesar de ter todos os conselheiros já nomeados, por força de decisão judicial, não tomaram posse.

A participação e inserção da comunidade local mostram-se presentes na gestão ambiental, fruto da sensibilização através de programas de educação ambiental e programas de desenvolvimento local, regional e estadual que possuem metodologias participativas e, os fundos nacionais e internacionais que apóiam governos e ONG's têm como exigência a consulta pública. Há visivelmente um aumento do processo participativo na região, embora este fenômeno sofra variações influenciadas pela característica de cada gestão municipal.

5.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas realizadas pela EMBRATUR em 1998 demonstraram que os recursos hídricos têm forte apelo turístico, fazendo parte da preferência dos visitantes em todas as regiões pesquisadas, na Serra da Bodoquena, a visitação pública a áreas naturais é realizada basicamente em propriedades particulares, onde os estudos sobre os impactos ambientais da atividade são ainda incipientes (MEDINA JUNIOR, 2007). Estes ecossistemas aquáticos estão sob forte pressão em função do uso e ocupação do solo. Haja vista a perda da cobertura florestal, onde Bodoquena e Jardim têm entre 40% e 60% e Bonito em torno de 60% a 80% de cobertura original.

Mesmo com os problemas ambientais existentes a Serra da Bodoquena ainda possui o maior remanescente de florestas do Estado do Mato Grosso do Sul com formações de cerrado, floresta estacional semi-decidual e floresta estacional decidual. Esta última considerada uma das formações vegetais mais seriamente ameaçadas do Brasil (STRAUBE, 2006 *in* Pellin, 2010)".

No PDITS/2004 era apontado à piora na qualidade das águas na bacia do rio Formoso, que é monitorado desde 1996, principalmente, o córrego Bonito e o rio Formoso no ponto de lançamento do mesmo córrego, que continua sob pressão antrópica, dado as descargas de esgoto *in natura* e os efluentes da ETE (IMASUL/2008). Os outros córregos do polo também não se encontram em um bom estado de conservação, necessitando de recuperação de suas nascentes e APP's.

As áreas de fragmento florestal que recobrem as principais cavidades naturais do polo necessitam de recuperação em função do risco de degradação irreversível no interior destas cavidades. Existe também a necessidade de ampliação das áreas protegidas no entorno das mesmas a fim de diminuir o efeito de borda causado pelas atividades agropecuárias.

Pelos estudos referidos acima há indícios de impactos diretos da visitação turística tanto nos ecossistemas aquáticos como no patrimônio espeleológico, que sugerem perda de biodiversidade, comprometimento no hábito de peixes da região, descaracterização de margem e leito de córregos e rios, entre outros.

Estudos indicam também que os balneários, de maneira geral, são os mais impactados entre todos os compartimentos analisados, evidenciando que a movimentação da água e o pisoteio do fundo são as interferências da visitação pública mais pronunciada sobre o rio Formoso. Essas atividades também são as que mais concentram visitantes por trecho de rio utilizado, retêm o visitante por mais tempo em atividade no local, apresentam os maiores graus de ocupação da barranca e da mata ribeirinha e possuem baixa capacidade em desviar a concentração de visitantes do ambiente aquático. Os balneários somam, portanto,

o maior conjunto de características impactantes dentre os empreendimentos de visitação pública instalados no rio Formoso (MEDINA JÚNIOR, 2007).

O Parque Nacional da Serra da Bodoquena após 10 anos de sua criação, ainda não se encontra devidamente implantado. Esse moroso processo, seja por questões técnicas, burocráticas ou de cunho econômico, tem grandes conseqüências para a região vários aspectos: sob aspectos ambientais (1) o parque representa uma salvaguarda na conservação daqueles ambientes, onde se encontra locais preservados, que serviriam de referência para um futuro processo de recuperação de áreas degradadas; (2) abririam novos atrativos que distribuíram fluxo de visitante, para os municípios do polo, diminuindo a pressão ambiental sobre os produtos/empreendimentos existentes; sob os aspectos socioeconômicos (1) distribuiria ingressos financeiros para os municípios, (2) teria preços mais acessíveis do que aqueles praticados por atrativos particulares, (3) abririam mais oportunidades de emprego/negócios na exploração turística do parque, podendo beneficiar as comunidades locais.

Por fim, a definição da visitação diária dos atrativos/produtos turístico deve ser baseada em metodologia que contemple critérios científicos como também características locais. E apesar do recorte do PDITS da Serra da Bodoquena contemplar os municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, sob os aspectos ambientais as ações de conservação devem ser projetadas considerando os municípios vizinhos, principalmente Guia Lopes da Laguna e Porto Murtinho, uma vez que as unidades para o planejamento ambiental estão circunscritas as bacias hidrográficas, aos ecossistemas locais, aos corredores florestais, que possuem sua integridade enquanto unidade de planejamento e conservação.

6. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

O diagnóstico é a primeira etapa do processo de planejamento que, por sua vez, deve estabelecer os parâmetros para direcionar uma organização, comunidade ou governo rumo ao futuro desejado. Dessa forma, ao se realizar um processo de planejamento, como o da atividade turística do polo Bonito – Serra da Bodoquena, os líderes e atores sociais envolvidos são municiados com uma série de informações necessárias para a tomada de decisões que nortearão seu desenvolvimento.

O propósito do diagnóstico estratégico aqui utilizado é balizar o processo de formulação estratégica e de elaboração de ações do PDITS/Serra da Bodoquena com o objetivo de proporcionar uma melhor inserção competitiva no mercado turístico nacional e internacional e, assim, criar as bases para o desenvolvimento sustentável da região.

O diagnóstico estratégico da Serra da Bodoquena apresenta a situação de como se encontra a região em termos do mercado turístico, quais são seus produtos consolidados e potenciais, quais os gargalos existentes e as possibilidades de sua superação e, por fim, buscar definir seu posicionamento competitivo, ou seja, como a região deseja ser percebida no mercado turístico e quais os produtos que a diferenciam no mercado.

Uma vez que os mercados são voláteis e bastante competitivos, suas mudanças podem influenciar positiva ou negativamente a consolidação e exploração dos produtos turísticos da região da Serra da Bodoquena. Para tanto, é fundamental a formulação estratégica para melhor posicionar a região e seus produtos no mercado turístico nacional e internacional. Esse processo inicia-se com a elaboração do diagnóstico estratégico.

Para a elaboração deste documento, foram revisadas informações de sua primeira versão, elaborada em 2004, e coletadas novas sobre o mercado turístico, infraestrutura urbana, ambiente político-institucional e questões socioambientais.

O diagnóstico estratégico contemplou as seguintes análises da área e das suas atividades turísticas: (1) demanda turística atual; (2) demanda turística potencial (sem dados relevantes); (3) atrativos turísticos dos municípios do polo; (4) equipamentos e serviços turísticos existentes no polo; (5) capacitação de mão-de-obra para o turismo; (6) infraestrutura básica e dos serviços gerais; (7) análise social dos municípios do polo (envolvendo os sistemas de abastecimento de água, de esgoto sanitário, de limpeza urbana e disposição de resíduos sólidos, de drenagem pluvial, e de saúde); e (8) análise dos aspectos socioambientais.

Os atores envolvidos no processo de planejamento são pertencentes ao *trade* turístico e, principalmente, dos órgãos públicos municipais e estaduais responsáveis pela formulação e execução das políticas de desenvolvimento do turismo estadual. Eles têm sido reunidos sob a forma do Fórum Regional de Turismo, que é uma instância de governança da sociedade civil. A dificuldade que essa forma de composição do Fórum Regional de Turismo apresenta é que, em geral, as prefeituras do interior do estado de Mato Grosso do Sul tem um problema quase que crônico de dificuldades financeiras. Isso acarreta em dificuldades adicionais no processo de mobilização das equipes locais, pois as prefeituras acabam priorizando os gastos e as ações relacionadas ao turismo são colocadas em segundo plano.

No entanto, esses mesmos atores reúnem condições para colaborar com o processo de planejamento do desenvolvimento da atividade turística pelo acúmulo de experiências, pelo que representam institucionalmente, pelos trabalhos realizados em prol do turismo. Vale destacar que, em geral, as ações relativas ao desenvolvimento do turismo têm sido de iniciativa dos órgãos governamentais, especialmente, nas esferas federal e estadual, assim como, sua coordenação. Isso se constitui num fator decisivo para seu sucesso, pois permite

a convergência de objetivos e aproveitamento das condições institucionais existentes, como a articulação de parcerias e a captação de recursos.

Isto posto, deve-se ressaltar que para a revisão da formulação estratégica do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Serra da Bodoquena é importante fazer uma análise diagnóstica para que permita identificar elementos que possam apontar os rumos do posicionamento estratégico da região no mercado turístico.

Ou seja: quais são os diferenciais competitivos da região da Serra da Bodoquena? De que forma a região turística deseja ser lembrada pelos turistas? Quais deverão ser seus atrativos? Quais deverão ser os atributos e especificações de seus produtos para que o turista perceba seu valor e faça a escolha de seus passeios para a região em detrimento de outras? De que forma serão mobilizados recursos para se atingir a situação desejada?

Essas são as questões básicas que deverão nortear o processo de formulação estratégica e elaboração do plano de ação. Neste sentido, o diagnóstico estratégico elaborado para o polo Bonito – Serra da Bodoquena foi construído tomando-se por base uma análise do macroambiente, captada por indicadores de desempenho e fatos recentes do ambiente macroeconômico nacional e internacional, e uma análise do microambiente, realizada por meio do levantamento de informações sobre a área turística realizada neste estudo.

A Serra da Bodoquena enfrenta a concorrência de outros destinos turísticos e, por consequência, deve competir para atrair turistas para a região. Por essa razão, é necessário que se busque identificar os seus produtos consolidados e potenciais, analisar a demanda de mercado e seu potencial de expansão para que se possam definir quais os caminhos para diferenciar a região das demais e torná-la competitiva internacionalmente.

Analisa-se a seguir, a partir das informações das seções anteriores, de que formas a Serra da Bodoquena poderá se inserir nesse novo cenário com as atuais condições em que se apresenta.

6.1. LINHAS DE PRODUTOS

A análise da linha dos produtos tem por objetivo avaliar se há um alinhamento entre os produtos turísticos oferecidos na região, as tendências para o mercado e o posicionamento competitivo desejado. Pela análise de mercado realizada, a região da Serra da Bodoquena se consolidou como destino de ecoturismo, especificamente, a cidade de Bonito ganhou por oito vezes o prêmio de melhor destino de ecoturismo concedido por uma importante revista do setor. No período de 1996 a 2009 o número de visitas no polo aumentou em 2,5 vezes e o crescimento médio anual foi de aproximadamente 9%.

Considerando-se o número de visitas como critério de demarcação para análise da valoração, os produtos consolidados no polo Serra da Bodoquena são os relacionados aos segmentos de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza. Analisando-se o desempenho dos atrativos mais visitados no período de 2006 a 2009 destacam-se as seguintes variações:

- Gruta do lago azul (26,6%)
- Passeio de bote (38,9%)
- Flutuação e cavalgada no rio Sucuri ((66,9%)
- Aquário natural (14,4%)
- Estância Mimosa (59,2%)
- Rio do peixe (40,2%)

Portanto, os segmentos mais importantes, ou seja, aqueles que têm dinamizado a região são o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo de natureza. Por essa razão, os

principais atrativos da região estão relacionados com esses segmentos. Portanto, há um alinhamento entre o *mix* de produtos e o foco estratégico de mercado para a região.

A pesquisa de demanda realizada permitiu traçar um breve perfil do turista da região da Serra da Bodoquena. A grande maioria visita a região motivada pelo turismo ou lazer e são brasileiros, homens acima de 30 anos, vindos de São Paulo e do próprio estado de Mato Grosso do Sul. Esses turistas vêm de carro e acompanhados. O volume de entradas nos meios de hospedagem passou de 75.062 em 2007 para 147.425 em 2009. Isso representa um aumento de 96,4% no período. Foi registrada em 2009 a emissão de 266.539 *voucher's*, o que significa que cada turista fez mais de uma visita a atrativos turísticos durante os 3,4 dias de permanência no destino.

Do ponto de vista da oferta, a caracterização do mercado turístico da Serra da Bodoquena identificou, aproximadamente, 223 (duzentos e vinte e três) produtos e/ou atrativos turísticos na região.

Dessa forma, a formulação estratégica deve buscar criar elementos que diferenciem a região e a transforme em um destino único, especial, que crie bons sentimentos e emoções para quem a conhece e fomenta o desejo de visitá-la para aqueles que ainda não a conhecem.

6.2. PRODUTOS TURÍSTICOS POTENCIAIS

Os produtos potenciais percebidos na análise do mercado turístico passaram a ser explorados recentemente na região. Citam-se, por exemplo, a atividade de espeleologia, ou seja, estudos de cavernas, pois na região há o registro de 150 (cento e cinquenta) grutas e cavernas inexploradas.

Além destes, devem ser destacados os produtos relacionados ao segmento de geo-cultural que poderão ser explorados com a dinamização das atividades turísticas do Geopark Pantanal - Bonito, o turismo de pesca no Rio Miranda e o turismo de base comunitária nos assentamentos, pequenas propriedades rurais e comunidades locais.

6.3. SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA CONSOLIDADA

A maioria dos atrativos relaciona-se com os segmentos turísticos do ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza, o que implica em dizer que são estes os segmentos que apresentam produtos consolidados na região da Serra da Bodoquena.

Nesse sentido, os produtos derivados destes, além da realização de eventos regionais, são os que devem merecer atenção para o seu desenvolvimento e promoção, pois podem contribuir para a definição do posicionamento competitivo da região no mercado turístico nacional e internacional, ou seja, esses segmentos são os que possuem a capacidade de criarem uma identificação, uma marca, da região na mente dos turistas.

Vale destacar que, nesses segmentos, a região da Serra da Bodoquena possui fortes destinos turísticos concorrentes. É o caso da Amazônia e Foz do Iguaçu, nacionalmente, e a Nova Zelândia e Costa Rica, internacionalmente, para citar alguns.

6.4. SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA EM POTENCIAL

O segmento turístico em consolidação é o de negócios e eventos programados, que vem ganhando espaço em função da construção do Centro de Convenções na cidade de Bonito cuja capacidade é para 1.700 pessoas. Este segmento pode ser explorado enquanto nicho

de mercado, pois a vocação principal da região e o que tem sido promovido nos últimos anos são os segmentos de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza. No entanto, a criação do centro de convenções tem permitido atrair um público novo para a região por meio da realização de congressos, encontros e congêneres de nível estadual, nacional e, até mesmo, internacional. Os principais eventos que vêm ocorrendo são os seguintes: Festival da Guavira, festival gastronômico, encontro estadual de clubes do laço, festa do peão, congressos e congêneres e o festival de inverno de Bonito. O segmento de negócios e ventos pode permitir ao polo o aumento do fluxo de turistas, em especial, na baixa temporada, contribuindo assim, para diminuir os efeitos da sazonalidade do fluxo.

E outro segmento potencial é o do turismo técnico-científico, dada a existência do Geopark Pantanal-Bonito e do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, o que pode estimular a visitação para fins acadêmicos, educação ambiental, projetos de pesquisa nas universidades, dentre outros. Superados os gargalos de infraestrutura existentes para consolidar a rota Pantanal-Bonito, além de permitir a consolidação dos produtos existentes, criam-se novas linhas de produtos para exploração como, por exemplo, a prática de *bird watching* (observação de pássaros).

A Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul realizou um trabalho de definição de estratégias de desenvolvimento do turismo para o período 2008-2020 nas dez regiões turísticas do Estado. O quadro abaixo apresenta os principais segmentos turísticos da região, suas potencialidades de oferta e diferenciais competitivos. Deve-se atentar que a FUNDTUR considera como pertencentes à região Bonito – Serra da Bodoquena os municípios de Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho. Por essa razão, outros segmentos turísticos são apresentados em função das potencialidades dos demais municípios e não apenas da área turística alvo do PDITS, ou seja, Bodoquena, Bonito e Jardim.

Quadro 68 – Segmentos de turismo potenciais do Polo Serra da Bodoquena.

SEGMENTAÇÃO	POTENCIALIDADE DA OFERTA	DIFERENCIAL TURÍSTICO DA REGIÃO
<u>ECOTURISMO</u> É um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o Patrimônio Natural e Cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.	Rios de águas Cristalinas, UCs, Cavernas, Grutas, Lagoas, Crateras, Flutuação, Fauna e Flora, dentre outros.	Transparência das águas e na abundância de vida subaquática.
<u>TURISMO CULTURAL</u> Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do Patrimônio Histórico e Cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens culturais materiais e imateriais.	Trechos da Retirada da Laguna (Cemitério dos Heróis, Praça do Nhandipá, dentre outros), Casarios Antigos, Festa dos Padroeiros, Festas Folclóricas.	Retirada da Laguna e Festas do Touro Candil.
<u>TURISMO DE ESTUDOS E INTERCÂMBIO</u> Constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional.	Estudos geológicos, paleontológicos, antropológicos, culturais, dentre outros.	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e a Criação do Geoparque – Pantanla/Bonito.
<u>TURISMO DE AVENTURA</u> Compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo	Raphel, trilhas, tracking, rafting, passeios de barco, espeleomergulho ,dentre outros.	Abismo, Cavernas, Grutas, Dolinas, dentre outros.
<u>TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS</u> Compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.	Eventos populares e científicos. Festival de Inverno de Bonito, PHD-ONLY HARLEY, NovemberFest, Festa do Peão, Carnaval, junina e padroeiro.	Centro de Convenções de Bonito.
<u>TURISMO DE PESCA</u> Compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora.	Pesca no Pantanal do Nabileque e no Rio Miranda	Rio Paraguai em Porto Murtinho. Rio Miranda, em Bonito, Bodoquena e Jardim

Fonte: FUNDTUR. Estratégias de desenvolvimento do turismo de Mato Grosso do Sul 2008-2020: Região Bonito – Serra da Bodoquena. Campo Grande: FUNDTUR, 2008.

6.5. ÁREAS CRÍTICAS DE INTERVENÇÃO

O propósito deste item é avaliar se há obstáculos que possam minar os esforços de criação e desenvolvimento de produtos turísticos que consolidem a Serra da Bodoquena no mercado turístico nacional e internacional.

6.5.1. ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO LOCAL

Um dos principais aspectos que merece destaque foi captado pela pesquisa primária realizada nos municípios e trata-se da sensibilização da população local em relação à atividade turística. Dos três municípios, a pesquisa revelou que somente em Bonito a população reconhece o turismo como principal atividade econômica, apesar de reconhecerem que são cidades turísticas.

Esse fato tem desdobramentos importantes, pois se a população não percebe o turismo como uma atividade econômica alternativa de desenvolvimento, de geração de emprego e renda, então, possivelmente ela não apoiará iniciativas de dinamização do setor, e também, isso pode ter reflexo no sistema de representação política, ou seja, a população pode não eleger representantes que tenham alinhamento com a defesa dos interesses do setor turístico.

6.5.2. INFRAESTRUTURA BÁSICA E TURÍSTICA

Em relação à infraestrutura básica e turística, destaca-se que os municípios de Bonito e Jardim são dotados de um nível de infraestrutura que comporta a atividade turística, mas no município de Bodoquena observa-se que ainda não possui um nível adequado de oferta de serviços de infraestrutura.

6.5.2.1. SAÚDE

No atendimento a saúde, Jardim é considerado Polo de microrregião, incluindo os municípios de Guia Lopes da Laguna, Bonito e Porto Murtinho. O município possui nove estabelecimentos de prestação de serviços de saúde públicos. São sete Equipes de Saúde da Família – ESF, um Centro de Saúde e um Hospital de caráter filantrópico.

O atendimento hospitalar é de caráter privado sem fins lucrativos, com financiamento do SUS e atende aos municípios da microrregião. O hospital possui 43 leitos de internação e oferece atendimento de emergência clínica, cirúrgica e traumato-ortopédica. Entretanto, ele apresenta deficiência na diversidade de especialidades oferecidas, sendo os casos mais graves ou complexos encaminhados para Campo Grande. A necessidade de equipar o hospital é latente, bem como a demanda por maior número de médicos.

Bodoquena na área da saúde conta com três centros de saúde, um posto de saúde (Unidade de Diagnóstico e Terapia), uma Unidade de Vigilância Sanitária e um hospital geral com oito leitos.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) não recomenda ou estabelece taxas ideais de número de leitos por habitante e tampouco, estes índices são suficientes para avaliação de um sistema de saúde. Porém no caso da região em questão, considerando o tamanho da população, o número de turistas e a distância entre um município e outro com uma rede de saúde maior, verifica-se a necessidade de ampliar e adequar o sistema de saúde do polo.

Assim, existe a necessidade de investimentos neste setor, pois faltam unidades hospitalares adequadas, completas e que comporte atendimento tanto para a comunidade como para o turista.

No caso do turista, salienta-se a necessidade de ser desenvolvida uma estrutura de socorro e pronto atendimento específica de ortopedia e trauma para assistir adequadamente os acidentes decorrentes do turismo de aventura, muito praticado na região.

6.5.2.2. SEGURANÇA PÚBLICA

Os maiores problemas na área de policiamento estão relacionados com o trânsito de veículos e pedestres. O Corpo de Bombeiros que atende o município de Bodoquena está sediado no município de Aquidauana. Assim, a distância de 140 Km, entre os municípios cria dificuldades na prestação de atendimento aos atrativos que enfrentam deficiências em termos de equipamentos e pessoal treinado para segurança.

A presença do Corpo de Bombeiros nos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim é feita através do 8º Sub-agrupamento de Bombeiros em Jardim, que também atende Bonito, e do 7º Sub-agrupamento de Bombeiros, sediado em Aquidauana, que atende o município de Bodoquena.

Geralmente nos atrativos que compõe o polo, o resgate às vítimas de afogamento é realizado por guarda-vidas e por guias. São grupos que recebem treinamento através de instrutores da corporação do Corpo de bombeiros. Todos os anos guias e guarda vidas retornam ao curso para reciclagem. Como os passeios são sempre guiados, quando não há salva-vidas os guias são treinados para atender tal situação.

A recuperação, manutenção e sinalização das principais rodovias necessitam de constantes investimentos, pois é fundamental para o acesso e distribuição de fluxos turísticos. Foram identificados os seguintes problemas ao longo das principais rodovias: (1) ocorrência de animais silvestres na pista, (2) falta de acostamento, (3) deficiência nas rótulas de acesso aos municípios (nos traçados e na sinalização), (4) necessidade de duplicação da pista e pavimentação de vias laterais de acesso na travessia de Guia Lopes e, (5) falta de sinalização horizontal em alguns trechos das rodovias.

Os níveis de segurança nas rodovias que circundam as cidades de Miranda, Bodoquena e Nioaque ou que atravessam as cidades de Sidrolândia, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Bonito, encontram-se atualmente necessitando de investimentos pela administração pública (federal e estadual) através de seus órgãos específicos, para propiciar melhor segurança aos turistas e aos habitantes das localidades

6.5.3 – QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TURÍSTICOS

Do ponto de vista dos empreendimentos que gerenciam os atrativos turísticos, o que se pode perceber é que a necessidade de melhoria para o atendimento ao turista é permanente, uma vez que, a maioria deles visita ao polo a partir de informações de parentes e amigos. Nesse sentido, o turista que chega a cada momento pode apresentar valores, costumes e hábitos diferentes, dependendo da região que chega, do momento econômico que vive, dentre outros fatores.

A regularização de atrativos é um desses problemas, ao mesmo tempo, os empresários do setor reclamam do excesso de burocracia, taxas elevadas e falta de funcionalidade dos órgãos públicos que tratam da questão. Esses problemas contribuem para caracterização de um quadro que mostra que nem todos os atrativos estão devidamente estruturados ou, a estrutura ainda é incipiente, o que dificulta a promoção do atrativo e sua comercialização.

Vale resgatar que uma das tendências de consumo mapeadas nesse estudo aponta para a oferta de produtos *Premium*, ou seja, produtos com alto valor agregado. Se esta tendência também vigorar para o mercado turístico significa dizer que o turista não se contentará em visitar atrativos que não estejam, no mínimo, adequadamente estruturados.

O apoio dos órgãos de gestão pública para resolução desses problemas é fundamental. Mas ao mesmo tempo, deve-se ressaltar que a grande maioria dos empreendimentos existentes na Serra da Bodoquena é predominantemente de organização familiar. Isso não quer dizer necessariamente que são empresas amadoras, mas que há espaço para se melhorar a gestão desses empreendimentos permitindo que eles adquiram maior competitividade e eficiência. Em outras palavras, significa dizer que é preciso elevar o nível de capital empresarial existente e fomentar a criação de redes que possam dinamizar os negócios na região.

6.5.4. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

6.5.4.1. Fortalecimento das relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil.

A atuação de instituições como o SENAC, SEBRAE, universidades e faculdades nos municípios indicam que há a ambiência necessária para superação dos gargalos existentes nessa área. Isso ajudaria a superar outro obstáculo que é a baixa qualificação da mão-de-obra existente nos municípios que podem atuar no setor turístico. Tais necessidades são crescentes e contínuas, o que exigirá uma planificação eficaz para solucionar o problema.

Pelo aumento expressivo do volume de entradas nos meios de hospedagem verificado nos municípios da Serra da Bodoquena e, se supõe que esse ritmo de crescimento tende a permanecer, há risco de se comprometer a prestação de serviços e oferta de produtos turísticos na região pela falta de pessoal qualificado e equipado adequadamente. É necessário fazer nova análise das necessidades de qualificação a partir da percepção do mercado e do posicionamento competitivo que se deseja para a região. Se o desejo é que a Serra da Bodoquena crie uma marca na mente dos turistas e consumidores não basta apenas que se lembrem da região apenas pelas suas belezas naturais, mas também, pela forma como suas necessidades foram atendidas durante a sua estada e isso passa não só pela diversidade da oferta de produtos e serviços locais como pela qualidade dessa oferta.

6.5.4.2. Fortalecimento dos municípios no que diz respeito ao turismo e a gestão territorial.

Um problema comum para o desenvolvimento tanto dos segmentos consolidados como para a exploração dos segmentos potenciais é a organização político-institucional da atividade turística. Na região da Serra da Bodoquena as prefeituras possuem estruturas próprias de apoio do ao turismo, no entanto, a articulação dessas instâncias e as demais relacionadas ainda é falha. Nem todos os órgãos e instâncias de governança existente possuem o mesmo nível de estruturação, ao contrário, são muito desiguais.

Essa desigualdade não permite uma articulação eficaz entre os municípios da região da Serra da Bodoquena e se manifesta na existência de um quadro reduzido de pessoal de apoio, não há setores especializados na elaboração de projetos e captação de recursos, os recursos orçamentários são insuficientes face às necessidades de promoção da atividade turística e, não há uma sensibilização plena dos órgãos do poder executivo e também do legislativo sobre a importância do turismo enquanto atividade econômica capaz de dinamizar as economias locais por meio da geração de emprego e renda.

6.5.4.3. Fortalecimento dos municípios no que diz respeito a gestão ambiental.

Um aspecto da gestão pública que deve ser relatado e que representa um gargalo a ser superado em toda a região da Serra da Bodoquena é a fragilidade dos órgãos ambientais no tocante à fiscalização em função, dentre outros fatores, do limitado quadro de pessoal técnico. Como a região possui um patrimônio natural significativo e que contribui para torná-la atrativa para o mercado turístico, a gestão ambiental deve ser tratada de forma cuidadosa e, um dos desafios é conciliar o crescente interesse empresarial em abrir ou explorar novos

atrativos e a capacidade dos órgãos de fiscalização em orientar e fiscalizar os estabelecimentos.

A SEMAC/IMASUL possui estruturados os principais instrumentos da Gestão Pública preconizados pela Política Nacional de Meio Ambiente, tendo atuação em todos os municípios da Serra da Bodoquena, apesar de necessitar de um fortalecimento institucional, já que somente no município de Bonito há um escritório regional.

6.5.4.3. Sistema Gerencial de Informações Turísticas

Por fim, a ausência de um sistema de informações gerenciais que permita uma melhor gestão do turismo é outro gargalo crítico. Não há como se fazer um bom planejamento e nem uma boa gestão da atividade turística sem um adequado sistema de informações gerenciais, ou seja, sem dados e informações precisas sobre o mercado turístico, sobre o perfil da demanda, sobre os gastos dos turistas durante sua estada, sobre suas preferências, sobre o produto interno bruto do setor turístico, dentre inúmeras outras informações.

Na moderna gestão de organizações tem se disseminado uma premissa que afirma que sem instrumentos de medição, não há como se avaliar um negócio. Por essa razão, um sistema de informações turísticas auxiliaria no processo de tomada de decisões, evitando formulações estratégicas equivocadas que podem comprometer todo um esforço de pessoas, empresas, entidades e órgãos públicos. Sem esse sistema o risco é grande de se produzir e executar ações não convergentes.

6.5.5. ESTRUTURAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA

6.5.5.1. Incentivar investimentos privados em infraestrutura turística

Outro aspecto que merece ser destacado para manter a consolidação dos segmentos de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza é a ampliação da rede de incentivos aos negócios empresariais. Mais recentemente, as linhas tradicionais de financiamento de longo prazo contemplaram algumas atividades turísticas, tais como: meios de hospedagem, agências de turismo, parques temáticos, restaurantes, bares, centros de convenções, casas de espetáculos, empreendimentos de infraestrutura, serviço turístico e ecoturismo em áreas de preservação ambiental, hotéis que obtenham a Certificação no Sistema de Gestão da Sustentabilidade para Meios de Hospedagem, micro ou pequena empresa do ramo turístico. Isso se deve em grande parte em função de que o Brasil ficará no centro das atenções esportivas na próxima década, pois sediará a Copa Mundial de Futebol da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro, em 2016.

É importante que os empresários da região da Serra da Bodoquena possam ser sensibilizados, capacitados e apoiados para captar recursos dessas fontes e aproveitar o momento ímpar que as instituições de financiamento oferecem ao setor turístico. É uma oportunidade real de expansão dos negócios, pois a região possui o menor número de empresas entre todas as regiões do Estado de Mato Grosso do Sul. Mas o mais importante é que se promovam e desenvolvam empresas relacionadas ao setor turístico, seja na cadeia produtiva principal como na auxiliar, como as instituições de apoio e fomento ao turismo. Nesse sentido, é essencial que se produzam estudos que orientem as decisões empresariais e as áreas que as políticas públicas devem concentrar esforços de apoio.

6.5.5.2. Desenvolver produtos turísticos diversificados

6.5.5.2.1. Fortalecimento da Rota Pantanal-Bonito

Uma reclamação comum manifestada pelos gestores públicos, membros das instâncias de governança e população local é fortalecer a Rota Pantanal – Bonito. O principal gargalo existente era a falta de pavimentação asfáltica da rodovia MS 178, que liga Bonito a Bodoquena e complementa a ligação com a região do Pantanal Sul-mato-grossense chegando ao município de Anastácio. Mas agora as obras de pavimentação estão em andamento, o que representará a superação da dificuldade anteriormente vivenciada. A pavimentação possibilitará o aumento do fluxo de turistas que visitam o Pantanal para a região da Serra da Bodoquena. A roteirização contribuirá significativamente para aumentar a competitividade dos segmentos do ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza da região. Não se trata, portanto, tão somente de uma ação de infraestrutura isolada da promoção do turismo, ao contrário, além de proporcionar o aumento do fluxo de turistas entre as cidades do polo e sua integração com o polo Pantanal, criará condições para dinamizar outros atrativos existentes ao longo da rodovia que sofrem pela dificuldade de acesso enfrentada pelo turista. Para potencializar esta ação será necessária também a conclusão do trecho da MS – 178 que liga Jardim a Bonito e o anel rodoviário.

6.5.5.2.2. Estudos de viabilidade para a prática de espeleologia na região.

Em relação à linha de produtos relacionados aos segmentos do turismo técnico-científico, espeleologia e turismo de negócios e eventos, pesca, turismo de base comunitária, turismo rural nos assentamentos e pequenas propriedades, considera-se que são segmentos potenciais e, nesse sentido, é preciso avaliar detidamente quais os produtos que podem ser criados e desenvolvidos para se explorar esses segmentos.

Por essa razão, novos estudos são necessários para identificar os atrativos relacionados a esses segmentos e de que forma se pode explorá-los comercialmente.

6.5.5.2.3. Criação de mecanismo de certificação dos produtos turísticos.

É uma tendência de mercado, em especial, para os consumidores, buscarem adquirir produtos de empresas que adotam práticas ambientalmente sustentáveis. Dessa forma, é importante que se crie na Serra da Bodoquena uma ambiência capaz de promover a oferta e gestão sustentável dos atrativos turísticos. Isso contribuirá decisivamente com a busca de diferenciais competitivos.

A atividade hoteleira, por exemplo, independentemente do porte do hotel, gera impactos ambientais negativos. A maior parte desses impactos pode ser minimizada através de medidas administrativas ou gerenciais, voltadas para a prevenção da poluição na fonte e com a utilização de tecnologias limpas, como por exemplo, a energia solar. Igualmente, a incorporação de sistemas de gestão ambiental pelos hoteleiros permite que a empresa economize recursos naturais e financeiros e contribua com a conscientização ambiental de hóspedes, funcionários, parceiros e fornecedores.

O grande número de programas de certificação ambiental voltado para o turismo no mundo revela uma tendência mundial do mercado para produtos turísticos e serviços “verdes”. A iniciativa da ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) em conceber o Programa Hóspedes da Natureza manifesta-se como atitude singularmente positiva e de vanguarda de um dos principais representantes do segmento hoteleiro no país. É fato que o programa Hóspedes da Natureza, da mesma forma que o ISO14001, não garante que um hotel certificado não cause realmente impactos ambientais. Porém, é certo que os hoteleiros de hotéis certificados pela norma ISO14001 ou pelo programa Hóspedes da Natureza conhecem com detalhes os principais aspectos ambientais de seu negócio, monitoram

esses aspectos e conseguem visualizar oportunidades de crescimento, minimizando os impactos negativos e potencializando os positivos de sua operação.

Acompanhando a evolução dos padrões técnicos dos produtos e serviços e a evolução da consciência dos direitos dos consumidores, o mercado de trabalho passou a ser mais seletivo mais exigente. Há maiores exigências de educação dos trabalhadores, mas igualmente se está reconhecendo a função educativa da empresa e dos centros de trabalho e, em consequência, o valor dos conhecimentos adquiridos fora da escola, a experiência dos indivíduos no trabalho, buscando recuperá-los e incorporá-los na estrutura curricular. Uma alternativa para melhorar este cenário tem sido a implantação de mecanismos que permitam a avaliação e a certificação das competências das pessoas que exercem tais atividades, de modo a propiciar um melhor desempenho e segurança na execução das mesmas.

A avaliação da conformidade tem como objetivo assegurar ao consumidor que o produto, processo, serviço ou profissional está de acordo com as normas ou regulamentos previamente estabelecidos em relação aos requisitos que envolvam, principalmente, a saúde e a segurança do consumidor e a preservação do meio ambiente, ao mesmo tempo informar ao empresário as características técnicas que seu produto deve ter para se adequar às normas e regulamentos pertinentes.

6.5.6. GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

6.5.6.1 Implantar Sistema de Gestão Ambiental no polo.

Outro aspecto da gestão pública que deve ser relatado e que representa um gargalo a ser superado é a fragilidade dos órgãos ambientais no tocante à fiscalização em função, dentre outros fatores, do limitado quadro de pessoal técnico e a falta de equipamentos adequados ao seu funcionamento. Como a região possui um patrimônio natural significativo e que contribui para torná-la atrativa para o mercado turístico, a gestão ambiental deve ser tratada de forma cuidadosa e, um dos desafios é conciliar o crescente interesse empresarial em abrir ou explorar novos atrativos e a capacidade dos órgãos de fiscalização em orientar e fiscalizar os estabelecimentos.

6.6. POSIÇÃO ATUAL NO MERCADO TURÍSTICO VERSUS POSICIONAMENTO POTENCIAL

O polo Serra da Bodoquena está atualmente posicionado no mercado turístico com as seguintes modalidades de produtos: cavidades e grutas, flutuação, mergulho, cavalgada, cachoeiras, balneários e circuito aventura (rapel, bóia-cross, bike tour, arvorismo, bote e quadriciclo).

Parte-se do pressuposto de que as premiações de órgãos e revistas especializadas são uma importante referência para indicar que uma dada estratégia mercadológica está adequada. Nesse sentido, como Bonito e a Serra da Bodoquena tem sido premiados e objeto de reportagens realizadas por mídias de destaque nacional e internacional, deve-se inferir que a escolha dos segmentos de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza como eixos do desenvolvimento turístico da região da Serra da Bodoquena é acertada.

Nesse sentido, deve-se supor que tais segmentos devem continuar merecendo a atenção das políticas públicas e também do mercado empresarial. As modificações que devem ser feitas, pelo que foi exposto até aqui, referem-se à necessidade de estruturação definitiva da cadeia produtiva, em especial, dos serviços de apoio à atividade turística, do adensamento e qualificação do capital empresarial, da qualificação da mão-de-obra e da melhor articulação entre as entidades públicas e privadas que tratam do turismo.

Portanto, a perspectiva que se coloca para melhorar o posicionamento competitivo da região pode ocorrer por meio de duas alternativas não-excludentes entre si:

- Exploração e estruturação de outros atrativos existentes nos segmentos de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de natureza;
- Exploração de nichos como o de negócios e eventos programados.

Dessa forma, a região pode se posicionar competitivamente no mercado turístico pela exploração dos seguintes segmentos de turismo: ecoturismo, turismo de aventura, turismo de natureza e turismo de negócios e eventos programados.

Vale destacar que esse posicionamento não significa dizer que produtos existentes ou potenciais de outros segmentos de turismo não devam ser explorados. Os quatro segmentos citados são importantes para melhorar a competitividade do polo. No entanto, as demais linhas de produto podem contribuir para diversificar a oferta de produtos e conquistar novos públicos e mercados. É o caso das atividades de lazer, patrimônio histórico-cultural, artesanato, *camping*, dentre outros.

A exploração dos segmentos potenciais deve ser mais bem avaliada, mas o que se percebe, é que são segmentos com alto poder de impacto sobre o desenvolvimento da atividade turística na Serra da Bodoquena. No caso dos parques, deve-se observar que se trata de um oligopólio concentrado, pois apenas dois parques, um no Rio de Janeiro e outro no Paraná, concentra 75% das visitas do segmento no país. Existem 62 parques no país e apenas 19 são abertos à visitação. Portanto, trata-se de um mercado de difícil penetração.

No caso do turismo de eventos programados e negócios, há uma possibilidade de se criar conexões com o polo Campo Grande, onde esse segmento tem sido mais intensamente promovido. A criação do Centro de Convenções de Bonito com capacidade para 1.700 pessoas credencia a cidade para receber eventos nacionais e internacionais, como já tem ocorrido. É um segmento potencial que pode somar aos consolidados e contribuir para o desenvolvimento do turismo na região.

Deve-se destacar também um segmento emergente com bom potencial de exploração que é o turismo de experiência. As atividades de estruturação já estão em andamento no polo e ações estão sendo realizadas pelo Ministério do Turismo e pelo SEBRAE. O turismo de experiência baseia-se em ativos imateriais como a cultura, lendas, mitos, danças, músicas, gastronomia, artesanato, contos e aromas de uma dada região, dentre outros exemplos.

Da mesma forma, vale citar o turismo de base comunitária que pode ser desenvolvido por meio da integração de comunidades locais, como os assentamentos rurais, permitindo assim, uma melhor integração da população com as atividades turísticas.

Os dados apresentados mostram que o posicionamento mercadológico do polo Serra da Bodoquena está alinhado com a demanda atual, que deseja o lazer nas modalidades de negócios, eventos e congêneres, natureza, ecoturismo e aventura.

Uma breve comparação entre os objetivos principais e específicos discutidos e formulados numa etapa anterior de readequação do PDITS Serra da Bodoquena e a formulação estratégica realizada pela Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul revela que há uma proximidade muito grande entre os dois momentos distintos de planejamento.

Definidos os segmentos que se constituirão como eixos estratégicos de desenvolvimento do turismo na região da Serra da Bodoquena, as ações devem focar a estruturação desses eixos e superação dos gargalos apontados.

Os objetivos principais e secundários (ou específicos) que nasceram do atual processo de readequação são resgatados e apresentados a seguir:

Quadro 69– Objetivos principais e específicos do PDITS/Serra da Bodoquena.

OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Promover a eficiência da ação do poder público	- Minimizar efeitos negativos das discontinuidades políticas - Apoiar logisticamente as equipes - Aumentar a quantidade de pessoal efetivo nas administrações públicas - Melhorar o diagnóstico de recursos necessários para o setor - Proporcionar mais agilidade na tramitação dos projetos - Minimizar a dicotomia discurso político <i>versus</i> trabalho técnico - Motivar atores para participação nas ações e eventos - Divulgar o que está sendo feito pelo turismo - Mostrar os resultados dos projetos - Evitar a frustração de expectativas
Comprometer a comunidade	- Divulgar ações e projetos - Promover a melhoria técnica dos projetos - Estimular a participação de novas lideranças - Promover um melhor entendimento das propostas dos projetos - Controlar o imediatismo das expectativas - Estimular o exercício do protagonismo da comunidade - Melhorar a crença da comunidade no poder público - Estimular a participação contínua da comunidade - Sensibilizar a comunidade para a importância do turismo - Promover a inserção da produção da comunidade na cadeia do turismo - Promover e estimular práticas associativas - Incluir a comunidade no processo de desenvolvimento

OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Capacitar pessoas para o desenvolvimento do turismo	- Mostrar as oportunidades de trabalho e emprego proporcionados pelo turismo - Aumentar a eficácia dos investimentos em turismo - Estimular e adensar a relação entre parceiros - Sensibilizar a comunidade - Ofertar adequadamente os cursos de capacitação - Avaliar a contratação de serviços de fora da região - Melhorar a qualidade dos serviços prestados - Evitar desperdício de talentos - Promover a gestão profissional de projetos e negócios - Elevar o nível das contratações - Estimular e promover o empreendedorismo - Avaliar os impactos da atividade sobre os recursos ambientais - Incluir trabalhadores no mercado local
Melhorar a infraestrutura oferecida pelo governo	- Melhorar a capacidade técnica para elaboração de projetos e captação de recursos - Sensibilizar políticos e gestores públicos sobre a importância do turismo - Elevar os investimentos no setor de turismo - Melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados - Melhorar a sinalização turística - Adequar os serviços de saúde nos hospitais para atender o setor turístico - Melhorar as condições de acesso aos atrativos - Promover a integração de roteiros - Realizar serviços de drenagem - Criar e equipar unidades do Corpo de Bombeiros na região - Fortalecer a defesa civil - Aumentar os incentivos à atividade empresarial do setor - Ampliar a rede de transporte, adequando através de pavimentação e recuperação de acessos aos empreendimentos

OBJETIVOS PRINCIPAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
▪ Melhorar a infraestrutura privada	▪ Regularizar atrativos ▪ Reduzir custos para regularização dos atrativos ▪ Reduzir a burocracia ▪ Centralizar o trâmite da regularização ambiental na região ▪ Estimular e promover o empreendedorismo ▪ Promover a educação para o turismo ▪ Melhorar a hospitalidade ▪ Criar um sistema adequado de informações ▪ Melhorar a imagem da região ▪ Elaborar um plano de <i>marketing</i> ▪ Aumentar a atratividade da atividade turística ▪ Mudar o perfil desejado do turista ▪ Promover o equilíbrio ambiental ▪ Sensibilizar o mercado para a importância da sustentabilidade
▪ Articular a governança	▪ Criar estrutura de apoio à governança ▪ Eliminar a cultura do comodismo ▪ Apoiar a elaboração de projetos da governança ▪ Minimizar a participação do poder público nas instâncias de governança ▪ Apoiar financeiramente as ações de governança ▪ Sensibilizar lideranças ▪ Melhorar a organização e promoção de ações ▪ Sensibilizar a comunidade a apoiar as ações da governança ▪ Evitar que a comunidade se afaste das instâncias de governança ▪ Fortalecer os Conselhos Municipais de Turismo

O documento Estratégias de Desenvolvimento do turismo de MS – 2008-2020 para a Região Turística Bonito Serra da Bodoquena/MS, formulado pela FUNDTUR/MS, apresentou as seguintes Macroestratégias e Estratégias.

Quadro 70 – Objetivos estratégicos da FUNDTUR.

Governança e Gestão Pública	Estratégias
Fortalecimento dos Órgãos Oficiais de Turismo dos Municípios	Implementar as articulações entre as diversas pastas administrativas Implementar o processo de captação de recursos junto aos Ministérios para melhoria das infraestrutura turísticas e de apoio ao turista Fomento à Iniciativa Privada
Fortalecimento das relações entre o Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil	Implementar as ações dos Conselhos Locais e Regionais de Turismo Sensibilizar o empresariado e a comunidade para a atividade turística Expandir a atividade turística em toda a Região
Implantação/Implementação de Sistema de Informações	Gerar indicadores para conhecer e decidir sobre a atividade turística na Região Gerar indicadores básicos para avaliar o impacto da atividade na economia e nas condições socioambiental.
Estruturação dos Segmentos Turísticos e Roteirização	Estratégias
Ampliação e Diversificação da Oferta Turística	Segmentar a oferta turística da Região ordenando e consolidando cada segmento. Estruturar Roteiros Turísticos Integrados Estruturar a produção associada ao turismo, como forma de ampliar e diversificar a oferta
Infraestrutura Turística e de Apoio	Estratégias
Melhoria na Infraestrutura de Informação e Logística	Melhorar a infraestrutura de acesso à Região e aos atrativos - rodoviário, aéreo, fluvial e ferroviário Melhorar a infraestrutura de informações turísticas e de produção associada inclusive nas paradas ao longo das rodovias Melhorar a infraestrutura dos atrativos e Unidades de Conservação
Melhoria na Infraestrutura dos Equipamentos Turísticos	Incentivar a implantação e melhoria de equipamentos turísticos que agreguem valor à atividade
Qualificação da Atividade turística	Estratégias
Qualificação dos equipamentos e serviços	Promover a qualificação e o aperfeiçoamento dos agentes atuantes em toda a cadeia produtiva do turismo Apoiar a instituição e aplicação da Lei Geral do turismo Estimular a adoção de boas práticas, através de mecanismo de certificação
Marketing	Estratégias
Posicionamento da Região	Implementação de Políticas Regionais de comercialização

Governança e Gestão Pública	Estratégias
como Destino Turístico	Participar de eventos Regionais, Estaduais, Nacionais e Internacionais
	Fomentar o turismo interno
	Dar visibilidade aos atrativos da Região

Como se pode perceber, os temas comuns das estratégias são: a articulação de políticas, o fortalecimento da governança, a melhoras das infraestruturas, a capacitação e qualificação. Um ponto de destaque que surge nessa readequação do PDITS foi a percepção da necessidade de se envolver e comprometer as comunidades locais nesse processo de promoção do desenvolvimento do turismo na região.

Esses elementos deverão nortear a etapa seguinte relacionada à revisão das estratégias adotadas na versão de 2004 do PDITS, às elaboradas em 2008 pela FUNDTUR e as discussões dessa etapa do processo de readequação. Importante ressaltar como premissa o aproveitamento de todas as experiências anteriores de diagnose e formulação estratégica e o seu alinhamento no novo produto que será gerado desse processo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período entre a elaboração do PDITS 2004 e a atual readequação verifica-se que o Turismo na região, especialmente em Bonito, evolui em todos os aspectos analisados no presente diagnóstico.

A demanda atual do mercado cresceu conforme nota-se pelo fluxo de turistas no período de 2004 e 2009. No destino, estruturaram-se novos produtos que diversificam a oferta, atuando em diferentes segmentos como o de negócios e eventos, *tour* da experiência e outros. Porém, ainda importantes potencialidades locais seguem inalteradas, como atrativos em Jardim e, especialmente em Bodoquena, o turismo de base comunitária, englobando distritos e assentamentos rurais, e o turismo histórico-cultural.

Na infraestrutura, o acesso aéreo foi viabilizado pela implantação do Aeroporto Municipal de Bonito, as principais rodovias de acesso atualmente se encontram em melhores condições de tráfego que em 2004, destacando-se a MS-178, em pavimentação no trecho Bonito-Bodoquena, que interligará adequadamente estes municípios, promovendo o desenvolvimento dos atrativos turísticos em suas margens e interligando o polo ao outros destinos e produtos como o Pantanal e o Trem do Pantanal através do acesso rodoviário entre Miranda e Bodoquena.

O sistema de saneamento desenvolveu-se expressivamente, sobretudo o esgotamento sanitário em Bonito e Bodoquena, alcançando aproximadamente 100% da população urbana. No entanto, ainda é necessário ampliar o sistema de esgotamento sanitário em Jardim, o de Drenagem em Bodoquena e adequar o sistema de gestão de resíduos sólidos de Jardim e Bodoquena tal como já apontando em 2004.

Em termos institucionais, a gestão do polo aprimorou-se no período e segue sendo uma referência nacional e apontada pelo trade como um dos principais fatores do destino ser pelo décimo ano consecutivo considerado o melhor destino de ecoturismo pela Revista Viagem e Turismo da Editora Abril. No decorrer do período destacam-se os fortalecimentos

institucionais municipais e da FUNDTUR que gerou como resultados uma melhor atuação na região, implantando o COMTUR de Bodoquena, amadurecimento dos demais, além do desenvolvimento da gestão pública ambiental e o atuante terceiro setor. Um aspecto positivo deste amadurecimento institucional observado no polo é a efetiva busca pelo desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, visto através da preocupação emergente dos gestores públicos, associações e do terceiro setor com a inclusão social no setor e com a recuperação e conservação do meio ambiente, sinalizado através dos programas em desenvolvimento na região, da iniciativa dos gestores privados em fornecer cortesias ao município para os atrativos, da busca por valorizar a comunidade local como mão-de-obra aliando a necessidade de capacitação.

No que tange aos aspectos ambientais ressalta-se a regularização ambiental dos empreendimentos pelo aumento da taxa de licenciamento ambiental, desenvolvimento de planos de manejo de unidades de conservação, acesso dos três municípios ao repasse do ICMS Ecológico, amadurecimento e resultados efetivos de ações e programas de recuperação e conservação ambiental na região e outros indicativos da evolução local. Porém ainda não foi implantado o Parque Nacional da Serra da Bodoquena e tampouco seu plano de manejo finalizado, assim continua a necessidade de ampliação do monitoramento da qualidade da água, do desenvolvimento de outros mecanismos sistêmicos de monitoramento ambiental e de estudos como de determinação técnica-científica da efetiva capacidade de carga dos empreendimentos turísticos.

Vale destacar que, um dos fatores determinantes para o sucesso das ações de melhoria da atividade turística foi a adoção do planejamento. Por meio do planejamento do turismo, consubstanciado na elaboração do PDITS/2004, alguns resultados foram resgatados para a readequação do presente documento. Destacam-se, dentre outros:

- Foco na sustentabilidade;
- Articulação institucional;
- Planejamento participativo;
- Envolvimento das comunidades locais;

Várias ações propostas no documento de 2004 foram ou estão sendo implantadas, como por exemplo, a pavimentação da MS 178 e a elaboração do Plano de *Marketing*, que está sendo licitado e dotará de maior competitividade o polo.

Isso quer dizer que o PDITS 2004 foi de fundamental importância para a estruturação da atividade turística no polo. A readequação que se faz no presente documento já parte de um histórico positivo de planejamento e se propõe a revisar o que foi ou não realizado e propor ações complementares. Mas é um processo único de planejamento que segue a 5 anos e tem resultado nas premiações dos destinos, aumento do fluxo de turistas, incremento de novos negócios e novos atrativos e melhoria das condições de vida da população local.

O documento que consubstancia as estratégias de desenvolvimento do polo elaborado pela FUNDTUR remete o planejamento para uma visão de longo prazo (até 2020). É, portanto, um balizador para a elaboração da presente readequação, mesmo porque, foi elaborado apoiado nos princípios do planejamento participativo, sustentabilidade, participação popular e fortalecimento institucional. Por essa razão, as estratégias e ações propostas no documento da FUNDTUR foram analisadas e algumas foram incorporadas neste documento considerando-se o alinhamento com os objetivos do PDITS e com o seu horizonte de planejamento (5 anos).

Essa seqüência de ações de planejamento do turismo mostra a importância da continuidade de uma política pública ao longo dos anos e pode se tornar referência para as demais áreas da atividade econômica.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO NETO, A.; SILVA, N. da. Análise da estratégia de entrada e posicionamento mercadológico dos bancos espanhóis no Brasil. In: Costa, Benny Kramer.; Almeida, Martinho I. R. de. *Estratégia: perspectiva e aplicações*. São Paulo: Atlas, 2002.

ALBERGUE DA JUVENTUDE. *Serra da Bodoquena*. Hostelling International Disponível em: <<http://www.ajbonito.com.br/index.php?idcanal=197>>. Acesso em 24 de ago 2010.

ALHO, Cleber J. R.; SABINO, José; ANDRADE, Luciana Paes de. O Papel do Turismo para a Conservação de Recursos Hídricos: O Caso de Bonito, em Mato Grosso do Sul. In: XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 2007, São Paulo – SP. Anais. Porto Alegre – RS: Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), 2007.

ANDION, M. C.; FAVA, R. Planejamento estratégico. In: *Coleção Gestão empresarial*, Volume II, FAE Centro Universitário e Editora Gazeta do Povo, 2002.

BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (Organizador). Estudo de competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Campo Grande. Brasília: Ministério do Turismo.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2009*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/default.shtm>>. Acesso em 01 jun. 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Áreas prioritária para a conservação, uso sustentável e repartições de benefícios da biodiversidade brasileira: Atualização – portaria MMA n. 09, 23 de Janeiro de 2007*. Biodiversidade 31. Brasília-DF, 2007.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. *Condição das rodovias, MS. 06-01-2010*. Disponível em <<http://www1.dnit.gov.br/rodovias/condicoes/ms.htm>>. Acesso em 27 mai. 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Instituto Brasileiro de Turismo. *Plano aquarela - Marketing turístico internacional do Brasil - 2007-2010*. Brasília;DF, 2005. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Plano_Aquarela_2007_a_2010.pdf>. Acesso 24 mai. 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo - Mtur. Dados e Fatos. *Estudo da demanda turística internacional 2004-2008*. <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/internacional/download_internacional/Estudo_da_Demanda_Turxstica_Internacional_-_2004-2008.pdf> Acesso em 08. Set. 2010b.

BRASIL. Ministério do Turismo. Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. *Perfil do turista de aventura e do ecoturista no Brasil* / Ministério do Turismo; Ilustrações de Eduardo Caçador Pontes. São Paulo: ABETA, 2010. 96p. : il.ISBN: 978-85-62714-10-8

BRASIL. Ministério do Turismo. *Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro 2009*. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/13.11.09_Pesquisa_Hxbitos_2009.pdf>. Acesso em 20 mai. 2010.

BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. *Administração: construindo vantagem competitiva*. São Paulo: Atlas, 1998.

BETHLEM, A.. *Estratégia empresarial: conceito, processo e administração estratégica*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BOGGIANI, P.C. (1999). "Geologia da Bodoquena", in: Scremin-Dias, E. (org.) Nos Jardins Submersos da Bodoquena: guia para identificação de plantas aquáticas de Bonito. Campo Grande: UFMS. Pp.11-23.

BONITO WAY. *Vida de Turista - Fampress da Experiência*. 16 de Agosto de 2010 Blog. Disponível em:<<http://bonitowaytur.blogspot.com/2010/08/vida-de-turista.html>>. Acesso em 24 de ago 2010.

COELHO, Margarida. Distribuição espacial da ocupação no setor de turismo Brasil e Regiões. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/td_1320.pdf> Acesso em 31. Ago. 2010.

COELHO, Luiza Spengler - PLANO DE MANEJO ESPELEOLÓGICO DA LAGOA MISTERIOSA , Jardim, MS

CONSTANTINO, R; LOUBET, L; BRAMBILLA, M; PELLIN,A. *Projeto Formoso Vivo – Uma Estratégia Integrada para Conservação da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, Bonito/MS*. Ministério Público do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS. 2007. Disponível em:<<http://www.mp.ms.gov.br/portal/download.php?file=Artigo%20Formoso%20Vivo.doc>>

DIAS, J. A região cárstica de Bonito/MS: uma proposta de zoneamento geoecológico a partir de unidades de paisagem. 2000. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2010_1/Aguas1/Index.htm>.

FALCÃO , José Augusto Guedes (Coordenador Geral). Documento Referencial Turismo no Brasil 2011/2014 – Brasília: Ministério do Turismo. 2010.

FALCÃO , José Augusto Guedes (Coordenador Geral). Plano Nacional do Turismo 2007-2010 – Brasília: Ministério do Turismo. 2007

FRATA, A. M. *Ciclo de vida do destino turístico do município de Bonito em Mato Grosso do Sul*. 2007. 114 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – “Consórcio Multiinstitucional” - Universidade Federal de Brasília, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e Universidade Federal de Goiás, Campo Grande, 2007.

FORMAÇÃO DE UM CLUSTER EM TORNO DO TURISMO DE NATUREZA SUSTENTÁVEL EM BONITO – MS. Brasília – Abril 2002

HOFFMANN, R. Estatística para economistas. São Paulo: 4ª Ed. Thomson, 2006. 446p

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Emprego no Turismo*. IPEA. Brasília: DF, Agosto de 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2971&Itemid=33> Acesso em 30 Ago. 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL; SEBRAE/MS; COMTURBONITO. Estudo de impacto ambiental da visitação turística do monumento natural Gruta do Lago Azul – Bonito, MS. .

LOBO, H.A.S. Método para avaliação do potencial espeleoturístico do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, MS. In: *Caderno Virtual de Turismo*. Vol. 7, N° 3. 2007. ISSN: 1677-6976. Rio de Janeiro, RJ. P. 99-110. 2007

LOUBET, L.; CONSTANTINO, R.; BRAMBILLA, M.; PELLIN, Â. *Projeto Formoso Vivo* – uma estratégia integrada para conservação da bacia hidrográfica do Rio Formoso, Bonito/MS. Bonito, 2007. Arquivo CD.

MARTINS, G. I. V.; MARTINS, C. I. D.. *Grandes oportunidades para pequenos negócios em Mato Grosso do Sul: estudo de tendências, produção e potencial de consumo*. Campo Grande: Editora Visão: SEBRAE/MS, 2008, e; Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. A competitividade nos setores de comércio, de serviços e do turismo no Brasil: perspectivas até 2015 – cenários econômicos. Brasília: CNC: SEBRAE, 2008.

MATTAR, F. N. Pesquisa de Marketing. Edição compacta. 3ª Edição. São Paulo-SP: Editora Atlas, 2001.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado da Produção e do Turismo. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Região Serra da Bodoquena*. Campo Grande, MS. Março, 2005.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado da Produção e do Turismo. Programa de Desenvolvimento do Turismo. *Plano de Fortalecimento Institucional do Município de Bodoquena*. Milenium Consultoria Campo Grande, MS. 2008.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria da Fazenda, Superintendência de Gestão Financeira, Coordenadoria de Controle de Contratos e Convênios. *Tabela de recursos do ICMS Ecológico repassados aos Municípios em 2009*. Disponível em <<http://www.icmsecologico.org.br/tabelas/ms%20tabela%202009.xls>>. Acesso em 03 jun. 2009a.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul. *Relatório de Qualidade das Águas Superficiais do Estado de Mato Grosso do Sul 2008*. Campo Grande, MS, 2009b.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS, 2010. Disponível em <<http://www.semec.ms.gov.br/zeems/index.php?inside=1&tp=3&show=2259>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2010.

MATO GROSSO DO SUL, Fundação do Turismo do Mato Grosso do Sul. Sistema de Informações e Estatísticas. *Indicadores básicos do Turismo*. Informações recebidas via digital em 01 jun. 2010b.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. *Banco de Dados do Estado*. Campo Grande, MS, <<http://www1.semec.ms.gov.br/bdeweb/>>. Acesso em 26 de fevereiro de 2010c.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado da Produção e do Turismo. Programa de Desenvolvimento do Turismo. *Planos, Programas e série de dados*. Informações Recebidas via digital em 09 de julho de 2010. Grande, MS. 2010d.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul. *Plano de Manejo da Gruta do Lago Azul e Plano de Manejo da Nossa Senhora Aparecida*. Informações Recebidas via digital em 14 de julho de 2010. Campo Grande, MS, 2010e.

MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS: 2008-2020. Região Caminho dos Ipês: Diagnóstico Competitivo. Campo Grande: FUNDTUR, 2009. (versão digitalizada)

MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Plano De Desenvolvimento Institucional da Gestão Estadual do Turismo Mato Grosso do Sul - Plano de Fortalecimento Institucional – Produto 2, 3 e 4. Campo Grande: FUNDTUR, 2009. (versão digitalizada)

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento da Ciência e Tecnologia Mato Grosso do Sul. Plano de Desenvolvimento Regional PDR-MS 2030 (Documento Síntese) Campo Grande: SEMAC, 2009. (versão digitalizada)

MEDINA JUNIOR. P. B. - Avaliação dos impactos da visitação pública no rio Formoso, Bonito, MS, Brasil In: subsídios à gestão ambiental do turismo em áreas naturais / Paulino Barroso Medina Júnior; orientador Evaldo L. Gaeta Espíndola. — São Carlos, 2007.

MENDES, C.A.; DIAS, F.A.; LANGE, M.B.R; PEREIRA, M.C.B.; BECKER, M.; BARRETO, S.R. & GREHS, S.A. (2004). "Bacia Hidrográfica do Miranda. Estado da Arte". UCDB, Campo Grande, MS, 118 p. 2004

MINAS GERAIS. *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Polo Turístico do Vale do Jequitinhonha. Informações Complementares*. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, MG, 39p. Março 2005.

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL NO MATO GROSSO DO SUL. Reformada decisão sobre Parque Nacional da Serra da Bodoquena. MPF/MS. Notícia de: 07/07/2010. Disponível em:<<http://mp.ms.gov.br/portal/principal/notall.php?pg=1&id=6634>> . Acesso em 24 de ago 2010.

NEOTRÓPICA DO BRASIL, F., 2002. Plano de ecodesenvolvimento no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Campo Grande: FNB.

NEOTRÓPICA DO BRASIL, F., 2005. Implementação das ações prioritárias do plano de ecodesenvolvimento no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Relatório técnico não publicado.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. 17ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Tradução Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PELLIN, Ângela - Serra da Bodoquena: Um paraíso ameaçado? www.portalbonito.com.br/colunas/angela.asp, acessado em 12 de julho de 2010.

PINDYCK, R. S. & RUBINFELD, D. Microeconomia, 5ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

PIVATTO, Maria Antonietta Castro; ROOSWELT, Romero Sampaio - PLANO DE MANEJO DA RPPN BURACO DAS ARARAS, JJARDIM – MS -2008 –www.buracodasaras.tur.br

POOT, V. Subsídio à conservação da vegetação aquática de rios de Bonito, MS: caso do Rio Sucuri. III Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal. Os desafios do novo milênio. *Anais*. Corumbá,MS. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA - *Plano de Fortalecimento Institucional do Município de Bodoquena*. Junho. 2008

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO. Plano diretor de Bonito - PRODUTO 3 CONSOLIDADO -LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL - Technum Consultoria/PRODETUR 2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM – Plano de Fortalecimento Institucional do Município de Jardim. Janeiro. 2009.

RAMOS, J.B.. *Ecoturismo viagem Sustentável*: INSTITUTO AQUALUNG. Informativo 55 - maio / junho de 2004 Disponível em:<http://www.institutoaqualung.com.br/info_ecoturismo_55.html> Acesso em 10 Set. 2010.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. *Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente*. 11.ed.Campinas: Papirus, 1997.199

SABINO, J. & ANDRADE, L.P. Monitoramento e conservação no rio Baía Bonita, região de Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil. Pp. 397-404. In: Anais do III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Rede Pró-Unidades de Conservação, Fundação Boticário e Proteção à Natureza e Associação Caatinga. Fortaleza, Ceará. 876p.11: 543-547. 2002.

SABINO, J.; MEDINA JR, P. B. ; ANDRADE, L. P. Visitantes mal-comportados e piraputangas obesas: a pressão da visitação pública sobre Brycon hilarii no Balneário Municipal de Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil. In: III Encontro Nacional de Pesquisa e Iniciação Científica, 2005, Campo Grande. IV Encontro Nacional de Pesquisa e Iniciação Científica. Campo Grande: Editora da UNIDERP, 2005. v. 1. p.321- 332

SABINO, J. (2005). No domínio das águas claras: expedição percorre rios da Serra da Bodoquena atrás de um conhecimento capaz de tornar o turismo mais sustentável. *Revista Terra da Gente*, Campinas, p.28-37.

SABINO, J.; MEDINA JR., P.B. & ANDRADE, L.P. (2005). Visitantes mal-comportados e piraputangas obesas: a pressão da visitação pública sobre Brycon hilarii no Balneário Municipal de Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil. Ensaios e Ciência. CD-Rom. IV Encontro Nacional de Pesquisa e Iniciação Científica. UNIDERP. Campo Grande. Pp. 321-33

SABINO, J. Planalto da Bodoquena: Natureza em estado de graça. *In: Revista Os Caminhos da Terra*, 125: 58-65. 2002.

SAGI, Luciana Carla. Capacidade institucional para a gestão do Turismo: definição de indicadores e análise com Base no estudo de caso de Santa Catarina. *Revista Hospitalidade* São Paulo, ano VI,n. 1, p. 50-75, jan.-jun. 2009.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MATO GROSSO DO SUL; FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA; FUNDAÇÃO CÂNDIDO RONDON. *Proposta de Elaboração de Estudo da Cadeia Produtiva do Turismo em Mato Grosso do Sul*. Relatório Final. Campo Grande, MS.. 124p. Novembro de 2006.

The Travel & Tourism Competitiveness Report 2009. Disponível em:<<http://www.weforum.org/documents/TTCR09/index.html>> . Acesso em 06 Set. 2010.

VALLS, J.F. *Gestão Integral de Destinos Turísticos Sustentáveis*. 1ª Edição. FGV Editora. Rio de Janeiro – RJ 232p. 2006

9. ANEXOS

ANEXO 1 – PESQUISA APLICADA JUNTO AOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

A pesquisa foi realizada entre os dias 8 e 23 de setembro de 2010. Para tanto foram entrevistados quatorze hotéis de um total de quarenta (35%), onze agências de viagens, representando mais de 100% das agências de viagens filiadas a Associação das Agências de Viagens de Mato Grosso do Sul (ABAV) e por fim, nove atrativos turísticos, que juntos representam mais da metade das visitas aos atrativos em 2009 registradas pelo Sistema Voucher Único.

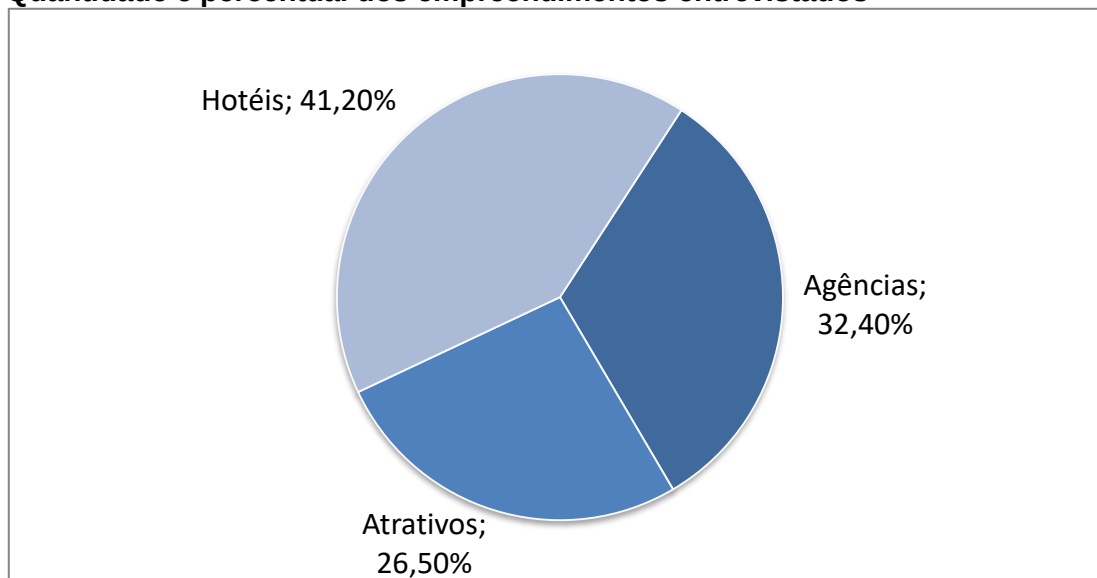
As entrevistas foram realizadas com proprietários ou responsáveis pelo empreendimento por pesquisadores treinados e via telefone. Foi utilizado o critério de não probabilística de amostragem intencional, no qual foram pesquisados os empreendimentos mais representativos de cada segmento.

Não foram feitos os cruzamentos em relação a localização visto que a maior ia dos empreendimentos são provenientes todos de Bonito – MS (município que concentra os atrativos turísticos e demais empreendimentos da cadeia turística da região).

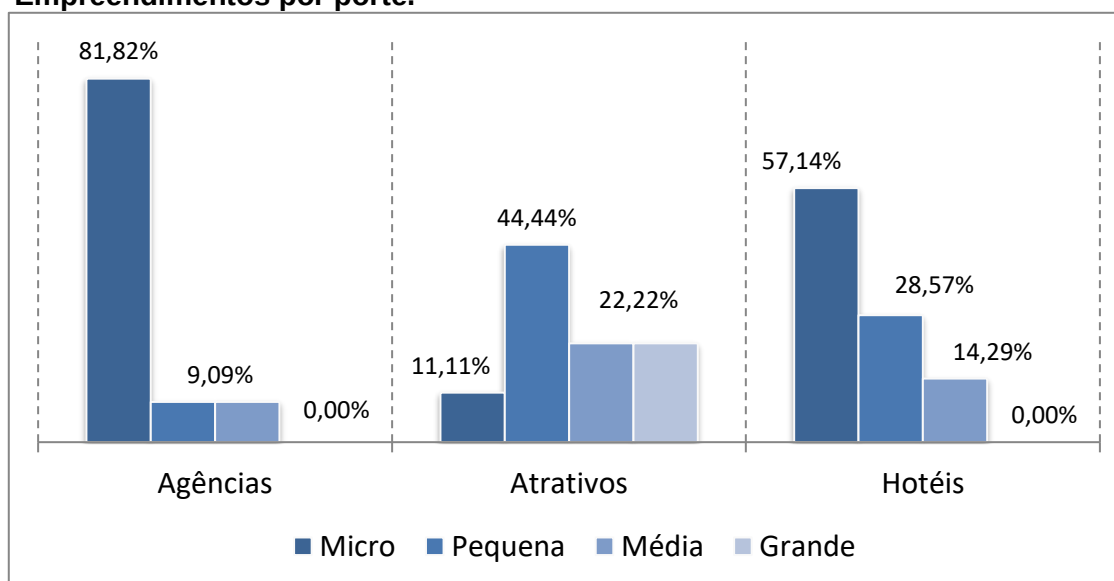
Com relação a temporalidade, foram analisadas diferentes formas de precificação e de faturamento em relação a alta e baixa temporada. Foi analisado também a quantidade de atividades desenvolvidas nos atrativos turísticos com a finalidade de verificação de diversificação dos atrativos.

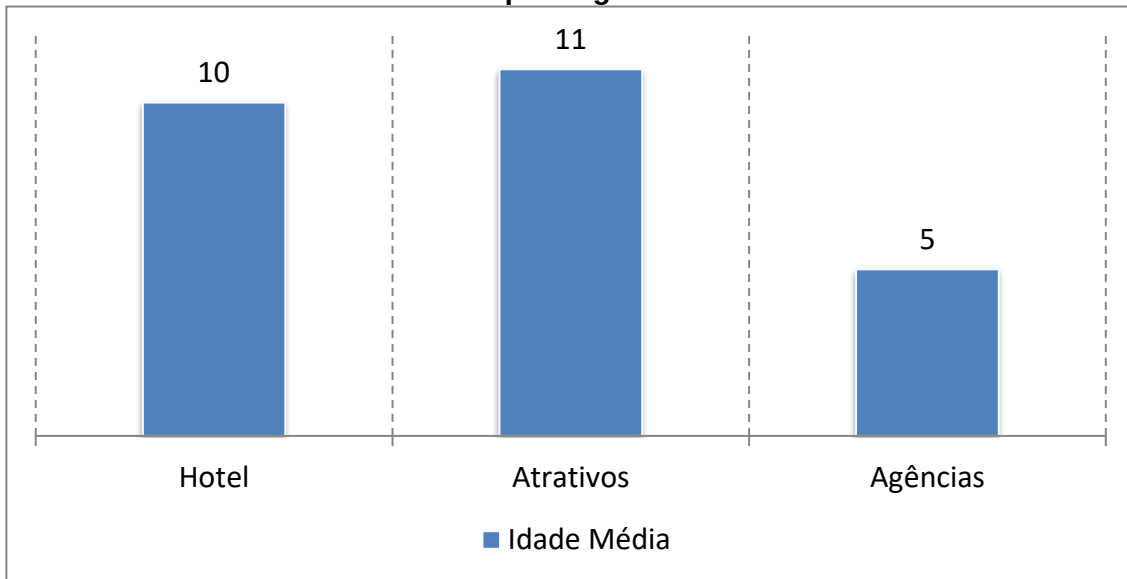
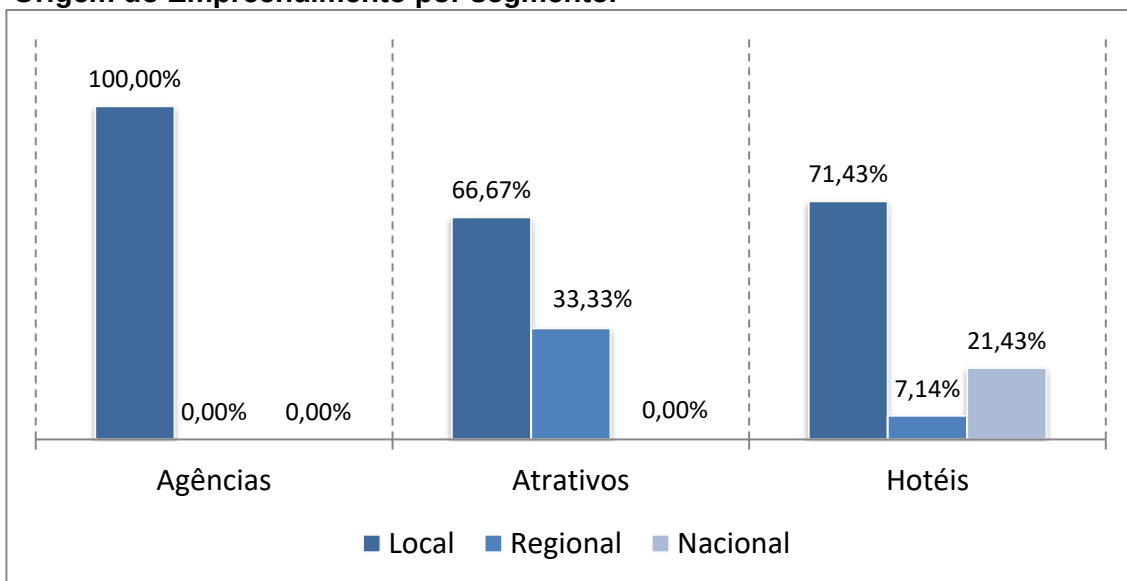
As análise dos dados foi feitas através de cruzamento de tabelas e representações gráficas e em tabelas.

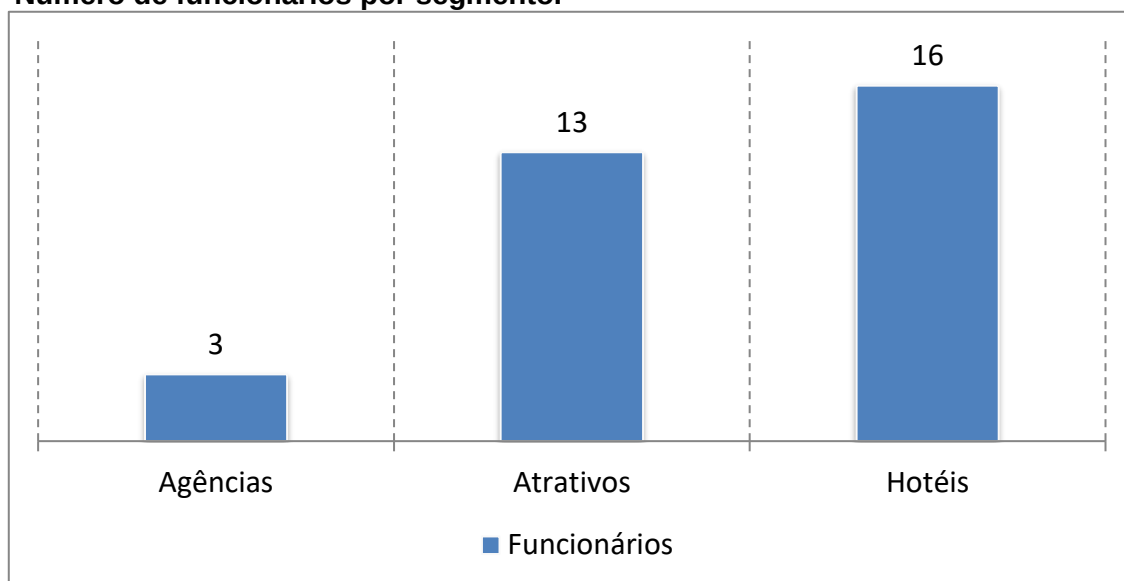
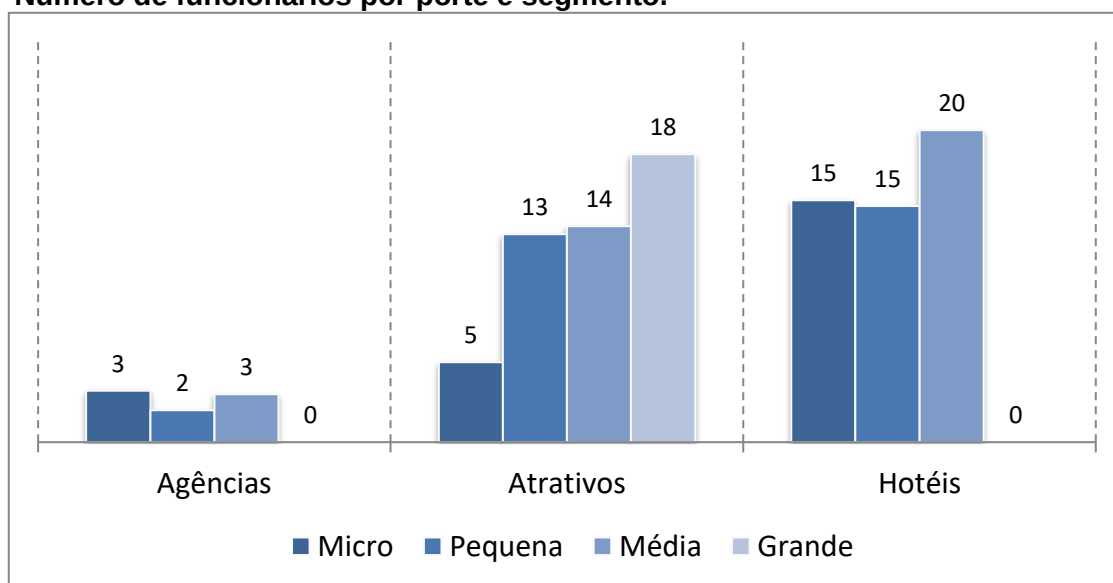
Quantidade e percentual dos empreendimentos entrevistados

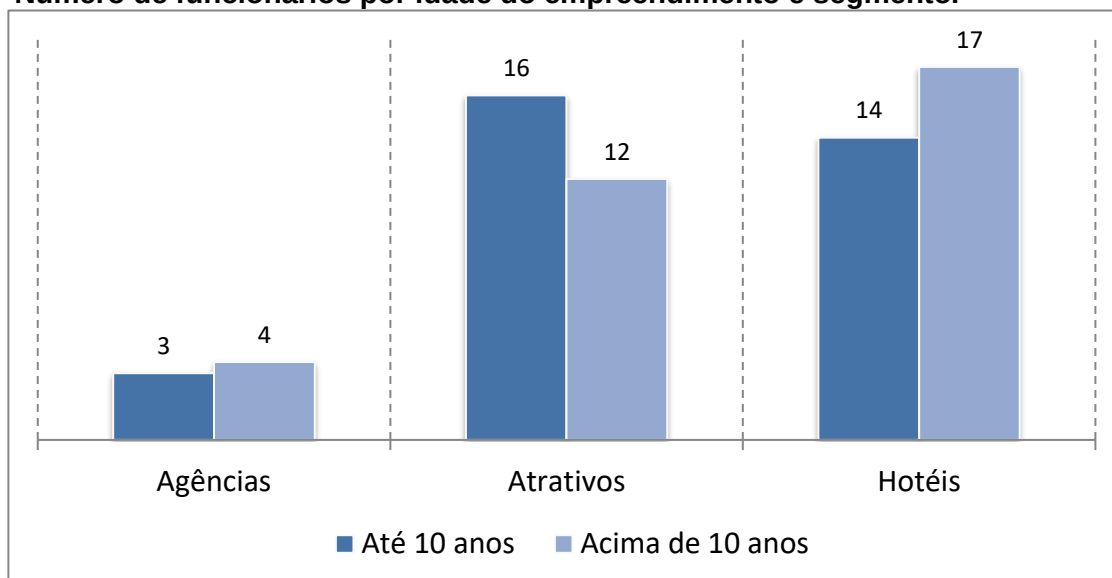
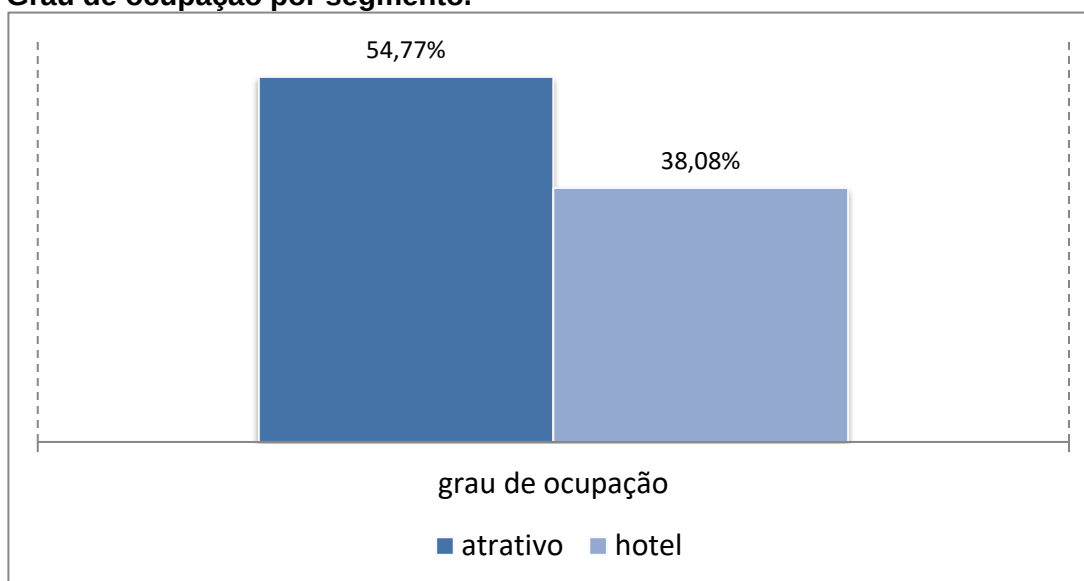


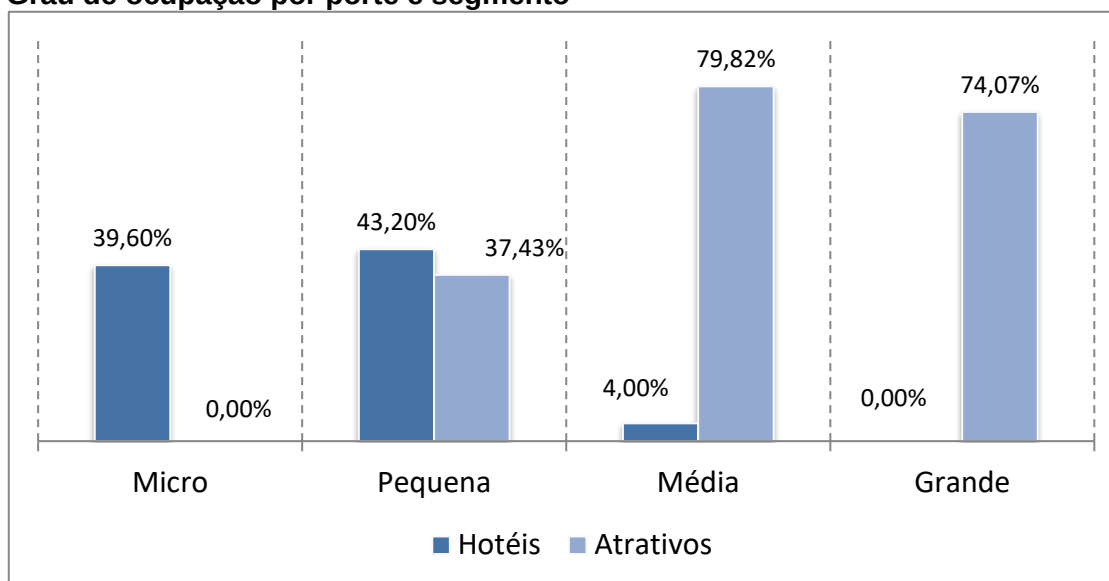
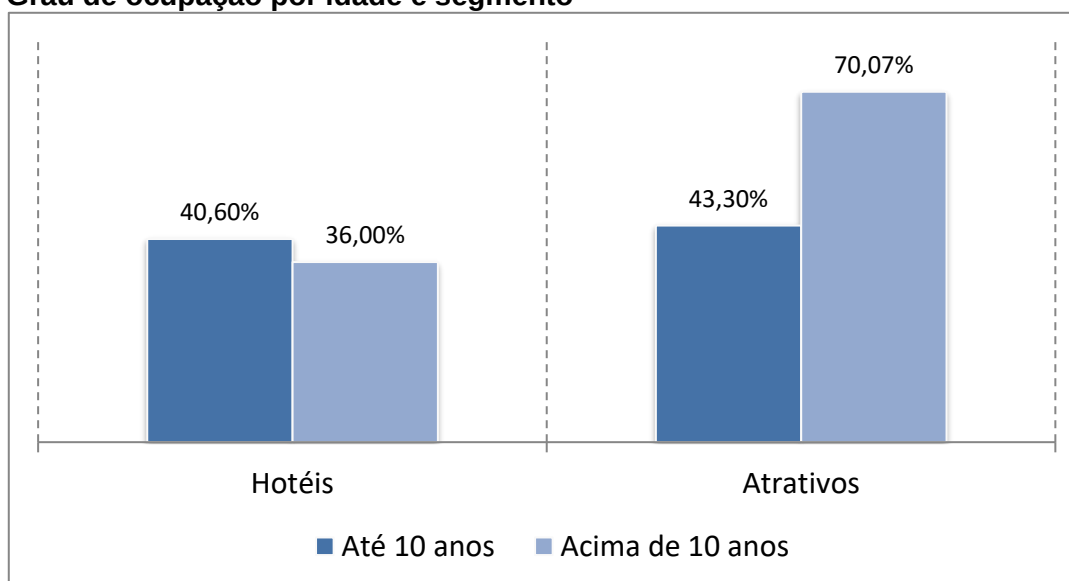
Empreendimentos por porte.



Idade média dos estabelecimentos por segmento.**Origem do Empreendimento por segmento.**

Número de funcionários por segmento.**Número de funcionários por porte e segmento.**

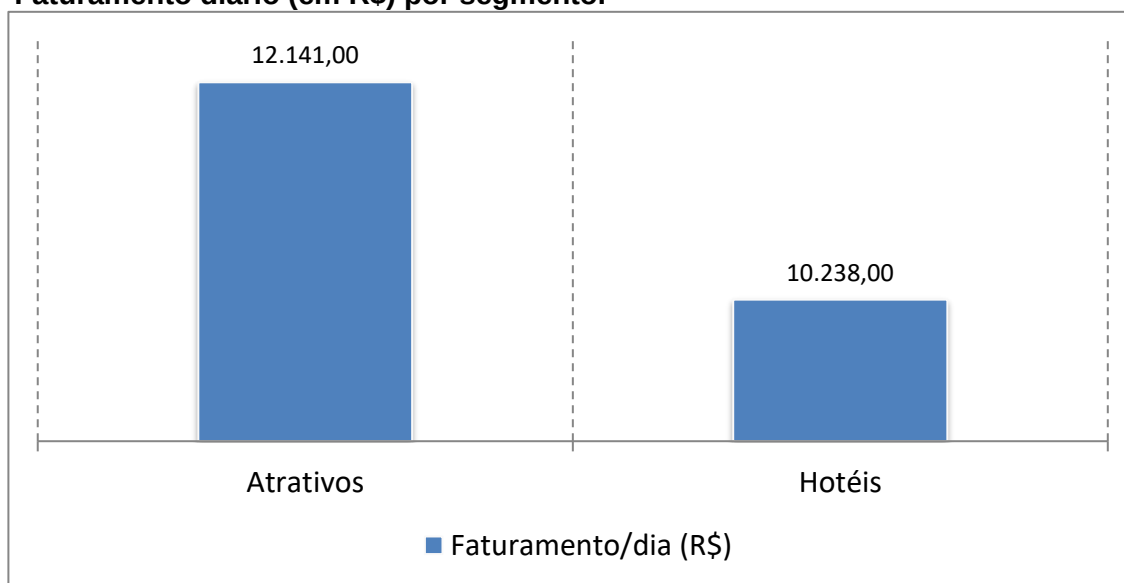
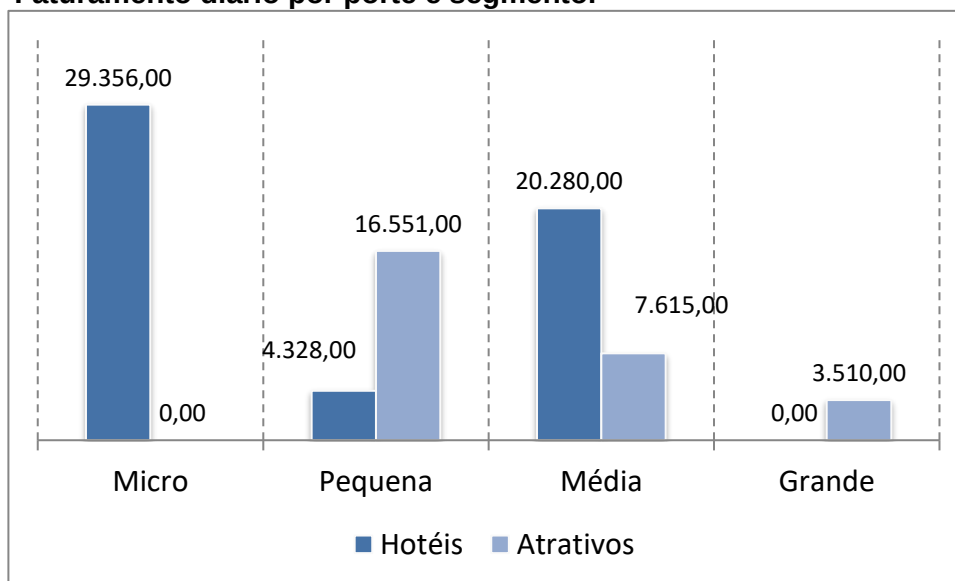
Número de funcionários por idade do empreendimento e segmento.**Grau de ocupação por segmento.**

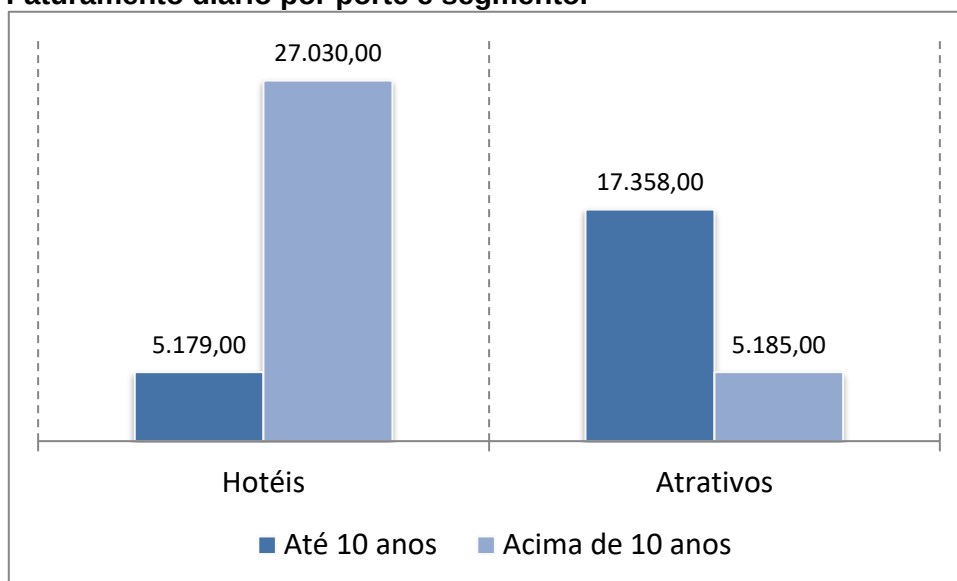
Grau de ocupação por porte e segmento**Grau de ocupação por idade e segmento****Investimentos em 2010 por porte e segmento.**

Segmento	Porte	Investimentos (R\$)
Hotéis	Micro	270.060,00
	Pequena	65.000,00
	Média	150.000,00
Atrativos	Pequena	96.250,00
	Média	190.000,00
	Grande	500.000,00
Agências	Micro	62.000,00
	Pequena	60.000,00
	Média	300.000,00

Investimentos em 2010 por idade do empreendimento e segmento.

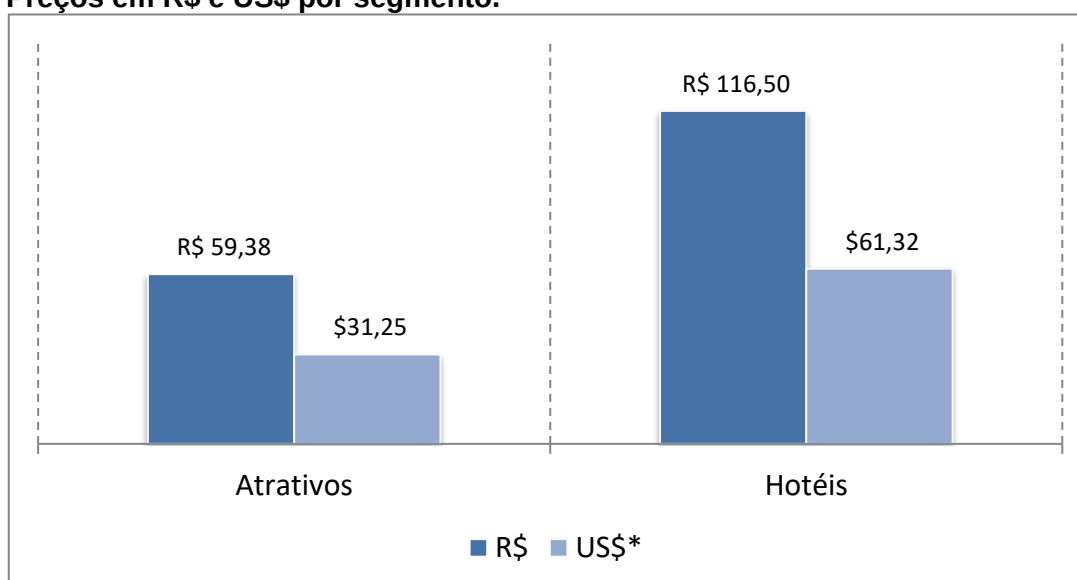
Segmento	Idade do Empreendimento	Investimentos (R\$)
Hotéis	Até 10 anos	150.000,00
	Acima de 10 anos	211.471,00
Atrativos	Até 10 anos	138.750,00
	Acima de 10 anos	260.000,00
Agências	Até 10 anos	27.000,00
	Acima de 10 anos	250.000,00

Faturamento diário (em R\$) por segmento.**Faturamento diário por porte e segmento.**

Faturamento diário por porte e segmento.

Investimentos	Ano		
	2005	2010	2015*
Agência de Viagem	33.300	101.333,00	282.000,00
Atrativos	---	179.167,00	238.000,00
Hotéis	---	222.500,00	892.900,00

* Previsão feita pelos empreendimentos entrevistados

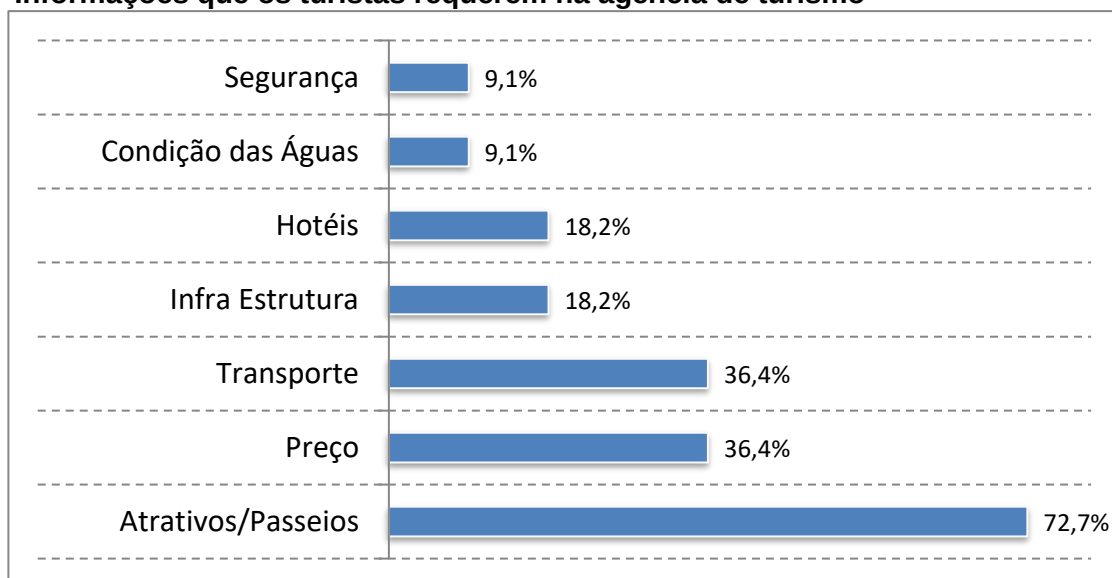
Preços em R\$ e US\$ por segmento.

Preços em R\$ e US\$ por porte e segmento.

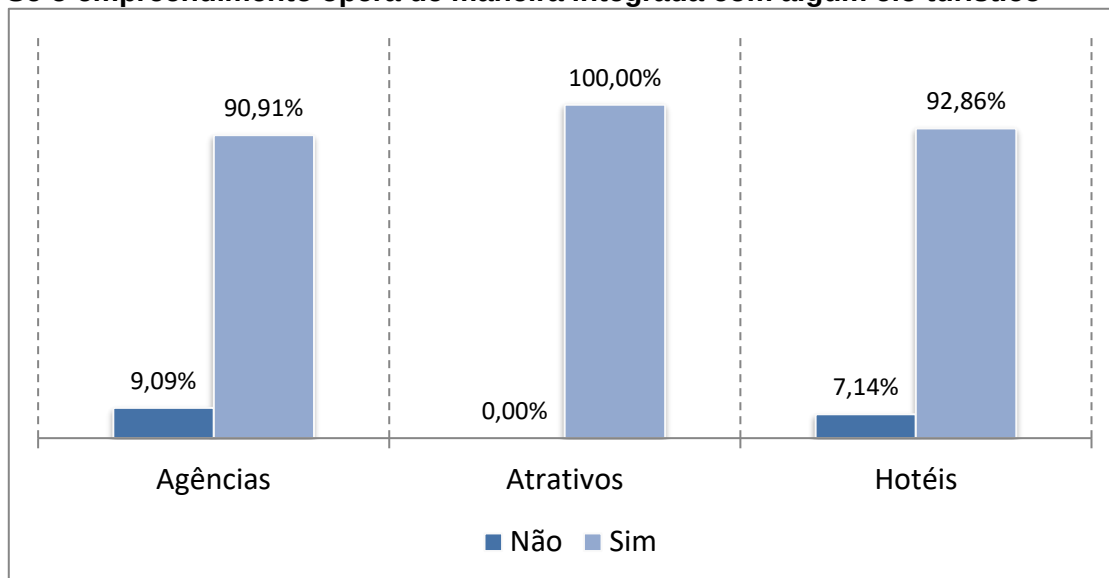
Porte	Hotéis		Atrativos	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Micro	R\$ 123,00	\$ 64,74	R\$ 50,00	\$ 26,32
Pequena	R\$ 94,25	\$ 49,61	R\$ 76,25	\$ 40,13
Média	R\$ 135,00	\$ 71,05	R\$ 27,50	\$ 14,47
Grande	---	---	R\$ 65,00	\$ 34,21

Preços em R\$ e US\$ por idade do empreendimento e segmento

Preço	Hotéis		Atrativos	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Até 10 anos	R\$ 145,00	\$ 76,32	R\$ 68,75	\$ 36,18
Acima de 10 anos	R\$ 100,67	\$ 52,98	R\$ 50,00	\$ 26,32

Informações que os turistas requerem na agência de turismo

Se o empreendimento opera de maneira integrada com algum elo turístico



Conflito em relação ao elo da cadeia turística por segmento.

Conflitos	Segmento		
	Agências	Atrativos	Hotéis
Linhas Aéreas	27,27%	0,00%	21,43%
Operadores Turísticos	9,09%	0,00%	7,14%
Agentes de Viagens	9,09%	33,33%	0,00%
Cartões	0,00%	0,00%	7,14%
Atrativos	9,09%	0,00%	0,00%

Grau de dificuldade dos agências em relação aos quesitos

Agências Quesitos	Alta	Média	Baixa
MDO qualificada	45,45%	27,27%	27,27%
Custo MDO	18,18%	36,36%	45,45%
Infra Estrutura	18,18%	27,27%	54,55%
Divulgação	27,27%	36,36%	36,36%
Concorrência	27,27%	18,18%	54,55%
Custo Capital de Giro	27,27%	45,45%	27,27%
Pagamento de Juros	45,45%	9,09%	45,45%
Apoio Instituições	27,27%	45,45%	27,27%
Impostos	36,36%	36,36%	27,27%
Integração	0,00%	54,55%	45,45%

Grau de dificuldade dos atrativos em relação aos quesitos

Atrativos Quesitos	Alta	Média	Baixa
MDO qualificada	44,44%	33,33%	22,22%
Custo MDO	0,00%	55,56%	44,44%
Infra Estrutura	11,11%	22,22%	66,67%
Divulgação	0,00%	44,44%	55,56%
Concorrência	0,00%	55,56%	44,44%
Custo Capital de Giro	11,11%	33,33%	55,56%
Pagamento de Juros	22,22%	11,11%	66,67%
Apoio Instituições	33,33%	22,22%	44,44%
Impostos	66,67%	11,11%	22,22%
Integração	0,00%	22,22%	77,78%

Grau de dificuldade dos hotéis em relação aos quesitos

Hotéis Quesitos	Alta	Média	Baixa
MDO qualificada	71,43%	21,43%	7,14%
Custo MDO	21,43%	28,57%	50,00%
Infra Estrutura	14,29%	14,29%	71,43%
Divulgação	21,43%	21,43%	57,14%
Concorrência	0,00%	42,86%	57,14%
Custo Capital de Giro	14,29%	28,57%	57,14%
Pagamento de Juros	21,43%	21,43%	57,14%
Apoio Instituições	42,86%	42,86%	14,29%
Impostos	85,71%	7,14%	7,14%
Integração	14,29%	35,71%	50,00%

Cursos mais demandados pelos segmentos.

Segmento	Curso	Percentual
Agências	Atendimento ao cliente	45,45%
Atrativos	Atendimento ao cliente	55,56%
Hotéis	Atendimento ao cliente	50,00%
Hotéis	camareira	35,71%
Hotéis	Cozinha	35,71%

Origem do turista em 2005

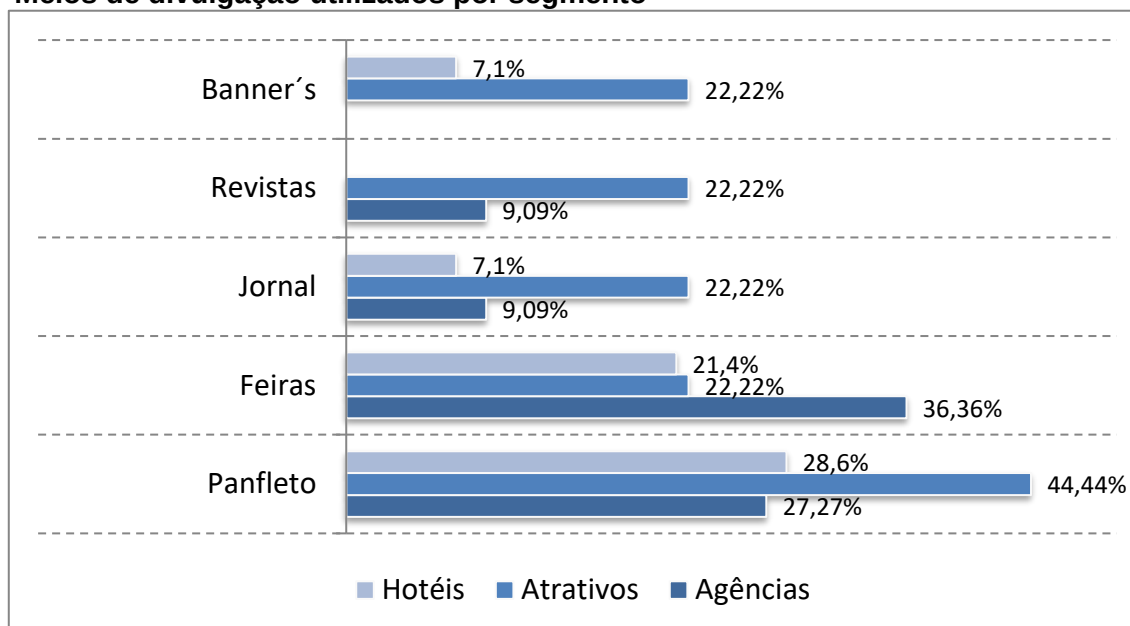
Origem	Agências	Atrativos	Hotéis
Municípios Próximos	35,00%	36,50%	3,50%
Campo Grande	27,50%	15,50%	14,00%
Interior do estado	13,33%	13,00%	7,20%
Outros Estados	71,67%	38,25%	59,40%
Outros Países	0,00%	60,00%	30,00%

Origem do turista por segmento em 2010.

Origem	Agências	Atrativos	Hotéis
Municípios Próximos	28,00%	13,40%	4,71%
Campo Grande	16,80%	11,88%	27,14%
Interior do estado	6,63%	11,63%	7,50%
Outros Estados	66,67%	49,88%	57,31%
Outros Países	18,00%	23,58%	14,67%

Vantagens em relação aos quesitos por segmento.

Vantagens	Agências	Atrativos	Hotéis
Disponibilidade de MDO	18,18%	55,56%	28,57%
Baixo Custo da MDO	81,82%	66,67%	71,43%
Proximidade de Atrativos	100,00%	100,00%	92,86%
Proximidade Clientes	54,55%	77,78%	78,57%
Infra Estrutura	63,64%	88,89%	71,43%
Proximidade Equipamentos	18,18%	22,22%	14,29%
Disponibilidade de Serviços	18,18%	11,11%	7,14%
Existência de Programas	18,18%	66,67%	57,14%
Proximidade Universidade	36,36%	100,00%	71,43%
Aspectos Naturais	90,91%	100,00%	85,71%
Aspectos Históricos	54,55%	88,89%	64,29%
Segurança	81,82%	77,78%	92,86%
Marketing	72,73%	100,00%	100,00%

Meios de divulgação utilizados por segmento

Diversificação

Dos atrativos pesquisados o produto principal representa 80% do faturamento dos empreendimentos e sendo que em média os atrativos ofertam 3 produtos. O faturamento dos empreendimentos é em geral 50% na alta e baixa temporada.

Os preços na alta temporada são em média 17,40% superiores ao da baixa temporada.

Com relação aos concorrentes, os gestores dos atrativos responderam ser destinos concorrentes:

- Rio Verde (GO)
- Caldas Novas (GO)
- Mato Grosso
- Brotas (SP)
- Socorro (SP)
- Fernando de Noronha (PE)
- Nordeste

ANEXO 2 – DOCUMENTO CONTÁBIL DO BALNEÁRIO DE JARDIM – BALANCETE DE 2009.**BALANCETE 2009****ENTRADAS**

▪ TICKETS	R\$ 50.271,00
TOTAL - ENTRADAS	R\$ 50.271,00

SAÍDAS

▪ SALÁRIO (04 funcionários)	R\$ 50.533,41
▪ DIÁRIAS (salva-vidas, limpeza, recepção)	R\$ 9.738,00
▪ DESPESAS DIVERSAS	R\$ 4.017,00
▪ COMBUSTIVEL	R\$ 7.680,88
▪ ALIMENTAÇÃO FUNCIONÁRIOS	R\$ 19.875,00
▪ MANUTENÇÃO (equipamentos e mat. Limpeza)	R\$ 7.560,00
TOTAL - SAÍDAS	R\$ 99.404,29

TOTAL	(R\$ 49.133,29)

Fonte: Prefeitura Municipal de Jardim.

ANEXO 3 – PESQUISA APLICADA JUNTO A COMUNIDADE.

Para a pesquisa foram utilizados dois critérios de amostragem em momentos diferentes, sendo primeiramente para a divisão de número de entrevistas por município utilizado o critério de quotas proporcionais ao número de habitantes, e num segundo momento o critério de amostragem por área, sendo feitas as entrevistas aleatoriamente por área geográfica dos municípios (MATTAR, 2001). Esses critérios tiveram como objetivo minimizar possíveis vícios de pesquisa.

A pesquisa foi realizada nos dias 3 e 4 de Junho de 2010, com uma amostra total de 484 entrevistas nos municípios, representando um erro de 3,8% com 95% de confiança.

Abaixo segue a tabela com o total de entrevistas por município.

População e amostra realizada nos municípios.

Município	População		Amostra	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Bodoquena	8.397	16,7%	80	16,5%
Bonito	17.856	35,4%	180	37,2%
Jardim	24.174	47,9%	224	46,3%
Total	50.427	100,0%	484	100,0%

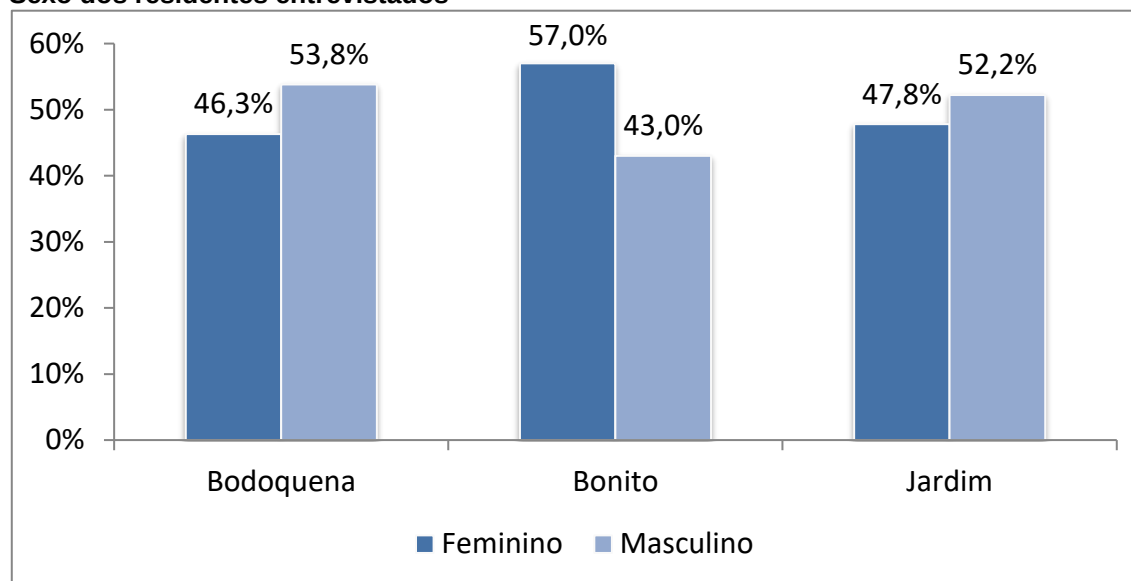
Fonte: Contagem da população (2007) e Dados da Pesquisa

Quanto tempo reside no município

Tempo	Bodoquena	Bonito	Jardim
Menos de 1 ano	1,3%	7,2%	6,3%
De 1 a 2 anos	0,0%	6,1%	5,0%
De 2 a 5 anos	2,6%	6,7%	8,6%
De 5 a 10 anos	14,5%	10,0%	17,6%
De 10 a 20 anos	31,6%	18,9%	30,2%
Mais de 20 anos	50,0%	51,1%	32,4%

Sexo dos residentes entrevistados

Sexo	Bodoquena	Bonito	Jardim
Feminino	46,3%	57,0%	47,8%
Masculino	53,8%	43,0%	52,2%

Sexo dos residentes entrevistados**Idade dos residentes entrevistados**

Idade	Bodoquena	Bonito	Jardim
18 a 30 anos	21,5%	40,6%	36,2%
31 a 50 anos	53,2%	44,4%	45,5%
51 a 60 anos	15,2%	8,3%	9,4%
Acima de 60 anos	10,1%	6,7%	8,9%

Estado civil dos residentes entrevistados

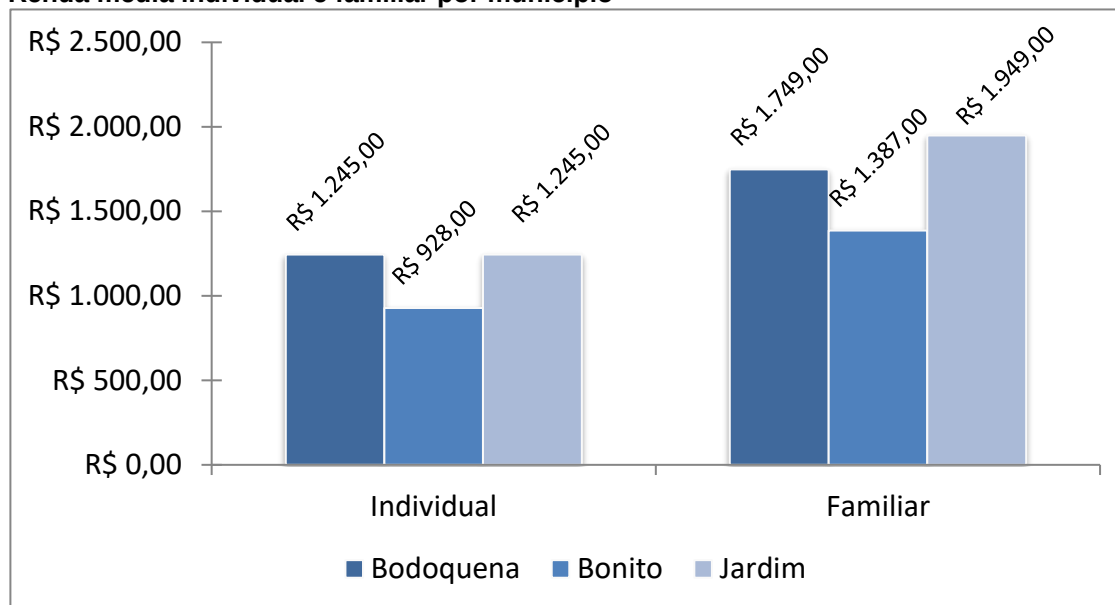
Estado Civil	Bodoquena	Bonito	Jardim
Solteiro(a)	23,8%	36,5%	32,3%
Casado(a)	62,5%	55,1%	54,3%
Divorciado(a)	5,0%	5,1%	5,4%
Viúvo (a)	8,8%	3,4%	8,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Escolaridade dos residentes entrevistados

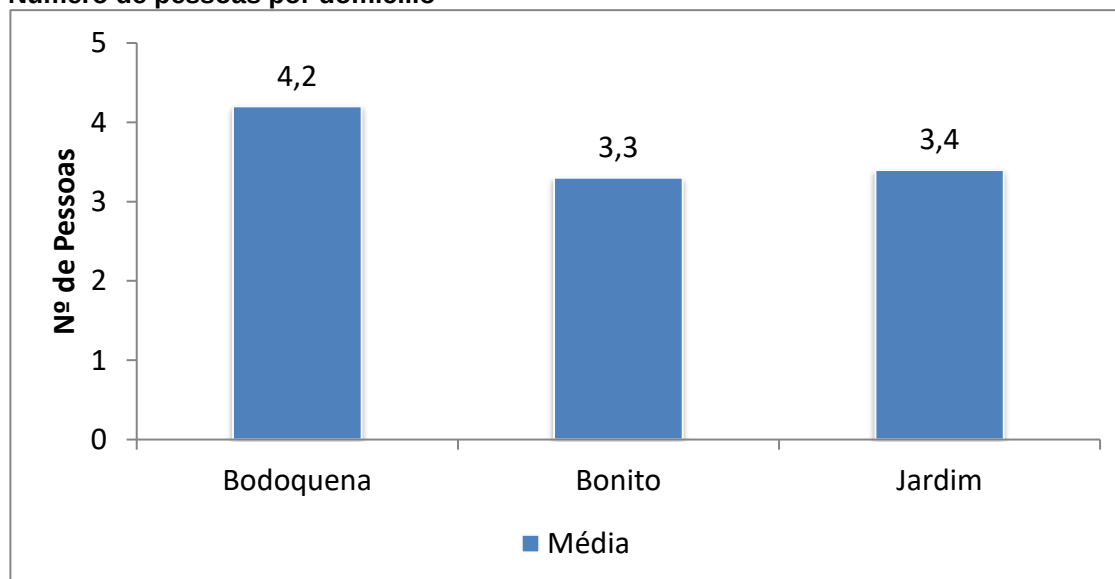
Escolaridade	Bodoquena	Bonito	Jardim
Não Alfabetizado	1,3%	6,1%	3,6%
Alfabetizado	19,0%	28,5%	13,5%
Fundamental	25,3%	23,5%	22,1%
Médio	45,6%	31,3%	52,7%
Superior	8,9%	10,6%	8,1%

Renda média individual e familiar por município

Município	Individual	Familiar
Bodoquena	R\$ 1.245,00	R\$ 1.749,00
Bonito	R\$ 928,00	R\$ 1.387,00
Jardim	R\$ 1.245,00	R\$ 1.949,00

Renda média individual e familiar por município**Número de pessoas por domicílio**

Nº Pessoas	Média
Bodoquena	4,2
Bonito	3,3
Jardim	3,4

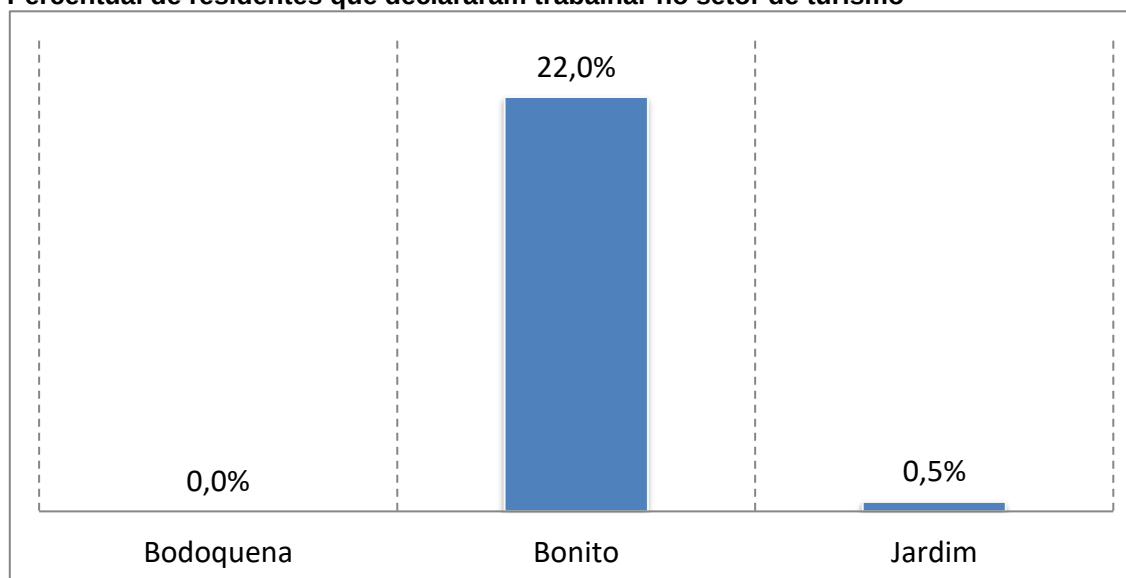
Número de pessoas por domicílio

Ocupação dos entrevistados

	Bodoquena	Bonito	Jardim
Assalariado	40,5%	47,8%	50,7%
Autônomo	26,6%	20,6%	19,3%
Aposentado	12,7%	8,9%	9,0%
Dona de casa	7,6%	8,9%	9,0%
Comerciante	3,8%	7,2%	6,3%
Estudante	3,8%	3,9%	4,0%
Desempregado	2,5%	1,7%	0,4%
Outra	2,5%	1,1%	1,3%

Percentual de residentes que declararam trabalhar no setor de turismo

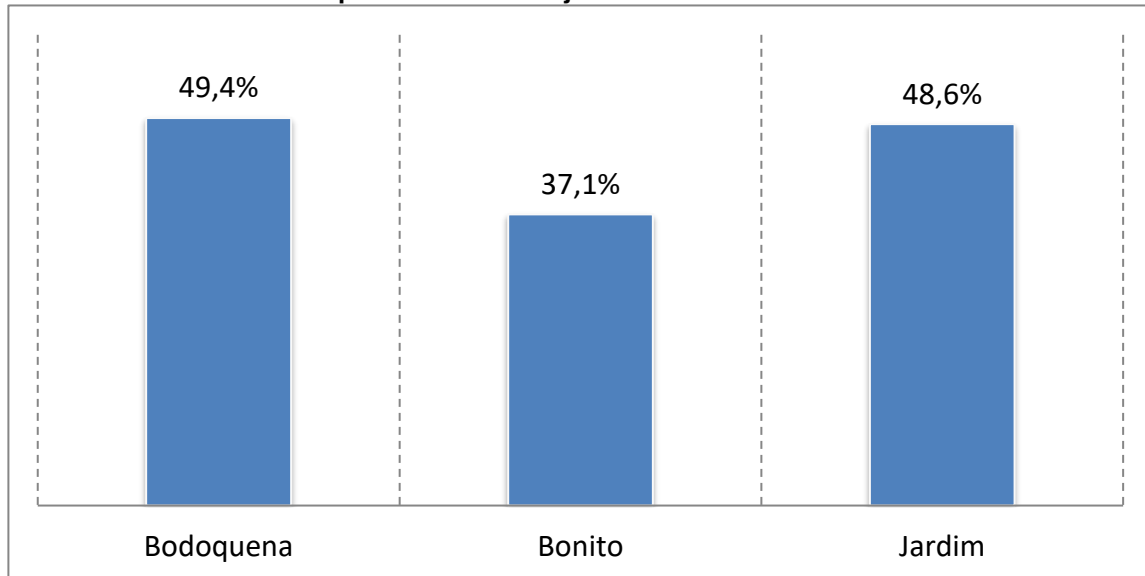
Q8	Bodoquena	Bonito	Jardim
Não	100,0%	78,0%	99,5%
Sim	0,0%	22,0%	0,5%

Percentual de residentes que declararam trabalhar no setor de turismo**Frequência de leitura de livros/jornais dos residentes dos municípios.**

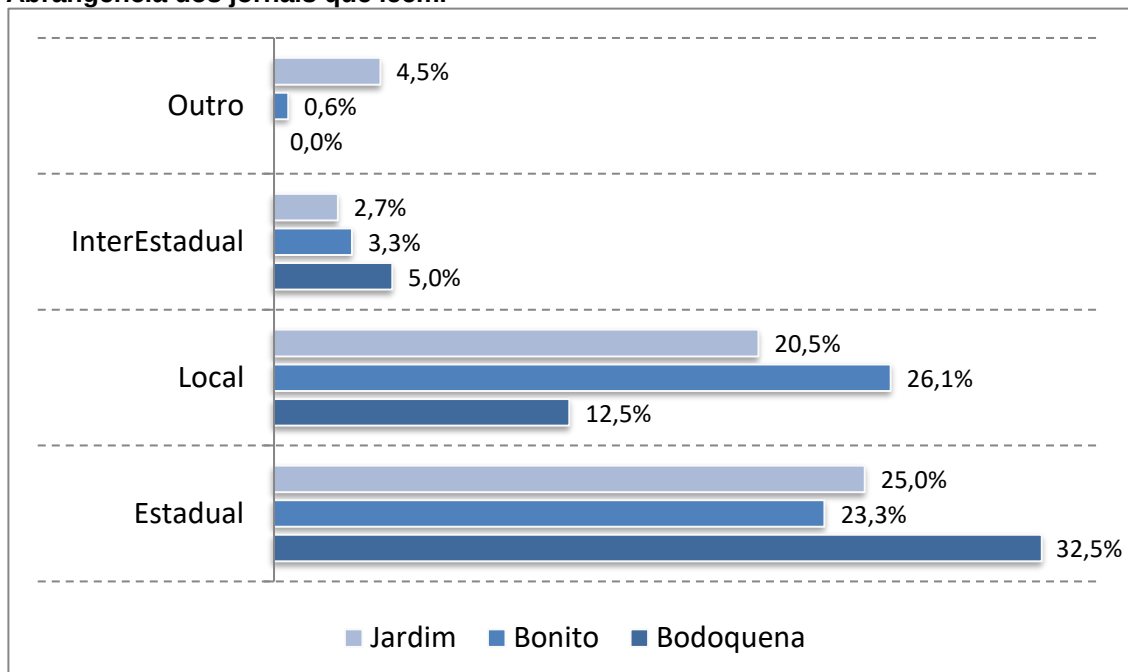
Frequência	Bodoquena	Bonito	Jardim
Diariamente	21,3%	20,7%	13,8%
Semanalmente	18,8%	12,3%	23,2%
Ocasionalmente	41,3%	39,1%	38,8%
Nunca	18,8%	27,9%	24,1%

Percentual de residentes que costumam ler jornais.

	Bodoquena	Bonito	Jardim
Não	50,6%	62,9%	51,4%
Sim	49,4%	37,1%	48,6%

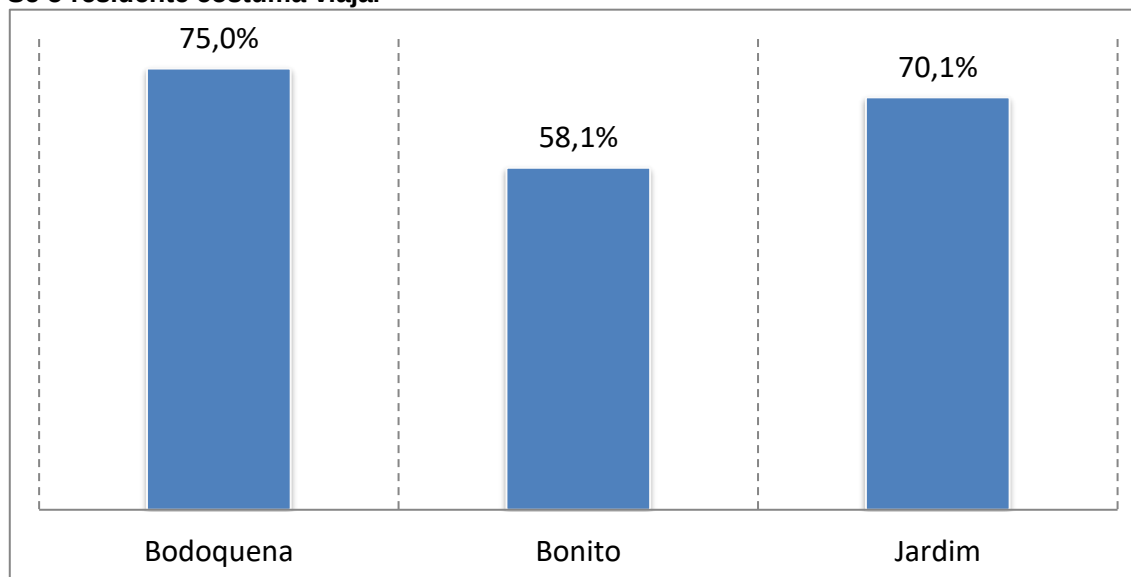
Percentual de residentes que costumam ler jornais.**Abrangência dos jornais que lêem.**

Q11	Bodoquena	Bonito	Jardim
Estadual	32,5%	23,3%	25,0%
Local	12,5%	26,1%	20,5%
InterEstadual	5,0%	3,3%	2,7%
Outro	0,0%	0,6%	4,5%

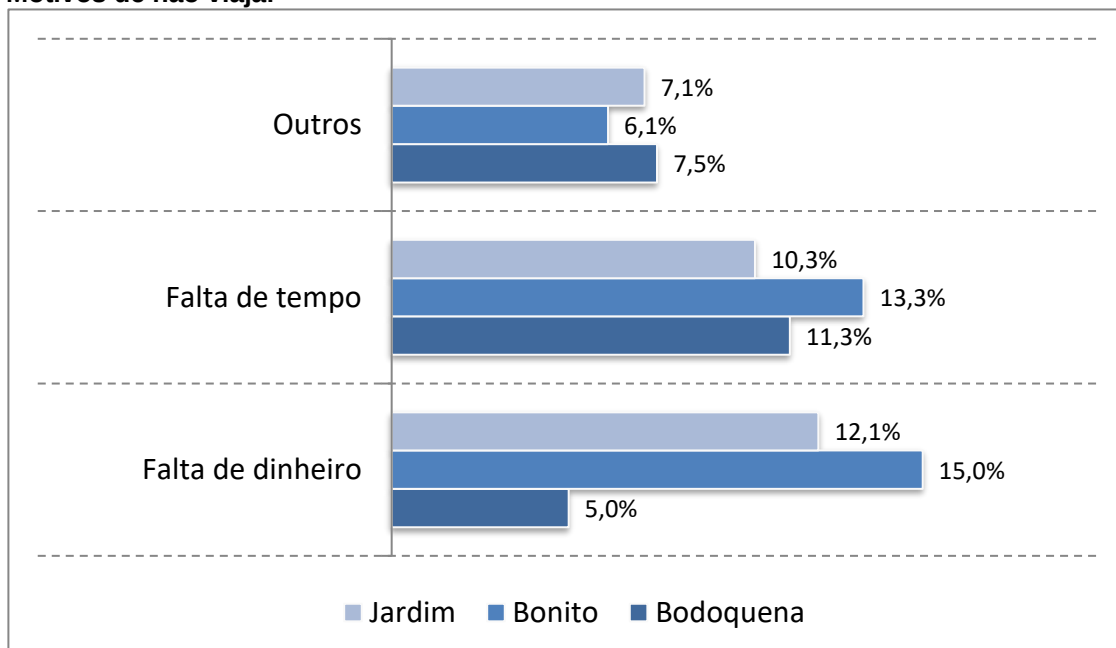
Abrangência dos jornais que lêem.

Se o residente costuma viajar

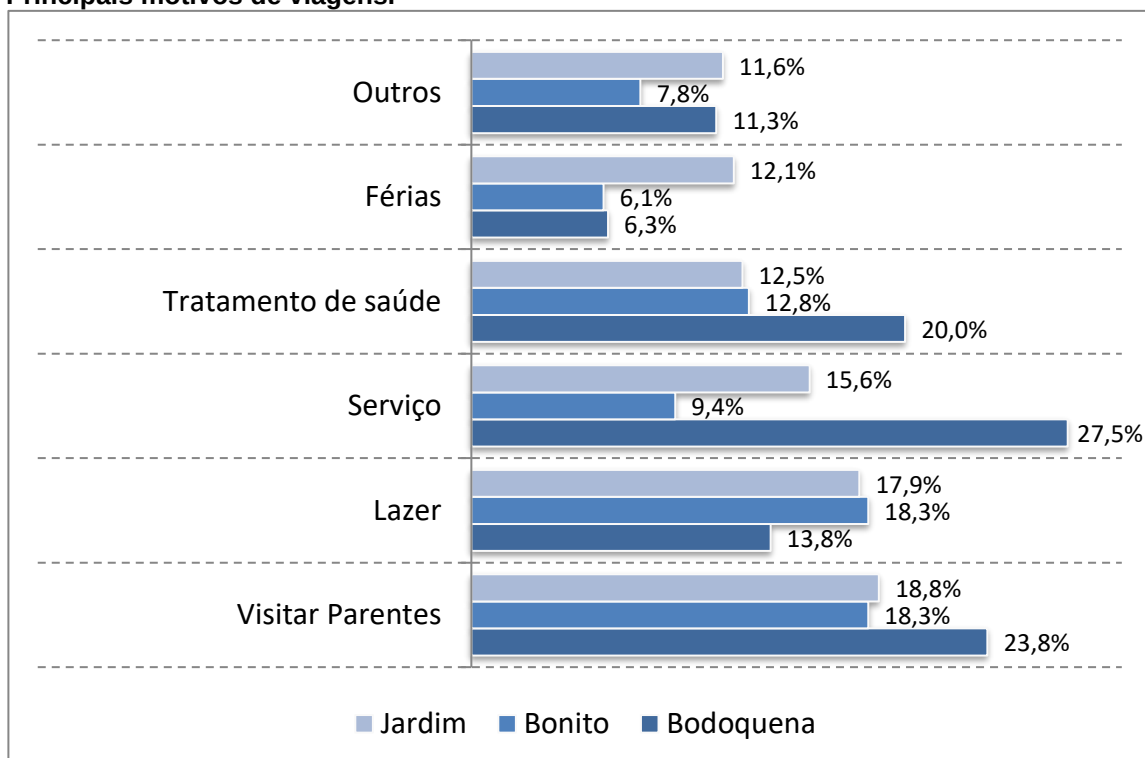
Q12	Bodoquena	Bonito	Jardim
Não	25,0%	41,9%	29,9%
Sim	75,0%	58,1%	70,1%

Se o residente costuma viajar**Motivos de não viajar**

	Bodoquena	Bonito	Jardim
Falta de dinheiro	5,0%	15,0%	12,1%
Falta de tempo	11,3%	13,3%	10,3%
Outros	7,5%	6,1%	7,1%

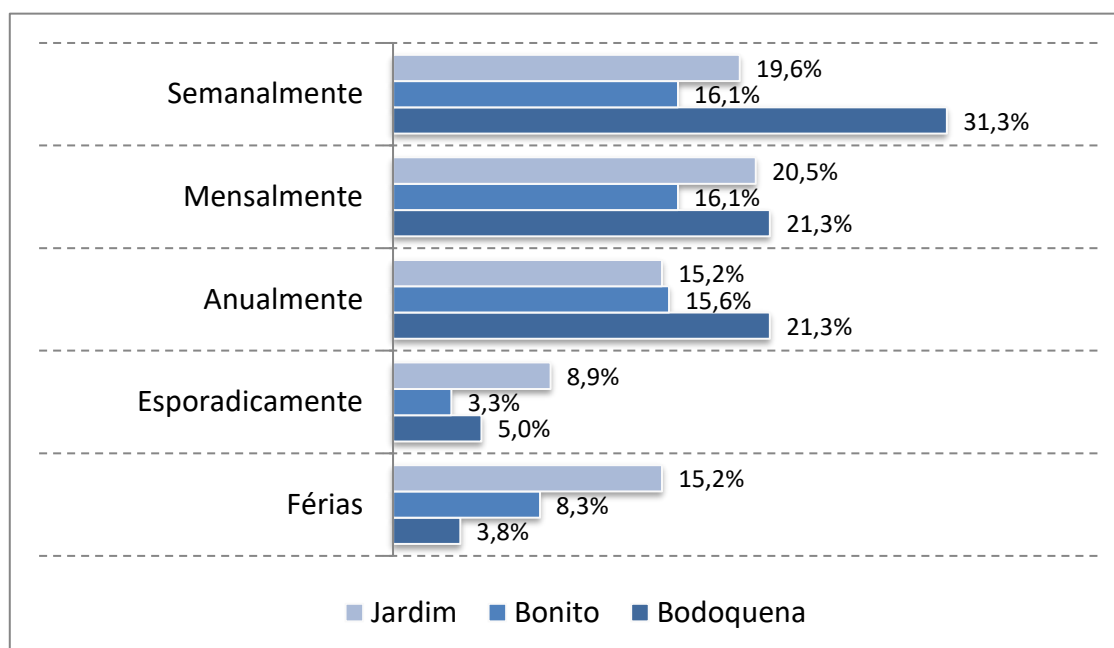
Motivos de não viajar**Principais motivos de viagens.**

Q14a	Bodoquena	Bonito	Jardim
Visitar Parentes	23,8%	18,3%	18,8%
Lazer	13,8%	18,3%	17,9%
Serviço	27,5%	9,4%	15,6%
Tratamento de saúde	20,0%	12,8%	12,5%
Férias	6,3%	6,1%	12,1%
Outros	11,3%	7,8%	11,6%

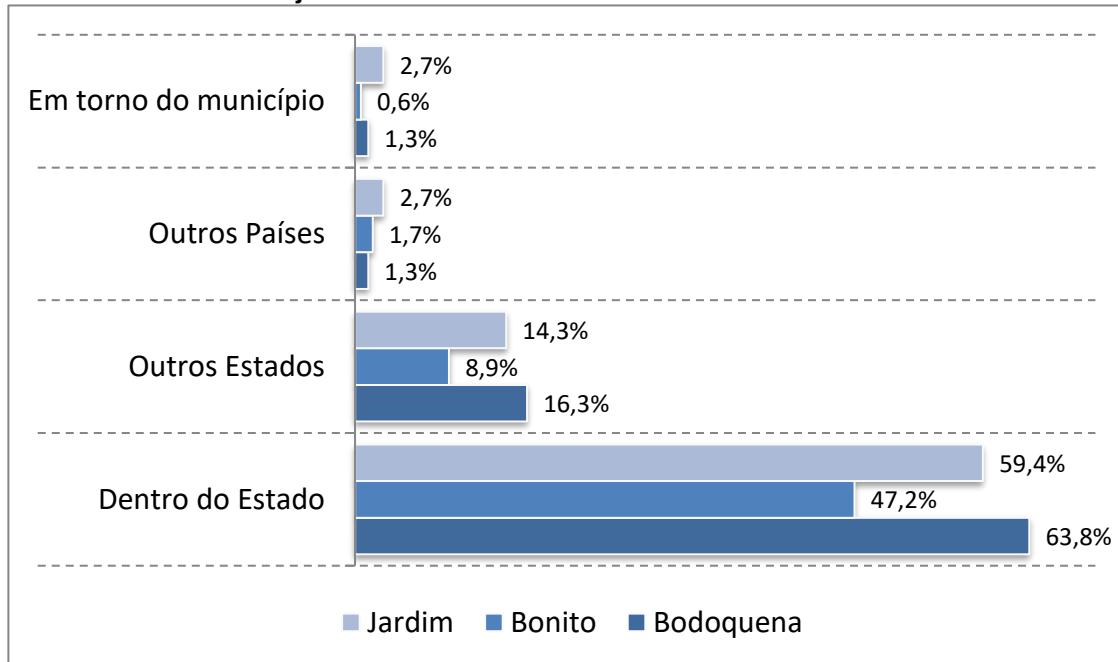
Principais motivos de viagens.

Frequência que costuma viajar

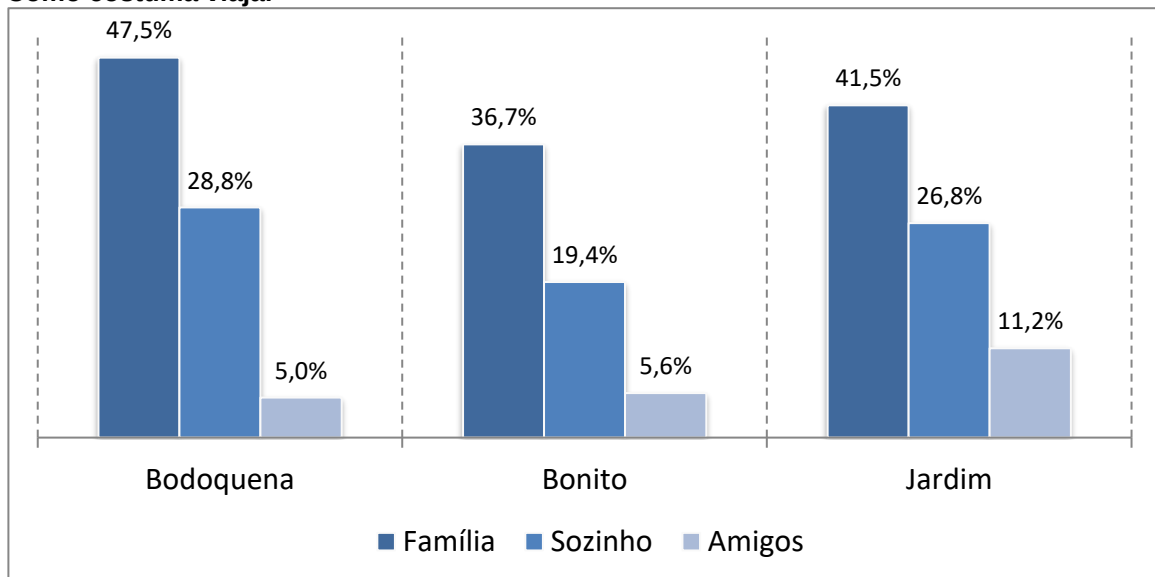
Q15	Bodoquena	Bonito	Jardim
Férias	3,8%	8,3%	15,2%
Esporadicamente	5,0%	3,3%	8,9%
Anualmente	21,3%	15,6%	15,2%
Mensalmente	21,3%	16,1%	20,5%
Semanalmente	31,3%	16,1%	19,6%

Frequência que costuma viajar**Para onde costuma viajar**

Q16	Bodoquena	Bonito	Jardim
Dentro do Estado	63,8%	47,2%	59,4%
Outros Estados	16,3%	8,9%	14,3%
Outros Países	1,3%	1,7%	2,7%
Em torno da cidade	1,3%	0,6%	2,7%

Para onde costuma viajar**Como costuma viajar**

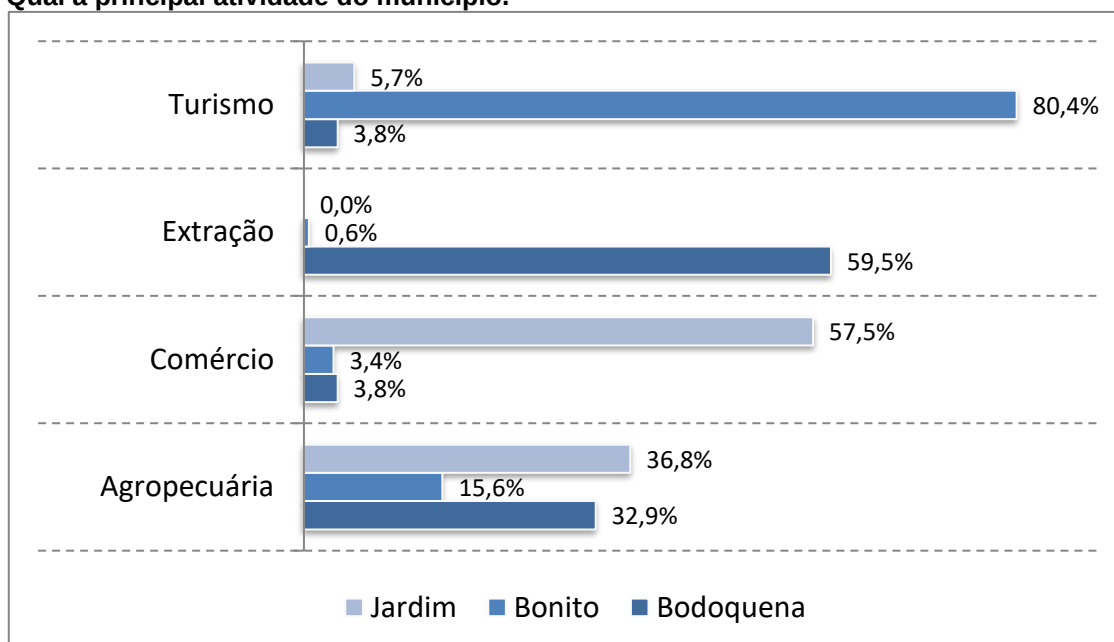
Q17	Bodoquena	Bonito	Jardim
Família	47,5%	36,7%	41,5%
Sozinho	28,8%	19,4%	26,8%
Amigos	5,0%	5,6%	11,2%

Como costuma viajar

Qual a principal atividade do município.

Q18	Bodoquena	Bonito	Jardim
Agropecuária	32,9%	15,6%	36,8%
Comércio	3,8%	3,4%	57,5%
Extração	59,5%	0,6%	0,0%
Turismo	3,8%	80,4%	5,7%

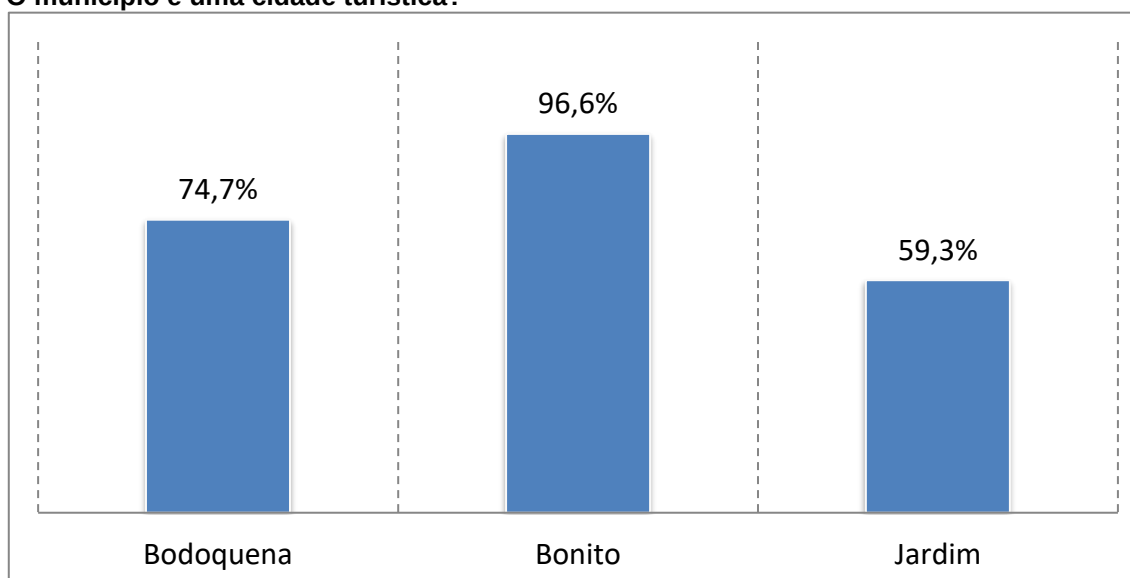
Qual a principal atividade do município.

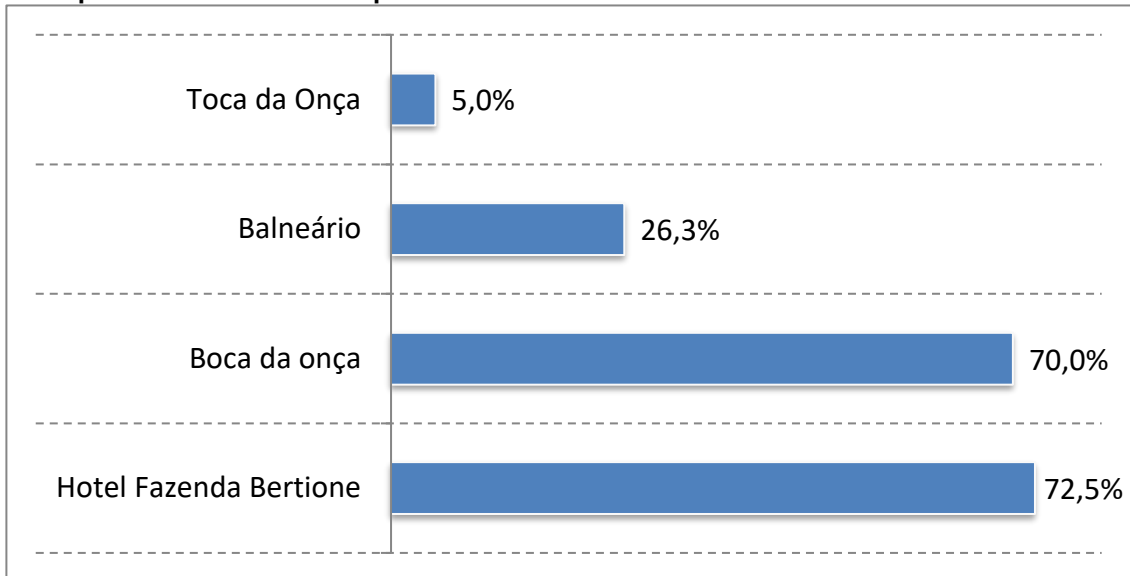
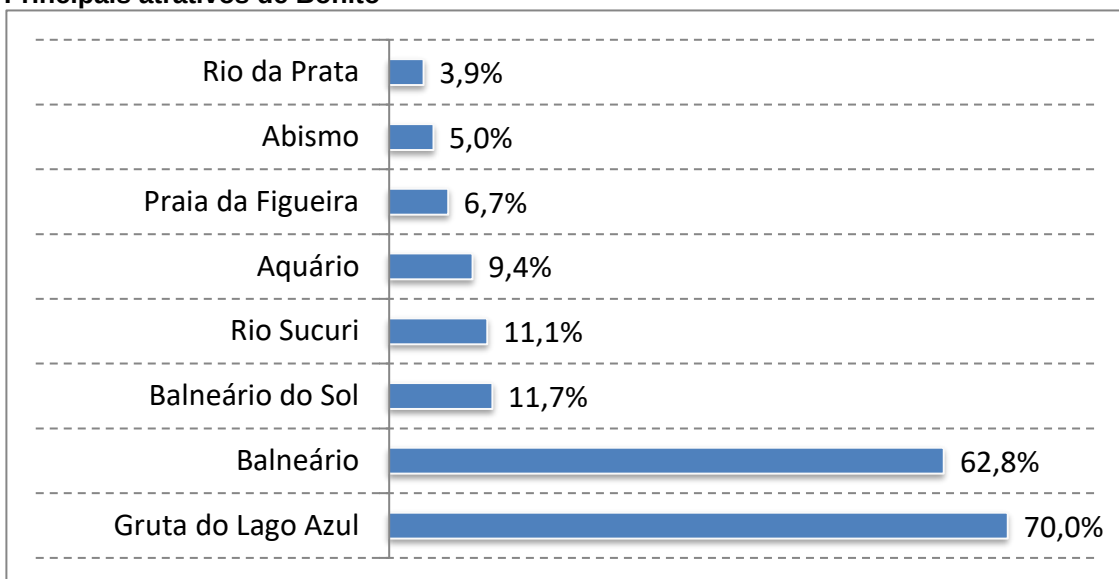


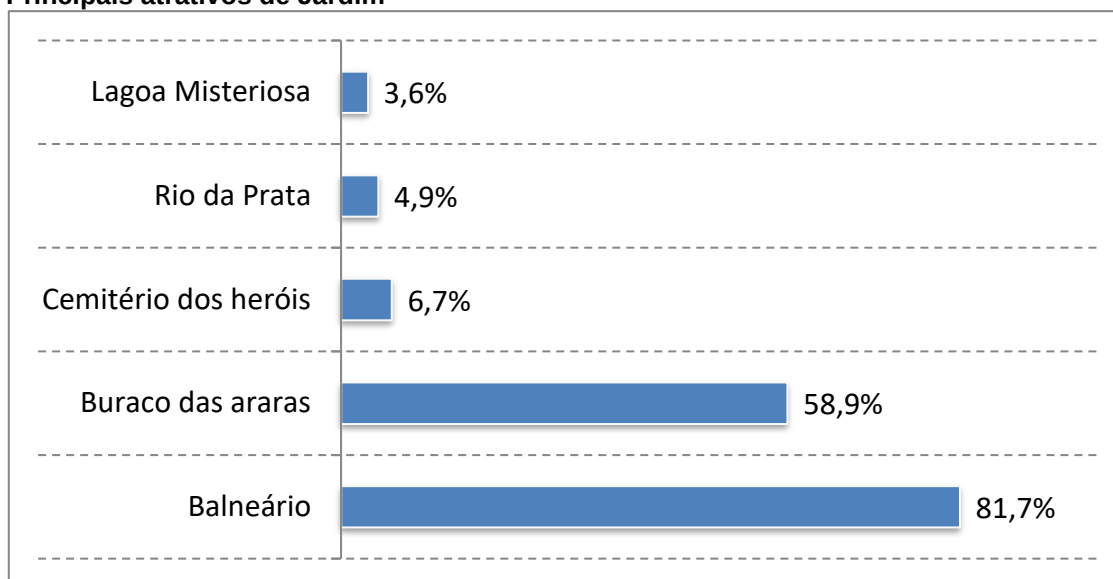
O município é uma cidade turística?

Q19	Bodoquena	Bonito	Jardim
Não	25,3%	3,4%	40,7%
Sim	74,7%	96,6%	59,3%

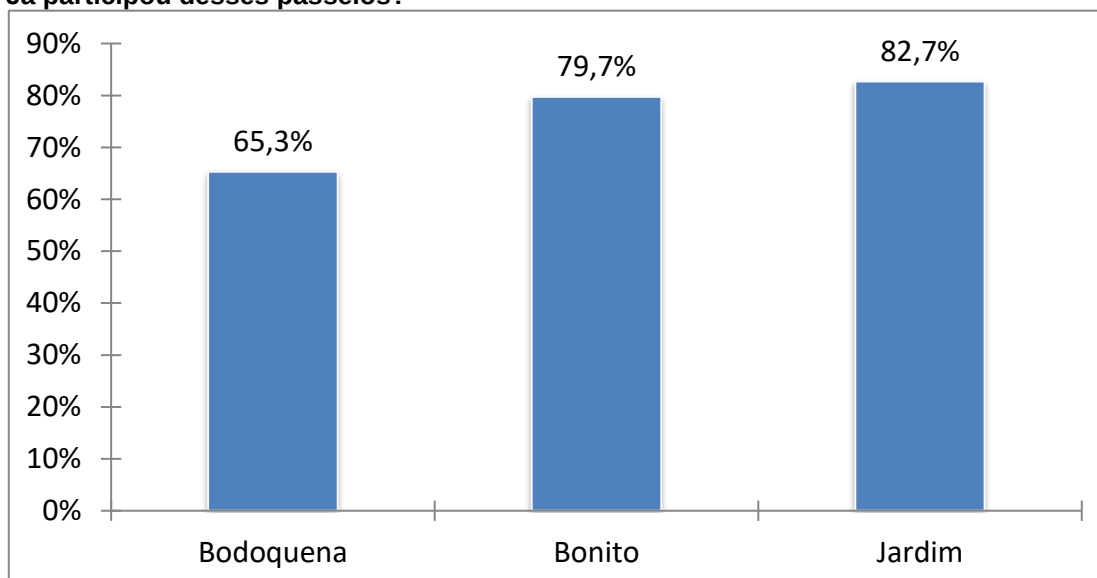
O município é uma cidade turística?



Principais atrativos de Bodoquena**Principais atrativos de Bonito**

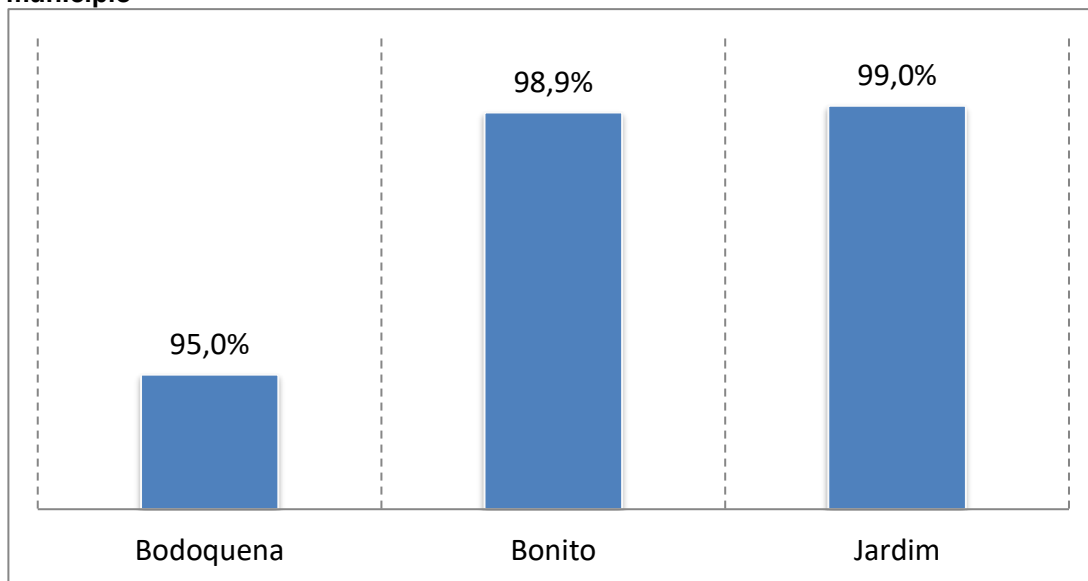
Principais atrativos de Jardim**Já participou desses passeios?**

Passeio?	Bodoquena	Bonito	Jardim
Não	34,7%	20,3%	17,3%
Sim	65,3%	79,7%	82,7%

Já participou desses passeios?**O turismo melhorou a qualidade de vida no município?**

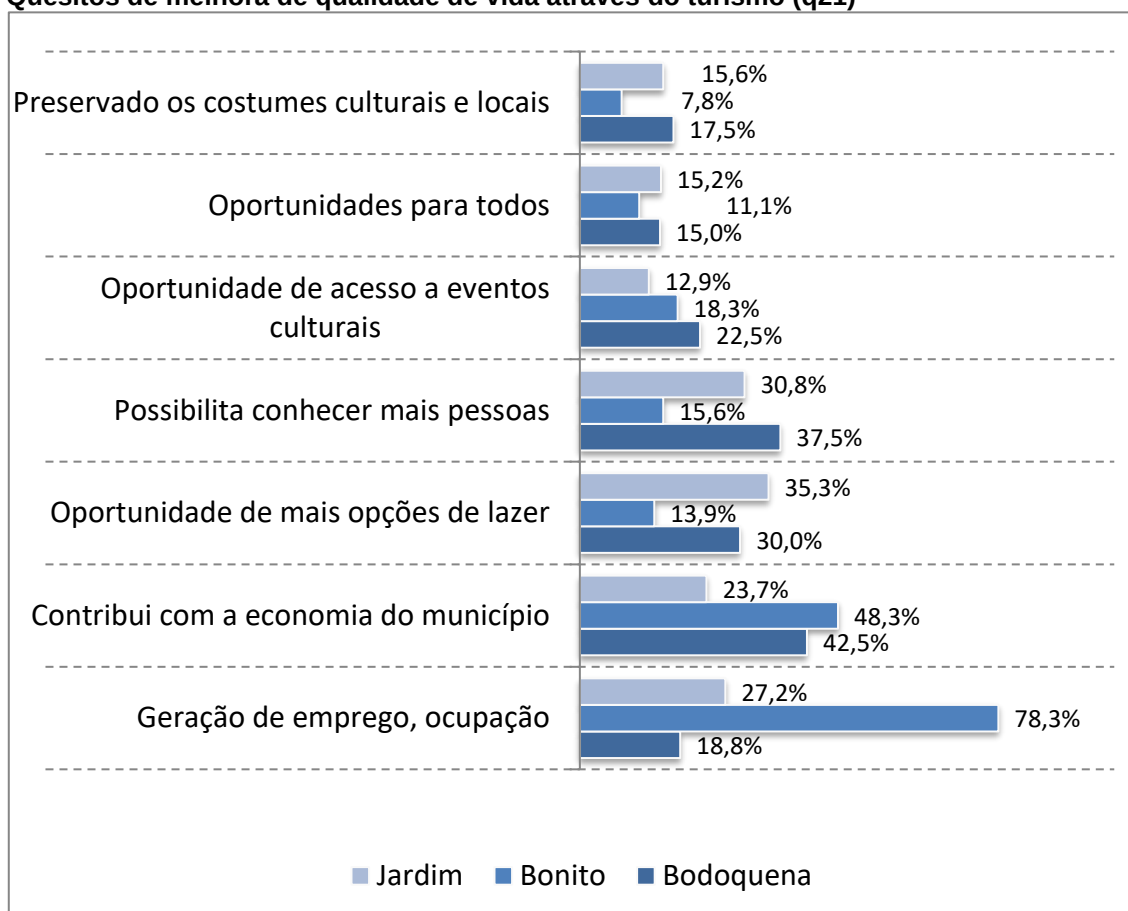
Turismo Melhorou?	Bodoquena	Bonito	Jardim
Não	5,0%	1,1%	1,0%
Sim	95,0%	98,9%	99,0%

Percentual de residentes que disseram que o turismo melhorou a qualidade de vida no município

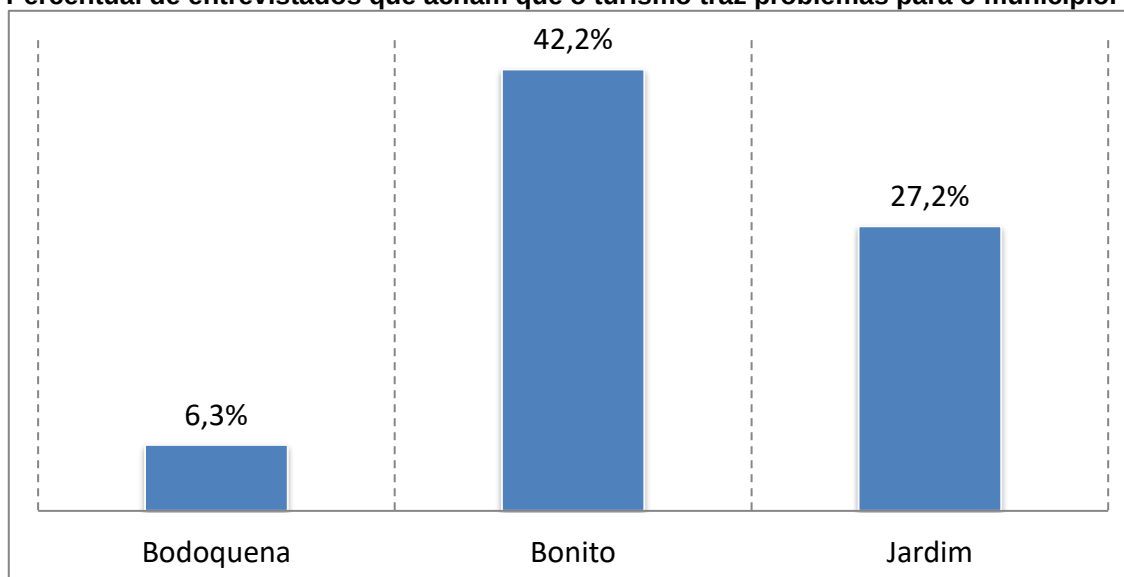


Quesitos de melhora de qualidade de vida através do turismo (q21)

	Bodoquena	Bonito	Jardim
Geração de emprego, ocupação	18,8%	78,3%	27,2%
Contribui com a economia do município	42,5%	48,3%	23,7%
Oportunidade de mais opções de lazer	30,0%	13,9%	35,3%
Possibilita conhecer mais pessoas	37,5%	15,6%	30,8%
Oportunidade de acesso a eventos culturais	22,5%	18,3%	12,9%
Oportunidades para todos	15,0%	11,1%	15,2%
Preservado os costumes culturais e locais	17,5%	7,8%	15,6%

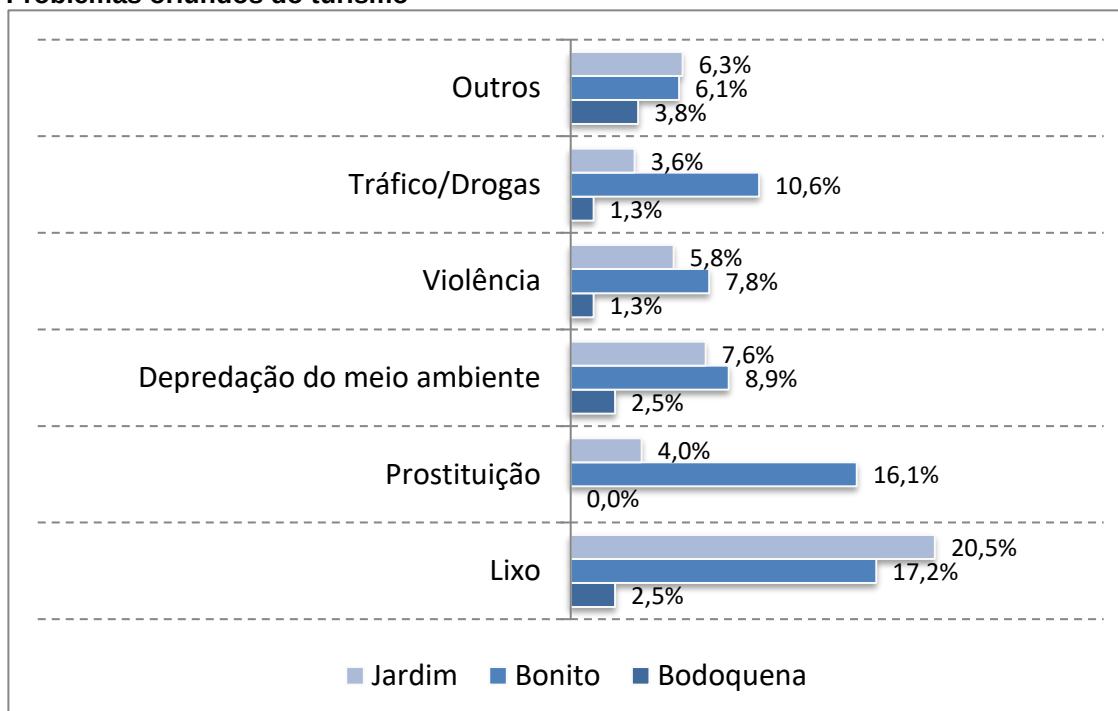
Quesitos de melhora de qualidade de vida através do turismo (q21)**Percentual de entrevistados que acham que o turismo traz problemas para o município.**

Q22	Percentual
Bodoquena	6,3%
Bonito	42,2%
Jardim	27,2%

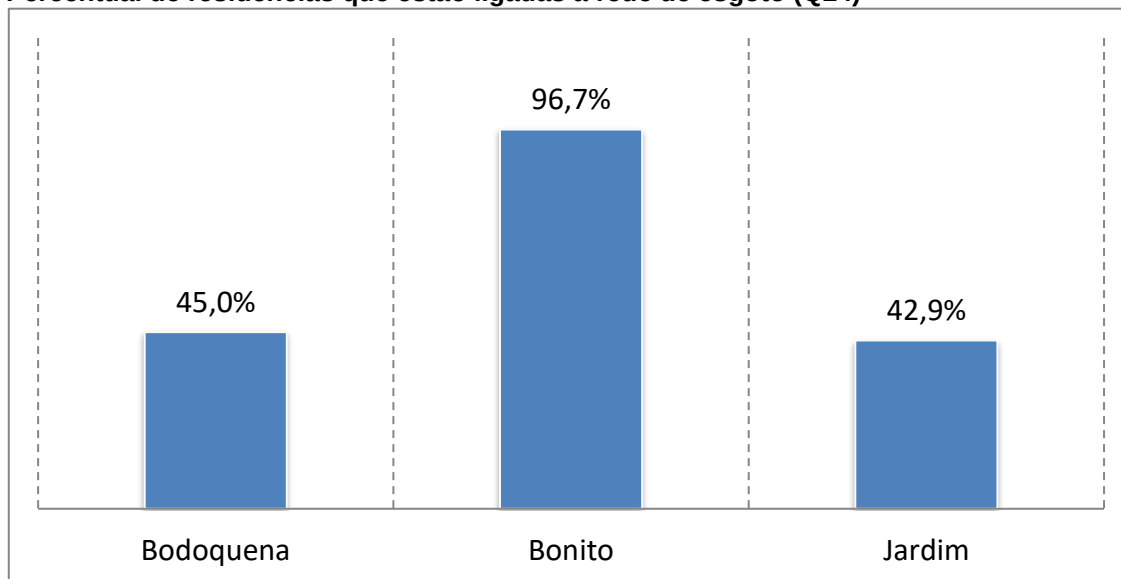
Percentual de entrevistados que acham que o turismo traz problemas para o município.

Problemas oriundos do turismo

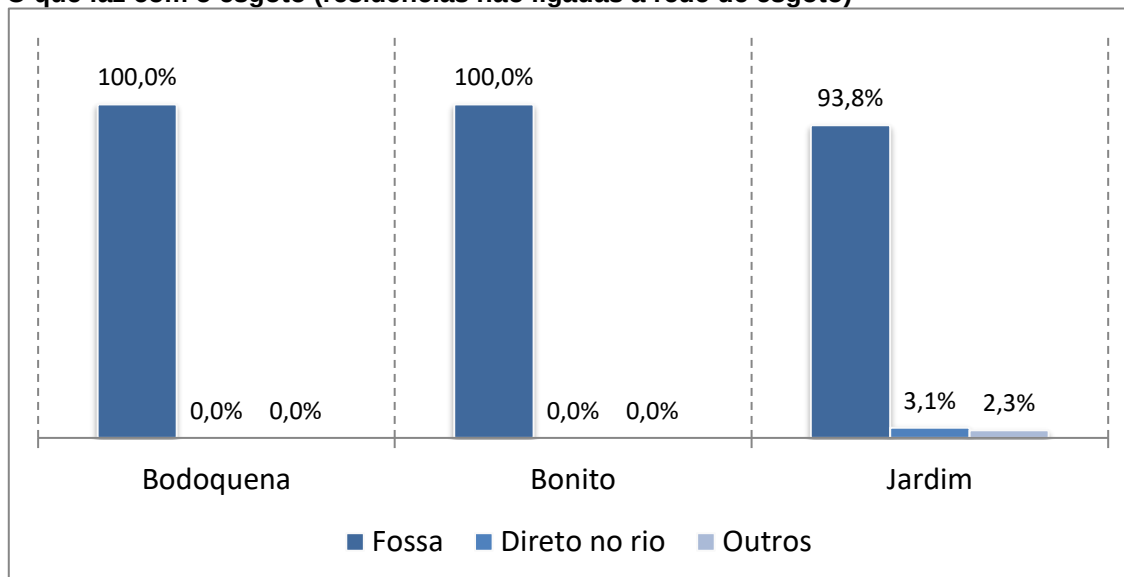
Problemas	Bodoquena	Bonito	Jardim
Lixo	2,5%	17,2%	20,5%
Prostituição	0,0%	16,1%	4,0%
Depredação do meio ambiente	2,5%	8,9%	7,6%
Violência	1,3%	7,8%	5,8%
Tráfico/Drogas	1,3%	10,6%	3,6%
Outros	3,8%	6,1%	6,3%

Problemas oriundos do turismo**Percentual de residências que estão ligadas a rede de esgoto**

Q24	Bodoquena	Bonito	Jardim
Sim	45,0%	96,7%	42,9%

Percentual de residências que estão ligadas a rede de esgoto (Q24)**O que faz com o esgoto (residências não ligadas a rede de esgoto)**

Q25	Bodoquena	Bonito	Jardim
Fossa	100,0%	100,0%	93,8%
Direto no rio	0,0%	0,0%	3,1%
Outros	0,0%	0,0%	2,3%

O que faz com o esgoto (residências não ligadas a rede de esgoto)

Frequência de coleta de lixo

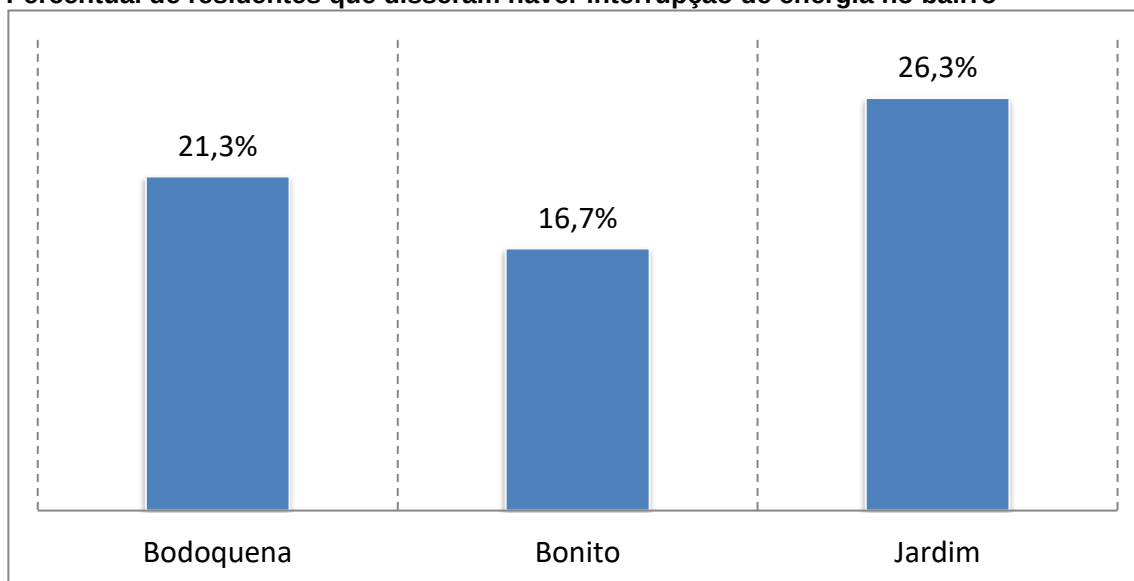
Q26	Bodoquena	Bonito	Jardim
1 x na semana	2,6%	19,7%	4,6%
2 x na semana	19,2%	60,7%	55,7%
3 x na semana	29,5%	17,9%	15,5%
4 x na semana	2,6%	1,2%	3,7%
5 x na semana	1,3%	0,0%	0,9%
6 x na semana	7,7%	0,0%	4,1%
Diária	35,9%	0,6%	15,5%

Percentual de residências que estão ligadas a rede de água.

Q27	Bodoquena	Bonito	Jardim
Sim	98,6%	99,4%	99,5%

Percentual de residentes que disseram haver interrupção de energia no bairro

q30	Bodoquena	Bonito	Jardim
Sim	21,3%	16,7%	26,3%

Percentual de residentes que disseram haver interrupção de energia no bairro**Interrupções de água**

q31 AGUA	Bodoquena	Bonito	Jardim
Toda semana	0,0%	0,6%	0,0%
1 vez a cada 15 dias	1,3%	0,6%	0,0%
1 vez por mês	0,0%	0,6%	0,0%
Raramente	16,3%	7,8%	26,3%

Interrupções de energia

q31 ENERGIA	Bodoquena	Bonito	Jardim
Toda semana	1,3%	0,6%	0,4%
1 vez a cada 15 dias	0,0%	1,1%	0,0%
1 vez por mês	5,0%	3,9%	3,1%
Raramente	18,8%	11,7%	28,1%

Políticas públicas do município que estão contribuindo para o desenvolvimento do turismo desenvolvendo

Questão 32	Bodoquena	Bonito	Jardim
Urbanização	40,0%	31,7%	35,3%
Geração de emprego	7,5%	35,6%	19,2%
Realização de eventos	8,8%	25,6%	24,6%
Ações para a preservação do Meio Ambiente	17,5%	20,0%	21,0%
Incentivos para o crescimento do setor	33,8%	12,8%	14,3%
Projetos culturais	26,3%	18,9%	9,4%
Aumento de programas sociais	20,0%	12,8%	13,8%
Capacitação de mão de obra	10,0%	15,6%	10,7%
Ações na Saúde Pública	5,0%	6,7%	9,8%
Segurança	3,8%	7,2%	3,6%
Transporte urbano	7,5%	5,0%	2,7%

Onde precisa melhorar

Questão 33	Bodoquena	Bonito	Jardim
Geração de emprego	52,5%	40,0%	39,3%
Capacitação de mão de obra	26,3%	36,1%	23,2%
Ações na Saúde Pública	7,5%	49,4%	17,9%
Urbanização	33,8%	23,9%	10,3%
Incentivos para o crescimento do setor	26,3%	4,4%	23,2%
Realização de eventos	13,8%	11,7%	19,6%
Ações para a preservação do Meio Ambiente	10,0%	7,2%	13,4%
Aumento de programas sociais	10,0%	8,3%	6,3%
Transporte urbano	3,8%	7,8%	8,0%
Segurança	5,0%	5,6%	8,0%
Projetos culturais	1,3%	1,7%	5,4%

O que precisa para desenvolver o turismo

Q34	Bodoquena	Bonito	Jardim
Melhoria das políticas Públicas	10,0%	44,4%	30,4%
Melhoria da infraestrutura	61,3%	16,1%	24,1%
Maior divulgação dos eventos	18,8%	25,6%	25,9%
Capacitação, treinamento da mão de obra	18,8%	41,7%	12,5%
Aumentar a quantidade de eventos	18,8%	27,8%	23,2%
Geração de mais empregos	20,0%	19,4%	25,0%
Maior divulgação do Patrimônio	22,5%	10,0%	16,5%
Maior divulgação do Pantanal	16,3%	8,9%	8,5%
Maior divulgação da pesca	1,3%	0,0%	0,0%

Importância do turismo

Q 35	Bodoquena	Bonito	Jardim
Geração de emprego	38,8%	31,7%	35,3%
Melhoria na economia	51,3%	46,1%	30,8%
Preservação da cultura local e do patrimônio histórico-cultural	6,3%	8,9%	16,5%
Preservação do Pantanal e do meio ambiente	7,5%	13,9%	14,3%

ANEXO 4 – INFRAESTRUTURA BÁSICA E SERVIÇOS GERAIS – QUADRO E MAPAS

- Quadro de evolução da demanda de abastecimento de água:

- Jardim,
- Bonito,
- Bodoquena.

- Mapas de abastecimento de água:

- Bodoquena,
- Bonito,
- Jardim.

- Mapa de esgotamento Sanitário:

- Bodoquena,
- Bonito,
- Jardim.

- Mapa de drenagem urbana:

- Bonito,
- Jardim.

Quadro da Evolução da demanda no município de Jardim



EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A.

DIRETORIA TÉCNICA

GERÊNCIA DE EXPANSÃO

JARDIM

- Quadro de Evolução de Demandas.

Ano	População (hab.)		Índice Abastecimento (%)	População Abastecida (hab.)	Índice Perdas (%)	Cpf	Cpd	Vazões						Produção Existente (m3/h)	Produção Necessária (m3/h)	△ (m3/h)	Reservação Existente (m3)	Reservação Necessária (m3)	△ (m3)
	Urbana	Flutuante						Médias Diárias		Máximas Diárias		Máximas Horárias							
								(l/s)	m3/dia	(l/s)	m3/dia	(l/s)	m3/dia						
2002	21.722	3.239	97	24.309	48,14	1,32	1,14	42,20	3.646,31	64,02	5.531,46	81,74	7.062,23	250,00	277	-27	2.300	1.844	456
2003	22.203	3.310	97	24.848	30	1,18	1,08	43,14	3.727,13	59,38	5.130,29	81,15	7.011,04	250,00	257	-7	2.300	1.710	590
2004	22.684	3.382	100	26.067	30	1,18	1,08	45,25	3.909,99	62,29	5.381,99	85,13	7.355,02	250,00	269	-19	2.300	1.794	506
2005	23.165	3.454	100	26.619	30	1,18	1,08	46,21	3.992,90	63,61	5.496,11	86,93	7.510,97	250,00	275	-25	2.300	1.832	468
2006	23.646	3.526	100	27.172	30	1,18	1,08	47,17	4.075,77	64,93	5.610,17	88,74	7.666,85	250,00	281	-31	2.300	1.870	430
2007	24.127	3.597	100	27.724	30	1,18	1,08	48,13	4.158,59	66,25	5.724,18	90,54	7.822,65	250,00	286	-36	2.300	1.908	392
2008	24.607	3.669	100	28.276	30	1,18	1,08	49,09	4.241,37	67,57	5.838,13	92,34	7.978,37	250,00	292	-42	2.300	1.946	354
2009	25.087	3.740	100	28.827	30	1,18	1,08	50,05	4.324,12	68,89	5.952,02	94,14	8.134,01	250,00	298	-48	2.300	1.984	316
2010	25.567	3.812	100	29.379	30	1,18	1,08	51,00	4.406,82	70,21	6.065,85	95,94	8.289,58	250,00	303	-53	2.300	2.022	278
2011	26.046	3.884	100	29.930	30	1,18	1,08	51,96	4.489,48	71,52	6.179,63	97,74	8.445,07	250,00	309	-59	2.300	2.060	240
2012	26.526	3.955	100	30.481	30	1,18	1,08	52,92	4.572,09	72,84	6.293,35	99,54	8.600,48	250,00	315	-65	2.300	2.098	202
2013	27.005	4.026	100	31.031	30	1,18	1,08	53,87	4.654,67	74,16	6.407,02	101,34	8.755,82	250,00	320	-70	2.300	2.136	164
2014	27.484	4.098	100	31.581	30	1,18	1,08	54,83	4.737,21	75,47	6.520,63	103,14	8.911,07	250,00	326	-76	2.300	2.174	126
2015	27.962	4.169	100	32.131	30	1,18	1,08	55,78	4.819,70	76,78	6.634,18	104,93	9.066,25	250,00	332	-82	2.300	2.211	89
2016	28.441	4.240	100	32.681	30	1,18	1,08	56,74	4.902,16	78,10	6.747,68	106,73	9.221,36	250,00	337	-87	2.300	2.249	51
2017	28.919	4.312	100	33.230	30	1,18	1,08	57,69	4.984,57	79,41	6.861,12	108,52	9.376,38	250,00	343	-93	2.300	2.287	13

Metodologia utilizada da regressão , fonte IBGE CD 81/91/00 - 1,85% logarítmica.

Produção necessária calculada para funcionamento médio dos poços de 20 horas/dia.

"Per capita" = 150 (l/hab.dia)

Cpf - Coeficiente de Perda Física = 50% da perda total

Cpd - Coeficiente de Perda na Distribuição = 50% da perda física

Fonte: SANESUL

Quadro da Evolução de Demanda de Bonito



EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A.
DIRETORIA TÉCNICA
GERÊNCIA DE EXPANSÃO

4.3.1. - Quadro de Evolução de Demandas - BONITO.

Ano	População (hab.)		Índice Abastecimento (%)	População Abastecida (hab.)	Índice Perdas (%)	Cpf	Cpd	Vazões						Produção Existente (m3/h)	Produção Necessária (m3/h)	Δ (m3/h)	Reservação Existente (m3)	Reservação Necessária (m3)
	Urbana	Flutuante						Médias Diárias		Máximas Diárias		Máximas Horárias						
								(l/s)	m3/dia	(l/s)	m3/dia	(l/s)	m3/dia					
2000	12.796	10.818	97	23.230	45,22	1,29	1,1275	40,33	3.484,52	60,18	5.199,45	77,73	6.716,27	140,00	260	-120	1.805	1.733
2001	13.174	11.138	97	23.917	45,22	1,29	1,1275	41,52	3.587,52	61,96	5.353,13	80,03	6.914,79	140,00	268	-128	1.805	1.784
2002	13.552	11.457	97	24.603	45,22	1,29	1,1275	42,71	3.690,46	63,74	5.506,75	82,33	7.113,21	140,00	275	-135	1.805	1.836
2003	13.930	11.777	100	25.707	30	1,18	1,0811	44,63	3.856,04	61,43	5.307,73	83,95	7.253,53	140,00	265	-125	1.805	1.769
2004	14.308	12.096	100	26.404	30	1,18	1,0811	45,84	3.960,58	63,10	5.451,63	86,23	7.450,18	140,00	273	-133	1.805	1.817
2005	14.685	12.415	100	27.100	30	1,18	1,0811	47,05	4.065,07	64,76	5.595,45	88,50	7.646,73	140,00	280	-140	1.805	1.865
2006	15.063	12.734	100	27.797	30	1,18	1,0811	48,26	4.169,51	66,43	5.739,21	90,78	7.843,19	140,00	287	-147	1.805	1.913
2007	15.440	13.053	100	28.493	30	1,18	1,0811	49,47	4.273,90	68,09	5.882,90	93,05	8.039,55	140,00	294	-154	1.805	1.961
2008	15.817	13.372	100	29.188	30	1,18	1,0811	50,67	4.378,23	69,75	6.026,51	95,32	8.235,81	140,00	301	-161	1.805	2.009
2009	16.193	13.690	100	29.883	30	1,18	1,0811	51,88	4.482,51	71,41	6.170,05	97,59	8.431,97	140,00	309	-169	1.805	2.057
2010	16.570	14.008	100	30.578	30	1,18	1,0811	53,09	4.586,75	73,07	6.313,52	99,86	8.628,04	140,00	316	-176	1.805	2.105
2011	16.946	14.327	100	31.273	30	1,18	1,0811	54,29	4.690,92	74,73	6.456,92	102,13	8.824,01	140,00	323	-183	1.805	2.152
2012	17.322	14.645	100	31.967	30	1,18	1,0811	55,50	4.795,05	76,39	6.600,25	104,40	9.019,88	140,00	330	-190	1.805	2.200
2013	17.698	14.963	100	32.661	30	1,18	1,0811	56,70	4.899,13	78,05	6.743,50	106,66	9.215,65	140,00	337	-197	1.805	2.248
2014	18.074	15.280	100	33.354	30	1,18	1,0811	57,91	5.003,15	79,71	6.886,69	108,93	9.411,33	140,00	344	-204	1.805	2.296
2015	18.450	15.598	100	34.047	30	1,18	1,0811	59,11	5.107,12	81,36	7.029,80	111,19	9.606,91	140,00	351	-211	1.805	2.343
2016	18.825	15.915	100	34.740	30	1,18	1,0811	60,31	5.211,04	83,02	7.172,84	113,45	9.802,39	140,00	359	-219	1.805	2.391
2017	19.200	16.232	100	35.433	30	1,18	1,0811	61,52	5.314,91	84,67	7.315,82	115,71	9.997,78	140,00	366	-226	1.805	2.439

Metodologia utilizada da regressão, fonte IBGE CD 80/91/00 - 2,17% - logarítmica.

Produção necessária calculada para funcionamento médio dos poços de 20 horas/dia.

"Per capita" =

150 (l/hab.dia)

Cpf - Coeficiente de Perda Física =

50% da perda total

Cpd - Coeficiente de Perda na Distribuição =

50% da perda física

Fonte: SANESUL

Quadro da Evolução da demanda no município de Bodoquena.



EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A.
DIRETORIA TÉCNICA
GERÊNCIA DE EXPANSÃO

BODOQUENA

- Quadro de Evolução de Demandas BODOQUENA.

Ano	População (hab.)		Índice Abastecimento (%)	População Abastecida (hab.)	Índice Perdas (%)	Cpf	Cpd	Vazões						Produção Existente (m3/h)	Produção Necessária (m3/h)	△ (m3/h)	Reservação Existente (m3)	Reservação Necessária (m3)	△ (m3)
	Urbana	Flutuante*						Médias Diárias		Máximas Diárias		Máximas Horárias							
								(l/s)	m3/dia	(l/s)	m3/dia	(l/s)	m3/dia						
2002	5.244	0	97	5.087	39,89	1,25	1,11	8,83	762,98	12,80	1.105,66	16,87	1.457,87	59,00	55	4	200	369	-169
2003	5.391	809	97	6.038	30	1,18	1,08	10,48	905,66	14,43	1.246,62	19,72	1.703,63	59,00	62	-3	200	416	-216
2004	5.538	831	100	6.368	30	1,18	1,08	11,06	955,24	15,22	1.314,86	20,80	1.796,89	59,00	66	-7	200	438	-238
2005	5.684	853	100	6.537	30	1,18	1,08	11,35	980,52	15,62	1.349,66	21,35	1.844,44	59,00	67	-8	200	450	-250
2006	5.830	875	100	6.705	30	1,18	1,08	11,64	1.005,75	16,02	1.384,39	21,90	1.891,90	59,00	69	-10	200	461	-261
2007	5.976	896	100	6.873	30	1,18	1,08	11,93	1.030,95	16,42	1.419,07	22,45	1.939,29	59,00	71	-12	200	473	-273
2008	6.122	918	100	7.041	30	1,18	1,08	12,22	1.056,09	16,83	1.453,68	22,99	1.986,60	59,00	73	-14	200	485	-285
2009	6.268	940	100	7.208	30	1,18	1,08	12,51	1.081,20	17,22	1.488,24	23,54	2.033,82	59,00	74	-15	200	496	-296
2010	6.413	962	100	7.375	30	1,18	1,08	12,80	1.106,26	17,62	1.522,74	24,09	2.080,97	59,00	76	-17	200	508	-308
2011	6.558	984	100	7.542	30	1,18	1,08	13,09	1.131,28	18,02	1.557,17	24,63	2.128,03	59,00	78	-19	200	519	-319
2012	6.703	1005	100	7.708	30	1,18	1,08	13,38	1.156,26	18,42	1.591,55	25,17	2.175,01	59,00	80	-21	200	531	-331
2013	6.847	1027	100	7.875	30	1,18	1,08	13,67	1.181,19	18,82	1.625,87	25,72	2.221,91	59,00	81	-22	200	542	-342
2014	6.992	1049	100	8.041	30	1,18	1,08	13,96	1.206,08	19,21	1.660,13	26,26	2.268,73	59,00	83	-24	200	553	-353
2015	7.136	1070	100	8.206	30	1,18	1,08	14,25	1.230,93	19,61	1.694,33	26,80	2.315,47	59,00	85	-26	200	565	-365
2016	7.280	1092	100	8.372	30	1,18	1,08	14,53	1.255,73	20,01	1.728,47	27,34	2.362,13	59,00	86	-27	200	576	-376
2017	7.423	1113	100	8.537	30	1,18	1,08	14,82	1.280,49	20,40	1.762,56	27,88	2.408,71	59,00	88	-29	200	588	-388

Metodologia utilizada da regressão, fonte IBGE CD 80/91/00 - 2,13% - polinomial.

Produção necessária calculada para funcionamento médio dos poços de 20 horas/dia.

"Per capita" = 150 (l/hab.dia)

Cpf - Coeficiente de Perda Física = 50% da perda total

Cpd - Coeficiente de Perda na Distribuição = 50% da perda física

Flutuante* - O crescimento do turismo já impacta os serviços locais.

Fonte: SANESUL

ANEXO 5 – QUADRO INSTITUCIONAL – LEGISLAÇÃO TURÍSTICA E AMBIENTAL.**LEGISLAÇÃO TURÍSTICA****Âmbito Federal**

Lei n.º 8.078, de 11 de Setembro de 1990

Dispõe sobre a proteção e a defesa do consumidor, ou da coletividade equiparada, nas relações de consumo. A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento às necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e a harmonia das relações de consumo.

Lei n.º 8.181/91, de 28 de Março de 1991

A Lei altera a denominação da Embratur de Empresa Brasileira de Turismo para Instituto Brasileiro de Turismo, vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República. O Instituto tem por finalidade formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo. São transferidos para a Embratur o acervo documental, as atribuições e as competências do extinto Conselho Nacional de Turismo (CNTur).

Deliberação Normativa n.º 5.135/93, de 20 de Abril de 1993

A Diretoria da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) regula a apuração da liquidez e a cobrança da Dívida Ativa da Autarquia. As importâncias devidas ao Instituto não pagas nos prazos estabelecidos, serão atualizadas na data do efetivo pagamento de acordo com o índice da variação da Taxa Referencial Diária (TRD).

Instrução Normativa SNT, nº1, de 15 de Janeiro de 1997

A Instrução Normativa disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos e dá outras providências.

Deliberação Normativa n.º 392/98, de 06 de Agosto de 1998

A Deliberação estabelece que seja obrigatória a formalização de contrato escrito dos prestadores de serviços turísticos entre si e fornecedores, inclusive transportadoras, regulares ou não. Para assegurar o ressarcimento do consumidor em caso de eventuais prejuízos, assim como das empresas, em contratos de venda de pacotes turísticos, deverá ser celebrado seguro de responsabilidade para cobertura do dano.

Deliberação Normativa n.º 419/01, de 15 de Março de 2001

Considerando a necessidade de estabelecer critérios e procedimentos para apoio a projetos de empreendimentos, obras e serviços de finalidade ou interesse turístico, para serem beneficiados com recursos do Orçamento Geral da União, a diretoria da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) cria o Programa Nacional de Infraestrutura Turística (PROINTUR).

Deliberação Normativa n.º 424/01, de 25 de Setembro de 2001

A diretoria da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) altera o Parágrafo 4º do Art. 5º do Capítulo IV e Art. 6º e 7º do Capítulo V, do regulamento do Programa Nacional de Infraestrutura Turística (PROINTUR). Os artigos descrevem sobre ações que favoreçam os municípios incluídos nos Bolsões de pobreza, e seleção dos beneficiários dos recursos orçamentários.

Deliberação Normativa n.º 425/01, de 04 de Outubro de 2001

A Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) determina que os interessados devam pagar um valor em dinheiro para a realização dos serviços de credenciamento, cadastro, classificação, habilitação à obtenção de estímulos financeiros e demais serviços relacionados. As empresas localizadas em municípios que se exija pagamento de diária para o deslocamento do servidor possuem pagamento diferenciado, presente no anexo desta Deliberação.

Deliberação Normativa n.º 430/02, de 31 de Julho de 2002

A Deliberação cria o Comitê Gestor do Programa Polos de Ecoturismo do Brasil com o objetivo de gerir e apoiar o desenvolvimento destes polos, selecionados pela Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) e pelo Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB). O Comitê será composto por três câmaras, que representem o setor público federal, as Organizações Não Governamentais e os Polos de Ecoturismo implantados.

Decreto n.º 4.898, de 26 de Novembro de 2003

O Decreto define que foram transferidas da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) para o Ministério do Turismo as competências relacionadas ao cadastramento de empresas turísticas. Além disso, ficam transferidas as obrigações e os acervos técnico e patrimonial utilizados no desempenho das atividades.

Portaria Interministerial n.º 33, de 03 de Março de 2005

A Portaria ressalta que os lucros financeiros obtidos por empresas que trabalham com parques temáticos, prestação de serviços de hotelaria ou organização de feiras e eventos ficam sujeitos ao regime de incidência cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). É importante lembrar que as disposições aplicam-se somente às pessoas jurídicas previamente cadastradas no Ministério do Turismo.

Portaria nº. 57, de 25 de Maio de 2005

Estabelece os procedimentos e requisitos necessários para o cadastramento das sociedades empresárias, das sociedades simples e dos empresários individuais no Ministério do Turismo.

Resolução n.º 3.568, de 29 de Maio de 2008

Dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, que compreende as operações de compra e venda de moeda estrangeira e as operações com ouro-instrumento cambial, realizadas com instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil a operar no mercado de câmbio, bem como as operações em moeda nacional entre residentes, domiciliados ou com sede no País e residentes, domiciliados ou com sede no exterior.

LEI nº. - 11.771, de 17 de Setembro de 2008

Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, no desenvolvimento e no estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº. 6.505, de 13 de dezembro de 1977, sobre atividades e serviços turísticos, e condições para o seu funcionamento e fiscalização; o Decreto-Lei nº. 2.294, de 21 de novembro de 1986, relacionado ao exercício e à exploração de atividades e serviços turísticos; e dispositivos da Lei nº. 8.181, de 28 de março de 1991, que renomeia a Embratur e dá outras providências.

Decreto n.º 6.761, de 05 de Fevereiro de 2009

Dispõe sobre a aplicação da redução a zero da alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior. Para que a liquidação ocorra, é necessário que as operações sejam comprovadamente caracterizadas como necessárias, usuais e normais, inclusive quanto ao seu valor, para a realização da cobertura dos riscos e das despesas delas decorrentes.

Âmbito Estadual¹⁷

Decreto Nº. Lei Nº. 02, de 01 de Janeiro de 1979- Dispõe sobre a organização da administração pública do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Decreto de Lei Nº. 009, de 01 de Janeiro de 1979 - Dispõe sobre o Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico, autoriza a criação das entidades que menciona e dá outras providências.

Art. 2 – Os seguintes órgãos e entidades integram o Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico:

III – Entidades vinculadas e supervisionadas

h) Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul – TURISUL

Decreto Nº. 11, de 01 de Janeiro de 1979- Estabelece a competência, aprova a estrutura básica da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e dá outras providências.

Decreto Nº. 132 , de 28 de Maio de 1979. Cria a Empresa de Turismo de MS - **TURISUL** e dá outras providências.

Decreto Nº. 203 , de 17 de Agosto de 1979. Altera os Estatutos da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

Decreto Nº. 271, de 08 de Outubro de 1979. Aprova o Orçamento da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul - TURISUL - para o exercício de 1979.

Decreto Nº. 418, de 02 de Janeiro de 1980 - Substitui a sigla da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul, de TURISUL para MSTUR.

Lei Nº. 218 de 06 de Maio de 1981. CAPITULO I ... DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Extingue o Sistema Executivo para o Desenvolvimento Econômico e o Sistema Estadual de Comunicação Social.

Art.3º - I - Sistema Executivo para o Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo, sendo o seu órgão central a Secretaria de Indústria e Comércio;

CAPITULO II ... DOS OBJETIVOS E ESTRUTURA DOS SISTEMAS

Seção I Sistema Executivo para Indústria, Comércio e Turismo.

Art.6º- III – Entidades vinculadas e supervisionadas

C) Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul – MSTUR

Lei Nº. 218, de 06 de Maio de 1981 - Altera os Estatutos da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

Decreto Nº. 1.045, de 28 de Maio de 1981. Altera o Orçamento da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul (MS/TUR), para o exercício de 1981.

27 de Setembro de 1981.Criação do Parque Nacional do Pantanal e criação da Reserva

¹⁷ FONTE: Arquivos Fundação de Turismo/MS/Consulta Secretaria de Estado de Gestão Pública/Pesquisa Site oficial do Governo do Estado MS - Legislação Estadual - www.ms.gov.br

Mundial da Biosfera.

Decreto N° 1.774, de 13 Setembro de 1982., de 13 de Setembro de 1982. Autoriza o Secretário de Planejamento e Coordenação Geral a praticar os atos de transformação da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul – MS TUR e dá outras providências.

Art. 2° - A Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul Vinculada a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio, em conformidade com a Lei n° 218, de 06 de Maio de 1981, terá forma jurídica de sociedade de economia mista e será regida pela Lei das Sociedades Anônimas e Legislação Complementar, reservado ao Estado a detenção de, no mínimo, 51% as Ações com direito a voto.

Lei N°. 390, de 17 de Outubro de 1983. Autoriza o Poder Executivo a alienar a Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul S/A, o imóvel que menciona. (terreno onde se localiza o “Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo”).

Decreto N°. 5439, de 06 de Abril de 1990. Dispõe sobre a dissolução de Empresas Públicas (CODESUL e MS TUR).

Decreto N°. 5.542, de 29 de Junho de 1990. Reorganiza a estrutura básica da Secretaria de Indústria e Comércio.

Art. 4, Inciso III, Diretoria Geral do Fomento ao Turismo.

Decreto 1.140, de 07 de Maio de 1991. Dispõe sobre a reorganização da estrutura básica do poder executivo de Mato Grosso do Sul.

Decreto n° 5.927, de 05 de Junho de 1991. Dispõe sobre a estrutura básica e funcionamento da Secretaria de Indústria e Comércio e dá outras providências.

CAPITULO I ...

DA COMPETÊNCIA E ESTRUTURA BÁSICA .

Art. 2° - A Secretaria de Estado de Turismo, Indústria e Comércio disporão da seguinte estrutura básica.

Decreto N°. 6.394, de 17 de Março de 1992. *Cria a Comissão Especial para definição do programa de utilização e implementação da Estrada-Parque e dá outras providência**

Decreto N°. 6.543 de 09 de Junho de 1992. Dispõe sobre a estrutura e funcionamento da Secretaria de Estado de Turismo, Indústria e Comércio. *(Extingue a Diretoria Geral de Fomento ao Turismo)*

Decreto N°. 6.544., de 10 de Junho de 1992. Aprova o Estatuto da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul - CODEMS e dá outras providências.

(Entidade da Administração indireta vinculada ou supervisionada pela Secretaria de Estado de Turismo, Indústria e Comércio)

Decreto N°. 6.690, de 10 de Setembro de 1992. Abre a Secretaria de Estado de Turismo, Indústria e Comércio o crédito suplementar no valor de Cr\$ 260.000,000.00.

Decreto N°. 7.059, de 12 de Fevereiro de 1993. Dispõe sobre o Sistema de Informações Turísticas de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

Considera a importância das informações sobre o Turismo para o planejamento do setor em Mato

Grosso do Sul.

Decreto Nº. 7.122, de 17 de Março de 1993. *Consideram Estradas Parques, trechos de rodovias estaduais da região do Pantanal e dá outras providências**

Decreto Nº. 7.251, de 16 de Junho de 1993. *Dispõe sobre a Instituição de Reserva Particular do Patrimônio Natural e dá outras providências**

Decreto Nº. 7.511, de 23 de Novembro de 1993. *Institui a Autorização Ambiental de pesca no Estado e dá outras providências**

Decreto Nº. 7.784, de 13 de Maio de 1994. Denomina “**PALÁCIO POPULAR DA CULTURA**” o Centro de Convenções localizado no Parque dos Poderes, em Campo Grande.

Decreto Nº. 7.804, de 24 de Maio de 1994. Cria o Centro de Convenções de Mato Grosso do Sul, como unidade da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul - CODEMS.

Decreto Lei 1.654, de 15 de Janeiro de 1996. Altera a organização da estrutura básica do Poder Executivo de Mato Grosso do Sul, de que trata a Lei Nº. 1.140, de 07.05.1991, em conformidade com o Art. 94 da Constituição Estadual.

Lei Nº. 1.793, de 09 de Dezembro de 1997. Cria o Museu da Imagem e do Som, no âmbito da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. (§ 1º de Art. 1º, “O Museu ocupará espaço, que lhe será especialmente destinado no Palácio Popular da Cultura”).

Lei Nº. 1.940, de 01 de Janeiro de 1999. Altera dispositivo da Lei 1.140, de 07 de maio 1991, que dispõe sobre a reorganização da estrutura básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

Art. 18 Compete à Secretaria de Estado da Produção e do Desenvolvimento Sustentável:

XVI A coordenação, supervisão e fomento de desenvolvimento dos recursos turísticos do Estado notadamente ao que se refere ao ecoturismo;

Decreto Nº. 9.333, de 12 de Janeiro de 1999. Dispõe sobre estrutura administrativa e a composição de cargos e funções da Secretaria de Estado da Produção e de Desenvolvimento Sustentável.

Decreto Nº. 442, de 15 de Abril de 1999. Institui o **Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável - PDTUR** e dá outras providências.

Decreto Nº. 9.478, de 14 de Maio de 1999. Autoriza a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul - CODEMS a pagar as despesas de custeio da Superintendência de Turismo.

Diário Oficial Nº. 5.045, de 24 de Junho de 1999. Aprovação do regime interno do Fórum Gestor do Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul - PDTUR.

Decreto Nº. 9.938, de 05 de Junho de 2000. *Institui o Comitê Gestor da Área Especial de Interesse Turístico, denominada Estrada Parque Pantanal e dá outras providências**

Decreto Nº 9.941, de 05 de Junho de 2000. *Cria o Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro e dá outras providências**

Lei Nº 2.135, de 14 de Agosto de 2000. Institui a Política para o Desenvolvimento do Ecoturismo do

Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências

Decreto Federal Nº. 84.017, de 21 de Setembro de 2000 . *Criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena***

Decreto Nº. 10.097, de 26 de Outubro de 2000. Dispõe sobre a vinculação de entidades da administração indireta às secretarias de estado e a incorporação das funções, do pessoal, do patrimônio, dos direitos e obrigações dos órgãos e entidades transformados, fusionados, extintos ou em liquidação e da estrutura do poder executivo e dá outras providências.

Lei Nº. 2.191, de 14 de Dezembro de 2000. Dá nova denominação ao Centro de Convenções / MS – Palácio Popular da Cultura. (Passa a denominar-se “Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo”).

29 de Dezembro de 2000. *O Pantanal é reconhecido como Patrimônio de Reserva Natural da Humanidade, pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura***

2001, Janeiro 04, Decreto Nº. 10.999, de 04 de Janeiro de 2001. Dispõe sobre a competência e aprova a estrutura básica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo e dá outras providências.

Da Estrutura Básica:

Art. 2º - Item II - Letra “b”. Superintendências de Políticas de Turismo.

Decreto Nº 2.223, de 11 de Abril de 2001. *Responsabiliza os proprietários e arrendatários de imóveis rural e urbano pela poluição hídrica dos rios-cênicos e dá outras providências**

Decreto Nº. 10.394, de 11 de Junho de 2001. *Institui o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul**

Decreto 10.437, de 25 de Julho de 2001. Institui a Unidade Coordenadora Estadual do Programa Pantanal, âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo, e dá outras Providências.

Decreto Lei Nº. 2.268, de 31 de Julho de 2001. Altera o Dispositivo da lei Nº. 2.152, de 26.10.2000, que dispõe sobre a reorganização da estrutura do Poder Executivo do Estado de MS.

Lei Nº. 2.307, de 09 de Outubro de 2001 . Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

Decreto Nº. 10.545, de 123 de Novembro de 2001. Dispõe sobre o cadastro e o certificado de habilitação e dá outras providências.

Decreto Nº. 10.552, de 14 de Novembro de 2001. Institui a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul a estatuto e dá outras providências.

Decreto Nº. 10.567, de 28 de Novembro de 2001. Altera a redação do art.1º do Decreto nº. 10.518 de 19 de Outubro de 2001, que transformam cargo em comissão em âmbito da Secretaria de Meio Ambiente, Cultura e Turismo.

Decreto Nº. 10.663, de 20 de Janeiro de 2002. Altera dispositivos nº. 10.199, de 04 de Janeiro de 2002 e aprova a estrutura básica da Secretaria.

Decreto Nº. 10.644, de 05 de Fevereiro de 2002. Altera a redação do art. 5º do Decreto nº. 10.545, de 12 de Novembro de 2001, que dispõe sobre o Cadastro de Habilitação para “vans” de Turismo.

Decreto Nº. 10.680, de 04 de Março de 2002. Cria o Programa de Desenvolvimento do Turismo na região sul de Mato Grosso do Sul -PRODETUR/SUL, estabelece esse gerenciamento e dá outras providências.

Decreto Nº. 10.752, de 29 de Abril de 2002. Dispõe a estrutura básica, a competência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo, consolida quadro de cargos em comissão e dá outras providências.

Portaria IMAP Nº 13, de 16 de Agosto de 2002. *Estabelece os procedimentos para concessão da Autorização ambiental de pesquisa nas Unidades de Conservação Estaduais**

Decreto Nº. 10.906, de 29 de Agosto de 2002. Cria, no âmbito de Estado de Mato Grosso do Sul, a área de proteção especial denominada Parque Natural Regional do Pantanal.

Decreto Nº. 11.036, de 26 de Dezembro de 2002. Altera dispositivos do Decreto Nº. 10.707, de 22 de Março de 2002 que institui o Sistema de Recomposição, Regeneração e Compensação da Reserva Legal no Estado de Mato Grosso do Sul.

Resolução. SEGES Nº. 337/2003, de 13 de Janeiro de 2003. Fixa as siglas e os códigos numéricos de identificação dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta do Poder Executivo, e dá outras providências. (Sigla FUNDTUR).

Decreto Nº. 11.113, de 14 de Fevereiro de 2003. Cria o Conselho de Turismo da Serra do Bodoquena, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Mato Grosso do Sul PRODETUR/SUL e dá outras providências

Decreto Nº. 11.215, de 14 de Maio de 2003. Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº. 10.680, de 4 de Março de 2003, que cria o Programa de Desenvolvimento do Turismo na região do Estado de Mato Grosso do Sul- PRODETUR/SUL.

Decreto 11.221, de 22 de Maio de 2003. Dá nova redação ao Estatuto da Fundação de Turismo, aprovado pelo decreto Nº. 10.552, de 14 de Novembro e dá outras providências.

Plano de ação, de 12 de Junho de 2003 . Elaboração e lançamento do Plano de Ação 2003 – 2006, para o Desenvolvimento do Turismo no Estado.

Lei Nº. 2.643, de 04 de Julho de 2003. Dá denominação à sala de Convívio do Centro de Convenções – MS. Palácio Popular da Cultura, Arquiteto Rubens Gil de Camillo.

Lei 2.652, de 17 de Julho de 2003. O Governo de MS sanciona a lei que institui o Fundo para Desenvolvimento do Turismo no Estado, o qual tem como finalidade apoiar as ações da Fundação de Turismo.

Decreto Nº. 11.340, de 14 de Agosto de 2003. Regulamenta a Lei Nº. 2.652, de 17 de Julho de 2003, que cria o Fundo para o Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul.

Decreto Nº. 11.374, de 03 de Setembro de 2003. Cria as Delegacias Especializadas de Repressão aos Crimes contra as Relações de Consumo e de Repressão aos crimes Ambientais e de Proteção ao Turista, na estrutura básica da Diretoria-Geral da Polícia Civil.

Decreto Nº. 11.417, de 26 de Setembro de 2003. Institui o “Prêmio Tuiuiú” de turismo, a ser conferido às pessoas físicas que contribuíram para o desenvolvimento do Turismo no Estado de Mato Grosso do Sul.

Decreto Nº. 11.436, de 10 de Outubro de 2003. Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº. 10.680, de 4 de Março de 2002, que cria o Programa de Desenvolvimento do Turismo da região do Estado de Mato Grosso do Sul-PRODETUR/SUL.

Decreto Nº. 11.460, de 23 de Outubro de 2003. Constitui Grupo de Trabalho para o detalhamento da implantação do Projeto Trem do Pantanal.

Lei Nº. 2.794, de 09 de Janeiro de 2004. Institui o projeto Turismo Educativo e dá outras providências.

Decreto Nº. 11.536, de 12 de Janeiro de 2004. Disciplina a distribuição da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Decreto Nº. 11.607, de 12 de Maio de 2004. Cria a Central de Reservas de Passagens e estabelece procedimentos para contratação dos serviços de fornecimento de passagens a órgãos e entidades do Poder Executivo e dá outras providências.

Decreto Nº. 11.680, de 31 de Agosto de 2004. Transfere competência da Secretaria de Estado da Produção e do Turismo para a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Agrário.

Decreto Nº. 11.690, de 27 de Setembro de 2004. *Amplia os limites do Monumento Natural do Rio Formoso e dá outras providências**

2004, Novembro 03. Decreto Nº. 11.717, de 03 de Novembro de 2004. Dá nova redação ao Estatuto da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul- FUNDTUR, aprovado pelo Decreto nº. 10.552, de 14 de Novembro de 2001 e dá outras providências.

Lei Nº. 2.964, de 23 de Dezembro de 2004. Cria a carreira Gestão de Ações de Desenvolvimento Socioeconômico.

Lei Nº 3.005, de 09 de junho de 2005. Autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Brasil S/A, nas condições que menciona, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do turismo no Sul do Brasil – Prodetur Sul, com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Decreto Nº. 11.898, de 11 de Julho de 2005. Organiza a carreira Gestão de Ações de Desenvolvimento Socioeconômico e define a composição do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Produção e do Turismo e da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul.

Decreto Nº. 11.97, de 17 de Novembro de 2005. Cria a Comissão Interetorial de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e estabelece a sua composição e competências.

Decreto Nº. 12.223, de 01 de Janeiro de 2007. Estabelece a estrutura e a organização do Conselho Extraordinário de Relações Nacionais e Internacionais do Estado de Mato Grosso do Sul – CONEX/MS e dá outras providências.

Lei Nº. 3.375, de 17 de Março de 2007. Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Guias de Turismo de Bonito, com sede e foro no Município de Bonito - MS.

Decreto Nº 12.346, de 15 de Junho de 2007. Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região do Estado de Mato Grosso do Sul (Prodetur / Sul – MS) e dá outras providências.

Lei Nº. 3.391, de 09 de Julho de 2007 . Cria o Selo de Qualidade Artesanal e dá outras providências.

Lei Nº. 3.402, de 25 de Julho de 2007. Institui o Programa Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso e dá outras providências.

Lei Nº. 3.403, de 30 de Julho de 2007 . Institui o “Selo Qualidade Turismo”, no âmbito de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

Decreto Nº 12.395, de 15 de Agosto de 2007 . Dá nova denominação ao Selo Turismo e altera o Decreto 7.121 de 17 de março de 1993 e o Decreto 10.719 de 2 de Abril de 2002.

Decreto Nº. 12.568, de 17 de Junho de 2008 . Prorroga o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para os cargos na Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul e dá outras providências

* Ações de Governo que contribuem para o desenvolvimento da atividade turística sustentável no Estado, devido a sua vocação eminente ao ecoturismo.

** Ações do Governo Federal, com o mesmo intuito, na criação de Reservas Naturais e Parques Nacionais.

*** Ações do IPHAN no Estado, além do Tombamento da Gruta do Lago Azul, em Bonito, através de registro Nº 74, folha 19, do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 01 de Novembro de 1978.

Gerência de Programas e Políticas de Desenvolvimento do Turismo

Gestão do Sistema de Informações e Estatística / Última atualização em 11/07/2008.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Âmbito Federal¹⁸

LEIS

Lei Nº. 4771/1965- "Institui o novo Código Florestal" - Data da legislação: 15/09/1965 - Publicação DOU, de 28/09/1965

Lei Nº. 5106/1966- "Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais." - Data da legislação: 02/09/1966 - Publicação DOU, de 05/09/1966

Lei Nº. 5197/1967- "Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências" - Data da legislação: 03/01/1967 - Publicação DOU, de 05/01/1967

Lei Nº. 5868/1972 - "Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências." - Data da legislação: 12/12/1972 - Publicação DOU, de 14/12/1972

Lei Nº. 5870/1973 - "Acrescenta alínea ao artigo 26 da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro 1965, que institui o novo Código Florestal." - Data da legislação: 26/03/1973 - Publicação DOU, de 28/03/1973

Lei Nº. 6766/1979 - "Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências." - Data

¹⁸ <http://www.mma.gov.br/port/conama/>

da legislação: 19/12/1979 - Publicação DOU, de 20/12/1979

Lei Nº. 6938/1981 - "Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências" - Data da legislação: 31/08/1981 - Publicação DOU, de 02/09/1981

Lei nº. 7.347/1985 - disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico.

Lei Nº. 7551/1986 - "Altera dispositivos da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal." - Data da legislação: 07/07/1986 - Publicação DOU, de 08/07/1986

Lei Nº. 7661/1988 - "Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências" - Data da legislação: 16/05/1988 - Publicação DOU, de 18/05/1988

Lei Nº. 7653/1988 - "Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei nº. 5197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências" - Data da legislação: 12/02/1988

Lei Nº. 7803/1989 - "Altera a redação da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nºs 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986." - Data da legislação: 18/07/1989 - Publicação DOU, de 20/07/1989

Lei nº. 7.804/1989 - altera a Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a lei nº. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº. 6.803, de 02 de junho de 1980, a Lei nº. 6.902, de 21 de abril de 1981, e dá outras providências.

Lei Nº. 7802/1989 - "Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências" - Data da legislação: 11/07/1989 - Publicação DOU, de 12/07/1989

Lei Nº. 7754/1989 - "Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências." - Data da legislação: 14/04/1989 - Publicação DOU, de 18/04/1989

Lei Nº. 8112/1990 - "Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais" - Data da legislação: 11/12/1990 - Publicação DOU, de 12/12/1990

Lei Nº. 8005/1990 - "Dispõe sobre a cobrança e a atualização dos créditos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e dá outras providências" - Data da legislação: 22/03/1990 - Publicação DOU, de 23/03/1990

Lei Nº. 8666/1993 - "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências" - Data da legislação: 21/06/1993 - Publicação DOU, de 06/07/1994

Lei Nº. 8974/1995 - "Regulamenta os incisos II e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados, autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Presidência da República, a Comissão Técnica Nacional de Biosegurança, e dá outras providências" - Data da legislação: 05/01/1995 - Publicação DOU, de 06/01/1995

Lei Nº. 9433/1997 - "Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989." - Data da legislação: 08/01/1997 - Publicação DOU, de 09/01/1997

Lei Nº. 9605/1998 - Lei dos Crimes Ambientais - "Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências" - Data da

legislação: 12/02/1998 - Publicação DOU, de 17/02/1998

Lei Nº. 9795/1999 - Lei de Educação Ambiental - "Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências" - Data da legislação: 27/04/1999 - Publicação DOU, de 28/04/1999

Lei Nº. 9985/2000 - "Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências" - Data da legislação: 18/07/2000 - Publicação DOU, de 19/07/2000

Lei Nº. 9984/2000 - "Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências." - Data da legislação: 17/07/2000 - Publicação DOU, de 18/07/2000

Lei Nº. 9966/2000 - "Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências." - Data da legislação: 28/04/2000 - Publicação DOU, de 29/04/2000

Lei Nº. 10165/2000 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - "Altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências." - Data da legislação: 27/12/2000 - Publicação DOU, de 09/01/2001

Lei Nº. 10410/2002 - Artigo 4º - "Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente" - Data da legislação: 11/01/2002 - Publicação DOU, de 14/01/2002

Lei Nº. 10650/2003 - "Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama." - Data da legislação: 16/04/2003 - Publicação DOU, de 17/04/2003

Lei Nº. 11428/2006 - "Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências" - Data da legislação: 22/12/2006 - Publicação DOU, de 26/12/2006

Lei Nº. 11284/2006 - Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. - Data da legislação: 02/03/2006 - Publicação DOU, de 03/03/2006

DECRETOS

Decreto-Lei Nº. 221/1967 - "Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências" - Data da legislação: 28/02/1967 - Publicação DOU, de 28/02/1967

Decreto Nº. 97507/1989 - "Dispõe sobre licenciamento de atividade mineral, o uso do mercúrio metálico e do cianeto em áreas de extração de ouro, e dá outras providências.(antiga Resolução CONAMA Nº. 08/1988)" - Data da legislação: 13/02/1989 - Publicação DOU, de 14/02/1989

Decreto Nº. 99274/1990 - "Regulamenta a Lei nº. 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências" - Data da legislação: 06/06/1990 - Publicação DOU, de 07/06/1990

Decreto Nº. 750/1993 - "Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências." - Data da legislação: 10/02/1993 - Publicação DOU, de 11/02/1993

Decreto Nº. 1298/1994 - "Aprova o Regulamento das Florestas Nacionais, e dá outras providências." - Data da legislação: 27/10/1994 - Publicação DOU, de 31/10/1994

Decreto Nº. 1922/1996 - "Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências." - Data da legislação: 05/06/1996 - Publicação DOU, de 07/06/1996

Decreto Nº. 2661/1998 - "Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965 (código florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências." - Data da legislação: 08/07/1998 - Publicação DOU, de 09/07/1998

Decreto Nº. 3179/1999 - "Regulamenta a Lei nº. 9605/98 (Crimes Ambientais) - Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências" - Data da legislação: 21/09/1999 - Publicação DOU, de 22/09/1999

Decreto Nº. 3942/2001 - "Dá nova redação aos arts. 4º, 5º, 6º, 7º, 10 e 11 do Decreto Nº. 99274, de 6 de junho de 1990." - Data da legislação: 27/09/2001 - Publicação DOU, de 28/09/2001

Decreto Nº. 4024/2001 - "Estabelece critérios e procedimentos para implantação ou financiamento de obras de infraestrutura hídrica com recursos financeiros da União e dá outras providências." - Data da legislação: 21/11/2001 - Publicação DOU, de 22/11/2001.

Decreto nº. 3.834/2001 – regulamenta o art.55 da lei 9.985/2000 e delega competência ao Ministro de Estado do Meio Ambiente para a prática do ato que menciona.

Decreto Nº. 4074/2002 - "Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências" - Data da legislação: 04/01/2002 - Publicação DOU, de 08/01/2002

Decreto Nº. 4382/2002 - "Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR." - Data da legislação: 19/09/2002 - Publicação DOU, de 20/09/2002

Decreto Nº. 4340/2002 - "Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências." - Data da legislação: 22/08/2002 - Publicação DOU, de 23/08/2002

Decreto Nº. 4339/2002 - "Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade" - Data da legislação: 22/08/2002 - Publicação DOU, de 23/08/2002

Decreto Nº. 4136/2002 - "Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei no 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências." - Data da legislação: 20/02/2002 - Publicação DOU, de 21/02/2002.

Decreto Nº. 4.281/2002 – regulamenta a lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Decreto Nº. 4613/2003 - "Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências." - Data da legislação: 11/03/2003 - Publicação DOU, de 12/03/2003.

Decreto Não numerado/2003 - "Institui o Dia Nacional do Cerrado, e dá outras providências." - Data da legislação: 20/08/2003 - Publicação DOU, de 21/08/2003

Decreto Não numerado/2003 - "Institui o Dia Nacional da Caatinga, e dá outras providências." - Data da legislação: 20/08/2003 - Publicação DOU, de 21/08/2003

Decreto Nº. 5300/2004 - "Regulamenta a Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências." - Data da

legislação: 07/12/2004 - Publicação DOU, de 08/12/2004.

Decreto Nº. 5975/2006 - "Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4o, inciso III, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2o da Lei no 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos nos 3.179, de 21 de setembro de 1999, e 3.420, de 20 de abril de 2000, e dá outras providências." - Data da legislação: 30/11/2006 - Publicação DOU, de 01/12/2006

Decreto Nº. 5940/2006 - "Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências" - Data da legislação: 25/10/2006 - Publicação DOU, de 26/10/2006

Decreto Nº. 5875/2006 - "Adota a Recomendação no 003, de 22 de fevereiro de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA." - Data da legislação: 15/08/2006 - Publicação DOU, de 16/08/2006

Decreto Não numerado/2008 - "Institui a Comissão Gestora do Plano Amazônia Sustentável - CGPAS." - Data da legislação: 30/05/2008 - Publicação DOU nº. 103, de 02/06/2008, págs. 3-4

Decreto Nº. 6686/2008 - "Altera e acresce dispositivos ao Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações." - Data da legislação: 10/12/2008 - Publicação DOU nº. 241, de 11/12/2008, págs. 10-12

Decreto Nº. 6514/2008 - "Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências." - Data da legislação: 22/07/2008 - Publicação DOU, de 23/07/2008

Decreto Nº. 6469/2008 - "Adota a Recomendação no 007, de 28 de maio de 2008, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA." - Data da legislação: 30/05/2008 - Publicação DOU nº. 103, de 02/06/2008, pág. 3

Decreto Nº. 6792/2009 - "Altera e acresce dispositivos ao Decreto no 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA." - Data da legislação: 10/03/2009 - Publicação DOU nº. 47, de 11/03/2009, pág. 3

RESOLUÇÕES

Resolução nº. 001 de 23 de janeiro de 1986 – dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente.

Resolução nº. 006, de 24 de janeiro de 1986 - aprova os modelos de publicação de pedidos de licenciamento de quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão, e aprova os novos modelos para publicação de licenças.

Resolução nº. 20 de 18 de junho de 1986 - estabelece critérios para a classificação das águas segundo seus usos preponderantes.

Resolução nº. 013, de 06 de dezembro de 1990 – dispõe sobre a área circundante, num raio de 10 (dez) quilômetros, das Unidades de Conservação.

Resolução nº. 002 de 18 de abril de 1996 – Dispõe sobre a implantação de uma unidade de conservação para fazer face à reparação dos danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas;

Resolução nº. 237 de 19 de dezembro de 1997 – dispõe sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, e respectivos instrumentos de gestão ambiental.

Resolução nº. 303, de 20 de março de 2002 - dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

Resolução nº. 307, de 5 de julho de 2002 - estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a

gestão dos resíduos da construção civil.

—

b) Âmbito Estadual¹⁹

LEIS

LEI Nº. 90, de 02 de junho de 1980. Dispõe sobre as alterações do meio ambiente, estabelece normas de proteção ambiental e dá outras providências.

LEI Nº. 334, de 02 de abril de 1981. Dispõe sobre o Zoneamento Industrial em Mato Grosso do Sul.

LEI Nº. 328, de 25 de fevereiro de 1982. Dispõe sobre a Proteção e Preservação Ambiental do Pantanal Sul-Mato-Grossense.

LEI Nº. 7.679, de 23 de novembro de 1988. Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e dá outras providências

LEI COMPLEMENTAR Nº. 057, de 04 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a Regulamentação do artigo 153, parágrafo único II, da Constituição do Estado.

LEI 1.238, de 18 de dezembro de 1991. Estabelece normas sobre uso, produção, consumo, comércio e armazenamento de agrotóxicos.

LEI Nº. 1.232, de 10 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a inspeção e fiscalização sanitária dos produtos de origem animal e dá outras providências.

LEI Nº. 1.293, de 21 setembro de 1992. Dispõe sobre o Código Sanitário do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

LEI Nº. 1.458, de 14 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a reposição florestal no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 077, de 07 de dezembro de 1994. Altera a redação de dispositivo da Lei Complementar nº. 57, de 4 de janeiro de 1991, e dá outras providências.

LEI Nº. 1.488, de 03 de maio de 1994. Concede incentivos fiscais destinados ao reflorestamento.

LEI Nº. 1.721, de 18 de dezembro de 1996. Institui o Fundo de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos Lesados, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMADES, e dá outras providências.

LEI Nº. 1.653, de 10 de janeiro de 1996. Define e disciplina a piscicultura no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

LEI Nº. 1.787, de 25 de novembro de 1997. Dispõe sobre a pesca em Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

LEI Nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da

¹⁹ Fonte: www.semac.ms.gov.br

Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989

LEI Nº. 1.910, de 01 de dezembro de 1998. Disciplina a comercialização de iscas vivas para a pesca profissional e amadora no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

LEI Nº. 1.909, de 01 de dezembro de 1998. Estabelece a forma de reparação de danos ecológicos que ocasionem a mortandade de peixes nos rios do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

LEI Nº. 1.826, de 12 de janeiro de 1998. Dispõe sobre a exploração de recursos pesqueiros e estabelece medidas de proteção e controle da ictiofauna e dá outras providências.

LEI Nº. 2.055, de 23 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o controle de Organismos Geneticamente Modificados no Estado de Mato Grosso do Sul, institui Comissão Técnica Estadual de Biossegurança, e dá outras providências.

LEI Nº. 2.043, de 7 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a apresentação de projetos de manejo e conservação de solos e dá outras providências.

Alterada pela Lei 3.052 de 2 de agosto de 2005. LEI Nº. 2.177, de 7 de dezembro de 2000. Dispõe sobre as medidas preventivas de proteção ao meio ambiente e de segurança do sistema de armazenamento subterrâneo de líquidos combustíveis - SASC, de uso automotivo, e dá outras providências.

LEI Nº. 2.080, de 13 de janeiro de 2000. Estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado de Mato Grosso do Sul visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais, e dá outras providências.

LEI Nº. 2.193, de 18 de dezembro de 2000. Dispõe sobre o ICMS ECOLÓGICO, na forma do art. 1º, III, alínea "f" da Lei Complementar Nº. 57, de 04 de Janeiro de 1991, com redação dada pela lei complementar Nº. 77, de 07 DE dezembro de 1994, e dá outras providências.

Lei Nº. 2.259, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre o rateio do índice de 5% (cinco por cento) previsto no artigo 1º, III, "f", da Lei Complementar Nº. 057, de 4 de Janeiro de 1991, com redação dada pela Lei Complementar Nº. 077, de 07 de dezembro de 1994, e dá outras providências.

LEI Nº. 2.257, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre as diretrizes do licenciamento ambiental estadual, estabelece os prazos para a emissão de Licenças e Autorizações Ambientais, e dá outras providências.

LEI Nº. 2.256, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre o Conselho Estadual de Controle Ambiental, e dá outras providências.

LEI Nº. 2.223, de 11 de abril de 2001. Responsabiliza os proprietários e arrendatários de imóveis rural e urbano, pela poluição hídrica dos rios-cênicos, e dá outras providências.

LEI Nº. 2.406, de 29 de janeiro de 2002. Publicada no Diário Oficial nº. 5.907, de 30 de dezembro de 2002. Institui a Política Estadual dos Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e dá outras providências.

LEI Nº. 10.650, de 16 de abril de 2003. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama.

LEI Nº. 3.480, de 20 de dezembro de 2007. Institui os Cadastros Técnico-Ambiental Estadual, cria a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Estadual (TFAE) e a Taxa de Transporte e Movimentação

de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF), inclui dispositivos ao Anexo único da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

LEI Nº. 3.608, de 19 de dezembro de 2008. Acrescenta o art. 17-A e parágrafo único à Lei nº. 3.480, de 20 de dezembro de 2007, que institui os Cadastros Técnico-Ambiental Estadual, cria a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental Estadual (TFAE) e a Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF).

DECRETOS

DECRETO Nº. 1.229, de 18 de setembro de 1981.

Cria a Reserva Ecológica do Parque dos Poderes, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 1.581, de 25 de março de 1982.

Regulamenta a Lei Nº. 328, de 25 de março de 1982, que dispõe sobre a proteção e preservação do Pantanal Sul-Mato-Grossense e dá outras providências.

DECRETO Nº. 4.625, de 07 de junho de 1988.

Regulamenta a Lei Nº. 90, de 02 de junho de 1980 e dá outras providências.

DECRETO Nº. 5.005, de 02 de março de 1989.

Disciplina as atividades de extração mineral do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 5.646, de 28 de setembro de 1990.

Dispõe sobre a exploração dos recursos pesqueiros no Estado de Mato Grosso do Sul, seus afins e mecanismos de controle e dá outras providências.

DECRETO Nº. 7.119, de 17 de março de 1993.

Cria o Jardim Botânico de Campo Grande, e dá outras providências.

DECRETO Nº 7.122, de 17 de março de 1993.

Considera Estradas Parque trechos de rodovias estaduais da região do pantanal, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 7.251, de 16 de junho de 1993.

Dispõe sobre a Instituição de Reserva Particular do Patrimônio Natural e dá outras providências

DECRETO Nº. 7.362, de 18 de agosto de 1993.

Altera dispositivos do Decreto nº 5646, de 28 de setembro de 1990, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 7.508, de 23 de novembro de 1993 1 e 2

Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental de Atividade Florestal, e dá outras providências

DECRETO Nº. 7.509, de 23 de novembro de 1993.

Dispõe sobre a instalação de Acampamentos de Lazer (camping) no Estado de Mato Grosso do Sul.

DECRETO Nº. 7.511, de 23 de novembro de 1993.

Institui a Autorização Ambiental de Pesca no Estado, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 7.808, de 25 de maio de 1994.

Regulamenta a Lei Nº. 1.458, de 14 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a reposição florestal no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 8.056, de 12 de dezembro de 1994.

Proíbe a pesca com fim comercial em Mato Grosso do Sul e, dá outras providências.

DECRETO Nº. 8.311, de 26 de julho de 1995.

Altera e Acrescenta Dispositivos ao Decreto Nº. 5.646, de 28 de setembro de 1990

DECRETO Nº. 9.186, de 19 de agosto de 1998

Aprova o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos Lesados.

DECRETO Nº. 9.278, de 17 de dezembro de 1998.

CRIA O PARQUE ESTADUAL DAS VÁRZEAS DO RIO IVINHEMA, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 9.627, de 10 de setembro de 1999.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Pesca do Estado de Mato Grosso do Sul – CONPESCA/MS.

DECRETO Nº. 9.662 de 09 de outubro de 1999.

Cria o Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 9.765, de 10 de janeiro de 2000.

Cria o Conselho de Parques Regionais do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

DECRETO Nº. 9.768, de 13 de janeiro de 2000.

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto 5.646, de 28 de setembro de 1990, que dispõe sobre a exploração dos recursos pesqueiros no Estado de Mato Grosso do Sul, seus afins e mecanismos e, dá outras providências

DECRETO Nº 9.934, de 5 de junho de 2000.

Cria a Área de Proteção Ambiental denominada Rio Cênico Rotas Monçoeiras, e dá outras providências

DECRETO Nº 9.937, de 5 de junho de 2000.

Cria a Área de Proteção Ambiental denominada Estrada-Parque de Piraputanga, e dá outras providências.

DECRETO Nº 9.938, de 05 de junho de 2000.

Institui o Comitê Gestor da Área Especial de Interesse Turístico, denominada Estrada Parque Pantanal e dá outras providências.

DECRETO Nº 9.941 de 5 de junho de 2000.

Cria o Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro e dá outras providências.

DECRETO Nº. 9.935, de 5 de junho de 2000.

Cria o Parque Estadual Matas do Segredo dá outras providências.

DECRETO Nº. 10.008, de 01 de agosto de 2000.

Altera dispositivos do Decreto nº 7.511, de 23 de novembro de 1993, que institui a Autorização Ambiental de Pesca no Estado, e dá outras providências

DECRETO Nº 10.249, de 15 de fevereiro de 2001.

Altera o dispositivo do Decreto Nº 9.938, de 05 de junho de 2000 e dá outras N° providências.

DECRETO Nº 10.394, de 11 de junho de 2001.

Institui o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul.

DECRETO Nº10.478, de 31 de agosto de 2001.

Estabelece métodos para o rateio da parcela de receita de ICMS pertencente aos Municípios, prevista no art. 1º, III, “f” da Lei Complementar Nº. 57, de 4 de janeiro de 1991, com redação dada pela Lei

complementar Nº. 77, de 7 de dezembro de 1994, e dá outras providências.

DECRETO Nº 10.513, de 8 de outubro de 2001.

Cria o Parque Estadual da Serra de Sonora, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 10.599, de 19 de dezembro de 2001.

Regulamenta a Lei nº 2.256, de 9 de julho de 2001 que dispõe sobre o Conselho Estadual de Controle Ambiental, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 10.633, de 24 de janeiro de 2002.

Estabelece regime especial para pesca e navegação no Rio Salobra e no Córrego Azul, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 10.634, de 24 de janeiro de 2002.

Suspende a emissão de Autorização Ambiental para Pesca Comercial; dispõe sobre o limite de captura e transporte de pescado proveniente da pesca amadora, e dá outras providências

DECRETO Nº. 10.707, de 22 de março de 2002.

Institui o Sistema de Recomposição, Regeneração e Compensação da Reserva Legal no Estado do Mato Grosso do Sul.

DECRETO Nº. 10.783, de 21 de maio de 2002.

Cria o Parque Estadual do Prosa e dá outras providências.

DECRETO Nº. 11.032, de 19 de dezembro de 2002.

Proíbe a pesca no Rio Apa, nos trechos que especifica, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 11.407, de 23 de setembro de 2003.

Institui o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta como instrumento de gestão ambiental no controle e recuperação do meio ambiente.

DECRETO Nº. 11.408, de 23 de setembro de 2003.

Disciplina o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades localizados nas áreas de preservação permanente, e dá outras providências

DECRETO Nº. 11.409, de 23 de setembro de 2003.

Altera dispositivos do Decreto nº 1.581, de 25 de março de 1982, que regulamentou a Lei Nº. 328, de 25 de fevereiro de 1982, que dispõe sobre a proteção e preservação do Pantanal Sul-Mato-Grossense.

DECRETO Nº. 11.410, de 23 de setembro de 2003.

Altera dispositivos ao Decreto Nº. 5.646, de 28 de setembro de 1990, que dispõe sobre a exploração dos recursos pesqueiros no Estado de Mato Grosso do Sul

DECRETO Nº. 11.453, de 23 de outubro de 2003.

Cria o Monumento Natural do Rio Formoso e dá outras providências

DECRETO Nº. 11.548, de 9 de fevereiro de 2004.

Altera dispositivo do Decreto nº 10.634, de 24 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o limite da captura e transporte de pescado proveniente da pesca amadora, e dá outras providências.

DECRETO 11.621, de 1º de junho de 2004.

Regulamenta o Conselho Estadual dos Recursos Hídricos instituído pela Lei nº 2.406, de 20 de janeiro de 2002.

DECRETO Nº. 11.622, de 1º de junho de 2004.

Suspende a atividade de aquicultura em tanques-rede em águas territoriais da Bacia do Alto Rio

Paraguai no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 11.642, de 28 de junho de 2004.

Altera a redação de dispositivos do Decreto Nº. 10.634, de 24 de janeiro de 2002, que suspende a emissão de autorização para a Pesca Comercial, e dispõe sobre o limite de captura e transporte de pescado proveniente da pesca amadora.

DECRETO Nº. 11.647, de 6 de julho de 2004.

Altera a redação de dispositivos do Decreto Nº. 11.621, de 1º de junho de 2001, que regulamentou o Conselho Estadual dos Recursos Hídricos.

DECRETO Nº. 11.700, de 8 de outubro de 2004.

Institui o Sistema de Recomposição, Regeneração e Compensação da Reserva Legal no Estado do Mato Grosso do Sul.

DECRETO Nº 11.708, de 27 de outubro de 2004.

Disciplina o procedimento para a exigência de reparação ou indenização ambiental e a conversão de multa administrativa ambiental em processo de auto de infração.

DECRETO Nº. 11.724, de 5 de novembro de 2004.

Dispõe sobre a exploração dos recursos pesqueiros no Estado de Mato Grosso do Sul, seus fins e mecanismos de controle e dá outras providências.

DECRETO Nº. 11.808, de 3 de março de 2005.

Cria Força-Tarefa para a execução das atividades que menciona, relativas à exploração de recursos pesqueiros no Estado de Mato Grosso do Sul.

DECRETO Nº. 11.816, de 17 de março de 2005.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA

DECRETO Nº. 11.963, de 3 de novembro de 2005.

Institui o cadastramento dos pescadores profissionais do Estado de Mato Grosso do Sul e divulga os resultados dos trabalhos relativos à exploração de recursos pesqueiros realizados pela Força-Tarefa instituída pelo Decreto nº 11.808, de 3 de março de 2005

DECRETO Nº. 11.964, de 3 de novembro de 2005.

Proíbe a pesca no Rio Nioaque, nos termos que especifica.

DECRETO Nº. 11.977 de 22 de novembro de 2005.

Cria o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 11.987, de 28 de novembro de 2005.

Institui o limite de captura e transporte de pescado para o exercício da pesca com fins comerciais.

DECRETO Nº. 12.039, de 8 de fevereiro de 2006.

Altera dispositivo do Decreto nº 11.724, de 5 de novembro de 2004, que dispõe sobre a exploração dos recursos pesqueiros no Estado de Mato Grosso do Sul.

DECRETO Nº. 12.134, de 9 de agosto de 2006.

Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 9.662, de 9 de outubro de 1999, que cria o Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari.

DECRETO Nº 12.141, de 21 de agosto de 2006.

Dispõe sobre a criação e instalação da Coordenadoria Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - CJUR/SEMA.

DECRETO Nº. 12.339, de 11 de junho de 2007.

Dispõe sobre o exercício de competência do licenciamento ambiental no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

DECRETO Nº. 12.367, de 5 de julho de 2007

Reorganiza o Conselho Estadual de Controle Ambiental de que trata a Lei nº 2.256, de 9 de julho de 2001, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 12.528, de 27 de março de 2008

Institui o Sistema de Reserva Legal (SISREL) no Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 12.550, de 9 de maio de 2008. (Consolidado)

Dispõe sobre a Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF), instituída pelo art. 11 da Lei Nº. 3.480, de 20 de dezembro de 2007.

DECRETO Nº. 12.571, de 20 de junho de 2008.

Dá nova redação a dispositivos do Decreto Nº. 12.550, de 9 de maio de 2008, que dispõe sobre a Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF), instituída pelo art. 11 da Lei Nº. 3.480, de 20 de dezembro de 2007.

DECRETO Nº. 6.514, de 22 de julho de 2008. (Presidência da República)

Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 12.672, de 8 de dezembro de 2008

Regulamenta a ocupação, o uso do solo e da água da Zona de Amortecimento do Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro.

DECRETO Nº. 12.673, de 8 de dezembro de 2008

Cria a Zona de Amortecimento e ordena o uso do solo e da água no entorno do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema-MS.

DECRETO Nº. 12.697, de 06 de Janeiro de 2009.

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 12.550, de 9 de maio de 2008, que dispõe sobre a Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF), instituída pelo art. 11 da Lei nº 3.480, de 20 de dezembro de 2007, e dá outras providências

DECRETO Nº. 12.729, DE 24 DE Março DE 2009.

Reduz, por tempo determinado, o valor da Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF), instituída pelo art. 11 da Lei nº. 3.480, de 20 de dezembro de 2007.

DECRETO Nº 12.735, de 1º de abril de 2009

Altera a redação do caput do art. 2º do Decreto Nº. 12.697, de 6 de janeiro de 2009.

DECRETO Nº. 12.766, de 05 de junho de 2009.

Altera dispositivo do Decreto 12.061, de 17 de março de 2.006, que institui o Conselho Consultivo do Parque Estadual Matas do Segredo

DECRETO Nº. 12.767, de 05 de junho de 2009.

Cria a Zona de Amortecimento do Parque Estadual Matas do Segredo, regulamenta a sua ocupação e o uso do seu solo e das suas águas.

DECRETO Nº. 12.909, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009.

Regulamenta a Lei Estadual nº. 3.709, de 16 de julho de 2009, que fixa a obrigatoriedade de compensação ambiental para empreendimentos e atividades geradoras de impacto ambiental

negativo não mitigável, e dá outras providências.

DECRETO Nº. 12.921, DE 12 DE JANEIRO DE 2010.

Altera dispositivo do Decreto nº. 12.550, de 9 de maio de 2008, que dispõe sobre a Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF), instituída pelo art. 11 da Lei nº. 3.480, de 20 de dezembro de 2007.

DECRETO Nº. 12.925 DE 29 DE JANEIRO DE 2010.

Altera os coeficientes utilizados no cálculo da Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF), constantes do Anexo II da Lei nº. 3.480, de 20 de dezembro de 2007.

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 01, de 26 de janeiro de 1989. Disciplina o Serviço Estadual de Licenciamento de Atividades Poluidoras e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 04, de 18 de julho de 1989.

Disciplina a realização de Audiências Públicas no processo de Licenciamento de Atividades Poluidoras.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 04, de 22 de maio de 1991.

Dispõe sobre a pesca.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 04, de 19 de agosto de 1993.

Disciplina o licenciamento ambiental dos empreendimentos imobiliários.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 07, de 23 de janeiro de 1994.

Dispõe sobre o Cadastro e Autorização Ambiental de pesca estadual e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 09, de 19 de abril de 1994.

Disciplina o licenciamento ambiental de atividade florestal

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 10, de 01 de junho de 1994.

Aprova modelo de termo de cessão, e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 11, de 27 de setembro de 1994.

Disciplina os procedimentos para a reposição florestal no Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 01, de 01 de fevereiro de 1995.

Disciplina disposições do Decreto Nº. 8.056, de 12 de dezembro de 1994.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 04, de 26 de julho de 1995.

Altera o anexo II da Resolução SEMA/Nº. 008 DE 23/01/1994, Alterado pela RESOLUÇÃO SEMA/Nº. 014, de 31/10/1994.

RESOLUÇÃO SEMADES Nº. 302, de 20 de junho de 1997.

Altera Anexos da Resolução SEMA Nº. 001, de 26 de janeiro de 1989, da Resolução SEMA Nº. 009, de 19 de abril de 1994 e, dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMADES Nº. 313, de 27 de outubro de 1997.

Estabelece o período de proteção à reprodução ictícola para a temporada de 1997/1998, bem como as Reservas de Recursos Pesqueiros e, dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMADES Nº. 324, de 18 de fevereiro de 1998.

Disciplina o licenciamento ambiental da Atividade Suinícola e dá outra providências.

RESOLUÇÃO SEMADES Nº. 331, de 1º de abril de 1998.

Dispõe sobre o licenciamento ambiental dos empreendimentos turísticos e, dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMADES Nº. 345, de 23 de outubro de 1998.

Estabelece o período de proteção à reprodução ictiológica para a temporada de 1998/1999, as Reservas de Recursos Pesqueiros e, dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 01, de 09 de agosto de 1999.

Disciplina o Licenciamento Ambiental de Prestadores de Serviços na aplicação de agrotóxicos em ecossistemas não agrícolas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 01, de 20 de outubro de 1999.

Estabelece o período de proteção à reprodução ictiológica para a temporada de 1999/2000, as Reservas de Recursos Pesqueiros e dá outros providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 01, de 12 de janeiro de 2000.

Prorroga o período de proteção à reprodução ictiológica e, dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 06, de 18 de agosto de 2000.

Altera a Resolução SEMA Nº. 007, de 23 de janeiro de 1994.

RESOLUÇÃO SEMACT Nº. 10, de 31 de agosto de 2001.

I - Estabelecer os índices ambientais provisórios por Unidades de Conservação, de acordo com os cálculos efetuados pelo Instituto de Meio Ambiente Pantanal - IMAP.

RESOLUÇÃO SEMACT Nº. 11, de 9 de outubro de 2001.

I - Estabelecer os índices ambientais definitivos por Unidades de Conservação, de acordo com os cálculos efetuados pelo Instituto de Meio Ambiente Pantanal - IMAP.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMACT/IMAP Nº. 01, de 25 de janeiro de 2002.

Antecipa a abertura do exercício da pesca nos rios de domínio do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMACT Nº. 02, de 31 de janeiro 2002.

Altera dispositivo da Resolução SEMACT/IMAP Nº. 001, de 25 de janeiro de 2002 que antecipa a abertura do exercício da pesca nos rios de domínio do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMACT Nº. 05, de 11 de junho de 2002.

I - Estabelecer os índices ambientais provisórios por Unidades de Conservação para o exercício fiscal de 2003.

RESOLUÇÃO SEMACT Nº. 11, de 31 de outubro de 2002.

Art. 1º Fixar os índices ambientais definitivos por Unidade de Conservação, conforme Anexo I, para compor o coeficiente de conservação de biodiversidade e proporcionar o conseqüente crédito aos municípios para o exercício fiscal de 2003.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 15, de 16 de janeiro de 2003.

Art. 1º Fixar os índices ambientais provisórios por Unidade de Conservação, conforme Anexo I, para compor o coeficiente de conservação de biodiversidade e proporcionar o conseqüente crédito aos municípios para o exercício fiscal de 2004.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 01, de 30 de abril de 2003.

Dispõe sobre procedimentos de análise dos processos de licenciamento ambiental, dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 23, de 01 de setembro de 2003.

ICMS Ecológico

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 04, de 05 de setembro de 2003.

Implanta o Manual de Licenciamento Ambiental no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e do Instituto de Meio Ambiente Pantanal.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 03, de 08 de setembro de 2003.

Estabelece o período de proteção à reprodução ictiológica (piracema) para a temporada de 2003/2004, nas águas territoriais do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 04, de 17 de outubro de 2003.

Altera dispositivos da RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 03, de 08 de setembro de 2003 que "Estabelece o período de proteção à reprodução ictiológica (piracema) para a temporada de 2003/2004, nas águas territoriais do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências."

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 01, de 19 de fevereiro de 2004.

Antecipa a abertura do exercício da pesca relativa a temporada de 2003/2004, nos trechos que especifica.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IBAMA Nº. 01, de 30 de outubro de 2003.

Dispõe sobre o licenciamento ambiental de poços de dragas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 26, de 08 de março de 2004.

Altera dispositivos da Resolução SEMA Nº. 006, de 18 de agosto de 2000.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 03, de 05 de maio de 2004.

Disciplina o licenciamento ambiental do ginseng brasileiro (*Pfaffia glomerata*)

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 04, de 13 de maio de 2004.

Dispõe sobre o Manual dos Procedimentos de Licenciamento Ambiental no âmbito do Instituto de Meio Ambiente - Pantanal.

Resolução SEMA Nº. 028 , de 1º de junho de 2004.

Institui o cadastramento das organizações civis de recursos hídricos e de representantes de usuários dos recursos hídricos para composição do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos, e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 29, de 28 de junho 2004.

O SECRETÁRIO DE ESTADO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO MATO GROSSO DO SUL , no uso das suas atribuições legais e em cumprimento com o disposto na Lei Complementar Nº. 57, de 04 de janeiro de 1991 com redação dada pela Lei Complementar Nº. 077, de 07 de dezembro de 1994

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 30, de 1º de julho de 2004.

Constitui Grupo Técnico de Trabalho de apoio à Implantação da Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda e dá outras providências

Resolução SEMA Nº. 31 , de 12 de julho de 2004.

Altera dispositivos da Resolução SEMA Nº. 028, de 1º de junho de 2004 que institui o cadastramento das organizações civis de recursos hídricos e de representantes de usuários dos recursos hídricos para composição do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 32, de 27 de setembro de 2004.

Disciplina o licenciamento ambiental das aviculturas, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 33, de 29 de setembro de 2004.

ICMS Ecológico**RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 06, de 26 de janeiro de 2005.**

Disciplina os procedimentos da reposição florestal no Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 08, de 26 de abril de 2005.

Institui, no âmbito do Instituto de Meio Ambiente - Pantanal a Câmara de Compensação Ambiental, e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMA-CERH Nº. 02, de 25 de maio de 2005.

Torna público a relação dos representantes dos órgãos da administração pública indicados pelos titulares dos respectivos órgãos, conforme listagem abaixo:

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 09, de 04 de julho de 2005.

Disciplina os procedimentos para o licenciamento ambiental das atividades de carvoejamento, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 38, de 06 de julho de 2005.

ICMS Ecológico

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 40, de 17 de agosto de 2005.

Constitui Grupo de Trabalho de estudos para implantação do Parque Zoobotânico no Parque Estadual Matas do Segredo, no município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 39, de 13 de setembro de 2005.

Altera dispositivos da Resolução SEMA Nº. 30, de 1º de julho de 2004 e dá outras providências

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 10, de 04 de outubro 2005.

Altera e acrescenta dispositivos que menciona na RESOLUÇÃO CONJUNTASEMA/IMAP Nº. 09, de 04 de julho de 2005

Resolução CERH Nº. 01, de 25 de outubro de 2005.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 41, de 11 de novembro de 2005.

ICMS Ecológico

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 42, de 25 de janeiro de 2006.

Altera o limite de captura e transporte de pescado, por pescador amador, para o ano de 2006.

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 44, de 26 de maio de 2006.

Disciplina a instituição de Reservas Particulares do Patrimônio Natural e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 11, de 07 de junho de 2006.

Prorroga o prazo de cadastramento das atividades de carvoejamento previsto na RESOLUÇÃO CONJUNTASEMA/IMAP Nº. 09, de 04 de julho de 2005

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 46, de 20 de julho de 2006.

Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, denominada "Xodó do Vô Ruy".

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 47, de 21 de agosto de 2006.

Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural "Gavião de Penacho"

RESOLUÇÃO CERH Nº. 03, de 19 de outubro de 2006.

Aprova o Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 49, de 1º de novembro de 2006.

Nomeia os representantes das instituições abaixo relacionadas para compor o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 48, de 1º de novembro de 2006.

Nomeia os representantes das instituições abaixo relacionadas para compor o Conselho Consultivo do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema

RESOLUÇÃO SEMA Nº. 52, de 01 de dezembro de 2006.

ICMS Ecológico

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 16, de 23 de agosto de 2007.

Dispõe sobre a isenção de licenciamento ambiental para a atividade de Pavimentação Urbana.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 05, de 15 de fevereiro de 2007.

Altera as alíneas "c" e "d" do anexo II da RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IMAP Nº. 004 de 13 de maio de 2004

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 04, de 15 de fevereiro de 2007.

Altera o limite de captura e transporte de pescado, por pescador amador, para o ano de 2007.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 06, de 08 de março de 2007.

Estabelece parâmetros para a utilização de anzol de galho e bóia fixa para pescadores profissionais

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 07, de 11 de abril de 2007.

Designa os representantes para compor a Comissão instituída pelo Decreto Estadual Nº. 12.274 de 02 de março de 2007

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 09, de 17 de maio de 2007.

Disciplina sobre o procedimento de licenciamento da co-geração de energia nas Usinas de Processamento de Cana-de-açúcar e dá providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 10, de 19 de junho de 2007.

Disciplina sobre o procedimento de licenciamento da co-geração de energia nas atividades de produção de combustíveis não derivados de petróleo

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 11, de 22 de junho de 2007. (consolidada)

Dispõe sobre a isenção de licenciamento ambiental de empreendimentos e serviços.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 12, de 25 de junho de 2007.

Dispõe sobre o licenciamento ambiental das atividades de manutenção, restauração e conservação de rodovias, ferrovias, dutos, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica e telefonia.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 17, de 20 de setembro de 2007.

Dispensa do licenciamento ambiental as atividades de plantio e condução das espécies florestais que menciona e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 18, de 19 de outubro de 2007.

Estabelece o período de proteção à reprodução ictiológica para a temporada de 2007/2008, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 20, de 25 de outubro de 2007.

Disciplina o procedimento de licenciamento de usina de processamento de cana-de-açúcar e dá providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 21, de 28 de novembro de 2007. (consolidada)

Cria o Cadastro Eletrônico de Pessoas Físicas e Jurídicas que Desempenham Atividade Florestal e

dá outras providencias

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 23, de 10 de dezembro de 2007.

Regulamenta os procedimentos referentes à queima controlada de restos florestais e agropastoris, exceto a queima da cana-de-açúcar

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 24, de 11 de dezembro de 2007.

Fixar os Índices Ambientais Definitivos por Unidade de Conservação / Terras Indígenas

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 25, de 11 de dezembro de 2007.

Altera dispositivos da RESOLUÇÃO CONJUNTASEMA/IMAP Nº. 08, de 26 de abril de 2005, que dispõe sobre a estrutura da Câmara de Compensação Ambiental.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 26, de 17 de dezembro de 2007.(consolidada)

Altera os anexos da Resolução SEMA 051 de 10 de novembro de 2006.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 02, de 21 de fevereiro de 2008.

Prorroga o período de proteção à reprodução ictiológica para a temporada de 2007/2008

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 03, de 26 de fevereiro de 2008.

Estabelece o limite de captura e transporte de pescado, por pescador amador.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 04, de 29 de fevereiro de 2008.

Altera dispositivo da Resolução SEMAC Nº. 21, de 28 de novembro de 2007 que cria o Cadastro Eletrônico de Pessoas Físicas e Jurídicas que Desempenham Atividades Florestais.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 05, de 14 de março de 2008. (Consolidada)

Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental para produção de carvão vegetal

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 07, de 15 de abril de 2008.

Aprova a Norma Técnica de Georreferenciamento de Áreas de Interesse Ambiental e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 08, de 15 abril de 2008. (Consolidada)

Disciplina os procedimentos relativos ao Sistema de Reserva Legal - SISREL, instituído no Estado do Mato Grosso do Sul pelo Decreto Estadual Nº. 12.528, de 27 de março de 2008 e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 09, de 20 de maio de 2008.

Regulamenta os critérios para definição do quantitativo volumétrico a ser concedido na aprovação do Crédito de Reposição Florestal no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 11, de 24 de junho de 2008.

Altera dispositivos da Resolução SEMAC Nº. 05, de 14 de março de 2008

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 12, de 26 de junho de 2008.

Dispõe sobre a isenção de licenciamento ambiental para implantação e operação de instalações que menciona, ligadas aos complexos de saneamento básico, ambientalmente licenciados.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 15, de 11 de julho de 2008.

Dispõe sobre o controle ambiental das Indústrias Siderúrgicas Não Integradas de produção de ferro gusa no Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 16, de 24 de julho de 2008.

Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental para Projetos de Assentamento de Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 17, de 28 de julho de 2008.

Disciplina os procedimentos de licenciamento ambiental para projetos de irrigação.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 18, de 05 de agosto de 2008.

Regulamenta os procedimentos referentes à supressão vegetal, limpeza e substituição de pastagens nas áreas do pantanal de Mato Grosso do Sul e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 21, de 14 de agosto de 2008.

Altera dispositivos da Resolução SEMAC Nº. 05, de 14 de março de 2008

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 22, de 19 de agosto de 2008.

Disciplina os procedimentos facultados ao novo pedido de Licença Ambiental de que trata o § 2º do art. 8º da Lei Nº. 2.257, de 09 de julho de 2001

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 23, de 11 de setembro de 2008.(Consolidada)

Dispõe sobre a dispensa de apresentação de autorização de passagem quando do licenciamento ambiental ou renovação de licenças ambientais de obras lineares a exemplo de rodovias, ferrovias, dutos, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica e telefonia.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAC/SEFAZ Nº. 02, de 29 de setembro de 2008. (Consolidada)

Disciplina os procedimentos para concessão da redução dos valores devidos a título de cobrança da Taxa de Transporte e Movimentação de Produtos e Subprodutos Florestais (TMF)

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 024, de 29 de outubro de 2008.

Dispõe sobre a isenção de apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental no licenciamento ambiental nas situações que menciona e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 25, de 10 de novembro de 2008.

Altera e acrescenta dispositivos à Resolução SEMAC Nº. 08, de 15 de abril de 2.008 que disciplina o Sistema de Reserva Legal instituído pelo o Decreto Nº. 12.528, de 27 de março de 2008, e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMAC/MS n. 027 de 19 de dezembro de 2008.

Disciplina as atividades relativas aos Projetos de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas – PRADE e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 27, de 19 de dezembro de 2008.

Disciplina as atividades relativas aos Projetos de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas - PRADE e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 01, de 20 de janeiro de 2009.

Prorroga o período de proteção à reprodução ictiológica para a temporada de 2008/2009.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAC/SEFAZ Nº. 03, de 20 de janeiro de 2009.

Altera e acrescenta dispositivos à RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAC/SEFAZ Nº. 2, de 29 de setembro de 2008, e dá outras providências

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 03, de 12 de fevereiro de 2009.

Dispõe sobre a isenção de licenciamento ambiental para implantação e operação de instalações que menciona e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 08, de 06 de julho de 2009.(consolidada)

Dispõe sobre o licenciamento ambiental de poços tubulares para captação de água e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC Nº. 07, de 06 de julho de 2009.

Dispõe sobre o licenciamento ambiental para avicultura e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC N. 011 DE 11 DE AGOSTO DE 2009

Institui mecanismo para regularização dos cultivos agrícolas em áreas de várzea, sistematizada ou não, implantados antes da edição da Resolução CONAMA 302, de 12 de maio de 2002 e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC n. 0014, de 22 de outubro de 2009.

Disciplina sobre a proibição da pesca durante o período de reprodução anual dos peixes de piracema para a temporada de 2009/2010 em águas territoriais do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC nº. 15, de 04 de novembro de 2009.(consolidada)

Dispõe sobre o licenciamento ambiental de atividades de apoio à execução de obras rodoviárias em locais sem restrições ambientais.

RESOLUÇÃO SEMAC n. 12, de 23 de julho de 2010

Dispõe sobre o licenciamento ambiental para desdobramento e beneficiamento de madeira para uso próprio e dá outras providências.

Resolução SEMAC n. 13, de 23 de julho de 2010.

Dispõe sobre a isenção de licenciamento ambiental de atividades de extração e utilização de cascalho nas situações que especifica.

Resolução SEMAC nº 14 de 23 de julho de 2010

Regulamenta dispositivos da Lei n. 3.886, de 28 de abril de 2010 relativo ao registro dos pescadores profissionais e da emissão de Autorizações Ambientais para Pesca Comercial no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul

RESOLUÇÃO SEMAC/MS n. 15 de 23 de julho de 2010.

Acrescenta dispositivo à Resolução SEMAC/MS n. 27, de 19 de dezembro de 2008 que disciplina as atividades relativas aos Projetos de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas – PRADE.

RESOLUÇÃO SEMAC/MS nº16, de 23 de julho de 2010.

Disciplina o procedimento de licenciamento integrado de atividades e empreendimentos afins e dá providências.

RESOLUÇÃO SEMAC N. 002 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2010

Dispõe sobre a tramitação interna dos processos de licenciamento e dá outras providências.

RESOLUÇÃO SEMAC n. 003 de 29 de março de 2010

Dispõe sobre o cadastramento e o licenciamento ambiental simplificado para a atividade de transporte de carvão nas condições que especifica e inclui dispositivo ao Anexo único da Resolução Nº. 21, de 28 de novembro de 2007.

RESOLUÇÃO SEMAC n. 07 de 22 de abril de 2010

Dispõe sobre os projetos oficiais da SEMAC que revertam em favor da conservação da biodiversidade a se refere o art. 12, § 2º, inciso I da Lei nº. 3.480, de 20 de dezembro de 2007.

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAC-IBAMA/MS N. 01, de 06 de julho de 2.010. Proíbe a queima controlada.

ANEXO 6 – MATERIAL CARTOGRÁFICO

Todas as informações geradas e analisadas (informações geográficas) têm origem em fontes secundárias existentes nos organismos federais, estaduais, meios acadêmicos, programas e projeto, dentre outros.

Os arquivos dos projetos durante a fase de construção da base cartográfica de cada polo encontra-se *shapefile* – *SOFTWARE ARCVIEW 3.2* e outros estão situados no diretório do Meio Físico e subdiretórios com o nome do tema correspondente. Nos subdiretórios jpeg estão todos os arquivos e mapas solicitados usados para elaboração e simulação dos mapas solicitados pelos consultores.

Os subdiretórios utilizados para as diferentes funcionalidades e organização dos dados brutos tais como: dados brutos (Dbase, excell e dados de GPS), dados disponíveis de forma analógica, dados em planilhas do excel; mapas digitais na forma do AutoCAD e no formato Shape do ArcView.

Através da compilação dos dados cartográficos, foram elaborados os mapas no arcview, os dados compilados foram recortados das tabelas dos mapas base, pelo comando “clip” do arcview, estas tabelas e mapas estão disponíveis do sistema de informações de cada polo.

O Sistema de Informação foi organizado da seguinte estrutura:



Estrutura do Sistema de Informações do Polo Serra da Bodoquena

Meio Físico : Estes dados foram coletados pelo consultora de geoprocessamento e se encontram todos descritos juntamente com toda a bibliografia utilizada em relatórios elaborados pelos consultores em outros relatórios.

- Meio Físico: Os dados que compõem o meio físico foram disponibilizados da base cartográfica do PERHMS, exceto os dados dos atrativos turísticos que foram coletados pelo Técnico do PRODETUR/MS.
- Mapa pdf e jpg: Todos os mapas que foram gerados os quais fazem parte dos relatórios entregues pelos consultores.
- Projetos: São os Sistemas de Informação Geográfica de cada polo em um projeto com extensão apr. Está localizado no sub diretório do PDTS.

- Shapes: São arquivos que contêm todos os dados geográficos, juntamente com suas tabelas e dados cartográficos, nos quais foram gerados todos os mapas e também as novas informações adicionadas pelos consultores dos polos.
- Tabelas: Dados compilados a partir dos dados brutos, tais como excell e dbase.

Os dados geográficos e alfa numérico utilizado durante o processo de construção do sistema foram organizados transformando-se em um sistema de informações geográficas, todos os arquivos se encontram em formato shape file do software ARCV VIEW.